

Migrações, Educação e Desenvolvimento

Convergências e reflexões

Volume 2

Andrea Helena Petry Rahmeier
Caroline von Mühlen
Daniel Luciano Gevehr
Rodrigo Luis dos Santos (Orgs.)



Nos últimos duzentos anos, desde o princípio do século XIX, o mundo tem vivenciado um complexo e efusivo panorama de fluxos migratórios. Impulsionados pelos mais diversos motivos, as migrações representam em si processos de mudança — tanto para os que partem quanto para aqueles que recebem. Os avanços tecnológicos, especialmente nos campos do transporte e da comunicação, cooperaram — e cooperam — para essas manifestações. Em um mundo globalizado — onde as fronteiras, não restritas ao espaço geopolítico territorialmente delimitado, mas que perpassam os aspectos socioculturais grupos humanos —, analisar e refletir sobre o papel migratório nessas rupturas e permanências é um fator essencial para se compreender a realidade histórica e atual em que vivemos. Sabemos que os estudos migratórios tem vivenciado uma importante renovação nas últimas duas décadas, com um leque mais amplo de abordagens, conceitos, teorias, metodologias e relações entre campos de conhecimento. Essa renovação, de grande importância, proporcionam releituras dos processos de migração ocorridos durante os séculos XIX e XX, assim como um entendimento dos enredamentos sociais, políticos, culturais, religiosos e econômicos que permeiam as manifestações deste início do século XXI. Para esta publicação que ora apresentamos, foram escolhidos três campos norteadores principais, que são as migrações, os espaços educativos e o desenvolvimento regional. Este fio condutor interage com múltiplas áreas temáticas, como a religiosidade, o patrimônio cultural, as práticas docentes, as relações com o meio ambiente, as questões de gênero e etnicidade, entre outras. Os capítulos desta obra, agrupados em doze eixos temáticos, subsidiavam reflexões importantes, tendo em vista a gama ampliada de interpretações que suscitam, as fontes que utilizam, o trato teórico-metodológico que se aplica, entre diversos outros pontos que poderiam aqui serem citados.

Volume 1: Educação; Gênero e Etnia; História Ambiental; História do Crime, da Polícia, dos Militares e das Práticas de Justiça; Migrações Atuais; Migrações Históricas.

Volume 2: Patrimônio Cultural; Política, Sociedade e Economia; Relações Interétnicas.

Volume 3: Relatos de Experiências Docentes com a temática das Migrações; Religiões e Manifestações Religiosas; Temas Gerais ligados às Migrações.



Migrações, Educação e Desenvolvimento



ESTUDOS ÉTNICOS e MIGRAÇÕES

Diretores da série:

Caroline von Mühlen

(Doutora em História – PUCRS/Professor do Colégio Sinodal – Portão/Coordenadora do GT Estudos Étnicos e Migrações da ANPUH-RS e vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

Rodrigo Luis dos Santos

(Coordenador e Professor dos Cursos de Geografia e História do Instituto Superior de Educação Ivoti/Doutorando em História – UNISINOS/Vice-coordenador do GT Estudos Étnicos e Migrações da ANPUH-RS e presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

Editor Técnico:

Lucas Margoni
PUCRS, Brasil

Comitê Editorial e Científico:

Daniel Luciano Gevehr

(Doutor em História - UNISINOS/Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional – FACCAT)

Tiago Weizenmann

(Doutor em História – PUCRS/Coordenador Pedagógico e professor no Centro de Ciências Humanas e Sociais – UNIVATES)

Márcia Solange Volkmer

(Doutora em História – UFRGS/ Professora no Centro de Ciências Humanas e Sociais – UNIVATES)

José Edimar de Souza

(Doutor em Educação – UNISINOS/Professor no Programa de Pós-graduação em Educação da UCS)

Marcos Antônio Witt

(Doutor em História - PUCRS/Professor do Programa de Pós-graduação em História da UNISINOS)

Migrações, Educação e Desenvolvimento

Convergências e reflexões

Volume 2

Organizadores:

Andrea Helena Petry Rahmeier

Caroline von Mühlen

Daniel Luciano Gevehr

Rodrigo Luis dos Santos



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Estudos Étnicos e Migrações - 5

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

RAHMEIER, Andrea Helena Petry; et al (Orgs.)

Migrações, Educação e Desenvolvimento: volume 2: convergências e reflexões [recurso eletrônico] / Andrea Helena Petry Rahmeier; et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

662 p.

ISBN - 978-85-5696-685-8

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Ética; 2. Migrações; 3. Educação; 4. Desenvolvimento; 5. Historiografia; I. Título II. Série

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e Relações Sociais

177

Sumário

Apresentação	13
Rodrigo Luis dos Santos	

Patrimônio Cultural

31.....	19
Giustaòssi: práticas medicinais da cultura de imigração italiana na RCI	
Aline Marques de Freitas	
32	39
Ciranda teuto-riograndense: cultura, música e censura	
Bruno Felipe Trein; Gabriel Henrique Tadler; Odirlei Padilha	
33	55
Kerb em Igrejinha: a memória e a reelaboração de uma tradição	
Dalva N. Reinheimer	
34	69
O patrimônio cultural histórico e a urbanização do centro de Porto Alegre	
Eduardo Wegner Vargas; Luiz Fernando Costa Neves	
35	95
Lugares de memória: reflexões sobre a metodologia de educação patrimonial	
Cristina Seibert Schneider; Jéssica Rezzadori	
36	113
Lugar de memória, educação e arte: a trajetória da Casa dos Rosa como patrimônio cultural de Canoas/RS	
Ketlin Quinhones Wons	
37	135
O patrimônio cultural “embalado” para consumo turístico: discussões na perspectiva da educação patrimonial	
Laís Specht Schütz; Cristina Seibert Schneider	

38..... 157
A fala do Hunsrick no cotidiano das comunidades teuto-brasileiras: um patrimônio cultural de Santa Maria do Herval (RS)
Liane Marli Führ; Maria Ines Dapper Fröhlich; Daniel Luciano Gevehr

39..... 177
Educação e diversidade cultural e suas implicações no progresso de formação de uma comunidade (Santa Maria do Herval, Rio Grande do Sul, tempo presente)
Maria Ines Dapper Fröhlich; Daniel Luciano Gevehr

40..... 197
Quando a administração pública se recusa a restaurar: o caso da IELB Redentor de Padre Eterno (Nova Hartz/RS)
Vania Inês Avila Priamo

Política, Sociedade e Economia

41..... 221
Cultura de massas e a significação autônoma do propósito formativo da educação escolar: um estudo com alunos de EJA à luz das definições de autonomia e cultura de adorno
Amanda da S. Duarte; Raphael da S. Duarte; Sérgio Guilherme dos S. Portella

42..... 241
Emancipações e os novos municípios originários de Taquara do Mundo Novo no século XX
Caio Leonardo Jablonski; Richard Bohrer de Souza

43..... 261
A política de colonização do estado no norte do Rio Grande do Sul (1889-1930)
Cleiton Antonio Rossetto

44..... 283
Quinto Distrito de Taquara? Não! A “Suíça Brasileira”: as origens do turismo em Gramado (Rio Grande do Sul, século XIX-XX)
Eduardo da Silva Weber; Daniel Luciano Gevehr

45	307
Quando os mortos falam: análise histórica da localidade de média Santa Maria do Mundo Novo através do primeiro livro de óbitos da Igreja Gabriel (1868-1900)	
Élton Juliano Freitag	
46	321
As empresas de colonização particulares no oeste catarinense: a sociedade territorial Mosele, Eberle e Ahrons LTDA	
Gabriela Luiza Magro	
47	337
Pensando as migrações e os deslocamentos a partir do litoral norte do Rio Grande do Sul e os novos produtos imobiliários	
Mariana Barbosa de Souza	
48.....	353
A colonização privada na Serra dos Tapes/RS: perfil dos colonizadores e as disputas entre fazendeiros brasileiros e investidores estrangeiros	
Patrícia Bosenbecker	
49	369
O Clube 15 de Novembro	
Roberto Atkinson	
50	389
Emaranhados sociais: redes familiares e políticas de lideranças taquarenses nas primeiras décadas do século XX	
Rodrigo Luis dos Santos	
51.....	403
Parobé: de história à cultura contemporânea	
Shirlei Alexandra Fetter; Denise Regina Quaresma da Silva	
52	417
O cenário migratório de Brasil e Chile na primeira metade do século XIX – estudo comparado	
Wellington Augusto Blume	

Relações Interétnicas

- 53 437
“Quem se dirige dentro de casa é dono da casa”: Xangrê, a organização indígena e a expulsão de agricultores da área indígena de Nonoai (1975-1978)
Alana da Silva Follador; Alex Antônio Vanin
- 54 459
Luta indígena pela terra no norte do Rio Grande do Sul – caso de Iraí / Rio do Mel (década de 1980)
Alana da Silva Follador
- 55477
A construção do outro: imigração alemã e indígenas Xokleng na colônia Hamônia/Ibirama - um passado presente
Carlos Eduardo Bartel; Adriano Mafra
- 56 495
Em busca de reconhecimento: reflexões sobre os elementos presentes na formação da identidade e coletividade da comunidade remanescente quilombola Paredão
Daiane Arend Flores de Oliveira
- 57 517
Migrações diaspóricas. O passado escravizado e o presente discriminado. Negro (auto)biográfico: cotistas na UFSM, o real, o simbólico e o imaginário
Daniela da Silva dos Santos; Jorge Luiz da Cunha
- 58 541
Sentindo o racismo: vivências de discriminação racial nos Vales do Paranhana e do Sinos e suas proximidades
Elaine Smaniotto
- 59 561
A participação afro na ciranda musical teuto-rio-grandense de Taquara (1972 - 1996)
Irius Basei Rodrigues; Elaine Smaniotto
- 60579
A percepção dos professores de história sobre a lei 10.639/03: um estudo de caso campo-bonense
Jander Fernandes Martins; Vitória Duarte Wingert

61.....	597
A intolerância religiosa como tentáculo do racismo e preconceito contra a cultura de matriz africana? Perscrutando o ensino da Lei 10.639/2003	
Jander Fernandes Martins; Vitória Duarte Wingert	
62	613
A intrusão em toldos indígenas no norte do RS (1911-1912)	
Kalinka de Oliveira Schmitz	
63	627
Café preto, caldo de galinha com pimenta e vinho do porto	
Ubiratã Ferreira Freitas	
64.....	643
Identities na fronteira: e/imigrantes sul-brasileiros no Paraguai	
Vanucia Gnoatto	

Apresentação

*Rodrigo Luis dos Santos*¹

Nos últimos duzentos anos, desde o princípio do século XIX, o mundo tem vivenciado um complexo e efusivo panorama de fluxos migratórios. Impulsionados pelos mais diversos motivos, as migrações representam em si processos de mudança – tanto para os que partem quanto para aqueles que recebem. Os avanços tecnológicos, especialmente nos campos do transporte e da comunicação, cooperaram – e cooperam – para essas manifestações. Em um mundo globalizado – onde as fronteiras, não restritas ao espaço geopolítico territorialmente delimitado, mas que perpassam os aspectos socioculturais grupos humanos –, analisar e refletir sobre o papel migratório nessas rupturas e permanências é um fator essencial para se compreender a realidade histórica e atual em que vivemos.

Sabemos que os estudos migratórios tem vivenciado uma importante renovação nas últimas duas décadas, com um leque mais amplo de abordagens, conceitos, teorias, metodologias e relações entre campos de conhecimento. Essa renovação, de grande importância, proporcionam releituras dos processos de migração ocorridos durante os séculos XIX e XX, assim como um entendimento dos enredamentos sociais, políticos, culturais, religiosos e econômicos que permeiam as manifestações deste início do século XXI.

Para esta publicação que ora apresentamos, foram escolhidos três campos norteadores principais, que são as migrações, os

¹ Presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. Gestão 2017-2019

espaços educativos e o desenvolvimento regional. Este fio condutor interage com múltiplas áreas temáticas, como a religiosidade, o patrimônio cultural, as práticas docentes, as relações com o meio ambiente, as questões de gênero e etnicidade, entre outras. Os capítulos desta obra, agrupados em doze eixos temáticos, subsidiam reflexões importantes, tendo em vista a gama ampliada de interpretações que suscitam, as fontes que utilizam, o trato teórico-metodológico que se aplica, entre diversos outros pontos que poderiam aqui serem citados.

Migrações, espaços educativos e desenvolvimento regional. Em um primeiro momento, estes três temas podem até soar desconexos. Entretanto, são elementos humanos e perspectivas que se entrelaçam e dialogam com a realidade complexa em que vivemos. Residimos em um país marcado por fluxos migratórios, sejam os de caráter mais históricos, como aqueles que ocorrem cotidianamente, evidenciados pelos meios de comunicação e redes sociais. Estamos em um momento onde se discute novamente quem é bem-vindo e quem não deveria chegar. Além disso, muitos de nós têm optado, diante das adversidades, em partirem para outras terras, almejando novos horizontes. As migrações fazem parte de nossa humanidade. E são também reflexos das construções de mundo em que estamos inseridos.

A educação, por seu turno e em seus diferentes espaços e práticas, é fundamental para compreender esse mundo e suas múltiplas realidades, assim como para desenvolver uma cidadania mais crítica, aberta e humanista. Lutar pela educação deveria ser um ideal de toda a sociedade, acima de governos e partidos. Atacar a educação é sufocar o sopro de vida do presente... a abortar os sonhos de um futuro melhor. Em consonância a isso, pensar o desenvolvimento é pensar em políticas, planejamentos e práticas que, acima dos interesses econômicos ou individualizantes, contemplem uma efetiva melhoria na vida das pessoas. Sendo assim, olhar para o desenvolvimento regional é refletir sobre os rumos que buscamos para cada um de nós e para nossa sociedade.

Nesta perspectiva, os três alicerces que fundamental esta publicação – migrações, espaços educativos e desenvolvimento regional – estão fortemente entrelaçados, pois se fazem presente em nosso dia a dia, mesmo quando não percebemos.

Esperamos que este trabalho possa, efetivamente, ser uma fonte de crescimento e reflexão intelectual e humano para todos nós, especialmente no período em que vivemos, de ataques ao conhecimento e aos laços humanistas que deveriam – ou melhor, que devem nos unir. E, em nome da Associação Nacional de Pesquisadores das Comunidades Teuto-Brasileiras, assim como do Curso de Graduação em Licenciatura em História e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, reitero os sinceros agradecimentos pela contribuição de cada um(a) dos(as) autores(as) para a concretização desta obra. É isso que dá também sentido ao nosso trabalho.

Uma boa e produtiva leitura para todos e todas!

Taquara/RS, inverno de 2019.

Patrimônio Cultural

Giustaòssi: práticas medicinais da cultura de imigração italiana na RCI

*Aline Marques de Freitas*¹

Contexto de pesquisa

Para a realização da monografia de uma especialização em Bens Culturais, concluída em 2013, debruicei-me sobre o saber-fazer do giustaòssi². O giustaòssi³ é o prático (ou a prática) que trabalha sobre o sistema locomotor, conhecido na Região de Colonização Italiana (RCI⁴) como um arrumador de ossos, ou aquele que “coloca no lugar”. Sem formação oficial, coloca no lugar dedos destroncados, pés “virados”, torções e distensões no geral. Nem sempre esse prático é nominado de forma específica. O termo giustaòssi, que vem do italiano, significa “arrumador de ossos”, foi escolhido pois incluía as formas mais comuns que as pessoas mais antigas usaram

¹ Mestranda em Educação pela Universidade de Caxias do Sul, Brasil, bolsista CAPES.

² A escolha do tema dessa pesquisa está relacionada à minha vivência, já que via esse tipo de atividade como comum e só percebi que tinha um caráter cultural quando, trabalhando em Porto Alegre, alguém contou que tinha levado a mãe ao hospital, pois ela havia “virado o pé”. Fiquei um pouco chocada, pois para mim, o normal seria recorrer à um prático; e perguntei ao meu colega porque ele não tinha levado a mãe a um “arrumador de ossos”. E, no misto de surpresa e vergonha, ao perceber as feições de espanto, compreendi que aquela atividade devia ser algo característico da RCI, sentindo-me deslocada e “interiorana”. Essa história veio à tona durante o percurso da pós-graduação e, assim decidi pesquisar esse saber-fazer.

³ Escolhi essa forma de escrita, mas há outras, como será dito no decorrer do texto.

⁴ Região da serra gaúcha que teve predominantemente sua formação populacional de imigrantes vindos da Itália.

para se referir a eles (*justóssi, justaossi*), além de assim ser chamado pela literatura popular da RCI⁵, e pela literatura acadêmica italiana.⁶ Esses elementos levam a crer que a prática teria sido trazida da Itália pelos imigrantes, e, que houve condições para que ela permanecesse. Por isso, importou buscar o entendimento das mudanças ocorridas e qual o papel que ela exerce hoje. No intuito de começar a responder a essas perguntas, houve a pretensão de registrar esse conhecimento, também como preservação da cultura imaterial.

Com contexto cultural relacionado à identidade dos descendentes dos imigrantes italianos, enfoquei a região dos atuais territórios que compõem a RCI. Uma vez que dependeu de informantes, essa delimitação sofreu algumas modificações. A intenção era documentar as práticas e os saberes, resgatando a sua identidade cultural. Compreendendo que se trata de um saber antigo, queria cercar as condições que propiciaram que esse saber-fazer continuasse, através da pesquisa de campo. Os dados observados foram analisados à luz da revisão bibliográfica e do contexto histórico.

Dois informantes haviam sido previamente selecionados. Um que eu já tinha conhecimento, e outro devido a indicação de um colega da pós-graduação. A partir desses dois informantes, esperava receber indicações de outros, na tentativa de perceber uma rede. No entanto, essa metodologia não se mostrou possível, precisando optar pela seleção dos informantes através de indicações de terceiros, o que permitiu, de certa forma, utilizar como critério o *prestígio* na arte de curar dentro da comunidade. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas, gravadas com aparelho

⁵ Nenetto Pipetta é uma das mais bem-sucedidas obras de ficção escritas no dialeto vêneto do Rio Grande do Sul. Trata-se da história de um imigrante italiano, um personagem símbolo das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, traduzidas em um tom lúdico. In: STAWINSKI, Alberto Víctor; TCACENCO, Maria Adami. *Vida e História de Nenetto Pipetta*. Caxias do Sul, Porto Alegre, RS: EST EDUCS, 1988.

⁶ Academia Olimpica Vicenza, 1976; CENEPARI, 1981.

digital. O roteiro de perguntas – inspirado no Inventário Nacional de Referências Culturais⁷ (INRC), mais precisamente no “Questionário e Ficha de Identificação: Ofícios e Modos de Fazer” – foi organizado de forma semi-estruturado. Também foi utilizado, o caderno de pesquisa para registro de impressões e eventuais anotações. Em função das questões de ética os entrevistados não são identificados. Não entrarei em discussões acerca da legalidade ou não das práticas de curandeirismo, entendi-as como um patrimônio cultural imaterial.

Giustaòssi: da Itália aos dias de hoje

Como estabelece o IPHAN, o patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas que remetem à história, à memória e à identidade desse grupo social. A preservação envolve a salvaguarda dos usos e costumes que fazem parte da vida das pessoas e que se transformam ao longo do tempo. Esses chamados bens culturais imateriais, podem ser preservados através de registros e inventário que sugere saber as dificuldades de realização, os problemas que a afetam, como vem sendo transmitida de uma geração para outra, que transformações ocorreram, quem são as pessoas envolvidas (IPHAN, 2002, p. 18). A pesquisa não teve como objetivo esgotar o assunto, mas encaminhar primeiros passos para conhecer essa atividade. Com foco na questão da cultura popular, considerei popular, não como diferença entre erudito (da elite) e o que é do povo, e sim como propõe Burke (2010, p. 17), com a atenção voltada mais na interação do que em uma

⁷ Elaborado pelo IPHAN e lançado no ano 2000, o IRCN pretende englobar a cultura imaterial, preservando-a, sendo outro suporte de preservação, no intuito de lançar um olhar atento às referências culturais que configuram as múltiplas identidades, contemplando os processos culturais que estão ligados aos saberes, fazeres, às crenças e hábitos e também à paisagem, às edificações e objetos no que concerne às suas representações simbólicas. Apesar de seu intuito de contemplar as mais diferentes manifestações culturais, havia algumas deficiências no que no que diz respeito ao registro de práticas medicinais, além de tornar muito rígida e estruturada a entrevista. Assim, optou-se pela modificação do questionário original do IRCN a partir da literatura de etnografia da região do Vêneto jpa citados, principalmente para melhor registro dos medicamentos e tratamentos.

divisão entre elas. No caso do conceito de medicina popular, foi considerado no seu sentido mais amplo, em contraposição à medicina oficial e acadêmica.

O presente trabalho não teve a pretensão de ser sistemático, primeiro, pela falta de uma literatura prévia. Existem poucos trabalhos sobre práticas de cura na RCI, focadas nas parteiras ou nas benzedeadas. Não foi encontrado nenhum trabalho acadêmico sobre os *giustaòssi* publicado no Brasil⁸. Busquei investigar, tentando observar o prático para além das imagens folclóricas ou sobrenaturais. Loyola (1984) afirma que os folcloristas no Brasil, ao falarem de medicina popular, descrevem-na relacionando à religião e adotando o ponto de vista da medicina científica

a única reconhecida oficialmente, eles tendem a conceber o conhecimento e as técnicas da medicina popular como sobrevivências folclóricas de uma época passada, de regiões rurais e comunidades tradicionais isoladas e atrasadas, ligando o desaparecimento dessas práticas terapêuticas ao desenvolvimento da urbanização. (LOYOLA, 1984, p. 3)

Priorizei compreender o universo simbólico para entender a relação que os informantes estabelecem com a medicina oficial, assim como o estabelecimento das diferenças e semelhanças entre seus discursos. Produzir dados a partir da inter-relação entre o pesquisador e o informante através da entrevista semiestruturada traz algumas especificidades. Entendo que essa relação foi de certa forma privilegiada à medida que há proximidade do meu universo simbólico e o do informante. Isso facilitou, ao ser recebida com menor grau de desconfiança, a partir dos primeiros diálogos estabelecidos. No entanto, isso também pode ter sido desfavorável na medida em que, por conhecer o tema, elaborei perguntas

⁸ Durante o decorrer da pesquisa me deparei com a publicação “*Mammane, tiraòssi e benzedeadas: la medicina popolare dei trentine del Brasile*” da autora brasileira Ivette Marli Boso. O livro foi publicado apenas na Itália pelo Museo Degli Usi e Costumi Della Gente Trentina. Tentei entrar em contato com a autora pelas redes sociais, mas não obtive sucesso. A autora é graduada em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina.

antecipando algumas respostas. Assim, reconheço, como Velho (2003, p. 15) coloca sobre si que “havia uma consciência da dificuldade de desnaturalizar noções, impressões, categorias, classificações que constituíam minha visão de mundo”. Mas essa proximidade não tornou a pesquisa impossível, já que englobamos múltiplas identidades e

[...] é esse multipertencimento que permite ao antropólogo pesquisar sua própria sociedade e, dentro dela, situações com as quais ele tem algum tipo de envolvimento e das quais participa. [...] A possibilidade desse empreendimento ser bem-sucedido dependem, sem dúvida, das peculiaridades das próprias trajetórias dos pesquisadores, que poderão estar mais inclinados ou aptos a trabalhar com maior ou menor grau de proximidade de seu objeto. Logo, para variar, não há fórmulas nem receitas, e sim tentativas de armar estratégias e planos de investigação que evitem esquematismos empobrecedores. Assim, cada pesquisador deve buscar suas trilhas próprias a partir do repertório de mapas possíveis. (VELHO, 2003, p. 18)

Na literatura acadêmica, o *giustaòssi* é citado em pelo menos três obras italianas: *Civiltà Rurale di uma Valle Veneta* (Academia Olimpica Vicenza, 1976) e *Introduzione a Richere Etnografiche Nel Veneto* (CENEPARI, 1981), escrita a várias mãos e *La Cultura Popolare nel Bellunese* (PERCO, 1995). As duas primeiras obras publicadas pela mesma instituição acadêmica e sobre a mesma região da Itália, o Vêneto – que é uma das regiões de origem dos diversos imigrantes da RCI. A primeira obra da Academia Olimpica Vicenza (1976, p. 400 a 406) traz uma definição para o “*giustaòssi*” ou “*tiraòssi*”, apresentando-o como uma figura fundamental no passado por promover a cura das torções e fraturas. Descreve o prático como sendo normalmente mais velho, dotado de muita sensibilidade, conhecido e reconhecido graças à sua boa fama. Pondera que seu trabalho não era oficializado e por isso praticava sua atividade na sua própria casa, quando algum paciente o procurava. Sua ação para arrumar os ossos era violenta e, em caso

de fratura, imobilizava o paciente com tala. Já em caso de contusões aplicava emplastos com água e sal e, às vezes, com alecrim e sálvia. Afirma que não se sabe onde esse prático aprendia esse conhecimento, se de uma prática antiga, se do serviço militar ou se era um segredo confiado por outro ancião, mas que, quando aparecia um *giustaòssi* “charlatão” logo ele era desmascarado pela sua má fama. Sobre remuneração dia que era recompensado pela sua cura com uma oferta livre do paciente, normalmente feita por gêneros naturais, conforme a generosidade do beneficiado. Talvez isso ocorresse porque o *giustaòssi* exercia quase sempre outra atividade. A obra termina afirmando que “*Il giustaòssi è figura non del tutto scomparsa*” ou seja, não de todo desaparecida (Academia Olimpica Vicenza, 1976, p. 406). Na obra *Introduzione a Richere Etnografiche Nel Veneto* (CENEPARI, 1981), quando trata da medicina popular, lista uma série de doenças, entre elas a torção, e que as pessoas recorriam, nesse caso, ao *tiraòssi*. Tal obra não apresenta o termo *giustaòssi* propriamente. A última obra citada, *La Cultura Popolare nel Bellunese* (PERCO, 1995), publicada por outra instituição, trata de Belluno, uma cidade da província do Vêneto. Ao tratar dos ritos e terapias, alimentos e vestimentas, versa sobre a saúde e a doença, focando no final do século XIX e início do século XX. Apresenta a organização sanitária e a quantidade de médicos da época, afirmando que a prática usual era a do tratamento doméstico, mesmo onde eram facilmente encontrados médicos, sendo relutante sua procura, pois

La comunità rurale preferiva rivolgersi a figure più familiari e apparenti allo stesso gruppo sociale: i praticoni del luogo (botanici, giustaoassa, comari, ecc.) e i preti, con i quali, sebbene non titolati, la comunicazioni risultava più spontanea. (PERCO, 1995, p. 292)
 [A comunidade rural preferia recorrer a figuras mais familiares e conhecidas, do mesmo grupo social: as velhas mãos do lugar (botânicos, giustaòssi, esposas, etc.) e os sacerdotes, com os quais, embora não tivessem titulação, a comunicação era mais espontânea] (tradução da autora)

Também especifica que o *giustaòssi* seria dotado de uma sensibilidade grande na percepção de alguma anomalia nas articulações e grande habilidade para curar os males do aparelho locomotor. Quando o problema era entorses ou fraturas se recorria ao *giustaòssi*, que através de massagem recolocava os ossos quebrados e nervos no lugar. Para facilitar a massagem, era usado sabão ou óleo de oliva e, depois que estivesse arrumado, o membro era enfaixado, sendo comum usar cânhamo embebido com clara em neve antes de enfaixar. O livro apresenta imagens de um *giustaòssi*, afirmando que o curandeiro fotografado seria um dos últimos “*giustaòs*”. A série retrata o processo de cura em uma distorção de pé, em três fases: a exploração e a massagem; a preparação de um rudimentar “gesso”; e por fim a bandagem ou enfaixamento do membro. Sobre a procura por esses curandeiros, ressalta que ocorria tanto pela familiaridade da comunidade quanto pela dificuldade de acesso à medicina oficial.

Na literatura nacional, no que concerne a literatura ficcional da RCI, foram encontradas referências. No livro Nanetto Pipetta⁹ o *giustaòssi* é o “curandeiro” chamado quando Nanetto quebra uma perna. Depois de quebrá-la, é chamado o *giustaòssi*, que o trata com chá de ervas, lava-lhe a perna e só depois de o ferido ficar consciente coloca o osso quebrado no lugar. O *giustaòssi*, nesse conto chamado “médico do óleo”, receita o jantar e o almoço para o doente: “sopinha de alho, um pouquinho de fuligem para dar cor ao rosto; depois um pouco de manjerona para combater o espasmo e algumas migalhas de pão ralado como fortificante” (STAWINSKI, 1988, p. 151). Como no dia seguinte o doente ainda estava com febre, consulta um livro “velho, garatujado de todo, desencapado, enegrecido como a cadeia de ferro da lareira” (STAWINSKI, 1988, p. 152). Como não melhorava, e o “médico do óleo” tinha ido viajar, recorre a uma benzedeira negra [sic]. Outro autor que cita o *giustaòssi* é Boscatto

⁹ Obra de Stawinski que compilou as histórias desse personagem, bastante conhecido na RCI, anteriormente publicadas em tópicos no jornal *Stafetta* Riograndense, entre os anos de 1924 e 1925.

(1994), em suas memórias, escreve sobre assuntos cotidianos da vida dos imigrantes italianos e, ao falar das enfermidades e seus tratamentos, os primeiros médicos e dentistas e a fé nos benzedores, cita também *giustaòssi*

Havia, também, um osteólogo inato e prático, no interior do município de Caxias, que os italianos chamavam de ‘*giusta ossi*’, conhecido pelo nome de Spigolin, com fama em toda a região colonial italiana. Nesta profissão, ‘Spigolin’ fazia verdadeiros milagres, pois ainda não existia o Raio X, ou ‘Rodgen’, para localizar as fraturas, mas ele conseguia com grande êxito, somente por meio de apalpação no local fraturado. (BOSCATTO, 1994, p. 42)

Esse autor demonstra um grande apreço pelo *giustaòssi*, nos tempos em que não tinha médicos e aparelhos modernos, se comparado à sua fala sobre as benzedoras, quando coloca em dúvida a eficácia de suas práticas. Battistel (1998), em seu livro *Polenta e Liberdade*¹⁰, narra a saga dos imigrantes italianos, desde a Itália até as colônias no Brasil. A figura do *giustaòssi* aparece duas vezes. A primeira em um conto chamado “A *Giústa Óssi*”, que conta a história do menino Mateus que quebra a perna levando um coice de um burro e por isso seu pai Pietro manda Nena chamar a *giústa ósso* “*Nineta Furet*”. Logo, Nena volta

acompanhada pela *giústa ósso*, uma mulher baixinha, de ancas largas, alegre e decidida; de cabelos curtos, vestido longo e espalhafatoso. Vestia um grande avental, com vários bolsos de diferentes tamanhos, quais sacolas dependuradas, com tesoura, faixas, panos, barbante... Examinou cuidadosamente a perna: - Puxa! Quebrou os dois ossos, hein! Temos que recolocá-los, enfaixá-los, estaqueá-los. Você terá que ficar em repouso durante quarenta dias. [...] quatro ovos, duas faixas de pano bem forte, da largura da mão, quanto mais longas melhor. Mais três estacas. Vou lhe ajudar a retalhá-las. [...] A *giústa óssi*: - Marta, pegue a perna

¹⁰ Para a elaboração do livro, Battistel realizou várias entrevistas e escreveu as histórias contadas como uma grande saga ficcional da Itália ao Brasil.

quebrada e faça como eu mandar. Nineta com muito tato, experimentou com os dedos onde estava quebrado [...] . A mulher colocou a bacia de terracota sobre a cama, deixou as estacas e tiras prontas, com maestria pegou com a mão direita o pé esquerdo logo abaixo do lugar afetado e puxou com firmeza. [...] Com calma, com mãos experientes, devagarinho, implacavelmente recolocava no lugar os ossos partidos [...] Nineta acabava de apor as três talas na perna e enfaixa-las com as tiras de pano embebidas em clara de ovo. Passou um barbante ao redor da tala. Estava pronto o trabalho. Marta acompanhou tudo. Não perdeu um só movimento dessas mãos hábeis. [...] (BATTISTEL, 1998, p. 36 e 37)

Os personagens viajam da Itália para o Brasil. Quando os imigrantes já estão instalados em suas colônias, em um domingo, as crianças brincam, e uma delas quebra a perna.

Ninguém entendia nada de ossos quebrados. Fazer o quê? Iéia perguntou à Marta.

- Você não ajudou a arrumar a perna do Mateus? E do velho Portagranda em Conde d'Eu? - Sim, mas entre olhar e amarrar uma perna, e arrumá-la definitivamente, há um grande abismo. - Se você quer, você pode. Faça essa caridade. Experimente. Perdido por perdido.[...] - Se você sabe, experimente, faça esse favor. [...] - E se a perna ficar torta? - É preferível torta que sem ela. [...] Marta alertou: - Eu preciso de ovos. Claras para untar as ataduras. [...] Marta com muito cuidado, colocou os ossos no lugar, com os dedos provou se havia saliências, achou que estava bom. Colocou as talas de madeira, enrolou as faixas e atou com as tiras untadas. [...] Deve ficar enfaixado durante quarenta dias. - Quarenta dias? - É o tempo necessário para colar os ossos. Amanhã virei vê-lo. (BATTISTEL, 1998, p. 382 e 383)

Essas duas histórias trazem informações bem detalhadas sobre o trabalho do giustaòssi, mas contradizem o fato de que ele atenderia apenas em casa. Podemos perceber é sobre a transmissão do saber poderia se dar através da observação e ajuda, além de atuarem por necessidade. Marta ajuda Nineta e observa tudo, e na segunda história, ela reluta, mas como não tem alternativa e as pessoas confiam nela, então imita o que já viu. Há uma fala sobre

chamar um médico na primeira história que não teria sido solicitado, pois cobraria caro e não sabia arrumar osso (BATTISTEL, 1998, p. 36 e 37). Reitera a ideia de que a existência desses práticos não se dá apenas devido à falta de médicos, “a busca pelo curandeiro não deve ser explicada, portanto, apenas sob o signo da escassez” (XAVIER, 2003, p. 342).

A presença desses práticos foi de alguma forma constante, do início da imigração até os dias atuais. Isso é corroborado na memória dos informantes e até em crônicas de jornais ou mesmo reportagens, como a publicada no *Pioneiro*¹¹ no dia 19 de julho de 1987 contando a história de Aurora Tartarotti, então com 86 anos. Na reportagem consta que Dona Aurora, de Farroupilha, aprendeu com o avô aos onze anos, tendo praticado apenas uma vez de criança e voltando a praticar adulta, quando seu filho pequeno precisou. Entre sua clientela cita o Bispo Moretto e o então prefeito da cidade. Outro registro em jornal, *Pioneiro* (1996), cita o arrumador de ossos Spigolin, que “consertou” o jogador uruguaio Bortagaray, do Esporte Clube Juventude, em Caxias do Sul, e que para ajudá-lo “recomendou um tratamento inusitado. ‘Disse que era para quebrar de novo e então consertar direito’. A base de água quente, clara de ovo e algodão, Spigolin de fato curou o craque.” Em outro jornal, *Correio Riograndense* (1986), há uma nota de falecimento de um arrumador de ossos nascido em 1900, natural de Montenegro e que residia há 43 anos em Vista Alegre de Ibicaré (SC), além de arrumador de ossos, receitava remédios caseiros.

Giustaòssi: praticantes e práticas

Como explicitado anteriormente, não foi possível seguir uma metodologia de rede, em que os próprios praticantes indicassem outros praticantes. Isso, pois os informantes não souberam indicar outros agentes, ou, se conheciam algum prático avisavam que não

¹¹ *Pioneiro*, 19/06/1987, p. 17

era “muito bom”, negando-se de forma implícita a dar mais informações. Então recorri à terceiros. Cheguei a um total de cinco informantes, sendo as entrevistas realizadas de agosto de 2012 a janeiro de 2013. Os informantes serão aqui identificados como A, B, C, D e E. Há um caso que foi inesperado, um dos informantes, chamado a partir de agora de E, que vive em uma região de imigração alemã, isso fez com que houvesse uma abrangência maior do campo geográfico inicialmente delimitado.

Os cinco informantes são todos praticantes, e são reconhecidos pelo fato de “arrumar” as pessoas, ainda que nem todos eles já tivessem ouvido a expressão *giustaóssi*. Dois deles conheciam como “reajusta osso” e um deles, da região de imigração alemã, nunca ouvira falar do termo e não teria um nome, se apresentando como massagista (mesmo sem curso para tal). Quanto ao local de nascimento, dois nasceram em Caxias do Sul, dois em Vista Alegre do Prata e um em São Paulo das Missões. Apenas um dos informantes atua em uma cidade em que não nasceu.

Quanto à problemática que se colocou em razão de um deles ser de origem alemã e afirmar que não há em sua família nenhum antepassado de imigração italiana, tentei encontrar indícios que demonstrassem possíveis contatos entre sua família antepassada e imigrantes italianos, tal como ocorreu com a família do informante A, que é de origem italiana, mas que apesar disso aprendeu também com uma sogra de origem alemã. A naturalidade do informante E é de “São Paulo das Missões”, cidade fundada em 1912, por um grupo de colonos de origem alemã, vindos das proximidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo (SÃO PAULO DAS MISSÕES, 2019). Seus antepassados são da mesma região que ele atua nos dias de hoje. Essa região é vizinha à RCI, e por isso não é impossível cogitar uma intercomunicação entre as etnias. Em uma crônica publicada no site do Jornal Contexto, de Carlos Barbosa, por Guerra (2013), ele afirma que o “*giustaóssi*”, o conhecido arrumador de ossos, é uma figura em franco processo de extinção nas colônias alemã e italiana”. Esses são indícios da interação entre as etnias, visto a presença de

um arrumador de ossos que nasceu em Montenegro, cidade da região de colonização alemã, com sobrenome italiano (CORREIO RIOGRANDENSE, 1986). Porém não deve ser descartado a possibilidade de existir entre os imigrantes alemães também algum prático especializado em ossos e torções.

Quanto ao gênero, quatro dos informantes são do sexo masculino e uma do sexo feminino. Aqui duas questões se colocam. Apesar da preponderância do sexo masculino, quatro de um total de dez inicialmente indicados, eram mulheres. Outro dado tratado nos próprios relatos dos informantes, que aprenderam com mulheres. O informante E aprendeu com a mãe, o informante A aprendeu com a sogra e com a tia, e ainda o informante D também tem duas irmãs práticas que aprenderam com o pai. Percebemos, então, que há maioria masculina, mas a presença feminina não pode ser considerada pequena. Em uma crônica de jornal sobre os *giustaòssi* o autor diria que “Muitas mulheres também fizeram fama, mas o machismo vigente na época conduzia a clientela para o sexo forte” (GUERRA, 2013). A presença feminina traz indícios de estar ligada à benzedura. A única informante feminina também benze e teria aprendido ou “pegado” com sua sogra e tia esse dom. O informante E, que aprendeu com a mãe e o tio, diz que a mãe também benzia. Sobre a benzedura, uma prática muito popular na região, ressalta-se um trecho do livro “Benzedeiros e Benzeduras”, que descreve a atividade das benzedeiros da região¹². Apesar de não querer

¹² [...]com pouco ou nenhum estudo, humildes e que moram em casas desprovidas de conforto. Todas se dizem de formação católica. As benzedeiros não cobram, mas aceitam presentes [...] Também não admitem agradecimentos, porque acham que a benzedura perde o efeito. [...] se consideram portadoras de um especial poder de curar, algo como se fosse um fardo [...] encarado com resignação, sendo uma missão a cumprir pelo amor ao próximo. Este “poder” é entregue pela própria família, isto é, quando a benzedeira está ficando idosa, começa a investigar entre suas filhas ou netas a que deve continuar o “dom da cura”, e aí é preparada a nova benzedeira, sempre com muito segredo porque, se a reza for revelada, perderá o efeito. [...] Se algum familiar estiver com problema de saúde, com doença grave, elas levam para outra benzedeira, porque “não presta” benzer seus descendentes. E se a benzedeira tiver alguma doença, não poderá benzer a pessoa que sofre do mesmo mal porque não irá curar. Também existem dias em que não realizam a benzedura, que são aos sábados, domingos, dias santos e, da mesma forma, depois que o sol se põe. Mas se aparecer um “anjinho” será aberta a exceção... E tem aquelas que benzem “de longe”, isto é, a pessoa não precisa estar presente. Nos dias

confundir as duas práticas, interessei-me em saber se houve pontos de intersecção delas. O livro acima fala de vinte e quatro mulheres benzedoras, existem homens em número expressivamente menor. Assim, enquanto o ato de curar pela fé parece ser serviço feminino, o ato de curar com a ação prática tem preponderância ser considerado uma função masculina. Aqui um estudo sobre as construções de gênero poderia ser apropriado.

A literatura costuma apresentar a figura do *giustaòssi* como idosa, e os informantes tem idades na faixa dos 50 anos, sendo um com 75. Mas, segundo o relato dos informantes, três começaram aos 30 anos, dois antes dos 20 anos. Aprenderam através da observação e colocaram em prática seu dom em algum momento de necessidade. O ensino, ou a transmissão do conhecimento, ocorreu de maneira informal. Todos os informantes estudaram no ensino regular apenas até o primeiro grau, e por vezes nem mesmo chegando a completar o “ginásio”. A transmissão desse saber-fazer, interessava-me muito, o próprio livro já citado da Academia Olimpica Vicenza (1976, p. 406) dizia que, como se passava o conhecimento permanecia um mistério. Já esperava uma dificuldade de compreender esse processo, tratando-se de um processo cultural de décadas, essas formas de transmissão devem ter se transfigurado. Através dos relatos alguns indícios puderam ser apurados: de uma forma ou de outra os laços de parentesco estão fortemente envolvidos. No entanto, sempre envolve um interesse demonstrado por eles quando jovens em buscar junto aos práticos que conheciam, iam ver (observando) quando podiam, além de terem convivido com pai, mãe ou avô que eram práticos. O aprendizado não foi restrito apenas à eles, alguns dos irmãos também aprenderam, mas não praticam por que não “fazem a mesma coisa” conforme três informantes. Todos são categóricos ao afirmar que é uma questão de “dom” ser bom ou não. Segundo eles, é possível aprender, mas

de hoje, com a globalização, algumas benzem até por telefone! Mas as mais antigas não desprezam uma pecinha de roupa, uma camisetinha [...] (SANT'ANA, 2008, p. 13)

tem de ter um dom para ser reconhecido. Três informantes afirmam que têm de receber o dom de alguém, algo parecido com o caso das benzedeadas (SANT'ANNA, 2008, p. 13). Em dois casos (informante C e E) começaram quando o familiar que atendia já não tinha mais forças, primeiro ajudando, depois assumindo a função. No caso do informante D, foi quando o pai se mudou para outro estado e as pessoas passaram a procurá-lo. Ainda sobre isso, as respostas definem que o gosto, o dom já se mostra desde criança, seja por ajudar o pai ou o tio a cortar as “talinhas” para imobilizar, como o informante D e E relatam, seja no olhar mais cuidadoso ao observar, gostar de ir ajudar. Perguntados se ensinaram alguém, apenas o informante B respondeu que sim, com certo arrependimento, pois, segundo ele, a pessoa “não tinha a mesma sensibilidade”. Os demais gostariam de ensinar, sendo que o informante D e o E apresentaram já possíveis pretendentes, em ambos os casos, uma das filhas, que já demonstraram interesse, afirmando que essas possuem o dom. Ao serem questionados sobre os motivos de exercerem a atividade, mesmo as opções do questionário sendo “meio de vida, prática religiosa, sentido lúdico, etc”, não apresentei-as deixando um tempo para uma resposta espontânea. Quatro responderam rapidamente que por satisfação, por gostar, por gostar de ajudar. Apenas um, o informante D, respondeu “por começar a vir gente”, é como se a escolha não fosse dele, mas da necessidade. É possível ainda que algumas pessoas tenham o dom reconhecido, todavia não queiram exercer, como relata o informante E, sobre quem o ensinou:

[...]o melhor era o irmão dela, só que ele não queria fazer. Esse era bom, nossa mas ele não queria fazer... eu me lembro que ele morava fora, a gente se machucava e ia lá, mas ele fazia questão assim que isso não era pra ele fazer. E o cara era bom. [informante E]

Quando comentei as opções que apresentava o questionário dois deles responderam que acabou virando um meio de vida, não sendo originalmente esse objetivo. Mas nenhum associou a um sentido lúdico ou religioso. Todos levam muito a sério seu ofício e,

fora a informante A, pareciam querer se afastar da questão religiosa. Isso se expressou em duas entrevistas, com o informante B e C. Ambos consideraram estranho eu perguntar se eles também benziam, se entreolharam e disseram que não benziam. Se esse olhar foi de estranhamento com o assunto ou de segredo (aqui seria necessário diferenciar a piscadela da piscadela¹³), não saberia dizer, mas pareceu que houve certo desconforto. Em outro momento, na entrevista com o informante E, contou que a mãe benzia, que era muito conhecida, mas segundo ele, “Eu podia ter começado, mas eu não queria misturar o serviço...” ele continua

era pra fazer isso também, podia, tenho sensibilidade, mas não, é que eu tenho muita gente assim, eu já tô muito estressado já, daí imagina, tá atendendo um povão daí, porque tu sabe, vem um povão daí, os meu clientes já são mais selecionados... Um cara é dono da (cita uma marca de automóveis), é tudo assim né [...] [informante E]

Logo, seria possível analisar que a preocupação era manter uma clientela mais selecionada, mas ele continua explicando

[...] o dono da (cita uma empresa) até queria atender, vai vir hoje de tarde... É claro eu atendo os pobres do mesmo jeito que eu atendo os milionários, mas eu já cobro pra não ficar muito baixo porque senão enche demais com gente que não é por causa de... aí né, baixinho o valor daí né... já canso... imagina tu atender...” (enquanto isso ele me mostra suas mãos e seus dedos). [informante E]

A preocupação dele parece ter mais a ver com a quantidade do que qualidade. Sendo esse informante um dos que vivem dessa

¹³ Nas aulas da disciplina de Registro de Imagens em Antropologia com a professora Dra. Liliene Gutierrez, ao falar de método etnográfico, ela citou as questões universais, que se diferenciam pelo sentido que se dá a essas questões, e caberia à antropologia distinguir piscadelas de piscadelas, se referindo às diferentes piscadelas que existem. Isso seria compreender as lógicas de um determinado grupo. Conforme Geertz (2008) comenta no primeiro capítulo de sua obra “Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura”.

atividade é esperado a preocupação com esse requisito. Porém quando falou um “povão”, lembrei-me de ver, na infância, filas para benzer, na casa de uma mulher que benzia na rua em que morava. Quando foi perguntado se a atividade gera renda para a família, três responderam que sim, um gostaria de se profissionalizar, fazendo cursos, para passar a exercer somente essa atividade. A ideia de se profissionalizar, através de cursos de massoterapia, legitimaria a atividade, tornando a prática mais compatível com os dias atuais. Isso ocorreu com o informante A, cuja renda vem apenas da atividade que exerce. Antes de se dedicar exclusivamente à prática, fez diversos cursos e hoje atende em uma sala específica para a atividade, dentro da sua moradia. O informante E, que também tem a renda apenas oriunda dessa atividade, apesar de não ter feito cursos, mantém junto à sua casa, uma sala para atendimento. O informante D, que hoje se dedica só à prática e é aposentado, passou a atender as pessoas que o procuraram ainda quando trabalhava em outra atividade. Assim, hoje, a renda da família vem parte dessa atividade, parte da aposentadoria. Este último também possui um local específico para atender, mas esse local não é no mesmo terreno que sua moradia, e sim numa pequena casa de dois metros por dois perto de onde vive. Os outros dois, atendem de forma mais improvisada, sendo um na área fora da casa e outro na cozinha da casa onde vive. Nessa análise do local onde ocorre a prática, percebemos que mesmo de forma improvisada, todos informantes têm um local fixo para atendimento.

Quanto ao público, a maior procura ocorre por pessoas que se machucam no trabalho, sendo que três deles referiram-se a agricultores, caso dos informantes que moram em áreas mais afastadas dos centros urbanos. Também pessoas que se machucam no lazer, citando principalmente jogadores de futebol amador. Dois disseram atender mais adultos e poucas crianças. Mas o informante A disse atender muitas crianças, sendo quase metade de seu público. A quantidade de atendimentos por dia varia muito, de 2 a 15 por dia, entre os que vivem da atividade. Número significativo procuram

esses práticos nos dias atuais, em que o déficit de médicos não é uma realidade na região. O que me fez perguntar o porquê desse público tão alto, na qual os praticantes responderam, com base nas suas percepções: questão de fé, de crer que vai ficar melhor; que eram procurados por serem bons naquilo que faziam.

Um indício que eles não se veem como uma concorrência direta da medicina oficial, que fica ainda mais claro quando questionado se eles se recordam das mudanças nos modos de fazer essa prática e falam que os antepassados curavam osso quebrado e que hoje a grande maioria não faz mais, ou pelo menos prefere não fazer. Os informantes insinuam que o médico não tem a mesma preocupação como eles, quando se trata de “torção” ou “destroncamento” em deixar “reto”, pois o médico “enfaixa sem colocar no lugar” e isso levaria ao pé curar “torto”. Mas todos reconhecem que há limites para a sua prática.

Ah, uma outra que veio aqui com o bracinho ah com a clavícula deslocada que nasceu, e os médicos não queriam colocar no lugar e a mãe tava muito nervosa e só iam botar quando ela fosse mais velha, e aí eu peguei o bracinho dela coloquei no lugar e enfaxei e hoje ela tem o braço perfeito e ela tem 5 anos de idade hoje, ela vem aqui seguido. (informante A)

[...] na hora que eu vou fazer a massagem né. Eu experimento duas vezes, se não dá, daí eu digo, vai no médico. Porque se eu dou um puxão e quebra daí quem é que o responsável? [informante D]
Tem tudo isso, que não adianta só melhorar, eu gosto que fica bom né. Quando resolve o problema, claro tem coisas que não tem, é só operando, tem aquela porcentagem, digamos 30% tem que ir no médico, tem que operar. [informante E]

As mudanças ocorridas nos modos de fazer são adaptações aos novos tempos. Dois informantes afirmaram fazerem mais do que aquele com quem aprenderam. Um afirma que faz mais por ter feito cursos de massoterapia. O uso do espaço também foi sendo modificado, pois passa a ser em locais cada vez mais específicos da casa, como uma sala própria, fora do convívio íntimo do núcleo

familiar, além dos próprios medicamentos usados, pois alguns deles substituíram as antigas soluções¹⁴ por pomadas ou óleo anti-inflamatórios comerciais (manipulados). Defendendo seu conhecimento, os informantes afirmam que o trabalho que fazem tem resultados mais rápidos, principal justificativa dada quando perguntados se na opinião deles é importante preservar esse conhecimento (todos responderam que sim). O informante E disse que as pessoas que o procuram têm essa preocupação da continuidade “Nossa, muito, tem gente que me pergunta se eu não tô treinando alguém, se eu não tenho um filho [...]”. Já o informante A quando questionado porque achava que sim, mostrou preocupação com quem iria dar continuidade, que teriam poucas pessoas interessadas em se tornar práticas desse saber-fazer.

Considerações finais

As práticas de cura aqui apresentadas estão em contraposição às que são institucionalizadas nos sistemas da medicina, e por isso a chamamos de medicina popular. No entanto, essa terminologia pode levar a imaginarmos como análoga ao conceito de cultura popular, colocado esse sempre em oposição com a cultura erudita, ou a cultura da elite. Essa analogia não atinge a amplitude dos jogos e mentalidades elaborados pelos agentes dessas práticas, aqui contemplando os que atendem e os que procuram, haja vista que não existiria uma prática de cura sem o acometido pelo mal, que procura a cura. Ainda que não tenha sido o foco dessa pesquisa etnográfica, é possível constatar que o público que procura o giutaòssi não é carente de acesso à medicina oficial, o giutaòssi representa um mesmo universo simbólico que aquele que o procura. O giutaòssi redirecionou seu papel de arrumador de ossos fraturados para “arrumador” de todo o sistema locomotor,

¹⁴ Arnica no álcool para picadas de insetos, clara em ovos para pés com torções, salmora, entre outros citados pelos informantes.

incluindo os músculos, bem como transfigurou sua prática, já que muitos deles não arrumam mais fraturas de ossos.

Esses práticos, em sua maioria, não conheciam o termo *giustaòssi*, apresentando outras variações, mas todos utilizaram o termo *massagista*. Isso torna mais difícil a identificação desses agentes e a diferenciação entre eles os *massagistas* que aprenderam em cursos. O público que os procuram, e acreditam que serão curados, o que, segundo eles, é necessário para o sucesso da atividade é que os legitimam. Essa prática, que é legitimada pela população que procura os “arrumadores de ossos”, teve uma função social importante tanto no início da imigração, em que faltavam médicos, como atualmente. Esse trabalho preliminar pode ser um ponto de partida para mais estudos como também para preservação, do ponto de vista cultural e histórico, desse saber-fazer.

Referências

- BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Polenta e Liberdade*. Porto Alegre: EST, 1998
- BOSCATTO, Claudino Antonio. *Memórias de um neto de imigrantes italianos pioneiros de Nova Trento*. Flores da Cunha: O Florense, 1994.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CENEPARI, L. (org). *Introduzione a Richere Etnografiche nel Veneto*. Academia Olimpica Vicenza, 1981
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GUERRA, Diogo. *O Arrumador de Ossos*. Disponível em: <http://www.jornalcontexto.com.br/arrumador_de_ossos.htm>. Acesso em: 15 maio 2013.
- IPHAN. *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais*. Brasília: IPHAN, 2002.

IPHAN. *Inventário nacional de referências culturais*: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

Academia Olimpica Vicenza. *Civiltà Rurale di una Valle Veneta*: La Val Leogra. Academia Olimpica Vicenza, 1976.

LOYOLA, Maria Andréa. *Médicos e Curandeiros*: conflito social e saúde. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo, SP: DIFEL, 1984.

PERCO, Daniela (org). *La Cultura Popolare nel Bellunese*. Cariverona Banca SPA: Cinisello Balsamo, 1995.

SÃO PAULO DAS MISSÕES. PREFEITURA MUNICIPAL. *Histórico do Município*. Disponível em: <<https://www.saopaulodasmissoes.rs.gov.br/site/conteudos/174-historia-do-municipio>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

SANT'ANA, Elma; SEGGIARO, Delizabete. *Benedeiras e Benzeduras*. 3ª edição. Porto Alegre: Ed. Alcance, 2008

STAWINSKI, Alberto Víctor; TCACENCO, Maria Adami. *Vida e História de Nanetto Pipetta*. Caxias do Sul, Porto Alegre, RS: EST EDUCS, 1988.

VELHO, Gilberto. *O desafio da proximidade*. In: VELHO, Golberto; KUSCHINIR, Karina (Orgs). *Pesquisas Urbanas*: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

XAVIER, Regina. *Dos males e suas curas*: práticas médicas na campanha oitocentista. In: CHALHOUB, S. et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*: capítulos de história social. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

PIONEIRO. Caxias do Sul, ano 48, nº 6475. 07 set. 1996. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=885959&pesq=>>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

CORREIO RIOGRANDENSE. Caxias do Sul, ano 78, nº 3962. 23 abr. 1986. Disponível em: <<http://http://lhttp://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=54730&p=12&Miniatura=false&Texto=false&l=pesquisa&s=pesquisa>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

Ciranda teuto-riograndense: cultura, música e censura

*Bruno Felipe Trein*¹

*Gabriel Henrique Tadler*²

*Odirlei Padilha*³

Considerações iniciais:

A Ciranda Musical Teuto-Rio-grandense contém traços culturais variados dentro de sua história. A Ciranda tinha características singulares, mas também estava introduzida dentro de um contexto nacional da “era dos festivais”. Esse evento cultural também se insere dentro do regionalismo e do nativismo da época. O artigo divide-se em três partes. Na primeira será mapeado o elemento teuto na região, destacando o contexto de sua chegada e sua instalação. Essa parte também irá abrigar o contexto do regionalismo e do nativismo nas décadas em que a Ciranda foi desenvolvida. A segunda parte narra o evento Ciranda desde seus patrocínios, idealizadores, participantes, músicas, imagens e símbolos. A terceira parte apresenta a Influência da ditadura, e consequentemente o impacto do AI-5 no evento taquarense.

A pesquisa foi realizada em livros, artigos e no Acervo Documental e de Pesquisa-ADOP: Ciranda Musical Teuto Rio-

¹ Acadêmico do curso de História – Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. bft_tc@outlook.com

² Acadêmico do curso de História – Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. g.tadler@hotmail.com

³ Acadêmico do curso de História – Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.odirleipadilha@sou.faccat.br

grandense de Taquara/ FACCAT/ Laboratório do Curso de História. Os resultados revelam que a Ciranda foi um evento singular, mas estava inserido e exposto a acontecimentos de sua época. Esse evento foi muito importante para os artistas e a cultura das décadas passadas.

Imigração

Dentro do evento Ciranda, existem vários elementos da cultura alemã, trazidos pelos imigrantes, a partir de 1824. Diante disso, torna-se importante uma rápida contextualização sobre essa imigração alemã na Província de São Pedro, especialmente, na Fazenda do Mundo Novo, onde está localizada atualmente a cidade de Taquara, que foi palco da Ciranda Musical.

Os alemães quando chegaram na Província de São Pedro, se deparam com um cenário que era fruto de acontecimentos de séculos anteriores. Esse espaço sulino foi alvo de inúmeras disputas entre a Coroa espanhola e a Coroa portuguesa, pois ambas tinham interesse nesse espaço geográfico que estava muito próximo a região do Prata. Em 1750 foi assinado o Tratado de Madrid, e partir disso, onde hoje temos o Rio Grande do Sul, passou a ser posse da Coroa portuguesa. Como os portugueses defendiam os princípios de *uti possidetis*, eles estimularam o povoamento da Província de São Pedro.

“O espaço, que originalmente chamamos de Mundo Novo, surgiu da ocupação para atendimento aos interesses da Coroa Portuguesa em ocupar o sul do Brasil para garantir a posse das terras. Os registros localizados até o momento permitem afirmar que nesse espaço viviam pessoas de diversas origens: indígenas, espanhóis, açorianos, paulistas, portugueses e negros. (FERNANDES, 2011, pág. 18).”

Fernandes escreve que o espaço que posteriormente seria também ocupado por imigrantes alemães era detentor de uma pluralidade de etnias, e olhando o “macro da História do Brasil” essa ocupação atendia interesses lusos.

Esses homens e mulheres que ocuparam as áreas do Mundo Novo, “preparam” o terreno para os imigrantes europeus posteriores, agiram como uma espécie de frente de expansão, limpam o terreno e isso facilitou a vida dos futuros moradores. Essas ideias de expansão foram mantidas pelo Império Brasileiro. (Fernandes, 2011). A primeira leva de alemães chegou em julho de 1824 em Porto Alegre e na Real Feitoria do Linho Cânhamo, que tempos depois se chamaria São Leopoldo. Essa imigração de europeus não aconteceu por acaso, nesse espaço sulino ocorreram diversos conflitos, tanto Portugal e o Império Brasileiro enxergavam a clara necessidade de aumentar o contingente demográfico desse local e consequentemente a ocupação de grandes áreas devolutas.

Outros motivos que fizeram Dom Pedro I estimular a imigração de europeus foi o já anterior desejo de “branquear” a população brasileira, a troca gradativa da mão de obra escrava pela assalariada (essa parte obedecia a interesses políticos). Como o Sul era um lugar conflituoso, os imigrantes também foram trazidos com o intuito de reforçar os contingentes brasileiros. Essa vinda de alemães foi estancada em alguns momentos no século XIX, por exemplo, durante a Revolta Farroupilha (1835-1845).

Tristão Joze Monteiro nasceu em Porto Alegre, no ano de 1816, esse homem foi um importante personagem na colonização da Fazenda do Mundo Novo. Ele e seu parceiro Jorge Eggers compraram a Fazenda do Mundo Novo da viúva Leaens em 1845. Monteiro teve participação muito importante naquele período pois ele promoveu a vinda de imigrantes alemães, comercializou lotes com eles, oportunizando dessa forma a grande mudança pela qual passou aquela região nas décadas seguintes. Taquara encontra no ano de 1846 um ano marcante para suas origens, quando se inicia um aumento demográfico oriundo de imigrantes europeus, principalmente, alemães.

Com a chegada dos alemães a região do Alto Vale dos Sinos houve um choque cultural entre os recém-chegados e os que aqui estavam. Além de mudanças sociais houveram também mudanças

na paisagem, um dos maiores indicadores dessa mudança é o desmatamento dos pinheiros.

Os alemães aqui instalados trouxeram consigo conhecimentos técnicos, além de sua mentalidade, sua maneira de viver, mesmo que estivessem já estabelecidos no Brasil. Existem algumas características que permitem identificar os descendentes de imigrantes alemães: O uso do dialeto alemão, que é usado até os dias de hoje, inclusive em documentos. A religiosidade e a vida comunitária, a celebração de diversas festas, a organização da pequena propriedade (Reinheimer, 2005).

Essas atividades realizadas pela população teuto-brasileira, influenciaram muito a região onde está localizada atualmente Taquara. E a música sempre esteve presente dentro do cotidiano desses teuto-brasileiros, um forte indicador disso é que foram formados coros (Sänger) por esses indivíduos.

Podemos encontrar em diversos espaços ao longo do tempo traços oriundos dessas múltiplas atividades culturais, inclusive no Evento Ciranda Musical, onde está presente algumas características teuto-brasileiras.

Em meados do final da década de 1960 e no início da década de 1970 surgem no Brasil os festivais musicais, esses festivais davam grande ênfase aos problemas nacionais e a anseios da sociedade naquela época. No Rio Grande do Sul não foi diferente, diante disso surgiram os festivais regionalistas/nativistas. O Festival Califórnia da Canção Nova, oriundo de Uruguaiana em 1971, foi o evento que estimulou e desencadeou outros festivais de música no Rio Grande do Sul, inclusive a Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense (Reinheimer, Smaniotto, 2019).

O regionalismo presente nessa “era dos festivais”, ganhava muita força como uma oposição ao nacionalismo, e também se beneficiava com a ampliação do mercado fonográfico envolvendo a música regional. Esse regionalismo faz referência a uma suposta identidade gaúcha, e na música gravada encontramos elementos

que nos ajudam a mapear essa identidade gaúcha, conforme OLIVEIRA, 2007, p.505:

Através da canção gravada foi possível observar na letra e na música dessas composições grande diversidade de recursos que representavam através de imagens poético-musicais toda uma iconografia relacionada à representação do gaúcho rio-grandense, integradas a uma performance vocal e instrumental, ao desenvolvimento de arranjos e à expansão de timbres associados a instrumentos característicos.

O nativismo gaúcho dos anos de 1970 e 1980 aconteceu em meio a diversos movimentos sociais que aconteciam no mundo, por exemplo o movimento hippie, Woodstock. Porto Alegre era repetidora de tudo isso, conforme LESSA, 2008, p.102:

[...] nos anos 80, foi descoberta a estrada larga da tradição. Bem em sintonia com a nova época, essa descoberta se faz na base do som, da música, do acampamento ao ar livre, do informalismo das roupas, da bombacha e da bota. E Renato Borguetti, gaiteiro de 19 anos de idade, culturalmente nascido num CTG-casualmente o pioneiro 35-tounou-se o guru dessa gurizada medonha [...]

Essa geração não queria ser rotulada como tradicionalista, pois isso remeteria as gerações anteriores, com isso preferiram ser chamados de nativistas. O principal ponto de ação do nativismo era Porto Alegre, e partindo da capital do Rio Grande do Sul, em direção ao interior do Estado, a música nativista estava inserida dentro de acampamentos, por exemplo, eles se acomodavam na cidade de Taquara, onde era realizada a Ciranda Musical Teuto- Rio-Grandense.

Os festivais musicais eram como vitrines para artistas daquela época, e dentro de suas composições encontramos os elementos latentes da época. Ou seja, a Ciranda Musical tinha dentro de seu conteúdo musical elementos do nativismo, regionalismo e da cultura alemã. Tudo isso contribuiu para a singularidade desse festival cultural taquarense.

Ciranda Teuto-Rio-Grandense

O evento ciranda musical realizado entre as décadas de setenta e noventa, do século passado, no município de Taquara no Rio Grande do Sul, foi um dos principais eventos musicais do estado, por que não dizendo o segundo maior. Reconhecendo sua devida importância diante da sociedade, achamos de extrema importância descrever, mesmo que de forma sucinta, sobre o evento. Sabendo que poucas obras científicas foram realizadas sobre o evento, até então, buscamos aqui apresentar o festival destacando sua origem, organização, repercussões, principal música de cada edição e sua finalidade junto a sociedade.

“Ciranda” era o nome de um instrumento, peneira, utilizado nos moinhos da região colonial para selecionar grãos. Se nos moinhos selecionava grãos, no festival selecionaria músicas. E a partir deste viés selecionou as principais músicas teuto-rio-grandense por onze edições do evento.

Em 1970 o poeta Eldo Ivo Klain propôs a iniciativa de um evento a nível regional, ou até estadual, que se concilia a cultura teuto, trazida pelos imigrantes, junto as tradições gaúchas, tendo em vista o papel dos imigrantes na formação do estado do Rio Grande do Sul. Em 18 de novembro do ano seguinte, no CTG (Fogão Gaúcho) ocorreu uma reunião cujo objetivo era discutir a organização cultural do evento. Mas a confirmação do evento só se efetivou em 02 de fevereiro de 1972, quando o prefeito da cidade (Taquara) confirmou o festival como principal atração do 90º aniversário da cidade, ocorrendo na semana dos dias 22 a 28 de março de 1972.

O evento realizado pela prefeitura municipal junto ao CTG Fogão Gaúcho e com apoio de empresários locais foi bem aceito pelo público, que lotou durante as três noites de evento o clube 5 de maio. Com o aumento do público a partir da segunda e terceira edição, fez com que o festival mudasse de local, passando a ser realizado no Centro Cultural Esportivo Santa Teresinha. Sua última

edição teve um total de 5 mil pessoas presentes no decorrer do evento que foi realizado na Sede da Associação dos motoristas.

A Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense foi uma promoção conjunta da prefeitura municipal de Taquara e do CTG “O Fogão Gaúcho” e ao decorrer de suas edições foi patrocinado por empresas da região, tais como: Calçados Azaléia, calçados Bibi, Calçados Starsax, Lojas Bom lar, Macofer, cartonagem Salft, entre tantos outros.

O evento teve repercussão nacional, tendo no decorrer dele participações musicais de outros estados. O festival era transmitido pelas plataformas de rádio, jornais e canal de televisão. A rádio Taquara, assim como a rádio Gaúcha, rádio Bandeirantes, entre outras, transmitiam o evento pela AM e FM. Já os jornais; Panorama, NH, Zero Hora, Correio do Povo, assim como os canais de televisão; RBS Tv, Tv Guaíba, Tv Pampa e Tv Educativa, entre outros meios de comunicação. Também repercutiam o evento pelas suas plataformas.

Cada edição era selecionada uma música campeã do festival. A tabela abaixo apresentara a edição e a música campeã:

Edição	Música classificada em 1º lugar
1ª-1972	“Peregrinos” Letra de Jaime Caetano Braun e música de Bruno Neher.
2ª-1976	“Picada, Linha e Coxilha” de Antônio Fagundes e Bruno Roberto Neher.
3ª-1978	“Céu, Sol, Sul, Terra e Cor” de Jader Moreci Teixeira.
4ª-1980	“Canção do Caminhante” de Paulo Roberto Alves da Silva.
5ª-1982	“João Mulato Carreteiro” Gaspar Machado e Talo Pereyra.
6ª-1983	“Campeão do Bolão” Bruno Roberto Neher e Jorge Fagundes.
7ª-1984	“De Como Amar um Rio” de Sérgio Rojas e Beto Barros.
8ª-1986	“A Dança das Mãos” Mauro Moraes e Chico Sarat.
9ª-1988	“Que Homens São Esses?” De Francisco Castilhos e Carlos Moacir Pinto Rodrigues.
10ª-1990	“Chico Mendes” José Fernando Gonzáles e Talo Pareyra.
11ª-1996	“Num Canto Qualquer do Pampa” de Paulo Roberto Alves da Silva.

A Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense abriu espaço para exposições culturais da região, com foco na cultura alemã e

gauchesca. Segundo Patrícia Kebach⁴ (2012) “a ciranda abriu espaço maravilhoso para que os alemães, os descendentes de alemães aqui da região e de outras do Rio Grande do Sul pudessem manifestar isso e pra que os gaúchos pudessem cantar suas tradições”.

Jair Kobe⁵ caracteriza a dinâmica do evento, “a ciranda sempre teve características mais livre, isso confundia a música urbana com a música gaúcha o que foi extremamente importante” (2012).

Através das palavras de Walter Kebach⁶ podemos traduzir o propósito da ciranda:

“Mas a ciranda ela tinha um propósito, era unir o que tinha de gauchesco, aqui mais gauchesco mesmo no Rio Grande Sul com a coisa Teuto, com a coisa que veio da Alemanha. Então a finalidade era juntar estas duas coisas e daí então os compositores da época criariam uma coisa diferente até pra dar um repertório novo. Ora se fizeram um repertório para CTG´s; se baseariam nesta música alemã também e na própria italiana. Vamos ver nesta parte alemã pra ver o quê que se cria, fazer um novo ritmo ou uma nova música, uma nova proposta, mas dentro deste princípio unir o gaúcho com o alemão e aí então criar um terceiro elemento que seria esse. Isso era a finalidade da ciranda”

Essa “aculturação”, trocas de experiência, permitiu que a cultura alemã através dos bailes Kerb adentrassem no mundo cultural gaúcho ganhando espaço nos próprios ctg´s. A cirando proporcionou esta pluralidade cultura.

João de Almeida Neto ⁷ caracteriza a organização do evento de forma positiva, salientando a estrutura física do local, a sonorização

⁴ Patrícia Fernanda Carmem Kebach: integrante do Grupo Som Arte. Participou de várias edições da Ciranda juntamente com o grupo.

⁵ Jair Kobe: participou da 5ª edição da ciranda como compositor, ao lado de Sergio Napp da música “Recuerdos”.

⁶ Walter Alexandre Kebach: Fundador e integrante do Grupo som Arte. A família Kebach esteve presente em todas as edições da ciranda.

⁷ João de Almeida Neto: Participou da 10ª edição da ciranda interpretando a música “Chico Mendes” de Talo e José Fernando.

adequada, assim como a cobertura por parte das emissoras de rádio. “Era um festival muito bem organizado”.

E por fim, o festival não teve apenas importância cultural, mas também uma importância econômica como destaca Pedro Ernesto Denardin⁸:

“Um festival é um grande evento então o valor econômico disso é muito importante porque ali tem músicos se lançando, tem gente ganhando dinheiro, tem a cozinheira trabalhando, tem todos os aspectos de um grande evento, isso também é importante nos festivais, e sobretudo se tu fores ver quando surge as grandes músicas...todas as grandes músicas...oitenta por cento nasceram nos festivais. ”

Contudo os depoimentos corroboram a ideias de que o festival foi um tremendo sucesso na região do vale do Paranhana, quando se tem pessoas de alto gabarito fomentando essa concepção.

Reflexos do AI-5 no festival ciranda musical

Com o fim da segunda guerra mundial inicia-se a guerra fria, com conflitos indiretos entre os Estados unidos da América e a União Soviética. O mundo encontrava-se dividido, e não tardou para que percebesse esses reflexos no Brasil. Em meio a esse caos político, na madrugada do dia 2 de abril de 1964, tendo convocado uma sessão extraordinária o senador Auro de Moura Andrade falava ao congresso:

O senhor presidente da república deixou a sede do governo, deixou a nação acéfala numa hora gravíssima da vida brasileira em que é mister que o chefe de Estado permaneça a frente do seu governo. Abandonou o governo essa comunicação faço ao congresso nacional![...]Assim sendo declaro vaga a presidência da república! E nos termos do artigo 79 declaro presidente da república o

⁸ Pedro Ernesto Denardin: Atuou na 10ª edição como apresentador e músico.

presidente da câmara dos deputados, Ranieri Mazzili ! A sessão encerra! (ANDRADE, 1964, CONGRESSO NACIONAL).

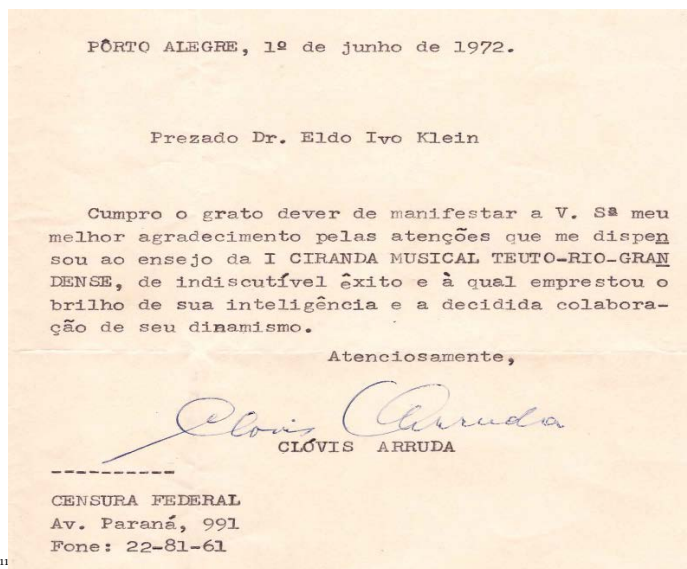
Consumado o golpe, logo é empossado o primeiro militar na presidência da república eleito indiretamente pelo o congresso. Inicia-se então um período de Perseguições políticas, que se agravam com a assinatura do *Ato institucional número 5*⁹, pelo presidente do Brasil general Artur da Costa e Silva, em 13 de Dezembro de 1968, que no qual regulamentava a censura prévia de músicas, cinema, teatro, Televisão e festivais.

Quando da inauguração do evento “ciranda musical Teuto-Rio-grandense”, por seu idealizador Eldo Ivo Klein, em 26 de maio de 1972 o Brasil vivia a plena ditadura conhecido também como “anos de chumbo”¹⁰. Sendo assim para que o acontecimento do evento musical ocorresse, o órgão de censura federal devia ser informado preliminarmente e dar seu aval, tornado um desafio para os organizadores do evento, pois ficavam reféns desse mecanismo do estado para essa celebração musical.

Como isso faz necessário destacar a carta enviada da censura federal para Eldo Ivo Klein, após o acontecimento da primeira edição da ciranda em 1972.

⁹ Ato institucional número 5; conhecido também como AI-5, foi o quinto de dezessete grandes decretos emitidos pela a ditadura militar, esse foi o mais duro de todos os atos ele previa a suspensão do habeas corpus para os crimes políticos, oque tornava praticamente impossível qualquer tipo de crítica aberta ao regime.

¹⁰ Anos de chumbo: É o nome dado ao período que vai da edição do AI-5, durante o governo de Costa e Silva, até o final do governo Médici, considerado o mais violento do regime militar caracterizado pela a repressão contra a luta armada dos grupos de esquerda.



Dessa forma o documento explicita o cumprimento das regras estabelecidas pelo AI-5. Contudo dentre os primeiros anos do evento da ciranda musical Teuto-Rio-grandense, não houve problemas com a censura federal.

Isso principalmente, em virtude de que as regras do evento eram cumpridas a risca pelos seus colaboradores. Dessa forma Silva (2011. 05'42" -05'58), em entrevista desta que:

“as letras de músicas tinham que ser enviadas previamente para a Polícia Federal. Tu tinhas que apresentar todas as letras, a censura dava o ok. Sem o ok da censura tu não podias apresentar, nem tocar. E se cortava alguma coisa tinha que trocar e às vezes censuravam todas as músicas...toda a letra, tudo”. (SILVA, 2011).

Em meio a essas dificuldades geradas pelo cenário político Brasileiro, consequência do regime militar, seus reflexos são muito visíveis no ambiente cultural, nota-se que a liberdade poética é diretamente atacada pelos censores. Porém mesmo com tais

¹¹ Fonte: Acervo Documental e de Pesquisa - ADOP: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/FACCAT/Laboratório de História. Caixa Ciranda 07, pasta 4, envelope 2.

problemas o evento artístico continua mostrando-se resistir contra a ditadura.

Dentro desse contexto nacional a música popular brasileira era o que se produzia, e no Rio Grande do sul não foi diferente, e Marcos Napolitano em seu livro “1964 história do regime militar Brasileiro” destaca que:

A partir de 1972, a música brasileira parecia retomar certa ofensiva cultural e política contra o regime e galvanizar as massas populares em grandes eventos, através de espetáculos ao vivo. Mas os tempos continuavam difíceis para quem se propunha a fazer uma arte que fosse algo mais do que lazer. (NAPOLITANO, 2014, p.164)

Em meio a tempos turbulentos a principal interferência que ocorreu foi no ano de 1983, durante a sexta edição do evento, no Centro esportivo Santa Terezinha com capacidade para cinco mil pessoas. Quando o presidente do Centro de Estudos era Eldo Ivo Klain e o Presidente da Ciranda era Delmar Henrique Backes¹².

A música Romance campesino, de Talo Pereyra e Robson Barenho foi vetada pela Censura Federal. Quando da seleção das músicas escolhidas pela comissão organizadora, como era de costume as canções tinha de ser enviadas preliminarmente a censura federal, que dava a permissão para serem exibidas no evento. Porém em 1983 a música foi impedida de ser apresentada no festival conforme mostra no jornal:

¹² Delmar Henrique Backes: Uns dos principais líderes do evento, participou de todos os festivais e foi presidente da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense durante sete edições.

Censura veta música da Ciranda Musical

A música **Romance Campesino**, de Talo Pereyra e Robson Barenho, que deveria abrir amanhã a 6ª **Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense**, foi vetada pela Censura. Hoje, os autores estão entrando com uma liminar na Justiça, visando a liberação da música para apresentação no festival de Taquara. Motivo do veto: a palavra “tesão”, que aparece no primeiro verso. Diz o seguinte, a letra de Barenho: “Ano inteiro a mesma cena/de currais, jardins, paíóis/A tesão por Madalena/Atenção para os girassóis”. Evidentemente prejudicados, os autores, que estão ensaiando a música há um mês, se não for concedida a liminar podem perder a chance de ganhar os prêmios da **Ciranda**, que não são pequenos, além dos direitos autorais a que teriam direito caso a música fosse classificada entre as 12 primeiras para gravação do disco. Em sua defesa, Talo Pereyra alega que outras músicas com a mesma palavra “tesão” já foram liberadas pela Censura, entre elas o sucesso **Bye Bye Brasil**, de Chico Buarque.

13

Mesmo os autores Talo Pereyra e Robson Barenho Entrando com o pedido de liminar na justiça contra a censura federal seu pedido foi indeferido e a música **Romance campesino** foi impedida de ser exibida na ciranda musical teuto-Rio-Grandense.

Dessa forma nota-se que os impactos do AI-5 atingiram todos os lugares do Brasil desmistificando a ideia de que a repressão e censura atingiram somente os grandes estados como São Paulo e Rio de Janeiro e as capitais, Todavia os impactos foram muitos visíveis também em regiões distantes da metrópole como na cidade de Taquara/RS no festival “**Ciranda musical teuto-Rio-Grandense**” quando vigorou o AI-5 de 1968 a 1985.

¹³ Fonte: FONSECA, Juarez. “Censura veta música da Ciranda Musical”. *Jornal Zero Hora* – Segundo Caderno. 31/08/1983, p.2. In: *Acervo Documental e de Pesquisa - ADOP: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT/Laboratório de História. Caixa Ciranda 02, pasta 2, envelope.*

Considerações finais

A Ciranda Musical Teuto-Rio-grandense além de ser um grande evento cultural com características singulares, esse evento também estava inserido em movimentos nacionais e estaduais. A Ciranda foi um importante instrumento de estímulo para artistas e culturas presentes em sua trajetória. Além disso, esse acontecimento mobilizou a população local, tendo como traço significativo a participação efetiva da comunidade.

As marcas deixadas pelo contexto da época foram visíveis, porém isso não impediu que a Ciranda tivesse características próprias, e com isso vemos algumas faces da cultura do Vale do Rio Paranhana.

Referências

FERNANDES, Doris Rejane. Dos caminhos de tropeiros às moradas de favor, às fazendas, á cidade de taquara história do século XVIII ao XX. In: *Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. org. Dalva Reinheimer.[etal.]. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa: *Nativismo: um fenômeno social gaúcho*. 2 ed. Porto Alegre: Secretária Municipal de Cultura, 2008.

NACIONAL, Congresso. *Sessão senado federal 02/04/1964*. Disponível em: <http://biblioteca digital do senado federal>. Acesso em 04 de maio de 2019.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Con- texto, 2014.

OLIVEIRA, Márcia Ramos. Entre representações e estereótipos: o tipo gaúcho como expressão na música no século XX. In: *República: da revolução de 1930 á ditadura militar (1930-1985)*. / Coodenação Geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume René Gertz, v.4 – Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 505-526.

REINHEIMER, Dalva Neraci. A contribuição alemã na formação de taquara do mundo novo. In: *Terra, gente e fé: aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo*. org. Dalva Reinheimer. Taquara: FACCAT, 2005.

SMANIOTTO, Elaine. *Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense: Relações interétnicas através da música*. In: RAMOS, Eloisa H. C. da Luz. ARENDT, Isabel C. WITT, Marcos A (orgs). Festas, comemorações e remorações na emigração [ebook]. São Leopoldo: Oikos, 2014.(p. 945- 966)

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, Vol. I. 1969.

RODEGHERO, Carla Simone. Regime militar e oposição. *República da Revolução de 1930 á Ditadura Militar (1930-1985) / Coodenação Geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume René Gertz, v.4 - Passo Fundo: Méritos, 2007. p.83-101) .*

SMANIOTTO, Elaine. A figura feminina na ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara (1972-1996) In: Anais Eletrônicos do III congresso internacional de História Regional (2015) - ISSN 2318-6208. Disponível em: http://historia_regionalupf.br/index.php/anais-eletronicos/2015. Acesso 10 abr. 2019.

Outras fontes:

Acervo Documental e de Pesquisa - ADOP: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT/Laboratório do Curso de História.

Kerb em Igrejinha: a memória e a reelaboração de uma tradição

*Dalva N. Reinheimer*¹

Introdução

O *kerb* é uma das tradições que prevalece nas regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul. No município de Igrejinha, essa festividade permanece, embora tenha sofrido mudanças ao longo dos anos. Hoje, a principal festa do município é a *Oktoberfest*, que também se associa a uma tradição germânica, apesar de não ser oriunda da colonização na região. Para identificar a história das festividades de tradição alemã na cidade, desenvolvemos um projeto a fim de embasar o “*Kerb das Soberanas*”², evento de coroação da rainha e das princesas da *Oktoberfest*. Como a finalidade era apresentar o conteúdo para o público, uma equipe multidisciplinar foi montada, composta por uma historiadora, fotógrafos e publicitários. Nas fotografias e filmagens, participaram Cleiton Von Grafen, Ramon Lopes e Samuel Foster; nas entrevistas, as condutoras foram Dalva Reinheimer e Franciele Rech; e na edição de imagens, Cleiton Von Grafen e Patrique Arnold.

¹ Doutora em História. Professora da FACCAT – Membro do Instituto Histórico São Leopoldo. E-mail: dalva@faccat.br.

² Equipe da pesquisa do Kerb das Soberanas: fotografias e filmagens: Cleiton Von Grafen, Ramon Lopes e Samuel Foster. Entrevistadoras; Dalva Reinheimer e Franciele Rech. Edição de imagens: Cleiton Von Grafen e Patrique Arnold.

Posteriormente, partimos para as entrevistas, com pessoas que moram no interior do município e na área urbana, sendo coletadas informações apenas por meio de suas memórias. Assim, recorreremos à história oral, com a finalidade de escrever a narrativa. Baseado em Paul Thompson (1992), verificamos que:

História Oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite-se heróis vindo não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo [...]. Leva a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ela ajuda os menos favorecidos, especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato - e a compreensão - entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que compartilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a um determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos (p. 44).

Sabemos que, muitas vezes, os fatos narrados sofrem alterações por conta do contexto, do grupo e do tempo. Por isso, falamos em reelaboração quando se trata de uma tradição. Este artigo tem por objetivo demonstrar, pelos depoimentos obtidos, a permanência da tradição do *kerb*. Buscamos estabelecer um vínculo entre as tradições trazidas pelos colonizadores e a forma de reelaboração na comunidade, seja por intermédio dos *kerbs* na sua versão atual, do “*Kerb das Soberanas*” ou da própria *Oktoberfest*.

Partimos do pressuposto que o *kerb* continua vivo na lembrança dos moradores e é repassado de geração para geração, por meio da memória afetiva, mantendo, assim, a tradição dos descendentes da colonização alemã na cidade. Para essas pessoas, ele é um patrimônio cultural imaterial, uma vez que se percebe a sua permanência na lembrança dos mais velhos e é ainda celebrado, mesmo que com modificações. É uma atividade que depende da memória, e esta é um processo individual e coletivo.

Na medida em que as histórias narradas são transmitidas, elas sofrem seleção, construção e um reordenamento na memória. Segundo Pollak, “[...] quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentido da identidade” (1992, p. 203). Nesse caso, a identidade que prevalece é a da colonização alemã que fundou a cidade. O autor indica que os acontecimentos vividos pessoalmente e pelo grupo no qual a pessoa está inserida lhe dá um sentido de pertencimento. Cada indivíduo é um personagem formando um grupo, que, nessa situação, é homogêneo. O peso do passado é uma marca no grupo e influencia outros que a ele se agregam. Verificaremos, desse modo, o caso da cidade de Igrejinha.

As características da colonização “alemã” em Igrejinha

Em 1846, iniciou a colonização teuta da Colônia do Mundo Novo, atualmente município de Taquara. É bem verdade que os imigrantes já encontraram algumas benfeitorias na colônia do Mundo Novo, como serrarias, moinhos, monjolos, atafonas, mas estas se encontravam na sede. Nas áreas adjacentes, como a Baixa Santa Maria, atual município de Igrejinha, não havia estrutura além das antigas estradas dos tropeiros para a Serra. Os imigrantes e seus descendentes investiram suas reservas de dinheiro e trabalho na construção de moinhos, uma vez que cultivavam milho e mandioca, além de feijão e batatas. No final do século XIX, os colonos ainda enfrentavam dificuldades de comunicações pela má conservação das poucas estradas, e a melhoria delas era feita pelos próprios colonos. As primeiras vias eram trechos abertos na mata, conhecidos como “picadas” e “linhas”, ao longo das quais se encontravam as propriedades, ou seja, a colônia com a roça, casa de moradia, paiol, pocilga, horta e pomar. O aumento das atividades agrícolas, extrativistas e manufatureira gerou crescimento econômico. A produção destinava-se à sede da colônia; Taquara do Mundo Novo,

local onde havia um porto que exportava a produção para a cidade de São Leopoldo.

Os imigrantes e seus descendentes enfrentaram, também, a ausência de uma estrutura social, como escolas, igrejas e cemitérios; e esses aspectos foram sanados com o trabalho associativo³. Foram nas comunidades formadas, ao longo das linhas e picadas, que o espírito associativo se despertou entre os agricultores instalados no Rio Grande do Sul. Os imigrantes trouxeram, em sua bagagem cultural, um instinto de se associarem para enfrentarem os desafios. Em meio a uma situação inusitada e desconhecida, que lhes foi condicionada, desde que aportaram no Brasil, em 1824, entenderam que unidos venceriam as adversidades. Eram, em sua maioria, pobres, com famílias de prole numerosa e com uma religiosidade profunda. Assim, a sobrevivência dessa gente dependeu da sua força de trabalho, da fé e comunhão social, da moral e das condições financeiras.

A história de Igrejinha insere-se na da imigração alemã no Brasil. A cidade foi colonizada a partir de 1846, por colonos que vieram desde São Leopoldo. Esses eram descendentes de imigrantes oriundos da região do *Hunsrück* e, quanto à religião, eram majoritariamente protestantes. Ao desenvolverem a colônia do Mundo Novo, esses colonos já tinham se adaptado ao ambiente brasileiro, no que se refere à agricultura e aos ofícios, mas ainda preservavam os costumes trazidos da terra de seus antepassados. Destacamos o trabalho comunitário que foi desenvolvido, desde o início da colonização.

A população estruturava-se, inicialmente, para a organização da igreja e da escola. Esses aspectos foram sempre acompanhados de reuniões, a fim de memorar com um culto as suas conquistas. Após a celebração religiosa, iniciava-se a festividade com músicas e comidas produzidas no local, costumes esses que se mantiveram por

³ Rambo, Arthur Blasio. O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil. Eduni-sul/Unisinus. São Leopoldo, 1988.

meio do *kerb*⁴. Esta palavra, para designar a referida festa, sofreu modificações, com o passar dos anos, passando de *kirche*, que significa igreja, para *kerb*. O *kerb* era a festa da família: parentes vinham de longe e ficavam os três dias de sua duração. As características da colonização de Igrejinha permitiram que o trabalho comunitário se manifestasse até os dias de hoje.

A memória do *Kerb* de Igrejinha

Igrejinha é uma das cidades do Rio Grande do Sul que realiza a *Oktoberfest*.⁵ Com o objetivo de eleger a rainha e as princesas, é realizado um evento 6 meses antes da festa, o qual se convencionou chamar de “*Kerb* das Soberanas”. Com a finalidade de estabelecer um sentido entre o evento e o significado do *Kerb* na cidade, realizamos uma pesquisa. Optamos por entrevistar pessoas com mais idade, as quais tivessem vivenciado os *kerbs* de antigamente, quando ocorriam nas famílias. Foram entrevistadas e filmadas seis pessoas de diferentes localidades, cujos depoimentos foram colhidos nas suas respectivas residências e de forma espontânea, conforme suas memórias. Segundo os depoimentos, o chamado *Kerb* tradicional ocorreu até meados dos anos de 1960.

De uma maneira geral, os depoentes afirmavam que o *Kerb* era a mais esperada do ano, pois o clima da festa era sentido duas semanas antes, devido a uma faxina geral que se fazia na casa. As

⁴ Em 1827, aproximadamente 300 imigrantes embarcaram na Europa, da região que hoje corresponde à Alemanha, em busca de uma vida melhor no Brasil. Durante a travessia, foram surpreendidos por uma forte tempestade, que atingiu o navio. Frente ao desespero e movidos por uma grande fé, os sobreviventes realizaram uma promessa de que, quando chegassem ao seu destino, fariam uma celebração, como forma de agradecimento por estarem salvos. Em 29 de setembro de 1829, já estabelecidos na colônia de *baumschneiss* (atual cidade de Dois Irmãos), esses imigrantes construíram um altar, onde rezaram e realizaram uma festa, a qual durou 3 dias, cumprindo a promessa feita durante o naufrágio. Parte dos imigrantes que chegaram a *baumschneiss*, dispersaram-se e passaram a colonizar diferentes espaços, como Santa Maria do Mundo Novo. Devido à vinda desses imigrantes, essa tradição do *kerb* se perpetuou como herança cultural. Elgelmann, Erni Guilherme. A Saga dos Alemães. Do *Husnrüch* à Santa Maria do Mundo Novo.

⁵ Festa anual da qual trataremos adiante neste trabalho.

cortinas, janelas e o forro da casa eram bem lavados, o assoalho escovado cuidadosamente, as paredes eram pintadas de cal, os armários eram limpos e enfeitados com papel de seda, assim como os colchões de palha de milho eram refeitos e afogados para que fossem confortáveis para os visitantes. O espírito de satisfação e alegria indicava a proximidade da festa, pois, no meio da semana, começavam os preparativos dos quitutes da cozinha regional, que também eram a atração desta festa pão de milho e de aipim, cucas, pão de ló, chucrute e as conservas doces e salgadas. As bebidas eram colocadas em um balde e dependuradas no poço, cuja água era sempre fresca. Tudo era preparado com muito esmero, com o intuito de esperar os parentes e visitantes que chegariam.

É perceptível que a memória dos preparativos da festa de *kerb* é comum a todos, sendo carregada de bons sentimentos, pois era comum ouvir nos relatos “eram bons tempos”. Essa memória é compartilhada por um grupo étnico, no caso, de descendentes alemães. Como Thompson nos mostra, é uma memória individual na memória da comunidade.

Os relatos destacam, ainda, a questão familiar, ao afirmarem que os parentes se reuniam para passar o dia juntos na casa, de preferência, na da avó, para um café, acompanhado de linguça, cuca, assado de porco e de gado, doce de farinha de trigo, doce de polvilho, gasosa para as crianças e a conhecida *spritzbier* (cerveja caseira) para os adultos.

Nesses relatos, a família torna-se o centro da memória. A casa é um lugar de memória dentro de um espaço maior, a cidade. O sentido de memória na história é explicado por Pierre Nora (1993). O autor alerta que, no tempo contemporâneo em que vivemos, os grupos sociais sofrem profunda mudança na relação que mantinham tradicionalmente com o passado. Além disso, aponta que uma questão significativa na cultura se situa no cruzamento entre o respeito ao passado, real ou imaginário, e o sentimento de pertencimento a um dado grupo. Esses aspectos ficam claros nas narrativas, como aconteceu com os moradores de Igrejinha. Do

indivíduo para o grupo: é assim que os fios de uma história vão tomando forma. Depois da família, é a igreja que se destaca na festa do *kerb*. Indivíduos, famílias e igreja formam a comunidade.

Identificamos os personagens, pois os relatos sempre apontam que o início da festa era com o culto, tendo a participação do coral ou do grupo instrumental. Após o ato cerimonial, as famílias reuniam-se com a bandinha, para que juntos fizessem o trajeto até uma Sociedade (salão de baile e festa da comunidade). Chegada a hora do baile, as pessoas que se aproximavam traziam os sapatos debaixo do braço e calçavam somente quando estavam perto do destino. Seguiu a programação da festa, pois significava também a união familiar, onde todos os parentes e conhecidos poderiam se encontrar. Às moças, a festa era motivo para confeccionar um vestido novo; para os rapazes, um paletó novo.

O baile era acompanhado de muita diversão, iniciado pela dança da *polonaise*. Também, havia outras danças, como a quadrilha e a dança da vassoura, as quais são exemplos de danças que demonstravam a diversão coletiva. Jovens, idosos, adultos e crianças, enfim, todos participavam. No centro da cidade, as bandinhas passavam nas casas, onde eram recebidas com quitutes e cerveja. Era costume que as crianças e os jovens seguissem os músicos e, por isso, formava-se um grande e alegre cortejo pelas ruas.

À noite, também ocorriam os bailes. Uma das características era que grupos de pessoas, de forma espontânea, saíam de um baile em direção a outro a pé, com copos de cerveja, caminhando e cantando. Além do mais, era comum um grupo, formado por moças e rapazes, cruzar com outro e trocar informações sobre os bailes. Por vezes, a festa permanecia na rua mesmo. Segundo os relatos, como eram dias de *kerb*, os moradores não se importavam com o barulho. Tudo era festa.

Os narradores, como quem desperta de um estado de inercia, fazem pausas em suas falas e alertam que, com o passar dos anos, ocorreram mudanças na execução da festa. Para eles, isso ocorreu devido à diversidade cultural que hoje tem na cidade e, também, por

questões de hábitos de trabalho e econômicas. As festas são mais curtas e, como consequência, os preparativos são menos intensos. Atualmente, o *Kerb* ocorre em um dia nas famílias, mas são alegres e esperadas por toda a comunidade que participa ativamente dos festejos da localidade. Já no centro e nos bairros da cidade, o *kerb* restringe-se a um baile em uma das sociedades. Nesse formato, podemos afirmar que se trata de uma rememoração do passado. As Sociedades promovem os “Bailes de *Kerb*”, seguindo um calendário anual em comum; assim, todos podem frequentar os bailes da cidade. Para que essa tradição não se perca, existe uma entidade representativa: a “Associação dos Representantes do *Kerb* de Igrejinha” (Arekerb).

Percebemos que as Sociedades se tornaram o lugar de memória do *kerb*. Nora (1993) explica que os lugares de memória formam uma tríplice acepção; são lugares materiais, onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais, porque têm ou adquirem a função de alicerçar memórias coletivas; e são lugares simbólicos, onde essa memória coletiva – essa identidade – se expressa e se revela.

Em Igrejinha, além dos *kerbs* promovidos nas Sociedades, outra festa tem a função de lugar de memória: a *Oktoberfest*.

***Oktoberfest* de Igrejinha e o “*Kerb* das Soberanas”**

Atualmente, a *Oktoberfest* traduz a identidade da cultura alemã e da tradição. A festa, em seus estatutos, afirma que tem por objetivo manter e incentivar as tradições germânicas. Ocorre há 31 anos ininterruptos, pelo trabalho de mais de 3 mil voluntários. A *Oktoberfest* de Igrejinha traz o espírito comunitário e associativista dos primeiros imigrantes, com vistas a promover o bem comum, acompanhado de uma grande festa.

A *Oktoberfest* de Igrejinha iniciou em 1988. A motivação para o evento foi o fato de reunir em uma festa os moradores da cidade. As comunidades de bairro e do interior do município já faziam suas

festas comunitárias; então, dentro desse espírito comunitário, foi pensada e executada uma festa maior - a *Oktoberfest*, inspirada na festa que ocorre na Alemanha, de modo a congregar toda a cidade.

Na primeira edição, em Igrejinha, professores, funcionários da prefeitura e associados aos clubes de serviços foram os colaboradores. No ano seguinte, a festa já foi programada para durar dois finais de semanas. Os igrejinhenses colocaram-se de forma espontânea para colaborar, desde os preparativos que antecediam o evento até aos dias da festa. O local onde tudo acontece é o Parque de eventos do município. Desde 1988, a sua estrutura cresceu e melhorou consideravelmente, abrigando cada vez melhor os mais de cem mil visitantes, que hoje participam do evento. Para receber e atender a esse público, a *Oktoberfest* conta com o serviço de 3 mil voluntários, conforme já mencionado. Mesmo sendo o parque uma propriedade da municipalidade, a festa possui total isenção política partidária e é administrada pela AMIFEST (Associação dos amigos da *Oktoberfest* de Igrejinha).

A festa é organizada por meio da Amifest. Conta com uma estrutura organizacional, composta por presidente, diretores, coordenadores de comissões e voluntários. Nessa estrutura horizontal, o presidente é escolhido a cada ano. Diretores e coordenadores podem permanecer ou não em seus postos. Todos trabalham de forma voluntária. Para uma boa execução da festa, ocorrem reuniões periódicas, mas de forma ordinária, ao longo de todo ano. A festa apresenta, além de toda parte cultural que envolve a comunidade, shows nacionais. Todo rendimento obtido é revertido para a comunidade, por intermédio de doações para hospital, Brigada Militar, Apae, etc. As escolas do município e entidades reconhecidas, como Lions Clube, AAs e outras recebem os pontos de alimentação, para serem explorados nos dias de festa no parque. Assim, garantem sua parte, pois toda venda reverte para cada entidade.

Independente da etnia, a festa é de todos. Como toda festa popular, ela é democrática e a cada ano foi pensado novas formas de

inclusão. Dessa maneira, foram surgindo o dia do idoso, dos portadores de deficiência, das crianças, e todos podem participar festejando e aprendendo sobre a cultura germânica. A *Oktoberfest* de Igrejinha é uma grande manifestação cultural e festiva, que tem como pilar o voluntariado, sendo esse o seu principal diferencial, em relação a outras festas promovidas em municípios.

Podemos perceber que essa festa tem um formato que a caracteriza, mas está em constante mudança, de acordo com o crescimento. Integra elementos, como a decoração da cidade, escolha das rainhas – com o “*Kerb das Soberanas*”, e promove diversas ações culturais, beneficentes e festivas ao longo de todo ano, estabelecendo permanentemente os vínculos com a comunidade.

A importância da *Oktoberfest*, atualmente, para a comunidade de Igrejinha, pode ser comparada a dada aos antigos *kerbs*, pois traz o sentido de pertencimento a um dado grupo. Pollak (1992, p. 204) explica que “[...] em todos os níveis a memória é um fenômeno construído social e individualmente; quando se trata da memória herdada [...]”. Na *Oktoberfest*, percebe-se a ligação entre a memória e o sentido de identidade das pessoas que participam de sua organização, uma vez que se trata de voluntários, moradores de Igrejinha, mas nem todos de descendência germânica. Porém, todos sentem-se pertencente ao grupo coeso, em um mesmo objetivo.

Notadamente, nas festas promovidas nos municípios, a escolha da corte da festa ocorre em um baile. Diferente de outros, o “*Kerb das Soberanas*” é um evento cultural, que congrega grupos de danças típicas alemãs, orquestras, bandinhas, encenações de antigos *kerbs* e, é claro, a escolha da rainha e das princesas, por intermédio de um corpo de jurados. A pesquisa sobre o *kerb*, por meio de entrevistas, foi executada justamente para embasar esse evento. A representação dos antigos *kerbs* foi encenada por pessoas da comunidade. O roteiro foi elaborado por uma comissão de organizadores do evento, tendo por base os depoimentos colhidos nas entrevistas. A ideia de ter um evento que retrate os costumes da cidade foi muito bem recebida pela comunidade, que participou

ativamente de sua realização. Constatamos que as pessoas que aderiram ao evento, sendo ou não de origem germânica, demonstram identificação e pertencimento ao grupo rememorado, ou seja, os descendentes de imigrantes alemães. Conforme Pollak (1989), ocorre uma assimilação de alguns indivíduos, pois:

[...] a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo, e por extensão, ao grupo, e este elemento obviamente é o outro. Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros (p. 3).

A representação do *Kerb* em um evento público demonstra o quanto essa tradição está presente na memória da cidade. O grupo majoritário, entre os moradores que são de descendência alemã, cooptou outros elementos, prevalecendo a identidade germânica. Pollak explica que a identidade é um fenômeno construído em relação ao outro, para obter aceitabilidade e admissibilidade. Nesse sentido, a memória e a identidade fazem parte de uma espécie de negociação subliminar.

Conclusão

A razão de ser da História é a necessidade e a capacidade de memória que os indivíduos e as sociedades possuem. O peso do passado alimenta a memória individual, formando grupos identitários, os quais comungam da mesma tradição. Ao longo do tempo, as tradições são reelaboradas, passando por adequações, como forma de manutenção. Essa adequação insere outros indivíduos, que, necessariamente, não fizeram parte do mesmo passado. Nessa construção de identidade, a memória que é transmitida por meio de relatos orais tem uma preponderância, mas é suscetível de interferência do meio e do contexto em que esses indivíduos detentores da narrativa estão.

Em Igrejinha, a memória do *kerb* é homogênea, dividida entre a população descendente de imigrantes alemães e de idade mais avançada. Com o crescimento da cidade, a tradição do *kerb* modificou-se. Dos antigos *kerbs* de família, restaram algumas evidências em localidades do interior do município; e, na cidade, as Sociedades tomaram a função de guardadoras da tradição, por meio dos bailes. Atualmente, o ponto alto das festas em Igrejinha é a *Oktoberfest*, que, embora seja uma festa inspirada pela tradição da Alemanha, fundou uma tradição de festa comunitária, aludindo ao associativismo dos primeiros imigrantes colonizadores da cidade. A memória do *kerb* alicerçou, também, essa festa que congrega toda a cidade e possui características próprias, como o voluntariado. Em razão da *Oktoberfest* de Igrejinha, foi criado o “*Kerb das Soberanas*”, que reúne a tradição do *Kerb* com a festa, demonstrando as mudanças e adequações da tradição. Com essa mudança, outros indivíduos se agregaram, assumindo uma identidade germânica e sendo inseridos no grupo. Pela memória, pelos relatos e pelas festas da cidade, afirmamos que o *Kerb* é um patrimônio imaterial, pois sua reelaboração é o que lhe permite a permanência.

Referências

- BAUER, Leticia e BORGES, Viviane Trindade. *História oral e patrimônio cultural. Potencialidades e transformações*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- ELGELMANN, Erni Guilherme. *A Saga dos Alemães*. Do Husnrüch à Santa Maria do Mundo Novo. Igrejinha. Publicação do autor. 2007.
- MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (org). *História Oral e migrações. Método, memória, experiências*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.
- Nora, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. Revista Projeto História. PUC - São Paulo, n 10 São Paulo, 1993. P. 07-28.
- Oktoberfest de Igrejinha. <https://www.oktoberfest.org.br/igrejinha>

POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro: FGV, Estudos Históricos, v. 3, 1989.

_____. *Memória e identidade social*. Rio de Janeiro: FGV, Estudos Históricos, v. 10, 1992.

REINHEIMER, Dalva N. e Smaniotto, Elaine. *160 anos de cultura alemã em Igrejinha*. Memórias, registros e preservação. Igrejinha: Secretaria Municipal de Educação, 2006.

RAMBO, Arthur Blasio. *O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil*. São Leopoldo: Eduni-sul/Unisinus, 1988.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

Entrevistas

DIENSTMANN, Claitir. Entrevista para Kerb das Soberanas. [março, 2019]. Entrevistadoras: Dalva Reinheimer e Franciele Rech. AMIFEST.

DIENSTMANN, Osmar. Entrevista para Kerb das Soberanas. [março, 2019]. Entrevistadoras: Dalva Reinheimer e Franciele Rech. AMIFEST.

HERRMANN, Melinda. Entrevista para Kerb das Soberanas. [março, 2019]. Entrevistadoras: Dalva Reinheimer e Franciele Rech. AMIFEST.

PONJÊ, Edercio Kellemano. Entrevista para Kerb das Soberanas. [março, 2019]. Entrevistadoras: Dalva Reinheimer e Franciele Rech. AMIFEST.

PONJÊ, Lorena Ilse. Entrevista para Kerb das Soberanas. [março, 2019]. Entrevistadoras: Dalva Reinheimer e Franciele Rech. AMIFEST.

SCHORR, Ruth. Entrevista para Kerb das Soberanas. [março, 2019]. Entrevistadoras: Dalva Reinheimer e Franciele Rech. AMIFEST.

Equipe da pesquisa do Kerb das Soberanas:

Fotografias e filmagens: Cleiton Von Grafen, Ramon Lopes e Samuel Foster. Entrevistadoras; Dalva Reinheimer e Franciele Rech. Edição de imagens; Cleiton Von Grafen e Patrique Arnold.

O patrimônio cultural histórico e a urbanização do centro de Porto Alegre

*Eduardo Wegner Vargas*¹

*Luiz Fernando Costa Neves*²

1. Introdução e Contextualização

Em cidades mais antigas, os marcos de urbanização são as referências de encontros sociais, como praças, igrejas, locais de abastecimento e estabelecimentos governamentais. Porém, conforme estudo de Pintaudi (2006), locais de comércio, como os mercados públicos e portos, são os principais responsáveis pelas mudanças no espaço das cidades. Isso porque a presença de mercados públicos e portos “nunca foi questionada como local de abastecimento de produtos enquanto em diferentes sociedades perdurou o costume de ali realizarem as trocas necessárias à reprodução da vida” (p. 82, 2006), mas quando esses equipamentos perdem a função de centro comercial e com o surgimento de formas mais modernas de abastecimento, os mercados e portos passam a ser apropriados como lugar tradicional, onde se pretende produzir uma identidade para a sociedade (PINTAUDI, 2006). Por este motivo, não raras vezes se vê o tombamento destes equipamentos, consolidando-os no tempo e no espaço físico das cidades.

¹ Faculdades Integradas de Taquara – Faccat – Taquara – RS – Brasil. ewvargas@gmail.com

² Faculdades Integradas de Taquara – Faccat – Taquara – RS – Brasil. fneves@faccat.br

Segundo Morin (2001), o pensamento sobre o espaço, na perspectiva da geografia crítica, requer sua avaliação no tempo e, em outras palavras, significa compreender a permanência da forma e a sua reprodução em determinada duração. Em geral, a geografia é uma disciplina unida à história, portanto polidisciplinar e multidimensional (MORIN, 2001).

Os órgãos de proteção ao patrimônio, balizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), antes preocupados com tombamentos cuja referência eram o recorte para construção de fragmentos da identidade das populações (PEREIRA, 2016), adentraram o século com o desafio não só de zelar pelos bens já protegidos, ampliando e proporcionando “maior coerência ao patrimônio, em especial às cidades-patrimônio, transformando-as em exemplos capazes de influir no ideário urbano do Brasil no século XXI” (PEREIRA, 2016, p. 52). Com isso, a definição de relevância aos patrimônios tornou-se possível como fator de desenvolvimento social e econômico para um número maior de cidades.

A partir da fundação do IPHAN, no final da década de 1930, a discussão técnica sobre o tema centrou-se que a diversidade do patrimônio existente configura-se como um instrumento de desenvolvimento sociocultural, que conforme Pereira (2006) precisa ser mais bem apropriado nas cidades através da educação, do turismo e do lazer, gerando renda e proporcionando novas oportunidades em todos os estados da federação.

O processo de *crossover* entre o patrimônio que induz a urbanização e a cidade que o reconhece como patrimônio, segundo Vieira Filho (2009, p.18) pode ser destruído “em nome de uma suposta modernidade, que na maior parte dos casos é fruto direto de visões deturpadas, especulações e desrespeito pela qualidade de vida dos cidadãos”. O desafio dos territórios passa a ser, portanto, a preservação de elementos simbólicos sobre os quais se constrói uma identidade urbana própria, capaz de se agregar aos outros atributos autoestima, “acoplado às noções atualizadas de qualidade de vida,

valorização de centralidades, vivência e apropriação social das cidades” (VIEIRA FILHO, 2009, p. 18).

Em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, existem dezenas de patrimônios culturais históricos que conduzem a urbanização da cidade desde a sua fundação. Entre esses, foi inaugurado há 150 anos, em 1869, o Mercado Público Central, que atualmente integra o rol de edificações do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade e é um dos principais pontos comerciais da capital. A partir da Praça da Alfândega, Cais do Porto e Mercado Público, com a proximidade do rio, Porto Alegre desenvolveu sua urbanização. Este artigo pretende discutir a relação dos patrimônios com a cidade, suas mudanças de perspectivas e finalidades no correr do tempo pelos papéis que têm no contexto urbano atual de Porto Alegre e a busca de alternativas para a preservação dos equipamentos.

2. Porto Alegre, o Cais do Porto e o Mercado Público Central

Ainda que Porto Alegre tenha sido criada a partir de pequena colônia de açorianos na metade do século XVIII, apenas em 1821 ela foi elevada à categoria de cidade pelo imperador Dom Pedro II (IPHAN, 2019a). Valendo-se da localização estratégica às margens do rio Guaíba e da lagoa dos Patos, a região movimentava sua economia com as exportações de trigo e charque, até a deflagração da Revolução Farroupilha, de 1835 a 1845 (SOUZA, 2008). Foi esta característica, de vinculação ao rio, que criou balizas para a urbanização da cidade, principalmente em períodos de guerra, em que as atividades portuárias eram mais intensas.

Conforme divulgação do IPHAN (2019a), nos anos seguintes ocorreram construções das praças da Matriz e da Alfândega, afastadas um pouco do local onde posteriormente foi edificado o Mercado Público. Entre os anos de 1856 e 1858 foram construídos trapiches, escadarias, parapeitos e assentos na região em que depois seria implantado o cais do porto. Em função da necessidade de

serviços de abastecimento para a Guerra do Paraguai (1864-1870), houve uma nova fase de crescimento econômico, acentuada pela imigração, principalmente, de italianos e alemães, e fomento de relações comerciais e de prestação de serviços nas áreas próximas ao rio, que estabeleciam-se em espaços improvisados, até a construção do Mercado Público Central de Porto Alegre.

Muito se discute o mercado público como equipamento cuja finalidade extrapola os serviços vinculados ao comércio, mas este aspecto não é o mais relevante. Atualmente, ainda que as características imateriais que o declararam patrimônio cultural histórico do município de Porto Alegre estejam parcialmente distorcidas, conforme estudos de Vargas, Lins e Zimmer (2018), é a partir de sua existência que se consolidaram os principais elementos e marcos do centro histórico da capital, não só pela permanência da edificação no tempo, mas pela função que exerce desde sua inauguração, trazendo a centralidade do debate urbano e desenvolvimento da cidade para seus arredores (VARGAS; LINS; ZIMMER, 2018)

“Construído ainda no período imperial, o Mercado Público acompanhou os principais fatos políticos da história nacional, acompanhando também o crescimento da cidade” (XAVIER, 2015, p.1). Embora o projeto original do engenheiro Frederico Heydtmann tenha previsto “a construção de uma edificação em estilo neoclássico composta por apenas um pavimento, sendo o mesmo aprovado entre os anos de 1862 e 1863” (XAVIER, 2015, p. 1), o Mercado Público foi inaugurado em 1869. A edificação teve a construção do segundo pavimento e ornamentação das fachadas com elementos arquitetônicos variados em 1912 (XAVIER, 2015), ano que parte do prédio foi destruída em um incêndio.

As reformulações, adaptações e eventuais reformas em virtudes de sinistros que ocorreram no mercado demandaram melhorias construtivas e ampliação das atividades desenvolvidas em seu interior, o que resulta atualmente numa edificação de caráter eclético (XAVIER, 2015), ainda que sua distribuição espacial tenha

seguido a mesma desde a sua inauguração, composta por um quadrilátero com torreões nas esquinas e um pátio central.

A dinâmica interna do Mercado Público impôs uma alteração em seu entorno imediato e sua relação com a cidade. “No ano de 1871 tem início o calçamento do seu pátio interno e dois anos depois, a arborização. Os primeiros açougues foram autorizados só em 1874, ano em que começa também a se cogitar a construção do segundo piso, proposta retomada no fim do século XIX” (XAVIER, 2015, p. 1). A instalação de estabelecimentos comerciais mais sofisticados, como açougues e outras lojas de produtos alimentícios, impuseram uma condição estrutural e sanitária mais qualificada, diferente dos locais de comércio improvisados à beira do rio até meados do século XIX, tornando o espaço um polo de indução comercial da cidade, exigindo (como de fato ocorreu), que a administração municipal fizesse investimentos em vias e acessos àquele ponto comercial (VARGAS; LINS; ZIMMER, 2018).

Os recursos públicos aportados para a melhoria dos interiores do Mercado Público, até o início do século XX, eram investidos na construção de chalés de madeira no pátio e definição de suas circulações (XAVIER, 2015), e somente em 1910, como consequência do primeiro Plano de Melhoramentos para a cidade, começa a construção do segundo pavimento. Conforme Xavier (2015), esta é outra relação construtiva entre a edificação do Mercado Público e os prédios lindeiros: a construção do segundo pavimento oportunizou seu nivelamento com a Intendência Municipal, construída ao seu lado. “Os novos espaços do andar superior, também conhecido como ‘altos do Mercado’, foram destinados à prestação de serviços, escritórios comerciais e industriais e também de serviços de repartições públicas” (XAVIER, 2015, p. 3), aumentando a circulação de público no Mercado, com reflexo em majoração da arrecadação para o município.

Segundo o IPHAN (2019a), durante as primeiras três décadas do século XX houve uma consolidação do eixo urbanizado na Avenida Independência como zona “preferida pelas elites de

comerciantes e industriais para construção das suas residências, com a Rua Duque de Caxias e, mais tarde, a continuidade da Av. Independência no bairro Moinhos de Vento” (IPHAN, 2019a, p.1). Conforme Vargas, Lins e Zimmer (2018), as áreas mais altas, mas ainda próximas ao rio, tinham melhores condições de drenagem e conforto. Com isso, a avenida assentada sobre a crista da primeira colina após o rio, constituiu-se como um dos eixos de desenvolvimento que fazia a ligação com outros núcleos populacionais isolados da capital.

Segundo Franco (1992), ao longo da Rua Duque de Caxias foram construídas as residências das pessoas importantes e conhecidas à época, uma elite empresarial formada a partir do século XIX:

Em 1820 Saint-Hilaire assim a descreveu: ‘Uma das três grandes ruas, chamada rua da Igreja, estende-se sobre a crista da colina. É aí que ficam os três principais edifícios da cidade, o Palácio, a Igreja Paroquial e o Palácio da Junta. São construídos alinhados e voltados para noroeste. Na outra face da rua, em frente, não existem edifícios, mas tão somente um muro de arrimo, a fim de que não seja prejudicada a linda vista daí descortinável.

A qualificação daquele espaço da cidade se dá no final do século XIX, com o ajardinamento das praças da Matriz, Conde de Porto Alegre e General Osório e o estabelecimento, a partir de 1909, dos bondes elétricos com linha circular pela Rua Duque de Caxias (FRANCO, 1992). Estas adequações nos espaços urbanos, que surgiram de forma isoladas pela administração local, culminaram no desenvolvimento de estudo para planejamento de ações.

Com o planejamento indicado no Plano Geral de Melhoramentos e Embelezamentos, de 1914, a infraestrutura anteriormente exclusiva da área central da cidade até o alto da colina foi estendida para outras regiões da administração municipal, como o calçamento de paralelepípedos, em 1925 (IPHAN, 2019a). A chegada dos imigrantes nas últimas décadas do século refletiu na

arquitetura, “com a adoção do ecletismo em substituição à arquitetura do período colonial. Esses palacetes foram pouco a pouco sendo construídos com materiais importados e mão de obra mais qualificada, utilizados também na construção de prédios públicos” (IPHAN, 2019b, p.1). A arquitetura eclética do Mercado Público foi replicada em outros grandes casarões, mas também surgiram casas coloniais portuguesas e outros prédios administrativos no mesmo estilo.

Acompanhando o desenvolvimento da cidade, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através do instrumento de tombamento, procura proteger edificações e regiões que referenciam o desenvolvimento urbano de Porto Alegre. Destacam-se dois sítios urbanos, da Praça da Matriz e da Praça da Alfândega, apresentados como:

Sítio Histórico da Praça da Matriz: Localizada no coração da cidade de Porto Alegre, em 1770, a praça era conhecida como Alto da Praia e, com poucas edificações era apenas um terreno com declive acentuado, marcado pela erosão. Entre 1772 e 1773, foi construída, na área da atual Catedral Metropolitana, uma Igreja Matriz, em homenagem a Nossa Senhora de Madre de Deus. Por isso, a área passou a ser chamada de Largo ou Praça da Matriz. A região só ganhou destaque em 1858 com a inauguração do Theatro São Pedro. As obras de ajardinamento, arborização e calçamento começaram a partir de 1881.

Sítio Histórico da Praça da Alfândega: A história da Praça da Alfândega está ligada às suas atividades no século XVIII, no antigo porto fluvial da cidade, no rio Guaíba. Em julho de 1782, um cais de pedra foi construído para facilitar o embarque e desembarque de passageiros e mercadorias. Em 1804, o local ganhou um trapiche de grandes dimensões, com 24 pilares de cantaria adentrando o leito do rio. Em 1866, a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense instalou um chafariz de ferro bronzeado na praça e deu início à arborização. A praça é cercada por importantes construções, como o Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli e o Memorial do Rio Grande do Sul. (IPHAN, 2019c, p.1)

As duas praças (Matriz e Alfândega), somadas a outros locais de interação, mais do que espaços públicos, foram apropriados pela população como ambiente de convivência e de relações sociais, induzindo a valorização das terras do entorno. A dinâmica urbana, portanto, nasce da relação entre os espaços, sua função de locais de convivência, e atividades econômicas envolvidas nestas dinâmicas. O sistema de espaços que retroalimentam relações sociais estabelece o paradoxo da forma, que Lefébvre (1986) discutia na análise do espaço urbano, pois

a forma em geral e as formas particulares engendradas no decurso do tempo (histórico) tomaram uma existência (social e prática) ainda mal compreendidas: às vezes abstrata, quase 'irreal' e no entanto concretamente 'real' – às vezes relativa (composta de relações) e ativa, suscitando conteúdos transversais estimulando 'outra coisa' (LEFÉBVRE, 1986, p.43).

Todos estes patrimônios, Mercado Público, Cais do Porto e praças, se mantêm como referências na cidade pela função que desempenham, mesmo com o passar do tempo. Pintaudi (2006, p.83) indica que “para existir no tempo, uma forma precisa, necessariamente, resistir, ter sentido, se transformar ao mesmo tempo em que cria raízes”. Seu estudo, feito sobre a temática dos mercados públicos, apresenta questionamentos fundamentais para a avaliação desta permanência no tempo a partir de agora: (i) como reconhecer então estes locais (praças, mercados e cais) no presente e as possibilidades de servir enquanto espaço de trocas, no mundo de hoje, quando se vive em privação geral de sentido que se constituiria na única possibilidade de continuar criando raízes? E (ii) a falta de reprodução de raízes no espaço, e, portanto, de duração no tempo longo, não significa uma ameaça no futuro imediato destes patrimônios (PINTAUDI, 2006)?

A dúvida surge porque o “tempo, ao contrário do espaço, não é reversível: passado, presente e futuro são momentos, enquanto altura, largura e profundidade são dimensões, embora ambos sejam

propriedades da matéria e por essa razão se atravessam” (PINTAUDI, 2006, p. 84). Praças, mercados públicos e cais, por exemplo, são locais de relações sociais e intercâmbios encontrados em cidades desde a antiguidade e se hoje têm continuidade no espaço, isto certamente se deve ao fato de poderem dialogar com outras formas de relação sociais e comerciais mais modernas. Pode-se também dizer que alguns destes espaços acabam alterando sua finalidade, com o objetivo de sua preservação, mesmo que seja apenas da estrutura física.

O valor cultural e histórico das relações entre o equipamento público, a sociedade e a cidade, e conseqüentemente dos espaços e edificações, impõe diretrizes próprias de preservação do patrimônio, dificultando e até impedindo a sua alteração estética e ampliações construtivas, induzindo, desta forma, mediante planejamento elaborado pela administração pública, o crescimento da urbanização da cidade em determinado sentido (VARGAS; LINS; ZIMMER, 2018). Por este motivo que, antes mesmo da utilização do tombamento como ferramenta de proteção, os governos já apresentavam planos e projetos visando a valorização dos locais que são, atualmente, considerados patrimônios culturais históricos. Isto exemplifica-se no caso concreto da proposta de demolição do Mercado Público para alteração da malha viária do entorno, na década de 1970, que mobilizou a população para preservação do bem, resultando, em 12 de dezembro de 1979, com sua declaração como bem de valor histórico e cultural e de expressiva tradição para a cidade de Porto Alegre (XAVIER, 2015).

3. Políticas de melhoramentos da área central

A cidade de Porto Alegre, com a construção do cais do porto no primeiro cinquentenário do Mercado Público foi pano de fundo para o Plano Geral de Melhoramentos e Embelezamentos, publicado em 1914, e elaborado pelo engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel, durante a administração do também engenheiro José

Montaury, o primeiro intendente eleito no município. O estudo elaborado por Moreira Maciel trazia as primeiras orientações de intervenções urbanísticas para a cidade, focado em planejamento que habilitava a cidade em acessar locais de abastecimento por vias largas, favorecendo pontos de comércios tradicionais, como o cais do porto e o Mercado Público, por exemplo (SOUZA, 2008).

Criticado como sendo um mero plano viário, o Plano Geral de Melhoramentos e Embelezamentos foi amplamente estudado por Souza (2008), que demonstra como este, de fato, orientou o desenvolvimento da cidade por muitos anos. Suas propostas integraram estudos, projetos e planos posteriores, até mesmo a aprovação e revisão do Plano Diretor Municipal, de 1999 e 2009, respectivamente, que busca a proteção de algumas obras, inseridas no contexto do patrimônio ambiental urbano da cidade.

A manutenção de uma mesma corrente política no governo estadual e municipal, entre os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX oportunizaram o respeito ao planejamento elaborado e a continuidade na execução de obras de infraestrutura, que consolidaram o crescimento da cidade em eixos e quadras específicos (SOUZA, 2014). A autora diz ainda que, a doutrina positivista, que creditava o desenvolvimento humano e social ao conhecimento científico, fortemente influente no Partido Republicano Rio-grandense (PRR) que governava com Borges de Medeiros e José Montaury, foi adotada por técnicos das estruturas públicas e privadas, fato que fortaleceu o pensamento de que deveria existir uma lógica técnica e construtiva no desenho da cidade, com avenidas para acesso a locais de abastecimento, como Cais do Porto e Mercado Público, e áreas de interação social, como praças e parques. “A doutrina positivista era adotada fortemente por técnicos, engenheiros. E os políticos queriam também que se melhorasse as condições da cidade. O PRR tinha essa preocupação de colocar uma ordenação, então, havia as comissões de melhoramentos, de higiene” (SOUZA, 2014, p.1). A melhoria na prestação dos serviços públicos, como abastecimento de água,

drenagem e esgoto, também foi foco das administrações públicas neste período.

Conforme Souza (2014, p.1), nos governos de Borges de Medeiros e José Montaury havia “continuidade administrativa e para o projeto deles isso era importante, se tivesse interrupção não teriam sucesso. E era um governo forte. Mas o importante é que havia essa convicção tanto do ponto de vista político quanto técnico”. A cidade de Porto Alegre aproveitou este alinhamento de concepção política que era alimentado por técnicos oriundos das instituições de ensino locais, uma vez que “nas escolas da época, tanto na Engenharia quanto no Direito, o positivismo estava implantado, visto como uma tendência de que quem trabalha no governo, no funcionalismo público, tem que dar muito valor por trabalhar com a coisa pública, ter responsabilidade social” (SOUZA, 2014, p.1). O desenvolvimento urbano da cidade, portanto, teve esta característica de ordenamento, tendo as edificações e espaços mais antigos como referências neste processo de urbanização, vinculado à industrialização e aos investimentos públicos.

Conforme Souza e Müller (1997), a cidade de Porto Alegre iniciou um processo de industrialização em 1890 que se estendeu até o ano de 1945 e o fim do Estado Novo. Neste período, Porto Alegre adquiriu feições urbanísticas que são visíveis atualmente. A industrialização de Porto Alegre e sua facilidade de transportar produtos por rotas fluviais condicionou o acesso à cidade e, portanto, a necessidade de qualificar centrais de serviços. Conforme Lemos (2009), a capital ganhou destaque entre o final do século XIX e o início do século XX:

Marcada como centro industrial da região, Porto Alegre alimentava, com suas indústrias, não apenas o mercado interno, mas, também, a região das colônias, e teve seu desenvolvimento favorecido pela carência de importação, no período das grandes guerras mundiais. Essa tendência, verificada em todo o país, possibilitou que a cidade tivesse uma relevância local, destacando-

se das demais cidades do estado do Rio Grande do Sul, em seu tamanho e vigor. (LEMOS, 2009, p. 35)

Até os governos estadual e municipal proporem acessos viários e fluviais mais atrativos, a cidade dependia de precários acessos pelo rio e ruas inadequadas e demandava obras de infraestrutura, razão pela qual a solicitação de intervenções urbanísticas robustas, que culminaram, conforme Alves (2005), na política de obras do governo de Borges de Medeiros, presidente do estado na época.

[..] neste período o governo estadual realizou uma das maiores obras de infraestrutura da cidade, construindo o cais do porto. As obras foram iniciadas junto à Praça da Alfândega em 1911, sendo que dois anos mais seria entregue o primeiro trecho de cais. Em 1º de agosto de 1921 aconteceria o ato oficial de inauguração do porto, que então se estendia desta praça até o Mercado Público. No início da década de 1930, o cais já chegava até a altura da Praça Rui Barbosa com a construção das docas. (ALVES, 2005, p. 8)

O estudo de Lemos (2009) aponta que os principais serviços de infraestrutura urbana, incluindo obras de saneamento, sob o discurso da necessidade de combater a insalubridade, foram iniciados por José Montauray a partir de 1907, já com cerca de dez anos de governo. Nesse ano, o Governo Federal editou diretrizes e padrões para projetos de estruturas portuárias no documento denominado “Plano de Melhoramento dos Portos da República”, objetivando o desenvolvimento e a integração do comércio nacional. Ainda, além dos serviços de abastecimento de água e de rede de coleta de esgoto, a administração municipal fomentou o fornecimento de energia por parte da companhia Força e Luz para o transporte por bondes elétricos, até 1914 associados aos bondes movidos à tração animal. No rol destas obras de melhoramentos estão a reforma e construção do segundo pavimento do Mercado Público, a construção do chalé da praça XV de Novembro e o Campo da Redenção (LEMOS, 2009).

O porto se inseriu em um projeto de desenvolvimento global elaborado pelo Partido Republicano Riograndense (PRR) para o Estado, através da "Política dos Transportes" do governo de Borges de Medeiros (ALVES, 2005), se inserindo, desta forma, para viabilizar o sistema de transportes da região norte do Estado, estabelecendo na capital o entreposto comercial entre a região colonial e o resto do País e exterior e legitimando o Mercado Público como referência de abastecimento alimentar compra e venda de produtos.

As obras de qualificação da área central da cidade visavam sanear um problema crônico de insalubridade, promiscuidade de atividades e falta de orientação espacial. "A margem norte concentrava a maior parte das atividades comerciais, de transporte e de serviços da cidade, apresentando também grande parte dos problemas urbanos, o que transformou em objeto das ações do Poder Público" (ALVES, 2005, p. 11). O primeiro projeto do cais, ainda no final do século XIX, tinha como meta o saneamento das margens do Rio Guaíba, pois o imaginário técnico do período colocava o foco dos problemas urbanos na questão da insalubridade do litoral (LEMOS, 2009). Isso culminou na regulamentação das funções e usos da zona central da cidade, eliminando "hábitos considerados atrasados e incompatíveis com a nova forma de vida urbana que o imaginário moderno pregava" (ALVES, 2005, p.11).

Por ter sido edificado antes, a estrutura do Mercado Público, muito embora em área desvalorizada do centro, acabou servindo também como parâmetro urbanístico no desenho das ruas e quadras da cidade, principalmente após a consolidação do Plano Geral de Melhoramentos e Embelezamentos (WEIMER, 1997), muito embora este tenha tido abrangência maior que o seu centro histórico. Este fato, inclusive, fez com que o estudo elaborado por Moreira Maciel tivesse destaque entre as cidades brasileiras, pois foram definidas as vias que permitiram a organização do centro urbano e a expansão do traçado viário nos sentidos norte, sul e leste, prevendo a construção de avenidas largas, bulevares e rótulas

(SOUZA, 2008), cujas algumas propostas somente saíram do papel quase cem anos após sua edição, em 2014, nas chamadas obras de mobilidade para a Copa do Mundo (VARGAS; LINS; ZIMMER, 2018).

4. Preservação dos patrimônios culturais históricos

O tombamento do Mercado Público de Porto Alegre se deu mais de cem anos depois de sua inauguração, em 1979, mesmo que sempre tenha sido referência cultural e histórica da cidade, e a partir daí, passou por processo de restauração entre os anos de 1990 e 1997 (XAVIER, 2015). A busca de preservação através do tombamento de patrimônios em Porto Alegre, porém, é antiga. “O primeiro tombamento no município pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ocorreu em 1938, com a proteção da Igreja de Nossa Senhora das Dores, também localizada no centro” (IPHAN, 2019a, p.1).

A partir de 1954 foi criada a Divisão de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, ligada à Secretaria da Educação (IPHAE, 2019) para a proteção do patrimônio arquitetônico e cultural do Estado evoluindo junto à administração até ser criado, no início da década de 1990, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). Antes de sua criação, porém, nos anos de 1980, houve diversos movimentos em favor da preservação da memória gaúcha e da imigração, que resultaram em tombamento de dezenas de edificações no Estado. Dados disponibilizados no relatório de ações do Governo do Estado indicam que até junho de 2018 existiam 154 tombamentos, individuais e coletivos, incluindo bens edificados, centros históricos, bens móveis e tombamentos ambientais (Mata Atlântica e quatro parques) feitos pelo órgão estadual IPHAE (IPHAE, 2019).

Outros equipamentos são referências na urbanização de Porto Alegre. Além da Igreja de Nossa Senhora das Dores, há proteção federal, pelo IPHAN, do Solar dos Câmara, do Memorial do Rio Grande do Sul, do Pórtico Central e Armazéns do Cais do Porto, do

Palacete Argentina, do Observatório Astronômico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e do prédio da Faculdade de Direito da UFRGS (IPHAN, 2019c).

Já o Estado, através de seu órgão de patrimônio, o IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado), também protege diversas edificações no tecido urbano de Porto Alegre, como a Agência do Banco Meridional, a antiga provedoria da Real Fazenda, a antiga Usina de Gás, o Cine Teatro Capitólio, o antigo Palácio do Governo (Forte Apache), o Arquivo público, a Biblioteca Pública, o Presídio Feminino Madre Pelletier, a capela positivista de Porto Alegre, o conjunto arquitetônico da FASE, o Hospital Psiquiátrico São Pedro, o Hotel Majestic (Casa de Cultura Mário Quintana), o Instituto de Educação Flores da Cunha, o Museu da Brigada Militar, o Museu de Arte (MARGS), o Museu de Comunicação Social, o Museu Júlio de Castilhos, o Palácio do Vice Governador, o Palácio Piratini, a Praça da Alfândega e seu entorno (também com tombamento federal), o Museu da Eletricidade, o Teatro São Pedro, a Usina do Gasômetro (IPHAE, 2019). Existem ainda tombamentos municipais em Porto Alegre, feitos pela Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC) com a aprovação do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC), onde o Mercado Público consta como protegido.

Todos os casos descritos têm na gênese a relação social entre os equipamentos e a sociedade, por este motivo o tombamento torna-se viável. O Mercado Público, por exemplo, configura-se seguramente como um ponto de encontro no centro de Porto Alegre, comandado pelo poder público, organizando e, de certa forma, garantindo o abastecimento urbano. “Hoje, do ponto de vista econômico, esse espaço tornou-se desinteressante porque cada vez mais se prioriza a reprodução do capital de maneira privada e suas relações de dominação” (Pintaudi, 2006, p.97). Ou seja, o espaço do Mercado Público pertence a outro tempo social e a simples preservação da sua memória talvez torne-se insuficiente para a reprodução desse espaço.

Ocorre que já que estas edificações, no passado, induziram a configuração espacial das cidades, como descrito na evolução urbana de Porto Alegre, existe um vínculo gerado entre estes equipamentos da cidade, que tendem a preservar o patrimônio. O estudo de Pintaudi (2006) indica que, em geral, os Mercados Públicos no mundo vêm tratando de lançar mão do que é tradicional para permanecer. Conforme referido por Hobsbawm e Ranger (1984), tradição é coisa recente, quando não é inventada. Um aspecto peculiar é que o Mercado Público,

como local de venda de gêneros alimentícios, nunca foi questionada pelo costume que, diferentes sociedades, ao longo da história, tinham de se abastecer nesses espaços, e mesmo como uma forma de controle de preços por parte do poder público para garantir a reprodução da sociedade. Quando esse costume se rompe mediante a presença de outras formas mais modernas de abastecimento, surge a possibilidade de transformar esse local em 'tradicional'. (PINTAUDI, 2006, p. 98)

Este fenômeno acontece em todas as edificações que têm relevância histórica, às vezes até proteção do órgão de patrimônio, e que necessitam criar novas formas justificar suas existências. O Mercado Público, o cais e a Praça da Alfândega, formas bastante presentes na paisagem urbana, estão procurando gerar uma imagem de “tradição”, em que a comunidade possa simular o comportamento tradicional, no estilo estudado por Hobsbawm e Ranger (1984).

5. Estratégias de fortalecimento do vínculo Patrimônio *versus* Cidade

Observando a linha do tempo do desenvolvimento das cidades, percebe-se que foram os prédios mais antigos e as condicionantes naturais, que impuseram sua a urbanização. A dinâmica social, porém, indica que é necessário um reconhecimento

destes equipamentos pelas cidades, uma vez que agora eles estão fadados ao esquecimento (LEFÉBVRE, 1986). O case do desenvolvimento urbano de Porto Alegre, a partir de alguns equipamentos públicos, alicerça-se nesta lógica, que é resgatada para sua preservação.

Por exemplo, é no espaço do Mercado Público, ambiente distante do conforto moderno oferecido por outros empreendimentos de comércio de alimentos, “o ato de comprar e vender os produtos da terra faz com que as pessoas ‘se sintam’ mais próximas a ela e busquem identificação com o lugar, já que ele permanece naquele sítio há algum tempo” (PINTAUDI, 2006, p. 98). As estratégias para isso, conforme a autora, seriam explorar o apelo comercial e conceitos de “passado” na venda, onde a “tradição” é capturada e a exploração continua através da cultura, fazendo o costume de passear ao mercado vira norma, deixando de ser estilo de vida para virar gênero de vida (VARGAS; LINS; ZIMMER, 2018).

A estratégia de vender o produto como “estilo antigo”, conforme Pintaudi (2006, p.98) é uma estratégia adotada mundialmente pelos Mercados Públicos, para concorrer com preço e qualidade de centros comerciais modernos:

O espaço do mercado “flexibiliza-se”, ou seja, esse espaço está sendo invadido por um novo momento da história, mais precisamente aquele em que a sociedade está totalmente submetida ao econômico e imprime uma maior velocidade às vendas. Primeiros símbolos de uma natureza dominada, os mercados se nos afiguram hoje como elementos que nos aproximam dela por intermédio da cultura, através da qual se viabiliza a rentabilidade imediata do capital. Os mercados que deixam de ser funcionais desaparecem da paisagem. Estamos diante do consumo do espaço (PINTAUDI, 2006, p. 98).

Embora o financiamento destes espaços, em geral, seja do Poder Público, existe um movimento das administrações locais de conceder este tipo de espaço à iniciativa privada, como forma de desonerar o orçamento público, uma vez que, estes centros

comerciais, cujas relações internas geralmente se dão por hierarquias familiares, muito dependem de investimentos governamentais para seu custeio (VARGAS; LINS; ZIMMER, 2018).

Observando esta lógica, em 2018, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre publicou um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para consultar o Setor Privado do interesse em construir uma participação privada no Mercado Público Central. Em geral, a PMI é um instrumento utilizado pelas administrações públicas para obtenção de projetos, levantamentos, investigações e estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, com a finalidade de estruturação de empreendimentos objeto de concessão, Parceria Público-Privada (PPP), e outras modalidades de participação privada no serviço público (PORTO ALEGRE, 2018).

O Procedimento de Manifestação de Interesse foi publicado pelo Edital de PMI N° 01/2018 SMPE, que objetivou a obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica referentes à requalificação, manutenção e operação do Mercado Público Central, trouxe para a discussão do tema agentes privados que têm interesse na concepção de um espaço mais adequado a partir de uma lógica de eficientização técnica e qualificação na gestão, mesmo que isto afronte o paradigma do “estilo antigo”, no conceito de Pintaudi (2006), feito pelas famílias tradicionais das bancas do Mercado Público, herdeiras daquelas estabelecidas no final do século XIX.

A responsabilização pelos sinistros ocorridos no Mercado Público nos últimos anos e seu alto custo de operação alertaram o município em buscar, via PMI, alternativas. E ainda,

[...] sem ignorar a relevância das características deste marco local, foram estabelecidas as seguintes premissas para o referido procedimento:

- Preservação dos equipamentos e das estruturas tombadas;
- Preservação da Identidade Cultural;
- Priorização do Interesse Público e Benefícios à População;
- Cumprimento do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI);

- Compatibilidade com as normas e as legislações vigentes;
- Observação das normas e das exigências de aprovação do EPAHC e do COMPAHC;
- Continuidade dos contratos de permissão até o término de sua vigência; e
- Impedimento de apresentação de soluções de incentivos fiscais e tributários não previstos na legislação.

Ao final, o Município espera obter sucesso na licitação do projeto resultante dos estudos apresentados, cujo vencedor (Concessionário) irá ressarcir a pessoa que os apresentou, nos parâmetros dispostos no Edital de Chamamento Público sobre o qual versa este Manual (PORTO ALEGRE, 2018, p. 3).

O modelo de discussão feito pelo Município acaba transferindo todo o risco financeiro do estudo ao proponente, uma vez que nem os estudos são remunerados pelo Poder Público, ficando a cargo do futuro concessionário, se houver. A elaboração dos estudos subsidia a discussão com a sociedade para este tipo de gestão compartilhada, entre Poder Público e iniciativa privada.

Este mesmo processo de concessão de espaço público aconteceu no cais do porto de Porto Alegre, sob a responsabilidade do Governo Estadual, no ano de 2010. Quase uma década depois do processo finalizado, o empreendimento ainda não iniciou sua operação e, conforme cronograma de projeto, várias pendências burocráticas e demandas judiciais ainda emperram sua execução. Dados da Cais Mauá do Brasil S.A., concessionária do empreendimento, indicam que haverá, até 2035, investimentos privados na ordem de R\$ 500 mi, para qualificação de uma área de aproximadamente 181 mil m², sendo 93 mil m² de área de livre acesso para lazer da população. Ao todo, o projeto contempla dez praças com mais de 11 mil m², aumentando em cerca de 64% a área verde no centro de Porto Alegre (CAIS MAUÁ, 2015). O faturamento, conforme dados do processo de concessão, giram na ordem de R\$ 1 bi durante a concessão, gerando uma receita de cerca de R\$ 220 mi em impostos.

Para concretizar a concessão e oportunizar a requalificação do cais do porto, portanto, ocorreu um desvio em sua finalidade, uma vez que estudo de Rios e Moraes (2015) demonstrou ser inviável o espaço servir como porto de cargas operacional. “Além do Cais Mauá já estar legalmente inviabilizado de operar, através da LCM de Porto Alegre nº 638/2010 supramencionada, a SPH, autarquia estadual que o administrava, e o próprio porto de Porto Alegre apresentam inúmeros problemas e fatores que reforçam a impossibilidade do retorno das operações neste cais” (RIOS; MORAES, 2015, p.33), sendo que a alternativa é atualizar suas funções na cidade, servindo como ativos sua localização e os elementos que Pintaudi (2006) traz como vantajosos em equipamentos com características antigas.

Por ter função desconectada da realidade da economia da cidade, o Governo do Estado viu na concessão do cais do porto a oportunidade de reverter o déficit na sua operação como porto de cargas operacional:

Percebe-se que em 2012 o número de cargueiros que operaram no porto de Porto Alegre foi ínfimo, apresentando uma involução no decorrer do período em análise. Este aspecto demonstra que o Estado do Rio Grande do Sul apresenta uma tendência cada vez maior de dependência do Porto de Rio Grande para operações portuárias de grande porte. Tal questão reforça a ideia da quase inexistência do porto de Porto Alegre em termos operacionais. Além do mais, o caráter aleatório destas movimentações proporciona como resultado receitas insuficientes, onerando ainda mais o Estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, em Rios (2012) verifica-se que no período de 2008 a 2011 a SPH obteve um grau de endividamento médio de 79%, ou seja, para cada R\$ 100,00 gastos pela autarquia, apenas R\$21,00 eram arrecadados pelo próprio ente. Em outras palavras, para cada R\$ 100,00 gastos pela SPH, R\$ 79,00 eram financiados pelo Estado ou Governo Federal. Esta situação financeira ilustra o esgotamento que vive a SPH e, por consequência, o porto de Porto Alegre, sendo que ambos sobrevivem graças às injeções financeiras da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (SEFAZ/RS) e aos aportes federais, como os recursos da CIDE. (RIOS; MORAES, 2015, p. 34)

Embora o projeto esteja atrasado, o fato de estancar os investimentos com custeio para manutenção do porto de Porto Alegre, por si só, representa uma economia para o Poder Público (CAIS MAUA, 2015), em um modelo cujo resultado prático – se foi ou não vantajoso para a administração – somente será corretamente avaliado quando a concessão estiver a pleno, com os investimentos feitos e todas as áreas exploradas (VARGAS; LINS; ZIMMER, 2018), e a troca de finalidade é fundamental para que o equipamento torne-se viável.

Ironicamente, mesmo que o argumento para as concessões seja a falta de recursos públicos para os investimentos em obras e custeio, as obras de requalificação urbana de Porto Alegre que mais avançaram foram justamente aquelas aportadas com dinheiro oriundo de financiamento para o governo municipal: o projeto de Revitalização da Usina do Gasômetro e Orla do Guaíba, com a primeira fase já executada, teve investimento previsto de US\$ 34,7 mi de recursos da CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e a adequação dos trechos das ruas Andradas e Uruguai, nas proximidades da Praça da Alfândega, que propõe a reordenação completa das redes de infraestrutura através de galerias de serviço para rede pluvial, esgoto, gás, energia elétrica e redes de concessionárias, com a recuperação do pavimento da superfície, mobiliário urbano e sistema de iluminação, mantendo a condição de trânsito exclusivo de pedestres, mas permitindo a passagem de veículo de serviços, principal gerador dos problemas cotidianos de manutenção, cujo investimento está orçado em US\$ 3,6 mi, também de recursos da CAF (PORTO ALEGRE, 2016). Todos estes investimentos parcialmente alteram a função básica destes espaços, uma vez que a Usina do Gasômetro, por exemplo, não tem restabelecida sua atividade primária, tornando-se elemento do cenário do conjunto da Orla do Guaíba, cuja exploração econômica se dá pela função turística.

Antes, ainda, a partir de 2001, o Ministério da Cultura criou o Programa Monumenta, para requalificação de centros históricos urbanos no território nacional, que segundo a prefeitura de Porto

Alegre (2010), surge como modelo inovador que agrega à prática de restauração de edificações e espaços públicos, o financiamento de imóveis privados de valor social e histórico, e projetos no campo da educação patrimonial e da economia da cultura, aliando a memória social da comunidade e ao desenvolvimento econômico. Estes projetos, porém, buscam a manutenção dos espaços como locais públicos, não objetivando seu preparo para outra função que não seja àquelas já consolidadas na dinâmica da cidade.

O financiamento para municípios se dá através do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e Porto Alegre captou R\$ 21 mi, sendo que 30% deste é contrapartida municipal, para execução de obras em 24,5 hectares distribuídos em dois eixos imaginários: um longitudinal e outro transversal ao Guaíba (PORTO ALEGRE, 2010), definidos em razão do tombamento do centro histórico como patrimônio pelo IPHAN, desde de 2001. Os trechos perfazem áreas da Praça da Matriz, a Rua General Câmara, a Praça da Alfândega e o pórtico do cais do porto, além da rua dos Andradas, e Largo dos Medeiros até a Igreja Nossa Senhora das Dores, incluindo os locais das primeiras urbanizações da capital, a partir do porto.

6. Conclusões

É sabido que as principais referências de urbanização são os locais de encontros sociais e serviços públicos e comerciais. Na visão de Pintaudi (2006), estes espaços necessitam de constante atualização para que permaneçam preservados na disputa territorial das cidades, cuja relação benefício/custo observa uma lógica prioritariamente econômica. Mesmo que, por vezes desconectada ao vínculo temporal, a dinâmica social indica que é fundamental o reconhecimento destes equipamentos pelas cidades, uma vez que agora eles estão fadados ao esquecimento (LEFÉBVRE, 1986).

O surgimento dos órgãos de defesa do patrimônio cultural, material e imaterial, a partir da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional , em 1937, e o acelerado número de

tombamentos em Porto Alegre, com os processos de proteção estaduais, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul de 1964 até a fundação do órgão estadual IPHAE e da criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Cultural (COMPAHC) em 1976, foram fundamentais para a preservação das edificações, mas também impediu que ocorresse uma flexibilização em suas finalidades e, portanto, por vezes, ocorreu a perda de competitividade na função destes equipamentos, como no caso de Mercado Público (PINTAUDI, 2006), ou ainda a necessidade de altos investimentos do orçamento governamental para o custeio de suas atividades, como no caso do porto de Porto Alegre (RIOS; MORAES, 2015).

A busca de alternativas, passa por desonerar o Poder Público dos gastos com a manutenção de prédios e espaços cuja condição de tombamento prejudicam a alteração de uso, ou sua adaptação para novas finalidades, a partir de investimentos e exploração privada, avaliadas como mais adequadas do ponto de vista econômico-financeiro (RIOS; MORAES, 2015), conforme projeto das concessões feitas pelo Governo do Estado do cais de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2010) e o Procedimento de Manifestação de Interesse que visa conceber uma proposta de parceria com a iniciativa privada no Mercado Público Central (VARGAS; LINS; ZIMMER, 2018). O modelo tradicional, de investimentos públicos para a requalificação destas áreas também foi proposta (PORTO ALEGRE, 2010), objetivando a apropriação destes espaços pelos usuários, criando um círculo virtuoso em que o aumento de público fortalece a rede de proteção do patrimônio (LEFÉBVRE, 1986).

Pela análise do tema, frente às experiências apresentadas de vínculo entre os patrimônios culturais e Porto Alegre, observa-se que o Poder Público tem buscado alternativas para proteger equipamentos públicos, cuja relevância funcional induziu a urbanização da cidade a partir da segunda metade do século XIX, consolidando-se até hoje, conforme indicado por Souza (2008) no caso das diretrizes do Plano Geral de Melhoramentos e

Embelezamentos de 1914. As possibilidades passam, inevitavelmente, pela quebra do modelo tradicional, em que o Poder Público faz os investimentos no custeio e nas infraestruturas – como no caso das obras dos Governos de Borges de Medeiros e José Montaury –, optando pela busca de parcerias com o setor privado, seja por meio de concessões, como no caso do Cais Mauá, por meio de PMI, a exemplo do Mercado Público Central, ou ainda pela obtenção de financiamento de linhas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Projeto Monumenta para proprietários de imóveis privados tombados.

Referências

- ALVES, A. *A construção do porto de Porto Alegre 1895-1930: modernidade urbanística como suporte de um projeto de Estado*. 2005. 181 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5135>>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- CAIS MAUÁ. *Projeto de requalificação urbana elaborado pela Cais Mauá do Brasil S.A.*, 2015. Disponível em: <<http://vivacaismaua.com.br/apresenta-o-pdf/>> Acesso em: 04 nov. 2018.
- FRANCO, S. da C.. *Guia Histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS/Prefeitura Municipal, 1992.
- FRANCO, S. da C.. *Guia Histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS/Prefeitura Municipal, 1992.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9-23.
- IPHAЕ. *Bens Tombados – Porto Alegre (RS)*. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>> Acesso em: 22 fev. 2019.

IPHAN. *Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Porto Alegre (RS)*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1539/>> Acesso em: 22 fev. 2019c.

IPHAN. *Conjuntos Urbanos Tombados: Porto Alegre (RS)*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/394/>> Acesso em: 22 fev. 2019b.

IPHAN. *História - Porto Alegre (RS)*. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1538/>> Acesso em: 22 fev. 2019a.

LEFÈBVRE, H. *De lo rural a lo urbano*. 4. ed. Barcelona: Península, 1978.

LEFEBVRE, H. *Le Retour de laDialectique: 12 motsclefs*. Paris: Messidor/ÉditionsSociales, 1986.

LEMOS, M. R. *O urbanismo em Porto Alegre no jornal Correio do Povo, durante o Estado Novo*. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) –Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MORIN, Edgar. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PEREIRA, D. C.,. Cidade, patrimônio e território: as políticas públicas federais de seleção no Brasil do Século XXI. *Revista CPC*, São Paulo, n. 21, p. 36-70, jan./jul. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/111342/115892/>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

PINTAUDI, S. M. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, núm. 218, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-81.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

PORTO ALEGRE. *Manual de Procedimento de Manifestação de Interesse do Mercado Público*, 2018. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/ppp/usu_doc/manua_l_pmi_mercado_publico_07062018.pdf> Acesso em: 04 nov. 2018.

PORTO ALEGRE. *Programa Monumenta*, 2010. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=226> Acesso em: 04 nov. 2018.

PORTO ALEGRE. *Projeto Orla POA*, 2016. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgae/default.php?p_secao=68> Acesso em: 04 nov. 2018.

RIOS, C. O.; MORAES, G. I. de. *O Cais Mauá no contexto histórico dos portos hidroviários brasileiros*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2015. Disponível em: <http://vivacaismaua.com.br/wp-content/uploads/2018/01/O-CAIS-MAU---NO-CONTEXTO-HISTORICO-DOS-PORTOS-HIDROVI--RIOS-BRASILEIROS_v18-06-15.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.

SOUZA, C. F. de. *Entrevista sobre os 100 anos do Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre*. Jornal do Comércio: 29 dez. 2014. Entrevista concedida a Guilherme Kolling. Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=183070>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

SOUZA, C. F. de. *Plano geral de melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008.

SOUZA, C. F. de; MÜLLER, D. M. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1997.

VARGAS, E. W.; LINS, C. ; ZIMMER, A. *Estudos para requalificação do Mercado Público Central de Porto Alegre*. Porto Alegre: 2018.

VIEIRA FILHO, D. *Ideias e anotações sobre o patrimônio cultural brasileiro: uma nova abordagem para a construção de redes de patrimônio cultural e para a gestão das cidades históricas brasileiras*. Brasília: 2009.

VIEIRA FILHO, D. *Textos de trabalho*. Brasília, 2011.

WEIMER, G. *Moreira Maciel e seu Plano Geral de Melhoramentos*. Estudos Tecnológicos Unisinos: Arquitetura, São Leopoldo, RS, v. 28, n.1, p. 15-28, 1997.

XAVIER, L. M. F. *Projeto de Restauração do Mercado Público: PAC Cidades Históricas*. Porto Alegre: 2015.

Lugares de memória: reflexões sobre a metodologia de educação patrimonial

*Cristina Seibert Schneider*¹

*Jéssica Rezzadori*²

Introdução

Conhecer a história dos antepassados é buscar em determinado lugar o seu significado para as pessoas que ali habitavam e que hoje faz parte da memória, identidade e da cultura desse ambiente. Essa história deixa como legado seus valores, costumes e tradições que passam de geração para geração. Compreender a importância de trabalhar, com seus alunos, a Educação Patrimonial, torna-se um instrumento que possibilita ao sujeito fazer a leitura de mundo através de situações de conhecimento, apropriação e valorização. Além de ser uma ferramenta que provoca situações de aprendizado, ainda levando à compreensão de um universo sociocultural e da trajetória histórico-cultural, conforme já afirmado por Horta, Grunberg e Monteiro (2006), importante pesquisadores da área.

Mas qual é o papel do Pedagogo quando se trata de patrimônio cultural? O papel do pedagogo é fundamental quando se trata de patrimônio cultural, visto que existe a possibilidade de desenvolver uma visão interdisciplinar, abrangendo conceitos não só em relação à História, mas de diversas áreas do conhecimento. É, assim, um

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Prefeitura Municipal de Alto Feliz, Rio Grande do Sul, Brasil.

processo que consiste em provocar situações de apropriação e aprendizado, tornando o assunto muito significativo.

No Município de Alto Feliz, existe ainda hoje a casa dos primeiros padres jesuítas, A antiga Casa dos Jesuítas é uma edificação importantíssima na história do Município e constitui uma “herança” deixada pelos ancestrais que ali viveram. Hoje, a edificação sofre com o descaso do poder público. A Casa dos Jesuítas deveria ser um patrimônio cuidado, respeitado e valorizado por todos. Contudo, infelizmente, a realidade não é esta. O mato toma conta do lugar, as paredes já estão se degradando e a pintura das paredes internas estão desaparecendo. A Casa Canônica, como era chamada na época, foi construída no final do ano de 1883 e a planta baixa veio da Alemanha. A casa possuía três pavimentos: no primeiro, ficava a Casa Paroquial; no segundo, a residência dos padres; e o terceiro era destinado aos membros da Companhia de Jesus como local de descanso, férias e meditação. (RUSCHEL, 2017, p. 25).

Mas qual a relação entre *locus* de pesquisa e educação? A metodologia da educação patrimonial é uma ferramenta de alfabetização cultural, proposta por Horta, Grunberg e Monteiro (2006), pesquisadora do museu Nacional no Rio de Janeiro, que se desenvolve em quatro etapas. A primeira etapa é a **observação**. Nesta etapa, realizam-se perguntas, observações, jogos de adivinhação e descoberta, entre outras atividades; além de desenvolver a percepção visual e simbólica. A segunda etapa é o **registro**. Nesta etapa, busca-se compreender o conhecimento percebido e aprofunda-se a observação e a análise crítica; desenvolve-se a memória e o pensamento lógico através de atividades como desenhos, maquetes, mapas, entre outras. A terceira etapa é a **exploração**. Nesta etapa, desenvolvem-se as capacidades de análise e julgamento crítico, através de atividades como questionamentos, pesquisas em outras fontes, como bibliotecas, jornais, entrevistas, etc. A quarta e última etapa é a **apropriação**. Nesta etapa, desenvolve-se a valorização do bem cultural, mediante de atividades como releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão, como por exemplo

escultura, música, poesia, texto; além de desenvolver a participação criativa e envolvimento afetivo. Segundo Grunberg (2007, p. 6), “[...] os resultados da aplicação desta metodologia desenvolvem atividades que levam os participantes à reflexão, descoberta e atitude favorável a respeito da importância e valorização do nosso Patrimônio Cultural”.

Nessa assertiva, neste estudo, foi proposto a seguinte problemática de pesquisa: **um projeto de Educação Patrimonial, que proporcione uma experiência direta com os bens culturais de um determinado lugar, contribui para tornar este processo de apropriação mais significativo?** Partiu-se do pressuposto que, antes de mais nada, é preciso conhecer um determinado local para que se possa começar a preservá-lo. Já afirmava o ditado popular muito aplicado à área de patrimônio: “**a gente ama o que conhece! Quem ama, cuida**”. Cada lugar tem uma memória que são lembranças que marcaram a vida das pessoas que ali habitavam. Por isso, precisa ser respeitado.

Nessa perspectiva, este estudo teve como objetivo geral analisar os lugares de memória na perspectiva da educação patrimonial; e como objetivos específicos: proporcionar aos educandos uma experiência direta com bens culturais de um determinado lugar, bem como discutir a metodologia proposta por Horta, Grunberg e Monteiro (2006).

Diante disso, optou-se pelo uso da metodologia de pesquisa aplicada, que “[...] caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados [...]”. (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 20). Para tanto, foi primeiramente desenvolvido um projeto interdisciplinar sobre Educação Patrimonial em relação à história dos Jesuítas, dando ênfase à casa dos jesuítas, com alunos do 4º ano do Ensino Fundamental. Para um educador, é essencial propor um projeto que tenha a participação de todos os seus educandos em sala de aula através de aulas criativas, que chamem a atenção dos alunos, produzindo conhecimentos significativos aos indivíduos.

Por isso, é importante que os educadores possam realizar projetos interdisciplinares sobre a Educação Patrimonial nas escolas.

Trata-se de algo que vai além de monumentos, prédios, objetos antigos. Estuda-se a memória, identidade, cultura, patrimônio, ou seja, o modo de vida e as relações estabelecidas de um determinado lugar.

Patrimônio cultural no campo da educação

Ensinar a aprender [...] não é apenas mostrar os caminhos, mas também orientar o aluno para que desenvolva um olhar crítico que lhe permita [...] reconhecer, em meio ao labirinto, as trilhas que conduzem às verdadeiras fontes de informação e conhecimento. (BAGNO, 2002, p. 15)

Para que este olhar crítico permita a construção do conhecimento, é de extrema importância que os educadores instiguem os alunos a avançar na busca por elementos que contribuam para a construção do conhecimento. O professor é o mediador desse processo, proporcionando condições tanto em sala de aula como fora dela, na perspectiva da educação formal.

Nessa assertiva, a educação tem um papel relevante na vida dos educandos, visto que apresenta uma série de processos que podem ser desenvolvidos em vários ambientes. A Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (LDB) prevê no artigo 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

Instigar e promover a aproximação entre a teoria e a prática exige comprometimento do professor na busca de uma ação pedagógica diversificada. Neste estudo, o foco foi a questão do patrimônio cultural. Segundo Pinheiro (2015, p. 13), o patrimônio é “a memória que não apenas transmite um passado, mas constrói e reconstrói um presente, que se atualiza constantemente com as identidades e as interpretações da cidade, e ante as ações daqueles que vivem e convivem na sociedade.”

Nesse ínterim, patrimônio é um bem valioso, ou seja, refere-se a memórias³, identidade⁴, modos de fazer e viver, edificações, além de ter um significado importante na história de um determinado povo que ali viveu e deixou um legado/marca naquela determinada região. Conforme Horta (2003, p. 2):

O patrimônio, como o nome diz, é algo herdado de nossos pais e antepassados. Essa herança só passa a ser nossa, para usufruída, se nos apropriarmos dela, se a conhecermos e reconhecemos como algo que nos foi legado, e que deveremos deixar como herança para os nossos filhos, para as gerações que nos sucederão no tempo e na história. Uma herança que constitui a nossa riqueza cultural, individual e coletiva, a nossa memória, o nosso sentido de identidade, aquilo que nos distingue de outros povos e culturas, que é a nossa “marca” inconfundível [...].

O Brasil é um país com uma grande extensão territorial. É constituído por diversas etnias, cada uma com suas crenças e identidades que formam uma vasta diversidade cultural, que são importantes e devem ser respeitadas. É por meio da cultura que construímos a nossa identidade, algo que passa de geração a geração. (SCHNEIDER, 2013). Mas o que é Patrimônio cultural?

São todas as expressões de natureza cultural representativas de um povo e que carregam testemunhos da sua história. Essas expressões foram sendo agregadas com o tempo as das gerações anteriores e podem ser edificações, sítios históricos, ambientes naturais, móveis, saberes e celebrações. (SCHNEIDER, 2013, p. 15)

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, seção II - Da cultura, ampliou a noção de patrimônio cultural, ao reconhecer a

³Segundo Pollak (1992), memórias são acontecimentos vividos construídas por pessoas, personagens que passam no decorrer da nossa vida. As memórias podem ser coletivas ou individuais. Nas memórias coletivas, ocorrem acontecimentos vividos por um grupo ou pela coletividade em que a pessoa se sente pertencente. As memórias individuais são aquelas em que ocorrem acontecimentos vividos pessoalmente, que são somente para si. Contudo, segundo o autor, a memória é seletiva, nem tudo fica gravado ou registrado.

⁴O conceito de identidade vem sendo substituído na atualidade por identificação. (HALL, 2015).

existência de bens culturais de natureza material e imaterial. O ECA - Estatuto da Criança e Adolescente no seu capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura e ao Lazer, refere que as crianças e os adolescentes têm o direito de ter acesso às fontes de cultura. Conforme o artigo 58, “no processo educacional, respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura” (BRASIL, 1990).

Nesse ínterim, os bens culturais existentes no Patrimônio Cultural são importantes para o contexto da história de um determinado local, já que cada um desses referenciais culturais abarca múltiplos significados.

Educação Patrimonial: o processo de “alfabetização cultural”

A Educação Patrimonial tem o intuito de preservar e valorizar a memória, identidade e cultura de um determinado local. Nessa perspectiva, torna-se assim uma nova percepção na área da educação para que as futuras gerações possam desde cedo aprender a valorizar o lugar onde vivem e os bens de natureza cultural.

Mas, afinal, o que é Educação Patrimonial? É uma ferramenta de relevância para a construção da cidadania, identidade, conhecimento e aprendizagem. Além do Patrimônio Cultural ser o ponto de partida para os educandos, ainda tem um papel ativo na prática pedagógica. Conforme Horta, Grunberg e Monteiro (2006, p. 4, grifos do autor):

Trata-se de um processo **permanente e sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os

para um melhor usufruto destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural**.

A metodologia proposta por Horta, Grunberg e Monteiro (2006) propõe 4 etapas metodológicas, conforme o quadro a seguir.

Quadro 1 – Etapas⁵

Etapas	Recursos/ Atividades	Objetivos
Observação	Observar e analisar materiais; Exercícios de percepção visual / sensorial; Jogos de detetive, perguntas, anotações, comparações.	-Identificação do objeto/função/significado; -Desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
Registros	Consultas à biblioteca, arquivos, jornais, revistas, entre outros; Desenhos, gráficos, mapas, gráficos, fotografias; Entrevistas com pessoas da comunidade em estudo.	-Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes, tais como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	-Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento das evidências e significados.
Apropriação	Interpretação em diferentes meios de expressão, tais como música, dança, pintura, escultura, poesia, vídeo, filme, entre outros; Recriação, releitura. Exposição; Maquete; Diário de campo.	-Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Horta, Grunberg e Monteiro (2006).

As quatro etapas metodológicas não precisam acontecer em ordem. Embora a culminância ocorra na etapa da apropriação. A primeira etapa metodológica é a **observação**. Nessa etapa, observa-se, analisa-se e explora-se o objeto em estudo, obtendo a função,

⁵Adaptado de: HORTA, Maria de Lurdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Museu Imperial, 2006. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

identificação e significado do objeto. Segundo Grunberg (2007, p. 6), “Nesta etapa, usamos exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, mediações, jogos de adivinhação e descoberta (detetive), etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado.”

Em seguida, ocorre a segunda etapa metodológica que é o **registro**. Nessa etapa, aquilo que foi observado deverá ser registrado através de descrições escritas ou verbais, desenhos, fotografias, entre outros. Dessa forma, aprofunda-se o objeto ou tema em estudo, fixando o conhecimento obtido e desenvolvendo o pensamento lógico, intuitivo e operacional, além de desenvolver a memória.

A próxima etapa é a **exploração**. Nessa etapa, o objeto ou tema em estudo é analisado e interpretado, levantando-se hipóteses para o seu significado. Segundo Grunberg (2007, p. 6):

Análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisa em outros lugares (como biblioteca, arquivos, cartórios, jornais, revistas, entrevistas com familiares e pessoas da comunidade), desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados.

A quarta e última etapa metodológica é a **apropriação**. Essa etapa provoca nos indivíduos reflexão, descobertas e uma atitude favorável, visto que lhes desperta a relevância e a valorização do nosso Patrimônio Cultural. (GRUNBERG, 2007). Essa etapa representa o significado do objeto em estudo para cada indivíduo. Através de uma atuação criativa e diversificada, as atividades são propostas, valorizando-se, assim, o bem cultural em estudo.

Diante dessas etapas metodológicas, os educadores podem desenvolver atividades criativas que chamem a atenção dos educandos, instigando a curiosidade dos indivíduos. Conforme Freire (2013, p. 85), “o exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de

comparar, na busca da perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser”.

Através do patrimônio cultural, pode-se resgatar memórias, lembranças de modos de vida, saberes e fazeres, mas também de lugares. Para compreendermos melhor, o próximo capítulo propõe uma análise do conceito de lugar na perspectiva dos lugares de memória de Pierre Nora (1993) e da memória do lugar de Dolores Hayden (1995 apud CASTRIOTA, 2009).

Lugares de memória ou memórias do lugar?

Todas as paisagens são constituídas por memórias. Não somente aquilo que podemos observar, mas também aquilo que está na mente, seja de uma identidade individual ou coletiva. Muitas vezes, as memórias se perdem no tempo; as pessoas esquecem-se de fatos, pessoas ou lugares que foram significativos na vida ou na trajetória de uma cidade. Por isso, há necessidade de que os bens materiais ou imateriais sejam preservados. Conforme Pollak (1992, p. 5):

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Há conceitos que são muito importantes para entender as memórias. Pierre Nora (1993), grande historiador francês, remete-nos ao conceito de lugares de memória. Segundo ele, “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (1993, p. 13).

Conforme esse autor, é preciso criar certos objetos concretos para que se possa observar e, com isso, relembra certos acontecimentos que foram importantes para as pessoas. No entanto,

essa ação não é natural, ou seja, precisa ter algo visível (arquivos, fotos, objetos, lugares) para poder estimular a memória do indivíduo ou da coletividade.

Nessa assertiva, de acordo com Nora (1993, p. 15), “tudo o que chamamos de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é a necessidade da história”. Nesse sentido, aquilo que os indivíduos chamam de memória não é memória, mas sim a história. A memória é algo que é impossível lembrar. Na medida que a memória tradicional vai desaparecendo, as pessoas obrigam-se a coletar algo concreto (documentos, fotos, arquivos, discursos), sinais visíveis que comprovam o que ocorreu e procurar conservá-los. Conforme Nora (1993, p. 22):

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos a mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. [...]`. É material por seu conteúdo demográfico; funcional, por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição, visto que caracteriza um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número [...], uma maioria que deles não participou.

Os lugares, por mais que sejam material, simbólico e funcional, só são lugares de memória quando transmitem um significado importante na vida dos indivíduos, uma lembrança, um momento, ou seja, algo que tenha sentido.

Dolores Hayden (apud CASTRIOTA, 2009), pesquisadora do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), professora de arquitetura e urbanismo pela Universidade de Yale, além historiadora urbana e poeta, traz o conceito de memória do lugar. Para essa pesquisadora, a partir da memória o indivíduo lembrará

do lugar que ocorreu algum fato ou momento que foi significativo na sua história de vida. A memória faz parte do passado. É como reviver aquilo que um dia foi relevante na vida das pessoas e que, a qualquer momento, pode-se lembrar dos momentos que foram significativos para os indivíduos ou para um grupo social.

Para Dolores Hayden (apud CASTRIOTA, 2009), a “memória do lugar” torna o lugar importante tanto para quem vive nele quanto para pessoas que querem conhecer um determinado lugar, tornando algo que desperta a memória. Segundo Castriota (2009, p. 53):

A “memória do lugar” seria um traço cultural tão forte que muitas culturas diferentes usaram mesmo os chamados “palácios da memória” - sequências de espaços imaginários dentro de paisagens imaginárias, edificações ou séries de edificações - como ferramentas mnemônicas.

A memória faz parte de um lugar. Através dela, podemos vivenciar algo em um determinado ambiente que traga uma lembrança. Após vivenciado, podemos contar para as outras pessoas aquilo que foi vivido e armazenado em nossa mente. Podemos ter essa lembrança, estando ou não neste local. Segundo Hayden (apud SCHNEIDER, 2017, p. 291):

O lugar estimula a lembrança das pessoas que vivenciaram esse espaço, que compartilharam um passado comum. Para os estrangeiros, o lugar é o passado representado na paisagem cultural e disponível a quem estiver interessado em conhecer o presente.

O lugar representa para os indivíduos não somente um local, mas um ambiente que traz valores, crenças, culturas que passam de geração a geração. Conforme Castriota (2009, p. 43), “o lugar vai ser, assim, desde a sua definição mesma, não apenas uma localização, mas uma localização específica imbuída em valores humanos [...]”.

Metodologia de pesquisa

A pesquisa científica parte de um tema que, conforme Marconi e Lakatos, “é um assunto que se deseja estudar e conhecer”. (2008, p. 25). Para que o tema seja significativo, é fundamental sempre analisar o assunto para saber se poderá ser investigado cientificamente, além de ter um embasamento teórico suficiente para elaborar a pesquisa. Conforme Marconi e Lakatos (2002, p. 25), “o assunto escolhido deve ser exequível e adequado em termos tanto de fatores externos quanto internos ou pessoais”. Além disso, o pesquisador deve ter interesse, tempo e determinação para realizar a pesquisa.

Nessa assertiva, o tema deste estudo foi o Patrimônio Cultural com enfoque na Educação Patrimonial, a partir das quatro etapas definidas por Horta, Grunberg e Monteiro (2006). Para um trabalho científico, é preciso também definir os objetivos. Segundo Marconi e Lakatos (2002, p. 24), “toda a pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar”. Nesse ínterim, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar a importância dos lugares de memória para valorização da história local. Como objetivos específicos teve-se: proporcionar uma experiência direta com bens culturais de um determinado lugar; relacionar e analisar a metodologia de Educação Patrimonial.

Para a coleta de dados e análise, foram utilizadas as seguintes técnicas: observação dos alunos, roda de conversa, realização de atividades, diário de campo, fotografias. Segundo Marconi e Lakatos (2002, p. 88):

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. A observação ajuda ao pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento.

Nesse íterim, a observação, realizada com a turma do 4º ano do Ensino fundamental, foi sistemática. Conforme Marconi e Lakatos (2002, p.90), “a observação sistemática também recebe várias designações: estruturada, planejada, controlada, bem como utiliza instrumentos para a coleta dos dados ou fenômenos observados”.

Discussão dos resultados

Primeiramente foi desenvolvido um projeto chamado: “Conhecer para valorizar: a Casa dos Jesuítas”, que apresenta a metodologia da educação patrimonial proposta por Horta, Grunberg e Monteiro (2006). O trabalho desenvolvido teve cinco encontros, em cada encontro, uma atividade inicial, com o objetivo de provocar os alunos para que refletissem sobre o tema em estudo. Segundo Freire (2013), instigar a curiosidade dos alunos estimula a imaginação, a comparação, a emoção e a intuição. Por isso, é de extrema importância que os educadores tragam para a sala de aula atividades dinâmicas que não fiquem somente no papel e lápis.

Segundo Vasconcellos (2014, p. 76), “o papel do educador [...] não é apenas ficar passando informações, mas de provocar no outro a abertura para a aprendizagem e de colocar meios que possibilitem e direcionem essa aprendizagem”. Portanto, é relevante que os educadores pensem em suas práticas em sala de aula, oportunizando o questionamento, expressão e o relato a fim de desenvolver, assim, uma aprendizagem significativa. Nessa assertiva, as aulas foram pensadas de forma que, em um primeiro momento, o aluno fosse instigado a conhecer o objeto em estudo, para depois desenvolver atividades que proporcionassem começo, meio e fim.

Em cada encontro desenvolvido, foi observado entre os educandos o interesse em conhecer e aprender sobre o Patrimônio Cultural, através das atividades aplicadas que teve a utilização de alguns materiais que eram desconhecidos pelos alunos. Além disso,

os objetivos em cada etapa foram alcançados através das atividades proporcionadas pela pesquisadora. A visita ao local estudado, foi algo muito significativo, onde os educandos perceberam a importância daquele ambiente que foi um marco histórico e religioso para os Jesuítas e para a história do Município de Alto Feliz.

Ao chegar à Casa dos Jesuítas, as crianças ficaram surpresas. Sobre isso, Horta, Grunberg e Monteiro (2006, p. 10) referem que “em um simples monumento podemos analisar os aspectos construtivos e materiais, a área do entorno, o interior, a decoração, o mobiliário, os habitantes ou usuários, as transformações ocorridas com o tempo”.

Primeiramente, a pesquisadora explicou os aspectos exteriores do lugar, tanto da casa como do seu entorno. Os alunos foram incentivados a pensar como os jesuítas naquela época construíram a casa, quais materiais foram utilizados, os detalhes das janelas, portas, etc. Segundo Freire (2013, p. 43), “às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor”. A atividade torna-se relevante quando o professor estimula as crianças a pensarem e refletirem sobre os aspectos observados a fim de possam construir seus próprios conhecimentos.

Após a visita ao local em estudo, observou-se como essa atividade representou um processo significativo. Também, os autores Horta, Grunberg e Monteiro (2006) referem que há desenvolvimento da capacidade de auto expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural na etapa da apropriação. Nessa assertiva, ressalta-se que os objetivos foram alcançados nesta etapa segundo os métodos apresentados por esses autores.

Este projeto de ensino valorizou a saída de campo, o contato direto com o objeto de estudo. Nesse sentido, observou-se o quanto essas atividades foram relevantes para os educandos em relação ao sentimento de pertencimento e valorização do local em si e também dos aspectos imateriais, conforme referido por Schneider (2017).

Para finalizar, segundo Horta, Greenberg e Monteiro (2006), as quatro etapas mesclam-se, mas não encontram barreira uma com

a outra. Essas etapas auxiliaram na organização das atividades e no desenvolvimento do projeto de ensino aplicado. Nessa perspectiva a metodologia proposta por Horta, Grunberg e Monteiro não foi algo fechado, mas sim um “norte” que auxiliou.

Considerações finais

Preparar os alunos foi fundamental para a realização da experiência direta com a edificação em estudo. Assim, os educandos conseguiram relacionar aquilo que foi estudado em sala de aula com a vivência prática, tornando-se um momento de muito aprendizado que estimulou uma aprendizagem significativa. Portanto, é de extrema importância realizar uma experiência direta com bens materiais e imateriais, bem como estimular os processos de identificação, memória, pertencimento, tradição, cultura. Essa prática faz com que o lugar se torne significativo para quem o conhece e para quem vai conhecê-lo.

Dessa forma, a metodologia utilizada no projeto foi adequada à proposta e aplicada com a turma do 4º ano do Ensino Fundamental. Um dos aspectos relevantes foi a interdisciplinaridade. Assim, cada atividade proposta instigou os alunos a pensarem, tornando-se prazerosa. Para poder aplicar um projeto de ensino, é preciso, antes de tudo, planejamento. Essa organização permite a reflexão sobre o que vai ser proposto para os educandos durante o projeto. Conforme Leal (2005, p. 1), “é importante [...] deixar claro que o professor necessita planejar, refletir sobre sua ação, pensar sobre o que faz, antes, durante e depois”.

Para que um lugar tenha um significado especial na vida das pessoas é preciso conhecê-lo. A frase, utilizada na introdução deste estudo, “**a gente ama o que conhece! Quem ama, cuida!**” fez com que a pesquisadora fizesse uma reflexão do quanto é importante uma saída de campo com os alunos para mostrar a importância de preservar e valorizar o patrimônio cultural, extremamente relevante

para a história do Município e das pessoas. Ressalta-se que as crianças são o futuro do nosso Município. Serão elas que decidirão o que fazer com esses locais daqui a alguns anos. Por isso, é de extrema importância trabalhar a Educação patrimonial nas escolas de séries iniciais, começando já na educação infantil, para que eles se tornem cidadãos conscientes acerca da preservação e valorização dos bens de natureza material e imaterial.

Através de várias leituras e estudos realizados sobre Educação Patrimonial, a pesquisadora salienta que, depois de ter aplicado o projeto com os educandos, observa uma edificação com outros olhos, ou seja, esse projeto de pesquisa fez com que ela refletisse sobre a importância do estudo de Educação Patrimonial dentro e fora da sala de aula.

Referências

- BAGNO, Marcos. *Pesquisa na escola: o que é, como se faz*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- BRASIL. Estatuto da Criança e Adolescente. *Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Brasília. Distrito Federal. Câmara dos Deputados. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 6 maio 2018.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federal do Brasil*. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 1 maio 2018.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília, Distrito Federal: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lurdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Museu Imperial, 2006. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

HORTA, Maria de Lurdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Museu Imperial, 2006. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2018d.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NORA, Pierre. *Entre a memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 10 maio 2018.

PINHEIRO, Anderson Rodrigo S. *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial*. Fortaleza, Iphan, V. 1, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RUSCHEL, Dulce Maria Simon. *Alto Feliz e os ecos de sua história*. Participação de José Carlos Bom Princípio: Primeira Hora, 2017.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. *Patrimônio Cultural*. São Leopoldo. 2013. Material sobre oficina Educação e Museu, realizada em Nova Petrópolis, 2013, organizado por Cristina Seibert Schneider.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Construção de conhecimento em sala de aula*. São Paulo: Libertad, 2014.

Lugar de memória, educação e arte: a trajetória da Casa dos Rosa como patrimônio cultural de Canoas/RS

Ketlin Quinhones Wons¹

Introdução

As origens da cidade de Canoas² remonta ao povoador e colonizador Francisco Pinto Bandeira, que possuía uma fazenda na região e ao povoamento urbano com a chegada da ferrovia.

Aguiar e Boff (2016) pesquisaram sobre a ferrovia que ligava Porto Alegre a São Leopoldo e relatam sobre como foi firmado o contrato entre a província do Rio Grande do Sul e o escocês John Mc Ginity. Devido à ausência de interesse por parte dos comerciantes locais em investir na ferrovia, o escocês Mc Ginity recorreu ao capital estrangeiro, encontrando nos investidores ingleses o capital necessário para a construção da ferrovia. Iniciada a construção, a ferrovia passaria pelas terras da Fazenda do Gravatahy³. Por sua vez, foi necessária a desapropriação de terras de José Joaquim dos

¹Licenciada em História (UNISINOS), Canoas/Brasil.

² Canoas está situada na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, faz divisa com as cidades de Esteio, Cachoeirinha, Nova Santa Rita e Porto Alegre. Pertenceu aos municípios de Gravataí e São Sebastião do Caí até 1939, quando ocorreu sua emancipação política.

³ Localizada em Canoas, foi propriedade dos descendentes de Francisco Pinto Bandeira até o final do século XIX, sendo que o major Vicente construiu chalés para receber os visitantes, transformando parte de sua propriedade em uma estação de veraneio e os demais herdeiros foram vendendo suas propriedades em lotes aos interessados.

Santos Ferreira em processo litigioso e a compra de terras do Major Vicente Ferrer da Silva Freire e Rafaela Pinto Bandeira.

A plataforma de embarque e desembarque do Capão das Canoas foi construída em terras da Fazenda do Gravatahy, possibilitando que um afluxo populacional paulatinamente se instalasse no vilarejo. O efetivo funcionamento do trem modificou as relações socioeconômicas no que hoje se entende por região metropolitana de Porto Alegre. A vida social dos primeiros habitantes do Capão das Canoas concentrou-se no entorno da parada de trens, ponto de encontro de viajantes, população itinerante e veranistas, estes últimos que usufruíam da paisagem rural e clima ameno, propício à vilegiatura. Além dos chalés de veraneio, pequenos hotéis e algum comércio complementavam a paisagem. [...] Deste modo, evidencia-se que a partir da instalação da viação férrea aos poucos perde-se o caráter marginal de produção econômica, processo que se especifica em Canoas em relação ao que acontecia na Província de São Pedro, no Brasil e no mundo. (AGUIAR, BOFF, 2016, p. 139)

Boff (2016) pesquisou nos registros de imóveis as titularidades do imóvel hoje conhecido como “Casa dos Rosa” e desconstruiu as narrativas de que o prédio de alvenaria tenha sido construído pelo escocês John Mc Ginity. Ao pesquisar o inventário de bens de Mc Ginity, descreve que o mesmo possuía no Capão das Canoas três lotes de terras, mas em seu testamento não é mencionado nenhuma casa no Capão das Canoas. Além disso, Boff (2016) analisou o registro Torrens nº 577, datado de 27/06/1894, que apresenta Bento Porto da Fontoura e sua mulher como transmitentes, e Antônio Lourenço Rosa como adquirente. Neste registro é mencionada a existência de uma casa de madeira, com as características do alicerce próximas da que conhecemos hoje. E por fim, relata que consta no tabelionato de Canoas, uma escritura de divisão e extinção de condomínio, datada de 12/12/1960, por Décio e Hélio Rosa, filhos de Antônio Lourenço Rosa, que diz respeito a uma chácara, contendo uma casa de alvenaria de dois pavimentos, outra construção de madeira, pomar e benfeitorias.

Constatamos, dessa forma, que a casa atual pertenceu, desde sua concepção, à família Rosa. Uma vez comprovada a inexistência da edificação em documento oficial de junho de 1894, dista no mínimo dezanove anos entre o provável início da construção e o falecimento de John Mc Ginity, excetuando-se a possibilidade de que o mesmo teria construído ou até mesmo residido na atual Casa dos Rosas. [...] Relativo à fase final da construção da Casa dos Rosa, uma hipótese levantada [...] diz respeito ao piso hidráulico da cozinha e do banheiro, de fabricação de João Vicente Friedrichs, estabelecido em Porto Alegre a partir dos anos 1900. Estando Friedrichs em viagens de estudos à Europa entre 1895 e 1900, julgamos pouco provável que ele tenha produzido o ladrilho hidráulico para a casa de Antônio Lourenço Rosa. Sendo o processo de fabricação dessas peças morosa e artesanal, provavelmente a casa tenha sido concluída entre 1902 e 1903, com a instalação do piso frio. (BOFF, 2016, p.262-263)

Canoas, quarta cidade mais populosa do estado do Rio Grande do Sul, distante apenas treze quilômetros da capital, cresceu de forma vertiginosa, recebendo imigrantes de todas as nacionalidades e migrantes do interior. Por essa característica foi considerada, durante décadas, como uma cidade dormitório. A chegada da ferrovia decisivamente modificou a paisagem natural; inicialmente foram construídos chalés de veraneio e hotéis para receber os visitantes, com isso, intensificou-se a venda de chácaras e grandes extensões de terras para imobiliárias e interessados, e em poucas décadas, o local se transformou num grande centro industrial, sede da Base Militar da V Zona Aérea, da Refinaria Alberto Pasqualini – Refap e de universidades. O desenvolvimento da cidade é reconhecido em nível nacional e internacional.

Nesse contexto, a transformação de um local de veraneio para a cidade que conhecemos atualmente, necessitou planejamento, projetos, ações políticas e sociais. De acordo com Pesavento (2007, p.163) “a cidade é o lugar onde as coisas acontecem, onde ocorrem os acontecimentos mais significativos, onde se tomam as decisões maiores em termos de poder político”. A sociedade canoense sempre foi atuante e reivindicou suas necessidades. Nesse sentido, podemos

destacar a Comissão Pró-Melhoramentos⁴, que reivindicou autonomia e melhorias para o crescimento e desenvolvimento da região, que culminou na sua emancipação política. Logo, a cada geração, a cidade se transforma e se modifica; as demandas mudam e com o passar dos anos, as construções antigas são substituídas por construções modernas, restando poucos prédios que remonta as origens; aquelas construções que conseguirem permanecer podem vir a ser reconhecidas como patrimônio cultural, ou seja, de acordo com Gonçalves (2007, p.155) “transformar objetos, estruturas arquitetônicas, estruturas urbanísticas, em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação” que funda a memória e a identidade”.

O processo reivindicatório e patrimonial da Casa dos Rosa

Desse modo, o primeiro movimento pela salvaguarda de um prédio considerado como patrimônio cultural da cidade⁵ foi a Antiga Estação de Trem. Ao ser noticiado nos jornais locais a sua demolição, ocorreu uma mobilização em torno do prédio por seu valor histórico pois, devido ao povoamento urbano da região ter sido ao entorno da estação, esta não poderia ser destruída. Desta ação de preservação culminou na criação da primeira entidade cultural do município, a Fundação Cultural de Canoas⁶, com sede no prédio que seria destruído.

⁴ Em 1933, os moradores reivindicaram direito a energia elétrica, estradas, policiamento, cemitério, praça e progresso.

⁵Patrimônio cultural pode ser compreendido como o conjunto dos bens culturais que se referem às identidades coletivas, englobando paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomia, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos.

⁶Criada através de lei municipal nº 2.276/1984, com sede na antiga estação do trem, localizada na Av. Víctor Barreto nº 2301 - Centro - Canoas. Através de um contrato de comodato entre a TRENSURB e a Prefeitura Municipal de Canoas, assinado em 1985, com utilização exclusiva para fins culturais, durante 25 anos a Fundação Cultural de Canoas, desenvolveu suas atividades culturais neste local, foi extinta em 2009 por ato político administrativo.

As políticas públicas para área cultural representam um conjunto de ações de diferentes setores da sociedade canoense para implantação de leis e serviços que salvaguardem e preservem o patrimônio material. Percebe-se uma mobilização nos jornais locais, com diversas reportagens em que um grupo de cidadãos canoenses atentos e preocupados com o patrimônio edificado⁷ que ainda restava em pé, sugeria ao poder público à formação de um complexo cultural com a Fundação Cultural de Canoas. Entre esses imóveis sugeridos para serem transformados em equipamento cultural, estava à residência da família Rosa, a qual reivindicavam que fosse sede do Arquivo, Museu e Biblioteca Municipal, visto que essas instituições não possuíam sede própria.

A criação do Arquivo Público Municipal de Canoas foi promulgada através de lei nº 2.334/1985, vinculado à Secretaria da Administração, mas a sua instalação ocorreu apenas em 1989, no mandato do prefeito Hugo Simões Lagranha. Na gestão de Lagranha, foi criada a Seção de Arquivo Histórico e Museu Municipal, através da lei nº 3.002/1990, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. Em 1993, na gestão do prefeito Liberty Conter, foi criado o Departamento de Cultura vinculado a Secretaria da Educação, e o Arquivo e o Museu⁸ passaram para este departamento. Desde a sua criação, o Museu Municipal de Canoas⁹ promoveu exposições culturais tendo como objetivo preservar a memória, a história e patrimônio histórico municipal, realizando junto com a Fundação Cultural de Canoas, mostras de artes e concursos de pintura, desenho, fotografia etc. O Arquivo e Museu estiveram em duas sedes diferentes, primeiro numa sala alugada no

⁷Imóveis localizados ao entorno da Antiga Estação de Trem que remota o povoamento urbano.

⁸ Decreto 423 de 12/05/1994 passou a denominar Arquivo e Museu Dr. Sezefredo Azambuja Vieira.

⁹ O ex-prefeito Hugo Simões Lagranha, teve um total de cinco mandatos como prefeito, dois por nomeação e três por eleição, faleceu em 2003. E no mandato do prefeito Marcos Antônio Ronchetti, foi promulgado a lei nº 5.341/2007, dando nome ao Museu Municipal de Canoas de Hugo Simões Lagranha. O Arquivo Público Municipal permaneceu com o nome Dr. Sezefredo Azambuja Vieira.

centro de Canoas e depois no prédio atual da Secretária de Cultura e Turismo¹⁰.

A partir da promulgação da lei nº 3.875/1994 de organização da proteção do patrimônio histórico e artístico municipal, foi firmado um convênio entre o Departamento de Cultura vinculado à Secretaria da Educação, o IPHAE e a Prefeitura Municipal de Canoas, para inventariar o patrimônio histórico local, concluído em 1998, com trinta imóveis listados no Inventário dos Bens do Patrimônio Histórico e Cultural. Entretanto, a reivindicação de ter lugares de memória preservados, foi atendida somente na década seguinte, tendo sido tombados apenas oito imóveis entre 2009 e 2014, que são: Villa Mimosa (Decreto nº 635 de 29/05/2009), Casa dos Rosa (Decreto nº 752 de 13/07/2009), Villa Nenê (Decreto nº 1.062 de 01/10/2009), Casa Wittrock (Decreto nº 293 de 09/04/2010), Antiga Estação do Trem (Decreto nº 311 de 14/04/2010), Prefeitura (Decreto nº 491 de 16/06/2010), Igreja São Luiz Gonzaga (Decreto nº 519 de 23/06/2010) e a Villa Joana (Decreto nº 275 de 01/10/2014).

Dentre os oito imóveis tombados, três deles eram os lugares sugeridos para formar o complexo cultural com a extinta Fundação, que são as residências das famílias Rosa, Ludwig e Wittrock. Vale mencionar a importância da atuação da sociedade civil, visto que os tombamentos foram atendidos após o Inquérito Civil pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, que averiguou negligência do Poder Público Municipal em relação à preservação de seu patrimônio histórico-cultural.

Para Graebin, Graeff e Graciano (2014) o processo de tombamento se apresenta como uma solução pacificada de conflitos em torno do que é preciso ser lembrado e esquecido por uma dada comunidade. Logo, podemos afirmar que o ato de tombamento se deu em meio a disputas de diferentes grupos agindo numa conjuntura favorável à transformação e instituição do centro

¹⁰ Rua Ipiranga nº 105 – Centro – Canoas/RS

histórico protegido por lei, representando a história municipal oficial e contribuindo para uma memória e identidade local. É importante salientar que consta nas justificativas dos processos de tombamentos, que os oito imóveis tombados pelo patrimônio histórico municipal fazem parte da memória canoense e são reconhecidos localmente pelo caráter histórico e pelo valor afetivo. Portanto, a memória canoense dedicada a esses oito locais é uma construção do presente e de um grupo específico. Segundo Catroga (2001), lembramos de acordo com as nossas necessidades e escolhemos lembrar e esquecer; assim, a história de uma sociedade pode ser construída ou reconstruída.

Museu Municipal Hugo Simões Lagranha finalmente na Casa dos Rosa

O imóvel denominado como “Casa dos Rosa”¹¹ pertenceu a referida família até 1997, quando foi adquirido pela Comunidade Luterana São Paulo (ULBRA), tendo até então ficado fechado e desabitado, sofrendo com ação do tempo.

Após dois anos do tombamento do imóvel, uma árvore caiu sobre a casa e passados mais dois anos, ela sofreu dois incêndios danificando a construção. A proprietária do imóvel foi notificada através de ofício, pela Secretaria Municipal de Cultura (SMEC)/ Equipe de Patrimônio Histórico (EPH), para realizar a intervenção necessária e apresentar projeto de restauro. O retorno dado pela ULBRA foi que, devido à crise financeira da instituição, a mesma não teria condições de realizar a restauração do imóvel e solicitava ao Poder Público Municipal que o fizesse, amparada no artigo 19 da lei municipal nº 3875/94. Caso o proprietário não tenha condições financeiras para realizar obras de conservação ou restauro, o município fica como responsável pela sua preservação, e isso foi

¹¹Localizado na Rua Victor Barreto nº 2186 – Centro – Canoas /RS.

alegado pela proprietária, caso não fosse atendido que fosse cancelado o tombamento.

Enquanto o processo do uso do local como equipamento cultural não era autorizado pela União, ocorria o andamento de vistorias, elaboração de laudos técnicos, projeto de restauro, até que finalmente no ano de 2013, foi firmado entre União e a Prefeitura Municipal de Canoas, o contrato de cessão de uso gratuito do imóvel, pelo prazo de 20 anos, para sua preservação como patrimônio histórico municipal. No ano de 2015, a Casa dos Rosa (Figura 1) começou a ser restaurada, durante quinze meses, o imóvel passou por restauração¹², o Museu Municipal Hugo Simões Lagranha foi transferido para o local e a cerimônia de inauguração ocorreu em 10 de novembro de 2016.

Desde então, ocorrem no local exposição de arte de curta duração, oficinas, formação de professores, visitas mediadas para escolas e/ou visitantes com ou sem agendamento. Portanto, podemos destacar a importância do uso de locais não-formais de ensino – o museu – como espaço que contribui para a preservação, promoção e divulgação da história e cultura local.

De acordo com Gohn (2006, p.28) “a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante o processo de socialização – família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados”. Nessa perspectiva, o museu pode ser considerado como ambiente de educação não-formal, a escola não é o único local de aprendizagem, o ato de aprender, se estende para além dos muros da escola, aprendemos na rua, em casa, na escola, na igreja, nas associações, nas ONGs, museus etc.

A educação formal é regulamentada por lei, sistemática, organizada por séries e conteúdos, com equipe especializada, já a

¹² Após a inauguração, o local passou ser chamado Parque Casa dos Rosa, possui um prédio de alvenaria de 250m² em um terreno de 12.872,4 m², parque arborizado, estacionamento e uma cafeteria.

educação não-formal, como o museu não tem essas exigências, os saberes neste ambiente tem como objetivo disseminar e promover culturas diversas, possibilitando a construção de uma identidade coletiva, criar laços de pertencimento entre a comunidade e o museu, visando valorização da instituição como lugar de memória. Segundo Nora (1993):

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso criar aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p.12-13)

O Museu Municipal Hugo Simões Lagranha, caracterizado como um museu histórico, pode também ser considerado um museu de cidade, pois a sua criação ocorreu pela preocupação da sociedade canoense em registrar a história, a memória e a cultura da cidade para as futuras gerações.

A transferência do museu para a Casa dos Rosa ocorreu no final do mandato do prefeito Jairo Jorge da Silva. No ano de 2017, assumiu o prefeito Luiz Carlos Busato, nomeando Ivone Frare como gestora do museu, durante os primeiros três meses do ano foi mantida a exposição e a distribuição dos objetos pelas salas.

O prédio que abriga o museu possui dois pavimentos, são sete salas destinadas a exposições, apenas uma delas possui nome e as demais não tem nenhuma identificação, para exemplificar melhor, utilizarei como referência 01 ao 07 para denominar as salas de exposições. No primeiro pavimento está à recepção, os sanitários, quatro salas para exposições e uma sala administrativa; o acesso ao segundo pavimento é por escada ou elevador¹³, no segundo

¹³ O local onde fica a recepção e os sanitários dá acesso ao segundo andar, a escada de concreto e o elevador foram construídos durante a restauração. O prédio possui uma escada de madeira, mas não é utilizada, nesse espaço ao lado e embaixo da escada é a sala administrativa do museu, possui duas

pavimento são três salas para exposições e uma sala privada para os funcionários, anexo ao prédio tombado foi construído a cafeteria.

Durante os quatro primeiros meses desde a inauguração, no primeiro pavimento as quatro salas de exposição estavam da seguinte forma, na sala 01 Linha do tempo¹⁴ fixa na parede, 3 Mapas (da cidade, do bairro Niterói¹⁵ e do bairro centro¹⁶) fixos na parede, um Brasão Municipal fixo na parede, objetos expostos no centro da sala (um sino de uma capela e uma lanterna da antiga estação de trem) e um piano, nas salas 02 e 03 (exibição de um filme antigo em preto e branco e um mapa do parque) e na sala 04 exposição “Fragmentos”¹⁷ do historiador Israel Boff. O segundo pavimento possui três salas, na sala 05 Professora Antônia Flora Escobar possuía uma vitrine em sua homenagem com uniforme, chalé, bolsa e medalha municipal, na mesma sala outra vitrine com objetos de uma barbearia e uma cadeira de bebeiro, relógio antigo fixo na parede, uma cristalera de vidro com o diário de José Joaquim dos Santos Ferreira e utensílios antigos, na sala 06 diversos objetos antigos expostos em vitrines ou fixos na parede (rádios, máquinas de escrever, um telex e uma central telefônica) e alguns trechos de poesia impressos na parede, na sala 07 é dedicada ao patrono do museu, com o gabinete do prefeito (uma mesa e duas estantes) com seus objetos (brasão de sua família, livros, pasta de couro, placas de homenagens, troféus etc).

Considerando a descrição acima dos espaços e dos objetos expostos durante os quatro meses iniciais, trata-se de um museu do século XIX, com os seus famosos gabinetes de curiosidades, peças antigas distribuídas por todas as salas, sem reflexão ou discussão,

mesas de trabalho, um computador, quatro cadeiras e dois armários. As reuniões normalmente são realizadas na Secretária de Cultura e Turismo.

¹⁴ Linha do tempo cronológica de 1725 a 2016 com fotos, dados e informações sobre a cidade, sobre o proprietário Antônio Lourenço Rosa e um dos seus herdeiros e sobre os demais imóveis tombados.

¹⁵Anúncio da empresa Territorial Niterói, propaganda de venda de terrenos com um desenho de uma locomotiva mencionando a proximidade da capital.

¹⁶ Com destaque para as propriedades que a família Rosa adquiriu na região central da cidade.

¹⁷ Fotografias em preto e branco da casa antes da restauração e alguns pedaços originais de madeira ou ferro da casa.

algumas peças até poderiam ser relacionadas com a história da cidade, mas a maioria delas provavelmente não. Dessa forma, de acordo com Possamai (2001, p.16) o museu guardião “é visto como o lugar depositório de tudo aquilo que parece não mais caber na vida das pessoas e daquelas coisas que se deseja perpetuadas às futuras gerações. Ao museu é delegada uma função de guarda do passado, que permite ao objeto ser conservado, dotando-o de atributos que o tornam sagrado”.

De acordo com IBRAM (2017) uma exposição se realiza no encontro entre o sujeito (sociedade) e o seu patrimônio, sempre haverá o sujeito para quem essa exposição foi pensada, planejada, criada e exposta. Além disso, o sucesso da exposição não consiste nos objetos, mas na narrativa elaborada e na vitalidade das linguagens, nem é necessário ter objetos, os recursos podem ser audiovisuais e sonoros e nem precisam estar exposto dentro de um prédio. Não há como desvincular que toda a exposição, possui um pensamento, uma narrativa, uma representação. Afinal, toda escolha, produz uma narrativa e estabelece um diálogo com público.

A nova gestão reorganizou os espaços, as quatro salas do primeiro pavimento estão destinadas às artes visuais com exposições de curta duração. No segundo pavimento, a sala 05 Professora Antônia Escobar, todos os objetos antigos foram retirados e foi transferido para o local a exposição “Fragmentos”, a sala 06 com aparelhos antigos a maioria deles foram retirados, (Figura 2) foi transferido para o local a linha do tempo, o mapa do bairro Niterói, o sino e a lanterna, a sala 07 permaneceu com o gabinete do ex-prefeito Lagranha.

Na 11^a Primavera dos Museus em 2017, no segundo pavimento do museu, na sala 06 inauguraram a exposição “Dois homens, uma cidade e um museu” (Figura 7), o tema foi uma homenagem os patronos do museu e do arquivo, exposição de longa duração. No local permaneceu apenas a linha do tempo da cidade, retiraram os objetos antigos, colocaram duas vitrines no centro da sala com documentos, fotografias e objetos dos homenageados, fixaram na parede fotos deles. Em 2018, na comemoração do centenário de nascimento do ex-

prefeito Lagranha, inauguraram uma nova exposição de longa duração (Figura 3) com a linha do tempo do Lagranha com informações sobre os seus cinco mandatos, recortes de jornais com frases e reportagens do ex-prefeito fixos nas paredes.

No folder de divulgação e informação sobre o Parque dos Rosa, é descrito que a Casa dos Rosa divide-se em dois espaços, o primeiro pavimento é destinado às artes visuais e o segundo pavimento ao acervo histórico do museu, que conta a história do município, utilizando gráficos, objetos e outros, com exposição permanente sobre o patrono do museu. Desse modo, considerando a nova organização dos espaços, podemos perceber que o segundo pavimento está dedicado a ser um lugar de memória e representação da cidade. Tal qual Possamai (2001) descreve sobre o Museu Joaquim Felizardo em Porto Alegre, ocorreu em Canoas, um prédio monumental reconhecido como patrimônio da cidade passou a sediar o museu municipal, a Casa dos Rosa, o chalé de veraneio pertenceu ao comerciante Antônio Lourenço Rosa, que representa um determinado perfil dentro de um contexto histórico. Por sua vez, nota-se que o museu “passou a abrigar, necessariamente a memória de um determinado contexto histórico, de um grupo social e de um personagem da vida política, econômica e social da história da cidade”. (POSSAMAI, 2001, p. 41).

Segundo IBRAM (2017) as exposições fazem parte de um sistema de comunicação, com lógica e sentido, desempenham um papel de representar e comunicar histórias, tradições, novidades, conhecimentos e costumes. Desse modo, qualquer exposição produz discursos e narrativas sensoriais, inclusive o que ocultar, o que lembrar e o que esquecer numa exposição. Portanto, todas as exposições são ideológicas e políticas, o espaço cultural é um local de propor ideias e questionamentos, o ato de expor não se resume a pendurar quadros ou distribuir objetos em nichos ou vitrines.

O museu nesses dois primeiros anos realizou dez exposições de abril de 2017 até abril de 2019, com duração média de dois a três meses cada, nota-se a preferência por artistas locais, mas artista

reconhecidos e premiados em nível nacional e no exterior também foram convidados. Percebe-se um calendário de datas comemorativas oficiais em determinados períodos, o mês de janeiro é mês comemorativo da posse do governo, com tema relacionado com a cidade, no mês de março, o tema tem relação com feminismo e quem expõe é uma artista, no mês de junho é o mês comemorativo da emancipação, a exposição trata desse tema, no mês de outubro, houve uma exposição com tema sobre combate ao câncer de mama, no mês de novembro 2018 na sala 05 do segundo pavimento, houve uma exposição com tema sobre a consciência negra.

A primeira exposição (Figura 4 e 5) “Paisagens Familiares” do artista Ricardo Schulz, com curadoria de Ivone Frare e Airan Aguiar, abertura em abril de 2017, com 40 obras de óleo sobre tela, maioria das pinturas são de paisagens naturais e poucas retratam cenários urbanos. As telas expostas foram cedidas ao museu e pertencem as famílias Biazus, Dick Conter, Gallina, Kopplin, Longhi, Rosa, Spieweck e Würth residentes na cidade.

A segunda exposição “Memórias” do artista Claudio Cupertino, com curadoria de César Prestes, abertura em junho de 2017, são obras de arte contemporânea inéditas, realizadas para a exposição com o tema sobre a cidade no mês comemorativo da emancipação política, o artista doou uma das telas para o museu.

A terceira exposição “Arte combate o câncer” foi coletiva com 46 artistas locais, curadoria de Rosângela Cardoso, abertura em setembro de 2017, uma ação entre o museu e a Liga Feminina de Combate ao Câncer de Canoas, o museu disponibilizou uma tela de 40x40 para cada inscrito, com tema e técnica livre criadas para a exposição, foram criadas obras em tinta óleo ou acrílica, fotografias, grafites, gravuras, desenhos, arte design monocromático, todas as telas foram doadas para Liga que realizou um leilão em outubro de 2018 para arrecadar fundos para a campanha.

A quarta exposição “Cabeça de Cavalo” da artista Lalla Gheller com curadoria Rosane Vargas, abertura em dezembro de 2017, com

tema sobre feminismo, parte das obras são peças das atuações do grupo *Ói Nós Aqui Traveiz* e de outros períodos da artista.

A quinta exposição “Alquimia Gráfica” da artista Eliane Santos Rocha, curadoria de Ivone Frare, Edison Barcellos da Rosa e Airan Aguiar, abertura em abril de 2018, as obras são 26 xilogravuras entre 1991 e 2017. A artista é filha do patrono do museu e a abertura da exposição (Figura 1 e 6) foi no dia do centenário de nascimento do ex-prefeito Hugo Simões Lagranha, realizaram uma homenagem e inauguraram uma escultura de 90 cm em aço inox brilhante do artista Pedro Giardello no formato da cabeça do ex-prefeito na fase idosa na parte externa do museu.

A sexta exposição “As Canoas” da artista Lorena Steiner com curadoria de André Vezon, abertura em junho de 2018, são obras em fotografias, desenhos, esculturas, pinturas, foram criadas com o tema sobre a cidade, no mês comemorativo da emancipação política, doou uma obra de arte para o museu. Uma das obras criadas pela artista Lorena Steiner, o Mapa Territorial (Figura 6), em madeira no formato do mapa da cidade com nome dos dezessete bairros, os visitantes podiam interagir, os 79 barcos podiam ser posicionados no bairro que o visitante reside.

A sétima exposição “Referências Pop” do artista Ângelo Cruz com curadoria de Ivone Frare, Edison Barcellos da Rosa e Airan Aguiar, abertura em outubro de 2018, são obras de arte contemporânea, retratando personagens famosos.

A oitava exposição “Canoas 80 anos: arte em mãos generosas”, curadoria de Ivone Frare, Edison Barcellos da Rosa e Airan Aguiar, abertura em janeiro de 2019, o acervo das obras pertence ao empresário Abrelino Gallina, óleo sobre tela, as obras são paisagens naturais e urbanas, algumas pinturas retratam lugares históricos e conhecidos da cidade.

A nona exposição “Feminismo no Plural” da artista Clara Figueira com curadoria Ana Zavadil, abertura em março de 2019, tema sobre o feminismo. A décima exposição “Vertentes” da artista Zoravia Bettiol com curadoria de Carolina Grippa, abertura em abril

de 2019, as 50 obras em pinturas, gravuras, xilogravuras, desenho e arte têxtil de diversos períodos da artista, com temas variados, percebe-se um caráter político, social, humorístico, mitológico, poético nas gravuras retratadas.

Ao longo desses dois anos, podemos constatar que as exposições realizadas pelo Museu Municipal Hugo Simões Lagranha, representam uma narrativa plural e diversificada culturalmente, com obras de artes em diversos formatos, pinturas, esculturas, fotografias, gravuras, com temas variados, equilibrando história municipal com temas atuais da sociedade contemporânea, possibilitam aos visitantes problematizar, refletir e questionar diversos aspectos a partir das obras expostas e as suas próprias vivências e conhecimentos adquiridos. Outra ação importante que vale destacar, oficina realizada com o artista da exposição vigente no museu, são realizadas oficinas com os professores da rede municipal e interessados, oficinas com os estudantes e oficinas com artistas locais.

A equipe do museu é constituída por ter quatro funcionários, a gestora, dois historiadores e um estagiário, além deles, estudantes universitários dos cursos de história e museologia realizam o estágio obrigatório na instituição. O acervo, a reserva técnica e o arquivo estão localizados no prédio da Secretária de Cultura e Turismo, devido falta de espaço. O museu não possui site nem perfil nas redes sociais, para ter acesso a programação, pode ser consultado no site do município e apenas a Prefeitura possui perfil nas redes sociais. Infelizmente, as instituições culturais ficam prejudicadas em relação a divulgação, se for avaliar a quantidade de publicações relacionadas aos eventos culturais em comparação aos diversos assuntos que são compartilhados nos perfis das redes sociais da Prefeitura, as chances dos moradores e visitantes ficarem sabendo dos eventos é muito pequena, tão pouco são criados eventos nas redes sociais com data de início e final das exposições para maior divulgação. Além da divulgação da Prefeitura, os jornais locais, O Timoneiro e o Diário de Canoas, divulgam no perfil de suas redes sociais, a programação, divulgam a exposição, entrevistam o artista, publicam notícias sobre

os eventos relacionados com a exposição, como por exemplo as oficinas realizadas com o artista. Desde a sua inauguração em 2016 até abril de 2019, o museu recebeu 11700 visitantes pelo Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle e consta 9772 assinaturas registradas no livro de presença, localizado no primeiro pavimento.

Considerações Finais

A experiência de conhecer a história da cidade através do museu, ter escolhido o museu como local para realizar o estágio obrigatório de patrimônio cultural, possibilitou conhecer melhor a instituição e a história municipal, analisar as fontes e os processos de tombamento dos bens imóveis, para compreender o processo desenvolvido pela sociedade civil reivindicando a preservação dos seus lugares de memória. O Museu Municipal Hugo Simões Lagranha, está bem localizado para o acesso aos seus visitantes, fica no centro da cidade, próximo à estação do TRENURB, do terminal de ônibus municipal e tem fácil acesso aos motoristas. A localização possibilita que moradores de todos os bairros visitem o museu, mas nem todos registram a presença no livro de registro, mesmo sendo solicitado. O livro de registros desde a inauguração em 2016, não possuía o campo cidade, apenas data, nome e e-mail, recentemente foi incluído o campo cidade. A instituição não possui pesquisa de satisfação através de formulário escrito para verificar a opinião ou sugestão dos visitantes.

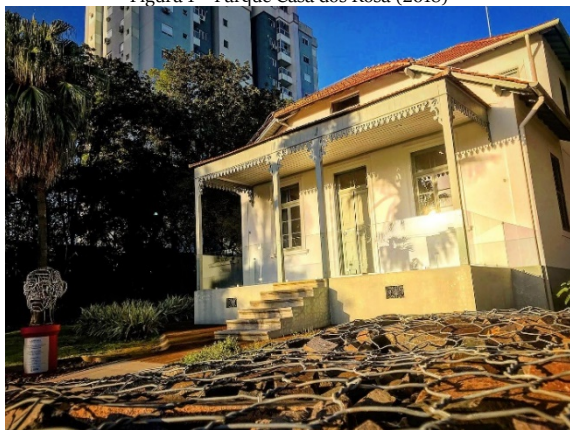
Durante o período em que estive estagiando, percebi que os moradores da cidade visitam o museu e a cafeteria, com público bem variado, mas com maior predominância para o público adulto e/ou idosos. Além disso, o museu, disponibiliza agendamento de visitas a instituições universitárias, escolares e grupos sociais variados. A grande maioria dos estudantes são da rede municipal, os cursos de arquitetura, direito, história, relações internacionais de universidades da cidade visitam a instituição frequentemente.

O museu é um local que os moradores de Canoas frequentam, retornam e trazem outras pessoas, um espaço que possibilita a preservação de um prédio histórico tombado e o conhecimento parcial da história da cidade. Nota-se que existe muito o que pesquisar e incluir na história da cidade no museu, ao analisar a representação do museu em relação a história municipal percebe-se algumas ausências, podemos citar por exemplo os moradores em geral, ainda não os incluiu, necessita de pesquisas e novas propostas.

Desse modo, a linha do tempo municipal, menciona que Canoas era uma fazenda que pertencia a Francisco Pinto Bandeira, suas terras estavam dentro do município de Gravataí e o processo de ocupação e urbanização do território que hoje pertence a Canoas coincidiu com a construção da ferrovia. A venda de lotes de terras começou pela aérea central próxima estação de trens, as famílias tinham o “Capão das Canoas” como era conhecido, como opção de lazer e descanso. Então, menciona que Antônio Lourenço Rosa era o proprietário da casa onde hoje é o museu, o motivo pelo qual adquiriu o imóvel era para descanso. Posteriormente Canoas, passou a contar com comércios, instituições escolares, e a linha do tempo menciona a vinda do Colégio São José, a Petrobrás, a emancipação, inauguração de praças e parques e outros lugares que se tornaram patrimônio histórico. De certa maneira, a história oficial no museu, representa a elite que adquiriu terrenos para veraneio ou para comercio no final do século XIX e início do século XX, o museu possuía um mapa do bairro Niterói, como representação do bairro planejado para os trabalhadores e operários, como forma utilizada por uma imobiliária para vender terrenos, mas nem esse mapa consta mais e mesmo se estivesse, a cidade não é apenas este bairro, foi o primeiro e surgiram mais dezesseis. A história da linha do tempo municipal foi realizada pela gestão anterior para inauguração da casa restaurada, poderia ser melhorada e incluída novos aspectos, é um trabalho que exige pesquisa e um novo olhar.

Nesse contexto, ainda que o local possua uma narrativa fragmentada de sua história, o local como equipamento cultural tem sido muito bem utilizado, os moradores e visitantes estão tendo a oportunidade de ter um lugar de memória preservado e cultural, com exposições de arte variadas, com artistas locais e de outras cidades, os professores e interessados estão tendo opção de realizar cursos, formações e participar de palestras e oficinas educativas e culturais gratuitas.

Figura 1 – Parque Casa dos Rosa (2018)



Fonte: Acervo de Edison Barcellos da Rosa

Figura 2 – Sala o6 “História e memória da cidade” (2017)



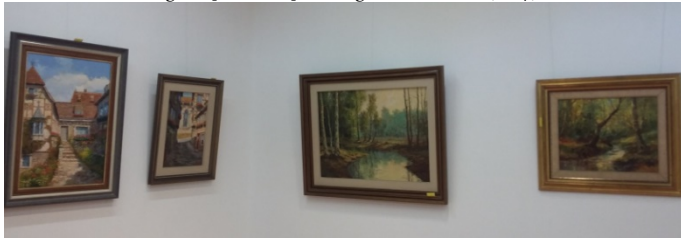
Fonte: Acervo da autora

Figura 3 – Sala 06 – Centenário Lagranha (2018)



Fonte: Acervo de Edison Barcellos da Rosa

Figura 4 – Sala 04 - Paisagens Familiares (2017)



Fonte: Acervo da autora

Figura 5 – Sala 01 – Paisagens Familiares (2017)



Fonte: Acervo da autora

Figura 6 – Sala 04 - As Canoas (2018)



Fonte: Acervo de Edison Barcellos da Rosa

Figura 7 – Sala 06 - Dois homens, uma cidade e um museu (2017)



Fonte: Acervo de Edison Barcellos da Rosa

Referências

AGUIAR, A. M.; BOFF, I. T. *Sobre Canoas: interstícios de uma ferrovia*. In XIII Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre, 2016, v. 1, p. 132-141.

BOFF, I. T. *A casa dos Rosas: fragmentos de uma história um diálogo entre o passado e o presente*. Anais IV Jornadas Mercosul: Memória, Ambiente e Patrimônio. Canoas/RS: La Salle, 2016. v. 4. p. 257-266.

CATROGA, F. *Memória e História*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Instituto Brasileiro de Museus. Caminhos da memória: para fazer uma exposição. Brasília, IBRAM, 2017.

- GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: aval. pol. públ. educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- GONÇALVES, J. R. S. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2007.
- GRAEBIN, C. M. G.; GRAEFF, L.; GRACIANO, S. S. De residência da família Ludwig à casa das artes: trajetória do primeiro patrimônio tombado de Canoas(RS). *Revista Memória em Rede: Pelotas*, v.4, n.10, jan./jun.2014
- NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PESAVENTO, S. J. Espaço, sociedade e cultura: o cotidiano da cidade de Porto Alegre. In: GOLIN, Tau; et al. *História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. v.3. Passo Fundo. Méritos, 2007.
- POSSAMAI, Z. R. *Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

O patrimônio cultural “embalado” para consumo turístico: discussões na perspectiva da educação patrimonial

*Laís Specht Schütz*¹
*Cristina Seibert Schneider*²

Introdução

O conceito de patrimônio está vinculado à ideia de herança, de bens de valor; ou seja, é patrimônio aquilo que tem valor, como as histórias, as práticas, os costumes, os espaços, as construções que possuem relevância para alguém ou para um grupo. De acordo com o Artigo 216 da Constituição de 1988, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (BRASIL, 1988).

Pela relevância do patrimônio cultural para a formação da sociedade brasileira, em 1937, o governo federal, preocupado em proteger a memória e a história do povo brasileiro, criou o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Inicialmente, foi denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O órgão vinculou, primeiramente, o desejo de preservação do patrimônio nacional quanto aos bens de natureza material (edificações). Somente no final do século XX, com

¹ Prefeitura Municipal de Alto Feliz, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil.

a ampliação do conceito de patrimônio, a iniciativa passou a englobar os bens de natureza imaterial nas ações de preservação, tombamento e registro. Com a criação do atual IPHAN surgiram, no Brasil, as primeiras ações educativas no âmbito cultural, pois desde sua criação, o órgão destacou a relevância da educação como ferramenta que contribui para salvaguardar os bens culturais.

A educação patrimonial é um processo que, de acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 3), é sistemático, permanente, e visa ao conhecimento, à apropriação e à valorização dos bens culturais, por meio de ações educativas que possibilitem a experiência e o contato com as diferentes manifestações da cultura, instigando a produção de novos conhecimentos.

O presente artigo busca pensar a educação para além do âmbito escolar, voltando-se para as ações de preservação e educação patrimonial desenvolvidas no município de Alto Feliz (RS) desde o seu processo emancipatório, ocorrido em 1992, a fim analisar as ações desenvolvidas no campo do patrimônio edificado, tanto pelo poder público quanto pelos atores privados, verificando-se sua relação com os processos de gentrificação e espetacularização das cidades.

O patrimônio cultural “embalado” para consumo turístico

Tratar sobre Patrimônio Cultural implica abordar o conceito de cultura. Um conceito polissêmico, que não possui uma interpretação única, o que dificulta apontar uma definição fixa do mesmo. As primeiras definições do conceito de cultura surgiram através das concepções alemã e francesa, ainda no século XVIII. Desde então, o conceito vem sendo ampliado. Laraia (2004) contribui para a ampliação do conceito, ao destacar que a cultura é dinâmica, que ela muda ao longo dos anos, assim como muda de um lugar para o outro. Cada povo tem características culturais próprias que foram elaboradas, acumuladas e modificadas de acordo com as necessidades dos processos evolutivos, ou seja, a cultura passa por

mudanças. Essas mudanças corroboram o caráter dinâmico da cultura e viabilizam a diversidade cultural.

A diversidade cultural implica o uso do termo culturas, aqui entendido como os significados necessários e produzidos nas e pelas diferentes práticas sociais das mais variadas sociedades. Isso caracteriza a virada cultural, que “está intimamente ligada a esta nova atitude em relação à linguagem, pois a cultura não é nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas aos quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas.” (HALL, 1997, p. 24). Nesse sentido, todas as práticas sociais têm uma dimensão cultural.

Segundo Hall (2015), os sistemas de representação das práticas sociais produzem sentidos com os quais podemos nos identificar – isto é, as culturas constroem identidades. O autor aponta que a identidade não é algo inato: “[...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’. [...] Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento.” (HALL, 2015, p. 24). Isso ocorre porque os sistemas de significação não são fixos: as culturas mudam, e as identificações se transformam.

A globalização é um dos processos que influenciam as mudanças culturais. Bauman (2013) destaca que uma consequência da globalização em tempos de modernidade líquida é a desregulamentação do Estado. Para o autor,

[...] enquanto o poder, encarnado na distribuição mundial de capital e informação, se torna extraterritorial (ou seja, externo a todos os lugares), as instituições políticas, como sempre, continuam locais. [...] Confrontados com meios inadequados de fechar sua contabilidade, ou de praticar uma política social independente, os governos ficam, de fato, com a estratégia única chamada “desregulamentação”: ceder o controle dos processos econômicos e culturais às “forças do mercado”, que são essencialmente extraterritoriais, livres do controle político. (BAUMAN, 2013, p. 75).

Assim, as culturas se tornaram sinônimo de consumo. De acordo com Bauman (2013), o destino dos produtos culturais é definido por seus clientes potenciais, assim como a sua valoração se dá pelo seu potencial de venda, de consumo. A vinculação da cultura com o mercado de consumo também se faz presente quando se fala em patrimônio cultural.

A valorização do patrimônio cultural, de acordo com Choay (2006), estava inicialmente relacionada à consolidação de uma cultura nacional em prol da criação dos Estados-nação. Agora, sob a influência da lógica de mercado, essa valorização está relacionada à rentabilidade, transformando o patrimônio em espetáculo, em produto de consumo.

Bidou-Zachariassen (2006) destaca que uma característica desse processo é o fenômeno da gentrificação, que é uma das novas dinâmicas de povoamento ocorridas nas cidades. A reorganização das cidades, conforme Bidou-Zachariassen (2006), normalmente é destinada a grupos sociais específicos e provoca novos modos de vida e tipos de consumo: “[...] a gentrificação não concerne [...] à simples revitalização de antigos bairros da elite, mas sobretudo à mudança funcional dos antigos bairros [...] e sua transformação sociológica.” (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 28). Esse processo também produz efeitos na valorização do patrimônio histórico, à medida que ele passa a ser “adaptado para ser ocupado por uma nova classe média de residentes...” (SWYNGEDOUW; KESTELOOT, 1989 apud BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 25).

Jacques (2003), assim como Bidou-Zachariassen (2006), investiga as consequências da cultura como produto de consumo, trazendo o conceito de espetacularização das cidades. De acordo com a autora, embora as práticas que transformam a cultura em mercadoria, visando ao lucro, possam contribuir positivamente para a sociedade – ser fonte de renda para o desenvolvimento das nações e das cidades que as praticam –, também trazem efeitos negativos, porque, nessas práticas, o foco está em vender uma imagem singular

da cidade. Segundo Jacques (2003), essa imagem é fruto de uma cultura própria, da identidade da cidade. Assim, a venda dessa imagem representa a venda da própria cidade como mercadoria, e as disputas por turistas acabam transformando as cidades em espetáculo. Nesse contexto, “[...] as municipalidades se empenham para melhor vender a imagem de marca, ou logotipo, da sua cidade, privilegiando basicamente o marketing e o turismo, através de seu maior chamariz: o espetáculo.” (JACQUES, 2005, p. 18). Ocorre, assim, a espetacularização das cidades, contexto no qual o objetivo de vender a imagem da cidade e os produtos culturais se sobrepõe às necessidades da população produtora desse bem cultural. Nesse sentido, “Tanto a cultura quanto a cidade passaram a ser consideradas como mercadorias, manipuladas como imagens de marca. [...] O patrimônio cultural urbano passa, assim, a ser visto como uma reserva, um potencial de espetáculo a ser explorado.” (JACQUES, 2003, p. 34).

Segundo Castriota (2009), um dos espaços que representam a exploração do patrimônio como espetáculo é o Largo do Coimbra, em Ouro Preto. Esse espaço, localizado em frente à Igreja de São Francisco de Assis, inicialmente reunia diversas atividades da vida cotidiana da população (comércio, convívio social). Ao longo dos anos, algumas alterações ocorreram nesse local. Uma delas caracterizou-se pela extinção do mercado que funcionava ali. No caso do Largo do Coimbra, a história local foi suprimida para dar maior visibilidade ao monumento (a Igreja de São Francisco de Assis) e impulsionar o turismo. Assim, o Largo do Coimbra, bem como outros locais da cidade de Ouro Preto, configura-se em exemplo de espetáculo para os visitantes. Ao mesmo tempo, seu novo desenho contribui para o processo de gentrificação, uma vez que a população local não se sente parte daquele espaço, já que ele é destinado ao turista.

Para mais, Jacques (2003) aponta que as administrações municipais, percebendo o potencial lucrativo do turismo cultural, investem em revitalizações urbanas e na preservação dos

patrimônios, transformando-os em cenários, “ao só manter fachadas que são restauradas sem grandes preocupações quanto ao valor histórico, artístico e cultural das edificações, para promover a instalação de novos restaurantes de luxo, bares ou centros ditos culturais.” (JACQUES, 2003, p. 39).

Além de expor os processos de espetacularização, a autora também apresenta algumas soluções para eles: “a participação [popular], a experiência efetiva e a vivência dos espaços urbanos.” (JACQUES, 2005, p. 19). Para a autora, ao participar dos espaços urbanos, o cidadão se torna um ator protagonista, em vez de mero espectador. Para que isso aconteça, a população precisa conhecer os espaços públicos urbanos. Costa (2002, p. 270) aponta que o conhecimento do patrimônio é fundamental para a sua defesa, evidenciando que os bens culturais pertencem a todos e que, por isso, esse conhecimento não se refere àquele específico dos órgãos responsáveis pelo seu estudo e preservação, mas ao conhecimento público.

Educação Patrimonial: conhecer para preservar

A educação é uma das ferramentas para promover o conhecimento do patrimônio cultural e sua preservação, de modo que a população seja protagonista do processo. A Constituição Federal, no Art. 205, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu Art. 1º, destacam que não só o espaço escolar pode proporcionar processos formativos, pois a cultura pode ser uma ferramenta de conhecimento. Dessa forma, uma possibilidade de formação na e para além da escola é a educação patrimonial. Chamado de “alfabetização cultural”, tal processo, de acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 3), é sistemático e permanente, visando ao conhecimento, à apropriação e à valorização dos bens culturais, por meio de ações educativas que possibilitem a experiência e o contato com as diferentes

manifestações da cultura, instigando a produção de novos conhecimentos.

Jacques (2003) destaca que a experiência e a vivência dos espaços urbanos pela população local são fundamentais para os processos de preservação patrimonial que visam a superar a espetacularização:

Se o patrimônio cultural urbano se tornou, de fato, um simples espetáculo contemporâneo, poderíamos tentar nos servir do principal antídoto situacionista contra o espetáculo, ou seja, o seu oposto: a participação ativa dos indivíduos em todos os campos da vida social, principalmente no da cultura. (JACQUES, 2003, p. 38).

Ao refletir sobre a educação patrimonial no contexto atual, Silva (2015, p. 221-222) aponta que ela “não é mais a mesma”, pois “o cenário contemporâneo parece descaracterizá-la”, se tomarmos sua definição clássica como “modalidade de intervenção pedagógica, centrada em metodologias de ensino ‘conscientizadoras’ e reprodutoras de representações fixistas de memória, de patrimônio e de identidade”. Em tal contexto, Silva (2015), assim como Costa (2002) e Schneider (2014), aponta que a salvaguarda dos bens culturais é responsabilidade de todos – Poder Público, instituições, órgãos específicos de estudo e preservação, população em geral.

As ações de preservação e educação patrimonial em Alto Feliz: um estudo de caso

Alto Feliz é uma cidade localizada no Vale do Caí, região metropolitana de Porto Alegre, cuja população é de 2.917 pessoas, segundo censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, [2018?]). Colonizado por alemães e italianos, o município possui diversas características (construções, costumes, práticas) advindas dessa colonização.

Segundo Ruschel (2017), a formação do município iniciou em 1846 com a vinda de imigrantes alemães, que se instalaram na atual

localidade de Morro das Batatas (Batatenberg). Em 1875, chegaram os imigrantes italianos. A cidade tem extensão territorial de 84,1 km². De acordo com Alto Feliz (2018), esse território inclui o centro e quinze localidades. O centro econômico-administrativo localiza-se nas proximidades da rodovia Júlio de Castilhos. A estrutura administrativa da prefeitura municipal está organizada em nove secretarias, dentre elas a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto - SMECD, portanto, a estrutura municipal de cultura está vinculada a outras áreas.

Considerando o contexto educacional, a rede escolar de Alto Feliz, sob responsabilidade da SMECD, é composta por três escolas de educação básica, que atendem os munícipes desde a educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental. Além disso, o município também conta com uma escola estadual, que atende alunos do ensino fundamental e do ensino médio.

Em relação ao patrimônio cultural municipal, existem algumas ações desenvolvidas pela administração pública. Dentre elas, está o tombamento do antigo Hotel Lanfredi, pelo decreto nº 874/09, de 29 julho de 2009. Outra ação foi a criação do Conselho Municipal de Turismo (CMT) em 2017, pela lei nº 1177/2017, de 11 de maio de 2017. De acordo com o Artigo 7º dessa lei, uma das atribuições do CMT é “[...] promover a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico do município.” (ALTO FELIZ, 2017).

As ações de preservação e educação patrimonial realizadas em Alto Feliz, tanto pelo poder público quanto pelos atores privados, foram investigadas por meio de um estudo de caso, “[...] Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes.” (YIN, 2015, p. 17). O estudo de caso pode contar com várias fontes de evidência. Yin (2015) destaca que isso é um importante ponto forte da coleta de dados de um estudo de caso, pois possibilita o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação. Ou seja, os dados coletados são

triangulados, e diferentes pontos de referência são cruzados, proporcionando-se várias avaliações do mesmo fenômeno.

Para este estudo, as fontes de evidência foram obtidas por meio de algumas técnicas de pesquisa: pesquisa documental (ou de fontes primárias), pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias), observação e entrevista. A pesquisa documental incluiu documentos de arquivos públicos e documentos oficiais. Já a pesquisa bibliográfica, além do referencial teórico deste estudo, também tem como fonte a imprensa escrita, mais especificamente algumas edições do jornal Primeira Hora³⁴ que contemplam informações pertinentes ao alcance dos objetivos da pesquisa.

A técnica de observação consistiu em observar as edificações cujos proprietários foram entrevistados. A entrevista foi realizada com três proprietários de edificações, a fim de identificar se eles desenvolvem ações para preservar esses espaços. Neste estudo, eles representam os atores privados. Todos são homens, com idades entre 39 e 77 anos. Dois deles não concluíram o Ensino Fundamental, e um deles é formado em Administração de Empresas. Os entrevistados não foram escolhidos de forma aleatória. A escolha deu-se pelo fato de que suas propriedades costumam ser citadas em materiais relacionados ao patrimônio municipal, como encartes e o livro da autora Dulce Simon Ruschel, o qual apresenta alguns aspectos da história de Alto Feliz. Aliás, identificou-se que poucas ações de preservação patrimonial foram desenvolvidas no município, fator que possibilitou identificar as pessoas envolvidas e reportar-se diretamente a elas.

³ O jornal Primeira Hora tem edições semanais, sendo distribuído às quintas-feiras. Ele abrange nove municípios do Vale do Rio Caí: Alto Feliz, Bom Princípio, Feliz, Harmonia, Pareci Novo, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real.

⁴ A pesquisa procura analisar as ações de preservação patrimonial em Alto feliz desde sua constituição como município, em 1993, até os dias atuais. Dessa forma, consultaram-se, *in loco*, algumas edições do jornal Primeira Hora. Devido à impossibilidade de consultar todas as edições do jornal publicadas nesse período, optou-se por escolher alguns intervalos de tempo. Dessa forma, as edições consultadas são dos anos 2009, 2010, 2011, 2016 e 2017, nos quais houve mais ações realizadas pelo poder público local.

Um representante do poder público também foi entrevistado, a fim de identificar as ações de preservação e educação patrimonial desenvolvidas por essa esfera da sociedade. O representante escolhido foi a pessoa que mais detém informações sobre o assunto pesquisado, cuja formação é em Administração de Empresas; sua idade é 55 anos. A fim de manter em sigilo a identidade das fontes de informação, os entrevistados são identificados por meio de nomes fictícios.

Também foram investigadas as ações de educação patrimonial realizadas nas escolas com o intuito de entrevistar professores que já desenvolveram alguma atividade relacionada à educação patrimonial. Para tanto, foi realizada uma conversa inicial com a direção das escolas que existem no município, a fim de identificar os professores a serem entrevistados. As pessoas representantes das direções escolares informaram que não se recordam de algum professor que já tenha desenvolvido alguma atividade referente a esse tema, portanto, nenhum professor foi entrevistado.

Ao longo do estudo, percebeu-se que em Alto Feliz já foram desenvolvidos diversos movimentos para salvaguardar o patrimônio material e o imaterial. Tanto o poder público quanto os atores privados realizaram ações que buscaram a preservação de diferentes espaços. No entanto, há pouco diálogo entre os setores, acarretando ações paralelas, e não conjuntas. Por isso, as ações desenvolvidas pelos atores privados e ações desenvolvidas pelo poder público foram analisadas separadamente. Por sua vez, a educação patrimonial está colocada em outra categoria de análise, na qual busca-se destacar as contribuições dessa educação como forma de resistência aos processos de espetacularização e gentrificação.

As ações dos atores privados

Diversas ações de preservação patrimonial foram desenvolvidas por atores privados em Alto Feliz. As ações realizadas destinaram-se, principalmente, à conservação da estrutura física das propriedades – por exemplo, a substituição de partes danificadas

pelo tempo, como destaca um dos entrevistados: “*Os prédios antigos não tinham o piso de concreto. A madeira foi perdendo a resistência e teve que se trocar o piso, teve que se trocar o forro. Mas mantendo a fachada.*” (João, 68 anos). Além disso, a necessidade de combater a deterioração da casa em virtude de pragas também leva a ações para preservar a edificação, conforme indica o entrevistado Paulo: “*Chegamos num tempo em que tivemos que fazer a restauração dela. Ela estava sendo consumida. Como ela tinha o forro em madeira, as paredes em madeira e o assoalho, estava sendo tudo consumido pelos cupins.*” (Paulo, 39 anos).

Os entrevistados também têm sentimentos de pertencimento quanto aos lugares que preservam. Em suas falas, eles destacam a importância das edificações como estimuladores de memórias: “*Mesmo depois deixando de morar aqui, tem que sempre lembrar que tem aquelas lembranças que eu morei aqui.*” (Paulo, 39 anos). Portanto, a “memória do lugar” entra em cena na ação dos atores e se transforma em motivo para salvaguardarem o bem material. A “memória do lugar”, conceito de Dolores Hayden, “seria uma persistência estabilizadora do lugar como um contenedor de experiências que contribui tão poderosamente para a sua memorabilidade intrínseca.” (SCHNEIDER, 2017, f. 291). Em relação a esse aspecto, os atores privados preservam as edificações porque as conhecem, têm um vínculo afetivo e se identificam com o lugar, bem como com as memórias proporcionadas por ele. Corrobora essa afirmativa a seguinte fala: “*Então, aquele prédio lá, além de um valor histórico em si, tem um significado especial pra mim, porque é um mérito, uma coisa importante que aconteceu lá e que trouxe seus frutos.*” (João, 68 anos).

De acordo com Schneider (2017, f. 292), “os usos, as apropriações e as vivências temporais do indivíduo em determinado espaço produzem memórias e dão sentido ao lugar.” Ou seja, os motivos da preservação estão relacionados aos processos de identificação que, segundo Hall (2015), são construídos à medida que nos identificamos com os sentidos produzidos pelas culturas.

As ações do poder público

Assim como os atores privados, o poder público de Alto Feliz também realizou ações com vistas a preservar o patrimônio cultural. Essas realizações incluem tombamentos e projetos culturais e arquitetônicos.

Uma dessas ações está relacionada à construção dos prédios públicos que compõem o centro administrativo (a prefeitura, a câmara de vereadores, o posto de saúde e a escola de educação infantil). De acordo com o representante do poder público, “[...] a gente procurou aqui nos prédios públicos preservar as características da predominância dos alemães e italianos [...] A pedra ferro que foi colocada nesses prédios é para caracterizar a questão dos italianos e a outra parte a questão dos alemães.” (Pedro, 55 anos). Segundo ele, a administração preocupou-se em construir prédios que trouxessem características arquitetônicas que remetessem aos modos de construir das duas etnias que colonizaram Alto Feliz: alemães e italianos.

No caso dos prédios públicos, não houve exatamente uma preservação dos locais em si, uma vez que eles foram construídos em conformidade com o projeto de criação do centro administrativo depois da emancipação de Alto Feliz, ocorrida em 1992. A intenção de preservação, nesse caso, está voltada aos modos de construir usados pelos alemães e italianos quando colonizaram a cidade. Entretanto, o que se observa é a espetacularização da cidade. Por isso, concorda-se com Schneider (2017, f. 310) que “[...] pode-se constatar o fachadismo e a espetacularização decorrentes do objetivo de compor ambientações que possam ser mais facilmente identificáveis pelo turista com a criação de espaços cenarizados para o lazer e o consumo.”

Outra realização do poder público foi o tombamento de um prédio conhecido no município como Hotel Lanfredi. O Decreto Municipal nº 874, de 29 de julho de 2009, é o primeiro registro de

tombamento da construção. Essa determinação legal foi revogada pelo Decreto Municipal nº 1.544, de 03 de janeiro de 2018. Diferentemente do primeiro Decreto, o qual tombava o prédio referido, o segundo desígnio declara o prédio do antigo hotel como bem integrante do patrimônio histórico e cultural do município.

Também em 2009 foi elaborado um projeto cultural vinculado ao prédio tombado. Conforme reportagem do jornal Primeira Hora da edição nº 803, de 12 de fevereiro de 2009, o projeto recebeu o nome de Museu Integrado do Cinema Sonoro Roman Konrad e seria implantado no prédio do antigo hotel, cedido ao município pelo proprietário. Além disso, a matéria destaca que, naquela semana, a proposta foi encaminhada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Apesar de ter sido elaborado e encaminhado ao IPHAN, o projeto não chegou a ser executado. De acordo com o proprietário da edificação,

“O prédio deveria ter sido destinado pro município, pra usar como um centro cultural. Houve um projeto de transformar [...] A prefeitura começou a fazer o projeto. [...] O projeto existia. Tudo bonito, com sala de cinema, com sala de espera, com restaurante. Mas não tinha um lugar físico onde colocar aquilo ali. Então eu cedi para uso da prefeitura, gratuitamente, durante 10 anos. Mas durante esses 10 anos não saiu nada.” (João, 68 anos).

Ademais, a principal motivação das ações de preservação desenvolvidas pela administração municipal é o turismo. Corroborando essa afirmativa a fala do representante do poder público: *“O município tem um grande potencial turístico hoje. Embora o turismo seja uma questão que não é muito rápida, ele precisa ser trabalhado. Não só pelas construções, mas também pelas rotas que poderão ser construídas.”* (Pedro, 55 anos). Concorda-se com Castriota (2009), ao entender que o turismo pode ser uma alternativa econômica para a cidade. Além disso, conforme Jacques (2003), acredita-se que o turismo pode contribuir de forma positiva a um local – ser fonte de renda para o desenvolvimento das nações e das cidades que as praticam –, assim como também pode trazer efeitos negativos,

quando o foco das práticas turísticas está em vender uma imagem singular da cidade.

Para mais, compartilha-se com Jacques (2003, 2005) a ideia de que algumas soluções para a espetacularização são “a participação [popular], a experiência efetiva e a vivência dos espaços urbanos.” (JACQUES, 2005, p. 19). Trata-se de movimentos que se tornam mais eficazes por meio da educação patrimonial, categoria de análise abordada a seguir.

Educação Patrimonial

A educação patrimonial enquanto processo que contribui para o conhecimento e a apropriação dos bens culturais, pode ser uma forma de resistência às tendências nocivas de gentrificação e espetacularização, uma vez que

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. (HORTA, GRUNBERG E MONTEIRO, 1999, p. 4)

Em Alto Feliz, há poucas ações de educação patrimonial. Por meio do contato com as escolas locais, não foram identificados professores que já tivessem desenvolvido alguma proposta pedagógica voltada à educação patrimonial.

Para mais, em entrevista, o representante do poder público destacou que a administração municipal procura conscientizar a população sobre a importância das edificações presentes no município. Segundo ele, “[...] *a gente tem muitas construções que nós procuramos aos poucos fazer a preservação, porque os moradores às vezes procuram modificar a construção, mas a gente está tentando conscientizar essas pessoas da importância dessas casas.*” (Pedro, 55 anos). Além disso, na consulta às edições do jornal Primeira Hora, não foram encontradas reportagens que

mencionassem ações de educação patrimonial desenvolvidas em Alto Feliz.

Os atores privados entrevistados têm consciência de que ter informações sobre o bem cultural e sobre a sua importância faz com que se perceba o patrimônio de outra forma. Um deles destaca: *“Nunca a gente se deu conta disso. Nunca foi atrás. Se soubesse antes podia deixar o resto da casa também. Foi construída a casa nova em cima do mesmo fundamento da outra [que foi derrubada].”* (José, 77 anos).

De acordo com Costa (2002), o conhecimento do patrimônio é fundamental para a sua defesa, dado que os bens culturais pertencem a todos. Além disso, “a educação patrimonial, muito mais que uma mera intervenção ou metodologia, configura um elemento fundamental nas elaborações e reelaborações simbólicas evidentes nos processos de patrimonialização cultural.” (SILVA; ROSA, 2017, p. 180)

Para tanto, é importante que as ações de preservação não aconteçam somente por parte de uma ou outra esfera da sociedade. Ao contrário do que acontece em Alto Feliz, onde as ações do poder público e dos atores privados aconteceram de forma paralela, sem articulações, todas as práticas presentes nos processos de patrimonialização (identificação, preservação e valorização)

“[...] devem ser realizadas em constante interlocução com as comunidades, desde os processos de escolha, passando pela proposição das ações educativas. Os projetos e ações não devem se impor aos lugares como estratégias concebidas de cima para baixo. Devem partir e dialogar com as condições e necessidades das localidades nas quais se atua.” (REDE... [2018?]).

Para que isso aconteça, é fundamental que a população conheça o patrimônio, de modo que a educação não seja “difusão cultural, mas ação cultural. Não se trata da transferência de conteúdos, mas da produção coletiva de sentidos e experiências.” (REDE... [2018?])

Acredita-se que a inexistência de ações de educação patrimonial em Alto Feliz deve-se ao fato de que os professores têm pouco conhecimento acerca desse tema, uma vez que as formações em cursos superiores são pouco voltadas para o viés da educação patrimonial. Além disso, o poder público não contribui para o desenvolvimento de propostas voltadas ao patrimônio cultural. Acredita-se que em Alto Feliz isso acontece porque a estrutura municipal de cultura está vinculada à educação e ao desporto, não existindo uma secretaria exclusiva para o setor cultural, fazendo com que as atenções da Secretaria Municipal fiquem divididas entre as três áreas. Entende-se que é fundamental a participação dos professores nas ações de educação patrimonial, num trabalho conjunto com o poder público e o setor privado, para que a preservação do patrimônio tenha a participação efetiva da população.

Além disso, acredita-se que a proteção dos bens culturais se torna mais interessante quando a população participa do processo, pois as significações atribuídas ao patrimônio cultural são construções sociais, ou seja, advêm dos sujeitos e grupos sociais. Nesse sentido, a educação patrimonial possibilita que as decisões em relação ao que precisa ser preservado não partam somente dos órgãos responsáveis pela salvaguarda dos referenciais culturais, pois, no momento em que a população conhece o patrimônio cultural dos locais em que atua, ela também participa mais ativamente dessas decisões.

Considerações Finais

Alto Feliz é uma cidade emancipada em 1992 e cuja estrutura administrativa está organizada em nove secretarias, dentre elas a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto; desse modo, a estrutura municipal de cultura está vinculada a outras áreas. Em relação ao patrimônio cultural municipal, existem algumas ações desenvolvidas pela administração pública alto-felizense. Dentre elas,

está a declaração do antigo Hotel Lanfredi como bem integrante do patrimônio histórico e cultural do município, pelo Decreto Municipal nº 1.544, de 03 de janeiro de 2018.

Este estudo possibilitou concluir que diversos movimentos já foram desenvolvidos em Alto Feliz para salvaguardar seu patrimônio material e imaterial. Mais especificamente, os dados coletados possibilitaram identificar as ações desenvolvidas por atores públicos e privados para a preservação do patrimônio no município de Alto Feliz e constatar que essas iniciativas possuem diferentes motivações. No setor privado, as ações desenvolvidas destinaram-se à conservação da estrutura física das propriedades, com a substituição de partes danificadas pelo tempo ou consumidas por pragas. Ademais, notou-se que a preservação do patrimônio pelos atores privados está atrelada a sentimentos de pertencimento em relação aos lugares preservados. A “memória do lugar”, ao contar a história de suas famílias, faz com que os atores se sintam pertencentes ao local, identifiquem-se com ele e se preocupem em preservá-lo. Entende-se que, dessa forma, a “memória do lugar” pode ser uma estratégia que valorize o protagonismo da população nos processos de preservação patrimonial e no turismo.

Ao identificar as ações do poder público em relação à preservação do patrimônio cultural em Alto Feliz, constatou-se aquilo que Schneider (2017) e Silva e Rosa (2017) apontaram em seus estudos: a existência de ações descontínuas. Há projetos prontos que não foram executados e que estão guardados junto aos arquivos públicos. Pondera-se que a descontinuidade das ações pode estar relacionada ao fato de a estrutura municipal de cultura estar vinculada à educação e ao desporto, não existindo uma secretaria exclusiva para o setor cultural, fazendo com que as atenções da Secretaria Municipal fiquem divididas entre as três áreas.

Além dessas constatações, notou-se que, no setor público, as motivações para a preservação do patrimônio estão voltadas, principalmente, para a espetacularização da cidade e para o turismo. Uma das ações desenvolvidas pela administração municipal é a

construção dos prédios do centro administrativo, baseada nos modos de construir das etnias que colonizaram Alto Feliz – alemães e italianos. Compreende-se que essa estratégia, em vez de preservar o patrimônio imaterial (modos de construir) dessas duas etnias, volta-se para a transformação da cidade em espetáculo, em algo que seja considerado bonito por visitantes. Nesse sentido, entende-se que Alto Feliz pode estar seguindo o mesmo caminho das cidades históricas de Minas Gerais, conforme apontado por Jacques (2003, 2005) e Castriota (2009).

A educação patrimonial é fundamental no processo de preservação patrimonial, pois contribui para o conhecimento e a apropriação dos bens culturais, podendo ser uma forma de resistência contra as tendências nocivas de gentrificação e espetacularização. A raridade de ações de educação patrimonial deve-se, muitas vezes, ao fato de que os professores têm pouco conhecimento acerca desse tema, uma vez que as formações em cursos superiores são pouco voltadas para o viés da educação patrimonial.

Este estudo, assim como Jacques (2005, p. 19), entende que a comunidade de Alto Feliz pode “reverter o processo [de espetacularização] ao se apropriar de espaços públicos, para habitação ou encontros variados.” Para tanto, a educação patrimonial é fundamental, pois possibilita que os sujeitos se reconheçam como produtores dos valores atribuídos ao patrimônio cultural, percebendo que também podem fazer parte das decisões em relação à salvaguarda dos referenciais culturais. Desse modo, é importante a participação dos professores nas ações de educação patrimonial, num trabalho conjunto com o poder público e com o setor privado, para que a preservação do patrimônio tenha a participação efetiva da população. E a participação efetiva só acontece se a população tiver conhecimento sobre o patrimônio, uma vez que valorizar implica conhecer.

Referências

- ALTO FELIZ. *Lei municipal nº 1.177/2017, 11 de maio de 2017*. Cria o conselho municipal de turismo e o fundo municipal de turismo. Altera a lei municipal nº 991/2014. Disponível em: <<http://187.84.56.98:8080/tlnet>>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- _____. Prefeitura Municipal. *Turismo*. Alto Feliz, 2018. Disponível em: <<https://www.altofeliz.rs.gov.br/web/turismo>>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. *A cultura no mundo líquido moderno*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Trad. Carlos Alberto Medeiros.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 03 abr. 2018.
- _____. *Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.
- CHOAY, Françoise. O patrimônio histórico na era da indústria cultural. In: CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2006. p. 205-237.
- COSTA, Lygia Martins. *De museologia, arte e políticas de patrimônio*. Pesquisa de Clara Emília Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.
- HALL, Stuart. *A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997, p. 15-46. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>>. Acesso em: 08 abr. 2018

- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.
- HORTA, Maria de Lurdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Museu Imperial, 2006. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. [S.l., 2018?]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/alto-feliz/panorama>>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?* Revista de Urbanismo e Arquitetura. Salvador, v. 6, n. 1, 2003, p. 32-39. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229/2347>>. Acesso em: 20 maio 2018.
- _____. *Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade*. Revista Arquitexto 7, Porto Alegre, n. 7, jan./jun. 2005, p. 16-25.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- REDE Paulista de Educação Patrimonial (Repep). *Princípios da educação patrimonial*. São Paulo, [2018?]. Disponível em: <<http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Principios%20da%20Repep.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- RUSCHEL, Dulce Maria Simon. *Alto Feliz e os ecos de sua história*. 1ª. ed. Bom Princípio: Primeira Hora, 2017.
- SCHNEIDER, Cristina Seibert. *O valor do patrimônio cultural local*. SAPERE: revista científica multidisciplinar do CESF (Centro de Ensino Superior Cenequista de Farroupilha), Farroupilha, v. 3, n. 3, jul. 2014, p. 63-76.
- _____. *As cidades de tempos lentos: o patrimônio cultural entre sinais de letargia e lucidez*. 2017. 345 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. *Educação patrimonial e a dissolução das monoidentidades*. Educar em Revista, Curitiba, n. 56, abr./jun. 2015, p. 207-224. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n56/0101-4358-er-56-00207.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2018.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da; ROSA, Gabriel Claro da. *Educação patrimonial e reelaboração simbólica em processos de patrimonialização cultural: a situação de Antônio Prado, RS*. Oficina do Historiador, Porto Alegre, v. 10, n. 1, jan./jun. 2017, p. 163-182. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/21841/15679>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. Trad. Crithian Matheus Herrera. Livro eletrônico. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582602324/cfi/1!/4/4@0.00:58.1>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

**A fala do Hunsrick no cotidiano
das comunidades teuto-brasileiras:
um patrimônio cultural de Santa Maria do Herval (RS)**

*Liane Marli Führ*¹

*Maria Ines Dapper Fröhlich*²

*Daniel Luciano Gevehr*³

Introdução

O presente estudo procura reconstruir parte da história da presença germânica no município de Santa Maria do Herval, um patrimônio cultural a ser preservado de geração em geração na comunidade. A escolha desse estudo justifica-se pela importância do conhecimento das origens para discutir e compreender o sujeito em seu contexto histórico e cultural dando profundidade e sentido à influência da família, da sociedade e das experiências de vida na aquisição do saber de um sujeito e na maneira de ser.

As lembranças e memórias dos cidadãos hervalenses na construção da história do município foi um processo de significação e atribuição de sentidos ao vivido. Sendo assim, como estratégia de estruturação da narrativa, estabelece-se como dimensões do relato

¹ Liane Marli Führ, Mestranda em Desenvolvimento Regional/FACCAT, Taquara, Brasil - E-mail: lianefuhr@sou.faccat.br

² Maria Ines Dapper Fröhlich, Mestranda em Desenvolvimento Regional/FACCAT, Taquara, Brasil - E-mail: mariainesdapper@sou.faccat.br

³ Daniel Luciano Gevehr, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT, Taquara, Brasil. E-mail: danielgevehr@faccat.br

o que segue: história do município; experiências de vida; caracterização do município; língua materna Hunsrik e escola. Nessa linha, registrou-se fatos importantes do município e várias lembranças dos que passaram por ele de alguma forma, buscando respaldo nos fatos importantes vinculados aos antecedentes registrados a partir das memórias e lembranças.

Através deste trabalho buscou-se informações sobre a preservação cultural no município e principais atividades econômicas. Para um maior conhecimento desta realidade, buscou-se relatar a história da colonização do município de Santa Maria do Herval. Foram coletados elementos informativos através de dados secundários de cunho social, econômico e cultural, através da pesquisa bibliográfica como também de dados observáveis para dar suporte a essa pesquisa.

O município de Santa Maria do Herval, alvo do presente estudo, é um município situado na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Faz parte da serra gaúcha, diferenciando-se por algumas características, divergências que influenciam na caracterização regional, enquadrando-se, no entanto, em regiões diferentes em algumas circunstâncias devido a essas peculiaridades. Santa Maria do Herval é uma cidade onde predominam a agricultura e as indústrias calçadistas. Apresenta paisagens naturais, entre as quais uma cascata com 123 metros em queda livre, ainda não explorada para o turismo.

As fontes de coleta de dados envolveram diversos setores, sendo entregue 5 (cinco) questionários ao todo. Três compostos pelos mesmos dados foram à Secretaria de Agricultura do município, à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo (EMATER) e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

Um questionário foi entregue a coordenadora do projeto Hunsrik e outro questionário foi entregue ao Secretário da Educação, os quais de acordo com as informações a serem adquiridas. Obteve-se ainda muitas informações através de

conversas informais com cidadãos hervalenses de origem germânica e revisão bibliográfica. Ambos os questionários foram respondidos e entregues em mãos para as pessoas responsáveis, mantendo-se o sigilo dos dados em todas as etapas de aplicação do instrumento de coleta.

Santa Maria do Herval começou a traçar sua história entre os anos de 1835 a 1838, cerca de dez anos após a chegada dos primeiros alemães ao estado do Rio Grande do Sul, em 1824. Na chegada dos primeiros povos a Santa Maria do Herval, a área pertencia ao município de São Leopoldo, assim como Dois Irmãos, aonde os primeiros imigrantes alemães chegaram em 1829. A imigração alemã nessa região se estendeu por todo o século XIX, a chegada desse povo à nova Pátria não era conforme o esperado. A maioria das promessas propostas a eles para a colonização das novas terras no Brasil, como: viagem gratuita, um lote de terra, ferramentas, gado, isenção de impostos por algum tempo, não foram cumpridas.

Segundo Braun (2009), o primeiro morador do município era descendente de alemães, natural da região do Hunsrück da Alemanha. Ele estabeleceu-se na localidade de Morro dos Bugres. Em busca de melhores condições de vida, os descendentes alemães foram colonizando sempre mais terras, chegando à linha Teewald⁴, a atual sede do município de Santa Maria do Herval⁵ por volta de 1844. As terras encontradas ali apresentavam um solo mais propício para o cultivo, em torno da sede se criaram as localidades, entre as quais algumas foram subdivididas com o passar do tempo.

Na memória coletiva da comunidade, aparece a educação como uma das prioridades, sendo o aprendizado da leitura e escrita, cálculos matemáticos e da religião dos filhos, o que os levou a

⁴ Teewald, em Hunsrück, foi o primeiro nome dado às terras em colonização, nome que se originou devido à abundância dos ervais ou mata de erva mate, em meio a numerosas árvores de outras espécies.

⁵ Santa Maria do Herval, nome que originou em homenagem a Santa Maria, padroeira da primeira Igreja construída na localidade. Também compõe a sua denominação a palavra Herval que ressalta uma característica da região, que é a abundância de ervais.

construir várias escolas. Conforme Braun (2009), em cada localidade do interior, as comunidades contavam com várias escolas pequenas, as quais eram comunitárias chamadas “escolas de necessidades” (Notschule).

Já segundo Johann (2009), desde o princípio, no decorrer das aulas, a leitura, a escrita e o diálogo eram em alemão gramatical (Hochdeutsch). Entre os anos de 1938 a 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas promoveu a “Nacionalização”, fechando as escolas germânicas, pois ele temia que, pelo fato dos professores serem de origem alemã, seguissem o nazismo, que dominava Alemanha na época. Com isso, os descendentes dos imigrantes eram obrigados a abandonar a sua língua.

Os imigrantes alemães trouxeram para o Brasil muitos costumes que tinham na Europa. Esses costumes (religiosos, alimentares, etc.) influenciaram na cultura do Rio Grande do Sul e ainda hoje permanecem vivos, principalmente no interior da região de colonização alemã. Pode-se destacar, entre os alimentos e pratos tradicionais das colônias alemãs, a carne de porco, a batata, a salsicha, a schmier (geleia), as cucas e muitos outros, lembrando também da tradicional cerveja caseira (chpritzbier) feito com limão ou gengibre.

Nas comunidades, eram comuns as bandinhas, os corais de música e os jogos, como bolão e o tiro ao alvo. Também se realizavam festas, como a do Rei e Rainha do Bolão e o Kerb (que ocorre no dia do padroeiro de cada igreja da comunidade católica), nas quais havia danças, cantos, jogos, comidas e bebidas típicas. Como povo proveniente da região de Hunsrück⁶ na Alemanha, se comunicavam através da língua materna de origem germânica, que era diferente de outras da Alemanha. As línguas faladas estavam intimamente ligadas à região de onde os imigrantes provinham. No município de Santa Maria do Herval, a língua alemã Hunsrik⁷ é da origem da maioria dos munícipes ainda residentes no mesmo.

⁶ Hunsrück refere-se a uma região localizada no oeste da Alemanha.

⁷ Hunsrik refere-se à língua germânica falada na América Latina.

Os imigrantes alemães enfrentavam dificuldades devido à distância, pois a Intendência⁸ ficava a 65 km ou mais, dependendo do local onde estavam assentados, e o acesso era possibilitado praticamente só a cavalo. Conforme KNORST (2003), em 1959, após 115 anos de imigração alemã no Teewald, Dois Irmãos se emancipou, diminuindo a distância até Intendência para 26 quilômetros, o que aliviou um pouco a vida desse povo, que, além do difícil acesso, enfrentavam inúmeros conflitos e lutas contra os indígenas da nação Kaingangues, que antes habitavam estas terras e matas. Por sua vez, aos 12 dias de mês de maio de 1988, os cidadãos hervalenses dirigiram-se às urnas para o plebiscito de Santa Maria do Herval, completando em 2018, seus 30 anos de emancipação.

O cenário da pesquisa: a comunidade, entre a germanidade e a brasilidade

A caracterização de um município é muito importante para obter o conhecimento de sua realidade e a partir dessa é possível situar-se e buscar informações que possam contribuir para promover seu desenvolvimento. Com isso, apresenta-se a seguir, o mapa com a localização geográfica do município no Rio Grande do Sul.

⁸ Intendência refere-se à prefeitura.

Figura 1 – Localização de Santa Maria do Herval no Rio Grande do Sul



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Sua área que está localizada na Encosta da Serra Gaúcha e constitui-se numa localidade acentuada, combinando morros e vales. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), sua área é de 139.700 km² e possui densidade demográfica de 43,36 hab/km². Sua altitude é de 430m a 780m e o acesso se dá pelas Vias: BR 116, (via VRS 873) e RS 115 (via VRS 373). Faz divisa com os municípios de Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café, Morro Reuter, Nova Hartz, Três Coroas e Igrejinha.

Em 2018, Santa Maria do Herval está completando seus trinta anos de emancipação, atualmente possui população estimada de 6.358 habitantes, e conforme o Censo Demográfico do IBGE 2010, 6.053 habitantes. De 2007 a 2010 a população diminuiu e, depois voltou a crescer. De acordo com os dados levantados desse município através dos indicadores o Produto Interno Bruto (PIB) per capita é de R\$28.136,48.

Hunsrik - a língua mãe: um patrimônio cultural do município

A maioria dos primeiros imigrantes germânicos que habitaram a região do município de Santa Maria Herval eram provenientes da região do Hunsrück, na Alemanha, comunicavam-se através da língua materna de origem germânica, que era diferente de outras da Germânia. As línguas faladas naqueles países estavam (e, de certa forma, ainda estão) intimamente ligadas à região de onde os imigrantes provinham. No entanto, a língua germânica falada pela maioria dos cidadãos hervalenses é denominada Hunsrik ou Plat Taytx.

As comunidades de colonização germânica, no início, não contavam com a assistência sacerdotal. Para manter viva a chama da fé, empregaram duas práticas: as devoções familiares e o culto dominical leigo. As devoções familiares, ou em família, caracterizavam-se pela oração da manhã, da noite e à mesa antes e depois das refeições principais.

Os padres jesuítas contribuíram para a religiosidade das colônias alemãs, mas sua chegada aconteceu somente a partir de 1849. As principais tarefas eram a catequese, o ministério dos sacramentos, a realização dos enterros e, periodicamente, a organização e pregação das Missões, momentos de evangelização e de “moralização dos costumes”, cabendo às famílias cuidar da prática da fé e do cultivo dos valores religiosos.

As famílias germânicas tinham, entre duas prioridades, a religiosidade e a educação, o que os levou a construir várias escolas. As primeiras escolas, as comunitárias, foram construídas até 1850 e foram chamadas de “escolas de necessidades” (Notschule). Após surgiram as escolas particulares (Privatschule) e, a partir de 1920, as escolas paroquiais (Pharschule), época em que usavam a lousa (Die Tafel) e o lápis grafite (Die Griffel) para escrever. Normalmente os alunos tinham o dever de completar os estudos até 4ª ou 5ª série do primário, quando faziam a Comunhão Solene (Die Feirliche Kommunion).

Com o Estado Novo e a proibição da fala da língua alemã no Brasil, percebeu-se, ainda na década de 1970, que os alunos ainda eram repreendidos na escola, não podendo se comunicar em sua língua mãe. Os critérios eram rígidos para os alunos, tinham mais deveres do que direitos, não tinham o direito de se comunicar porque não sabiam falar português e não podiam falar a única língua que sabiam: o Hunsrik.

Com o passar do tempo, os hervalenses, de origem alemã, foram conquistando seu espaço na comunidade, e o que era proibido, passou a ser liberado e valorizado. Este grupo, para valorizar suas origens e cultura, foi dando apoio a oficialização da língua que falava, a língua Hunsrik. Quanto a revitalização desta língua no Brasil e no mundo, iniciou-se um trabalho de codificação no município, trabalho científico de “resgate”, iniciativa do SIL Internacional, através da professora Dra. Úrsula Wiesemann⁹, já publicado pela Sociedade Internacional de Linguística – SIL¹⁰ – na Internet, sob o título “Contribuição para Codificação da Língua Hunsrik falada na América Latina”.

Cabe lembrar que na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), um grupo trabalha, há mais de 40 anos com esta temática, na época coordenada pelo Prof. Dr. Koch - aluno da Professora Úrsula Wieseman, na pesquisa das línguas germânicas faladas no Rio Grande do Sul, as formas de falar e a localização geográfica dos falantes. Esse grupo denomina a língua em questão por Hunsrückisch, conforme é chamada no alemão padrão.

⁹ * Pós-Doutora em Linguística e Pós-Doutorada em Fonética.

¹⁰ SIL - Organização científica sem fins lucrativos, comprometida em servir as comunidades linguísticas ou etnolinguísticas ao redor do mundo, salvando **Línguas em Risco de Extinção**, através de pesquisa, tradução, treinamento e consultoria em áreas como análise linguística, criação de ortografia, produção de literatura e educação multilíngue e desenvolvimento de materiais nessas línguas. Tem como objetivo principal, o estudo, o desenvolvimento e a documentação de línguas menos conhecidas ou que ainda não tenham escrita, sendo uma grande produtora de materiais, incluindo descrições linguísticas, materiais pedagógicos, livros de leitura, registros de mitos e vocabulários, análise da língua e tradução, produção de mídia, oficinas e cursos de treinamento, DISCOVER SIL - <https://www.sil.org/about/discover>. Um treinamento que a equipe do Projeto Hunsrik-Plat Taytx também recebeu, durante os 5 anos que a Dra. Ursula morou no Herval.

O Projeto de Codificação da Língua Hunsrik - Plat Taytx, de Santa Maria do Herval, iniciou seus trabalhos aos quatro dias do mês de fevereiro de 2004, com a chegada de Dra. Úrsula Wiesemann ao município. Ela foi enviada pela Sociedade Internacional de Linguística – SIL, como coordenadora, acompanhada de mais dois linguistas, ambos da Alemanha, para dar início ao Projeto Hunsrik. Entre essas pessoas, a Solange Hamester Johann¹¹ e sua colega Mabel Dewes¹², ambas profissionais da mesma escola, aceitaram o desafio juntamente com outras 40 pessoas de diferentes áreas do município. Os dois linguistas ficaram apenas por três meses, até terminar a codificação básica, enquanto que Dra. Úrsula permaneceu aproximadamente cinco anos para aperfeiçoar o trabalho.

Quando o trabalho de codificação estava bem encaminhado, Dra. Úrsula passou a coordenação do projeto à professora Solange Hamester Johann em junho de 2008, e se transferiu para São Leopoldo, onde ainda criou a escrita para os pomeranos, trabalhando com graduandos e pastores dessa etnia. A coordenadora Solange deu continuação ao trabalho com a colega Mabel e equipe, o qual está conduzindo até hoje.

Atualmente Raquel Johann, filha da coordenadora Solange, também faz parte da Equipe Hunsrik-Plat Taytx, porém o Projeto tem diversos parceiros, que as auxiliam: patrocinadores, divulgadores, ilustradores, estudantes, professores, jornalistas, organizações religiosas, organizações governamentais, entre outros voluntários e interessados.

A Equipe procura parceiros de acordo com cada novo projeto a ser desenvolvido. Em um dos projetos desenvolvidos em parceria com os professores da Escola de Educação Infantil Pequeno Mundo, foram feitas traduções de histórias infantis com o título “Mayn

¹¹ Na época, professora de Inglês no Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio, Colégio Cônego Afonso Scherer.

¹² Funcionária do setor de serviços gerais no Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio, Colégio Cônego Afonso Scherer.

Liipste Kexichtcher” - Minhas Historinhas Favoritas, que apresenta as histórias em Português e as mesmas traduzidas para o Hunsrik. As histórias desse livro foram ilustradas por um cidadão hervalense e publicadas em 2016.

A Dra. Úrsula morou e trabalhou em Santa Maria do Herval/RS para criar a escrita da língua Hunsrik, o que fez para muitos povos diferentes no mundo. Para oficializar o trabalho concretizado em Santa Maria do Herval, efetuou o registro da língua Hunsrik no Ethnologue¹³, recebendo o Código HRX. Conforme as estatísticas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), há aproximadamente dois milhões de falantes da língua mãe “Hunsrik” no Brasil, tornando esta, a segunda língua mais falada do país.

Em agosto de 2011 também foi encaminhada solicitação de criação da Lei de Patrimônio Histórico e Cultural da Língua Hunsrik através da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que foi sancionada pelo Governador em 23 de julho de 2012 com a Lei Estadual nº 14.061. Em 2018 o Projeto de Codificação da Língua Hunsrik - Plat Taytx está completando quatorze anos de existência, estando em constante evolução, alcançando o nível de América do Sul. Nesses anos, foram realizados diversos projetos e vários livros foram publicados.

A Equipe está aberta para qualquer forma de contribuição para que esse trabalho da escrita da Língua Hunsrik não fique estagnado, sendo esta, a língua mãe da maioria dos cidadãos hervalenses e de muitos municípios gaúchos, catarinenses e do oeste paranaense. Ela é importante para que se mantenha viva a língua e o cultivo das raízes culturais dos descendentes deste povo que forma 25% da população dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, perfazendo 5% da população do Brasil.

¹³ Órgão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que cataloga todas as línguas, vivas ou mortas o planeta.

A preservação do patrimônio cultural em especial a língua materna alemã Hunsrück precisa ser levada em consideração por apresentar necessidade de ser praticada constantemente para não perder sua essência. Sabe-se que a diversidade cultural torna cada vez mais difícil encontrar soluções que se apliquem em todas as circunstâncias na escola. Os movimentos migratórios da população, que vem aumentando no decorrer dos últimos anos, estão criando, sobretudo, novas situações linguísticas que acentuaram, ainda mais, esta diversidade.

Por outro lado, as línguas habitualmente usadas como meio de comunicação, permitem que pessoas de diferentes origens culturais se comuniquem entre si, com mais facilidade. Segundo Delors (2001), de uma forma geral, a diversidade linguística deveria ser considerada uma fonte de enriquecimento, o que vem reforçar a necessidade do ensino das línguas. As exigências da globalização e da identidade cultural, devem ser consideradas como complementares.

Pela importância que a língua mãe tem, a UNESCO, proclamou um dia dedicado a língua materna com o objetivo de promover a diversidade linguística e cultural entre as diferentes nações. O Dia Internacional da Língua Materna foi criado em 1952 e celebrado em Bangladesh, desde então. Hoje esse dia é celebrado anualmente, em 21 de fevereiro, em todo mundo, por ser importante pensar na preservação das particularidades linguísticas e culturais de cada sociedade.

Um pouco da história da educação na comunidade: a língua dos imigrantes na escola

Antes de Santa Maria do Herval se emancipar, haviam as escolas rurais, até mais de uma por comunidade pela distância, pois os alunos tinham que ir a aula a pé e nos dias de chuva ficavam molhados e sujos até chegar a escola. As escolas eram todas de classe multisseriada com todas as séries da escola, chegando a ter quatro por turma, por ter poucos alunos. O professor tinha pouca formação

e era responsável por tudo, aula, merenda, faxina, como também sobre as atribuições da secretaria e direção.

Apenas era oferecida aula até a 4ª série, nomenclatura usada na época, pois tinham poucos professores e geralmente com pouca formação. Quando conseguiam colocar dois professores numa escola, era oferecida aula até 5º série, o que era raro. Nesses casos às funções apartes da direção e secretaria eram designadas a um deles e as da merenda e faxina eram compartilhadas entre os dois.

Com a emancipação de Santa Maria do Herval, a educação continuou o trabalho da mesma forma. Aos poucos as escolas começaram a ser ampliadas para duas salas. Como tinha poucos professores dentro do município, era necessário trazer professores de fora. Para os professores de fora não era muita vantagem pela questão financeira, porque teriam que chegar de transporte próprio ou de ônibus, tendo apenas um ônibus de manhã e outro perto de meio dia para chegar ao Centro do município. Para resolver a situação, a prefeitura através da Secretaria de Educação organizou transporte do centro para os professores chegarem às escolas e retornar.

A situação da educação começou a mudar com as novas políticas educacionais, principalmente a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases e da Educação Nacional (LDB) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), quando os municípios começaram a receber verbas para o transporte escolar gratuito para os alunos, o município optou pela nucleação de escolas viabilizando melhorias. Para começar, tinham que construir primeiro, escolas maiores. Assim que terminavam uma, foram nucleando gradativamente as mais próximas, evitando dessa forma as classes multisseriadas e o excesso de funções do professor.

Com a nucleação das escolas, os professores podiam se dedicar mais as aulas e aos alunos, apenas tinham uma série por turno e não precisavam mais dividir seu tempo com as atribuições da merendeira e faxineira. Em caso de poucos alunos numa série, ainda de juntava duas séries, o que ainda acontece até hoje. Desde a

emancipação do município, foram desativadas 14 escolas rurais, a maioria entre o ano de 1996 a 2001, mantendo apenas três escolas municipais nucleadas e uma multisseriada até o 3º Ano, no interior por exigências das famílias da comunidade. Entre as três escolas nucleadas, duas oferecem Ensino Fundamental completo e a outra só os Anos iniciais do Ensino Fundamental.

Além dessas escolas ativas citadas, o município ainda oferece Educação Infantil numa escola com três unidades, dos quatro meses incompletos até obter idade para ingressar no Ensino Fundamental. No município ainda tem duas escolas Estaduais, uma com Ensino Fundamental completo e a outra com Ensino Fundamental e Médio completos.

O número reduzido de alunos no interior do município se deu pelo pequeno índice de natalidade da população rural e êxodo rural principalmente com a entrada do setor calçadista no Vale dos Sinos. Com a entrada do setor calçadista no município de Santa Maria do Herval o êxodo rural estabilizou. Na maioria das famílias rurais, o homem ficava na agricultura, a mulher e os filhos iam para as indústrias calçadistas, garantindo assim o sustento das famílias, pois tinha salário garantido, diferente do que na agricultura.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a EMATER de Santa Maria do Herval, não se percebem dificuldades na área da educação, sendo que todos tem acesso à escola, ainda que se observem dificuldades, como o acesso à internet no meio rural. Já o representante da Secretaria de Agricultura relata que as crianças acabam não indo à escola, por terem que trabalhar na propriedade junto a família e pela distância das escolas da zona rural.

A educação tem como missão transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e tomar consciência das semelhanças e da independência entre todos os seres humanos do planeta. Desde tenra idade a escola deve, pois aproveitar todas as ocasiões para esta dupla aprendizagem. A vida do ser humano está repleta de desafios, os quais desacomodam em busca da autorrealização. No entanto é preciso muita garra e determinação para enfrentá-los.

Educação é o ato de educar e de instruir, o que pode ocorrer em diferentes espaços e tempo. A educação escolar é constituída em uma ajuda intencional, sistemática, planejada e continuada para os alunos da educação básica, ela se difere de processos educativos que ocorrem em outras instâncias, como na família, no trabalho, na mídia, no lazer e nos demais espaços de construção de conhecimentos e valores para o convívio social.

A Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) N° 9.394, de 1996, - deixa bem clara a finalidade da educação Nacional, que, [...] compreende os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, no convívio humano, no trabalho, nos estabelecimentos de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Compreende-se assim, que o Estado tem conhecimento de que a educação ocorre em diferentes instâncias, porém dá ênfase a educação escolar, predominantemente, por meio da instrução, em instituições próprias.

O ser humano constitui-se em constante evolução, o que ocorre desde que nasce. Esse desenvolvimento tem sido entendido como as mudanças que ocorrem num indivíduo desde a concepção até sua morte. Segundo Gallardo (2004), o desenvolvimento humano implica em mudanças comportamentais e estruturais do sujeito no tempo. Segundo ele, a criança se desenvolve nas áreas: cognitivas, afetivas, motoras e sociais, isso para facilitar e compreender as funções mais complexas. Sendo assim, o desenvolvimento da criança ocorre integralmente, e continuamente relativo à idade cronológica.

O desenvolvimento infantil está condicionado à interação com o meio em que vive. Conforme Vygotsky (1998), a criança aprende os saberes e depois se desenvolve. Entretanto, o desenvolvimento de um ser humano se dá pela aquisição da aprendizagem de tudo aquilo que ele edificou socialmente ao longo de sua história. Dessa forma, afirma-se a importância de oferecer sempre conhecimentos construtivos a criança desde seu nascimento, uma vez que a informação foi internalizada é difícil conseguir fazer a desconstrução

da mesma. É muito mais fácil ensinar a criança do que é certo do que corrigir a informação que já internalizou.

O ser humano se distingue dos outros seres, ele é racional e nasce prematuro. Suas funções neurológicas se desenvolvem ao longo dos primeiros anos de vida e são essenciais para seu desenvolvimento como um todo. A criança no processo de amadurecimento vai mergulhando no mundo das percepções, da comunicação, da forma, da abstração, da inteligência e do pensamento. De acordo com Thums (1999), tudo ou praticamente tudo que é armazenado na memória e na inteligência do ser humano, é consequência da vivência e aprendizado qualitativo do que sente. O que é importante enfatizar e ser levado em conta, é que haja uma preocupação em proporcionar ao ser humano uma vida saudável.

Como a 1ª educação¹⁴ da criança é fruto da família, os pais devem ser parceiros na escola do seu filho, pois a educação escolar deve partir dos conhecimentos previamente adquiridos. O conhecimento dá-se a partir da ação efetiva e interação do sujeito com a realidade. Ao rejeitar a criança e suas possibilidades de construção identitária, constitui numa dinâmica de ruptura entre as tradições familiares e comunitárias e o espaço escolar.

Segundo Heckman (2009), sem o amparo dos pais, dificilmente uma criança se motiva a aprender, o que tende a influenciar durante toda a vida escolar e comprometer o sucesso no futuro. Mesmo que a criança ingressa na Educação Infantil no decorrer do primeiro ano de vida, ela já tem adquirido vários conhecimentos com sua família, o que torna importante serem do conhecimento da escola para que os valorize e que não ocorra uma ruptura severa que possa afetar o emocional da criança.

O conhecimento dá-se a partir da ação efetiva e interação do sujeito com a realidade. Na Escola de Educação Infantil devem ser levados em consideração os requisitos necessários para o

¹⁴ As fases do desenvolvimento mental da criança segundo Piaget: Recém-nascido e o lactente – de 0 a 2 anos; A primeira infância: de dois a sete anos; A infância de sete a doze anos; A adolescência.

desenvolvimento global da criança. Como a criança desenvolve seu cognitivo com grande intensidade nos primeiros anos de vida, é preciso valorizar a diversidade cultural aproveitando a riqueza que ela traz dentro dela e aprender com as diferenças. Evitar que as crianças tornem-se seres homogêneos é o começo para o sucesso da educação e consequentemente de uma comunidade, município e nação.

As relações humanas formam a essência do objeto de conhecimento, que só existe a partir de seu uso social. No entanto, a partir de um intenso processo de interação com o meio social e através da mediação feita pelo outro, o sujeito se apropria da cultura e o conhecimento ganha sentido. Segundo Klein (1996), “[...] para chegar ao objeto, é necessário que o sujeito entre em relação com outros sujeitos que estão, pela função social que lhe atribuem, constituindo esse objeto enquanto tal”. Para o autor, o conhecimento só existe quando se estabelecem relações humanas.

Dessa forma, vale destacar que a interação social é o aspecto fundamental no processo de desenvolvimento do indivíduo, que, para Vygotsky (1998), traz a ideia da mediação e da internalização. A interação entre as pessoas favorece a construção do conhecimento, tornando-se assim, importante desde a infância. Por consequência desse envolvimento acentuado com o meio, a criança se apropria da cultura e estabelece um vínculo significativo, que vai evoluindo desde as formas elementares do pensamento para as formas mais abstratas, servindo de auxílio para conhecer e controlar a realidade.

O processo de internalização submerge várias transformações, colocando em relação o social e o individual. Conforme Vygotsky (1998), na criança, todas as funções de desenvolvimento aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, ou seja, entre pessoas (interpsicológica), e depois no nível individual, sendo esta no seu interior (intrapsicológica). Essa ideia nos mostra com clareza que no processo de aprendizagem é fundamental a presença do outro. Por conseguinte a mediação e a qualidade das interações sociais terão destaque.

A relação que a criança tem com as pessoas que a rodeia influi ou mesmo determinam suas atitudes no decorrer da vida. Por isso, é importante que a criança interaja com um meio favorável para a construção da sua identidade. Na vida do sujeito, o outro é tão importante no processo de construção do conhecimento como na constituição própria e na maneira de agir.

O ser humano, desde a sua infância, constrói sua identidade e os seus saberes, que são frutos da cultura familiar e que deveriam ser levados em conta no desenvolvimento do processo educativo. Uma postura positiva com relação ao aprender e ao estudar é um valor cultural que precisa ser permanentemente cultivado. Neste sentido, considera-se importante que a escola encontre estratégias adequadas para aprofundar conhecimentos sobre a cultura familiar dos estudantes e valorizar também seu idioma principalmente a língua materna como manifestação cultural.

A vida em sociedade pressupõe a criação e o cumprimento de regras e preceitos capazes de nortear as relações, possibilitar o diálogo, a cooperação e a troca entre membros do grupo social. A escola, por sua vez, também precisa de normas orientadoras do seu funcionamento e da convivência entre os diferentes elementos que nela atuam, passando a ser compreendidas como condição necessária ao convívio social.

Percebe-se, no caso da comunidade de Santa Maria do Herval, que muitos moradores, de origem germânica, estão buscando referências nas suas origens, estão se mobilizando cada vez mais em busca de espaço para divulgação das suas tradições. No município de Santa Maria do Herval, encontra-se atualmente uma cultura diversificada – e transformada cotidianamente pelas relações entre os espaços micro e macro – e também devido oferta de emprego das indústrias de calçados, nas últimas décadas, o que tem contribuído significativamente para transformação social e cultural do lugar.

No município há uma intensa dedicação às tradições germânicas, principalmente no que se referem a danças típicas, bandas, corais, artesanatos e prédios em Estilo Enxaimel, sem

esquecer-se dos principais eventos, Kerb, Festa do Colono e Kartoffelfest. Para recordar o estilo de vida dos antepassados, encontra-se uma enorme diversidade de objetos expostos no Museu do município. Este trabalho de conscientização pode fortalecer a estrutura da origem alemã se a escola e a comunidades traçarem objetivos comuns e trabalharem lado a lado na preservação da cultura, qualidade de ensino e desenvolvimento do município.

Considerações finais

Levando-se em consideração os aspectos pesquisados sobre a realidade do município de Santa Maria do Herval, concluiu-se que a trajetória histórica da imigração alemã é significativa e contribui para compreender grande parte da realidade atual encontrada e vivenciada no município. Apesar das dificuldades encontradas, eles foram muito persistentes em seus objetivos e criativos nas oportunidades que surgiam, encontrando sempre uma saída mesmo com poucos recursos.

Ao analisar a origem do município de Santa Maria do Herval, percebe-se que na época da emancipação, esse ficou bastante prejudicado em relação ao município de onde originou, apesar de ficar com uma área muito mais extensa na época, quase o dobro em área geográfica, o cenário geográfico é bastante acidentado.

Além disso, tinha pouca opção de emprego e pouca arrecadação de impostos. As indústrias de calçados que havia, eram tudo filiais das matrizes do município de origem, as quais apenas ofereciam emprego, não contribuía com impostos para o município. Na educação, apenas era oferecido Ensino Fundamental, o qual em escola estadual, sendo que na época a Educação Infantil ainda não era obrigatória. Em geral, o município tinha poucos recursos para dar início a sua história como município.

Referências

BRAUN, ALOÍSIO DONATO. *Do Velho Mundo para o Bucherberg ou Bugerberg um Novo Mundo*. 1ª ed. Santa Maria do Herval: Amstad, 2009.

DELORS, Jacques. *Educação: Um tesouro a descobrir*. 5ª ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

FUNDEF- *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério*, <<http://www.educabrasil.com.br/fundef-fundo-de-manutencao-e-desenvolvimento-do-ensino-fundamental-e-de-valorizacao-do-magisterio/>> Acessado em: 16 outubro 2017.

GALLARDO, Jorge Sergio Pérez. *Educação Física: contribuições à formação profissional*. 4 ed. Ijuí: Unijuí, 2004.

HECKMAN, James Joseph. *O bom de educar desde cedo*. Ed. 2 116 - ano 42 - nº 23 Editora Abril: Veja, 10 de junho de 2009.

IBGE - *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acessado em Maio/2017.

JOHANN, s. Schitt, *Do Velho Mundo para o Bucherberg ou Bugerberg um Novo Mundo*. Santa Maria do Herval: Amstad, 2009.

KLEIN, L. R. *Alfabetização: quem tem medo de ensinar*. São Paulo: Cortez.1996.

KNORST, BENNO. *História de Santa Maria do Herval- RS: 15 Anos de Município*. Santa Maria do Herval: Amstad, 2003.

LDB - *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* – Lei Nº 9.394, de 1996.

MAPS – Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Santa+Maria+do+Herval+-+RS/>> Acessado em 04 de outubro de 2017.

PIAGET, J. *Seis estudos de psicologia*. Tradução Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva – 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

THUMS, Jorge. *Educação dos sentimentos*. Porto Alegre: Sulina: Ulbra, 1999.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores*. Trad. José Cipolla Neto, Luís

Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Educação e diversidade cultural e suas implicações no progresso de formação de uma comunidade (Santa Maria do Herval, Rio Grande do Sul, tempo presente)

*Maria Ines Dapper Fröhlich*¹

*Daniel Luciano Gevehr*²

Introdução

O presente artigo apresenta os resultados de uma revisão sistemática de eixos relacionados a cultura, a educação e suas relações para identificar as implicações da educação e cultura no progresso de um determinado recorte geográfico, que é o município de origem germânica, Santa Maria do Herval (RS).

O desenvolvimento humano é considerado como todas as mudanças que incidem em um indivíduo desde a sua concepção. Considerados os primeiros anos de vida como fundamentais na estrutura da base do sujeito, as condições ambientais apresentadas à criança devem ser favoráveis para uma formação que beneficia seu bem estar em todos os espaços de convivência.

A cultura é considerada característica inerente e única do ser humano pela sua capacidade de desenvolver culturas. Todos os povos possuem uma cultura e em uma sociedade podemos encontrar sujeitos de diferentes culturas, as quais se caracterizam

¹ Maria Ines Dapper Fröhlich, [Mestranda em Desenvolvimento Regional/FACCAT, Taquara, Brasil – E-mail: mariainesdapper@sou.faccat.br](#)

² Daniel Luciano Gevehr, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Faculdades Integradas de Taquara - [FACCAT, Taquara, Brasil](#). E-mail: [danielgevehr@faccat.br](#)

pelos seus costumes, valores éticos e morais, sentimentos, entre outros. Os conhecimentos que o sujeito vai adquirindo no decorrer da vida são passados de geração para geração, sendo estes, nem sempre na sua plenitude.

A identidade do ser humano começa a se constituir mesmo antes de nascer, pois suas raízes estão vinculadas aos antecedentes biográficos, considerações essas, que auxiliam no processo de identificação do “ser” como sujeito social. No decorrer da infância a criança vai internalizando os conhecimentos que vem adquirindo, o que interfere significativamente no decorrer de sua vida. Dessa forma torna-se relevante que ela esteja sobre efeitos de estímulos positivos para apropriar-se delas.

A escolha desta análise justifica-se em discutir as implicações da educação, da cultura e suas relações em seu contexto escolar e comunitário, dando profundidade e sentido à influência da família, da escola e das experiências de vida na aquisição do saber de um sujeito desde a Educação Infantil.

Cultura

A cultura é uma das principais peculiaridades do ser humano, porque somente este tem capacidade de desenvolver e modificar culturas. A cultura define-se como tudo aquilo que é produzido pelo homem, através da inteligência e racionalidade, se manifesta por diferentes costumes, valores éticos e morais, sentimentos, etc. No sentido etnográfico amplo, para Laraia (2006), cultura é todo este complexo que compreende conhecimentos, costumes, crenças, moral, arte, leis, ou qualquer outra competência ou hábitos adquiridos pelo homem como elemento de uma sociedade. A cultura pode ser definida como um componente social, sem possibilidade de desenvolver-se individualmente.

Cultura tem um significado amplo, difícil de ser definida. Para Canedo (2009), cultura transcorre diversos campos da vida cotidiana, sendo trabalhada a partir de usos e enfoques distintos

invocando interesses multidisciplinares estudadas nas áreas da administração, antropologia, comunicação, economia, história, sociologia, entre outras. Conforme Cuche (2002), a palavra cultura também foi usada em diversos campos semânticos substituindo a outros termos como “mentalidade”, “espírito”, “tradição” e “ideologia”. Além das diferentes situações citadas sobre a definição de cultura, frequentemente, fala-se em “cultura política”, “cultura empresarial”, “cultura agrícola”, “cultura de células”, etc. Com os diferentes significados atribuídos a palavra cultura percebe-se que de alguma forma é possível fazer uma relação dela aos demais termos existentes.

A difícil definição que distingue o termo cultura, em parte é devido ao próprio desenvolvimento histórico. A complexa definição do que vem a ser cultura, originou a busca das origens de sua definição. De acordo com Williams (2007), a palavra cultura deriva da raiz semântica *colere*, originando o termo em latim *cultura*, tendo como significado, habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração. A compreensão universal da cultura foi abreviada por Edward Burnett Tylor (1832-1917) que segundo Cuche (2002), é considerado o fundador da antropologia britânica. Ele escreveu em 1817, a primeira definição etnológica da cultura, marcando o caráter de aprendizado cultural em oposição à ideia de transmissão biológica. Contudo, Tylor acreditava haver uma linha evolutiva de progresso cultural que as sociedades não civilizadas deveriam percorrer para chegar ao nível das sociedades civilizadas.

Há muitos estudos realizados relacionados à definição do termo cultura, sendo necessário direcionar uma dimensão para realização de certas pesquisas e estudos. Visando a influência da cultura e a educação para o progresso de um determinado recorte geográfico, é importante focar a economia da cultura, que estuda a influência das crenças, dos valores e dos hábitos culturais de uma sociedade em suas relações econômicas. Conforme Reis (2007), sob esse olhar, a cultura é tida como fator de propulsão ou de resistência ao desenvolvimento econômico. Por diferente que seja o

entendimento do ser humano referente à cultura, o que importa é o ser humano e suas atitudes perante o que faz, sempre pensando no bem de todos.

Entendida a escola como espaço de apropriação da cultura humana produzida historicamente e como instituição que provê a educação sistematizada, sobressai à importância das medidas visando a realização eficiente dos objetivos da instituição escolar, especialmente no que se refere ao processo de integração.

Educação

A educação de qualidade é o meio adequado e inerente ao desenvolvimento humano em busca de sua autorrealização. Nesse sentido, há muito tempo, a educação está tentando aprimorar a qualidade do ensino, com muito estudo, muita dedicação e muitas frustrações. O que está em causa, é a proposta de situações educativas que possam ser percebidas pelos diversos públicos como significativas e pertinentes.

Educação é a ação de instruir, de ensinar, de criar, é um processo que pode ocorrer em diferentes momentos e lugares, a qual se distingue dependendo do lugar em que acontece. Ela pode ocorrer na família, na escola, no lazer, no trabalho, na mídia, ou seja, nos diferentes espaços de construção de conhecimentos e valores de convívio social.

De acordo com a Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9.394, de 1996, Art.1º - a educação compreende diferentes processos formativos, os que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos estabelecimentos de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Percebe-se através dessa lei, que há o reconhecimento de que a educação ocorre em diferentes instâncias, contudo, ela predomina e regulamenta a educação escolar, a qual se desenvolve por meio de instituições próprias.

A educação escolar se difere das outras por suceder-se de forma intencional, planejada e continuada para os alunos da educação básica³. Conforme Art. 2º da LDB Nº 9.394, de 1996, ela tem como finalidade o desenvolvimento integral do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Aprendizagens também acontecem mesmo que não haja a intenção de educar, sendo por meio das situações presenciadas e das experiências vividas pelo sujeito ao longo de sua vida. O ser humano está em constante evolução e esse desenvolvimento é entendido como as mudanças que ocorrem num indivíduo desde a concepção até sua morte. Segundo Gallardo (2004), o desenvolvimento humano provoca modificações no comportamento e na estrutura no sujeito, no tempo. Segundo ele, a criança se desenvolve nas áreas: cognitivo, afetivo, motora e social, para facilitar e compreender as funções mais complexas. Sendo assim, o desenvolvimento da criança ocorre plenamente, e continuamente relativo à idade cronológica.

O desenvolvimento infantil depende da interação com o meio em que vive. Conforme Vygotsky (1998), a criança se desenvolve após aprender os saberes. Contudo, o ser humano se desenvolve a partir do que aprendeu e construiu socialmente na sua trajetória. O que é importante ser levado em conta é que a criança viva situações favoráveis a aprendizagem pretendida, uma vez internalizada a informação, torna-se mais complexa a desconstrução da mesma. É vantagem e mais fácil ensinar a criança o que é certo do que modificar a informação que já internalizou.

O ser humano por ser racional se difere dos outros seres. Suas funções neurológicas se desenvolvem no decorrer dos primeiros anos de vida, os quais são essenciais para seu desenvolvimento como um todo. A criança no processo de maturação imerge no mundo das percepções, da comunicação, da forma, da abstração, do pensamento, da inteligência. Segundo Thums (1999), tudo ou

³ Educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, segundo a Lei Federal Nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Art. 21, inciso I.

praticamente tudo o que é armazenado na memória e na inteligência do ser humano decorre da vivência e aprendizado qualitativo do que sente. É importante ressaltar e levar em conta, que haja uma preocupação em proporcionar ao ser humano uma vida saudável.

Na vida escolar da criança, os pais devem ser parceiros, pois a educação começa no seio familiar, da qual partem dos conhecimentos previamente adquiridos, sendo esses importantes e devem ser levados em consideração na escola. O conhecimento dá-se a partir da ação e interação do sujeito com a realidade. Rejeitar as possibilidades de construção da identidade da criança constitui-se em uma dinâmica de ruptura entre as tradições familiares, as comunitárias e as escolares.

O amparo dos pais é importante na vida da criança. Conforme Heckman (2009), sem esse amparo, a criança dificilmente se motiva a aprender, o que tende a influenciar na vida escolar dela e comprometer seu sucesso no futuro. A criança adquire vários conhecimentos com sua família, mesmo que a criança ingressa na Educação Infantil no decorrer dos primeiros anos de vida, é importante que os conhecimentos familiares da criança sejam do conhecimento da escola e que essa, as valorize para que não haja uma ruptura rigorosa que possa afetar o emocional da criança.

Cada vez mais cedo é exigido da criança o ingresso à escola. No Brasil, a Emenda Constitucional N°59 (2009)⁴, prevê no Art. 208, Inciso I, a permanência obrigatória das crianças dos quatro aos dezessete anos de vida na escola. A emenda é significativa, porque é importante investir na criança desde os primeiros anos de vida. Conforme Heckman (2009), tentar sedimentar em um adolescente o conhecimento que deveria ter sido proporcionado a ele dez anos antes, custa mais e é menos eficiente. Portanto, quanto antes o conhecimento chegar à criança, maior será o efeito.

⁴ Art. 1º. Os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (NR)

O que preocupa na área da educação é a constante reforma na Lei de Diretrizes e Base. Além de várias reformas feitas em sua dimensão, no mesmo artigo foi feita outra retificação, Emenda Constitucional N^o59 (2009)⁵, Art. 208 Inciso VII, prevendo programas adicionais de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Os ajustes feitos são importantes uma vez que o Estado dá conta para por em prática o que estabelece em lei. É pouco o auxílio repassado de ambos os programas aos órgãos estaduais e municipais diante a necessidade existente. No entanto, é necessário que os deputados e senadores responsáveis pela lei maior tenham conhecimento do que estão propondo, para que seja respeitada e dê suporte para por em prática na íntegra.

A educação como sendo a base do desenvolvimento humano vem sofrendo turbulência na tentativa de obter avanços significativos em direção a uma formação mais qualificada nas diferentes áreas de concepção. São muitas as leis feitas que regem a educação, como também tem vários projetos e programas criados na tentativa de obter melhorias na área, mas enfrentam dificuldades em alcançar um retorno necessário e fundamental para a própria sobrevivência do homem, onde acima de tudo é imprescindível levar em consideração a essência dos valores humanos.

Na Escola de Educação Infantil devem ser levadas em consideração as condições necessárias para o desenvolvimento pleno da criança. Essa etapa é considerada a primeira da educação básica e tem como finalidade de acordo com o Art. 29 da LDB N^o 9.394, de 1996, o pleno desenvolvimento da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, (1998), na instituição de educação infantil pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens

⁵ Art. 1^o. Os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações:

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (NR)

que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. Assim, a aprendizagem do aluno ocorre de forma prazerosa da interação com o meio onde está inserido.

No ensino fundamental, a permanência do aluno na escola é inferior à etapa da Educação Infantil, conseqüentemente é reduzido o tempo de convivência entre aluno e professor. No processo educativo, considera-se relevante que o educador conviva com a realidade do aluno e tente compreender o contexto comunitário e social em que ele se insere. Como a escola só tem acesso direto ao educando durante as poucas horas em que frequenta suas atividades, esta aproximação da realidade extraclasse se torna cada vez mais dificultada.

A escola como entidade educativa não pode assumir sozinha a responsabilidade quanto à educação da criança e, neste sentido, fica claro que a escola e a família precisam compartilhar o processo de desenvolvimento sócio educativo, tendo em vista que este processo ocorra em momentos alternados entre a família e a escola, mas com objeto e objetivos comuns.

A vida em sociedade pressupõe a criação e o cumprimento de regras e preceitos capazes de nortear as relações, possibilitar o diálogo, a cooperação e a troca entre membros do grupo social. A escola, por sua vez, também precisa de normas orientadoras do seu funcionamento e da convivência entre os diferentes elementos que nela atuam, passando a ser compreendidas como condição necessária ao convívio social. Conforme Elias (1996), por intermédio das mudanças comportamentais da área afetiva que a escola pode cooperar para a definição dos valores e dos ideais que a relevam como instituição social. As relações humanas, embora complexas, são peças fundamentais na realização de mudanças em nível profissional e comportamental, não pode-se ignorar a importância da interação entre professores e alunos.

Criar as condições para a existência de troca de informações é uma característica permanente das escolas, aumentar a integração

faz parte dos esforços realizados para mudar o clima organizacional e conseqüentemente o clima social. A motivação é um meio fundamental para se concretizar a integração dos indivíduos, seja qual for este espaço. Conforme comenta Lück (2001, p. 46), “é o empurrão ou a alavanca que estimula as pessoas a agirem e a se superarem. A motivação é a chave que abre a porta para o desempenho com qualidade em qualquer situação, tanto no trabalho, como em atividades de lazer, e também em atividades pessoais e sociais”. A motivação é um processo de necessidades e satisfação do ser humano.

Enfim, pode-se considerar que a escola se configura em um espaço em que os alunos precisam interagir dialogicamente, opinando, debatendo, expressando-se e manifestando seus valores e atitudes, em um ambiente de respeito e cooperação. Garantir a estruturação destes espaços coletivos faz parte do trabalho do professor, pois é o responsável pela condução do processo de construção do conhecimento, o qual amparado pela equipe diretiva da instituição onde o aluno está inserido.

Educação, cultura e suas relações

Entendida a escola como espaço de apropriação da cultura humana produzida historicamente e como instituição que provê a educação sistematizada, sobressai a importância das medidas visando a realização eficiente dos objetivos da instituição escolar, especialmente no que se refere ao processo de integração cultural.

O ser humano em busca da autorrealização tem procurado aprimorar através das políticas educacionais a qualidade do ensino levando em consideração o respeito às diversidades culturais. No texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), percebe-se uma preocupação com a integração dos alunos no que se refere a valorização da diversidade cultural da população, tendo em vista que “o não reconhecimento da diversidade faz com que toda e qualquer situação que não esteja dentro de um padrão previsto seja tratada

como um problema do aluno e não como um desafio para a equipe escolar”.

A educação tem como missão garantir o conhecimento e a valorização da diversidade cultural constituída pela espécie humana e tomar consciência das similaridades e da independência entre os seres humanos do planeta. O ser humano, em relação a condição de descoberta do outro, necessariamente passa pela descoberta de si mesmo. Neste sentido, se reforça a importância da pesquisa autobiográfica, que leva a dar um novo sentido a vida pelo autoconhecimento e compreensão das individualidades de cada um.

O conhecimento se dá através da interação entre os seres humanos e se expande por meio das relações sociais para as diferentes culturas. Para que haja mudanças e resultados positivos em relação ao saber do sujeito é preciso recorrer às áreas de educação e cultura, as quais caminham lado a lado na vida do ser humano. Desde a concepção ele vai sendo inserido numa cultura que vai sendo transmitida através da educação. Conforme Laraia (2006), a cultura é vista como um processo que acumula resultante de toda a experiência histórica de gerações anteriores. Este processo estimula ou limita a ação criativa do indivíduo.

A cultura abrange todas as aptidões que um ser humano possa adquirir no decorrer da sua vida, as quais são passadas através da educação de geração em geração. Cada ser humano tem uma cultura, e essa, pode-se diversificar dependendo do espaço em que está inserida como também das convivências no seu dia a dia.

A partir da ação efetiva e interação do sujeito com a realidade a informação é obtida. Com a diversidade cultural, ensinar e aprender torna-se hoje, uma tarefa bastante complexa em todos os níveis de ensino, o que leva muitos professores a enfrentar dificuldades em desenvolver um ensino que favoreça uma aprendizagem significativa e eficaz. Está aí a importância de investir na criança desde os primeiros anos de vida.

Como a criança desenvolve seu cognitivo com intensidade nos primeiros anos de vida, é preciso valorizar a diversidade cultural

aproveitando a riqueza que ela traz dentro dela e aprender com as diferenças. Evitar que as crianças tornem-se seres homogêneos é o começo para o sucesso da educação.

As crianças, ao tentarem descobrir e conhecer o mundo, tornam-se sujeitos colecionadores de informações, atuam sobre o objeto sem considerar que sua utilidade seja obrigatória. Na ação infantil, vai se expressando assim, uma experiência cultural na qual ela atribui às coisas, fatos e artefatos diversos significados.

Considerando a cultura como uma particularidade intrínseca e singular do ser humano por saber desenvolver e modificar culturas, é de extrema importância o ser humano projetar alternativas que possam contribuir no desenvolvimento significativo do lugar onde está inserido, seja esse, de âmbito municipal, regional, urbano, entre outros, através de atividades que valorizem a preservação do patrimônio cultural e deem valor para a descoberta e desenvolvimento de competências dos estudantes.

O Brasil é um país imenso em área geográfica e as realidades são diversificadas. Atingir as metas de forma que haja uma educação de qualidade expressiva em toda dimensão, exige muita responsabilidade e comprometimento. Conforme Lück (2001), a motivação é o impulso que estimula o ser humano a agir e se superar. Ela é a chave que abre a porta para o desempenho com propriedade em qualquer situação que for, tanto nos afazeres, como em atividades de lazer, e também em atividades sociais e pessoais. Compreender a dinâmica geral da motivação é a essência para uma gestão eficaz.

Possibilitar é tornar possível... Ao questionar esta expressão vemos seu intenso significado. A vida é cheia de possibilidades, as escolhas são feitas de acordo com o contexto, desejos e ideais para tornar possível o que é almejado. Para atingir os objetivos que a educação escolar hoje sugere em relação à preservação do patrimônio cultural e o direito a manifestação das diversidades, numa perspectiva dialética, é necessária que o educador seja claro em seu compromisso social ao considerar o desenvolvimento integral dos sujeitos.

O trabalho docente é parte integrante do processo educativo global pelo qual os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social. De acordo com Libâneo (1994, p. 16), “a prática educativa é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades”.

Como a escola tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, é preciso haver estímulos para que as estratégias de ensino promovam o fortalecimento de vínculos entre ela e a comunidade em que o aluno vive e da qual compartilha valores culturais.

Cultura como elemento integrador social

A busca de um novo olhar sobre a educação vem trazendo reflexões acerca das condições que possam favorecer mudanças significativas na educação. Para a sociedade e membros atuantes em educação, a democracia da e na escola é o único caminho para reconstrução da escola pública.

O ser humano constrói sua identidade desde que nasce e vai adquirindo saberes juntamente com a família, o que é importante na sua vida, tanto na sua educação como no seu desenvolvimento. O tempo de convivência da criança em família varia dependendo onde a família reside e no que trabalha tornado-se necessário o envolvimento da família nas atividades escolares.

Para a realização de um trabalho eficiente, considera-se pertinente enfatizar, o quanto é importante o professor conhecer a realidade do aluno com qual vai trabalhar, propiciar momentos de acolhimento e integrá-lo ao grupo, articulando sua realidade com a realidade da escola. Percebe-se uma preocupação com a integração dos alunos, na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), destacando que a falta de acolhimento geralmente é originada pelo fato da escola não reconhecer a diversidade da população atendida em âmbito escolar, com a conseqüente diferenciação na demanda. Não conhecendo essa diversidade, faz

com que todas as situações que não estejam dentro de um padrão previsto, sejam vista como um problema do aluno e não como um desafio para a equipe escolar. Sem disponibilidade ou condições para considerar a diversidade dos alunos pode resultar em fracasso escolar, com consequências no plano afetivo, moral e social que geralmente acompanharão esses indivíduos durante sua vida, podendo causar exclusão social.

As diferentes deficiências encontradas na escola são reconhecidas nos (PCNs), e são, geralmente, conseqüentes de uma lacuna existente no sistema escolar. Não é levada em conta no currículo, a necessidade de acolhimento adequado dos alunos, considerando a realidade social de onde são provenientes.

Muito se debate sobre a importância de estimar os valores e costumes construídos pela criança na família. A ampla gama de conhecimentos construídos no ambiente escolar ganha sentido quando há interação contínua e permanente entre o saber escolar e os demais saberes, entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz de casa (PCNs, 1998).

O trabalho do professor em sala de aula, seu relacionamento com os alunos é expresso pela forma de relação que ele tem com a sociedade e com a cultura, e segundo Abreu & Masetto (1990), a maneira que professor age em sala de aula está fundamentada numa determinada concepção do papel do professor, o qual reflete os valores e padrões da sociedade. O modo de agir do professor em sala de aula colabora mais do que suas características de personalidade na aprendizagem adequada dos alunos.

Como o ensino não pode e não deve ser algo estático e unidirecional, devemos lembrar-nos de que a sala de aula não é apenas um lugar para transmitir conteúdos teóricos; é, também, local de aprendizado de valores e comportamentos, de aquisição de uma mentalidade científica lógica e participativa, que poderá possibilitar ao indivíduo, bem orientado, interpretar e transformar a sociedade e a natureza em benefício do bem-estar coletivo e pessoal. Nesse sentido nos lembra Grisi (1971), que toda aula, seja

qual for o objetivo a que vise, e por mais claro, breve, restrito, que este se apresente, tem sempre uma repercussão inevitável bastante ampla, no desempenho e no pensamento dos alunos.

A organização do ensino vem propondo que o planejamento seja desenvolvido através de temáticas significativas que sejam objeto de desejo de conhecimento de professoras e/ou alunos. Temáticas capazes de abrangerem disciplinas curriculares dando um novo sentido aos chamados “saberes não escolares” representativas das culturas da infância e juventude, tão negligenciadas pela escola. Neste sentido, torna-se importante o Projeto Político Pedagógico (PPP), numa escola, que é visto por Libâneo (2004), como um documento que reflete as intenções, os objetivos, as ações e as metodologias, indispensáveis à concretização do processo de escolarização de todos os alunos, sendo esse, a concretização das etapas do processo de idealização.

Uma instituição com o PPP já implantado, deve propor uma revisão e reformulação constante, pelo fato de poder melhorar alguns tópicos que não funcionam ou que já estão ultrapassados para a realidade da escola, como também incluir aspectos que reflete apenas na minoria do seu alunado. Conforme Caldieraro (2006), o projeto pedagógico da escola é somente uma oportunidade para que determinadas coisas aconteçam, entre as quais: tomada de consciência dos principais problemas da instituição, das possibilidades de solução e demarcação das responsabilidades coletivas e pessoais para extinguir ou suavizar as falhas detectadas.

A aprendizagem ocorre em diferentes espaços, não apenas nas escolas, no entanto, é importante que ela adote uma gestão que integre todos os segmentos da instituição para organizar o espaço educativo. Todos precisam estar engajados e comprometidos com a aprendizagem e evolução do estudante. Nesse sentido, a gestão democrática participativa é um exercício de cidadania, fundamental para o avanço da sociedade que planeja ser mais justa e igualitária. Conforme Luce e Medeiros (2006), a gestão democrática da escola pública é um processo em construção, alcançando seu objetivo na

medida em que, os pais, alunos e funcionários vão se apropriando dos problemas educacionais e contraem conhecimento da organização política e burocrática da escolar, da administração pública em geral e do conjunto de organizações contemporâneas.

A escola é vista como espaço de apropriação da cultura humana produzida historicamente e como instituição que provê a educação sistematizada, destaca a importância das medidas visando à realização eficiente dos objetivos da instituição escolar, especialmente no que se refere ao processo de integração cultural.

A essência do objeto de conhecimento é formada pelas relações humanas que só existe a partir de seu uso social. Entretanto, a partir de um intenso processo de interação com o meio social e através da mediação feita pelo outro, o sujeito se apropria da cultura e o conhecimento ganha sentido. Segundo Klein (1996, p. 94), “[...] para chegar ao objeto, é necessário que o sujeito entre em relação com outros sujeitos que estão, pela função social que lhe atribuem, constituindo esse objeto enquanto tal”. Para o autor, o conhecimento só existe quando se estabelecem relações humanas.

Contudo, é importante destacar que a interação social é um aspecto indispensável no processo de desenvolvimento do indivíduo. Para Vygotsky (1998), traz a ideia da mediação e da internalização. A interação entre as pessoas torna-se importante desde a infância, porque ela favorece a construção do conhecimento. Em decorrência desse envolvimento acentuado com o meio, a criança se apropria da cultura e estabelece um vínculo expressivo, que vai evoluindo desde as formas elementares do pensamento para as formas mais abstratas, servindo de auxílio para conhecer e controlar a realidade.

O processo de internalização submerge diversas transformações, colocando em relação o social e o individual. Conforme Vygotsky (1998), na criança, todas as funções de desenvolvimento aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, ou seja, entre pessoas (interpsicológica), e depois no nível individual, sendo esta no seu interior (intrapsicológica). Esses dados nos mostram com clareza que no processo de aprendizagem, a presença

do outro é fundamental. Por conseguinte, a mediação e a qualidade das interações sociais terão ênfase.

.A vida em sociedade implica na criação e o cumprimento de regras e princípios capazes de nortear as relações, possibilitar a cooperação, o diálogo e a troca entre os elementos do grupo social. A escola, por sua vez, igualmente necessita de normas orientadoras do seu funcionamento e da convivência entre os diferentes elementos que nela atuam, passando a ser compreendidas como condição indispensável ao convívio social.

Enfim, pode-se considerar que a escola se configura em um espaço em que os alunos precisam interagir dialogicamente, opinando, debatendo, expressando-se e manifestando seus valores e atitudes, em um ambiente de respeito e cooperação. Garantir a estruturação destes espaços coletivos faz parte do trabalho do professor, pois este é o responsável pela condução do processo de construção do conhecimento. Só esse não é repetido inicialmente.

Considerações finais

Conclui-se que cada indivíduo nasce com suas características, mas depende da interação com o meio para ir construindo sua identidade. Perante tal afirmativa, é fundamental que a sociedade se conscientize e reveja seus conceitos de convívio social começando pelos governantes que são a estrutura de todo o processo de integração social. A base deve servir de exemplo para a integração de uma convivência bem sucedida, para que a criança cresça em meio a exemplos favoráveis dos quais ela possa se apropriar e internalizar.

Para que o ser humano seja um adulto bem sucedido deve viver num espaço saudável e desenvolver as principais habilidades enquanto criança, nos primeiros anos de vida. Nessa fase a criança precisa receber estímulos propícios ao desenvolvimento cognitivo e emocional. A motivação é a condição essencial e favorece o desempenho da criança em suas atividades. Os efeitos positivos que

provêm da criança dependem da qualidade da educação que é proporcionada a ela.

É necessário que a escola realize um trabalho para envolver a comunidade escolar, a fim de compreender o processo ensino/aprendizagem ali desenvolvido e integrar as diferentes culturas que se deparam nesse espaço educativo. Os pais precisam se comprometer com a educação e juntamente com o filho buscar uma formação de qualidade. Quando a educação é valorizada pela família, as crianças se comprometem com a educação, veem sentido e as aprendizagens se efetivam de forma mais significativa.

A desestruturação das famílias é um problema significativo para a escola, que por sua vez não sabe onde buscar recursos suficientes para compreender a criança em seu contexto. A escola e a família devem buscar ações coordenadas para enfrentar e resolver os problemas. A insatisfação do ser humano é um dos maiores responsáveis pelo fracasso e atinge com mais intensidade os mais sensíveis, com a autonomia em formação.

Enfim, a aprendizagem da criança deve ser da responsabilidade de todos os envolvidos, o patrimônio cultural deixado pelos ancestrais e os exemplos que a cercam devem servir de estímulo em todas as circunstâncias. Não convém o adulto exigir da criança o que mesmo não é capaz de fazer.

Referências

ABREU, Maria C. & MASETTO, M. T. *O professor universitário em aula: Prática e princípios teóricos*. São Paulo. MG: Ed. Associados, 8ª ed. 1990.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pela Emenda Constitucional Nº59 de 11 de novembro de 2009, Art. 208, Incisos I e IV. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm> Acessado em 23 de out. de 2018.

CALDIERARO, Ires Parissoto. *Escola de educação básica: institutos legais, organização e funcionamento*. Porto Alegre: Edição da autora, 2006.

CANEDO, Daniele “*Cultura é o quê?*” - reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf> Acessado em 30 de junho de 2017.

CUCHE, Denys. *O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

ELIAS, M.D.C. (org) – *Pedagogia Freinet: Teoria e Prática*. São Paulo: Ed. Papirus, 1996.

Emenda Constitucional Nº59, de 11 de novembro de 2009.

GALLARDO, Jorge Sergio Pérez. *Educação Física: contribuições à formação profissional*. 4 ed. Ijuí: Unijuí, 2004.

GRISI, Rafael. *Didática mínima*. São Paulo: Ed. Nacional, 3ª ed. 1971.

KLEIN, L. R. *Alfabetização: quem tem medo de ensinar*. São Paulo: Cortez.1996.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LDB - *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* – Lei Nº 9.394, de 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo, Ed. Cortez, 1994.

_____. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5ª ed. revista e ampliada - Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LUCE, Maria Beatriz, MEDEIROS, Isabel Letícia de. *Gestão escolar democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2006.

LÜCK, Heloísa. *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. [et al.]. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2001.

HECKMAN, James Joseph. *O bom de educar desde cedo*. Ed. 2 116 - ano 42 - nº 23 Editora Abril: Veja, 10 de junho de 2009.

(PCNs): terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Brasília: MEC/SEF, 1998.

Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental SEF. Fevereiro, 1998.

THUMS, Jorge. *Educação dos sentimentos*. Porto Alegre: Sulina:Ulbra, 1999.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores*. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio dacultura*. Barueri, SP: Manole, 2007

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

Quando a administração pública se recusa a restaurar: o caso da IELB Redentor de Padre Eterno (Nova Hartz/RS)

*Vania Inês Avila Priamo*¹

Na página das Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil - UNESCO, encontramos o patrimônio cultural definido como “(...) o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações [...] é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade.” Sabendo que a definição de patrimônio foi se construindo ao longo da história, e que Choay (2001) busca a matriz deste pensamento no século XIV, daí se depreende que o entendimento sobre o que se constituiria como patrimônio foi se modificando ao longo dos séculos, conforme a sociedade foi também modificando sua forma de se entender no mundo, acompanhando as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que foram acontecendo. Este conceito foi, portanto, se atualizando e agregando outras dimensões, de tal forma que o então Ministro da Cultura Gilberto Gil, poeticamente afirmava em 2008, que

(...) pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial. (TOLENTINO, 2012, p.26)

¹ Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo. Brasil.

Houve, desta forma, uma transição do conceito de patrimônio entendido como um bem material que possuía uma arquitetura diferenciada ou era representativo de um fato histórico excepcional, representante das elites econômicas, políticas e religiosas, para um conceito que engloba o valor atribuído pelas comunidades, que inclui “as gentes”, como nos diz Gil, que inclui os saberes, os fazeres, as religiosidades. Isto se deu de forma gradual, fruto de disputas pelo direito às memórias, resultado de movimentos globais que se refletiam nos encontros cuja pauta era a temática do patrimônio e que eram organizados por organismos internacionais². Estes, através das Cartas Patrimoniais, de normas e recomendações faziam e continuam a fazer chegar aos países signatários as discussões e normatizações, influenciando a criação de legislação pertinente. Este patrimônio, então, para além da sua materialidade, inclui as memórias afetivas, as representações e é, ou deveria ser, mais inclusivo, representativo dos diferentes e diversos grupos culturais que convivem nos lugares, não apenas de uma elite economicamente preponderante.

Ainda que existam conceitos que diferenciem patrimônio imaterial e material, ainda que a existência de um conceito específico para designar patrimônio imaterial ou intangível seja entendido como um grande avanço, na medida em que dirige o olhar para os bens não materiais, é impossível, na prática, separar os dois. Entendo-os como as duas faces de uma mesma moeda, fica fácil compreender que o imaterial se dá a ver na sua materialidade, assim como o material justifica-se através da sua imaterialidade. Ou seja, na atualidade, um imóvel de interesse cultural poderá ser tombado não pela riqueza da sua arquitetura ou porque algum “ilustre

² Estes vêm sendo os principais organismos internacionais organizadores de eventos que debatem e ampliam os conceitos de patrimônio em nível mundial: Organização das Nações Unidas-ONU, Conselho Internacional para Defesa dos Monumentos e dos Lugares Histórico-Artísticos - ICOMOS, Conselho Internacional de Museu - ICOM, Organização das Cidades do Patrimônio Mundial- OCPM, Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO

membro” das classes mais favorecidas habitou o imóvel, ou mesmo pela sua antiguidade. Ele poderá ser reconhecido como patrimônio em função das memórias afetivas que ligam a comunidade àquele lugar, àquela edificação. Da mesma forma, um patrimônio imaterial como uma festa, por exemplo, se dá a ver através da materialidade presente nas roupas, nos rituais, na alimentação, nos instrumentos musicais. É, na prática, impossível dissociá-los. E desta forma é que se entende que patrimônio cultural é aquilo que a comunidade entende como tal, pois, como afirma Gonçalves (2002, p.121)

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação”, que funda a memória e a identidade.

Este empoderamento conquistado pelas comunidades lhes permite selecionar, ainda que informalmente, o que para aquele grupo será alçado à categoria de patrimônio, o que os representa e representa a sua memória. E isto não se dá sem disputas, sem conflitos, sem estratégicos esquecimentos e nem sempre se transforma em patrimônio cultural tombado (no caso do patrimônio material) ou registrado (no caso do patrimônio imaterial), ou seja, reconhecido como tal pelo poder público.

Nas cidades encontram-se os mais variados tipos de patrimônio cultural, uma vez que

[...] espaço urbano é o local, por excelência, onde se manifestam as permanências, as rupturas, as continuidades, as relações do antigo com o novo. [...] O patrimônio cultural faz parte desta dialética, constituindo-se numa ponte entre o passado e o futuro, a lembrar que a cidade é fruto de uma complexa construção histórica”. (GOELZER, 2004, p.13)

É a identificação da comunidade com o bem cultural que vai facilitar a permanência do mesmo na malha urbana, ou a sua exclusão. É muito frágil a vida de um bem patrimonial tanto material quanto imaterial. A especulação imobiliária - que é o principal dos interesses econômicos presentes quando o assunto é patrimônio edificado, a falta de conhecimento sobre o bem, a falta de legislação protetiva estão sempre a rondar estes patrimônios, se colocando como fortes ameaças a sua existência. O poder público tem uma ação pouco efetiva, não ultrapassando, em geral, os limites de escassas e pouco eficazes leis de proteção. Falham amplamente quando o assunto é Educação para o Patrimônio e via de regra estão mais alinhados aos interesses econômicos do que com os do patrimônio. Desta forma, quando uma comunidade ou um grupo de pessoas abraça um bem de interesse cultural e tem o firme propósito de mantê-lo, isto precisa ser valorizado, apoiado, ajudado. Quando há identificação da comunidade com tal bem, quando as memórias afetivas promovem o encontro do coração do grupo com o bem, podemos ter a certeza de que aumentam substancialmente as chances de que ele de fato seja preservado. Eis por que se afirmar que o patrimônio cultural favorece o sentimento de identidade e fortalece o sentimento de pertença ao lugar.

Porém, somente a ligação afetiva da comunidade com o bem, somente a valor atribuído por esta comunidade a um bem que conhecem, que sabem da sua história, do seu valor de memória é incapaz de efetivamente manter este bem preservado. Há que se pensar na questão financeira que envolve a preservação do patrimônio cultural. De uma forma geral o valor de antiguidade, sua permanência no tempo e na história daquela cidade ou daquele local estão presentes nestes bens. Por isso, se faz necessário pensar em restaurá-los para manter sua estrutura física em condições de segurança e de uso. Uso este que pode ir da habitação, do comércio, ao uso cultural e religioso. Ou seja, um bem cultural preservado, restaurado, não precisa necessariamente perder sua função original. E aí, especialmente em pequenos municípios e em bens culturais

não eleitos pelas mídias e nem pelos interesses econômicos como representativos, que as administrações públicas se fazem necessárias para tomar a frente na organização de políticas públicas voltadas para a preservação e proteção do patrimônio, bem como em projetos de captação de recursos via leis de incentivo à cultura, tanto no âmbito federal quanto no estadual.

É neste ponto que há o encontro entre a reflexão acerca do patrimônio cultural e de sua preservação e o objeto estudo de caso do presente artigo: a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) Redentor, de Padre Eterno (Imagem 1 e 2), localizada na zona rural do município de Nova Hartz/RS³. A igreja foi construída a partir da doação de um terreno de cinco mil metros quadrados feita pelo casal Jacob Müller Sobrinho e Paulina Müller, no dia 19 de junho de 1941 (MÜLLER, 1941), com o registro oficial, através de escritura de doação, ocorrendo somente em 20 de outubro de 1949 e realizada pelo escrivão José Antonio Oliveira Neto, do Cartório de Araricá, então 6º distrito de São Leopoldo.⁴ (FICHA de Registros, 1949)⁵. Fredolino Dias⁶ foi procurador de Jacob Müller Sobrinho, por motivos que ainda desconhecemos. Leopoldo Müller⁷ era então o presidente da comunidade.

A partir do momento em que houve a doação da área para a construção da igreja e do cemitério, a comunidade se mobilizou para angariar os recursos necessários para tal, sem esperar pela formalização da doação no Cartório de Registros. De acordo com os manuscritos do João Winterle (Entre 1946 e 1954), a capela foi inaugurada no dia 13 de fevereiro de 1944. O Pastor faz ainda um

³ Cidade de 19.000 habitadas, localizada na região metropolitana de Porto Alegre, no Vale do Rio dos Sinos, colonizada por imigrantes alemães e seus descendentes, a partir de 1848.

⁴ Registrado sob nº 415, Livro de notas nº 7, Folhas 62/63 e no Registro de Imóveis de São Leopoldo sob o nº 21618, Livro 3AA, folha 12

⁵ Os documentos utilizados neste artigo, referentes a história da IELB Redentor, de Padre Eterno encontram-se na IELB Emanuel, Rua Emilio Jost, 191, Centro de Nova Hartz. Também se encontram digitalizados no Museu Histórico de Nova Hartz, Rua Emilio Jost, 53, Centro de Nova Hartz.

⁶ Industrialista (escrita conforme registro consultado), casado, residente em Araricá.

⁷ Agricultor, casado.

relato da história inicial desta comunidade, remetendo as já tão estudadas disputas, ou rivalidades entre os pastores e as comunidades. Escreve Winterle, nas crônicas da comunidade, que no mês de agosto de 1941, 17 famílias da localidade que estavam descontentes com o pastor da “Igreja do Sínodo Riograndense”, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB que atendia aos moradores. Procuraram, então, o pastor Edmundo Neumann⁸, pedindo o “serviço” da Igreja Evangélica Luterana do Brasil -IELB. Portanto, a igreja foi construída já sob a filiação ao Sínodo Missouri.

Imagem 1 – Vista da igreja a partir da vista da divisa com Sapiranga



Fonte: Fonte: Jorge Luis Stocker

⁸ De acordo com o Livro de registros da IELB Emmanuel de Nova Hartz, o pastor Edmundo Neumann foi responsável pela IELB Emmanuel, que na época em questão pertencia a localidade de Arroio da Bica/ São Leopoldo, em duas ocasiões: de 1921 a 1933 e depois de 1935 a 1942, quando então assumiu o pastor João Winterle.

Imagem 2 – Vista da igreja a partir do cemitério



Fonte: Fonte: Jorge Luis Stocker

Os Estatutos foram aprovados em 5 de março de 1946, oficializando a nova comunidade que foi denominada Comunidade Evangélica Luterana do “Redentor” de Fazenda Padre Eterno, cujo pároco era o reverendo João Winterle (ESTATUTO, 1946). Na Ata da Assembleia Geral, do dia 26 de dezembro de 1949, o tesoureiro Fredolino Dias comunicou à comunidade que a escritura do terreno em que se encontrava a igreja e o cemitério havia sido passado para o nome da comunidade, visto que os estatutos já se acham registrados. (ATA, 1950).

Então, uma das primeiras questões surgidas pela equipe que avaliava as condições da igreja, foi o que levou a edificação a um estado tão avançado de deterioração, visto ter sido construída há menos de 70 anos e a resposta surgiu ao escutar os moradores e prestar atenção no momento histórico da data da sua construção.

A fragilidade da construção da igreja está relacionada ao período histórico em que foi construída: o da Segunda Guerra Mundial. Juntando-se ao contexto de carência de material de construção desta época, temos como fatores a se somar a dificuldade de angariar recursos para a construção e o fato dela ter sido edificada sem que

houvesse um projeto arquitetônico para isso. O que geralmente acontecia nas localidades de interior com poucos recursos econômicos, é que a diretoria escolhia um modelo já conhecido, desenhava isso em um pedaço qualquer de papel e decidia junto com os construtores (entenda-se pedreiros) como se daria a construção. No caso da igreja em questão, a estrutura do alicerce não foi proporcional a dimensão da mesma, e o tipo de solo presente também não foi levado em conta. O resultado destes fatores todos é uma série de problemas estruturais que estão colocando em risco a integridade física da igreja, que corre o perigo de desabar (PRIAMO, 2016)

Se hoje menos de uma dezena de famílias moram na localidade e a comunidade possui poucos membros, não chegando ao número de 10, no passado a igreja era o centro de uma comunidade pujante, que possuía escola (Imagem 3) chamada Escola Municipal Encruzilhada⁹ e serraria movida a roda d'água (Imagem 4), localizada no Arroio Hospital¹⁰, só para exemplificar. Muitas famílias que viviam da agricultura familiar moravam nas proximidades da igreja e isto justifica a necessidade de um templo para atendimento espiritual dos moradores.

Imagem 3 – Remanescente da serraria



Fonte: Acervo digital do Museu Histórico de Nova Hartz

⁹ Assim chamada por estar localizada na encruzilhada, ou seja, no entroncamento entre duas estradas rurais.

¹⁰ Localizado atrás da igreja e que hoje é a divisa entre os municípios de Nova Hartz e Morro Reuter.

Imagem 4 - Inauguração da Escola Municipal da Encruzilhada



Fonte: Acervo digital do Museu Histórico de Nova Hartz

Desta forma, esta igreja é o registro de um passado em que a vida em comunidade era pulsante no local, marca a forma como a religiosidade era vivida em toda a sua dinamicidade, que envolvia conflitos, disputas e fé. Marca o apogeu econômico e é ainda o centro das memórias afetivas dos moradores que ainda permanecem ligados a localidade e à igreja. Ali as famílias viveram momentos importantes de suas vidas social e religiosa, marcadas pelos casamentos, batizados, confirmações e as redes de compadrio que se produziam e se estreitavam através deles, bem como por momentos de tristeza, em que a comunidade se reunia para amparar, como no caso dos falecimentos. Os ciclos da vida e da morte eram vividos pelos membros das comunidades, em comunidade.

A aquisição do sino da Igreja e a construção da sua torre foi um momento muito esperado, pois desta forma mostrava para as comunidades vizinhas a prosperidade dos seus membros, bem como a sua capacidade financeira e de organização, aliadas à valorização da religiosidade. Organizava-se uma festa para inaugurar o sino, momento este em que alguém com mais condições financeiras se tornava “padrinho do sino”, doando um valor substancial à comunidade, para ajudar com as despesas da festa e da aquisição do

sino. A primeira torre a ser construída era em madeira (Imagem 5) e alguns anos mais tarde construiu-se a torre em alvenaria, que permanece inacabada até hoje. Segundo relato de moradores, construir a torre em alvenaria era motivo de orgulho para a comunidade.

Ainda que a igreja tenha sido construída em um período em que já não era mais proibido a construção da torre e a instalação dos sinos em igrejas não católicas, não era incomum que estes fossem feitos posteriormente, uma vez que as despesas com a construção do prédio, a aquisição dos bancos, altar, púlpito, entre outros tornava-se bastante oneroso para a comunidade. Então, de uma forma geral, assim que a comunidade acabasse a igreja, se mobilizava para aquisição dos sinos e a construção de uma torre em madeira, posteriormente substituindo-a por uma em alvenaria. Assim, o sino foi comprado no dia 07 de outubro de 1955 na Bromberg Comercial S.A, de Porto Alegre¹¹, transportado por um caminhão da mesma empresa: Bromberg Comercial S.A Transporte Rodoviário, no dia 20 de outubro de 1955 e posteriormente instalado na torre, permanecendo lá atualmente. Ele pesa, de acordo com a nota fiscal citada acima, 315 quilos “sem a armação”, contendo a seguinte inscrição: “O terra, terra, terra/Ouve as palavras do Senhor/Com.Evang.Lut.Redentor/De Fazenda Padre Eterno/1955” (BROMBERG Comercial S.A, 1955). (Imagem 6)

Conforme foi passando o tempo e a industrialização em Nova Hartz e região foi se ampliando, o número de moradores diminuiu muito na Fazenda Padre Eterno, pois as pessoas foram abandonando suas lavouras e indo para as cidades para trabalhar na indústria calçadista. As condições físicas da igreja foram se deteriorando (Imagem 7) a tal ponto chegando que o único espaço seguro para que os cultos fossem realizados, era na parte interna que se localizava embaixo do mezanino outrora utilizado pelo coral,

¹¹ Nota Fiscal número 43826

sob a torre da igreja (Imagem 8). Isto, por si só, demonstra a ligação da comunidade com a edificação

Imagem 5 - construção da torre em madeira



Fonte: acervo digital do Museu Histórico de Nova Hartz

Imagem 6 - Nota Fiscal da compra do sino.

BROMBERG
COMERCIAL S.A.

SEÇÃO DE MÁQUINAS
Rua Regista de Campos N.º 1204
PORTO ALEGRE - R. G. do Sul

2.ª Via
NOTA FISCAL Nº 43826
Em 7 de outubro de 1955

Ins. do Registro N.º 7438
Inscrição N.º 051

Ao(s) Sr(s): **COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA REDENTOR** Inscrição N.º **0202**
estabelecido(s) em **Fazenda Padre Eterno**, Estado do Rio Grande do Sul

remete as seguintes mercadorias:

Quantidade	Unidade	DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS	Preço Unitário	TOTAL
I	-	Sino de aço fundido c/bordão pesando cerca de 315 kgs. d 100,00 kgs. sem armação-		Cr\$ 31.500,00

INSCRIÇÃO: O terra, terra, terra,
Ome as palavras do Senhor
Com. Evang. Lut. Redentor
De Fazenda Padre Eterno,
1955

Esta nota é emitida de acordo com a legislação em vigor sobre as mercadorias atizadas por este estabelecimento.
Os artigos sujeitos ao abastecimento direto seguem devolução atizada ou acompanhamento dos respectivos atos.

Valor das mercadorias Cr\$
Imposto de consumo Cr\$
TOTAL DA NOTA Cr\$

AS MERCADORIAS SOMEM NOS SEQUENTES VOLUMES:
B R O M B E R G

MARCA Nº QUANT. PESO BRUTO PESO LÍQUIDO

11.18.303. - 5/53

Fonte: acervo digital do Museu Histórico de Nova Hartz

Imagem 7 - lateral da igreja



Fonte: fotos da autora

Imagem 8 - mezanino sob o qual o culto era realizado



Fonte: fotos da autora

Como foi possível deprender do relato acima, o templo foi sempre fruto da ação coletiva e do desejo da comunidade, que a despeito das dificuldades encontradas se sentiam responsáveis pela

sua manutenção, ao mesmo tempo em que ligados emocionalmente a ela.

Os fiéis que permaneciam frequentando a igreja, tendo os cultos celebrados embaixo do mezanino pelo pastor Sergio Neivert se mobilizou para tentar recuperar a igreja. Procuraram o Museu Histórico de Nova Hartz em 2008, reconhecido, então, pela comunidade como o lugar onde se buscava informações e apoio para a preservação do patrimônio. Nesta época, estava sendo executado um projeto de restauro da Padaria Sabor da Bica (uma casa enxaimel), numa parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, o Município de Nova Hartz e o proprietário. Muitas alternativas foram pensadas, até que se chegou à produtora cultural chamada Um Cultural, do Município de Novo Hamburgo, e começou-se a organizar a documentação e a comunidade para encaminhar um projeto de captação de recursos para o restauro do bem. O primeiro passo para que isso ocorresse dentro da legislação vigente era o tombamento da mesma, que depois de uma ampla pesquisa, tornou-se o primeiro bem tombado no município de Nova Hartz, através da portaria nº 1188, de 26 de dezembro de 2012. Este tombamento foi realizado a partir da mobilização dos poucos membros da igreja que ainda moravam nas proximidades da mesma e não se conformavam de ver a igreja caindo, uma vez que a edificação é um lugar de profundas memórias afetivas, religiosas e de comunidade. Ali seus antepassados foram batizados, receberam a Confirmação, se casaram, se despediram de seus entes queridos, uma vez que há um cemitério ao lado da Igreja. O valor histórico/cultural/religioso da Igreja não está, portanto, nem na sua antiguidade e nem na sua arquitetura, mas nas memórias afetivas que ela guarda. A possibilidade de captar recursos via Lei de Incentivo à Cultura do Estado RS – LIC foi bem recebida pela comunidade e equipe de trabalho formada pela então diretora do Museu e autora do presente artigo, por membros da Associação Amigos do Museu e Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Nova Hartz – COMPAC, de Nova Hartz e por membros da IELB

Emanuel¹² e da IELB Redentor de Padre Eterno, uma vez que a empresa interessada em patrocinar o projeto, pode abater 100% do ICMS, com uma contrapartida de 5% do valor investido para o Fundo de Amparo à Cultura do Estado, valor bastante inferior aos de projetos de captação para realização de festas populares, por exemplo, cuja contrapartida fica em 25%.

Até chegar-se a encaminhar o projeto de captação os desafios foram muitos. Um deles dizia respeito à documentação, uma vez que o estatuto era de 1946 e desde então não havia mais nenhum documento registrado e nenhum antigo membro da diretoria vivo. Como havia a necessidade de um responsável pelo imóvel, para assinar toda a documentação gerada pela elaboração do projeto, foi preciso um longo período para deixar em dia estes documentos e proceder a eleição da diretoria e posterior registro em cartório da “Comunidade Evangélica Luterana do Brasil (CELB) Redentor, de Padre Eterno”. O outro desafio não menos intenso foi o de convencer ao poder público de que naquele momento este era o bem de interesse cultural que deveria ser priorizado. Sensibilizar a administração municipal sobre a necessidade de investimento para elaboração deste projeto, com o apoio e a intensa participação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Nova Hartz – COMPAC, do Museu Histórico de Nova Hartz e do Pastor e membros da IELB Redentor e da IELB Emanuel, foi um trabalho árduo, uma vez que existem outros bens culturais de construção bem mais antiga na cidade. Foi compreendido pelo poder público que um bem é considerado patrimônio quando a comunidade assim o deseja e que nenhum outro bem no município contava com um grupo se mobilizando em sua defesa, como acontecia com a igreja. Outro ponto de discussão estava relacionado a sua localização: ela se dá no alto da região de morros que pertencem ao território de Nova Hartz, quase na divisa com os municípios de Igrejinha, Sapiranga e Santa

¹² Por se tratar de uma comunidade com número de membros muito reduzida, dentro da organização a Igreja, a IELB Redentor está ligada à IELB Emanuel, localizada no centro da cidade.

Maria do Herval. O poder público argumentava que havia outros bens culturais localizados mais próximos à região central e que isso poderia ser “usado” de forma mais efetiva num projeto de turismo cultural. Novamente o argumento de que patrimônio é o que a comunidade entende como tal e que o turismo poderia ser amplamente desenvolvido na região de localização da igreja, ampliando o projeto de turismo então existente e qualificando a vida dos moradores daquela região foi aceito. Sendo a igreja um bem público, ainda que pertencente a uma entidade religiosa, haveria menos entraves legais para restaurá-la. Para que projetos de captação de recursos via LIC sejam aprovados, é preciso que o responsável pelo imóvel emita um Termo de Compromisso de Finalidade Cultural, onde passa para o poder público o direito ao uso do bem após o restauro, por um período mínimo de 20 anos. A maioria dos bens inventariados pelo município são imóveis particulares e emissão deste documento tem grande resistência por parte dos proprietários. Este fato também foi usado para que a administração municipal entendesse que o restauro da Igreja do Padre Eterno era viável, importante e que traria resultados positivos do ponto de vista da cultura, da história, da memória e do turismo.

O projeto, então, teve como proponente a Associação Cultural de Nova Hartz, com coparticipação do Município de Nova Hartz, que pagou os custos da sua elaboração. O projeto arquitetônico foi produzido pela empresa Releitura Arquitetura & Restauro, que tem como responsável a arquiteta restauradora Enilda Maria Micelli da Silva e o projeto de captação de recursos o foi pela Produtora Cultural Um Cultural. Após um longo período de elaboração, o projeto de captação de recursos foi concluído e em novembro de 2015 foi protocolado na Secretaria de Estado da Cultura e aprovado pelo Conselho Estadual de Cultura- CEC em setembro de 2016, com fartas adequações ao orçamento inicial proposto, uma vez que foi aprovado somente 51% do valor solicitado. Isto exigiu uma nova etapa de adequação ao projeto, que por fim foi aprovado pelo CEC em fins de novembro de 2016, ao final do exercício da administração

2013-2016, impossibilitando que se desse início ao processo de captação de recursos.

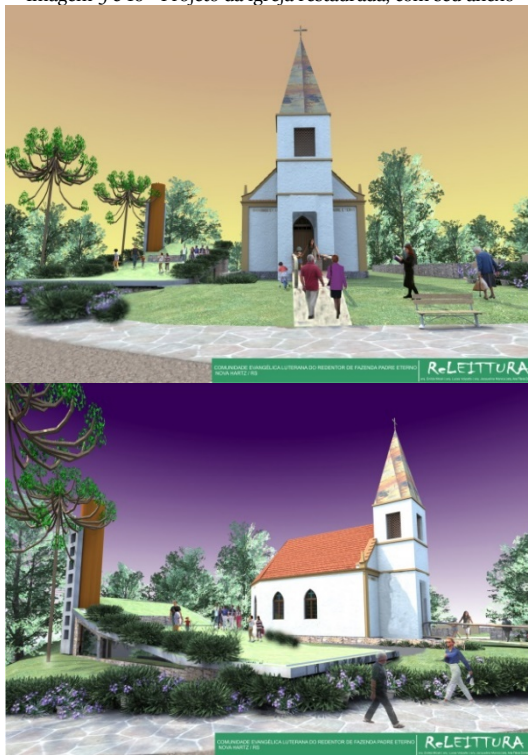
O projeto elaborado pela arquiteta Micelli encontrou soluções singulares para problemas difíceis. Da área doada oficialmente para a igreja, o que se tem disponível para ocupação atualmente é uma área bem menor, não chegando há 1/3 da inicial. A igreja, não conta com energia elétrica, água, banheiros e tampouco dispõe de um espaço como sala de reuniões ou uma cozinha. Todos estes problemas precisavam ser levados em conta e resolvidos, porém respeitando regras básicas do restauro, como, por exemplo, não impedir a visibilidade e respeitar a distância mínima entre o bem tombado e uma nova construção. Mas como fazer isso num espaço tão exíguo? A solução encontrada foi construir um espaço subterrâneo (Imagem 9 e 10), com cobertura verde, que não interferisse visualmente no bem tombado e que permitisse à comunidade fazer um amplo e qualificado uso do espaço, utilizando o reservatório de água como um mirante e a cobertura verde, em declive, podendo ser naturalmente utilizado como um palco em eventos culturais.

As etapas de consolidação, restauro e construção foram minuciosamente pensadas, pois como escreve LEAL (1977, p.16)

ao restaurador e conservador de monumentos e conjuntos históricos [...] cabe consolidar a obra arquitetônica, o quanto possível, fazê-la voltar ao seu estado de origem, mantê-la e preservar as condições de ambiência necessárias à adequada valorização. Para tanto utiliza-se da prévia análise dos seus elementos, dos indícios encontrados na obra ou fornecidos pela documentação pesquisada, da comparação com outras edificações do país ou do exterior.

E isto foi pensado neste projeto: consolidar sua estrutura física, manter o máximo possível seu estado de origem e respeitar sua ambiência, de forma que seu uso possa ser potencializado, uma vez que é uso que mantém um bem preservado.

Imagem 9 e 10 - Projeto da igreja restaurada, com seu anexo



Fonte: Releitura Arquitetura & Restauro

Assim que a administração 2017-2020 foi eleita, passou a ser procurada pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Nova Hartz- COMPAC e pela Produtora Cultural Um Cultural, na busca de construir um canal de diálogo para que o processo pudesse ter andamento. Sem demonstrar interesse em dialogar sobre a captação de recursos e a contrapartida da prefeitura, a administração continuou a ser procurada, tendo sido agendada uma reunião entre o grupo envolvido no processo, a empresa de captação e o COMPAC em março de 2017. A administração então demonstrou seu desprezo pelo tema, colocando fora de questão a contrapartida de R\$35.000,00¹³ para o restauro da igreja, em detrimento de outras

¹³ Valor correspondente a contrapartida da prefeitura no projeto de captação de recursos.

demandas municipais. Não houve mais nenhum avanço em relação a captação dos recursos para o restauro, o período legal para que o valor mínimo fosse captado expirou em novembro de 2018, e o projeto de captação perdeu-se. A administração municipal abriu uma outra discussão: a de que a igreja se localizava “(...)integralmente fora dos limites do território do Município de Nova Hartz” (NOVA HARTZ, 2018), impedindo a realização do restauro com recursos municipais. Ainda que houvesse um documento da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul, de 14 de agosto de 2018 (ESTADO do Rio Grande do Sul, 2018), afirmando que igreja estava integralmente dentro dos limites do território de Nova Hartz, a administração optou por manter sua posição, justificando, assim, sua recusa em captar recursos para o restauro. Uma matéria sobre a proximidade da expiração do prazo para captação foi veiculada no Jornal de circulação regional, o Jornal NH (2018) (Imagem 11). Na matéria, a administração além de reforçar as questões relacionadas ao investimento considerado alto, também justificou a falta de articulação para captar recursos pondo em dúvidas a validade do processo de tombamento, afirmando, de acordo com o Jornal, que “(...) a portaria [de Tombamento] não tem valor e não serve para a finalidade” (ERTEL, p. 12, 2018), mostrando desconhecimento da Lei Municipal nº 1577, de 29 de agosto de 2011, que dispõe sobre a Política de Tombamento do Patrimônio Cultural do Município de Nova Hartz, e que determina o processo a ser seguido.

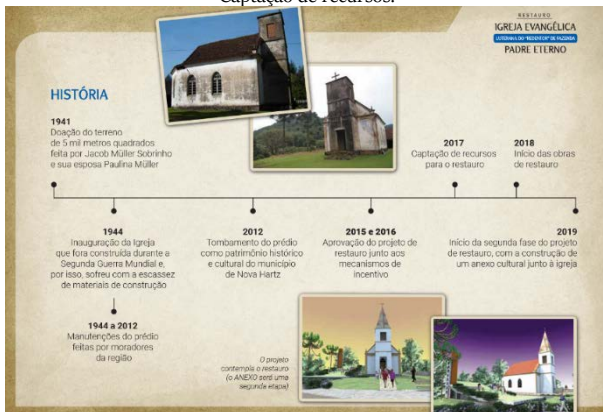
Imagem 11- Reportagem Jornal NH



Fonte: Jornal NH, 30/10/2018

Imagem 12 - Linha do tempo da IELB Redentor, parte do material de divulgação do Projeto de

Captação de recursos.



Fonte: Produtora Cultural Um Cultural

O Ministério Público recebeu denúncia, o processo está em andamento. Enquanto isso, a igreja corre sério risco de desmoronamento, uma vez que está dividindo-se ao meio, além de possuir graves problemas de infiltração, apodrecimento de telhado, forro, escadas, entre outros. A comunidade que acompanhava de perto o andamento do projeto, mostrando-se hora descrente e hora

esperançosa, agora perdeu a esperança de ver um bem cultural restaurado no município. Perdeu-se uma grande oportunidade de fazer a comunidade perceber a beleza, o encantamento e as possibilidades tanto financeiras, através do turismo cultural, quanto de reforço do sentimento de pertença e de valorização das memórias locais que o restauro pode trazer.

Huges DeVarine (2012) e Simão (2001) defendem fortemente que sem a participação da comunidade não é possível que um bem seja de fato preservado e que uma política pública eficiente de proteção e preservação destes bens aconteçam a contento. Pensando nisto, todo o processo teve participação intensa da comunidade, realizando-se, inclusive, reuniões onde ela comunidade fazia o relato do que considerava fundamental constar no projeto de restauro e de construção do anexo. Foi, aliás, um forte pedido da comunidade a construção do anexo, uma vez que sem ele se inviabilizaria o uso do espaço restaurado para além dos cultos e ainda assim de forma precária. Também foi com a participação da comunidade que foi construído o documento em que a administração pública, a Associação Cultural e Comunidade Evangélica Luterana do Brasil (CELB) Redentor, de Padre Eterno se comprometem a fazer uso regular do espaço, inclusive para atividades culturais, responsabilizando-se conjuntamente pela a manutenção do lugar. Este documento foi enviado como parte do projeto de captação de recursos protocolado na Secretaria da Cultura do Estado e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação. Neste momento, então, se espera em que medida o Ministério Público irá interferir para que a igreja seja restaurada.

Com Ítalo Calvino, encerramos o presente artigo lembrando que

A cidade [...] é feita [...] das relações do seu espaço e os acontecimentos do seu passado. [...] Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito no ângulo das ruas, na grades das janelas, no corrimão das escadas, nas antenas dos pararraios (sic), nos mastros das bandeiras, cada

segmento riscado por arranhões, serraduras, entalhes, esfoladuras [...] (CALVINO, 1990).

O bens culturais restaurados são peças fundamentais para que estas relações do passado com o presente não se rompam e a memória não deixe de fluir.

Referências

ATA de Assembleia. Igreja Evangélica Luterana do Brasil Redentor, de Fazenda Padre Eterno. 1950

BROMBERG Comercial S.A. Nota Fiscal nº43826. Porto Alegre, 1955.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. SP: UNESP, 2001.

ERTEL, Débora. *Restauração da Igreja Longe da Realidade*. Contrapartida municipal trava a reforma em Nova Hartz. Jornal NH. Novo Hamburgo, 30 de outubro de 2018, p. 12.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Ofício nº 443/2018 GAB/APGG. 14 de agosto de 2018. Porto Alegre.

ESTATUTOS da Comunidade Evangélica Luterana do “Redentor”, de Fazenda Padre Eterno. São Leopoldo, 1946.

FICHA de Registros. *Doação de Terras de Jacob Müller Sobrinho à Comunidade Evangélica Luterana Redentor*. São Leopoldo, 22 de Novembro de 1949.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e Cotidiano: os Patrimônios Culturais Como Gênero de Discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *CIDADE: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 30 julho 2012.

LEAL, Fernando Machado. *Restauração e Conservação de Monumentos Brasileiros*. Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 1977.

MEIRA, Ana Lucia Goelzer. *O passado no futuro da cidade*. Políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. POA: UFRGS, 2004.

MÜLLER, Jacob. *Declaração de doação de terras*. São Leopoldo. 19 Jun 1941.

NOVA HARTZ. Certidão de Localização nº 035/2018. 27 de abril de 2018.

PRIAMO, Vania Inês Avila. *Quando a comunidade decide que é preciso proteger: o caso da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) Redentor de Padre Eterno*, em Nova Hartz/RS Revista do CEPA. V.33, N.45 Revista Digital. UNISC. 2016. Disponível em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepa/article/view/8624/5438>> Acesso em 04 Maio 2019

TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialRef_lexoesEPraticas_ct1_m.pdf>. Acesso em: 04 Maio 2019

UNESCO Brasil. *O Patrimônio: legado do passado ao futuro*. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>. Acesso em 04 maio 2019.

WINTERLE, João. *Notas para a Crônica*. São Leopoldo, [Entre 1946 e 1954]

Política, Sociedade e Economia

**Cultura de massas e a significação autônoma
do propósito formativo da educação escolar:
um estudo com alunos de EJA à luz das
definições de autonomia e cultura de adorno**

*Amanda da Silveira Duarte*¹

*Raphael da Silveira Duarte*²

*Sérgio Guilherme dos Santos Portella*³

Uma das questões mais visíveis na escola pública hoje é a ampla massificação cultural que resulta numa troca totalmente sem significado de conhecimentos entre professores e alunos, assim sendo, a escola acaba funcionando como um instrumento do Estado para manter sua ideologia (DUARTE E OLIVEIRA, 2006).

Tomando como hipótese a insuficiência da prática de espelhamento do currículo da educação básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir da expectativa e necessidade dos estudantes trabalhadores, o presente estudo visa investigar as expectativas e necessidades dos estudantes da modalidade no município brasileiro de Osório, no estado do Rio Grande do Sul, e a percepção destes quanto ao papel da escola no suprimento das mesmas. Busca-se aqui, por conseguinte, Identificar e analisar, com base nos conceitos de Adorno a respeito de cultura de massas, indústria cultural, esclarecimento e dialética negativa, os

¹ FACCAT/Torres/Brasil.

² IFRS/Osório/Brasil.

³ IFRS/Osório/Brasil.

aspectos socioeconômicos desses estudantes e confrontá-los com dados econômicos do município.

A pesquisa foi realizada em duas etapas, sendo uma delas o diagnóstico econômico do município de Osório, baseado em informações obtidas junto à Prefeitura Municipal de Osório (PMO), através de questionário respondido pelo titular da pasta da Secretaria de Desenvolvimento e Turismo (SDT) no ano de 2015 e de dados consultados no *website* da PMO. A outra etapa da pesquisa foi realizada em uma escola Estadual no município de Osório, que oferece ensino fundamental e médio regulares durante o dia e ensino fundamental e médio na modalidade EJA durante a noite. Foi aplicado um questionário com perguntas explanativas e perguntas objetivas de múltipla escolha visando investigar os aspectos socioeconômicos do público participante da pesquisa e sua visão sobre o papel da escola na sua formação intelectual e profissional.

Assim, o estudo aqui apresentado é composto por três capítulos, sendo encontrado no primeiro capítulo o embasamento teórico da pesquisa; o segundo capítulo é constituído pelo diagnóstico econômico do município; já no terceiro capítulo encontra-se o perfil socioeconômico dos alunos de EJA no município de Osório e sua percepção sobre o papel da escola em sua formação intelectual e profissional, confrontados com o diagnóstico econômico do município, no qual são apresentados os indicadores socioeconômicos dos estudantes de EJA no município de Osório.

I Definição de adorno à cultura de massas

Modernidade e a falha do projeto iluminista

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 19).

Diversos autores abordam o tema da modernidade, apresentando-nos uma variedade de recortes temporais parecidos, mas sem um consenso sobre o exato período entre seu início e fim. Para Berman (1986), a história da modernidade foi composta por períodos com grandes variações sendo ambígua e descontínua. O filósofo divide o período moderno em três fases, delimitadas pelo início do século XVI até o fim do século XVIII, pela Revolução Francesa e pelo século XX. O sociólogo Giddens (1991), caracteriza a modernidade como um estilo, costume de vida ou organização social surgidos na Europa a partir do século XVII e que se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.

O auge da modernidade (a era das revoluções), para o historiador Hobsbawm (2015), foi o período histórico iniciado com a construção do primeiro sistema fabril do mundo moderno em Lancashire e com a Revolução Francesa de 1789, e encerrado com a construção de sua primeira rede de ferrovias e a publicação do Manifesto Comunista, em 1848.

Delimitar um período exato para a modernidade não é tão importante aqui quanto tratarmos do projeto da modernidade, dos ideais por ela propagados. Na modernidade prevaleceram os ideais iluministas conhecidos pela busca, por meio do saber, em livrar o homem do medo e fazer dele senhor, livrar o mundo do feitiço, dissolver os mitos e anular a imaginação (ADORNO, 1999).

Para Hobsbawm (2015) o pensamento "esclarecido" do iluminismo tinha por objetivo a libertação do indivíduo da ignorância imposta na Idade Média, da credence das igrejas, da irracionalidade que classificava os homens em posições inferiores e superiores conforme critérios irrelevantes. Os iluministas usavam a máxima "*Liberdade, igualdade e fraternidade*", também adotada na Revolução Francesa, e acreditavam no progresso através do conhecimento e da técnica.

Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do

entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo. (KANT, 1784, p. 01)

Ficam evidentes nas linhas acima os pontos principais pregados pelo projeto iluminista, libertação do homem e desmistificação do mundo através do esclarecimento. Para o iluminismo o esclarecimento levaria à liberdade, igualdade e à fraternidade.

Mas Adorno (1999) mostra que esse projeto falhou. A liberdade, a igualdade e a fraternidade não foram alcançadas e, assim, o esclarecimento se fez infértil. Pior, levou a humanidade a uma nova espécie de barbárie. Segundo o autor, o iluminismo mostrou-se tão totalitário como qualquer outro sistema, com um saber baseado na técnica desenvolveu o capitalismo, cujo método é a exploração do trabalho dos outros. Fez-se contraditório aos princípios iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens. Para ele o esclarecimento iluminista, na intenção de neutralizar o desconhecido, se fez um “mito”, levando o homem a dominar a natureza, mas tornando-o alheio a ela, distanciando sujeito e objeto.

O mínimo rastro de sofrimento sem sentido experimentado no mundo infringe um desmentido a toda a filosofia da identidade que gostaria de desviar a consciência da experiência: “Enquanto ainda houver um mendigo, ainda haverá mito”; é por isso que a filosofia da identidade é, enquanto pensamento, ideologia. O momento corporal anuncia ao conhecimento de que o sofrimento não deve ser, de que ele deve mudar. (ADORNO, 2009, p. 173)

O domínio da natureza pelo homem leva ao domínio e exploração do homem pelo homem. O esclarecimento, por um lado, pela identificação entre formação e trabalho produzida pelos

materialismos pré-crítico e crítico, permitiu que o domínio de uns sobre parcelas da natureza se justificasse como domínio sobre outros enquanto justificativa do progresso e civilidade humanos. A superação da luta de classes foi relevada à utopia. Por outro lado, a reflexão idealista possibilitou a admissão ingênua da prática histórica perversa que tão somente reescreve a natureza, fazendo com que o sujeito desaperceba sua prática como formativa da própria identidade e seja dominado (ADORNO, 1999).

Eles [Marx e Engels] se apropriaram da convicção hegeliana segundo a qual existem, no desenvolvimento histórico, estruturas dinâmicas e tendências supraindividuais, mas rejeitaram a fé numa força espiritual autônoma que opera segundo a história. Segundo eles, não existe na base da história, nem vem expressar-se na história, nada que possa ser entendido como sentido universal, como força unitária, razão motriz, *telos* imanente (HORKHEIMER, 1980: 15).

O não-idêntico que determina o idealismo de dentro segundo o critério de identidade é ao mesmo tempo o oposto de seu princípio, oposto que ele em vão assegura dominar. Certamente, sem nenhum saber proveniente do exterior, sem um momento de imediaticidade, se quisermos assim, sem a intervenção do pensamento subjetivo que vê além da estrutura da dialética, nenhuma crítica imanente é capaz de atingir o seu fim. Justamente o idealismo não pode vituperar esse momento, o da espontaneidade, uma vez que ele próprio não existiria sem ele. O idealismo, cujo próprio núcleo chamava-se espontaneidade, é rompido pela espontaneidade. (Adorno, 2009: 183)

Bauman (1999) reforça o pensamento de Adorno, explicando que o projeto filosófico e político da modernidade foi o medo do vazio, sendo esse vazio a ausência de um padrão universalmente obrigatório. Esse foi o motivador que levou os poderes sociais a postularem uma sociedade padronizada, guiada por uma razão universal, necessitando, para tanto, combater e eliminar tudo o que fosse diferente e não se adequasse a essa nova sociedade. E, com

isso, possibilitou as barbáries ocorridas em Auschwitz e também nos Gulags (ADORNO, 1999; BAUMAN, 1999).

Muito antes das barbáries mencionadas acontecerem, Marx e Engels (2010) já avisavam sobre os perigos da sociedade moderna: esta, ao gerar, como que por encanto, meios de produção e de troca tão poderosos, igualou-se ao feiticeiro que não é capaz de controlar as potências demoníacas por ele invocadas.

Para Bauman (2001), nos dias atuais ainda vivemos sob a modernidade e o projeto iluminista. Para o autor, apesar de algumas diferenças, a sociedade que entra no século XXI não é diferente da que entrou no século XX. O autor sustenta que nos dias atuais ainda impera a incessante e sempre incompleta busca pela “modernização”, para um sujeito ser moderno ele precisa estar sempre à frente de si mesmo, sendo sempre um projeto não realizado. Essa é a lógica da sociedade econômica moderna, onde tudo gira em nome da competitividade ou da produtividade.

A sociedade econômica moderna teve sua formação no final da Idade Média, com a transição do modo de produção feudal. A produção, que antes era voltada à subsistência ou ao escambo e tinha nos meios de trabalho (terra, instrumentos agrícolas, oficina, ferramentas) um mecanismo individual, pelo capitalismo converte-se no trabalho assalariado, dada a impossibilidade de competir com a alta produção industrial. O modelo antes caracterizado pela concomitância entre uso e propriedade dos meios de produção pelo produtor, assim, converte-se na produção em larga escala, pela concentração dos meios de produção e pelo resultante divórcio entre meios de produção e produtores (ENGELS, 1999).

Marx e Engels (2010) explicam que o capitalismo - responsável pela supressão das classes sociais feudais e pelo estabelecimento das classes modernas, burgueses (capitalistas, detentores dos meios de produção, classe dominante) e proletários (trabalhadores, detentores da força de trabalho, classe dominada) - necessita de uma constante revolução nos instrumentos de produção, relações de produção e relações sociais. Assim,

aperfeiçoando rapidamente os instrumentos de produção e de comunicação, a burguesia domina um mercado progressivamente global e único.

O Estado moderno, para Marx e Engels (2010), funciona como gestor dos negócios da burguesia. Engels (2006) expande esse conceito ao mostrar que o Estado serve às classes dominantes desde sua origem e que a criação do mesmo foi dada com o propósito de manter o domínio de uma classe sobre a outra. Ao refletirem sobre esses conceitos, Gramsci (2011) e Althusser (1980) proveram a caracterização dos meios utilizados pelo Estado para manutenção do poder da classe dominante.

Em seu conceito de Estado, Gramsci (2011) o caracteriza como utilitário de duas forças, uma a considerada por ele como “Sociedade política” (onde se enquadram os aparatos administrativos e repressivos), e outra que o autor caracteriza como “Sociedade civil”, uma força de Estado privada exercida por organizações como igrejas, sindicatos, escolas, etc.

Althusser (1980) complementa o conceito de Gramsci (2011) definindo as forças do Estado como “aparelho repressivo de estado” (equivalente à “sociedade política” de Gramsci) e “aparelhos ideológicos de estado”. O autor classificou os aparelhos ideológicos de estado como religiosos (diferentes Igrejas), escolares (redes públicas e privadas), familiares, jurídicos (pertencentes, simultaneamente, aos aparelhos repressivos e aos sistemas ideológicos), políticos (o sistema político, os diferentes partidos), sindicais, culturais (Letras, Belas Artes, esportes, etc.) e meios de informação (a imprensa, o rádio, a televisão), etc. Seja pelo formato repressivo dos aparelhos tradicionais do Estado, seja pela orientação das vontades pelos “aparelhos ideológicos” estatais, noção de Althusser que antecipa a compreensão biopolítica foucaultiana do controle dos corpos, o ponto seria perceber a “mecânica” estatal voltada à bipolarização da sociedade dentre os que produzem e os que usufruem da produção alheia.

Todo aparelho ideológico de Estado, segundo Althusser (1980), objetiva, cada um de sua maneira, a reprodução das relações de produção. Isto é, busca a manutenção das relações de exploração capitalistas. Aí está o ponto principal abordado por Adorno (2002) em relação à indústria cultural, que para ele é um instrumento da burguesia para sua manutenção e expansão de seus domínios. O autor sustenta que a burguesia se vale de uma indústria cultural, com atuação em diferentes meios, para moldar o espírito e os sentidos dos homens de forma que estes se adaptem cada vez mais aos processos de trabalho e ao funcionamento do sistema capitalista. Assim, todas as mídias seguem os padrões dessa indústria, cujos produtos são consumidos como “entretenimento” e fazem parte de um gigantesco mecanismo econômico que é capaz até de transformar trabalho e lazer em pares complementares de um grande mecanismo de gestão de vidas humanas.

Na medida em que a indústria cultural faz do lazer uma extensão do trabalho, ela o torna uma necessidade para os sujeitos. E essa necessidade leva à substituição da cultura pelo lazer. Os espetáculos culturais são adaptados e transformados em diversão e, assim, tornados mais leves e fáceis de serem vendidos enquanto mecanismos criadores de necessidades e instrumentos de propaganda. (ADORNO, 2002)

É certo, para Vilela (2006), que a massificação da cultura se desenvolveu a partir da busca de novos mercados para aumentar o capital nos países desenvolvidos, mas essa não é sua única finalidade: no império da cultura de massa o quesito ideológico é mais forte e a dominação da consciência supera a dimensão econômica à medida que justamente a possibilita. A indústria cultural inculca nas massas a ideologia da classe dominante e leva a sua submissão ao mito do sucesso (que, diga-se, sequer é característico das elites). Daí resulta a transformação do homem em um ser genérico, pois ao mesmo tempo em que o individualismo é estimulado, extingue as individualidades (ADORNO, 2002).

Félix Guattari, pela influência psicanalítica que nutre sua obra, compreende o sistema capitalista como essencialmente vinculado à produção do desejo. O capitalismo procura constantemente renovar suas plataformas de influência sobre a produção das subjetividades, que, pela multiplicidade de influências a que estão submetidas, resultam em indivíduos singulares cada vez menos distintos entre si.

Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de devir, e através das quais devimos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo”. (Deleuze & Guattari, 1997: p. 67)

Todos os devires singulares, todas as maneiras de existir de modo autêntico chocam-se contra o muro da subjetividade capitalística”. (Guattari & Rolnik, 1986: p. 50)

Em suma, pode-se dizer que através da indústria cultural a sociedade econômica moderna, ao invés de libertar os sujeitos, apenas troca a enganação mítica pela enganação do consumo mitificado. Assim, o esclarecimento tão propagandeado pelos ideólogos iluministas é substituído pelo lazer, através do qual a indústria cultural manipula as massas e as faz reféns do capitalismo sem que assim se sintam. Por fim, além de criar sujeitos incapazes de questionar as desigualdades desse sistema, a indústria cultural ainda cria os consumidores antes dos produtos, uma vez que ela dita os padrões de comportamento dessas massas. Vilela (2006), citando Adorno, sustenta que “o efeito da Indústria Cultural é o anti-esclarecimento”.

Para Bauman (2001), nos dias atuais ainda vivemos sob a modernidade e o projeto iluminista. Para o autor, apesar de algumas diferenças, a sociedade que entra no século XXI não é diferente da que entrou no século XX. O autor sustenta que nos dias atuais ainda

imperava a incessante e sempre incompleta busca pela “modernização”, para um sujeito ser moderno ele precisa estar sempre à frente de si mesmo, sendo sempre um projeto não realizado. Essa é a lógica da sociedade econômica moderna, onde tudo gira em nome da competitividade ou da produtividade.

II O diagnóstico econômico do município como fundamento da apropriação crítica escolar voltada para a cidadania

A cidade de Osório, que já foi chamada de Estância da Serra e de Conceição do Arroio, era conhecida na década de 1990 e até meados da década de 2000 como “a cidade das lagoas”, devido à quantidade de lagoas existentes em seu território. Quando se instalou no município o complexo de energia eólica, na época o maior da América Latina, o poder público municipal adotou como “marca” do município a expressão “Terra dos Bons Ventos”, em alusão tanto ao forte vento nordeste que sopra no município grande parte do ano, como ao referido complexo eólico. Assim é dada a identidade da cidade na atualidade⁴.

Osório possui uma exuberante geografia, sendo um lugar agraciado por dispor de serra, mar, lagoas, cascatas, formando belíssimas paisagens e fazendo da cidade um lugar muito atrativo para o turismo.

Além das características naturais Osório também dispõe de outros atrativos turísticos, sendo o principal deles o complexo de energia eólica que forma um lindo visual com seus aerogeradores instalados em uma região de vastos campos.

Fazendo uma análise crítica da geração de emprego e renda em Osório, diante das informações coletadas junto à Prefeitura Municipal de Osório (PMO), pode-se afirmar que o município vem desenvolvendo ações que podem impactar positivamente a geração

⁴Acessar: <https://www.sosma.org.br/blog/bah-tche-osorio-e-terra-dos-bons-ventos/>. Acesso em: 07/06/2015.

de emprego e renda no município, porém não está aproveitando ao máximo o potencial existente a tanto. Tal constatação pode ser feita quando analisadas as ações da PMO voltadas ao turismo, que são poucas e muito triviais em comparação com os recursos que o município dispõe para exploração turística.

Além da área do turismo, também há deficiências em outras áreas, como a área logística que é pouco explorada, apesar da localização estratégica do município, e na geração de postos de empregos mais qualificados, o que conseqüentemente aumentaria a renda da população.

Num âmbito geral, é notória a falta de planejamento da PMO quanto à geração de emprego e renda, o que acaba prejudicando ou desfavorecendo as ações já implementadas. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego apontam que no ano de 2014 houve redução de empregos em Osório, o que demonstra a necessidade de maior empenho da PMO para a geração de empregos no município.

As ações da PMO voltadas à geração de emprego vêm trazendo bons resultados para o município, com a concretização de atração de novas empresas e expansão das já existentes. Apesar disso, esses resultados poderiam ser melhores se houvesse maior planejamento e empenho da PMO para dar andamento em projetos importantes.

Para Matias e Costa (2009), o Estado tem no planejamento uma função básica, sendo o planejamento considerado um processo de tomada de decisões que resulta em um documento, o plano, que constitui-se do posicionamento do governo diante de um problema que lhe é apresentado, tornando-se uma política pública.

Outra questão que limita a geração de emprego e renda em Osório é a falta da atração de empreendimentos que necessitem de mão de obra especializada, como indústrias de tecnologia, que, conforme Rands (2012) elevariam a geração de renda no município e estimulariam a qualificação dos trabalhadores.

Quanto às ações da PMO voltadas ao empreendedorismo nota-se que a disponibilidade dos incentivos oferecidos é pouco divulgada pela PMO, não sendo encontradas informações nem no

website da prefeitura. Tal situação dificulta o acesso dos possíveis novos empreendedores aos incentivos, uma vez que não há a devida publicidade dos mesmos.

Quanto ao turismo, avalia-se que, apesar de o turismo esportivo compor a imagem do município, há a necessidade de maior aproveitamento de potencial. Desde uma maior integração entre as Secretarias de Desenvolvimento e Turismo (SDT) e de Juventude, Esporte e Lazer (SJEL), até o aproveitamento de estruturas já existentes, por exemplo, o aeroclube de planadores e as escolas de voo livre e *kitesurf*. Contribuem neste tópico a grande quantidade de praticantes e as condições propícias para *mountain bike*, as estruturas naturais existentes para a prática de *sup e surf*, e as pistas de *skate* existentes no município.

O turismo rural é outro nicho a ser explorado em Osório, visto que a cidade possui áreas rurais com produção agropecuária, que podem ser aproveitadas para exploração turística, sendo uma alternativa de geração de renda para os produtores rurais do município. O turismo cultural mostra-se outro eixo fértil. Uma maior atenção do poder público e incentivo na forma de divulgação para com as manifestações religiosas históricas da cultura municipal, como as *Festa do Divino* e dos *Maçambiques* permitiriam a ampliação do leque de opções culturais disponibilizado aos visitantes. Ainda, o turismo ecológico mostra grande potencial em Osório devido à diversidade de atrativos naturais desta cidade tão conhecida pelos morros com suas riquezas de fauna e flora e vistas exuberantes, pelas lagoas e praias.

Cabe igualmente notar que o setor turístico de Osório, no que trata ao planejamento por parte da PMO, não mantém integração da SDT com outras secretarias que realizam atividades que podem impactar o turismo no município, como as SJEL e de Secretaria de Agricultura e Pecuária (SAP). Além do mais, a ausência de um planejamento para o setor turístico em Osório compromete o sucesso dos programas e dos eventos com cunho turístico, uma vez que os mesmos são idealizados de forma individual, sem o emprego de uma

visão sistêmica, onde todas as ações seriam inter-relacionadas e contribuiriam para o alcance de um objetivo principal.

Conforme DOS ANJOS (2004), o planejamento turístico integra-se a outros processos de planejamento amplos, visando promover melhoria econômica, social e ambiental para o local envolvido e a visão sistêmica é indispensável para o enfrentamento de desafios de diversas ordens.

III Perfil socioeconômico dos estudantes de EJA no município de Osório e sua percepção sobre o papel da escola em sua formação intelectual e profissional

A presente seção visa confrontar o perfil delineado dos estudantes entrevistados com o diagnóstico econômico do município de Osório, buscando analisar se os estudantes têm acesso e conhecimento das ações voltadas à geração de emprego e renda no município e se a formação escolar que os mesmos estão obtendo lhes permitirá acessar os incentivos concedidos pelo poder público.

Assim, levando-se em conta os dados coletados no presente estudo, verifica-se que os estudantes não têm conhecimento da existência dos diversos programas e incentivos oferecidos pelo poder público municipal que visam estimular e desenvolver a geração de emprego e renda no município (seja como empreendedores, seja como mão-de-obra). Isso se afirma pelo fato de não constar em nenhuma resposta dos estudantes questões referentes à possibilidade de acesso aos programas e incentivos. Ainda, em nenhum momento é mencionada a existência ou divulgação dessas ações por parte da PMO no questionário respondido pelo secretário de Desenvolvimento e Turismo, bem como pela falta de informações no próprio site da PMO.

A formação escolar que os estudantes entrevistados estão recebendo dificilmente lhes proporcionará acesso aos programas oferecidos pela PMO no papel de empreendedores. Pelo perfil delineado dos mesmos sequer surge a pretensão de integrarem o

horizonte desses programas ou habilitarem-se a tal atuação. Quando surge a pretensão do trabalho autônomo, a recorrência deste é justificada pela necessidade local ou habilidade pré-existente. Ou seja, os programas e incentivos públicos não têm qualquer participação do delineamento do perfil empreendedor dos sujeitos. Suas investidas, quando existentes, estarão logradas à sorte ou azar de mercado e serão invisíveis à malha de incentivos subsidiada pelos cofres públicos municipais. Dessa forma, é decorrente a afirmação da probabilidade dos mesmos se integrem ao fluxo dos referidos programas apenas como mão-de-obra.

Igualmente no eixo do turismo o diagnóstico econômico já evidencia que a área não é tratada como prioridade pelo poder público municipal. E isso se reflete na formação escolar dos sujeitos pesquisados. Observando o perfil dos estudantes é possível a percepção de que os mesmos não possuem e não estão recebendo formação escolar que os levem a atuarem na área, nem como trabalhadores muito menos como empreendedores. Mesmo sua captação por empreendimentos vinculados aos referidos programas será concebida, resultantemente, pela banalização do potencial contributivo da mão-de-obra dos sujeitos.

Verifica-se, então, que a formação escolar não possibilita a emancipação dos estudantes, seja intelectual ou profissional. Tomemos as respostas dos mesmos sobre o que entendem ser alguém na vida, o que demonstram buscar com o diploma do ensino médio, bem como sobre o que pensam da formação que a escola oferece em âmbito profissional e quais as disciplinas que consideram mais úteis no dia a dia: vemos reescritas as constatações apresentadas na primeira seção desta pesquisa, pois demonstram uma visão voltada meramente à empregabilidade. Não há qualquer elemento que permita o entendimento de que os estudantes consideram a possibilidade de emancipação ao jogo de forças que compõe o cenário econômico em que são instados. Parafraseando Adorno, o cenário econômico com o qual se deparam, portanto, é para eles algo mítico.

Em consonância a esta constatação, Gadotti (2003, p. 139) se vale de Gramsci para interpretar a divisão da escola entre clássico e técnico. Para o autor, o técnico era próprio à formação profissional como espaço destinado aos trabalhadores, enquanto o clássico era destinado às elites, oferecendo uma formação voltada ao desenvolvimento de dirigentes. Com isso, ensino propedêutico, concebido segundo perspectiva liberal, teria o papel exclusivo de oferecer acesso ao trabalhador a uma formação adequada à sua vida profissional. O estudo aqui apresentado mostra que nem mesmo essa orientação é mantida atualmente, uma vez que os estudantes não consideram que a escola ofereça uma formação adequada ao desenvolvimento profissional.

Considerações finais

A pesquisa aqui apresentada buscou investigar as expectativas e necessidades dos estudantes da modalidade EJA no município de Osório e a percepção destes quanto ao papel da escola no suprimento das mesmas. Para tanto, os aspectos socioeconômicos desses estudantes foram pareados com dados econômicos do município e analisados com base nos conceitos de cultura de massas, indústria cultural, esclarecimento e dialética negativa de Adorno.

Foi realizado um diagnóstico econômico do município, com base em informações obtidas junto à PMO, através de questionário respondido pelo titular da pasta da SDT no ano de 2015 e de dados consultados no *website* da PMO. Também foi realizada pesquisa junto a estudantes de EJA em uma escola no município de Osório, dada por intermédio de um questionário composto de 39 questões explanativas e objetivas.

Através do diagnóstico econômico do município foi possível verificar que o poder público municipal dispõe de uma diversidade de programas e ações voltados à área de geração de emprego e renda, estes com grande potencial para impactar positivamente a área. Porém, cabe ressaltar que algumas deficiências podem estar

interferindo no sucesso dessas ações, devendo ser dada a devida atenção para isso. Tenha-se em vista que as informações apresentadas sobre o emprego no município apontam queda nos postos de trabalho, principalmente em atividades com maior remuneração média, o que pode contribuir para uma queda da renda da população.

Dentre as deficiências apontadas, deve-se dar maior atenção à falta do plano de desenvolvimento econômico do município, à falta de divulgação dos incentivos ao empreendedorismo, à falta de ações para geração de empregos com renda mais elevada e o mau aproveitamento do potencial turístico do município.

Através do perfil socioeconômico dos estudantes de EJA da comunidade pesquisada, constatou-se o fato de que pessoas com acesso ao consumo retomam a busca por formação escolar, visando obterem aptidão para empregos que ofereçam uma maior remuneração. Foi possível verificar também que a formação escolar é um quesito de enquadramento no perfil exigido pelo mercado de trabalho. Tal constatação embasou nossa leitura, a saber, de que há um distanciamento do processo crítico como elemento de formação escolar. Dessa forma, pode-se considerar que a escola prepara para o mercado de trabalho, pois, como mostrado por Adorno (2002), a Indústria Cultural busca eliminar toda a forma de pensamento crítico, com o objetivo de conformar os sujeitos segundo as necessidades mercantis. Dentre as diversas matérias-primas e respectivos fornecedores que mantêm o mercado econômico, a mão-de-obra acrítica fornecida pela escola agora se permite conhecer.

Tal é dito com base no confronto da análise do perfil delineado dos estudantes com o diagnóstico econômico do município, que revelou que os estudantes participantes da pesquisa não têm conhecimento da existência dos diversos programas e incentivos oferecidos pelo poder público municipal que visam estimular e desenvolver a geração de emprego e renda no município. Seja como empreendedores, seja como mão-de-obra, este processo não os percebe como sujeitos, fins em si mesmos, mas tão somente como meios de realização.

Consoante a isso está a constatação de que a formação escolar dificilmente proporcionará acesso dos estudantes aos programas oferecidos pela PMO no papel de empreendedores. Se beneficiados pelos referidos programas, por assim dizer, o serão apenas como mão-de-obra. Já no eixo do turismo, verificou-se que a pouca importância atribuída pelo poder público municipal se reflete na formação escolar, sendo possível afirmar que os estudantes não recebem formação escolar que os levem a atuarem na área, nem como trabalhadores muito menos como empreendedores. Constatou-se assim, que a formação escolar não possibilita a emancipação dos estudantes, seja intelectual ou profissional.

Levando em consideração que todos os objetivos específicos deste estudo foram alcançados e sendo esses desdobramentos do objetivo geral, avalia-se que o objetivo geral foi alcançado. Os resultados da pesquisa foram ao encontro do que sustenta Adorno (1999) quando afirma que os indivíduos naturalmente não se identificam uns com os outros e com as instituições, fato que pode resultar em barbárie e violência. Porém, ao surgirem necessidades econômicas, o pensamento dominante imposto pela indústria cultural, o velho discurso liberal burguês da meritocracia, leva o sujeito a uma aceitação da instituição. Acata como sua a esperança de que o seu esforço e a adaptação institucional lhe proporcionarão melhoras na sua situação econômica, tornando-o um "vencedor", assim como acontece nos "casos de sucesso" que a indústria cultural o apresenta. Isso revela que a escola não contribui suficientemente para a emancipação do sujeito, sendo, na maioria das vezes mero mecanismo da indústria cultural para manutenção e reprodução das desigualdades sociais.

É conveniente para o encerramento desse estudo a proposta apresentada por Frigotto (2001) de uma educação pública, laica, unitária, gratuita e universal, omnilateral, tecnológica ou politécnica que forme sujeitos autônomos, o que é impossível se desenvolver numa sociedade capitalista, sendo necessária a construção de uma

alternativa societária onde isso seja viável, para tanto, a alternativa que se levanta é a de uma sociedade com relações sociais socialistas.

Referências

ADORNO, Theodor W.. **Textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. Seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida, traduzido por Juba Elisabeth Levy... [et all.]. – São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____, Theodor W. **Kulturkritik und Gesellschaft**. In: ADORNO, Theodor W. (2003). Kulturkritik und Gesellschaft II – Eingriffe Stichworte. Frankfurt: Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft, 2003.

_____, Theodor W.. **Dialética Negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das letras, 1986.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DOS ANJOS, Francisco Antônio. **Processo de planejamento e gestão de territórios turísticos**: uma proposta sistêmica. 2004. 256 f. Tese (Doutorado em Engenharia de produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87814/208578.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 maio 2015.

DUARTE, Zuleyka da Silva & OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **A teoria crítica como referência de práticas emancipatórias na escola pública**. Seminário Nacional de Filosofia e Educação: Confluências (2. : 2006 : Santa Maria, RS) Anais [recurso eletrônico] / II Seminário Nacional de Filosofia e Educação : Confluências, 27 a 29 de setembro de 2006. – Santa Maria: FACOS-UFSM, 2006. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/039e4.pdf>>. Acesso em: 20 março 2018.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Versão para eBook ebooks Brasil.com. Editora Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/socialismoutopico.pdf>>. Acesso em: 25 setembro 2016.

_____, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho**: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. PERSPECTIVA, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2003.

Giddens, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. - (Biblioteca básica)

GRAMSCI, Antonio. Cartas do cárcere – antologia. Porto: Editora Estaleiro, 2011.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções**: 1789-1848. Editora Paz e Terra, 2015.

HOKHEIMER, Max. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: O que é iluminismo? Trad. de Artur Morão. http://ensinarfilosofia.com.br/_pdfs/e_livors/47.pdf. Acesso em: 26/05/2018

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MATIAS, Karla Cristine de Oliveira; COSTA, Márcia da Silva. **Políticas públicas para a geração de empregos**: considerações sobre o PROGER Turismo. 2009. 19 f. Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, v. 12, nº 1 p. 73 – 91, jan/abr. 2010. Disponível em: <<http://siaiwebo6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/viewFile/1083/1513>>. Acesso em: 08 maio 2015.

RANDS, Alexandre. **Desigualdades regionais no Brasil [recurso eletrônico]**: natureza, causas, origens e solução. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=loEk8Rj6cI8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 maio 2015.

VILELA, Rita Amélia Teixeira. **A Teoria Crítica da Educação de Theodor Adorno e sua apropriação para análise das questões atuais sobre currículo e práticas escolares** - Relatório Final de Pesquisa. 2006. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20120828100151.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

Emancipações e os novos municípios originários de Taquara do Mundo Novo no século XX

*Caio Leonardo Jablonski*¹

*Richard Bohrer de Souza*²

1 Introdução

O período que o Brasil passa da década de 1930 até 1950 é de uma nova conjuntura econômica, onde a industrialização se fortalece e a produção de café enfraquece, e por meio da primeira uma nova forma de acumulação de capital é praticada, mas tal industrialização é restringida pois ainda não se tem todas as bases técnicas e financeiras para a sustentação de uma industrialização por completo. Neste período o estado intervém muito no desenvolvimento econômico e nos processos de produção, e se acentua nas décadas posteriores. E na segunda metade do século XX como diz *Ohlweiler*, (1990 p.109) *do ponto de vista da evolução orgânica do capitalismo brasileiro, observe-se, ainda, que a etapa de formação e consolidação do capitalismo competitivo no Brasil se estende do último quartel do século XIX até a década de 1950.*

O período que vai de 1956 até a década de 1980 possui três fases. A primeira é o auge, que vai até 1961, onde o Brasil começa com a industrialização moderna, onde tem a ampliação do mercado, políticas protecionistas, investimentos estatais e a entrada maciça de capitais estrangeiros em diversos setores, a fim de fortalecer a indústria nativa. A segunda fase é marcada por um declínio, que vai de 1962 a 1967, um momento de crise resultado das ações do período

anterior de Juscelino, onde a produção superou demais a demanda assim como os empréstimos, o padrão da indústria caiu e o país estava em crise política. Isto acabou resultando no golpe militar de 1964. Apenas em 1967 que a economia voltaria a crescer, período que durou até 1973, dentro da ditadura. *“A retomada do crescimento acelerado da produção industrial provocou uma forte elevação da taxa de acumulação na própria indústria de transformação”*(OHLWEILER 1990, p.160)

Quando olhamos desta perspectiva brasileira direcionada ao estado do Rio grande do sul, vemos que em certos momentos andou na mesma direção em que a economia do país e em outros momentos não conseguiu acompanhá-la.

As terras rio grandenses conheceram um crescimento econômico entre as décadas de 1930 e 1950 baseado na exportação agropecuária e industrial para o mercado nacional, assim como um crescimento do mercado regional. O crescimento para o mercado nacional e regional fora devido ao protecionismo de Vargas perante a guerra.

Com o crescimento urbano devido ao êxodo rural, o setor industrial se desenvolveu principalmente no nordeste do estado, no eixo Porto Alegre/Caxias, se tornando uma região essencialmente industrial, e também com um grande desenvolvimento na área comercial, em contraste com o sul do estado essencialmente agrário.

As décadas de 1930 e 1940 viram o poder do Estado Nacional se elevar perante ao regional, sendo mais influenciado na economia pelo primeiro. A situação do Estado já começara a ficar decadente, no espectro econômico, devido a crise do pós guerra, e piorou na década de 1950 devido a modernização de Juscelino Kubitschek que afetou o centro do país, a unificação do mesmo por rodovias e uma nova fase industrial ao país que era aberta ao estrangeiro. Tais fatores foram determinantes para agravar a situação econômica ruim do Rio Grande do Sul. Uma das saídas que Brizola, então governador no da década de 1950 encontrou para equilibrar a

situação econômica do estado foi a encampação dos serviços de telefonia e energia elétrica.

A década de 1960 viu novos setores industriais crescerem no nordeste do estado, como o calçadista e têxtil, e de outros artigos não duráveis, mas apenas em 1968 que a economia nacional voltou a crescer, e conseqüentemente a rio grandense a acompanhou, com o surgimento de cooperativas nos setores agrários do estado e novas tecnologias tanto para a agropecuária como para a indústria. A década de 1970 conheceu ainda um leve crescimento e na década de 1980 a economia não só do estado mas do país conheceu uma estagnação.

2 Estrada Férrea: o “progresso” presente no desenvolvimento de Taquara e região

Voltando ao início do século XX, o ideal positivista, ideologia fluente durante o governo de Borges de Medeiros, perpetuou durante todo o mandato do líder gaúcho, que idealizou o “Estado forte”, buscando o fortalecimento econômico das regiões promissoras nesse sentido. Partindo deste pressuposto, e juntamente com o potencial econômico existente na até então, Vila de Taquara, viu-se a possibilidade e a necessidade de levar a estrada férrea até a localidade, mediante o desejo da população e buscando facilitar o desenvolvimento, principalmente econômico da região e do Estado. *“Atendendo aos desejos da população e principalmente, a insistente reclamação técnica e econômica que unanimemente pediam o prolongamento da estrada de ferro, o governo do Estado abriu concorrência para a construção do trecho entre Novo Hamburgo e Taquara.”* (MOEHLECKE, 2004, p. 78). Comprovando o potencial econômico que Taquara obteve perante ao governo de Borges de Medeiros, o interesse estatal, baseou-se, basicamente, em uma busca pelo que a Vila produzia, compreendendo assim, o principal motivador para o prolongamento da estrada de ferro até a região. *“[...] o interesse pelos produtos dessa região caracterizou*

esta linha ferroviária como essencialmente comercial, diferente das outras que inicialmente tinham como objetivo de construção, a movimentação rápida de tropas militares em caso de guerra.” (MULLER; SOBRINHO, 2008, p. 109). Em relação a busca por mais desenvolvimento econômico provindo da Vila de Taquara juntamente com os reclames da população, que reivindicavam a construção da linha férrea, após análise de apenas uma proposta enviada juntamente ao governo, ocorre o esperado: *“Decreto n.º 262, de 18 de dezembro de 1899. Concede a João Corrêa & Irmão e Augusto Legendre, o direito a construção, uso e gozo de um Tramway a vapor entre Novo Hamburgo e a Vila de Taquara do Mundo Novo.”* (MOEHLECKE, 2004, p. 75).

O desenvolvimento da Vila de Taquara do Mundo Novo e a concessão da obra da estrada ferroviária a empresa de João Corrêa, juntamente com o crescimento populacional da localidade e o desenvolvimento agrícola e econômico da região, não seriam o suficiente para o prolongamento da estrada de ferro, porém, a figura do Coronel Diniz Martins Rangel, proporcionou a diferença para consolidar o acontecimento da construção e desenvolvimento da linha férrea até Taquara do Mundo Novo. O governo positivista, extremamente presente no final do século XIX e início do século XX, no Rio Grande do Sul e em demais localidades do Brasil, baseava-se no coronelismo como forma de promover a administração e impulsionamento da economia, defesas, sociedade... tornando assim, a figura do coronel, como o responsável em promover sua região, seu distrito. No comando municipal de Taquara, o coronel Diniz, através da ideologia positivista, juntamente com o governo do Estado que promovia a valorização dos municípios, tornou-se figura decisiva na implantação da estrada de ferro até a Vila, pois estava na liderança de uma terra promissora e bem desenvolvida, que fornecia importantes recursos para a Capital, e o contato direto do Coronel com as lideranças do Estado, favoreciam a região.

Chegando ao ponto referente à personagens que fizeram a diferença para a consolidação do progresso férreo na Vila de

Taquara do Mundo Novo, além do Coronel Diniz, a figura de João Corrêa não pode ser deixada de lado quando se fala em progresso positivista e expansão da linha férrea na região que vai de Novo Hamburgo a Canela. A visão progressista de Corrêa vai além da obra ferroviária até a cidade de Taquara, o que o faz pensar mais além, visando expandir o desenvolvimento até terrenos mais remotos, pensamento que faz João Corrêa, junto com seu irmão Agnelo, subir a Serra após a conclusão da obra da linha entre Novo Hamburgo e Taquara em 1903. A visão empreendedora de Corrêa o fez tentar comprar as terras que hoje formam o município de Canela com a intenção de expandir a ferrovia para a Serra gaúcha, levantando hipóteses de qual seria seu real motivo para esta obra desafiadora; seria, de fato o interesse por um desenvolvimento mais amplo da economia? O que, de fato, acabou ocorrendo, ou seria uma alternativa para se auto promover perante o governo de Borges de Medeiros? Carecendo de fontes neste sentido, a primeira hipótese, acabou ocorrendo, pois, além de promover um desenvolvimento econômico mais amplo para a região de Taquara, a chegada do trem até Canela, que passou pelas terras que hoje situam-se as cidades de Gramado, Três Coroas e Igrejinha, sem esquecer de Parobé, proporcionou para a região, uma auto-suficiência econômica, fator oriundo dos benefícios oferecidos pelo desenvolvimento da ferrovia, juntamente com diversos processos que auxiliaram neste desfecho, como a chegada de imigrantes, facilidade no comércio direto com a Capital... e também, a transição por parte dos governos estaduais que surgiriam após os governo de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros que, pensaram em uma economia baseada no desenvolvimento industrial, tendo como exemplo o governo de Ernesto Dornelles, um precursor neste pensamento administrativo. “[...] o Estado Novo começou a substituição de um modelo agroexportador por um modelo com base no desenvolvimento da indústria.” (KÜHN, 2004, p. 140).

2.1 A chegada do trem até Canela: fator crucial para o início das emancipações

O prolongamento da estrada de ferro até o Distrito de Canela, além de proporcionar benfeitorias a população, também, indiretamente, inicia um processo de desenvolvimento econômico da região, devido ao fato de que, Canela, além ser privilegiada pela beleza de sua natureza, a mesma, proporciona recursos que despertam interesse de pessoas vindas da Capital, que, aliás, outro fator importante para o desenvolvimento de Canela, foi o fato de inúmeras pessoas provindas de Porto Alegre e região, passaram a se interessar pela Serra como um descanso da vida urbana da época, e também, por recomendações médicas, devido ao fato do Distrito, possuir um ar mais puro do que de zonas industrializadas. “A chegada do trem fez Canela acontecer. O povoado começava a receber o progresso de braços abertos.” (ENGLERT, 2002, p. 26). Ainda seguindo a linha de estudos de Englert, (2002, p. 27):

“A malha férrea trouxe muito mais do que veranistas para Canela. A atividade do turismo, sequer pensada e ordenada, apenas engatinhava nessa época e acontecia de forma espontânea. Além da locomotiva, existiam outros quatro vagões, dois de passageiros, um maleiro e o último encarregado do correio e mantimentos. Enquanto esta máquina tratava dos primeiros turistas de Canela, uma outra cuidava do real interesse comercial do povoado. Uma atividade que, então, não fazia mais jus ao progresso imaginado por João Corrêa. O epicentro do desenvolvimento de Canela estava num outro trem, o de carga, este sim movimentava volumes consideráveis de dinheiro para uma localidade tão pequena.”

O desenvolvimento econômico de Canela, partindo então do pressuposto comércio de madeira com a Capital, alavancado pela chegada da estrada de ferro até a localidade, passa, aos poucos, a consolidar o caráter próprio, trazendo força e capital para o Distrito, fatores importantes que impulsionaram a emancipação canelense. “Saíam de Canela, em média, dois trens de carga por dia, levando a

considerável quantia de sete vagões carregados com 60 dúzias de tábuas. A madeira era responsável por tudo de novo que viesse a surgir naquela próspera região.” (ENGLERT, 2002, p. 28).

O contato direto com a Capital através da exploração da madeira, proporciona os primeiros resquícios da independência da administração taquarense, e, o grande aumento das produções desta matéria prima em Canela, promoveu uma alternativa para famílias que procuravam novas oportunidades e ali enxergaram a alternativa para a mudança de vida, pois, tratando-se de uma região promissora, rica em recursos e com pouca mão-de-obra, o interesse de pessoas que buscavam melhorar de vida era iminente, ocasionando um povoamento rápido, um desenvolvimento social significativo, e uma ascensão na economia local, tornando Canela, cada vez mais independente de Taquara. *“A exploração da madeira trouxe inúmeras famílias para Canela. A possibilidade de emprego e o desenvolvimento de uma atividade, a olhos vistos, proporcionou condições de futuros empreendimentos com grandes possibilidades lucrativas[...].”* (SALGADO, 2008, p. 1422).

Comparando o hiato temporal entre a chegada da linha férrea, na década de 20 e a emancipação de Canela, na década de 40, a ascensão econômica e social da região podem ser vistas como meteóricas, pois, em apenas vinte anos, a localidade passa de um simples terreno com algumas casas dispersas, à uma cidade emancipada. *“As exigências para que pudesse haver emancipação, eram de que o distrito tivesse no mínimo 300 casas e 4.000 habitantes. Canela, na década de 40, já possuía mais de 1.000 casas e uma população acima de 7.000 habitantes.”* (STOLTZ, 1992, p. 137). Observando o estudo de Roger Stoltz é possível ver com mais clareza o quão importante para a emancipação canelense, foi, a chegada da linha férrea até a região serrana, levando o verdadeiro progresso positivista para uma localidade, para muitos, desconhecida na época, e que, em poucos anos, conseguiu sua independência administrativa, consolidando-se como uma localidade importante para o desenvolvimento do Estado, que em 28

de dezembro de 1944, perante a lei nº 717, torna-se município emancipado da administração de Taquara.

2.2 Gramado: interesses com a notícia da chegada da linha férrea

Diferente de Canela, que focou seu desenvolvimento sócio-econômico baseado na indústria madeireira, Gramado, à partir da notícia da chegada da linha férrea até a localidade, começa a desenvolver-se antecipadamente baseando-se nas sedes administrativas, comércio, turismo...

“Era já então evidente o progresso, tornado manifesto pela instalação de uma Agência do Correio e de um escritório do Banco Nacional do Comércio em 1918; de iluminação elétrica, dois anos depois, fornecida por usina própria, e pela chegada, em 1919, dos trilhos da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, facilitando o intercâmbio comercial com outras praças do Estado.” (BLUM, 1987, p. 32).

À partir da notícia da chegada do trem até o Distrito gramadense, o desenvolvimento econômico e social torna-se cada vez mais incisivo, o que passa a desenvolver-se de forma mais intensa, após o advento da estrada de ferro e os anos que se sucederam, proporcionando a fundação do hospital da cidade e desenvolvendo o turismo, influenciando o surgimento dos primeiros hotéis da localidade, aumentando a população rapidamente, proporcionando o fortalecimento da região.

“A 6 de fevereiro de 1926, era inaugurada a Exatoria Estadual. Compunham a população do Distrito cerca de 60 famílias, com 3.500 pessoas, nos povoados de Caracol, Linha Nova, Linha Bonita, Pedra Branca, Várzea Grande, Renânia, Tapera, Morro Redondo, Linha Ávila, Marcondes, São Roque, Linha Araripe, Linha 15, Linha 28, Serra Grande, Moreira Mascarenhas, Furna, Canelinha, Picada, Quilombo, Moleque, Campestre, Caboclos, destacando-se o de Canela, ponto terminal da linha férrea[...] Com o correr do tempo, novos melhoramentos se sucedem: em 1930, cinema; em 1933,

inauguração de um educandário católico; em 1935, construção da igreja-matriz; em 1937, instalação do Hospital Santa Terezinha; em 1948, outro hospital, o Arcanjo São Miguel e em 1951 o asfaltamento da principal rua da Cidade. Algumas industriais iniciam suas atividades e o comércio desenvolve-se. Contribui para maior projeção de Gramado o fato de ser procurado o Distrito como estação de veraneio.” (BLUM, 1987, p. 34).

Crescendo e tornando-se Vila, Gramado era privilegiada pela natureza, fator que, tornava seus habitantes felizes por desenvolverem seu capital em um local privilegiado, além de tal beleza natural, ser fator fundamental para o desenvolvimento do turismo e das redes hoteleiras, principal fonte de renda da cidade nos tempos atuais e que teve seu desenvolvimento ainda antes da emancipação do município. “*A Vila de Gramado era pequena, mas já apresentava sinais de desenvolvimento, possuindo os hotéis Bertolucci, Fish, Sperb e Candiago para o conforto e descanso dos veranistas que se integraram com naturalidade `vida e costumes do lugar como uma grande família.*” (BLUM, 1987, p. 36).

Além dos hotéis, o cinema e os cafés também ofereciam as atividades que desenvolviam Gramado em busca de sua emancipação de Taquara. O fortalecimento econômico que a rede hoteleira e o comércio apresentavam para a região foram combustíveis para acender a chama da independência administrativa, porém, não seria fácil, pois, além de Canela já havia se desprendido de Taquara, ocasionando uma perda para a cidade administradora, a renda de Gramado era importante para manter Taquara no auge, e assim, dificultando e atrasando a emancipação de Gramado, porém, o que era inevitável viria a ocorrer, indiferente das dificuldades oferecidas pela administração taquarense.

“Em 1948, frustra-se uma tentativa de emancipação. Em 1951, organiza-se uma comissão Pró-Melhoramentos de Gramado, constituída de três membros: Wartel Bertolucci, presidente, Hugo Daros secretário e Euzébio Balzaretti, tesoureiro. A 15 de dezembro de 1954, a Lei Estadual n.º 2.522 cria o Município de Gramado,

acentuando-se o desenvolvimento, em todos os setores, e passando a formar entre as mais importantes cidades turísticas do Estado, famosa por suas belezas naturais.” (Fonte: IBGE).

Após a perda econômica e administrativa de Taquara pela emancipação de Canela, Gramado também emancipa-se, conseguindo uma autonomia e causando o enfraquecimento da hegemonia de Taquara do Mundo Novo.

2.3 Três Coroas: progresso e desenvolvimento da indústria

Entre os séculos XIX e XX, as cidades e distritos que vão de Porto Alegre à Canela, tem como fator principal de desenvolvimento e “progresso”, a passagem da linha férrea por suas localidades. Tal acontecimento mostrou-se tão importante para o fortalecimento e desenvolvimento de cidades pequenas, que, até o momento, pouco representavam para a economia estadual, e que, ao receber a chegada do trem, passaram a demonstrar seu potencial perante ao Estado, como foi visto no ciclo da madeira de Canela e o desenvolvimento comercial, administrativo e hoteleiro de Gramado.

Três Coroas, à partir da metade do século XIX até a chegada da estrada de ferro, pouco representava para a região. Havia poucos moradores, em sua maioria, imigrantes alemães e alguns nativos Caingangues. A fundação do primeiro curtume (1870) pode representar um marco importante para o desenvolvimento da indústria que surgiria nas décadas seguintes. E 1904 a localidade passa a ser 4º Distrito de Taquara, ainda assim, concedendo pouco desenvolvimento, em maioria, baseado no agronegócio local, juntamente com a fundação de um cartório de registros (1906), a construção da linha telefônica Taquara/Gramado (1908-15) e a construção do Hotel Riograndense (1912).

A chegada da linha férrea na localidade de Santa Maria do Mundo Novo (Três Coroas) proporcionou um rápido desenvolvimento econômico para a região, colocando o Distrito em

contato mais direto com sua administradora, Taquara, desenvolvendo assim, o fortalecimento do comércio daquilo que produzia, facilitando o comércio de seus produtos. Antes da chegada o trem, o comércio estava restrito a navegação fluvial, que dependia do aumento das chuvas para ocorrer, devido a dificuldade de navegação que existia no Rio Santa Maria, fator que não desenvolvia a economia local o suficiente.

“A agricultura foi a primeira atividade dos pioneiros. A maior dificuldade encontrada era a falta de meios e vias de escoamento para a comercialização, pois não havia estradas. No início, o caminho usado era o rio, que só podia ser usado na época das chuvas, quando as constantes cheias mantinham o nível da água elevado, permitindo o uso de lanchões, que desciam o Rio Santa Maria, indo até São Leopoldo.” (MOELLER; DEECKEN, 2001, p. 28).

A importância do trem para o advento do comércio do feijão na região foi tão significativo, que podemos comparar com a realidade da Colônia de São Leopoldo, que no ano de 1853, exportava 27.000 sacas do grão, porém, com um desenvolvimento muito a frente de Três Coroas e com uma rede de navegação fluvial muito bem estruturada. *“Outra cultura também reerguida pelos colonos alemães foi a do feijão-preto. A exportação da Colônia de São Leopoldo era de 7.000 sacas em 1849 e de 27.000 em 1853.”* (REINHEIMER, 2010, p. 50). Analisando os estudos de Reinheimer, 2010 e de Moeller; Deecken, 2001, podemos comparar como o trem trouxe um desenvolvimento rápido para os locais por onde passou, e falando, especificamente de Três Coroas, o Distrito, que até então era Santa Maria do Mundo novo, passa a ser, após o anos de 1914, principal exportador de feijão-preto da região. *“A partir da inauguração do trem, em 1914, Três Coroas chegou a transportar mais de vinte mil sacas de feijão por ano[...] O antigo distrito de Mundo Novo foi, como Estação Sander, o grande produtor e exportador de feijão”* (MOELLER; DEECKEN, 2001, p. 30).

Conforme a filosofia positivista prega em sua essência, o progresso exercido pelos seus governantes aconteceu, na Região de Taquara, à partir da construção da linha de ferro, proporcionando para os novos municípios, seu desenvolvimento econômico e social e sua independência administrativa, pois, além de oferecer novos recursos para a região, o que, de fato, para Três Coroas mostrou-se eficiente para sua consolidação como município, também proporcionou contatos comerciais com outras regiões e facilitou a vinda de novos moradores, fator importante para o desenvolvimento social e estrutural do Distrito, e posteriormente, a potencialização da economia.

A vinda de novos recursos e mais mão-de-obra proporcionados pela construção da estrada de ferro, abriu alternativas empreendedoras para a população. Tal efeito começa a proporcionar o surgimento de novos empreendimentos para o Distrito. Indiferente de possuir uma ação administrativa mais presente em Santa Maria do Mundo Novo, o Distrito começa a desenvolver aos poucos sua autonomia, e a fundação da primeira fábrica de calçados em 1922 pode ser retratada com um marco importante para a emancipação que viria 37 anos adiante. *“Em 1922, Edwino Sauer e Armindo Volkart fundaram a primeira fábrica de calçados, embrião do qual resultaram as indústrias existentes hoje.”* (MOELLER; DEECKEN, 2001, p. 31).

O capital atribuído pelo comércio do feijão e a instalação da primeira fábrica de calçados, fazem Três Coroas começar a sua potencialização socioeconômica. Aos pouco, Três Coroas vai tomando forma de município devido ao surgimento de novas empresas (viação), sociedades de canto, times de futebol e o hospital da cidade.

No decorrer dos anos, o surgimento de novas indústrias, principalmente calçadistas, assim como a cooperativa de leite, que foi muito importante para o Distrito para seu fortalecimento econômico, a visão da população por um emancipação tornava-se cada vez mais iminente, e tais efeitos proporcionaram para o

Distrito, em dezembro de 1958, a criação de um plebiscito para a determinar a emancipação da administração de Taquara. A votação que ocorreu em fevereiro de 1959, consolidou a vontade popular, e conforme a lei nº 3741, assinada pelo então Governador do estado, Leonel Brizola, ocasionou na criação do município de Três Coroas em 12/05/1959. Consolidando a autonomia de Três Coroas, após sua emancipação, novos empreendimentos vão surgindo, baseado, principalmente, na valorização da indústria, filosofia política empregada pelos governos estaduais durante os anos 1937-1945, e posteriormente, atribuída ao governo de Brizola, favorecendo a reforma agrária e a questões de infraestrutura. *“Na área econômica, a administração de Brizola esteve muito perto de uma versão radicalizada do governo Vargas, sendo que suas principais atenções foram dedicadas às questões de infraestrutura.”* (KÜHN, 2004, p.145).

Passando os anos que sucederam a emancipação, Três Coroas passa a demonstrar e fortalecer sua autonomia com a implantação centros administrativos que caracterizaram mais ainda a “independência” que a cidade conseguiu perante a Taquara.

2.4 Igrejinha: imigrantes, comércio e desenvolvimento industrial

A relação de Igrejinha no quadro dos municípios que se originaram de Taquara, inicialmente, possui uma ligação mais forte com a administradora da região devido ao fato de Tristão Monteiro, líder taquarense na época, tenha sido um dos responsáveis pela construção da famosa Casa de Pedra, de Igrejinha, que, por muitos anos serviu como referência comercial na região, sendo protagonista de encontros de imigrantes e que também serviu de Quartel General aos Maragatos, durante início da Revolução Federalista (1893-1895).

“Um marco na Colônia de Santa Maria do Mundo Novo, a Casa de pedra, era ponto de encontro da comunidade alemã e referência comercial da região. Serviu inicialmente de moradia para Tristão Monteiro e sua família, construtores, capatazia e imigrantes que chegavam de São Leopoldo e ali compravam seus lotes de terra para depois buscarem suas famílias e fixarem-se. [...] Tristão Monteiro passou a comprar a produção de excedentes dos colonos (feijão, farinha de mandioca, milho, charque, arroz, banha, amendoim...), que era transportada em barcaças pelo Rio Paranhana, ou no lombo de mulas dos tropeiros, pelas picadas, sendo revendida em São Leopoldo e Porto Alegre. Nesse local, também ocorria a comercialização de escravos negros, que ficavam presos em grilhões de ferro, pelas mãos e pés, no porão da Casa de Pedra.” (SANDER; MOHR, 2004, p. 25).

Diferente de como acontecia o comércio em Três Coroas, que era muito mais restrito, e o fato de Tristão Monteiro ser o idealizador da Casa de Pedra, proporcionou à Igrejinha, um crescimento populacional significativo, devido a vinda de mais imigrantes e um desenvolvimento comercial interessante, porém, sua emancipação demorou mais a ocorrer, justamente pelo fato deste comércio ser tão importante para a região de Taquara, e, como Três Coroas não possuía tanta representatividade assim para o desenvolvimento econômico da região, e os serranos, Gramado e Canela, encontravam-se à uma distância de difícil administração e fiscalização por parte de Taquara, Igrejinha continuaria mais tempo integrada a cidade administradora. A localidade, durante anos, desenvolveu-se neste sentido, oferecendo o surgimento de novos empreendimentos comerciais, como, matadouros, cervejaria, barbearia... Centros administrativos e demais instituições, como escolas, hospitais e igrejas, carecem de fontes que determinam as ações como surgiram, assim como o quadro social da região. A chegada da linha férrea, que fez muita diferença nas demais cidades para as emancipações, parece não apresentar o mesmo efeito sobre Igrejinha, talvez pela proximidade com Taquara e exercer grande importância para a economia local.

No ano de 1835, Igrejinha é transformada no 8º de Taquara, e o que se desenvolve neste período, basicamente é semelhante a Três Coroas, devido ao surgimento das primeiras fábricas de calçados na região, Igrejinha, seguindo este aspecto, o Distrito vai ganhando forma de Cidade, e já no ano de 1961, surge a primeira tentativa de emancipação. *“Em 08 de outubro de 1961, na Sociedade União de Cantores de Igrejinha, reuniu-se um grupo de emancipacionistas, para eleger uma comissão que representaria o município junto ao governo estadual, levando até ele a ideia de emancipação do município.”* (BRUSIUS; FLECK, 1991, p. 19). Porém, a emancipação só vem em 1964. *“Em 1º de junho de 1964, sob a lei de nº 4733, sancionada pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, criou-se o município de Igrejinha.”* (SANDER; MOHR, 2004, p. 15).

A economia de Igrejinha, assim como em Três Coroas, após suas emancipações, desenvolveram-se baseadas na indústria do calçado, fazendo assim durante anos, tornando as duas cidades referências nacionais neste segmento.

2.5 Parobé: “independência” tardia

Parobé, recebeu a linha férrea antes mesmo de Taquara, porém, seu desenvolvimento e sua independência administrativa demorou muito para ocorrer. Se comparada a Igrejinha, a última cidade a se emancipar até o momento, no ano de 1964, Parobé, por sua vez, só consegue o feito na década de 80.

As cidades emancipadas de Taquara, além de possuir todos os atributos citados anteriormente, que facilitaram em seus processos de emancipação, ainda tinham a vantagem de serem geograficamente privilegiadas, ocasionado um aumento populacional nos arredores das estações do trem, o que proporcionou o fortalecimento social de cada cidade. Parobé, o contrário disso, possuía uma região ruim se instalou a estação, proporcionando assim, um não povoamento ao seu redor, o que

dificultou o fortalecimento social, o crescimento econômico e manteve a localidade por mais tempo nas mãos de taquara.

“A estação e os trilhos foram construídos e, no dia 15 de agosto de 1903, inaugurados com a passagem da comitiva do então Governador Borges de Medeiros que se dirigia a Taquara para a Solenidade especial.

Construída em uma elevação, rodeada de terrenos muito úmidos, especialmente nas épocas chuvosas, a estação ficava num grande vazio. A casa mais próxima era de João Mosmann, guardando uma distância de mais ou menos 500 metros; a outra estava a cerca de dois quilômetros, para os lados do Arroio Funil [...]” (MOSMANN, 1999, p. 61).

Demorou anos para surgirem apenas mais quatro casas nos arredores da estação de trem. João Mosmann, dono de grande parte das terras da localidade, mentalizava a construção da cidade nos moldes de desenvolvimento urbano que vinham desde os tempos da Idade Média e que foram muito presentes no Brasil Colônia, que se tratava da cidade começar a crescer aos arredores de uma igreja através de uma praça central, e para isso, doou terras para a construção da Igreja católica em 1914 com a idéia de seu pensamento se concretizar, porém, tal feito não aconteceu, a igreja foi fundada, porém, a localidade ainda continuava a desenvolver-se devagar. Só em 1917 a localidade passa a se desenvolver melhor economicamente, devido a instalação de uma casa comercial que continha loja de secos e molhados e um depósito próximo a estação ferroviária, o que de fato foi essencial para o desenvolvimento do comércio de Parobé, pois, como o depósito ficava próximo a estação, era mais fácil despachar as mercadorias, mantendo um comércio ativo com as demais localidades. Entre os anos de 1919-20, instalou-se em Parobé, a primeira escola da localidade, fator importante para o desenvolvimento social do Distrito.

“O ensino ministrado consistia no aprendizado da leitura, escrita, numeração e as quatro operações matemáticas. As professoras

leigas, não tinham, em geral, maior formação pedagógica. Sua integração com a comunidade, entretanto, era notável. Promoviam festas e apresentações teatrais, que, até hoje são lembradas por antigos alunos. Algumas deixaram seus nomes indelevelmente marcados na memória de todos, como a professora Favorina Porto Vilanova.” (MOSMAN, 1999, p. 67).

Com a fundação da primeira escola à moldes estaduais somente em 1939 e mesmo desenvolvendo-se devagar em comparação às demais localidades que pertenceram a Taquara, além de estar mais próxima e com uma conduta administrativa mais presente provinda da administradora, passando-se os anos, Parobé transformou-se em um pólo industrial importante para a economia taquarense. Fábricas calçadistas mantinham Taquara de pé. As empresas do Distrito representavam grande parte do Pib da taquarense, e em determinado momento, a população sentiu isso, vendo que era possível uma independência administrativa. “[...] em 1980, foi criada uma Comissão Emancipacionista, ou seja, que desejava tornar o bairro de Parobé um município independente.” (PEIXOTO, 1990, p. 63).

A união destas pessoas foi essencial para concretização do pensamento emancipacionista de Parobé.

“Durante quase um ano, trabalharam unidos para a concretização do ideal acalentado por muitos anos. Nem mesmo uma simples declaração à imprensa era dada individualmente, pois entendiam que o movimento era comunitário. Agiram o mais discretamente possível, para reunir dados e documentos necessários à montagem do processo que daria entrada na Assembléia Legislativa.” (MOSMANN, 1999, p. 87).

Provindo de muita luta e ação direta da população, a reivindicação perante a Assembléia Legislativa é aceita para consolidar o desejo popular. “No dia 25 de novembro de 1981 a Assembléia Legislativa do Estado aprovou o pedido de emancipação, ficando marcado para o ano de 1982 o plebiscito que demonstraria a

opinião geral da população.” (PEIXOTO, 1990, p. 63). Consolidando a criação do município de Parobé, o plebiscito ocorreu no ano seguinte, tornando Parobé, o último município a emancipar-se de Taquara. “*Em 28 de março de 1982, a população, com uma maioria de 91% dos votantes e 63% dos eleitores, aprovou a formação do novo município.*” (PEIXOTO, 1990, p. 87).

3 Considerações preliminares

A administração taquarense não foi o suficiente para conter o progresso para as demais localidades que se emanciparam de seus domínios com o passar dos anos. O “progresso” que a filosofia positivista pregou em seus governos, favoreceu um “regresso” para Taquara, pois, à partir do momento em que perdera o controle de uma determinada região, seu capital e sua estrutura ficaram abalados, ocasionando, gradativamente, maiores dificuldades para a administração remota, unindo com o desenvolvimento econômico e social de seus Distritos.

A finalidade deste estudo foi uma tentativa de determinar fatores importantes para o surgimento dos movimentos emancipacionistas, fatores que, por sua vez, apresentam-se como o advento de novas tecnologias em áreas remotas (chegada da estrada ferroviária), aumento populacional (imigrantes), fortalecimento da economia e maior facilidade de trocas comerciais com as demais localidades à partir da construção da estrada de ferro.

Através de uma metodologia baseada em estruturas econômicas e sociais dos Distritos, dando ênfase para o advento da malha férrea e a influência de imigrantes na região junto com o desenvolvimento industrial riograndense à partir da segunda metade do século XX, o viés cultural não teve sua parcela decisiva apresentada neste artigo, assim como a importância de São Francisco de Paula para Taquara, porém, a na sequência da pesquisa, esperamos encontrar conclusões satisfatórias à respeito

destes processos importantes para a caracterização regional do Vale do Paranhana.

Referências:

BLUM, Germano Marcolino (Org.). Gramado, simplesmente Gramado. Gramado: SMEC, 1987.

BRUSIUS, Marina; FLECK, Sigrid Izar (Org.). Igrejinha: História que o tempo registra. 1. ed. Igrejinha: SMEC, 1991.

DAROS, Marília; BARROSO, Véra Lucia Maciel. Raízes de Gramado: 40 anos. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2000.

ENGLERT, Suzana Vellinho. Canela, a reconquista de um horizonte: memórias e estratégias do sucesso. Porto Alegre: Sulina, 2002.

FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

Informações sobre o Município de Gramado. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/gramado/historico>> Acesso em: 26/10/2018.

KÜHN, Fábio. Breve história do Rio Grande do Sul. 3. ed. Porto Alegre: Leitura, 2007.

MOSMANN, Lígia. Uma fazenda, um sobrado, a estação... Parobé, uma história a ser contada!. Parobé, 1999.

MOEHLECKE, Germano Oscar. Estrada de ferro: contribuição para a História da primeira ferrovia do Rio Grande do sul. São Leopoldo, 2004.

MOELLER, Clarise E.; DEECKEN, Lorena P. Nossas Raízes: Três Coroas. 1. ed. Três Coroas, 2001.

MULLER, Alex Juarez; SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann. O trem chega ao Mundo Novo. in: SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann; BARROSO, Véra Lúcia Maciel. (Org.). Raízes de Taquara. Volume I. Porto Alegre: EST, 2008.

- OHLWEILER, Otto Alcides. *Evolução sócio-econômica do Brasil: do descobrimento à Nova República*. 2. ed. Porto Alegre: Ortiz, 1990.
- PEIXOTO, Angelita Vargas. *Parobé: seu povo, sua História*. Porto Alegre: Posenato arte & cultura, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- REINHEIMER, Dalva. *A navegação fluvial na República Velha Gaúcha*. São Leopoldo: OIKOS, 2010.
- REINHEIMER, Dalva (Org.). *Terra, gente e fé: aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo*. Taquara: FACCAT, 2005.
- SALGADO, Elisabete Stenzel. *O desenvolvimento histórico madeireiro na cidade de Canela*. in: SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann; BARROSO, Véra Lúcia Maciel. (Org.). *Raízes de Taquara*. Volume II. Porto Alegre: EST, 2008.
- SANDER, Berenice Fülber; MOHR, Flávia Corso (org.). *Igrejinha: uma História em construção*. Igrejinha, 2004.
- SOLTZ, Roger. *Primórdios de Canela*. 1. ed. Canela: Fundação Cultural de Canela, 1992.

A política de colonização do estado no norte do Rio Grande do Sul (1889-1930)

*Cleiton Antonio Rossetto*¹

*Rosane Marcia Neumann (Orientadora)*²

Introdução

Neste ensaio a discussão centra na relação entre a propriedade da terra e a política de colonização no Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Através da análise qualitativa da amostragem documental dos dados recolhidos pretende-se qualificar os trabalhos de colonização compreendendo o processo generalizado de valorização da propriedade da terra. No momento da proclamação da república, ocorre mudanças na legislação de terras devolutas, que passam para as respectivas administrações estaduais. O capital e o Estado buscam meios políticos e econômicos para gerir o mercado de terras no Brasil. A política positivista de organização do regime republicano como a Diretoria de Terras e Colonização são objetos de análise a partir de seus relatórios.

Os estudos do povoamento do Rio Grande do Sul e dos conflitos pela terra no Brasil são a base para a discussão que propomos (SILVA, 2011). São caboclos, colonos, indígenas e

¹ Acadêmico do curso de licenciatura em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS. Membro do Núcleo de Estudos de História da Imigração. E-mail: cleitonrossetto12@gmail.com/166951@upf.br.

² Professora do curso de licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Líder do Núcleo de Estudos de História da Imigração.

latifundiários. Em meio a essa variedade de sujeitos estratificados socialmente faz-se necessária a investigação da legislação em vigor para imigração e colonização no período estudado (IOTTI, 2001), a herança das estruturas econômicas do segundo império para a primeira república, fazendo com que o Brasil estivesse inserido na lógica da divisão internacional do trabalho (OLIVEIRA, 1997). Demonstrando a lógica do regime republicano no Rio Grande do Sul e sua atuação como agente organizador das políticas colonizadoras, bem como a modernização da economia com a entrada de capitais estrangeiros e fundação de colônias públicas ou privadas na região das matas. Trata-se a presença latifundiária a forma dominante de trabalho, sendo a colonização anexada à lógica econômica através da sobre de áreas de terras, principalmente nas regiões das grandes matas.

A formação da propriedade latifundiária, a atuação do Estado e as colônias

No relatório apresentado pela Secretaria de Negócios e Obras Públicas de 1917, Protásio Alves chamou a atenção para 2.021 autos de legitimação pendentes no Estado, sendo de abrangência da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, 1.330 autos. O fato de haverem inúmeras áreas de grandes propriedades formadas durante o Império e não legitimadas em Passo Fundo e Soledade sob a Lei de Terras, um total de 121 autos, demonstra o interesse e a formação da grande posse de propriedade durante o século XIX e o início da formação de um mercado de terras para colonização, criando um movimento de dinamização econômica, política e social.³

³ Ver SILVA, Álison Wagner Gomes da; ROSSETTO, Cleiton Antonio. *Terras e colonização: A questão dos intrusos no Norte do Rio Grande do Sul*. In: ARENDT, Isabel Cristina; Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos CUNHA, Jorge Luiz da; Rodrigo Luis dos SANTOS. São Leopoldo: Oikos, 2018.

Quadro 1 – Autos de medição pendentes⁴

Município	Lei de 1850/1854	Lei de 1899/1900	Total
Cruz Alta	10	69	79
Lagoa Vermelha	12	204	216
Lageado		11	11
Passo Fundo	45	333	378
Palmeira	25	492	517
Soledade	76	53	129
Total			1.330

Passo Fundo obtinha uma característica política e econômica peculiar durante o regime Imperial, constituindo um lugar de passagem dos tropeiros paulistas. Em 1847 torna-se freguesia, sendo que era um povoado de Cruz Alta. No centro-norte do Rio Grande do Sul em 1857 se formou o município de Passo Fundo com 24.802 km² desmembrado do território de Cruz Alta, e reduzindo sua área consideravelmente em 1918. “Até então há importantes desanexações municipais como as de Soledade, ao sul, em 1875, parte da colônia Guaporé, em 1903, bem como a da Colônia Erechim, em 1918” (RÜCKERT, 1997). Em 1918 e 1931 a área reduz para 8.638 km², dos quais 4.290 km² em campos e florestas que foram colonizadas.

Na última década do regime monárquico, o município contava com 16.000 habitantes, distribuídos em 80.000 km². Apresentava algumas áreas agriculturáveis em Carazinho, no município-sede, em Marau, Casca, Serafina Corrêa e Guaporé; o restante era mata araucária. A atividade econômica dominante era o comércio (ervamate, fumo, secos e molhados), através da rota dos tropeiros. A

⁴ Relatório apresentado pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado Interino, dos Negócios e Obras Públicas, ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora D'O Diário, 1917, p. 350-351. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

elite local era formada por fazendeiros, advogados, médicos e comerciantes (FERREIRA; SIQUEIRA, 1998, p. 69-70).

Enquanto os colonos compravam seus pequenos lotes, os proprietários fundiários buscavam regularizar suas posses através legislação de terras (1850-1889). “A lei de 1900 abria outras formas de acesso à terra, como arrendamento, reconhecia as posses feitas à revelia da Lei de 1850 [...]” (NEUMANN, 2017, p. 118). A transição do escravismo para o modelo de capitalização da renda produtiva através da valorização do preço da terra na forma de trabalho livre interfere na vida dos indígenas e lavradores que estavam sendo diretamente expropriados pela sociedade senhorial escravocrata e pelo Estado, os primeiros viam suas reservas florestais sendo reduzidas consideravelmente, enquanto os chamados “caboclos” tinham seu acesso à terra negado. No entanto, os projetos políticos através da legislação de terras visavam a formação de uma agricultura comercial através da colonização valorizando a atividade econômica latifundiária no sentido de estratificar socialmente as camadas de colonos e lavradores nacionais.

A Lei de Terras decretada no Brasil em 1850, proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras através da ocupação e através de doações da Corroa. Tanto os que obtiveram propriedades ilegalmente, através da ocupação, nos anos precedentes à lei, como os que receberam doações, mas nunca preencheram as exigências para legitimação de suas propriedades, puderam registrá-las e validar seus títulos após demarcar seus limites e pagar as taxas – isso se tivessem realmente ocupado e explorado a terra. O tamanho das “posses” (terra adquirida através da ocupação) foi limitado pela lei: elas não podiam ser maiores do que a maior doação feito no distrito em que se localizavam. Os produtos da venda das terras e das taxas de registro das propriedades seriam empregados exclusivamente para a demarcação das terras públicas e para ‘importação de colonos livres’. Criou-se um projeto burocrático encarregado de

controlar a terra pública e de promover a colonização: a Repartição Geral das Terras Públicas. (COSTA, 1977, p. 128-129).

A colonização imperial teria limitado sua ação às colônias alemãs e italianas antigas, no centro do estado e na encosta do planalto (ROCHE, 1969). “Com a queda do Império, o controle das terras devolutas e as políticas de imigração e colonização passaram para os estados. A partir de 1896, a União retirou qualquer subsídio ao serviço ao serviço de colonização, a partir de então corria às expensas dos estados”. (NEUMANN, 2016. p. 46). No contexto da passagem do regime monárquico para o republicano a economia capitalista disseminando rapidamente, novas formas de acumulação de capital interferem nas propostas políticas internas do Rio Grande do Sul. Assim, a formação de colônias de imigrantes torna-se uma proposta de ação da República Positivista. A ordem e progresso nesse sentido, trata-se da regularização e fiscalização da propriedade da terra, um processo de burocratização jurídica e política que visava formalizar as relações de trabalho. Sobre a formação da pequena propriedade rural Aldomar Rückert pontua:

As reivindicações da oligarquia fundiária regional, ainda da década de 1870 do século XIX, de serem povoadas as terras de matas, somente têm resposta a partir do período republicano. [...] emerge no Norte do Rio Grande do Sul na fase de crise do trabalho escravo do Brasil Império. As oligarquias locais de Cruz Alta e de Passo Fundo, nos anos de 1870, já reivindicam ao governo provincial a colonização das terras florestais ao Norte da província, como forma de fomento à agricultura comercial (RÜCKERT, 1997, p. 111).

O Estado republicano no Rio Grande do Sul assume um papel de organizador da burocracia estatal, no sentido de socialização dos serviços públicos, buscando empreender capital da viação férrea e portuária para o modelo de economia de exportação. O café, produto principal da riqueza da oligarquia paulista possuidora de uma hegemonia política, tem seu auge entre 1910 e 1925 apoiadas no modelo implementado pelas de máquinas político-administrativas

dos Estados e abertura para a interferência do setor privado. Inserir o estado gaúcho nesse sistema dá-se através da criação de um mercado interno que dinamizasse as relações de produção do país concretizando as relações de trabalho livre, através da agricultura comercial. O fenômeno político, o coronelismo fortalece suas bases através da predominância do poder estadual sob o poder federal e municipal, a população e a esfera pública eram intermediárias do poder dos coronéis. Mas mesmo assim, a política centralizadora pós-1930 predomina por suas raízes burguesas.

A transformação de um baronato que nascera das sesmarias, e, portanto, subordinado ao Estado colonial, para uma classe social que monopolizava a terra e o emprego da força de trabalho contém, em si mesma, a virtualidade da acumulação, mas não ainda as condições plenas de sua realização. [...] O aburguesamento da economia brasileira dependerá, em última instância, pois, da qualidade do controle do excedente, assim como da quantidade ou do volume do excedente (OLIVEIRA, 1997, p. 396).

A organização política republicana dava autonomia aos municípios, ligada à tradição coronelista, deixando evidente o distanciamento e isolamento das regiões menos desenvolvidas dos centros urbanos e industriais. Essas características marcam a expressão de uma sociedade profundamente rural. A falta de comunicação e falta de investimentos públicos subordina os mandantes locais e latifundiários ao estamento burocrático estadual. Gunter Axt menciona uma hegemonia mercantil construída com medidas como a padronização tributária, “[...] confiscando-se competência dos municípios na edição de tributos locais; implantação de impostos, como o territorial rural, que transferiam recursos da zona colonial para o setor mercantil financeiro-litorâneo [...]” (AXT, 2004, p. 7). Ratificamos aqui a presença do intervencionismo estatal no setor de transportes, convergindo para a Capital os investimentos estrangeiros, bem como a atuação na colonização do Norte.

Portando, a institucionalização autoritária não foi uma demanda natural das estruturas sociais, como se chegou a sugerir, frente à qual não se teria opção, nem tampouco produto da informação ideológica positivista, mas, sim foi a fórmula encontrada por segmentos específicos da sociedade para a viabilização do seu projeto político e econômico (AXT, 2004. p. 7).

A atuação do Estado durante a República se pauta pela concepção de uma imigração espontânea, assim a política de colonização está pautada em uma atuação direta na legitimação e regularização de posses (cf. ROCHE, 1969, NEUMANN, 2016). A centralização política organizada pelo Estado dá à Diretoria de Terras e Colonização a qualidade de fiscalizar junto às comissões de cada região os trabalhos de terras, implicando na organização da estrutura da propriedade agrária. As primeiras colônias públicas foram fundadas nas últimas décadas do século XIX, Ijuhy (1890), Guarani (1891) e no início do XX, Erechim (1908).

No período de 1909 a 1928, Ernesto Torres Gonçalves desempenhou papel importante na organização de colônias pautado nos ideais positivistas. Sua atividade englobou a criação de uma reforma na legislação específica, o regulamento de terras de 10 de agosto de 1922 e dispunha de uma série de novas disposições: “1) Aperfeiçoamento da legislação de terras, acomodando-a ao código civil; 2) Simplificação da mesma legislação, dispensando formalidades desnecessárias ou mesmo embaraçosas; 3) Instituição de medidas especiais de proteção aos nacionais, tendentes a radcá-los ao solo; 4) Instituição de medidas de proteção aos indígenas do Estado; 5) Sistematização dos trabalhos de colonização, mediante a sua subordinação às condições o meio físico e social do Rio Grande do Sul; 6) Sistematização dos trabalhos de organização dos povoados, subordinando-os à topografia local; 7) Estabelecimento de medidas especiais de defesa e aproveitamento das matas, erigidas em condições expressas da concessão dos lotes rurais; 8) A necessidade de aprimorar e consolidar novas disposições ao Regulamento de Terras vigente”. (SPONCHIADO, 2001, p. 38-39).

Em 1907 é criado o Serviço de Povoamento do Solo Nacional (SPSN) e a sua diretoria, responsável por atuar em âmbito nacional, visando a implementação imigratória no Brasil. A imigração e colonização deveria ser promovida pelo Governo Federal em parceria com os governos dos estados, empresas de viação férrea e fluvial, companhias e associações de particulares (IOTTI, 2001). Em 1911 é criado o Serviço de Proteção ao Indígena e Localização do Trabalhador Nacional, tornou-se um órgão fortemente ligado ao positivismo na DTC gaúcha, visando dar assistência aos indígenas e fixar os trabalhadores nacionais.

Quadro 2 – Demarcação de Terras Indígenas⁵

Toldo	Comissão de terras demarcadora	Município passado/atuamente	Ano	Área	Área atual - Destinação
Ligeiro	Passo Fundo	Erechim/ Tapejara	1910	4.552 há	5.551 há
Fachinal	Passo Fundo	L. Vermelha/ Cacique Doble	1910	5.676 há	4.598 há - Reduzida em torno de 1940
Caseros	Passo Fundo	L. Vermelha	1911	1.004 há	Extinta e colonizada
Carreteiro	Passo Fundo	Passo Fundo/ Água Santa	1911	601 há	601 há
Nonoai	Erechim	Palmeira/ Nonoai	1911	34.980 há	14.910 há 1941 reserva florestal 1962 - Seção Planalto-colonizada
Ventarra	Passo Fundo	Erechim/ Erebangó	1911	753 há	Extinta em 1962 e colonizada pelo Estado
Serrinha	Passo Fundo	Palmeira/ Ronda Alta outros	1918	34.907 há	1949 parte para reserva florestal 1962 - Extinta e colonizada pelo Governo do Estado

⁵ SPONCHIADO, Breno Antônio. *O positivismo e a colonização no Norte do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2000. p. 107.

Inhacorá	Palmeira	Palmeira/ Augusto	S.	1917	5.859 há	1962 - 1.060 há colonizados; outra parte é destinada a uma Estação Experimental
Guarita e Irapuá	Palmeira	Palmeira/ T. Portela e Miraguai		1917	23.183 há	-
Votouro	Erechim	Erechim/ Valentin	S.	1917	3.100 há	1962 - Parte é colonizada
Lagoão	Soledade	Soledade/ Espumoso			(1.000 há)	Extinta e colonizada

Torres Gonçalves chama a atenção para o investimento público na área de colonização e apontava a necessidade de dotar essas colônias de uma estrutura de comunicação, via viação férrea, fluvial e rodoviária. Referente a região Norte do Estado, defendia a instalação de núcleos coloniais, formados por imigrantes e seus descendentes, tendo em vista a presença de toldos indígenas e elevado número de lavradores nacionais, contribuindo, desse modo, ao progresso desses grupos e da região como um todo.

Nessa perspectiva, entende-se o avanço da colonização rumo ao Planalto Rio-Grandense. As extensas áreas de terras devolutas implicaram na presença mais efetiva do Estado nessa região, via instalação de uma Comissão de Terras e Colonização no município de Passo Fundo, em 1907, responsável pela verificação, reconhecimento e demarcação das terras públicas, bem como a verificação de posses, a fim de identificar irregularidades e refazer as medições, além da venda de terras e arrecadação da dívida colonial (NEUMANN, 2017). Os lavradores nacionais estavam submetidos a expropriação do trabalho nos ervais através da dominação pelo latifúndio, enquanto os colonos recebiam vantagens no processo de colonização, ligados a ideologia da burocracia estatal estavam submetidos às leis e a tributação do Estado (SILVA, 2011; 2016). Para Márcio Both da Silva:

No contexto da Primeira República, o registro Torrens demonstra a existência de um esforço, pelo menos por parte da coalizão de

forças envolvida na sua formulação e a implementação, no sentido de “redefinir as funções do Estado no que dizia respeito à discriminação e demarcação de suas terras” e visava reorganizar o espaço, definindo as terras privadas. (SILVA, 2011, p. 240).

A Constituição Republicana de 1891 ao passar para os governos estaduais a responsabilidade pela discriminação das terras devolutas retirou poder da esfera federal, descentralizou o problema das terras públicas e implementou a legislação estadual, favorecendo diretamente os chefes políticos locais, no sentido de influenciar nos processos de legitimação de posses, utilizando-se de fraudes e grilagens. Desta maneira, burlando a legislação ou o modo como administrativamente elas eram aplicadas, bem como sua própria formulação demonstra inúmeros problemas referentes a legitimação das grandes áreas no processo de formação da propriedade fundiária, Eliane L. Colussi em seu trabalho sobre o Estado Novo e o municipalismo gaúcho demonstra a defesa da autonomia municipal, em termos administrativos e econômicos a partir da Proclamação da República:

A adoção dessas prerrogativas constitucionais diferenciou o municipalismo gaúcho, pelo menos em termos teóricos e jurídicos, do praticado no restante do país. Dois aspectos contidos nesses artigos salientam tal diferença: em primeiro lugar, o direito de o municipalismo elaborar e aprovar suas próprias leis conferia-lhe a possibilidade de chegar a um modelo de governo local mais independente. Os republicanos gaúchos teriam se aproximado, então, de alguma forma, a uma espécie de autogoverno (COLUSSI, 1996, p. 38).

Tendo em vista o projeto político na Primeira República observadas nos elementos que recortamos da historiografia seguiremos nossa análise a partir dos dados que recolhemos sobre a legitimação da grande propriedade e a situação das colônias:

Quadro 3: Preparo de autos de legitimação nas Comissões⁶

Comissões	Autos Velhos (Lei 1850)	Autos novos (Lei de 1889)	Áreas totais discriminadas
Erechim		9.913.276 m ²	9.913.276 m ²
Santa Rosa		11.326.900 m ²	11.326.900 m ²
Passo Fundo	133.801.701 m ²	25.239.028 m ²	159.040.729 m ²
Alto Jacuí	10.876.400 m ²	6.331.417 m ²	17.207.817 m ²
Somas:	144.678.101 m ²	52.810.621 m ²	197.488.722 m ²

Na primeira tabela observamos o andamento de número de autos de legitimação nas comissões no ano de 1917, um número considerável de autos pendentes. A tabela acima é de 1916, evidencia-se um contínuo movimento de autos de legitimação durante a década de 1910. Tratam-se de propriedades com títulos individuais, assim a hipótese que tomamos é a da formação de muitas médias e grandes propriedades, extensos latifúndios de monocultura, com áreas consideráveis de matas. Trata-se agora de um modelo de propriedade rural que remodela o tradicional para a forma moderna de produção. Uma grande quantidade dessas áreas fora desmembrada em heranças ou comercializadas e divididas em lotes rurais para a formação de núcleos coloniais, principalmente nas áreas de matas. No mesmo relatório nos apresenta 1.410 autos de legitimação pendentes, sendo 42 em Cruz Alta, 209 em Lagoa Vermelha, 19 em Palmeira, 81 em Soledade e 356 em Passo Fundo. Estavam legitimados nesse período também 25 autos em Palmeira e 75 em Passo Fundo.

A situação das colônias do Norte é muito variável dependendo de sua localização. No entanto a atuação do Estado como regulador e fiscalizador da propriedade da terra marca todas estas estruturas singulares. O processo de *enxamegem* descrita por Jean Roche em *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*, trata do adensamento populacional das *velhas* para as *novas colônias*. A falta de uma

⁶ Relatório da Diretoria de Terras e Colonização apresentado pelo Secretário Dr. Protásio Alves ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 09 de setembro de 1916. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, p. 124.

infraestrutura maior nas colônias fazia com que os colonos alemães, poloneses, italianos migrassem, criando uma movimentação de demanda pela propriedade da terra. Nesse sentido discute-se também a atuação de empreendimentos de colonização, que associava a iniciativa privada ao poder público na criação de núcleos coloniais, bem como indivíduos que cercavam uma área de terras para demarcar em lotes e vender. Ressalta Rosane M. Neumann (2016, p. 335): “A colonização tinha por premissa povoar uma área literalmente desocupada, incorporando-a ao sistema de produção capitalista”.

A colonização no Norte do Estado dividiu as terras em lotes muito pequenos, chamados minifúndios, em média 25 hectares destinadas às famílias de colonos. A política de colonização do Estado na região Norte buscava: “[...] legitimar o latifúndio, retirar ou regularizar os posseiros, então alçados à categoria de *intrusos*, e desembaraçar as terras para a colonização” (NEUMANN, 2017, p. 128). A demanda por áreas coloniais produziu a ação do capital privado que investia na compra de áreas para organizar o fluxo populacional de migrantes internos e imigrantes, em sua alocação nos lotes.

A colonização do norte do Estado procedeu-se baseada no retalhamento das terras em colônias – 25 há em média – destinadas a cada família de colonos. Isto engendrou uma agricultura colonial (já mencionada), numa região em que as colônias e os pequenos núcleos sedes destas proliferaram-se rapidamente. São exemplos: Ijuí em 1890, Guarani das Missões em 1891, Saldanha Marinho em 1895, “Não-me-Toque” em 1897, Barra do Colorado em 1897, NeuWütemberg em 1899 (hoje Panambi), Sobradinho em 1901, Coronel Selbach em 1906, Erechim em 1908, Sarandi em 1916 e outras. As colônias mais recentes foram “14 de Julho” (hoje Santa Rosa), Porto Lucena e Tucunduva. Mais ao norte, em direção ao Rio Uruguai, as colônias de Guarita do Iraí (hoje Iraí), Três Passos e Crissiumal. E, por fim, dá-se a conquista a terra na última zona florestal do Rio Grande do Sul: 70.000 hectares desbravados no município de Palmeira ou na periferia do Erechim e de Lagoa Vermelha. Os núcleos

previamente existentes nesta área eram Cruz Alta (tornou-se município em 1834), com Palmeira das Missões e Passo Fundo no seu interior, e São Borja, com os núcleos interioranos de São Luiz e Santo Ângelo. No litoral, a sede municipal de Santo Antônio da Patrulha mantinha o núcleo interiorano de Vacaria, já em cima da serra (norte do Rio Grande do Sul – no nosso caso). Passo Fundo emancipa-se em 1857; Santo Ângelo e 1873 e Palmeira das Missões em 1874. As sedes das antigas colônias, nesta região, emancipam-se a partir de 1912 com Ijuí, 1918 com Erechim, 1931 com Santa Rosa e Carazinho, 1933 com Iraí e 1944 com Três Passos (RÜCKERT, 1981, p. 26).

A intrusão das terras no Norte do Estado era exponencial, tratava-se em dados empíricos da Diretoria de Terras e Colonização de 50.000 pessoas. Para combater essa prática foram emitidos editais apenas no final da década de 1910 que permitiam o despejo dos intrusos recentes, para os que ocupavam as terras a mais tempo para a agricultura, se solicitado poderia adquiri-la pelo valor de mercado com 50% a mais seu valor, no entanto aos que se encontravam em terras do domínio privado estariam sujeitos aos despejos que seus proprietários promoverem.⁷

Aponta Neumann (2017, p. 128) que em fins de 1912 e início de 1913, os trabalhos foram direcionados para demarcar as terras devolutas existentes entre os Rios Marau e Taquari, e outra turma, na região do Carreteiro e Campo do Meio. Nessa região os lotes eram demarcados de forma avulsa, recebendo um contingente populacional da Colônia Guaporé. Intensa movimentação de italianos descendentes ou nacionalizados na região Norte da última colônia oficial fundada nas proximidades da colônia Alfredo Chaves, colônia Antonio Prado ao norte do Rio das Antas, colônia Dona Isabel, Conde d’eu e Caxias ao sul. No século XIX, pelas análises documentais de Giovani Balbinot e João Carlos Tedesco durante a década de 1870 as câmaras de Passo Fundo, Triunfo e Taquari

⁷ Relatório da Diretoria de Terras e Colonização apresentado pelo Dr. Ildelfonso Soares Pinto ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d’"A Federação", em 1919, p. 351-355.

dirigiram-se ao presidente da Província reclamando das vantagens econômicas geradas pela navegação no Rio Taquari. “Solicitando também a construção de uma estrada de rodagem que substituísse o caminho vicinal que ligava Campo do Meio, em Passo Fundo, até as margens do Taquari, área do futuro distrito de General Osório e, após emancipação, município de Muçum” (2015, p. 220). A diretoria de Terras e Colonização aponta uma variedade de sujeitos a fim de regularizar suas propriedades nas áreas localizadas na encosta do Planalto e nas zonas de campo de Cima da Serra:

A maioria das reclamações de terras subsistentes no Estado está localizada no norte do município de Guaporé. Por vezes esta Diretoria tentou encaminhal-as, esbarrando sempre na dificuldade da localização das áreas na planta existente daquele município. Isto exigia a inspecção no local por um funcionário familiarizado com os assumptos de terras. E não tendo sido possível conseguir-se semelhante serviço do actual encarregado dos núcleos Guaporé, Anta Gorda e Itapuça, foi só em fins do anno passado que o funcionário posteriormente designado, o actual chefe de secção engenheiro Lindolpho Alipio R. da Silva, poudo dar desempenho a essa missão. Elle procurou localizar na planta de Guaporé as áreas reclamadas tanto quanto o permitem a deficiência dos documentos⁸

Pedro Einloft, por dois sítios intitulados *Serro dos Pardos*; Christiano Matte, por um sítio no lugar denominado *Guaporé*; Antonio Manoel de Araujo, pelo sítio *Guabiroba*; Guilherme Einloft, pelo sítio *Sangão*, Dorken & Cia. Hermogenes Manoel de Carvalho, Eliseu Manoel de Carvalho e D. Marinha Alves Teixeira, pelo sítio *Guavijú* ou *São Domingos*; Bernardo Sussen e Theobaldo Friederichs, pelo sítio *São Domingos*; João Morganti e Germano Meisterlin, por terras sobre o rio Carreiro; Theobaldo Friederichs, pelo sítio *Lageado Tigre*; D. Elisa Bunchmaunn, Nicolau Stein e

⁸ Relatório da Diretoria de Terras e Colonização apresentado pelo Secretário João J. Pereira Parobé ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 20 de agosto de 1913. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, p. 64-6

outros, João Klahr, Conrado Spohr, Pedro José Krentz, Antonio Seibel, Antonio Seibel Filho, João Seibel, Elisabeth Seibel e outros por terras na *Cascara*; Banco da Província, Guilherme Einloft, Bernardo Sasseu, Antonio Diehl e Fraeb & Cia. Pelo *sítio da Frente*; Dorken & Cia. Pelo *sítio Caçador*; Adão Hoffmann, pelo *sítio Rodeio Bonito*; Antonio Buchmann, pelo *sítio Lageado Ruivo*.⁹

A Diretoria de Terras e Colonização informa que: 1) os títulos exibidos são todos os casos de “origem viciosa”, 2) as divisas são bastante imprecisas 3) os dez primeiros títulos se encontram superpostos uns aos outros, 4) a colonização atingiu parte das áreas, 5) a área dos dez primeiros títulos informadas pelos interessados é de 967.331.586 m², ao passo que pela verificação a área trata-se de 380.000.000 m² aproximadamente.

Nos interessa sintetizar essas informações para demonstrar a presença de indivíduos ou conjunto de particulares interessados em áreas de terras no Norte do Rio Grande do Sul nas proximidades dos Rios Carreiro e das Antas, próximos aos núcleos de colonização que recebem posteriormente levas de adensamento populacional no modelo de pequenas colônias que vão sendo incorporadas a essas médias propriedades rurais. Assim, é possível investigar e pôr em discussão o modelo de comercialização de terras. A privatização da propriedade da terra no Brasil envolve elementos estrangeiros e empresas particulares por intermédio da atuação estatal.

De janeiro a junho de 1913, foram medidos e regularizados 9.078 hectares, em indenizações para quatro proprietário, aparecendo Mathias Steffens com quatro posses e a maior área. Também foram normalizadas posses de 21 posseiros, totalizando 3.433 hectares. Restavam ainda 88 nomes de requerentes de terras, perfazendo quase 2.000 hectares e parte ainda não calculada, em: Serra do Ligeiro, Mato Castelhana, Campo do Meio e Marau. Ao

⁹ Relatório da Diretoria de Terras e Colonização apresentado pelo Secretário João J. Pereira Parobé ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 20 de agosto de 1913. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, p. 64- 65. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

todo, 14. 465 hectares foram discriminados” (NEUMANN, 2017, p. 135).

Na documentação que também trata de indenizações apresenta casos como de Mathias Steffens com três polígonos (51.417.963 m²), Hildebrando do Amaral Fão (7.944.406 m²), Ferrer do Prado Sobrinho (27. 878.400 m²), Manoel Fagundes de Souza (10.903.200 m²), um total de 98.143.069 m².

Por fim, em meio ao círculo comercial da compra e venda de terra, a presença do Estado estaria centrada em frentes de ação diversas: a regularização da posse, a colonização/fixação dos trabalhadores e a demarcação dos chamados “toldos”. Os dados são importantes para o levantamento de hipóteses para o estudo do povoamento colonial em âmbito da história regional. A diretoria informava no Relatório de 1913 a realização dos trabalhos da parte técnica de 16 autos de legitimação, com área de 34.339.421 m² e 19.531.450 m² para 29 interessados em pequenas áreas.

Em 1917 e 1918, a presença efetiva da atuação na demarcação de lotes, somando 24.562 e 27.535 lotes respectivamente. A atuação na região de Soledade foi de apenas 3.323 hectares, demarcados 3.506 lotes pelo fato dos trabalhos serem bastante iniciais. Em 1917 Passo Fundo com 5.417 lotes em uma área de 9.125 hectares com média de 23,7 por área de lote, enquanto Erechim com 7.158 lotes, em uma área de 15,702 hectares com média de 30,7 por área de lote. Santa Rosa com área de 11.954 hectares em 1917, aumentou em 15,318 em 1918. Guarany com 12.800 hectares em 1917 permanecendo em 1918 na segunda posição de maior número de lotes por Comissão com 11,244 hectares.

Tabela 5: Lotes Rurais, demarcados, concedidos e devolutos ano de 1917¹⁰

Comissões	Anteriores	Demarcados	Concedidos	Devolutos	Área (há)	Média (há)	Total (Comissão)
Erechim	560	598	490	668	15,702	30,7	7.158
Guarany	663	52	256	459	12,800	24,6	6.591
Passo Fundo	264	380	183	467	9,125	23,7	5.417
Santa Rosa	862	459	646	675	11,954	26	1.887
Soledade	922	242	492	672	3,323	25,9	3.506
Somas	3,271	1,731	2,067	2,941			24,562
Médias Gerais					26,2		

Tabela 6: Lotes rurais, demarcados, concedidos e devolutos 1º semestre de 1918¹¹

Comissões	Anteriores	Demarcados	Concedidos	Devolutos	Área (há)	Média (há)	Total (Comissão)
Erechim	668	329	193	804	8,179	24,8	7.487
Guarany	459	46	60	445	11,244	24,5	6.640
Lagoa Vermelha			1,579	325		25,2	1.904
Passo Fundo	78	135	151	622	3,244	28,4	5.439
Santa Rosa	675	558	418	815	15,318	27,5	2.445
Soledade		114	118	670	2,913	25,5	3.620
Somas:	1.880	1.182	2,519	3,721			27,535

Erechim em 1918 diminuiu a área dos lotes, 8,179 com média de 24,8 por área de lote aumentando o número de demarcações de lotes em comparação com 1917, o que representa uma diminuição no tamanho das pequenas propriedades. Já em Passo Fundo, a área

¹⁰ Relatório da Diretoria de Terras e Colonização apresentado pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 13 de agosto de 1918. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d' "A Federação". p. 228.

¹¹ Relatório da Diretoria de Terras e Colonização apresentado pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 13 de agosto de 1918. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d' "A Federação". p. 228.

por lote que era 23,7 em 1917 aumenta para 28,4 em 1918, no entanto a área demarcada no 1º semestre é 3,244 hectares. Lagoa Vermelha demarcou 1.904 lotes numa área média por lote de 25,2.

Soledade e a região Norte de Guaporé terá um ritmo de trabalho maior nos próximos anos. Mas a valorização das áreas não se dará da mesma forma que nas terras de Erechim. Para confirmar esta hipótese é necessário conseguirmos avançar nas pesquisas e sistematizar as fontes da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, produzindo análises comparativas e estudos de caso. Mas a Diretoria de Terras e Colonização demonstra o panorama e a síntese da organização da colonização, ao passo que a documentação das Comissões em específico tratam de elementos para análise histórica em escala reduzida.

No relatório de 1922 a Diretoria apontava para 1920, 32.914 lotes rurais com área de 863,516,89 hectares, dando média de 26,23 hectares por lote, em 1921 o número de pequenas áreas era 34.476, com área de 902.997,86 hectares, sendo a média 16,19 hectares, Erechim permanecia como comissão que mais demarcava lotes, 9.812, com área de 233.160,16 hectares, a menor é Palmeira com 654 lotes com área e 16.219,50 hectares. Em 1921 foram demarcados 1.626 lotes com área de 43.127,09 hectares dando média de 26,52 por lote, sendo a comissão de Erechim a que mais demarcou lotes: 431, enquanto Lagoa Vermelha a que menos demarcou: 145.¹²

Actualmente a demarcação é precedida do estudo do terreno, decomposto este em pequenos polygonos, e os lotes orientaes segundo os cursos d'agua e as estradas ou caminhos, de modo a terem todo aguas e sahidas. E desde então, as formas e áreas dos lotes ficam dependentes das imposições do terreno, posto que se

¹² Relatório da Diretoria de Terras e Colonização apresentado pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 15 de agosto de 1922. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d' "A Federação". p. 391-392

procure as formas mais simples, de preferencia retângulos de 30 hectares, em média.¹³

O intervencionismo para com os investimentos de transporte e colonização são nítidos na documentação e confirmam o discurso historiográfico sobre a atuação do Estado na colonização do Rio Grande do Sul. “Basta a enumeração das zonas que esta grande linha está destinada a servir para ajuizar-se da sua extraordinária importância econômica. Dessas zonas, umas estão desprovidas ainda de vias de exportação e outras já servidas, mas por uma linha (Santa Maria – Passo Fundo – Marcelino Ramos) sem capacidade para realizar o tráfego da região, e que reclama ser aliviada. Essas zonas são essencialmente: a extensa zona industrial em organização no norte do Estado, tendo por centro Iraí, e as dos municípios pastoris, e sobretudo coloniais, de Palmeira, Erechim, Passo Fundo, Soledade, Guaporé, Encantado, Lageado, Estrela, Venâncio Ayres, Taquari, Santo Amaro, Triunfo, Montenegro, S. Sebastião, S. Jerônimo, S. Leopoldo e Porto Alegre. E cumpre ponderar que essa importante linha coletora atenderá simultaneamente à necessidade imperiosa da ligação mais direta possível, dos centros produtores da Zona Norte (os mais importantes deles e a maioria), com o nosso porto marítimo, de comunicação com os outros Estados e os países estrangeiros [...]”¹⁴

Dessa forma, a modernização no setor comercial e na economia de mercadorias dinamizou o cenário gaúcho. A fronteira agrícola avançou para além do Rio Uruguai, aumentando o fluxo migratório para Santa Catarina e Paraná.

¹³ Relatório da Diretoria de Terras e Colonização apresentado pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 13 de agosto de 1918. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d’A Federação”. p. 228.

¹⁴ Relatório da Diretoria de Terras e Colonização apresentado pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 15 de agosto de 1922. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d’A Federação”. p. 423-424.

Considerações finais

Portanto, a partir da discussão da atuação do Estado na política de colonização durante o regime republicano no Norte do Rio Grande do Sul, o ensaio partiu do problema inicial de analisar o modo de ação dos órgãos de fiscalização da propriedade da terra e a criação de colônias públicas e particulares, a demarcação de área indígena e a legitimação do latifúndio. Demonstra-se, portanto, a organização dos trabalhos de colonização com objetivo do Estado em concentrar a administração das terras públicas, gerindo a venda e a organização burocrática.

Referências

- AXT, Gunter. **Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros**: a prática política no RS. Cadernos IHU Ideias, São Leopoldo, ano 2 - n. 14, p. 1- 23, 2004.
- COLUSSI, Eliane Lúcia. **Estado Novo e municipalismo gaúcho**. Passo Fundo: Ediupf, 1996.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- FERREIRA, Mariluci Melo; SIQUEIRA, Rosimar Serena. **O contexto econômico e político de Passo Fundo ao século XIX à década de 1930**. In: DIEHL, Astor Antonio. **Passo Fundo**: uma história, várias questões. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e Colonização**: legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- NEUMANN, Rosane Marcia. **Terras e Colonização**: A formação da Região Colonial de Passo Fundo. In.: MACHADO, Ironita A. Policarpo; GERHARDT, Marcos. **História do Mundo Rural**: o sul do Brasil. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2017, p. 112-138.

- NEUMANN, Rosane Márcia. ***Uma Alemanha em miniatura***: O projeto de colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2016.
- OLIVEIRA, Francisco de. ***A emergência do modo de produção de mercadorias***: uma interpretação teórica da economia da república velha no Brasil. In: CARDOSO, Fernando Henrique et. al. História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano, tomo III: ***Estrutura de poder e economia (1889-1930)***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- ROCHE, Jean. ***A colonização alemã e o Rio Grande do Sul***. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- RÜCKERT, Aldomar A. ***A trajetória da terra***: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul (1827-1931). Passo Fundo: Ediuopf, 1997.
- RÜCKERT, Aldomar A. As pequenas cidades coloniais do norte do Rio Grande do Sul. ***Boletim Gaúcho de Geografia***, Porto Alegre, n. 9, p. 25-32, 1981.
- SILVA, Márcio Antônio Both da. ***Babel do novo mundo***: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925). Guarapuava: Unicentro; Niterói: UFF, 2011.
- SPONCHIADO, Breno Antônio. ***O positivismo e a colonização no Norte do Rio Grande do Sul***. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2000.
- TEDESCO, João C.; BALBINOT, Giovani. ***A colônia Guaporé, o porto fluvial de Muçum e as companhias de navegação***: nordeste do RS (1892-1950). In: NEUMANN, Rosane M; TEDESCO, João C. Colonos, Colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015. p. 217- 245.

***Quinto Distrito de Taquara? Não! A “Suíça Brasileira”:
as origens do turismo em Gramado
(Rio Grande do Sul, século XIX-XX)***

*Eduardo da Silva Weber*¹

*Daniel Luciano Gevehr*²

Introdução

Marc Bloch, há muito tempo, ensina os historiadores a tomarem o presente como ponto de partida para analisar o passado. Pois bem, Gramado é, atualmente, um destino turístico de renome nacional e internacional, conhecido pelos eventos e características culturais de origem europeia, sobretudo a arquitetura e a culinária. Para atender essa demanda, existe uma estrutura de serviços, incluindo restaurantes e hotéis dos mais variados tipos, que geram desenvolvimento local e regional.

Segundo os últimos dados da FEE (2015), os serviços turísticos detêm mais de 70% das receitas municipais e, de acordo com dados históricos do mesmo órgão, em 1959, pouco após a emancipação política, o mesmo setor já detinha 50% da arrecadação. Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva investigar os primórdios da vocação turística de Gramado, que devem ser

¹ Acadêmico do Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT, RS, Brasil. E-mail: eduardo.weber.historia@gmail.com.

² Doutor em História e professor das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT, RS. E-mail: danielgevehr@faccat.br.

buscados antes da emancipação de 1954, chegando até a época colonial, no século XIX.

A metodologia de estudo empregada é de caráter exploratório, descritivo e explicativo, com análise documental e bibliográfica. As fontes utilizadas envolvem documentos escritos e iconográficos diversos, presentes no Arquivo Público Municipal João Leopoldo Lied, e ainda, praticamente inexplorados, por historiadores. A título de ponto de partida, foram úteis também os escritos de pesquisadores e memorialistas locais.

O texto apresenta-se dividido em sete partes, conforme os elementos que julgamos estarem na origem da vocação turística de Gramado. São eles a geografia, o tropeirismo, a colonização luso-brasileira, a colonização ítalo e teuto-brasileira, o contexto político do RS na República Velha e os investimentos em mobilidade e urbanização

“No alto da Serra Gaúcha, num verde planalto ondulado”: características geográficas de Gramado

A expressão utilizada consiste no verso que inaugura o “Hino a Gramado³”. Elaborado numa época que desejava-se a emancipação, foi utilizado como ferramenta política pelas lideranças e elite econômica que desejam a transformação de Gramado em município. Nesse sentido, atendeu aos usos tradicionais dos hinos, enquanto consolidantes de entidades políticas em formação, conduzindo à construção de uma identidade coletiva e de um ideal de pertencimento (SILVA, 2018).

A geografia está entre os elementos que podem fazer parte da estratégia discursiva dos hinos e constatou-se a sua presença no hino gramadense. Fruto de uma época de transição, quando Gramado aspirava ao status de município, continha ao mesmo

³ Sua letra e música são de autoria do padre José Scholl. A primeira apresentação ao público, deu-se em 11 de outubro de 1953, executado pelas alunas do colégio religioso local (PIZETTA, 1973).

tempo um fechamento e uma projeção para o futuro. Apresentava características de sua história até então - na realidade, uma seleção do que desejava-se ressaltar à época - mostrando o potencial que havia para prosperar.

Convém, inicialmente, transcrever e explicar os trechos do hino onde estão presentes os elementos geográficos. Estes, até a década de 1970, foram a prioridade no discurso oferecido pelo poder público e privado aos turistas:

No alto da Serra gaúcha
Num verde planalto ondulado
Vislumbra-se em meio aos outeiros
O velho e benquisto “GRAMADO”
[...]
Descendo as alturas do centro
Por vales, peraus e escarpadas,
[...]
Riquezas da mãe natureza
Que Deus semeou nesta terra
Ofertam aos muitos turistas
Saúde nos ares da Serra
(PIZETTA, 1973, p. 14).

Gramado localiza-se nas altitudes mais elevadas do espaço geográfico comumente conhecido como Serra Gaúcha - em torno de 650m a 900m acima do nível do mar, segundo Mendes Júnior (2002). A Serra Gaúcha faz parte da Região Nordeste do Rio Grande do Sul e trata-se de uma pequena parcela a Sudeste do imenso Planalto Meridional (ou Planalto Norte Rio-Grandense), “um verde planalto ondulado”, repleto de outeiros, vales, peraus e escarpadas, e cujas altitudes variam entre 200 e 1200m.

Fotografia 1 - Paisagem de Gramado em 1938



Fonte: Arquivo Público Municipal João Leopoldo Lied, Pasta 1930B, Folha 13.

Os limites geográficos são, ao Sul, a Depressão Central, onde estão os Vales dos Rios Paranhana e Sinos. A Norte, encontra-se o Vale do Rio Caí. Pelo Leste, tem-se a Serra Geral, e a Oeste, também o Vale do Rio Caí e, pouco mais distante, o Vale do Rio Taquari.

A cidade, rodeada por rios, acaba inserindo-se nas suas bacias hidrográficas, uma vez que, grande parte dos arroios que existem no decorrer do território, são ramificações deles ou neles desagüam. Ademais, a paisagem onde fundem-se relevo e hidrografia, é responsável por produzir inúmeras cachoeiras.

Blum (1987), Mendes Júnior (2002) apontam outros elementos que localizamos no hino, que são a vegetação, caracterizada pela presença de matas nativas (araucária, gramimunha, xaxim, etc.) e vegetação rasteira, como as gramíneas.

Mendes Júnior (2002) e Daros (1993), ressaltam, ainda, a presença de paredões ou chapadões, algo que está relacionado às características geológicas. Nesse sentido, a constituição rochosa do solo é, sobretudo de basalto (origem vulcânica) e arenito, havendo alternância com terrenos argilosos e pouco profundos, vulgarmente chamados de “banhados” (BLUM, 1987; DAROS, 1993; PIZETTA, 1973).

Não-raro os paredões e rochas estão cobertos de musgos e samambaias. Sendo assim, a existência regular de plantas pré-históricas, como as briófitas (musgos), pteridófitas (samambaias e xaxins) e gimnospermas (araucárias), que necessitam de considerável umidade para a sua fecundação e reprodução, nos conduz a outra característica de Gramado: o clima.

O clima gramadense é outro elemento geográfico que aparece no hino, através da expressão “saúde nos ares da Serra”. Isso, porque, no início do século, quando ainda não haviam tratamentos para doenças respiratórias, como a tuberculose, os médicos recomendavam o clima serrano, cujo ar ajudava na cura (BEHREND, 1999; RIEGEL, 2000).

Conforme Blum (1987) o clima de Gramado é ameno e faz bem para a saúde. Suas temperaturas variam entre os limites de 30°C, no verão, e -2°C, no inverno, apesar de, ocasionalmente, serem registradas temperaturas mais altas e mais baixas. Quanto aos índices pluviométricos, no Planalto ocorrem os mais altos e, ainda que os meses chuvosos sejam de junho a outubro, o clima de verão não perde sua umidade. Durante o inverno, podem ocorrer, casualmente, geada e neve, mas o fenômeno mais comum é o nevoeiro (ou cerração) (BLUM, 1987; DAROS, 1993).

Esse relevo acidentado, com alternância de pequenas elevações e locais planos, cobertos por árvores ou vegetação rasteira, produziu uma topografia atrativa a quem passasse pela região, primeiramente para os tropeiros e depois para os turistas.

“Vislumbra-se em meio aos outeiros, o velho e benquisto ‘Gramado’”: um local de repouso transitório para tropeiros

Nessa perspectiva, a memorialista local, Daros (1993; 1995), afirma que, em tempos remotos, existia um vasto gramado, localizado em área plana e rodeado de árvores e nascentes de água, e que deu fama ao território. A partir de então, a nomenclatura

“Gramado” foi incluída no vocabulário toponímico dos tropeiros, que começaram a utilizá-lo como ponto de repouso.

Desde o século XVIII, a Serra Gaúcha fora rota estratégica de tropeiros, ligando o Sul pecuarista do Estado (fornecedor de gado e animais de montaria) ao Sudeste brasileiro das minas e grandes feiras (consumidor), pelo denominado “Caminho do Sertão”. Esse caminho, aberto por volta de 1734, vinha do Sul, passando por Viamão e Santo Antônio da Patrulha, seguindo, então, pela Serra (São Francisco de Paula e Bom Jesus), em direção a Lages e Curitiba, até chegar em São Paulo.

Apesar de remeter a um sistema econômico tão distante, essa movimentação atendia aos interesses dos próprios tropeiros paulistas e lagunenses (FÉLIX, 1996), acarretando na ocupação e povoamento da região serrana gaúcha (BARROSO, 2006), incluindo Gramado. Mas não só. Sustenta Barroso (2006), que os locais onde houve percurso de tropas, foram impulsionados social, econômica e culturalmente; além disso, as paisagens foram alteradas e redes de múltiplos significados foram construídas:

A fixação humana no trilho das tropas determinou o nascimento de nucleações, fundadas pela necessidade de garantir a sua passagem ou estabelecer o fisco e/ou a cobrança das mercadorias em trânsito. Nas imediações dos passos dos rios ou dos registros/guardas fiscais arrecadadoras (pedágios do tempo colonial), não poucas povoações foram plantadas. Os locais de pousos e invernadas foram articuladores também de povoamento (BARROSO, 2006, p.172/173).

Gramado foi uma dessas áreas incorporadas ao caminho das tropas dada a sua importância como local de pouso. Isso justifica-se, pois, até o primeiro quartel do século XX, o transporte comercial até a Serra era penoso e demorado, necessitando de paradas periódicas ao longo do trajeto. Igualmente, era frequente a busca de novos caminhos, mais curtos, menos tortuosos e com possibilidade de parada. Nesse sentido, Dorneles (2001) pontua que construiu-se

uma identidade de Gramado como sendo, desde os primórdios, um local de descanso para pessoas envolvidas com o comércio, o que, de certo modo, mantem-se até hoje.

A passagem e parada dos tropeiros proporcionaria, ainda, o surgimento das primeiras hospedarias e pensões, que seriam a semente dos hotéis da região, cuja expansão numérica dar-se-á na segunda metade do século XX. Assim, o tropeirismo lega a Gramado a sua vocação hospitaleira, além de características como a transitoriedade e extraterritorialidade, antecipando aspectos que, de acordo com Bauman (2001), surgiriam apenas no estágio atual da Modernidade, além de definirem o turismo contemporâneo.

Apesar disso, os tropeiros também se fixariam. Em suas andanças pela Serra Gaúcha, haviam acumulado um considerável conhecimento geográfico, que permitiu-lhes estar um passo à frente do restante da população e, assim, chegarem antes na “corrida das sesmarias⁴”. Desse modo, os elementos geográficos e a presença de terras desocupadas, seriam responsáveis pela atração dos primeiros colonizadores luso-brasileiros, na segunda metade do século XIX.

De tropeiros a posseiros: o início da colonização luso-brasileira

Pesquisadores e memorialistas locais, apontam José Manoel Correa⁵, juntamente com a esposa⁶ Ana Brandina Aurélia do Nascimento⁷ e filhos; e Tristão José Francisco de Oliveira⁸, também

⁴ Terras devolutas, isto é, terras públicas desocupadas, que começaram a ser distribuídas pelo governo português, por volta da terceira década do século XVIII, visando a apropriação militar do território rio-grandense. Via de regra, sua extensão era 3 léguas por 1 légua (cerca de 13000 hectares) (PESAVENTO, 1984).

⁵ Natural de Lages, SC. Descendente de açorianos e de habitantes de Laguna, SC (OLIVEIRA, 1996).

⁶ Casaram-se em 12/04/1845, no município de Gravataí (OLIVEIRA, 2013, p. 63).

⁷ Natural de Gravataí. Seu pai, de Cotia, SP e sua mãe, de Santo Antônio da Patrulha (OLIVEIRA, 1999, p. 20).

⁸ Natural de São Leopoldo. Descendente de açorianos e de habitantes de Gravataí, Viamão, Laguna e Campos dos Goytacazes, RJ (OLIVEIRA, 2013, p. 37/38).

com a esposa⁹ Leonor Gabriel de Souza¹⁰ e filhos, como sendo os primeiros colonizadores de Gramado (BLUM, 1987; DAROS, 1993; OLIVEIRA, 1996, 1999, 2013; PIZETTA, 1973). Eram tropeiros (BLUM, 1987; DAROS, 1993, 1995, 2000; OLIVEIRA, 1996) e descendiam de luso-brasileiros que também foram, como prova-se pela sua genealogia, locais de nascimento e casamento. As cidades presentes nos registros¹¹, mostram que seus antepassados estão inseridos numa rede que liga o Rio Grande do Sul ao Sudeste brasileiro, via Serra.

Os primeiros colonizadores foram tropeiros que se sedentarizaram¹², e se estabeleceram nas imediações “do Gramado”. Construíram ali, o “primeiro rancho de tábuas, com madeiras falquejadas” (BLUM, 1987, p. 23) e iniciaram atividades econômicas diversas, como agricultura, pecuária e sobretudo, extrativismo de árvores como a erva-mate e a gramimunha (BLUM, 1987; PIZETTA, 1973; DAROS, 1993, 2000). Da gramimunha, retiravam a madeira e a casca, rica em tanino, que era, então, secada e levada no lombo de burros para Taquara, São Sebastião do Caí e São Leopoldo, para ser utilizada como tintura nos curtumes (DAROS, 2000; PIZETTA, 1973).

Atendendo às disposições da Lei de Terras¹³, a demarcação de maior parte do território gramadense foi registrada oficialmente em

⁹ Casaram-se em 30/12/1874, no município de São Francisco de Paula (OLIVEIRA, 2013, p. 44).

¹⁰ O pai de Leonor possuíam, desde 17/07/1856, terras que, atualmente, abrangem parte do município de Canela e de São Francisco de Paula (OLIVEIRA, 2013, p. 10; OLIVEIRA, 1996).

¹¹ Os dados foram coletados das obras e artigos de Sebastião Fonseca de Oliveira, pesquisador de registros de terras e genealogias, que traz descrições *ipsis litteris* de documentos desse tipo, os quais são importantes para compreender o início do processo de colonização de Gramado.

¹² Conforme Pesavento (1984), os tropeiros sedentarizados, juntamente com ex-militares tornados fazendeiros, foram os grupos preferidos da Coroa para a distribuição de terras.

¹³ Como ficou conhecida a Lei 601 de 18/09/1850. Essa legislação tinha como objetivo o ordenamento jurídico da propriedade da terra e, ao mesmo tempo que visava a regularização fundiária das sesmarias já existentes, definia terras devolutas e seu acesso por compra no regime da colonização. A terra, antes símbolo de status social, a partir desse momento, começa a ser tratada como mercadoria (GIRON, 1980; SEYFERT, 2007).

1880, em nome de José Manoel Corrêa¹⁴, afirmando que a posse era sua desde 1845. Posteriormente, essas terras foram sendo vendidas para outros colonizadores (BLUM, 1987; CASAGRANDE, 2006; OLIVEIRA, 1999, 2013), como veremos a seguir.

Entre compadres, parentes, padrinhos e afilhados: a importância estratégica do território, a expansão do núcleo pioneiro e a colonização por ítalo e teuto-brasileiros

Desde o início, esse território era estratégico. Primeiramente, por fazer parte da trajetória de tropeiros, entre Viamão/Santo Antônio da Patrulha e São Francisco de Paula/Bom Jesus, como local de repouso transitório. E depois, ao pertencer a Taquara, porque fazia a fronteira norte do município e encontrava-se à longa distância da sede, por volta de 50km. À vista disso, não podia ficar desocupado e muito menos desprovido de monitoramento e arrecadação fiscal. Nesse sentido, os tropeiros e o estabelecimento de redes sociais diversas, foram peça-chave.

Segundo Bauman (2001), na Modernidade, o tempo torna-se a principal ferramenta de poder e dominação, uma vez que quem movimenta-se mais rapidamente pode reivindicar uma fração maior de território, além de controlá-lo, mapeá-lo e supervisioná-lo. E os tropeiros tinham o tempo a seu favor, já que, deslocando-se sob animais, possuíam certa vantagem (mesmo não sendo muita) em relação às demais pessoas, fazendo com que transitassem mais rapidamente sobre o espaço, o conhecessem e passassem a reivindicá-lo, assim como fiscalizá-lo.

Kühn (2006) analisa as relações entre família e poder, buscando compreender em conjunto as redes sociais, as relações de

¹⁴ Blum (1987) relata que a posse teria ficado em nome deste, a pedido de Tristão de Oliveira, mas não encontramos outra fonte que afirme o mesmo. Segundo consta, Tristão e sua esposa “não preenchiam os requisitos exigidos pela lei que regulava a distribuição de terras que era ser casado, contar com mais de 25 anos de idade e ter cinco filhos. Em razão disso, foi necessário o socorro ao *compadre* em Lages, de quem consegui procureação e uma ponta de gado para provar a posse. E a escritura de uma sesmaria de terras lhe foi outorgada [...] (BLUM, 1987, p. 182. *Grifo nosso*.)

parentesco, residência e vizinhança, além das estratégias matrimoniais e dos sistemas de herança, assim como o papel dos vínculos de amizade e solidariedade. Para ele, em muitos casos, esse “universo de sociabilidade em que se inseria o indivíduo” (KÜHN, 2006, p. 226) representava um “instrumento de formação de alianças econômicas e políticas” (KÜHN, 2006, p. 232). Em relação ao povoamento de Gramado, isso não foi diferente.

José Manoel Correa, tropeiro, possuía oficialmente a posse. Tristão de Oliveira, também tropeiro, chegou pouco depois, mas não por acaso. Além de seu sogro possuir terras nas proximidades, Oliveira (1999) nos traz a informação de que, seu padrinho de batismo e de casamento foi Tristão José Monteiro¹⁵ e que até seu nome teria sido inspirado nele. Ademais, seria delegado pelo intendente de Taquara, Diniz Martins Rangel¹⁶, à função de “Guarda de Quarteirão” ou “Inspetor de Seção”, objetivando o controle das “descidas para trocas de mercadorias, em Taquara, Parobé, Santa Cristina, Santo Antônio, São Leopoldo, a volta com rapaduras, cachaça, cereais, cana, doces e o contato para instruções [...]” (DAROS, 1993, p. 54).

Os dois *compadres* tropeiros foram os primeiros colonizadores, mas logo viriam outros. Um vasto território como esse, que possuía, segundo os documentos, 16 480 000 m² (OLIVEIRA, 1999), não poderia ficar despovoado. Após estes, viriam outras famílias, também com sobrenomes luso-brasileiros, como Narciso, Santos, Ferreira, Teixeira, Dias, Pereira, etc., cujos integrantes, conforme mostram as genealogias, transcritas por Oliveira (2013), possuíam relações de parentesco com os dois

¹⁵ Segundo proprietário da Fazenda do Mundo Novo, às margens do Rio dos Sinos. Transformá-la-ia, no ano de 1846, em Colônia do Mundo Novo, dividindo-a em terrenos que seriam vendidos, sobretudo, a imigrantes alemães. Seu projeto colonizador, está nas origens de Taquara (FERNANDES, 2011).

¹⁶ Daros (2000) relata que este chama Tristão de Oliveira de “compadre” e possuía grande confiança nele. Outro dado curioso, que percebemos nas genealogias transcritas por Oliveira (2013), é que Diniz era parente tanto de Tristão, quanto de sua esposa, Leonor: seus avós eram irmãos.

pioneiros. Logo, formar-se-ia uma pequena vila, com casas afastadas e interligadas por trilhas (DAROS, 1993).

Mas também era importante criar outros núcleos de colonização. Nesse sentido, em torno do ano de 1880, alguns filhos de Tristão de Oliveira, casados com descendentes de José Manoel Correa (OLIVEIRA, 2013), deslocaram-se para o norte e noroeste, fundando a localidade de Linha Nova (PIZETTA, 1973), geograficamente próxima da colônia italiana de Caxias.

Por volta de 1890, aproveitando o crescente movimento migratório¹⁷ no interior do Estado, dividiram, lotearam e venderam as terras de José Manoel Correa, conforme informação e mapa apresentados por Casagrande (2006). A partir daí, inúmeras famílias ítalo-brasileiras foram para aquela direção (DAROS, 1993). Cabe ressaltar, que nesse mesmo contexto e período, a oeste e sul, geograficamente mais próximos das colônias alemãs de Nova Petrópolis e São Leopoldo, também iniciar-se-iam diversos núcleos teuto-brasileiros.

Esse intenso fluxo de ítalo e teuto-brasileiros em direção a Gramado, no último quartel do século XIX, formaria inúmeros outros núcleos de povoamento, as chamadas “linhas”, como são conhecidas, atualmente, as áreas rurais que constituem a zona limítrofe do município em todas as suas direções geográficas.

Esses descendentes de imigrantes alemães e italianos, que habitaram (e ainda habitam) as “linhas” do interior da cidade, seriam responsáveis por constituir as bases socioculturais apropriadas pelo discurso turístico atual, que incluem língua, culinária, festividades e, acima de tudo, a arquitetura. Essas características, fundem-se num dos principais eventos do município: a Festa da Colônia, que teve sua primeira edição em 1985.

¹⁷ Denominado por Roche (1969), de “enxamegamento dos pioneiros”, consistiu no processo de saída dos filhos dos colonos das primeiras colônias alemãs e italianas oficiais em direção a outras partes do Estado. Foi motivado pelo crescimento demográfico, divisão e diminuição das propriedades por heranças e esgotamento do solo aliado às técnicas rudimentares de cultivo.

Esse movimento migratório interno, de luso, ítalo e teuto-brasileiros que colonizaria os mais remotos recantos de Gramado, produziria mudanças políticas importantes - que também não foram fruto do acaso. Estão inseridas na conjuntura da ascensão de novas forças políticas no Estado, e que tinham planos para o território.

O Centro-Norte do Estado em evidência: agentes econômicos emergentes, forças políticas em articulação e o interesse por Gramado

Segundo Pesavento (1984), no Rio Grande do Sul, assim como no Brasil como um todo, paralelamente à transição econômica para o Capitalismo, ocorreu a transição política para a República. Em contrapartida, como região fronteiriça, possuía especificidades, materializadas no dualismo geográfico. Desse modo, enquanto no Império predominou politicamente o Sul pecuarista do Estado, na República o eixo de importância deslocar-se-á para o Centro-Norte, havendo, como consequência, um rearranjo das forças políticas (FÉLIX, 1996).

No Centro-Norte, localizavam-se as zonas de colonização alemã e italiana, onde ascenderam socialmente, desde o Império, novas camadas sociais médias, que praticavam atividades econômicas diversificadas, como a agricultura, o comércio e a indústria. Porém, como suas demandas por representação e autonomia política, além de melhora dos transportes, haviam sido ignoradas, esses grupos sociais resolveram optar pela mudança, aderindo ao partido republicano do Estado: o PRR¹⁸ (PESAVENTO, 1984). Convém pontuar, que esse apoio não seria de todo espontâneo, necessitando além de propaganda intensa, da apropriação e uso político da estrutura de relações sociais e dominação preexistente (FÉLIX, 1996).

¹⁸ Partido Republicano Rio-Grandense.

A hegemonia do PRR no governo gaúcho consolidar-se-á após a Revolução Federalista (1893-1895). A partir de então, esse partido dominará o cenário político do Estado, com “mãos de ferro”, durante toda a República Velha, até 1930. Félix (1996) defende que a manutenção do PRR no poder por tanto tempo, deveu-se, em primeiro lugar, à sua estratégia centralizadora de cooptar as bases locais, alterando a relação poder local/poder estadual, por meio da integração inconsciente dessas lideranças locais à estrutura partidária. Em segundo lugar, porque tornou-se representante dos grupos sociais emergentes, como os novos setores rurais do Litoral e Serra, e das camadas médias urbanas, como profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos. Em terceiro lugar, porque sua base ideológica valorizava o município, mantendo, diga-se de passagem, a sua autonomia assegurada. E, por fim, através das fraudes eleitorais.

Nesse contexto de deslocamento do eixo econômico para o Centro-Norte do Estado, emergência de novos grupos sociais e rearticulação política, o município de Taquara se emancipa e adquire posição hegemônica na região, ao mesmo tempo que o PRR vai esmagando suas resistências oposicionistas e se consolidando (MOSSMANN SOBRINHO; REINHEIMER, 2011).

Parte integrante do município de Taquara e local estratégico por fazer sua fronteira norte, Gramado também passa por transformações políticas. Em decorrência do aumento populacional (que representava também maior contingente eleitoral), em 10 de novembro de 1904, atinge o status de Quinto Distrito de Taquara, sendo Linha Nova a sede (BLUM, 1987; DAROS, 1993).

Como subintendente, foi nomeado o Major Nicoletti Filho¹⁹, segundo Zatti (1999), por convite do próprio Borges de Medeiros, como aparece em carta²⁰ transcrita. O 1º Suplente de subintendente

¹⁹ Imigrante italiano. Ex-combatente da Revolução Federalista, que entrara como maragato e saíra como republicano. De 1893 a 1904, foi delegado de polícia em Taquara (ZATTI, 1999).

²⁰ Documento do Major Nicoletti endereçado a Borges de Medeiros, datado de setembro de 1912. Quem transcreve é um de seus netos, no livro “Raízes de Gramado”.

seria Tristão de Oliveira (BLUM, 1987; DAROS, 1993, 2000). Percebe-se aqui, que o PRR estava a par dos acontecimentos e também encontrou meios de lançar suas redes de poder sobre Gramado. Primeiramente, torna subintendente um italiano (alguém que falava a mesma língua da maioria da população da sede) e, depois, como suplente, um dos mais antigos moradores, que, além disso, era parente do intendente do município e já recebera dele a função de fiscalizar os caminhos. Ademais, Daros (1993; 2000) aponta que na casa de Tristão foram realizadas a maioria das reuniões políticas, assim como as eleições, e que ele era referência nos assuntos comunitários.

Os interesses das lideranças políticas do PRR em Gramado, mostram-se também no precoce estabelecimento do Cartório de Registro Civil, ainda em 1904, que ficaria nas mãos de João Leopoldo Lied, nascido em São Leopoldo, e amigo tanto do subintendente, Major Nicoletti, como do intendente, Diniz Rangel (BLUM, 1987; PIZETTA, 1973).

De acordo com a mesma carta transcrita por Zatti (1999), Nicoletti teria sido enviado provisoriamente por Borges de Medeiros à Linha Nova, em 1904, até que escolhesse um lugar definitivo para a sede do Quinto Distrito de Taquara. A escolha teria demorado cerca de oito anos e a carta seria para sinalizar a confirmação. Quatro meses após a carta, em 17 de janeiro de 1913, pelo ato nº 139, a sede do distrito é transferida (BLUM, 1987; PIZETTA, 1973; DAROS, 1993) para onde está o centro da cidade atualmente: “no Gramado”, nas proximidades de onde estabeleceu-se o antigo núcleo pioneiro. A partir daquele momento, a população de Linha Nova transfere-se quase que totalmente para a sede definitiva, como prova-se pelos registros de compra de terras, e o desenvolvimento ocorre rapidamente (DAROS, 1993; OLIVEIRA, 2013).

Àquela altura, o PRR já vinha cumprindo sua promessa de resolver o problema dos transportes nas zonas de colonização. Em 1903, a ferrovia chegara a Taquara, e não demoraria para que

também chegasse a Gramado, intensificando a urbanização e consolidando seus rumos em direção ao turismo.

O progresso está nas cidades e avança pelos trilhos: o trem intensifica o turismo e urbaniza Gramado

Conforme Pesavento (1979; 1984), o positivismo que integrava a ideologia político-administrativa do PRR, historicamente fora defensor da sociedade burguesa e do desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, somente conservando e melhorando essa ordem social, a sociedade seria conduzida ao progresso. Porém, a falta de transportes adequados era uma barreira à ascensão burguesa e à implantação do capitalismo no Estado.

A partir de então, fundem-se política e economia, através da montagem de um aparato estatal administrativo e burocratizado, que interviria eliminando tudo que impedisse o setor privado de lucrar. Nesse sentido, as principais ações do Estado foram o investimento em infraestrutura, sobretudo ferrovias e portos, e a promulgação de decretos e leis, que forneciam incentivos fiscais e privilégios (PESAVENTO, 1979).

A modernização será a principal bandeira dos políticos do PRR, para captar a simpatia dos grupos sociais emergentes, ligados à agricultura, à indústria e ao comércio. Nesse aspecto, no interior da vida municipal, o coronel será o principal intermediador do desenvolvimento (FÉLIX, 1996). E nesse momento, a urbanização será a principal característica da modernização, tendo o trem como vetor do progresso.

Percebemos isso na mesma carta do Major Nicoletti a Borges de Medeiros, transcrita por Zatti (1999), na qual consta, que o coronel João Correa teria procurado o subintendente, em 1911, para

mostrar-lhe os pontos determinantes e obrigatórios por onde deveria passar a estrada de ferro que pretendia construir de Taquara a Canela. Passeando nós dois a cavalo aqui em Gramado, paramos, e eu disse-lhe que este era um dos pontos por que a

estrada deveria passar, por ser o ponto mais baixo da cordilheira da Serra do Mar com a Serra Geral (NICOLETTI, 1912 *in* ZATTI, 1999, p. 41).

Oito anos depois, no ano de 1919, o trem chegaria a Gramado, na zona periférica ao sul, denominada Várzea Grande. E, por fim, em 1921, chegaria à sede do Quinto Distrito. Doravante, o local que era descrito como repleto de “banhados e matas virgens”, vai adquirindo, nas imediações da ferrovia, feições modernas, como é possível observar na fotografia abaixo, retirada em algum momento entre 1935 e 1940:

Fotografia 2 - Vista panorâmica da Avenida Borges de Medeiros com os trilhos do trem em primeiro plano - Final da década de 1930



Fonte: Arquivo Público Municipal João Leopoldo Lied (*in* CASAGRANDE, 2006, p. 30).

O trem foi responsável por intensificar o fluxo de turistas, contribuindo para qualificar e quantificar a sua tendência hospitaleira, presente desde a época do tropeirismo, que legou-lhe as primeiras pensões e hospedarias. Segundo Casagrande (2006), ainda em 1918, a antiga pensão Bertolucci, transformar-se-ia em Hotel Bertolucci, o primeiro hotel de Gramado. Na década de 1930, surgiria o Hotel Fisch e, na década seguinte, os hotéis Candiago e Sperb. Os quatro hotéis ficavam em sequência na Avenida Borges de

Medeiros (BEHREND, 1999). Até mesmo na localidade ao sul, chamada Várzea Grande, distante 7km da sede, onde o trem chegou primeiro, houve a abertura de um hotel: o Hotel Casagrande.

De acordo com Pizetta (1973) e Blum (1987), na década de 1920, Assis Brasil visitou Gramado e denominou o local de “Suíça Brasileira”. O político gaúcho desembarcou de trem e, ao que parece, sentiu-se atraído pelas peculiares características urbanas do então Quinto Distrito de Taquara, porque existem cinco fotografias suas dessa época e mais um cartão postal. Seria, desse modo, responsabilidade sua a origem e difusão do “apelido”, que confere a Gramado, atualmente, o status de “pedaço da Europa na Serra Gaúcha”. Em contrapartida, a apropriação e patenteamento desse discurso pelo poder público, dar-se-á apenas a partir da década de 1970 (GEVEHR; BERTI, 2018).

Fotografia 3 - Desembarque de Assis Brasil em Gramado, década de 1920



Fonte: Arquivo Público Municipal João Leopoldo Lied, Pasta 1920, Folha 10.

Mas o que teria chamado a atenção de Assis Brasil em Gramado na época? As duas fotografias a seguir, datadas da década

de suas visitas, permite-nos ter uma noção. Além da paisagem e do clima, estão as características arquitetônicas presentes em algumas residências, que chamam a atenção, acima de tudo pelos telhados pontudos e estilizados com lambrequins²¹, assim como pelas sacadas e varandas.

Fotografia 4 - Gramado em 1924



Fonte: Arquivo Público Municipal João Leopoldo Lied, Pasta 1920A, Folha 5.

Imagem 5 - Casa do Dr. Richard Sturmhoeffel, 1928



Fonte: Arquivo Público Municipal João Leopoldo Lied, Pasta 1920A, Folha 6.

O desenvolvimento urbano foi tamanho, que, até o final da década de 1930, Gramado já possuía, além dos hotéis, agência de

²¹ Recortes de madeira com formatos diversos, pendentes no entorno dos telhados. São utilizados, sobretudo, na arquitetura alemã, italiana, polonesa e ucraniana.

correios (1918), escritório do Banco Nacional do Comércio (1918), iluminação elétrica (1920), escola católica (1926), grupo escolar público (1930), farmácia (1930), cinema (1930), Igreja Matriz São Pedro (1935), hospital (1937), e ainda um Café - precursor dos Cafés Coloniais, três casas comerciais e três indústrias artesanais (vime/móveis, vinho e bebidas diversas). Tudo isso possibilitou que o local fosse elevado ao status de Vila, pela Lei Estadual nº 7199, de 31 de março de 1938 (BLUM, 1987; PIZETTA, 1973).

Outro elemento responsável por engrossar as filas do turismo em Gramado, foi uma nova leva de imigração germânica, no início do século XX, dessa vez de uma elite culta, composta de médicos, pintores, professores, além de um agrimensor (SPARREMBERGER, 2000). Esta elite seria responsável por construir parques, como o Parque Knorr e o Parque Hotel; dois lagos artificiais, o Lago Joaquina Rita Bier e o Lago Negro; além de incentivar o ajardinamento do município, através do plantio de flores diversas, sobretudo a hortênsia, assim como outras plantas e árvores exóticas (BEHREND, 1999; KNORR, 2000; SPARREMBERGER, 2000). Ademais, inaugurariam a era das casas de veraneio e incentivariam a visitação a locais de balneário naturais, como as cascatas.

A emancipação viria em 1954, pela Lei Estadual nº 2522, após a primeira tentativa de 1948 falhar (BLUM, 1987). Ou seja, ao final da década de 1940, o progresso urbano motivado pelo turismo e pelo trem era tamanho que os membros da elite econômica e as lideranças políticas da Vila de Gramado, cujos interesses estavam em jogo, acreditavam que àquela altura já poder-se-ia “andar com as próprias pernas” como município.

Considerações Finais

Seguindo a fórmula de Marc Bloch, partimos da situação presente de Gramado em direção ao passado, e, partir da história do município, buscamos compreender o seu presente.

De início, acreditávamos que a ocupação do território de Gramado teria sido obra do acaso, que os colonizadores teriam vindo espontaneamente porque havia terra disponível. A situação, porém, é mais complexa. O povoamento inicial luso-brasileiro de Gramado esteve imbricado de relações de poder, parentesco e compadrio, que tiveram como pano de fundo o tropeirismo.

O tropeirismo, além de proporcionar o reconhecimento geográfico da área, que ficaria famosa, a partir de então pela sua topografia e toponímia, legou-lhe a sua vocação para hospitalidade, transitoriedade e extraterritorialidade, que são marcas do turismo contemporâneo.

O núcleo pioneiro dos luso-brasileiros e a presença de boas terras atraiu os novos colonizadores ítalo e teuto-brasileiros, que deixaram as características socioculturais hoje postas em evidência pelo poder público e privado através da culinária, arquitetura e eventos. Igualmente, proporcionaram o aumento da densidade demográfica do território, que evoluiu em status político, porque isso representava mais eleitores para as forças políticas em ascensão.

Durante a República Velha, a nova configuração política e econômica do Estado e sua tendência modernizadora positivista, trouxeram a ferrovia para o território gramadense, facilitando a vinda dos turistas para o então distrito, que precisou preparar-se estruturalmente. A estruturação para o turismo, através de hotéis, cinema, café e indústrias artesanais, ao mesmo tempo que urbanizou fez com que ascendesse econômica e politicamente uma elite local, que decidiu lutar pela emancipação.

Referências

BARROSO, Vera Lucia Maciel. O tropeirismo na formação do Sul. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa (Dir.). *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 1, p. 171-187 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BEHREND, Cláudio. Etapas do turismo. In: KOPPE, Iraci. *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: Metrópole, 1999, p. 189-193.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BLUM, Germano Marcolino (Org.). *Gramado, simplesmente Gramado*. Gramado: Prefeitura Municipal de Gramado, 1987.
- CASAGRANDE, Gilnei Ricardo. *Um cheiro de vinho: presença italiana em Gramado*. 2006. 106 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- DAROS, Marília. *Janelas, Portas, Varandas e... Saudade: Gramado em algum momento do passado*. Porto Alegre: Evangraf, 1993.
- _____. Do tropeirismo ao turismo: caminhos e atalhos que formaram Gramado. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; VIANNA, Maria Leda Costa; BARROSO, Vera Lucia Maciel. *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EST, 1995.
- _____; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST, 2000.
- DORNELES, Edson Bertin. *Gramado: a produção e consumo de uma imagem de cidade europeia no Brasil*. 2001. 172 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- FERNANDES, Doris Rejane. Dos caminhos de tropeiros às moradas de favor, às fazendas, à cidade de Taquara: História do século XVIII ao XX. In: REINHEIMER, Dalva *et al.* *Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011, p 15-34.

GEVEHR, Daniel Luciano; BERTI, Franciele. *Uma pequena Europa na Serra Gaúcha*: as apropriações culturais na arquitetura no espaço urbano de Gramado (RS). *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 1, jan./jun., 2018, p. 48-57. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/agora/index>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando. *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 47-66.

KNORR, Ilga Korndörfer. Parque Knor: por um ideal. In: DAROS, Marília; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST, 2000, p. 108-114.

KÜHN, Fábio. A prática do dom: família, dote e sucessão. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa (Dir.). *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 1, p. 225-239 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

MENDES JÚNIOR, Cláudio Wilson. *Expansão da ocupação urbana de Gramado*: estudo de caso da aplicação de fotografias aéreas de pequeno formato e SIG. 2002 172 p. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MOSSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto; REINHEIMER, Dalva. A emancipação de Taquara do Mundo Novo: um evento de intensas (re) articulações políticas. In: REINHEIMER, Dalva *et al.* *Caminhando pela cidade*: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos. Porto Alegre: Evangraf, 2011, p. 35-47.

OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. *Aurorescer das sesmarias serranas*: história e genealogia. Porto Alegre: EST, 1996.

_____. Terras e Possesiros. In: KOPPE, Iraci (Coord.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: Metrópole, 1999, p. 13-21.

_____. *Antigos Povoadores de Gramado*. Gramado: Editora das Hortênsias, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: “Estado autoritário e economia”. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. RS: Economia & Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 193-228.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PIZETTA, Mário. *Gramado: ontem e hoje*. Caxias do Sul: Paulinas, 1973.

RIEGEL, Romeo Ernesto. Quatro raízes e uma árvore. In: DAROS, Marília; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST, 2000, p. 25-31.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SEYFERT, Giralda. Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar. In: _____; PÓVOA, Helion; ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de O. (Orgs.). *Mundos em movimento: ensaios sobre migrações*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007, p. 15-45.

SILVA, Aldo José Morais. *O Hino à Feira: entre a representação e a identidade*. Projeto História, São Paulo, v. 61, Jan-Abr, 2018, p. 115-147. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/35587/251>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

SPARREMBERGER, Iara. Identidade cultural de Gramado. In: DAROS, Marília; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST, 2000, p. 137-139.

WEBER, Eduardo da Silva. *Mosè Bezzi (1872-1957): imigração, ferrovia, comércio e relações de poder no Quinto Distrito de Taquara (Gramado, RS)*. Trabalho apresentado no III Seminário Internacional Micro-História, Trajetórias e Imigração, Unisinos, São Leopoldo, 2018. Texto não publicado.

ZATTI, José Augusto. Major José Nicoletti Filho. In: KOPPE, Iraci (Coord.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: Metrópole, 1999, p. 47-53.

**Quando os mortos falam:
análise histórica da localidade de média Santa Maria
do Mundo Novo através do primeiro livro de óbitos
da Igreja Gabriel (1868-1900)**

*Élton Juliano Freitag*¹

A pesquisa em registros paroquiais

Antes do advento da República no Brasil, não havia uma separação entre Estado e Igreja, ou seja, os registros paroquiais serviam como documentos oficiais, inclusive até para fins judiciais, como heranças.

Segundo Marcílio (1983, p.83), os registros paroquiais “formam o corpo de dados mais importante existente para fundamentar os estudos da dinâmica e também do estado das populações modernas de tradição cristã.” Em muitos locais, principalmente em vilas e povoados do interior do país, os registros paroquiais se tornam muitas vezes a única fonte acessível para se refazer a história local.

Conforme Bassanezi (2009), os primeiros a se debruçar sobre os registros paroquiais foram os genealogistas e biógrafos, procurando através desses documentos seus parentes e ascendentes. Mais a frente, os registros serviram de fonte para os chamados historiadores-demógrafos, que através desses, buscaram analisar a fonte com métodos e técnicas mais rígidas. Por fim ultrapassando o campo demográfico, as fontes eclesiais começaram a chamar a atenção da

¹ Graduando em História pelas Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT, Taquara/Brasil.

História Cultural e Social, revelando assim muito da realidade social e cultural de certas regiões do Brasil.

Este artigo, tem como objetivo uma análise quantitativa e demográfica da localidade de Média Santa Maria do Mundo, pois, a pesquisa se dará através da análise quantitativa (mortes, homens/mulheres, idade, mortalidade infantil, doenças). Deve se levar em consideração que diferente da maior parte do Brasil, as localidades mais ao interior do Rio Grande do Sul, principalmente as de ocupação germânica, eram cristãs protestantes, ou seja, os registros paroquiais que analiso neste artigo são oriundos da Igreja Gabriel, igreja luterana da região no século XIX.

Contudo, ao se analisar números juntamente com métodos históricos, temos como linha de pesquisa a “demografia histórica, que engloba tanto interpretações provenientes da demografia, tais como gráficos, tabelas e estatísticas, quanto da história, por exemplo, aspectos cotidianos dos grupos humanos (MACHADO E GHENO, 2013, p.894)”.

A comunidade evangélica de Média Santa Maria do Mundo Novo

Segundo o que consta no “Portal Luteranos” sobre a comunidade evangélica de Igrejinha, é que a mesma foi criada em 1854, ano em que o Pastor Hasbaert iniciou o lançamento em livro próprio da comunidade os batizados, casamentos e óbitos. No entanto, como em todos os territórios de colonização germânica, que é marcado por um grande grau de religiosidade, os cultos e encontros aconteciam já bem antes de 1854, pois conforme Klein (2012)

“[...] devemos pensar nos nossos primeiros imigrantes alemães evangélicos-luteranos que aqui se estabeleceram a partir de 1847, que trouxeram junto a sua Bíblia, o seu hinário e catecismo menor, quando as famílias se reuniam em suas casas, para orações, cantar e também ler a Bíblia. Em 1848, portanto, 1 ano após a chegada das primeiras famílias e conforme o censo realizado pelo Sr. João Daniel Hillebrand já eram 209 pessoas ‘protestantes’ que residiam na região”.

A Igreja Gabriel, que é o local que marca a história dessa comunidade, iniciou sua construção em 1860. Conforme Klein (2012) a construção da igreja envolveu muitos atores da comunidade. Alguns colonos mais afortunados fizeram a doação do terreno, dos materiais de construção e do transporte dos mesmos, o restante da comunidade doou seu precioso tempo para ajudar a levantar o templo. Esse espírito comunitário da localidade, só reforça a importância que a religiosidade tinha nas regiões de colonização alemã.

Uma comunidade luterana é conhecida pelo seu líder, que na maioria das vezes era o pastor da localidade, contudo havia dificuldades e falta de pastores no início da colonização. Na maioria dos casos, as comunidades de imigrantes que se formavam no Rio Grande do Sul, escolhiam entre os seus integrantes, um para realizar os trabalhos religiosos na região. Na comunidade de Média Santa Maria do Mundo Novo, conforme consta no “Portal Luteranos”, havia um pseudo-pastor ou pastor-colono², chamado Cristoph Schäfer, que era alfaiate e fora escolhido pelos colonos locais para ser o líder religioso do local. O pastor Schäfer, quando da chegada do Pastor Karl Friedrich Roos, esteve no papel de oposição ao mesmo, dividindo assim a comunidade naquele momento. Após a morte do pastor Roos, assume a comunidade o Pastor suíço Johann Rudolf Dietschi, que permanece na comunidade de 1873 a 1900³, marco temporal deste trabalho, foi através dos escritos desse pastor que podemos ter acesso a informações da comunidade no século XIX.

Segundo René Gertz (2007), os luteranos no Rio Grande do Sul nunca foram adeptos a estrutura hierárquica-burocrática do luteranismo. Os colonos que aqui se instalavam não buscavam viver fora do luteranismo, porém não queriam mais estar submetido a

² Conforme René Gertz (2007), esse termo tinha um cunho pejorativo por parte da IECLB, que somente a partir da década de 1970, optou em suas obras historiográficas alterar o termo para “pastores-colonos”.

³ Portal Luteranos <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/historia-da-comunidade-em-taquara-rs>> Acesso em 06/05/2018.

uma liderança de fora da comunidade. Queriam eles mesmos ditarem seus destinos, e que os pastores fossem um servo da comunidade e não o contrário.

Portanto, é possível observar como se constitui uma comunidade luterana, suas características e a importância da religião no cotidiano da localidade, e como era essencial o trabalho dos pastores, pois além de comandar a espiritualidade da comunidade, também é através dos escritos dos mesmos pelos livros de batismo, casamento e óbito que podemos ter acesso a um pouco da história da nossa localidade.

A história e o cotidiano nos relatos de morte

O primeiro livro de óbitos da Igreja Gabriel, da localidade de Média Santa Maria do Mundo Novo (atual Igrejinha), relata os óbitos ocorridos na localidade de 1868 a 1964. Nossa pesquisa delimitou um período de tempo compreendido entre 1868 e 1900, ou seja, o século XIX.

Algumas observações são importantes a se fazerem: Em um período compreendido entre 1869 a 1882, os óbitos são registrados de forma mais simples, na maioria dos casos sem a causa da morte. O registro no livro de óbitos era de responsabilidade do pastor da localidade, sendo que entre o período de 1873 a 1900, o Pr. Dietschi foi o responsável pela comunidade de Média Santa Maria. Contudo durante os 27 anos que o mesmo atuou na comunidade, os relatos foram registrados, às vezes, de formas mais simples, outrora, de forma mais elaborada. Essa constatação levanta um questionamento: haveria alguém designado pelo pastor Rudolf Dietschi, que atendia também Taquara e Três Coroas, para registrar os óbitos no livro?

Outra observação importante há se fazer é verificar como a localidade e o próprio pastor não estavam a parte dos acontecimentos históricos da época, como por exemplo, o livro de

óbitos inicia com a morte de 03 homens⁴ que participaram da Guerra do Paraguai⁵, e morreram em batalha. Além da Guerra do Paraguai, há relatos de mortes em decorrência da Revolução Federalista de 1893 a 1895.

Outra característica que chama a atenção nos registros é a descrição de mortes por acidente, arma de fogo e afogamentos, mesmo nos períodos que era pouco registrado as causas da morte, os pastores davam uma atenção diferente para esse tipo de morte, pois como destaca Blume (2010, p. 126-127) os colonos consideravam “mortes por afogamento como uma das mais assustadoras. Afinal, o defunto que não recebesse o tratamento na hora certa estaria condenado a uma penosa existência, sem ingressar no mundo dos mortos, voltando-se aos vivos, pedindo missas e orações para aliviar seu sofrimento”.

Como podemos observar, há ricos relatos nos registros eclesiásticos pesquisados. Outro detalhe importante a ser abordado é o cotidiano e a vida social dos integrantes da comunidade, que pode ser analisado levando em consideração registros dos pastores sobre determinados fatos que levaram a óbito as pessoas.

O primeiro ponto a destacar é um certo grau de armamento que os colonos da localidade possuíam, pois há muitas mortes ocasionadas por armas de fogo, alguns por acidente (caça a animais selvagens)⁶, algumas por assassinato⁷ e até por desavenças e

⁴ Registro de Óbito n° 1, 2, 3 de 1867

⁵ A irrupção da Guerra do Paraguai causou grande temor em toda a sociedade rio-grandense, inclusive na comunidade de origem alemã. Sendo assim, muitos imigrantes alemães apresentaram-se ao serviço militar, para defender o país que bem ou mal, havia os acolhido, além destes, os descendentes de imigrantes, buscavam defender a sua terra natal, já que eram brasileiros (SOUZA, 2015, p.78).

⁶ Registro de Óbito n° 1 de 1885 - Carl Sander - filho legítimo do colono Jakob Sander e de sua falecida esposa Maria nasc. Möbus, nascido em Santa Maria do Mundo Novo a 27/12/1968. A 29/12/1984 ele retirou uma pistola da ferraria; carregou a arma e dirigiu-se à cavalo para sua casa. Poucos passos antes da casa seu tio Ludwig, Sander a arma descarregou em si. O tiro penetrou na perna esquerda. Faleceu a 1/1/1885, às 6h da tarde, de gangrena fria, na idade de 16a. 5d. [...]

⁷ Registro de Óbito n° 13 de 1894 - Jakob Kischler - nascido a 21/12/1867. No sábado 4/11/1894, entre 8-9h da noite, em sua residência em Casa de Pedra, foi assaltado por 3 bandidos e morto instantaneamente por um tiro que lhe atravessou o peito. [...]

brigas⁸. Essas mortes causavam certo sentimento na localidade, pois eram sempre relatadas detalhadamente pelo pastor que a registrava.

A religiosidade como já citada é uma das principais características da colonização germânica no estado. E isso fica evidenciado em relatos no livro de Óbitos da Igreja Gabriel. Em 1884, ao registrar o óbito de August Kampff⁹, o pastor procurou deixar claro que ele era um livre pensador (podemos relacionar esse adjetivo a ateu), pois nesse mesmo relato, o pastor também enfatiza que mais tarde Kampff se converteu ao cristianismo. Nesse mesmo ano, Johann Gottlieb Möller¹⁰ ao falecer, solicitou a familiares que ao morrer não fosse enterrado no cemitério reformado, pois ainda não havia sepultamentos lá e ele não era cercado. Outra preocupação dos pastores era com os sacramentos, pois crianças que não receberam o batismo¹¹ e pessoas que cometeram suicídio não recebiam rituais fúnebres. Ainda havia os colonos católicos, que por não haver igreja de sua religião na localidade muitas vezes eram registrados juntamente com os luteranos¹².

Ainda havia aqueles que tinham suas vidas interrompidas por acidentes relacionados a afogamentos, quedas, fraturas e desastres naturais. Podemos relacionar as mortes por afogamento a dependência dos colonos pelo do Rio Santa Maria (atual Paranhana) para sobreviver. E muitas vezes devido a essa dependência, ocorriam as mortes por afogamento, as vezes ocasionadas pelas enchentes do rio, que até hoje ameaçam os moradores da atual Igrejinha. Houve também afogamentos em poços, e suicídios por

⁸ Registro de Óbito n° 8 e 9 de 1893 - Jakob Scherer e Carl Friedrich Wilhelm Arsand - [...] Esses dois homens entraram em conflito. Arsand utilizou-se de uma faca e abriu a veia cava do pescoço de Scherer. Scherer pegou de sua pistola e matou Arsand. E, assim, os dois se apresentaram diante do Juiz Eterno.

⁹ Registro de Óbito n° 1 de 1884.

¹⁰ Registro de Óbito n° 15 de 1884.

¹¹ Registro de Óbito n° 9 de 1889.

¹² Registro de Óbito n° 4 de 1886.

afogamento¹³. Outros acidentes que ocasionaram mortes na localidade foram: queda de cavalo¹⁴, queda de raio¹⁵, perna quebrada ao cortar lenha¹⁶.

Havia também nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, recorrente problema de alcoolismo pelos colonos, como relatado no Registro de Óbito n° 3 de 1893:

Cristoph FillMann - Sepultado a 8/2, às 4h da tarde, no Cemitério de Alta Santa Maria. Nascido em Alt Simmern, no Hunsrück, a 18/2/1830. No domingo 5/2, apesar do rio estar com o nível elevado, quis atravessá-lo à cavalo. Diante de sua bebedeira, ele caiu e se afogou [...]

Segundo Blume (2010, p. 186) “ao alcoolismo atribuía-se grande parte das mazelas sociais e a antecipação da morte”.

Por fim, precisa-se destacar as doenças que afligiam a comunidade. Vale a observação de que a maioria das doenças que vitimaram os colonos, hoje em dia são facilmente evitadas por vacinas e medicamentos. Através dessa análise podemos destacar a importância do desenvolvimento da medicina moderna presente na atualidade.

As principais doenças eram a varíola, o sarampo, meningite, coqueluche, diarreia, influenza, mal-da-terra, hidropisia, câncer, infartos, derrames cerebrais. Algumas dessas doenças causaram epidemias na localidade, como no ano de 1874, onde há mais da metade das mortes causadas pela Varíola. Essa doença causava temor da comunidade como podemos perceber no Registro de Óbito n° 2 de 1883 de Georg Michael Schaefer:

filho legítimo do casal Conrad Schaefer e de sua esposa Maria Philippine nasd. Schwingel, nascido em Santa Maria a 24/7/1850.

¹³ Registro de Óbito n° 3 de 1878, n° 10 de 1881 e n° 4 de 1884 .

¹⁴ Registro de Óbito n° 12 de 1885.

¹⁵ Registro de Óbito n° 23 de 1887.

¹⁶ Registro de Óbito n° 15 de 1887.

Casou-se em 1874 com Maria Margaretha nasc. Kötzt, Desta união houve 4 filhos: 1 faleceu em 1877 (anos 1877, p.10 n° 5). Faleceu a 24/2/1883, às 4h da tarde, de varíola, com 32 a. 7m., e foi sepultado a 25 de mesmo mês, no Cemitério de Santa Maria. Schäfer era um homem sossegado e trabalhador. O acompanhamento fúnebre foi muito fraco, pois não poderia ser de outra forma, pois nos casos de varíola cada homem se preocupa com sua família.

Sandro Blume (2010) comenta em seu trabalho que os registros paroquiais são importantes para se descobrir a relação entre a morte e a enfermidade nas colônias alemãs. Também, através dessas análises é possível destacar os períodos de maior mortalidade, quais as causas, e as mortes inesperadas causadas por epidemias. Destacando ainda a excepcionalidade que as epidemias trazem ao cotidiano das comunidades, fazendo com que as mesmas procurem meios de controle da doença, além do choque que várias mortes inesperadas causam a uma comunidade relativamente pequena, como as colônias alemãs no estado.

Certamente todas essas situações de causas mortis desestruturam famílias de colonos, porém. para finalizar destaco a morte de dois irmãos em uma diferença de 20 dias¹⁷, a morte de mãe e filho num período de dois dias¹⁸, e a morte de uma mulher no parto¹⁹. Creio que esses acontecimentos, que atualmente não são mais comuns, eram motivos de uma desestruturação familiar, pois deixavam homens sem família, casais sem seus filhos, e crianças sem sua mãe.

A morte em números - as dificuldades de sobreviver em Média Santa Maria do Mundo Novo

¹⁷ Registro de Óbito n° 12 e 13 de 1878.

¹⁸ Registro de Óbito n° 21 e 22 de 1878.

¹⁹ Registro de Óbito n° 12 de 1884.

Ao se analisar registros paroquiais de óbito, é impossível não se tratar de dados demográficos e estatísticos. Pois bem, conforme a tabela 1, vamos analisar a taxa de mortalidade da localidade, em certo período, dividindo a em sexo e faixa etária.

Tabela 1. Porcentagem de mortes conforme primeiro livro de registros de óbitos da comunidade evangélica de Igrejinha, por sexo e faixa etária entre 1868 e 1890.

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
menos de 2 meses	8,7 %	14,2%	11,0%
2 meses a 1 ano	22,8%	19,9%	21,6%
2 anos a 17 anos	21,9%	19,9%	21,0%
18 anos a 59 anos	25,7%	24,8%	25,4%
mais de 59 anos	20,9%	21,2%	21,0%

A primeira análise a se fazer é que morria mais mulheres recém nascidas do que homens, no entanto, isso nos dá uma conclusão também de que se nascia mais mulheres nesse período do que homens, o que poderá ser certificado analisando-se os batismos da igreja. Se levarmos em consideração os dados de morte de jovens que não atingiram a idade adulta, as mulheres também continuam com maior porcentagem de mortes, uma pequena diferença, 54% contra 53,4% dos homens. Contudo se levarmos em consideração a fase adulta, os homens superam as mulheres em percentual de morte, 46,6% contra 46% das mulheres.

Essa tabela nos demonstra a dificuldade em se “vingar” uma vida na localidade, pois mais da metade das mortes, levando em consideração ambos os sexos, é antes de se atingir a fase adulta. Porém o mais preocupante é a alta taxa de mortalidade infantil, levando-se em consideração os parâmetros atuais, que considera morte infantil a morte ocorrida até 01 ano, a comunidade luterana

possui uma taxa de 33,6%. Essa taxa é quase 2.500 vezes superior à taxa de mortalidade atual que é de 0,014%.

Sobre esses altos índices Buchalla, Waldmann e Laurenti (2003, p. 336) explicam que

Até o final do século XIX, as doenças infecciosas e a fome endêmica persistiam entre os principais problemas de saúde pública, sendo responsáveis por elevadas taxas de mortalidade infantil e pela baixa expectativa de vida das populações humanas. Tal situação estava em boa parte relacionada à falta de saneamento, habitações inadequadas, condições de trabalho insalubres e baixo nível de escolaridade, propiciando condições para elevadas taxas de mortalidade por diarreia, varíola, peste, cólera e tuberculose, mesmo em países desenvolvidos.

A dor da perda de uma criança recém-nascida, era consolada pela fé que os colonos possuíam, pois como afirma Blume (2010 p. 242):

À família servia de consolo a ideia de que meninos e meninas mortos, pela sua característica de seres inocentes e queridos por Deus, se transformassem em anjos. Podemos considerar que a morte infantil, neste sentido, era sempre uma boa morte, pois tratava-se de seres puros, cujas almas alcançariam imediatamente o céu.

Encerrando a análise quantitativa demográfica, podemos considerar que chegar a 3ª idade nesse período era uma vitória. Pois apenas 21% dos óbitos aconteceram acima de 59 anos. Diferente de hoje em dia, onde um brasileiro nasce com expectativa de vida de 78 anos ou mais, ao se nascer no século XIX na localidade de Média Santa Maria do Mundo Novo, você tinha menos de 50% de chance de chegar a vida adulta, ou seja, passar dos 18 anos.

Considerações Finais

Como podemos observar, os imigrantes alemães que chegaram ao Brasil enfrentaram diversas dificuldades. Atravessaram um oceano inteiro em péssimas condições, adentraram a terras desconhecidas e aqui fixaram seu lar. Em uma comunidade intimamente ligada a religiosidade, os registros paroquiais podem ser considerados relatos fiéis do cotidiano de uma localidade de imigrantes alemães.

Na comunidade de Média Santa Maria do Mundo Novo, os registros paroquiais da Igreja Evangélica Gabriel, nos demonstraram as muitas dificuldades que os alemães tiveram ao se fixarem no Brasil, como uma taxa de mortalidade infantil superior a 30%, mais de 50% das pessoas não chegavam a vida adulta. Além dessas altas taxas de mortalidade, havia as doenças, epidemias, desastres naturais, e um índice considerável de violência, principalmente por arma de fogo.

Há também a descrição de fatos históricos entre os registros, como por exemplo, a Guerra do Paraguai e a Revolução Federalista. Portanto, finalizamos reiterando a importância da preservação e da pesquisa nos registros paroquiais, pois é através dos mesmos que muitas vezes temos acesso a história de certas localidades do interior, pois na maioria dos casos, são as únicas fontes disponíveis da época.

Referências

Documento:

Primeiro livro de registro de óbitos da Comunidade Evangélica de Igrejinha.

In: Origens - Boletim Informativo do Instituto Genealógico do Rio Grande do Sul. Ano XII - nº 28.

Site:

História da Comunidade em Taquara - RS.

<<http://www.luteranos.com.br/conteudo/historia-da-comunidade-em-taquara-rs>> Acesso em 05/05/2019.

Bibliografia:

- BASSANEZI, Maria Silvia. **Os eventos vitais na reconstituição da história.** In: Pinsky, Carla Bassanezi; Luca, Tânia Regina de. O historiador e suas fontes (orgs.). São Paulo: Contexto, 2009, p 141.172..
- BLUME, Sandro. **Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul: Recortes do Cotidiano.** Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, 2010.
- BUCHALLA, Cássia Maria; WALDMAN, Eliseu Alves; LAURENTI, Ruy. **A mortalidade por doenças infecciosas no início e no final do século XX no Município de São Paulo.** Rev. Bras. Epidemiol. Vol. 6, Nº 4, 2003, p. 335-344.
- GERTZ, René Ernani. **Evangélico-luteranos no Brasil e cidadania.** Disponível em <<https://www.renegertz.com/arquivos/baixar/REG.Luter.Br.pdf>> Acesso em 05/05/2019.
- KLEIN, Paulo Oscar. **Fatos históricos na paróquia de Igrejinha.** Disponível em <<http://luterana.org.br/conteudo/150-anos-da-presenca-evangelica-luterana-em-igrejinha-rs>>. Acesso em 05/05/2019.
- MACHADO, Neli Teresinha Galarce; GHENO, Diego Antônio. **Causa mortis e taxas de mortalidade: aspectos históricos a partir de registros do óbitos, 1916-1929.** Saúde Soc. São Paulo, v.22, n.3, p. 892-902, 2013.
- MARCÍLIO, M. L. **“Dos registros paroquiais à demografia histórica no Brasil”.** In: Anais de História, Assis, 1983, n. 2.
- SOUZA, Eduardo Henrique de. **Legionários Brummer, imigrantes alemãs e descendentes na Guerra do Paraguai: contribuição militar, memória, e afirmação da cidadania brasileira.** Trabalho de Conclusão de Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara. Taquara, 2015.

**As empresas de colonização particulares
no oeste catarinense:
a sociedade territorial Mosele, Eberle e Ahrons LTDA**

*Gabriela Luiza Magro*¹

*Rosane Marcia Neumann (Coautora)*²

Introdução

O presente estudo analisa aspectos das matérias dos jornais “A notícia” e “República” sobre a região de Cruzeiro, produzidos e difundidos pela imprensa catarinense na década de 1930, com o objetivo de verificar como eram vistas as questões sobre a política de colonização utilizada pela Sociedade Territorial Mosele, Eberle e Ahrons Ltda que visava atrair compradores de terras para seus lotes coloniais, principalmente a colônia Concórdia e também, conseqüentemente, como a região era vista.

A sede da empresa situava-se no Rio Grande do Sul, com representante em Porto Alegre, Caxias do Sul e escritório em Marcelino Ramos. Nessa perspectiva, tratava-se de uma empresa de colonização colada ao fluxo migratório, que buscava seus compradores em potencial nas zonas de colonização alemã e italiana do Estado, oferecendo-lhes a possibilidade de adquirir um lote

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-UPF. Núcleo de Estudos da História da Imigração (NEHI).

² Doutora em História. Professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Pesquisadora e Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Núcleo de Estudos da História da Imigração (NEHI). Pesquisadora associada do IHSL.

colonial por preços convidativos no oeste catarinense. Logo, buscase perceber as estratégias utilizadas pela colonizadora para venda de lotes de terras e a complexidade da estrutura de funcionamento de uma empresa de colonização particular. (CHARTIER, 1988).

Em termos de historiografia, o estudo de colonizadoras particulares no início do século XX, com sede no Rio Grande do Sul, mas atuantes no oeste de Santa Catarina, aponta para a enxamagem dos colonos e das próprias colonizadoras, que foram protagonistas na expansão das fronteiras agrícolas e reprodução da pequena propriedade baseada no lote colonial (ROCHE, 1969; NEUMANN, 2016). A pesquisa, alternando o jogo de escalas e com o uso do paradigma indiciário, permite situar esse empreendimento no vasto universo da imigração e colonização dos séculos XIX e XX, e perceber as suas particularidades (GINZBURG, 1989). O estudo parte da revisão bibliográfica sobre o tema e como fontes empíricas explora a documentação produzida sobre a colonizadora, como os anúncios e matérias de jornais.

Imigração e colonização – do Rio Grande do Sul para o Oeste Catarinense

No decorrer do século XIX, o Império brasileiro implementou uma política de imigração e colonização dirigida e subsidiada. Seguindo esse modelo, foram fundadas inúmeras colônias étnicas nas diferentes províncias, havendo uma maior concentração na região meridional. Paralelo à iniciativa pública, atuavam os empreendimentos de colonização privados, tanto de empresas quanto de indivíduos, nacionais ou estrangeiras, cujos contratos previam a entrada de imigrantes e a formação de colônias particulares.

A Lei de Terras de 1850 e seu Ato Adicional de 1854 limitaram a concessão de terras à compra, doação ou herança, o que, todavia, não impediu a atuação da iniciativa privada (IOTTI, 2010). A mudança do sistema de governo, passando da monarquia à

república, em 1889, manteve e até multiplicou a atuação dos empreendimentos de colonização particulares.

No Brasil Meridional, houve a formação de extensos complexos coloniais, concentrados no litoral catarinense e nas imediações da capital rio-grandense, com a instalação de colônias com imigrantes alemães e italianos. A ocupação dos núcleos iniciais levou a um processo de expansão, rumo às áreas mais próximas e, posteriormente, ultrapassando as fronteiras dos núcleos iniciais, rumo a novas possibilidades.

Jean Roche (1969), ao analisar o processo migratório dos imigrantes/descendentes rumo às novas colônias, o denominou de enxameagem, por se assemelhar a um enxame de abelhas rumo a uma nova colméia. Também constatou que os imigrantes, em geral, já migravam na segunda geração, e que esse espaçamento entre o tempo de chegada e de partida reduzia cada vez mais, numa tentativa de reprodução social do campesinato. Observando esse movimento, na virada do século XIX para o século XX, nota-se que parte desse fluxo migratório se estabeleceu no Planalto Riograndense, após quase um século, mas passados cerca de duas décadas, frente a impossibilidade de adquirir terras e a oferta de terras mais baratas e com condições mais adequadas, atravessaram o rio Uruguai e se instalaram no Oeste de Santa Catarina.

Nessa nova fase da colonização, o número de empreendimentos privados aumentou, bem como a multiplicidade do perfil das colônias. A colônia particular é um universo excepcional, tendo em vista que cada empreendimento de colonização segue as normas oficiais, mas internamente, apresenta suas peculiaridades. Nesse aspecto, pode ser um empreendimento de empresa ou indivíduo; com capital nacional ou estrangeiro; de formação étnica ou confessional; com um projeto de colonização bem definido ou apenas compra e venda de terras; uma extensa área de terras ou uma colônia com poucos lotes; a formação de uma estrutura básica na colônia, como estradas, moinho; oferta de atendimento religioso e escolar; contratos de compra e venda com

cláusulas diversas; fornecimento de escrituras das terras, dentre outros (NEUMANN, 2016).

Analisando o conjunto das colônias formadas no decorrer do Império e da República, sobressaem em número as colônias particulares, quando comparadas às colônias públicas, contudo, em termos de extensão de área colonizada, prevaleceram as colônias públicas (ROCHE, 1969).

Enxamagem dos pioneiros

Ao adentrar o século XX, o governo republicano do Rio Grande do Sul optou pela imigração espontânea e colonização particular, reduzindo os investimentos nessa área. Como política pública, defendeu a alocação do excedente populacional das zonas de colonização do Estado, a formação de colônias mistas e a incorporação das terras públicas ao seu domínio, vetando a venda das mesmas para empresas de colonização (ROCHE, 1969). No mesmo período, o oeste de Santa Catarina era disputado com o Paraná, opondo governo estadual e federal contra a população cabocla, na Guerra do Contestado (1912-1916). Como rescaldo do conflito, o governo de Santa Catarina tratou de conceder extensas glebas de terras à iniciativa privada, visando a instalação de colônias e a ocupação densa da área, garantindo dessa forma a posse definitiva (cf. WERLANG, 2006).

O governo catarinense, com o propósito de atrair empreendimentos de colonização, ofereceu condições muito mais atrativas do que as vigentes no Rio Grande do Sul, além de permitir a formação de colônias étnicas e confessionais. Esse cenário propício atraiu significativo número de empresas de colonização já atuantes no norte riograndense, as quais atravessaram o rio Uruguai e instalaram extensos complexos coloniais, carregando consigo a experiência e credibilidade no negócio, além de numerosas levas de colonos. As restrições quanto a especulação de terras e a necessidade da ocupação efetiva também eram menores, prevalecendo a demanda pela

legitimação da posse, o que permitiu aos colonos adquirir vários lotes por preços muito menores do que os praticados no Estado de origem.

Em outras situações, o governo concedeu extensas glebas de terras em troca da construção de estradas e ramais ferroviários, como a *Brazil Development and Colonization Company*. Essa concessão inicial foi fragmentada na década de 1920 em concessões menores, além de envolver inúmeras disputas entre as empresas (cf. WERLANG, 2006). Dentre as empresas atuantes na região, a grande maioria tinha sócios do/ou sede no Rio Grande do Sul, como a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Limitada, mais tarde Companhia Territorial Sul Brasil; Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia.; Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., posteriormente, Colonizadora Ernesto F. Bertaso; Empresa Colonizadora Chapecó-Pepery Ltda.; *Volksverein*; Barth, Benetti e Cia.; Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia.; Angelo di Carli, Irmão & Cia.; Nardi, Bizzo, Simon & Cia, dentre outras (NODARI, 1999; WERLANG, 2006).

A multiplicidade das empresas e disponibilidade de terras implicou na adoção de meios de propaganda convincentes, a fim de atrair compradores de terras e reaver o capital aplicado. Foram contratados agentes de propaganda pelas companhias colonizadoras, colocados em pontos estratégicos das colônias e locais de passagem dos colonos, como portos, estações de trem, hotéis e nos próprios escritórios das empresas. Outra frente de atuação foi a produção de material de imprensa, com a publicação de notícias, propagandas das colônias e anúncios de venda de terras, divulgados em jornais, panfletos, almanaques e emissoras de rádio. No âmbito privado, circulavam as cartas de familiares e amigos que já haviam migrado, as narrativas dos próprios colonos que circulavam entre o local de origem e de destino, bem como as pregações de padres e pastores (NODARI, 1999).

Sobre a recepção e convencimento da propaganda não há dados concretos para avaliar, mas pautado na circulação e abrangência dos meios e veículos de comunicação acionados, e pela adesão de colonos aos projetos de colonização, é possível deduzir que foi efetiva.

Empresa e empresários – a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia.

Capital, prestígio e empreendedorismo são elementos unificadores das empresas de colonização atuantes no Oeste catarinense nas décadas de 1920-1930. A Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., formada em 1923, é um exemplo excepcional normal desse modelo, cujas trajetórias dos sócios são *sui generis*: Rudolph Ahrons, Abramo Eberle e Leonel Mosele. Trata-se de imigrantes e filho de imigrantes, inseridos no universo colonial, como sujeitos e, por circunstâncias as mais diversas, tornaram-se protagonistas de um audacioso empreendimento de colonização, acompanhando o fluxo migratório.

As trajetórias dos indivíduos envolvidos se entrecruzaram em circunstâncias anteriores. Rudolph Ahrons (27/12/1869-6/6/1947) nasceu em Porto Alegre, filho de imigrantes alemães. Formou-se como engenheiro civil na Escola Politécnica de Berlim, em 1895. Retornando ao Brasil, fundou sua firma de engenharia – Empresa de Engenharia de Rudolf Ahrons – em 1896, a qual foi fechada em 1914, em virtude da Primeira Guerra Mundial. Manteve em funcionamento a Serraria Garibaldi e fundou a Cia. Aliança do Sul de Seguros. O escritório de engenharia dedicou-se especialmente à construção civil em Porto Alegre, tendo como seu arquiteto de 1908 a 1914 o alemão Theodor Wiederspahn. No escritório trabalhava também seu irmão, Carlos Alexandre Ahrons, como agrimensor. Paralelamente, Ahrons foi professor da Faculdade de Engenharia (UFRGS) e diretor técnico da empresa Varig. No auge da atuação de seu escritório de engenharia, Ahrons arrematou a execução da maioria das obras públicas da capital. Era frequentador assíduo do Palácio do governo estadual e dos altos círculos sociais e políticos da sociedade portoalegrense.

Já no campo da colonização, Rudolph Ahrons tinha experiência adquirida por suas atividades enquanto agrimensor. Em 1899, sua

empresa de engenharia foi contratada para realizar a medição das terras adquiridas pela Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, de propriedade do Dr. Herrmann Meyer, no município de Cruz Alta. Simultaneamente, foi procurador da colonizadora no Rio Grande do Sul e representante em Porto Alegre. Nesse contexto, participou da elaboração e implantação do projeto de colonização das colônias Neu-Württemberg (Panambi) e Xingu (Novo Xingu), procedendo a medição das terras e elaboração dos mapas, projeto e construção dos prédios da empresa para casa pastoral, escola, barracão do imigrante e casa da direção. A partir de 1906, permaneceu como contato e referência da colonizadora em Porto Alegre, acionado nas tratativas com o governo do Estado (NEUMANN, 2016).

Também há indícios da presença de Rudolph Ahrons como comprador de extensas glebas de terras na região de Lajeado, cujo litígio com o Estado prolongou-se por longo período, sendo investigado em 1912-1913 pela Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo. Igualmente, adquiriu outra gleba de terras na região de Passo Fundo.

Já a família de Abramo Eberle (2/04/1880, Itália - 3/01/1945, Caxias do Sul), integrou as primeiras levas de imigrantes italianos estabelecidos em Caxias do Sul, em 1884. Além da agricultura, a família dedicou-se à funilaria, atividade à qual Abramo Eberle deu continuidade, ampliando o ramo de atuação, associando-se a outros empreendimentos. Assim, em 1920 foi criada a Eberle, Mosele & Cia., associando-se a Leonel Mosele e Fiorelo Arpini. Imigrante italiano, Leonel Mosele chegou ao Brasil em 1895, com 9 anos de idade, e atuava no comércio. Junto com seu irmão João Mosele, inseriram-se na colonização no oeste de Santa Catarina.

Logo, as três trajetórias se fundiram em um empreendimento de colonização, onde Ahrons detinha o conhecimento técnico e o prestígio em Porto Alegre; Eberle o capital e o poder político em Caxias; e os irmãos Mosele, o capital, a mão de obra e o conhecimento da região oeste catarinense, assumindo a direção do empreendimento de colonização.

A partir de 7 de janeiro de 1922, respaldada no contrato mantido com o Governo do Estado de Santa Catarina, a *Brazil Development Company* pode, legalmente, transferir o serviço da colonização das terras obtidas como parte do pagamento da construção da Estrada de Ferro à outras empresas ou firmas colonizadoras. Foram então vendidas parte das terras do Alto Uruguai Catarinense à firmas como a Luce e Rosa, que colonizou a região de Uvá; a Companhia Capelli, que colonizou a região de Rancho Grande; a Empresa Brum, que colonizou a Fazenda Suruvi; e a Sociedade Territorial Mosele, Eberle e Ahrons, a quem coube a região de Sertãozinho e Rio Engano (Concórdia) (FERREIRA, 1992; AMADOR, 2015).

Leonel Mosele já atuava em negócios de terras na região, com a denominação de Empresas Colonizadoras Mosele, Eberle, Ghilardi e Cia. Em 1923, com a entrada de Ahrons na sociedade, esta passou a denominar-se Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., e centralizou suas atividades na região do Rio Engano, no município de Cruzeiro. Leonel Mosele exerceu a função de diretor da empresa e da colônia, junto ao seu irmão João Mosele. Inicialmente, o escritório da empresa foi estabelecido em Marcelino Ramos, na divisa entre os dois Estados. Em 18 de maio de 1925, a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia contratou a compra de uma extensa área de terras com a *Brazil Development Company*, constituindo-se como a empresa principal na colonização do município de Cruzeiro, com a fundação da colônia Concórdia. A compra correspondeu a 3.346 lotes rurais, 256 lotes urbanos e 26 chácaras, somando uma área igual a 1.073.582.648 m² (107.358 hectares). A partir dessa transação, a vila foi estabelecida em Concórdia, na região de Queimados, para onde também foi transferido o escritório da empresa, em 1927, após a elevação da vila a distrito. Mesmo com essas mudanças, o registro dos contratos de compra e venda continuaram sendo realizados em Marcelino Ramos (cf. FERREIRA, 1992; AMADOR, 2015)

Figura 1 - Mapa da colônia Concórdia, elaborado pela Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia, década 1930.



Fonte: Museu Municipal Hermano Zanoni, Concórdia, SC.

O compromisso central assumido pela colonizadora em contrato consistiu na construção de estradas e pontes, permitindo a interligação da colônia e o escoamento da produção. A demanda por terras era elevada, visto que da área total, em 1931, já haviam sido escriturados 36.366 hectares, servidos por 165 quilômetros de estradas de rodagem e 110 quilômetros de caminhos e estradas carroçáveis (FERREIRA, 1992). Prevaleceu na colônia a pequena propriedade, variando a área dos lotes de 8 a 15 alqueires paulistas (um alqueire = 2,42 ha.), predominando em média lotes de 30 hectares. Essa estrutura permitiu a ocupação densa da área, e a estruturação de uma produção colonial mesclando agricultura e criação de suínos (AMADOR, 2015).

O crescimento e desenvolvimento da área permitiu sua emancipação política em 1934, dando origem ao município de Concórdia, com uma população de 25 mil habitantes (FERREIRA, 1992).

A representação da Colonizadora nos jornais: “A República” e “A Notícia”

Como a chegada da empresa de colonização foi recebida e representada em Santa Catarina? Para uma primeira aproximação

a essas representações, busca-se indícios na imprensa, nesse caso, a imprensa situada na região do litoral, que acompanhava e observava a colonização do oeste catarinense, então ainda um território afastado e desconhecido.

O jornal “A Notícia”, nasceu na cidade de Joinville, no Norte catarinense, em 1923, fundado por Aurino Soares, e contava com o auxílio de mais dois funcionários, incluindo o diretor Mimoso Ruiz. Nesta época o jornal era um semanário independente e, com o projeto de ser acima das filiações partidárias, que circulava aos sábados à tarde. O semanário era escrito em língua portuguesa em um espaço onde a maioria da população se comunicava em língua alemã. Logo, podemos pressupor que o público leitor era restrito e excluía boa parte da população. Após 1930, o jornal passou a ser um diário matutino e atualmente é controlado pelo Grupo NC.

Tratando-se da colonização, o jornal assumiu uma postura crítica, com a publicação de pequenos artigos sobre a colonização de Cruzeiro. Segundo o noticioso, as empresas de colonização, como a Sociedade Territorial Mosele, Eberle e Ahrons Ltda. - ou simplesmente, Colonizadora Mosele -, representavam o Brasil como um “verdadeiro *El dourado*”. Sobre a atuação da Colonizadora Ahrons, que tinha sua área de colonização, na região de Cruzeiro, oeste catarinense, escreveu que se localizava “lá onde o diabo perdeu as botas”, onde havia “umas vinte casinhas de madeira plantadas no centro do sertão”. Já sobre a política de colonização, afirma que “a poderosa Empresa Colonizadora Mosele, com uma pertinência verdadeiramente judaica, teima a encontrar no meio de suas dez mil colônias uma a vender”, e que esta empresa “sabe bem como as coisas se fazem, e por isso aplica bem especialmente aquela sábia política conhecida como ‘mancha de azeite’, mercê da qual, muito suprepticamente, vai estendendo seus tentáculos de polvo por sobre o território do município de Cruzeiro, à custa do qual foi criado o de Discórdia, quero dizer Com-corda...”. Segundo o noticioso, a colonizadora estava explorando o sertão, e seus interesses estavam acima de tudo, e os dos colonos e da população já estabelecida ficavam em segundo plano, provocando discórdia entre os

Já o jornal “República”, nato de Florianópolis, criado por volta de 1858 e que perdurou até 1937, foi um órgão do Partido Republicano Catarinense, ou seja, um jornal partidário, tendo como diretor Tito Carvalho e como gerente Juvenal Porto.

Como jornal partidário, não assume uma postura contrária à colonização. Em suas notícias tratando da colonização, diz que a região de Cruzeiro pode ser considerada completamente afastada do convívio com a civilização, pois nem a correspondência postal ali chegava. Já sobre as empresas particulares, menciona que as colonizadoras possuem deveres com a sociedade, um deles, por exemplo, é o de construir estradas, e que algumas estão fazendo seu trabalho direito e outras não. A Empresa Ahrons, segundo o jornal, está cumprindo com seus deveres, pois “esses esforçados colaboradores da administração pública” estão empenhados em fazer um bom trabalho. Considera que a Colonizadora tem uma organização perfeita, dispondo de mapas minuciosos, escrituração clara e auxiliares dedicados e com isso, expõe sua atuação e qualidade (“República”, 1932, p. 2).

olhando e analisando aquilo que consideram como sertão, e estão inseridos nas discussões sobre a colonização da região, cada qual representante de um grupo de interesses específicos..

Considerações finais

Portanto, a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia foi uma das empresas atuantes na região do oeste catarinense, fruto da associação de um grupo de empresários do Rio Grande do Sul, interessados em lucrar com o comércio de terras. Diretamente, os irmãos Mosele permaneceram na colônia, acompanhando a instalação e desenvolvimento da colônia Concórdia.

Como transparece, a ferrovia foi essencial para alavancar o desenvolvimento da colônia. Internamente, na colônia, manteve a organização de espaços étnicos e confessionais, atendendo ao próprio perfil da empresa. Ao reduzir o foco de análise para estrutura da empresa, sobressai um grupo de empresários, atuantes em ramos os mais diversos, que se associaram em prol de um projeto maior, em um campo de atividades totalmente estranho até então. O ponto de convergência: o capital econômico e social e a possibilidade de sua multiplicação.

O resultado da atuação das companhias colonizadoras pode ser observado nas inúmeras vilas e povoados que foram construídos e, também, pelos dados censitários. Em 1920, a população do Oeste era pequena, comparada com o litoral. Existiam nos dois municípios 24.650 habitantes, sendo que 11.315 eram moradores de Chapecó e 13.335 habitantes residiam em Cruzeiro/Joaçaba. Duas décadas depois, o intenso trabalho das colonizadoras refletiu no aumento da população. O município de Chapecó atingiu um total de 44.660 habitantes, enquanto que em Cruzeiro/Joaçaba o número total era de 36.174 habitantes (FERREIRA, 1992).

Enfim, nas décadas de 1920-1930, a enxamagem de empresas de colonização e colonos do Rio Grande do Sul se dirigiu ao oeste catarinense, cujo produto vendido nos anúncios, panfletos e

prospectos eram terras férteis, baratas, com madeira em abundância. Por outro lado, as empresas e os colonos contribuíram para ocupação efetiva da região, com a expulsão da população remanescente do Contestado, atendendo à demanda do governo do Estado de Santa Catarina.

Referências

- AMADOR, Milton Cleber Pereira. **A colonização na pequena propriedade familiar pelo descendente de imigrante e o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia (1920 a 1960)**. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura; Gráfica Sul Oeste, 2015.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo. **Imigração e imprensa**. Porto Alegre: EST Edições, 2004.
- FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti. **Concórdia: o rastro de sua história**. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- IOTTI, Luiza Horn (org.). **Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemã em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do estado do Rio Grande do Sul (1897-1932)**

NODARI, Eunice. **Persuadir para migrar:** a atuação das companhias colonizadoras. Esboços – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Chapecó, n. 10, p. 29-51, 2002.

ROCHE, Jean. **A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. **Colonos, colônias e colonizadoras:** aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil. Vol. IV. Porto Alegre: Editora Letra e Vida, 2015.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. **Colonos, colônias e colonizadoras:** aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil. Vol. III. Porto Alegre: Editora Letra e Vida, 2013.

FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (Org.). **Imigração:** diálogos e novas abordagens. São Leopoldo: Oikos Editora, 2012, p. 606-616.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense:** a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

NEUMANN, Rosane Marcia; MAGRO, Gabriela Luiza. **As propagandas de terras da Sociedade Territorial Mosele, Eberle e Ahrons & Cia (década de 1920).** Anais do IV Cihrf, 2018.

Pensando as migrações e os deslocamentos a partir do litoral norte do Rio Grande do Sul e os novos produtos imobiliários

*Mariana Barbosa de Souza*¹

Introdução

Este artigo é parte de uma tese de doutorado que trata do processo de normatização dos condomínios horizontais fechado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Inicialmente, refere-se à incidência de novos produtos imobiliários, traduzidos em condomínios horizontais fechados, nomeados assim para identificar todos os empreendimentos murados e controlados por meio de sistemas de segurança. Essa nomenclatura é aqui adotada mesmo sabendo-se que existem divergências no ordenamento jurídico pátrio acerca da terminologia correta para designar este tipo de empreendimento, inclusive no âmbito dos municípios examinados, que tratam este tipo de produto como condomínio horizontal de lotes, em suas legislações específicas. No plano fático, o termo mais

¹ Realiza Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (2019-2020), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES/PNPD. Doutora (2019) e Mestre (2013) em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul, ambos com bolsa CAPES. Bacharela em Direito (2010) pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Advogada - OAB/RS 98.797. Licencianda em História na Universidade Norte do Paraná - UNOPAR. Atualmente é pesquisadora membro dos Grupos de Pesquisa "GEPEUR - Grupo de Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais" - CNPQ e "GPEDER - Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional" - CNPQ, do OBSERVA-DR (Observatório do Desenvolvimento Regional) e do "GETE - Grupo de Estudos Territoriais". Endereço eletrônico: marisouza_10@hotmail.com.

utilizado por corretores, incorporadores e outros, é condomínio horizontal fechado.

Desde Souza (2013 e 2017), tem-se recorrido ao estudo de dois municípios: Capão da Canoa e Xangri-Lá, para a partir das realidades concretas analisar as configurações territoriais que davam cabo da urbanização e segregação existentes nos territórios. Naqueles estudos observou-se a regulamentação dos produtos imobiliários, traduzidos em condomínios horizontais fechados, mediante a construção de normas municipais, ante a inexistência de uma norma federal que regulamentasse a matéria como um todo. Observou-se que existe uma dubiedade a respeito de qual legislação deveria ser aplicada para regulamentar os condomínios fechados, além da influência de agentes do mercado imobiliário na elaboração destas normas.

O condomínio residencial horizontal fechado é um tipo de produto imobiliário para fins de habitação cuja difusão se intensifica em diferentes países no mundo. A sua expansão apresenta-se relacionada, sobretudo, às estratégias de reprodução do capital imobiliário que, por meio do mercado, realiza a promoção de imóveis diferenciados em áreas de acesso exclusivo na cidade, criando igualmente, mediante intenso marketing promocional, a criação do desejo, da necessidade de consumo, por parte dos segmentos abastados da população, na aquisição desse tipo de produto imobiliário.

Destaque-se que observando a literatura, percebe-se que inexistem trabalhos que analisam o processo de normatização deste tipo de produto imobiliário nas cidades e principalmente em cidades litorâneas, como é o caso de Capão da Canoa e de Xangri-Lá (RS).

A região do Litoral Norte gaúcho foi uma das regiões do Rio Grande do Sul que apresentou maior crescimento populacional na última década, conforme dados do IBGE (CENSO, 2010). Dentre os municípios destacam-se Capão da Canoa e Xangri-Lá. Como consequências da urbanização tem-se o prejuízo ao meio ambiente, a simultânea produção de enclaves fortificados e de moradias

precárias, e a apropriação do espaço público pelo poder privado, dentre outras. Além de danos ambientais, a urbanização desenfreada pode ocasionar a segregação socioespacial e a fragmentação da malha urbana.

Assim, com a intenção de refletir sobre os deslocamentos e as migrações que ocorrem no Litoral Norte Gaúcho, este artigo é dividido em três partes. Além desta introdução, conta também com uma parte que detalha questões demográficas e socioculturais. A última parte apresenta as considerações finais.

Características demográficas e socioeconômicas do processo de urbanização de Capão da Canoa e de Xangri-Lá

Neste item são detalhados dados, indicadores, esquemas e representações cartográficas que objetivam contribuir para a aproximar o interlocutor da realidade econômica e social dos municípios escolhidos para o desenvolvimento do presente artigo. A intenção é, além de informar, também analisar, embora algumas referências a processos e práticas expliquem os fatos que serão destacados.

Tanto Capão da Canoa, quanto Xangri-Lá são considerados municípios pequenos, mas tem a sua população aumentada significativamente na alta temporada, em razão do período de veraneio, o que influencia diretamente a sua economia e urbanização. Em termos de população fixa, a proporção de populações recenseadas como urbanas, nos dois municípios, é alta, mostrando-se acima da média regional e estadual, são municípios com alta taxa de urbanização.

Quadro 2 - População Total, Rural e Urbana de Capão da Canoa e Xangri-Lá - 2010

Municípios, Região e Estado	População total		População Urbana (A)		População Rural (B)		A (%)		B (%)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2010	2010
Capão da Canoa	30.498	42.040	30,285	41.787	164	113	99,46%	99,73%	0,54%	0,27%
Xangri-Lá	8.197	12.434	7,618	12.379	573	55	93,01%	99,56%	6,99%	0,44%
Litoral Norte	268.788	296.983	219.381	254.373	70.113	41.710	77,19%	84%	22,81%	16%
Rio Grande do Sul	10.181.749	10.693.929	8.317.984	9.100.291	1.869.814	1.593.638	81,65%	86%	18,35%	14%

Fonte: Censo IBGE, 2000 e 2010.

Em relação ao crescimento demográfico da última década, tanto Capão da Canoa, quanto Xangri-Lá, tiveram um aumento populacional superior ao do Estado do Rio Grande do Sul, já que concentraram incrementos expressivos e tiveram um percentual de aumento acima de 30% no último período censitário.

Sublinha-se que que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, publicou em 2005, o Relatório Temático B.2: Alternativas de compatibilização das disponibilidades qualitativas e demandas hídricas e Enquadramentos dos Recursos. Neste relatório, a Equipe Executora (Profil Engenharia Ambiental Ltda.) elaborou uma projeção de populações fixas e flutuantes em cada sede urbana, com vistas a estimativa das demandas hídricas de cada município que compõe a Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí. Na época foram estabelecidos três horizontes de prazo: 2012, 2020 e 2028, a fim de planejar-se questões relativas ao saneamento ambiental da região.

O quadro 2 apresenta os números relativos às estimativas de populações para os municípios de Xangri-Lá e Capão da Canoa:

Quadro 3 - Estimativas de Populações Fixa, Flutuante e Total

Municípios	Ano	População fixa	População Flutuante	População Total
Capão da Canoa	2004	37.097	152.048	189.145
	2012	43.814	186.998	230.839
	2020	40.052	214.945	263.997
	2028	53.783	240.952	294.735
Xangri-Lá	2004	9.285	65.651	74.936
	2012	10.974	80.741	91.715
	2020	12.278	92.808	105.086
	2028	12.462	104.037	117.499

Fonte: Relatório Temático B.2: Alternativas de compatibilização das disponibilidades qualitativas e demandas hídricas e Enquadramentos dos Recursos, 2005. Elaboração própria.

Nota-se que a previsão estimada pela Equipe Executora do relatório mencionado contabilizou para o município de Xangri-Lá, um total de 12.462 habitantes fixos em 2028. Ocorre, que de acordo com o IBGE (2018), a população estimada para o município no ano de 2017 já ultrapassou este número, sendo cotada em 14.650 pessoas. Em outras palavras, a estimativa populacional do relatório supra, está sendo alcançada dez anos antes do previsto.

Caso semelhante está acontecendo com Capão da Canoa. A população fixa prevista para o município, no ano de 2028, de acordo com o relatório supra, é de 53.783 habitantes. Conforme o IBGE (2018), a população estimada para o município, em 2017, foi de 48.650 habitantes. O número não chegou a ultrapassar a previsão, como foi o caso de Xangri-Lá, mas está bem próximo.

Outro aspecto que merece ser destacado é a população flutuante presente nos municípios do Litoral Norte gaúcho, principalmente em Capão da Canoa e em Xangri-Lá, notadamente durante o verão, conforme quadro 3:

Quadro 4 - População flutuante em Capão da Canoa e em Xangri-Lá

Municípios	População permanente*	População flutuante	População total	Crescimento populacional em relação à população permanente %
Capão da Canoa	47.538	56.861	106.399	123,8%
Xangri-Lá	13.769	25.159	38.928	182,7%

Fonte: Zuanazzi e Bartels, 2016.

*Estimativa populacional da FEE para 2015 (por isso os dados diferem-se da tabela anterior).

O estudo de Zuanazzi e Bartels (2016) considera dois grandes grupos populacionais: o permanente e o flutuante (aquele que não reside no Litoral Norte, porém permanece na região por alguma fração de tempo). A população total representa o somatório entre a população residente e a população flutuante.

Enquanto, nos meses de inverno, a população total é dada pela população residente (que vem apresentando tendência de aumento ao longo dos anos, atingindo 208 mil pessoas em janeiro de 2015), nos meses de verão, principalmente em janeiro e fevereiro, a média cresce, alcançando em torno de 500 mil habitantes – um aumento de mais de 140% em relação à população permanente. (ZUANAZZI e BERTELS, 2016, p. 14).

No mês de janeiro de 2015, analisando-se o número de domicílios ocupados e aqueles de uso ocasional, Capão da Canoa registrou a maior população média (106.399 habitantes), enquanto que Xangri-Lá apresentou um crescimento populacional de 182,7% em relação à população permanente (ZUANAZZI e BERTELS, 2016).

Os dados relacionados à população sazonal possuem ainda maior relevância quando relacionados ao número de domicílios ocupados, conforme demonstrado no quadro 4, a seguir:

Quadro 5 - Número de domicílios Ocupados e Não ocupados nos Municípios de Capão da Canoa e de Xangri-Lá (2000 e 2010)

Município	Total de domicílios			Domicílios ocupados		
	Ano	2000	2010	Variação*	2000	2010
Capão da Canoa	28.889	40.343	30,6	8.935	13.660	33,9
Xangri-Lá	11.721	16.092	19,9	2.339	3.824	23,7

Fonte: IBGE, 2018.

*A variação refere-se ao percentual de crescimento.

Boa parte dos domicílios não ocupados dos municípios estudados tem como destino a segunda residência, enquanto outra parcela significativa é destinada para o aluguel ou para a venda, realizadas principalmente durante o período de pré-veraneio (setembro, outubro e novembro), porquanto os moradores que

procuram residências no litoral objetivam adquirir um imóvel antes do início da alta temporada, que é quando há mais oferta.

No que se refere à economia, existem algumas diferenças entre os municípios selecionados, conforme é possível visualizar na tabela 1. Os indicadores relativos à Capão da Canoa são os melhores, mesmo relativizando-os a partir dos números relacionados à demografia, porquanto Capão da Canoa é maior que Xangri-Lá. Detalhando um pouco mais, nota-se que os valores adicionados mais altos, na agropecuária, na indústria e serviços são os referentes a Capão da Canoa. Relativamente ao PIB total per capita, os dados de Xangri-Lá mostram uma posição melhor em números absolutos.

Tabela 1 – PIB E VAB Municipal e Regional

<i>Município</i>	PIB R\$ mil (2008)	PIB per capita (2008)	VAB Industrial R\$ mil (2008)	VAB Agricultura R\$ mil (2008)	VAB Serviços RS mil (2008)
<i>Capão da Canoa</i>	428.527	10.733	2.119	63.190	328.486
<i>Xangri-Lá</i>	146.002	12.805	526	17.366	116.292
<i>COREDE Litoral</i>	3.150.797	10.713	324.940	395.395	2.202.911
<i>Rio Grande do Sul</i>	199.499.011	18.378	18.121.796	45.708.151	108.427.083

Fonte: FEE DADOS – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Elaboração própria.

E em relação à economia, de Capão da Canoa e de Xangri-Lá, há uma grande influência do setor de serviço, conforme vê-se na tabela acima. Em termos de estrutura produtiva, ambos os municípios são demarcados pelo setor, tendo o turismo como fonte principal. Capão da Canoa desponta por responder por 14,9% do Valor Adicionado Bruto da Região do COREDE Litoral (2017).

No que diz respeito aos aspectos sociais, para entender-se a composição do perfil dos municípios em análise, são apresentados outros dados, como o do quadro 5, que apresenta os dados de mortalidade infantil de Capão da Canoa e de Xangri-Lá, em 2010 e 2014. Nesse período, enquanto Capão da Canoa teve um aumento no índice, Xangri-lá passou pelo processo contrário, o de diminuição dos dados.

Quadro 6 - Indicadores Sociais: mortalidade infantil

Município	2010	2014
Capão da Canoa	11,69 óbitos por mil nascidos	12,58 óbitos por mil nascidos
Xangri-Lá	5,75 óbitos por mil nascidos	4,48 óbitos por mil nascidos

Fonte: IBGE Cidades, 2018. Organização própria.

Ainda sobre a dinâmica social dos municípios destacados, cabe apontar os seguintes dados:

Quadro 7 - IDHM e Índice de Gini

Município e Estado	IDHM		
	2000	2010	Variação (%)
Capão da Canoa	0,639	0,743	16,27
Xangri-Lá	0,642	0,735	14,48
Rio Grande do Sul	0,664	0,746	12,35

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000); IBGE, Censo Demográfico (2010).

O IDHM gaúcho passou de 0,664 em 2000 para 0,746 em 2010 - uma taxa de crescimento de 12,35%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM da Unidade Federativa e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 75,60% entre 2000 e 2010. Perceba-se que, embora o IDHM dos municípios seja inferior ao número estadual, a taxa de crescimento de ambos foi superior a estadual.

Quanto aos processos de expansão urbana, caracterizados por lógicas de concentração e dispersão, ambos os municípios analisados fazem parte da Aglomeração Urbana do Litoral Norte (Figura 1):

constituíram-se a partir da formação socioespacial conformada pela presença de incorporadoras de capital internacional (como é o caso da WagnerPar). Outrossim, em tempos de globalização, de internacionalização da economia, as ações tanto das empresas quanto das pessoas tornam-se mais complexas, motivo pelo qual seus interesses e estratégias são definidos em diferentes escalas.

Outra variável de grande relevância para os municípios de Capão da Canoa e de Xangri-Lá, é o aumento da presença de pessoas acima de 65 anos ou mais nos municípios. O quadro 7 mostra que nos municípios em estudo, assim como em toda a região litorânea do norte gaúcho, tem aumentado a população idosa, para além da média estadual.

Quadro 8 – População acima de 65 anos no Litoral Norte do RS em 1991, 2000 e 2010

Município	1991	2000	Variação	2010	Variação
Capão da Canoa	909	1.460	61%	2.861	96%
*Xangri-Lá	-	367	-	851	132%
Litoral Norte	9.035	16.167	79%	27.941	73%
Rio Grande do Sul	470.384	733.087	56%	994.613	36%

Fonte: RAMOS, 2014. Organização própria.

*Xangri-Lá não havia sido emancipado durante o período censitário de 1991.

Os dados são chamativos porque os percentuais, quanto ao aumento da população acima de 65 anos, são superiores aos do Rio Grande do Sul. De acordo com o IBGE (2000 e 2010), o número de idosos (acima de 65 anos) no Estado era de 733.087 habitantes, passando em 2010 para 994.613, totalizando um aumento de 36%, isto é, inferior ao crescimento percebido no Litoral Norte, que foi de 73%, para o mesmo período. Se compararmos o aumento estadual com o aumento ocorrido em Xangri-Lá, esta diferença é ainda maior, já que esta população cresceu 132% no município, no mesmo interregno.

A maior presença desta população na região também influencia na mudança de moradias existentes, pois resulta em uma maior ocupação permanente dos domicílios, além de demandar novas habitações.

Considerações finais

Finalizando-se o presente artigo, a primeira coisa que se deve destacar é que muitas outras questões que foram vistas nos territórios de Capão da Canoa e de Xangri-Lá tiveram de ficar de fora, ou serem brevemente abordadas, muitos outros temas emergiram da pesquisa teórica e empírica, mas especialmente dos levantamentos junto aos agentes sociais que produzem o espaço urbano destas localidades. A escolha que influenciou todas as decisões de seguir por um ou outro caminho, relaciona-se com o que se compreende por cidade, por norma e pelas disputas presentes neste espaço.

Analisando-se o processo de ocupação e urbanização do Litoral Norte gaúcho, particularmente Capão da Canoa e Xangri-Lá, foi possível comprovar-se que a dinâmica territorial destes municípios é marcada pela intensa urbanização, pela incidência de desigualdades socioespaciais e consequências advindas das ações dos agentes sociais produtores do espaço urbano.

A partir do contexto de que o território é fonte não-formal do Direito viu-se como os condomínios horizontais fechados são objetos técnicos elaborados pela sociedade (agentes sociais produtores do espaço urbano), no âmbito da urbanização brasileira e mundial, ou seja, estes produtos são resultantes de ações e estratégias da reprodução capitalista do mercado imobiliário, que muito se assemelha a ações praticadas pelos mesmos agentes em cidades médias e metrópoles. Em outras palavras, os condomínios horizontais fechados, entendidos como objetos técnicos, são resultado de ações e relações sociais, que envolve a produção normativa, tanto para sua institucionalização, quanto para a sua produção. Outrossim, os condomínios também impingem a observância de normas que dizem respeito à convivência interna, à construção, as questões de uso, de convivência social e etc., por seus moradores (SOUZA, 2019).

Outrossim, o ordenamento territorial litorâneo é de extrema importância para se pensar no território e fragilidades ambientais que são próprias dessas localidades e sua garantia auxilia na administração de conflitos territoriais, além de funcionar como uma ferramenta que reduz as pressões antrópicas, principalmente sobre o meio ambiente. Quando estes mecanismos são ausentes ou ineficazes, os espaços litorâneos não são usados de maneira sustentável, além de acontecerem conflitos socioambientais.

Os municípios estudados possuem uma relação histórica, além de semelhanças geográficas, culturais e sociais. Nos últimos anos, devido a fatores diversos, como emancipações, a chegada de rodovias, entre outros, ambas as localidades analisadas se consolidaram como destino turístico no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A pesquisa evidenciou que os municípios, seguindo uma tendência contrária à muitas regiões do Estado, tem aumentado sua população, inclusive tendo se tornado um local de escolha de moradia de muitas pessoas com mais de sessenta anos.

São processos que influenciam a dinâmica urbana regional. Nos últimos anos incorporadoras, também nacionais têm sido atraídas para Xangri-Lá e Capão da Canoa, para desenvolver produtos imobiliários como os condomínios horizontais fechados, ocupando principalmente glebas junto à Estrada do Mar (RS 389), com o objetivo de atender um mercado de consumidores que advém da região metropolitana de Porto Alegre, serra gaúcha e outros lugares. Claramente, há ações dos dois governos municipais para atrair capitais imobiliários. Destaque-se, também, que em termos históricos, as regiões litorâneas brasileiras possuem saldo migratório positivo.

Depreendeu-se da análise dos planos diretores municipais, que os investidores são atraídos para os municípios, também porque os usos e, conseqüentemente, os preços das terras, que serão incorporadas e transformadas em condomínios horizontais fechados, serão alterados, quando as mesmas se tornarem urbanas. Assim, interessa ao município a transformação de solo rural em solo

urbano para fins de arrecadação de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que é superior à do Imposto Territorial Rural (ITR). O processo de transformações dos usos do espaço geográfico é impulsionado por diferentes agentes sociais e, nessa realidade, inclui-se a destacada ação do município.

Uma das consequências percebidas é a especulação fundiária que vem marcando os municípios. As áreas de expansão urbana são também propícias para a implementação dos condomínios horizontais fechados, já que estão junto à Estrada do Mar e também junto de outros condomínios, ou seja, essas áreas (grandes glebas) estão supervalorizadas. Este modelo territorial de planejamento adotado pelos municípios tem contribuído para a ocorrência de inúmeros problemas ambientais, como a extinção de vegetação nativa, de restinga, desmonte de cômoros de areia à beira-mar e privatização de espaços públicos.

Geralmente, a implementação dos condomínios horizontais fechados segue um padrão urbano estrutural tradicional, pré-existente, que não é compatível com a preservação do meio ambiente desses espaços, prejudicando assim a fauna e flora existentes, mediante o não tratamento de efluentes e depósito em lugares inadequados, destino incorreto de resíduos sólidos, ocupação em Áreas de Preservação Ambiental e/ou Permanente. Note-se que os dois municípios possuem Estação de Tratamento de Esgoto, porém não há cobertura de todo o território.

O aumento da população sazonal, nos dois municípios, e a ocupação de segundas residências, durante a alta temporada, de veraneio, promoveu e continua promovendo danos ao meio ambiente, o fechamento (cercamento) de áreas que deveriam estar disponíveis para todos, gerando a privatização dos recursos naturais e do espaço público. E nessa lógica, o poder público municipal acaba desempenhando uma função de agente que é tanto controlador, quanto disciplinador do uso e ocupação territoriais, sendo também responsável pela proteção ambiental, mas nos casos analisados, esta atuação é dúbia, já que os municípios agem também no intuito de

atrair os investimentos das incorporadoras. A expansão da atividade imobiliária nos municípios, principalmente a partir de 1990, requereu um planejamento melhor do ordenamento territorial.

Deste modo, a interação entre os agentes sociais promotores do espaço urbano, contribuiu para reconfigurar os territórios de Capão da Canoa e de Xangri-Lá, na medida em que foram sendo produzidos espaços diferenciados, no caso, os condomínios horizontais fechados, que demandaram regulamentações quanto à sua própria existência.

Ressalte-se também que se apontou em Souza (2013 e 2017), que embora não fosse possível fazer previsões acerca do futuro do mercado imobiliário, imaginava-se que novos produtos imobiliário continuariam surgindo e, como apontado em Souza (2019), esta hipótese restou concretizada, mediante o lançamento de bairros planejados em Xangri-Lá (Santorini e Nova Xangri-Lá). Embora não esteja se tratando de condomínios horizontais fechados, os proprietários terão de pagar uma taxa mensal para manutenção do empreendimento. Os mencionados bairros planejados não são cercados ou murados.

Por fim, considera-se que as relações de poder predominam na região, por meio das ações e práticas dos agentes sociais que atuam na produção do espaço urbano dos municípios analisados. Historicamente, os prefeitos e vereadores, em sua maioria, possuem relação com o setor da construção civil ou setor imobiliário (corretores de imóveis), sendo que sua ação é posta em dúvida, quando são colidentes interesses de investidores e incorporadores imobiliários, de um lado e, do outro, a questão da proteção ambiental. Também a lógica da globalização é experienciada na região, visto que os mencionados agentes, embora encontrem-se atuando em municípios de pequeno porte, desenvolvem práticas semelhantes às existentes nas metrópoles. Ademais, há na região a presença de incorporadoras de capital internacional e nacional.

Agradecimentos

Agradece-se à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão de bolsa de estudos em nível de Doutorado e de Pós-Doutorado.

Referências

FEE. *Fundação de Economia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. IBGE Cidades. 2018. Disponível em <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/frota.php?lang=&codmun=353060&search=sao-paulo|mogi-das-cruzes|infograficos:-frota-municipal-de-veiculos>>. Acesso em 03 dez. 2018.

RAMOS, Alexandre Costa. *Fatores de ação migratória no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o Desenvolvimento Regional: Um Estudo a partir dos municípios de Capão da Canoa e de Osório*. 2014. 123 f. Dissertação (Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. *Plano estratégico participativo de desenvolvimento regional do COREDE Litoral do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134132-20151117102724perfis-regionais-2015-litoral.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual Do Meio Ambiente. Departamento De Recursos Hídricos. *Relatório Temático B.2: Alternativas de compatibilização das disponibilidades qualitativas e demandas hídricas e Enquadramentos dos Recursos rio Tramandaí*. Porto Alegre: [s.n.], 2005.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO – SEPLAG. *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SOUZA, Mariana Barbosa de. *Urbanização e segregação socioespacial na região do litoral norte do Rio Grande do Sul: uma análise da expansão e da (i)legalidade dos condomínios horizontais residenciais*. 2013. 119 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado)-Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul. Disponível em: <<http://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/509>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Condomínios horizontais fechados: Urbanização e Segregação Socioespacial no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, 2017.

_____. *Norma e território: O processo de normatização dos condomínios horizontais fechados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. 2019. 303 f. Tese (Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2440>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

ZUANAZZI, Pedro Tonon; BARTELS, Mariana. *Estimativas para a população flutuante do Litoral Norte do RS*. Porto Alegre: FEE, 2016.

A colonização privada na Serra dos Tapes/RS: perfil dos colonizadores e as disputas entre fazendeiros brasileiros e investidores estrangeiros

*Patrícia Bosenbecker*¹

O Estado brasileiro foi o principal incentivador da imigração em território nacional durante o século XIX e início do XX, produzindo uma colonização dirigida, para referir os termos usados por Jean Roche (1969), realizada a partir de uma logística específica e uma política, que apesar dos sobressaltos, manteve-se constante ao longo de várias décadas. Em contrapartida, o investimento privado em colonização no território nacional cresceu incentivado justamente pelo governo nacional.

Ao longo do processo de colonização, recrutamento, transporte e instalação dos imigrantes foram etapas que exigiram grande organização não apenas por parte do governo brasileiro como também de empresas privadas, especialmente no que tange os imigrantes dirigidos para as zonas rurais. Os colonizadores ou os empresários de origem estrangeira ou brasileira que se especializaram no agenciamento e transporte de imigrantes, tornaram-se o que chamaremos de empresários do setor da imigração e contribuíram sensivelmente para o desenvolvimento de vários setores da economia nacional, bem como lucravam com seus próprios interesses e

¹ Pós-doutoranda/UFSCar, bolsista FAPESP, São Carlos-SP, Brasil. O trabalho aqui apresentado é oriundo de projeto de pós-doutoramento intitulado *Empresários do setor de imigração: engajadores e colonizadores no processo de colonização/imigração no Brasil (1850 - 1914)*, Processo 2018/00335-6, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

empreendimentos, colônias ou fábricas, e tem papel ainda pouco discutido na história da imigração de europeus para o Brasil. Em projeto desenvolvido na UFSCar, buscamos entender o papel desses empresários do setor da imigração na história brasileira, a partir da investigação dos perfis, dos campos de atuação e das principais configurações desses indivíduos em termos econômicos, refletindo ainda sobre sua influência sócio-política em âmbito nacional.

A questão central do projeto de pesquisa que desenvolvemos é qual o papel do setor privado no processo de colonização/imigração em perspectiva histórica no cenário nacional? Para responder a tal questionamento pretendemos avaliar o perfil e influência dos empresários do setor de imigração. Assim, a primeira etapa do projeto é construir um banco de dados, com informações sobre os empresários que investiram na colonização privada em nível nacional, do período de 1850 até 1914. Para a construção do banco, elaboramos um formulário de coleta de dados, dividido em três partes: os dados do empresário, da empresa (caso houvesse) e do empreendimento. Os dados do empresário se referem ao perfil sociológico do indivíduo, ou seja, datas de nascimento, falecimento, filiação, origem, parentela envolvida no setor de imigração, matrimônio, perfil político, como cargos e filiação partidária, além de informações sobre patentes militares, associações ou outras filiações e participações sociais. Os dados são obtidos através de revisão da literatura. Os principais problemas enfrentados são a falta de dados sobre a grande maioria dos empresários, o que evidenciou a necessidade de utilizar, por vezes, até quatro publicações diferentes para concluir o preenchimento do formulário. Além disso, divergências de informações, especialmente com relação a origem e até a filiação dos pesquisados tornaram a busca de informações extremamente difícil, exigindo cautela e correlação de dados de fontes diferentes.

A localização dos empresários ocorreu a partir da localização dos empreendimentos, única forma de organizar sistematicamente os dados, uma vez que apenas os indivíduos de maior atividade político-social possuem biografias ou outros trabalhos específicos. Além de biografias, livros de municípios e obras em geral, foram

utilizadas teses e dissertações, além de artigos e obras de cunho acadêmico. Mesmo assim, foi necessário recorrer a fontes secundárias ou fontes documentais primárias para obter certas informações. A pesquisa inclui ainda obras de genealogia (como RHEINGANTZ, 1979, por exemplo).

Nesse trabalho, pretendemos apresentar alguns resultados da pesquisa a partir da análise dos empresários colonizadores em uma área de colonização no Rio Grande do Sul, que apresenta grande quantidade de colônias privadas. Assim, nos debruçamos sobre o nosso recorte geográfico: a Serra dos Tapes.

Na literatura mais clássica sobre colonização no Rio Grande do Sul, os empreendimentos da Serra dos Tapes são, por vezes, ignorados. O caso exemplar é o trabalho de Amstad (1999), que apesar de citar algumas colônias principais, como São Lourenço, bem como outros empreendimentos em Canguçu, deixa de fora as colônias criadas em Pelotas. Roche (1969), por sua vez, afirma que São Lourenço é uma ilha agrícola cercada por fazendeiros luso-brasileiros. A noção de ilha é duplamente equivocada. Como já mostramos em trabalhos anteriores (BOSENBECKER, 2011), a colônia São Lourenço não está necessariamente isolada, como ilha, em meio às fazendas, sendo tal processo mais dinâmico e com muitas associações e especificidades, incluindo sociedades entre Rheingantz e fazendeiros. De qualquer forma, também não há ilha de colonização, pois a região é permeada por outros núcleos coloniais, embora menores e, a grande maioria, bastante posteriores a São Lourenço. Os novos núcleos, instalados em Pelotas, foram descritos por Ulrich (1984) em trabalho pioneiro. Mais recentemente, o trabalho de Leila Fetter (2002) propôs uma revisão sobre a colonização na área rural de Pelotas e mapeou as circunstâncias e desdobramentos da criação das colônias.

A colonização e a imigração na Serra dos Tapes

A região que tomamos como recorte geográfico de análise é a Serra dos Tapes, no sul do Rio Grande do Sul. “Toda a Serra foi

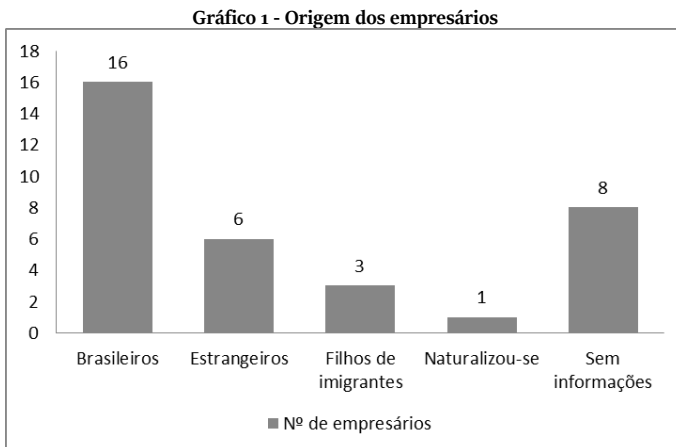
dividida em pequenas propriedades, as picadas multiplicavam-se e nelas o movimento crescia.” (GRANDO, 1990, p. 73), apesar disso, a região é considerada periférica em termos de colonização no estado. Ao longo do recorte cronológico do nosso projeto, a Serra dos Tapes recebeu 69 colônias caracterizadas como investimento privado em números totais (sem tratamento dos dados na fase atual do projeto). A grande maioria desses empreendimentos estava localizada (quando da fundação das colônias) no município de Pelotas, embora existissem núcleos também em Canguçu. Apenas mais tarde, municípios como São Lourenço e, mais recentemente, Arroio do Padre e Morro Redondo, seriam emancipados. Nesse escopo, existiam 35 empresários ou empresas de colonização, sendo que apenas uma colônia era de propriedade de uma associação, restando assim 34 empresários, dentre os quais pelo menos quatro apresentam uma empresa formalizada para a colonização.

Além desses empresários, existiram seis colônias que possuíam diversos proprietários não nominados na literatura e outras duas colônias constam como propriedade de herdeiros de fazendeiros já falecidos, sem estabelecer informações mais precisa sobre os empreendimentos. Além disso, três colônias apresentam dúvidas e divergências entre os autores sobre seus nomes e proprietários, possivelmente se tratando de trocas de proprietários ao longo do tempo, ou troca de nomes mantendo os proprietários. Dessa forma, onze colônias foram descartadas e acredita-se que com a continuidade da pesquisa todos esses dados possam ser reestruturados em função do cruzamento de dados e refinamento das informações. Restaram, portanto, 58 colônias como empreendimentos privados. Também descartamos mais seis colônias porque não encontramos informações sobre os proprietários. Assim, finalmente, o universo de análise compreende 52 colônias privadas de propriedade de 34 empresários coloniais e de 1 associação colonizadora.

A primeira colônia fundada na região é São Lourenço, em 1858. Este também é o maior empreendimento, com mais de 500 lotes. Durante a década de 1860, a colônia São Lourenço sofreu

ampliações consideráveis, bem como surgiram outros empreendimentos ao seu redor. Em segunda fase de colonização na região, já durante a década de 1880, inúmeros núcleos médios e pequenos surgiram, especialmente, em Pelotas e Canguçu. Com exceção de São Lourenço, há apenas três empresários que construíram empreendimentos com mais de 100 lotes, os quais classificamos como médios.

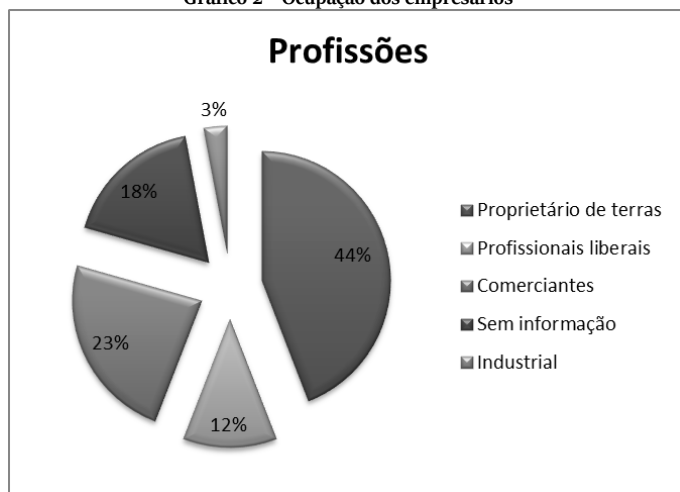
Em relação ao perfil dos empresários selecionados na pesquisa, buscamos avaliar três quesitos em especial: origem dos empresários, profissão ou ocupação do empresário e, por fim, o quadro de participação política dos mesmos. Assim, com relação a origem dos 34 empresários, os dados mostram que a maioria dos investidores eram brasileiros. Existem empresários que aparecem sem informações quanto a origem, contudo, acreditamos que se tratam de brasileiros, pois são herdeiros de terras na região, aumentando, assim, esse escopo. Entre os estrangeiros o destaque é para os alemães, com dois portugueses nessa listagem. Os filhos de imigrantes são dois filhos de imigrantes alemães e um filho de português e há apenas um caso de imigrante alemão que se naturalizou brasileiro. Os dados podem ser conferidos no gráfico a seguir:



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Já com relação às profissões, as configurações encontradas mostram ampla participação de proprietários de terras em empreendimentos coloniais. No nosso entendimento, a categoria proprietários de terras inclui fazendeiros, charqueadores e viticultores, que aparecem em três casos entre os empresários selecionados na pesquisa. Os profissionais liberais somaram quatro empresários, distribuídos entre médicos, advogados e engenheiros, contudo, ressalta-se que são todos brasileiros e herdeiros de grandes propriedades. Os estrangeiros, especialmente os alemães, destacam-se no comércio ou nas atividades industriais. Também alguns brasileiros estão caracterizados como comerciantes. Os dados podem ser conferidos no gráfico 2.

Gráfico 2 – Ocupação dos empresários

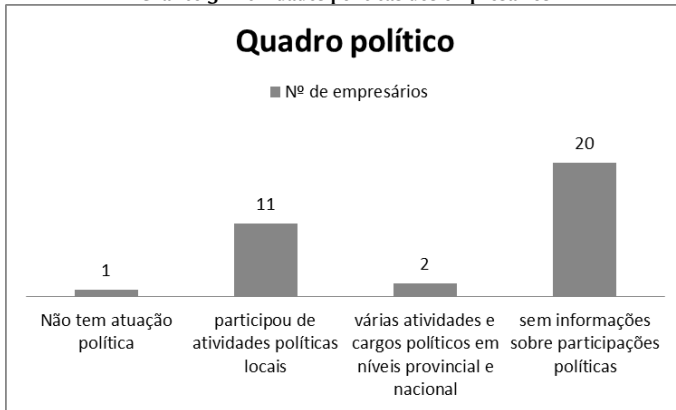


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

Com relação à participação política, o quadro revela pouca participação e, geralmente, quando ocorre algum tipo de atividade política por parte dos investidores, tal atividade é circunscrita aos limites locais, conforme gráfico 3. Contudo, os indivíduos que aparecem sem informações sobre atuação política não representam aqueles que não tem atuação, apenas mostram a dificuldade de

conseguir dados e informações sobre a atuação dos investidores. Apenas um empresário não tem cargos ou atuação política de destaque, como filiação partidária, por exemplo. Trata-se de Jacob Rheingantz, maior empresário do setor na região. Os políticos aqui retratados são majoritariamente filiados ao Partido Republico Rio-grandense.

Gráfico 3 - Atividades políticas dos empresários



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

Uma observação possível ao analisar a estrutura de colonização da região mostra que fazendeiros brasileiros utilizavam muitas vezes intermediários alemães na propaganda e nas negociações de compra e venda de lotes em seus empreendimentos. Esses intermediários quase sempre acabam acumulando lotes coloniais em regiões diferentes ou mesmo investindo na compra de lotes e constituindo, assim, pequenas colônias.

A região também possui investimentos estatais: três colônias do Império (Maciel, Afonso Pena e Accioli), sendo que todas elas podem ser caracterizadas como pequenos empreendimentos, bem como uma colônia municipal de Pelotas (com cerca de 100 lotes). Já a província mantinha uma colônia na região sul do estado, a colônia São Feliciano, localizada na margem norte do rio Camaquã, em Encruzilhada do Sul. Nesse sentido, o Estado, em seus mais diferentes níveis, continuava sendo o maior recrutador de

imigrantes, que seriam inseridos nas colônias espalhadas pelo Rio Grande do Sul.

A forma de recrutamento de colonos da maioria das colônias privadas variava bastante, mas predominaram os casos em que os lotes eram vendidos para imigrantes que já estavam no país, ou seus descendentes, que procuravam melhores terras ou condições deixando antigas colônias ou colônias do estado. A grande exceção é que a região apresenta o maior recrutador de imigrantes do setor privado do sul do Rio Grande do Sul e um dos mais importantes do estado, o alemão Jacob Rheingantz, que em cerca de vinte anos de colonização introduziu mais de 500 famílias de imigrantes alemães na grande colônia de São Lourenço. Rheingantz promoveu o recrutamento/seleção, transporte e instalação, sendo que cada uma dessas etapas podia ser financiada pelos imigrantes diretamente com o empresário. A importância desse empreendimento na região é avaliada por Grandó (1990, p. 73).

A quantidade de terras incultas na Serra de Tapes, muito próximas de dois importantes mercados consumidores e exportadores, Rio Grande e Pelotas, favoreceu a expansão da colonização nessa região do Rio Grande do Sul, a partir do desenvolvimento de São Lourenço. Assim como a Colônia de São Leopoldo é considerada o fator de expansão dos núcleos agrícolas que avançaram para o Norte do Estado, a Colônia de São Lourenço é reputada como a origem dos núcleos do Sul.

Nesse sentido, a colônia São Lourenço se destaca não apenas como maior empreendimento, mas por manter uma logística privada de colonização que incluía o engajamento ou recrutamento de imigrantes, trazidos da Europa com contratos já assinados para se instalarem em São Lourenço. Por outro lado, São Lourenço, de 1858, Santa Clara, de 1869, Arroio do Padre, de 1868, e a colônia Lopes, de 1866, formam o quadro de colônias da primeira fase da colonização na região. São Lourenço e Arroio do Padre são de propriedade de alemães, sendo que um deles se naturalizou

brasileiro posteriormente. Os dois proprietários estão ligados por graus de parentescos e redes comerciais. Já Santa Clara e Lopes são colônias de fazendeiros, a primeira delas, ao lado de São Lourenço, era de propriedade do coronel Joaquim de Sá Araújo. A relação entre o coronel Sá e Rheingantz foi conturbada, sendo que coube aos seus herdeiros a definição dos limites territoriais dos empreendimentos.

Ampliação das áreas coloniais e disputas entre fazendeiros e empresários

A ampliação da área colonial começa com a própria ampliação da colônia São Lourenço, maior empreendimento da região, que ainda na década de 1860, teria novas áreas ou linhas acrescidas ao seu núcleo central. Parte dessas terras foram compradas de proprietários limítrofes para a ampliação colonial. Como vimos, também nesse período, outras colônias foram fundadas, algumas ao redor de São Lourenço. Uma das maiores foi a colônia Santa Clara, de propriedade do coronel Joaquim de Sá Araújo, um fazendeiro brasileiro. O coronel Sá nasceu em São José do Norte, filho de um imigrante português e de uma brasileira. Casou-se com Clara Soares de Paiva, filha do comendador Antônio Soares de Paiva, e neta do Visconde de Jaguarí, Domingos de Castro Antiqueira. A família Antiqueira possuía terras nas proximidades da colônias e os filhos do Visconde herdaram propriedades, sendo que pelo menos dois filhos tiveram colônias constituídas. A colônia do coronel Sá foi constituída na parte da herança que coube a sua mulher, Clara. Coronel da Guarda Nacional, Joaquim teve uma participação política mais local.

Após a morte do coronel Sá, a esposa e os filhos continuaram os negócios de colonização. O mesmo ocorreu quando faleceu Jacob Rheingantz. Nesse caso,² a grande responsável pela gestão da colônia São Lourenço foi Maria Carolina Rheingantz, que não assumiu

² Os dois próximos parágrafos são oriundos de pesquisa anterior aqui sistematizada. Veja Bosenbecker, 2017.

diretamente a administração do negócio, mas sim o posto estratégico das negociações, especialmente com os órgãos governamentais. Por vezes, contudo, Carlos Guilherme Rheingantz, o filho mais velho, interferia e assumia interinamente a administração da colônia, como *encarregado*, conforme denominação que ele mesmo reivindicou nas cartas enviadas à presidência provincial. Essas intervenções perduraram até a nomeação definitiva do barão von Steinberg, genro de Rheingantz, para o cargo de diretor. A atuação do barão na direção foi bastante conturbada, especialmente por conflitos de terra ocorridos por volta de 1885, envolvendo colonos da 5ª área colonial. Esta área já colonizada estava em litígio há anos com a família do coronel Joaquim de Sá Araújo. A família Rheingantz alegava que a área havia sido concedida oficialmente, pelo governo, para Jacob Rheingantz e que sua divisão e colonização eram legais, já o coronel Sá e seus herdeiros alegavam possuir a área, comprada anos antes do coronel José de Castro Antiqueira. O coronel Sá tentou resolver a questão primeiramente com Carlos Guilherme, propondo o coronel ficar com as áreas já colonizadas pelos Rheingantz, endossando a posse dos colonos que lá moravam. Carlos Guilherme recusou a proposta, pois desconfiava de avanços ilegais realizados pelo coronel em terras devolutas compradas por seu pai, conforme mapas que apresentava de terras concedidas.

O coronel Sá também já havia colonizado grande parte da área ao redor das áreas já colonizadas por Rheingantz, e, após sua morte, os herdeiros, liderados por Israel de Sá Araújo, mantiveram por mais de um ano, até meados de 1882, negociações com Carlos Guilherme. Porém, alegando haver direito legítimo na propriedade das terras, decidiram entrar na justiça para reaver a área que consideravam de sua propriedade. O processo ficou muito tempo em poder do judiciário, o qual parece ter ordenado uma medição de terras na região em litígio, que ainda não havia ocorrido em 1885. Sequer os herdeiros do coronel Sá haviam sido intimados das decisões da

justiça.³ A situação piorou drasticamente quando, da parte dos Sá, foi ordenado um avanço dos lotes em terras já colonizadas pelos Rheingantz, transformando a questão em uma guerra entre colonos. Os colonos de São Lourenço, por sua vez, pediram ajuda ao presidente e ameaçaram o barão von Steinberg, então diretor de São Lourenço (sobre essas questões, veja KLIEMANN, 1986; BOSENBECKER, 2017). Não obtivemos informações sobre o fim desses conflitos. Contudo, grandes medições e revisões foram efetuadas na região, nas décadas de 1870 e 1880.

Considerações finais

Mostramos neste trabalho, a avaliação do perfil geral dos colonizadores, sejam empresários ou fazendeiros, brasileiros ou estrangeiros, que criaram colônias na região da Serra dos Tapes, sul do Rio Grande do Sul. De colonização mais antiga, a região possuiu duas fases ou etapas em sua colonização: uma primeira fase, no final da década de 1850 e década de 1860, e uma segunda fase, que começa na década de 1880. Com mais de 60 colônias privadas, entre outras formas de organização que ainda não foram esclarecidas pela pesquisa, constam na região vários empreendedores brasileiros, proprietários de terras, por um lado, e, por outro, o maior recrutador da região e também do estado, Jacob Rheingantz, comerciante, alemão, que engajou mais de 500 famílias para sua colônia.

A região apresenta uma variada configuração, especialmente sobre origem, atividade e participação política dos empresários, pois 16 empresários são brasileiros, outros três empresários são brasileiros,

³ Confira: Biblioteca Rio-grandense. Coleção Rheingantz, cx. 2. *Correspondência do Coronel Joaquim de Sá Araújo para Carlos Guilherme Rheingantz*, sem data, doc. 28; *Correspondência de Joaquim de Sá Araújo para Carlos Guilherme Rheingantz*, em 31 jan. 1881, doc. 32; *Correspondência de Israel de Sá Araújo para Carlos Guilherme Rheingantz*, em 09 mai. 1881, doc. 38; *Correspondência de Israel de Sá Araújo para Carlos Guilherme Rheingantz*, em 04 abr. 1882, doc. 46; *Correspondência de Israel de Sá Araújo para Carlos Guilherme Rheingantz*, em 13 jul. 1882, doc. 48. Outro herdeiro do Coronel Sá era Eduard Tepke, que segundo colonos estaria provocando conflitos na região em disputa, cf. *Denúncia dos colonos de São Lourenço*, em 19 out. 1885, doc. 68.

mas filhos de imigrantes, dentre os quais, dois comerciantes, que descendem de imigrantes alemães, e seis empresários são estrangeiros, sendo dois portugueses, um deles fazendeiro, e quatro alemães, que apesar de apresentarem atividades diversificadas, estavam ligados de alguma forma ao comércio. Entre os brasileiros, praticamente todos estão ligados à atividade de pecuária ou da agricultura, muito embora exerçam outras atividades, destacando-se o comércio. Apenas quatro dos brasileiros se destaca em ramo específico de profissão, tais como médico e advogado. Com relação ao restante dos empresários, ainda não foi possível verificar origem e profissão, muito embora os resultados preliminares mostram que devem se tratar de brasileiros, proprietários de terras ou herdeiros. Com relação a atividades políticas, apenas dois empresários aparecem em cargos de destaque, como deputados provinciais ou centrais, o restante da amostra possui alguma atividade política que podemos classificar como local. Entre os estrangeiros há pouca ou praticamente nenhuma atividade política.

Apresentamos uma análise sobre os proprietários das colônias, majoritariamente fazendeiros e comerciantes de origem luso-brasileira, além de comerciantes e empresários estrangeiros, especialmente alemães, que também atuaram na região, disputando espaços e terras na conturbada e problemática situação agrária local. O perfil dos empresários da colonização, as atuações e disputas, bem como os espaços ocupados na sociedade local são importantes para a compreensão da colonização na região, englobando tanto o processo de recrutamento de imigrantes europeus quanto o processo de enxamagem (ROCHE, 1969), que se acentuou ao longo das duas últimas décadas dos oitocentos.

Por fim, os dados de pesquisa aqui apresentados, apontam para a pouca participação dos empresários em uma logística privada de imigração e colonização, uma vez que a maioria dos empreendedores aqui avaliados está loteando terrenos para migrantes que já estavam vivendo no Brasil, seja há pouco tempo ou alguns anos, e para descendentes. Nesse sentido, o engajamento de

imigrantes, ou recrutamento, foi realizado por poucos empresários e pode ser um aspecto importante para caracterizar e classificar os empreendedores.

Referências

AMSTAD, Pe. Theodor. *Cem anos de Germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

BOSENBECKER, Patrícia. *Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre.

_____. *Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História). PPG-História/UFRGS, Porto Alegre.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: HALSEY, A. H.; BROWN, Phillip, LAUDER, Hugh (orgs). *Education, Culture, Economy, and Society*. Oxford: Oxford University Press, 1997, p. 46-58.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. 4º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FETTER, Leila Maria Wulff. *A colonização ocorrida na área rural de Pelotas na segunda metade do século XIX*. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

GRANDO, Marinês Z. *Pequena Agricultura em Crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1990.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder*. História da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulista*. São Paulo: Duprat & Cia, 1903.

- MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.
- NEUMANN, Rosane Márcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. 2009. Tese (Doutorado em História). PPG-História/PUCRS, Porto Alegre.
- OBERACKER JR., Carlos Henrique. *A contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985 [1968].
- PETRONE, Maria T. S. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- RHEINGANTZ, Carlos Grandmassom. Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da colônia de Sacramento. In: *Anais do Simpósio comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. v. II. Rio de Janeiro: IHGB, 1979.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.
- SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. *Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza*. Tessituras, Pelotas, v. 1, n. 1, jul./dez. 2013, p. 73-100.
- SEYFERTH, Giralda. *Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro*. MANA, v. 5, n. 2, 1999, p. 61-88.
- _____. Colonização e política imigratória no Brasil imperial. IN: SALLES, Teresa; SALLES, Maria do Rosário R. *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos: EdUFSCar/Editora Sumaré, 2002. p. 79-110.
- _____. Imigração e diferenciação cultural: algumas questões conceituais. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. *Migrantes ao sul do Brasil*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010. p. 19-62.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

- SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, Catherine (org.). *Fronteiras*. Brasília/Paris: EDUNB/Orstom, 1988, p.19-37.
- TRUZZI, Oswaldo. *Redes em Processos migratórios*. Tempo Social, v. 20, n. 1, 2008, p. 199- 218.
- _____; KERBAUY, Maria T. M.; BARBOSA, Agnaldo de Souza. *Mudança de fronteiras étnicas e participação política de descendentes de imigrantes em São Paulo*. RBCS, v. 27, n. 80, out. 2012.
- _____, SACOMANO NETO, Mario. *Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista*. RAE. Revista de Administração de Empresas, v. 47, 2007, p. 37-48.
- ULRICH, C. O. *As colônias alemãs no Sul do Rio Grande do Sul*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 5, n. 2, 1984, p. 57-74.
- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasília: INL, 1980 [1946].

O Clube 15 de Novembro

*Roberto Atkinson*¹

Diz-se que aonde se encontra três germânicos / alemães a quatro sociedades, uma para cada germânico / alemão e a quarta para todos os três juntos. Não foi muito diferente em Campo Bom, até 31 de janeiro de 1959 2º distrito do município de São Leopoldo, necessidade de convivência social. Devido a isto surgiram três sociedades.

“Deutscher Schützen Verein” (A Sociedade Alemã de Atiradores)

Foi a primeira a ser fundada. O fato ocorreu em 3 de março de 1893 e no ano seguinte foi realizado o primeiro torneio de tiro ao rei.

Os primeiros tiros foram dados nos fundos da residência de Jacob Dick posteriormente residência de Carlos Blos. Um dia, entretanto, chegou Germano Gundlach proprietário de um jornal editado em alemão em Porto Alegre, com uma arma própria para competições. Isto serviu para que fosse dado um grande impulso no

¹ Pesquisador graduado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Com diversos cursos de extensão e seminários. Integrante fundador da Associação Pró-Memória do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Campo Bom, do Instituto Gaúcho de Genealogia e Imigração. Conselheiro integrante Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Cultural nas gestões 2017/2018 e 2019/2020. Conselheiro integrante Conselho de Políticas Culturais na gestão 2019/2020. Integrante do presbitério da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Campo Bom e da comissão conjunta da Comunidade Evangélica e Católica do cemitério católico e evangélico. Integrante voluntários do Turismo Integrado de Campo Bom. Integrante ocupante da cadeira 59 da Academia de Letras Dos Municípios do Rio Grande do Sul, representando Campo Bom.

sentido da criação da Sociedade Alemã de Atiradores, que com o passar do tempo, transferiu-se para a casa de Nicolau Schirmer anteriormente pertencera a seu pai Jacob Schirmer, esta foi a primeira sede.

Em 12 de setembro de 1896 foi doada a nova sociedade, que a recebeu como doação de Miguel Blos e sua esposa Maria Catharina Heiderich, uma área de 3200 metros quadrados: 16 metros de frente na hoje Avenida Brasil número 3092, por 200 metros de frente a fundos. Pelos termos de doação a sociedade deveria construir sua sede social e o stand de tiro nesta área.

“Gesang Verein Sangeslust” (Sociedade de Canto Feliz Por Cantar)

Foi à segunda sociedade a ser fundada. Extra oficialmente por volta de 1892, após a organização da “Dick e Companie”. Eduardo Dick que então já executava qualquer música e em qualquer instrumento, dedicou-se também ao estudo do canto. Se tornara um hábito, na época, dos apreciadores do canto de se juntarem a noite em casas de famílias conhecidas para os ensaios de canto em coral.

No ano de 1913, numa certa noite, os cantores estiveram reunidos na residência de Eduardo Dick, quando, maravilhado com os cânticos que estava ouvindo, Rudolfo Weber, morador nas Quatro Colônias, não se conteve e exclamou: “Isto assim não pode continuar, com esta maravilha temos que fundar uma sociedade”. E assim surgiu a Sociedade de Canto Feliz Por Cantar. Oficialmente fundada em 1º de janeiro de 1914 conforme seus estatutos. Na ata número um datada de 2 de janeiro de 1914, onde estiveram presentes os membros Edmundo Schirmer, Pedro Wolf, Henrique Feltes, Carlos Von Reisewitz, Eduardo Dick, Luiz Dreger, Adolfo Keiper, Cristiano Gruber, Emilio Dick, Otto Dick e Alfredo Blos foi eleita a sua primeira diretoria que na época foi assim composta. Presidente: Carlos Von Reisewitz; Tesoureiro: Pedro Wolf; Secretário: Alfredo Blos e o maestro Eduardo Dick.

“O Esporte Clube 15 de Novembro”

Foi à terceira sociedade a ser fundada.

Com o correr do tempo, talvez influenciados pelos técnicos que já haviam assistido partidas de futebol em Porto Alegre, os operários da firma Vetter & Irmãos resolveram fundar um clube, para, nas horas de folga, praticar o novo esporte. O mais entusiasta foi Arthur Blauth, que ficou encarregado de adquirir a primeira bola que foi comprada em Porto Alegre com o dinheiro arrecado através de uma coleta entre seus colegas operários.

Mais ou menos pelo mês de setembro de 1911, foram dados os primeiros chutes do Esporte Clube 15 de Novembro, tendo por local “um potreiro no Morro das Pulgas”, nos fundos da firma Vetter & Irmão. O proprietário do campo era Wilhelm (Guilherme) Korndörfer. Todos os fundadores com exceção do Sr. Carlos Blos, eram operários da firma, sendo que os dois primeiros quadros eram assim formados:

- 1.º quadro: Oswaldo Von Reiszwitz, Carlos e Gustavo Blos, Vergilio Feltes, Alfredo Blos, Oscar Veter, João Soares, Alvicio Lauer, Franz Appol, Juvenal Soares e Lulu Schaeffer
- 2.º quadro: Vittal Appol, Balduino Dreger, Serino Feltes, Luiz Habigzang, Alfredo Feltes, Reinoldo Kleinkauf, Leopoldo Lauer, Beno Blauth, Hugo Ritzel, Timóteo Soares e Willi Becker.

Para a festa de inauguração da bandeira do clube, foi convidado o E. C. Colombo, de Porto Alegre, que venceu a partida pelo escore de 5 a 1.

A Sociedade Concórdia

A vida social, nessa época, tornou-se bastante intensa. Surgiu, então, a ideia da união dessas três sociedades para que, juntas, se constituíssem numa só, possibilitando assim a criação de uma melhor e mais forte organização social.

As reuniões preliminares das sociedades que viriam a se constituir na Sociedade Concórdia², foram feitas no Salão Farol, que naquele tempo existia. E a fusão das três entidades foi concretizada em 8 de outubro de 1917, sendo esta a data da instalação da Sociedade Concordia provisoriamente. A fundação oficial da Sociedade Concórdia ocorreu em 22 de janeiro de 1918 quando foram aprovados em assembleia geral os estatutos da nova Sociedade. A partir de 1918. A Sociedade Concórdia foi o centro vital da povoação.

No período entre 8 de outubro de 1917 e 27 de fevereiro de 1918, data em que ocorreu a assembleia que elegeu a primeira diretoria oficial da Sociedade Concordia a presidência provisória foi ocupada pelo senhor Germano Jürgens que por sua vez foi secretariado pelo então secretário provisório Willibaldo Müller.

Em 27 de fevereiro, com início às 9 horas, deu-se por aberta a sessão, que elegeu a primeira diretoria, composta pelos seguintes membros: Presidente: Gustavo A. Vetter, Vice-presidente: Pedro Blos, 1º Secretário: Alfredo Krumenauer, 2º Secretário: Willibaldo Müller, 1º Tesoureiro: Waldemar Müller, 2º Tesoureiro: Emilio Brodt, 1º Mordomo: Pedro Blos, 2º Mordomo: Alfredo Blos, 1º Tes. Da Copa: Emílio Vetter, 2º Tes. Da Copa: João Blos e Dir. De Festas: Germano Jürkens.

A Sede Social

Para abrigar a nova a Sociedade Concordia, foi necessário construir para ela uma nova sede social na área de terras pertencente ao “Deutscher Schützen Verein” (A Sociedade Alemã de Atiradores). Não se sabe exatamente a data da construção da nova sede, mas foi aproximadamente a 1918. Se deve isto em função da destruição ou da perda da documentação original, relacionada à origem do projeto arquitetônico. Na ultima pagina do livro de atas

² O nome Concordia possui o significa de acordo.

numero um da Sociedade Concordia encontram-se os dados abaixo descritos que nós dão o tamanho do salão da Sociedade Concordia e do numero dos sócios em 1937.

“Informações prestadas à “Sessão De Estatísticas Educacional” referente ao ano de 1937
 Data da instalação da corporação: 8 de outubro de 1917
 Data de fundação: 22 de janeiro de 1918
 A que fins se destina: Artísticos, Recreativos e Desportivos
 Capacidade da sala: 14 x 16 = 350 pessoas
 Socios brasileiros: 295 homens e 1 mulher
 Socios estrangeiros: 3
 Socios efetivos: 296
 Socios honorários: 3”

Arquiteticamente a Sede Social da Sociedade Concordia, atualmente Clube 15 de Novembro apresenta as seguintes características arquitetônicas.

A Sociedade Concórdia situava-se em frente a uma praça, que foi dotada de jardins franceses na década de 1930. O ajardinamento foi realizado pelo profissional A. Kuplic em agosto de 1931, e foi resultado dos trabalhos da “comissão pró-jardim”, constituída pelos associados E. Broth, W. Thoen, Waldemar von Scharten, Arno Kunz, A. Krummenauer e Alfredo Blos. Infelizmente a praça foi removida

Em 1947, o arquiteto de origem alemã Theo Wiederspahn foi contratado para projetar uma remodelação da sede sócia, que não foi não concretizada. O projeto, em especial, trazia uma remodelação de fachada, que dissociava a aparência de germanidade do prédio, provavelmente consequência da campanha de nacionalização promovida pelo governo na época. A reforma não foi concretizada, mas a planta baixa do projeto é um importante registro do aspecto da edificação na época, uma vez que demonstra paredes existentes.

Entre 1954 e 1956, durante a presidência de Armim Rudy Blos, a sede social do Concordia passou pelo processo de reconstrução. Neste processo a suas dependências internas foram renovadas, o palco foi trocado de lado, foram construídas novas canchas de bolão,

um novo Standt de tiro e principalmente foi acrescentado a partir de uma nova área construída as dependências em que atualmente se encontra estabelecido o restaurante. Segundo dados encontrados.

A edificação passou por obras em meados de 1976, quando foi retirado o torreão do telhado e foram modificadas algumas janelas. Essa modificação da janela foi posteriormente revertida.

Arquitetonicamente a Sede Social da Sociedade Concordia, atualmente Clube 15 de Novembro apresenta as seguintes características arquitetônicas segundo o Arquiteto Urbanista Jorge Luis Stocker Jr.

Trata-se de uma edificação imponente e de grandes proporções, construída sobre o alinhamento da Rua Daltro Filho e recuada em relação a Av. Brasil (originalmente, havia uma praça particular em frente). O prédio principal é composto por dois blocos laterais avançados, marcados pelo telhado tipo “Mansardgiebeldach”, e bloco recuado, marcado por três frontões curvos coroados por forma circular; e apresenta simetria rigorosa. O telhado é o elemento compositivo mais importante, definindo a forma da empena e ocorrendo em um jogo complexo de 18 águas na edificação principal, todas em telhas francesas. Recuada no lote, em relação a este prédio principal, encontra-se porção mais antiga, originalmente sede da Schutzen Haus (1906), que foi posteriormente reformado para também ter aspecto de “Mansardgiebeldach”, mimetizando formas da edificação principal.

Ambos os blocos avançados da edificação principal apresentam acesso central, com porta de madeira com duas folhas de abrir e bandeira superior. O acesso é ladeado por duas janelas, com duas folhas de abrir, bandeira superior e folhas fixas laterais. Todos estes vãos são encaixados em planos rebaixados em relação à fachada, e encimados por elemento decorativo em resalto da fachada, de argamassa, simulando uma pedra angular. Os blocos tem cunhais marcados como pilastras, com resalto de argamassa, com elemento decorativo em baixo relevo no espaço de capitel, simulando bandeirolas. O mesmo elemento aparece em alto-relevo,

sobre a porta de acesso central. Acima destas aberturas, há uma linha de cimalha bastante marcada, e acima dela, três janelas em folhas de madeira de abrir com bandeira superior, emolduradas por elementos decorativos. Este trecho da fachada segue o desenho do telhado, de empena-mansarda, popularmente difundido como “telhado holandês”. Acima, após outra linha de cimalha, a empena é triangular, marcada no seu centro por elemento decorativo de argamassa com forma semicircular.

O bloco central da edificação principal, recuado em relação a estes dois blocos já descritos, apresenta três frontões curvos coroados por uma forma circular, destacados em relação ao telhado, que os acompanha com duas águas. Há dois “semi-frontões” laterais arrematando a forma. O frontão central apresentava, originalmente, a inscrição “Concórdia” (hoje vazio) e os laterais, formas orgânicas lembrando fitas e florais. No térreo, este trecho apresenta três janelas de madeira com duas folhas de abrir, e elementos decorativos idênticos aos dos blocos laterais, e, acima da primeira linha de cimalha, três aberturas em forma de elipse, também com duas folhas de abrir. Estas aberturas se dão em um plano retangular em baixo relevo em relação à fachada.

Na fachada lateral, na Rua Daltro Filho, as janelas são de duas folhas de abrir com bandeira superior, emolduradas por ressalto na argamassa simples. Parte da empena prolonga-se até acima da cimalha, na altura de um segundo pavimento, sendo dotada de três aberturas em arco abatido, com duas folhas de abrir.

Internamente, o salão apresenta piso de tacos de madeira e forro também de madeira. Ambos não são mais originais, mas compatíveis com a ambientação. Apresenta ainda as colunas laterais, de seção retangular e com capitel remetendo ao dórico, unidas por elegantes arcos trilobados.

O prédio foi complementado aos fundos, onde ocorrem edificações sucessivas, que abrigam departamentos esportivos do Clube como bolão e tiro.

Cinematógrafo.

Desde o início a Sociedade Concórdia, era dotada de iluminação elétrica, inaugurada em 19 de agosto de 1918, com grandes festividades. Eletricidade que proporcionou que nas suas dependências fossem realizadas sessões de “cinematógrafo”, até onde se sabe as primeiras projeções realizadas em Campo Bom. O proprietário do aparelho era Osvaldo Neumann e o operador, Avelino Bohrer. Como tratava-se de cinema mudo, a música ficava por conta da orquestra composta por Walter Blos, Theobald Blos, Arnildo Weis, Alfredo Blos e Frederico Jacobus. Mais tarde, Alfredo Blos inaugurou o Cinema Imperial, encerrando assim o período de projeções na Sociedade Concórdia.

O Bolão

Esporte muito popular na Alemanha e a exemplo do Departamento de Tiro, o Bolão era uma demanda solicitada por todos que viviam na colônia de Campo Bom. Desejavam muito a abertura de novas modalidades de esporte, onde as mulheres teriam o seu espaço.

Com a Sociedade já mais estruturada e em sua sede própria, as duas primeiras canchas de bolão da Sociedade Concórdia foram inauguradas no dia 31 de março de 1918, com uma grande festividade que culminou a noite com um grande baile que contou com a presença de todos os clubes forasteiros convidados, e que compareceram.

Com a nova estrutura disponível, formaram-se as primeiras equipes masculinas e femininas de bolão. Iniciaram os seguintes grupos masculinos: Clube Rio Branco, Clube U “53”, Clube Oriente, Concórdia, Expressinho, 5 de Maio, Progresso e 15 de Novembro. E os femininos foram a equipe 30 de Julho, Esperança e Estrela.

Atualmente todos os anos são escolhidos o Rei e Rainha do Bolão. O departamento continua muito ativo participando de várias competições no nível estadual e nacional. Atualmente o Departamento de Bolão conta com 4 canchas para Bolão e Bola 16,

com armação automática de pinos. Iluminação adequada, estrutura invejável que conta ainda com espaço próprio para uso como bar e espaço para festas com cozinha e churrasqueira.

O Esporte Clube Independente

A 12 de abril de 43, em sessão realizada na Sociedade Concórdia, foi extinto o Departamento de Futebol sendo criado o Esporte Clube Independente. O 15 de Novembro, assim, era rebatizado. Muita celeuma causou essa decisão, que, no entanto, trouxe para o «15» a completa independência e maioria. Surgiu então o nome Independente, como uma consequência de sua independência total, tendo sido escolhido o preto e o branco como as cores oficiais.

Ressurge O Esporte Clube 15 De Novembro

O campobonense sempre foi arraigado às tradições de sua gente. Após um grande movimento, foi dado ao Esporte Clube Independente o seu nome de origem, em uma sessão de assembleia geral da agremiação, realizada no dia 29 de setembro de 1949. Mesmo adotando o nome de origem Esporte Clube 15 De Novembro ficou independente da Sociedade Concordia até a fusão das duas entidades em 30 de abril de 1975. Mesmo sendo independente Ressurge o Esporte Clube 15 De Novembro sempre realizou as suas reuniões e bailes na sede social da Sociedade Concordia.

O Punhobol

Departamento do Esporte Clube 15 De Novembro que projetou o nome do clube e da cidade além de nossas fronteiras.

Este esporte, também de origem germânica, passou a ser praticado em Campo Bom no ano de 1940. Os treinos eram realizados, aos domingos, pela manhã; às seis horas eram estes esportistas

encontrados no campo do 15 esquentando os «músculos». O primeiro quadro era assim formado: W. Oscar Konrath, Willi Ostermann, Arno Kunz, Osmar Ermel e Arlindo Ritzel.

Depois de um período em que este esporte quase foi esquecido, retornou com força total, quando equipes mais jovens foram formadas, abrindo as possibilidades de participação nos torneios oficiais patrocinados pela Federação.

Competindo em vários torneios interestaduais e internacionais, não foi difícil trazer para Campo Bom o 1º Campeonato Sul Americano de Punhobol, realizado em 15 de novembro de 1961, justamente na data em que o Esporte Clube 15 de Novembro completava o cinquentenário de sua fundação. Aqui estiveram equipes do Paraguai, Chile e Argentina, além de várias brasileiras. O ponto alto da competição registrou-se no momento em que se defrontaram as seleções nacionais do Brasil e da Argentina, na decisão do título sul-americano. Venceu a Argentina, sagrando-se. Por conseguinte, o primeiro campeão de punhobol da América do Sul.

Além de emprestar vários de seus valores ao selecionado brasileiro, o “15” sempre se manteve entre as melhores equipes de punhobol, conseguindo expressivos títulos internacionais, como aqueles vice-campeonatos conquistados na Argentina e no Chile.

Os Bailes do Calçados

O grande desenvolvimento da indústria calçadista levou ao surgimento do Baile do Calçado que ocorreram exatamente entre os anos de 1956 até 1960, na sede da Sociedade Concórdia hoje a sede social do Clube 15 de Novembro. Os bailes eram organizados pela diretoria da Sociedade Concórdia e uma comissão de pessoas ligadas à indústria calçadista, que organizavam o “Baile do Calçado”. Em 1956, 1957 e 1959, houve nestes bailes, a escolha da rainha e princesas do calçado.

A eleição era feita entre as candidatas apresentadas pelas indústrias de calçado. A escolha era o resultado de venda de votos, o

que ajudava a cobrir os gastos de organização e ornamentação do salão, sempre alusiva à fabricação de calçados. O trono da rainha era um enorme calçado “Luis 15” artisticamente decorado, criado por Albano Kehl.

Em pontos estratégicos da Sociedade Concórdia, durante os bailes, muitas empresas expunham seus calçados e os convites para estes bailes eram de papel, em forma de sapato.

1.ª Feira de Amostras de Produtos Industriais do Vale do Rio dos Sinos

Como consequência do rápido e grande desenvolvimento industrial de Campo Bom. O sucesso dos bailes do calçado ocorreu de 16 a 23 de Outubro de 1960, na sede da Sociedade Concórdia em Campo Bom a 1.ª Feira de Amostras de Produtos Industriais do Vale do Rio dos Sinos.

Organizada apenas em trinta e dois dias dês que surgiu a sua ideia até a sua inauguração. A sua organização coube a uma comissão nomeada para tal fim pela presidência da Sociedade Concórdia, que com a sua realização também abrigou em sua sede social, a reunião dos prefeitos municipais que integravam o Vale do Rio dos Sinos.

A 1ª Festa do Calçado Do Rio Grande do Sul

Como resultado natural da evolução dos bailes do calçado que ocorreram entre os anos de 1956 e 1960. Do sucesso da 1ª Feira de Amostras que ocorreu nos dias 16 a 23 de outubro de 1960 em Campo Bom, na sede da Sociedade Concórdia. Ocorreu em Campo Bom de 4 de novembro á 3 de dezembro de 1961.

Ao contrario do evento anterior, a 1ª Feira de Amostras de Produtos Industriais do Vale do Rio dos Sinos, conjuntamente com a 1ª Festa do Calçado Do Rio Grande do Sul ocorreu diversas outras promoções paralelas. Entre elas a comemoração do cinquentenário

da Sociedade Concórdia, o 1ª Campeonato Sul Americano de Punhobol, corrida de vespa, campeonato de tiro de revólver, inauguração de obras publicas além de outros eventos.

Departamento de Piscina

A Sociedade Concordia juntamente com o Esporte Clube 15 De Novembro na década de 1960, se restringia fundamentalmente as suas atividades sociais e esportivas, através de seus Departamentos de Punhobol, Tiro, Bolão e Futebol. Com o crescimento da cidade, principalmente alavancado pelo mercado calçadista e de máquinas, o Sociedade Concordia juntamente com o Esporte Clube 15 De Novembro necessitava de novas ofertas aos seus associados.

Foi por este motivo que junto à área do campo de futebol, foi construído as piscinas. O Departamento de Piscinas foi inaugurado oficialmente em 1º de janeiro de 1967, conforme consta em placa existente. Por se tratar de piscinas não cobertas, limita suas atividades anualmente, entre os meses de Novembro e Março.

Atualmente o departamento de piscinas conta com duas piscinas, uma infantil com baixa profundidade e outra semi olímpica para adultos. Dentro de seu parque de lazer, conta com ampla área verde com muita sombra, churrasqueiras para uso pessoal, área disponibilizada para banhos de sol e quadra de areia de praia para jogos de vôlei com seus amigos e filhos. Restaurante para lanches e almoços, bem como área especial para festas e eventos, tanto ao ar livre como na área coberta e fechada.

A Fusão Concórdia e 15 De Novembro

Precisamente no dia 30 de abril de 1975, nas dependências da então Sociedade Concórdia, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária, que culminou com a fusão entre o Esporte Clube 15 de Novembro e a Sociedade Concórdia. A nova entidade passou a

denominar-se Clube 15 de Novembro. Foi presidente da Comissão profusão Mauro Egon Schaeffer.

Esta nova organização social teve os seguintes departamentos: Cultural, Social e Recreativo, Futebol, Tiro, Caça e Pesca, Bolão e de Piscina.

Na mesma noite foi indicado Odone Aurecio Dias para a presidência do novo clube que nasceu. A partir deste momento a nova entidade passou a denominar-se Clube 15 de Novembro, cuja denominação permanece até os dias atuais.

O Departamento De Tênis

O departamento de tênis surgiu a partir de um aficionado sócio que no início da década de 1970 resolveu arregaçar as mangas e colocar em prática o sonho de construir em Campo Bom uma quadra para tênis, pois nesta época alguns poucos tenistas eram obrigados a jogar em clubes de cidades vizinhas como Novo Hamburgo e São Leopoldo.

A área onde hoje estão construídas as quadras de Tênis, originalmente eram destinadas para construção do campo de Punhobol do Clube 15 de Novembro, pois naqueles tempos, os treinos e jogos de Punhobol eram efetuados dentro do campo de futebol do 15, o que causava constantes problemas, pois havia coincidência de treinos e jogos de ambos os esportes.

A 1ª etapa, foi reunir-se com os atletas de Punhobol da época e outros para que autorizassem e cedessem o terreno para a construção da 1ª Quadra (hoje quadra num 1); que teve um bom resultado. Erich Feldens mobilizou posteriormente o Prefeito e a Câmara de vereadores de Campo Bom, para abertura de rua (hoje esquina Av. Estados com Rua das Olimpíadas) bem como para transportar de São Leopoldo as "pedras maroadas" para drenos e saibros para a confecção da quadra. Contou também com o apoio de um grupo de aficionados pelo esporte, para auxiliá-lo na tarefa da

venda de títulos, para arrecadação dos fundos para a construção das quadras.

O Presidente do Clube 15, Sr. Odone Dias, só concordou com este propósito, se houvesse um compromisso da equipe liderada pelo Sr Erich em até no prazo máximo de 6 meses, já estar em funcionamento pelo menos 2 quadras prontas com iluminação e vestiários. Devido a isto houve uma mobilização geral aonde diversos industriais colaboraram financeiramente, incentivando e apoiando a construção das quadras. Houve um coquetel no Clube 15 de Novembro logo após os jogos festivos de inauguração da iluminação das 2 primeiras quadras de tênis (hoje quadras 1 e 2). Participaram como convidados os Clubes de Novo Hamburgo (Sociedade Ginástica e Sociedade Aliança).

Ao longo dos anos e de forma contínua, o Departamento cresceu, a área foi totalmente cercada. Hoje existem 4 quadras de saibro com iluminação perfeita para jogos noturnos, além de uma quadra com areia de praia, especial para “beach tennis”, vôlei ou mesmo futevôlei, também com iluminação. No momento de preparação para entrada na quadra, é possível realizar aquecimento no paredão, local específico para seu treino a aperfeiçoamento dos golpes aplicados durante o jogo. Não se esquecendo da família e filhos dos tenistas. O Departamento conta com ampla área verde, playground, vestiários e banheiros e galpão com fogão e churrasqueira para festas e eventos. A sede do Departamento conta com restaurante aberto ao público, ambiente com churrasqueira, lareira e climatização para o verão.

Os Escoteiros

O departamento de Escoteiros surgiu devido a uma pequena história familiar, estimulado por seu pai, Jorge de Oliveira inicia uma lista de nomes de amigos que considerava possíveis interessados em iniciar um grupo de escoteiros em Campo Bom. O grupo de interessados foi crescendo, mas faltava alguém de

experiência e liderança para organizar definitivamente o grupo de escoteiros. A indicação do Sr. Werner Saenger foi definitiva, pois além de ter participado de grupos semelhantes em Porto Alegre, gostou da ideia e do desafio. Assim iniciou o atual Grupo de Escoteiros Werner Saenger, integrado ao Clube 15 de Novembro. Isso tudo ocorreu nos últimos meses de 1977.

A primeira reunião oficial aconteceu no final de fevereiro de 1978, na Escola Santa Terezinha. Numa tarde de sábado reuniram-se aproximadamente 40 jovens, com idades entre 12 e 17 anos. As reuniões inicialmente eram no campo do “Balalaika” que pertence ao Clube 15 de Novembro e onde hoje localiza-se o Parcão, em frente à sede dos bombeiros, porém as atividades não eram muito frequentes, pois o grupo não tinha uma sede.

Por intermédio do Sr. Saenger e membros influentes da comunidade, obtiveram apoio à criação do Departamento de Escoteiros do “15”, daí o primeiro nome do Grupo Escoteiro 15 de Novembro. Em 3 de setembro de 1978, nas dependências do Departamento de Bolão do Clube, foi oficialmente fundado o Grupo Escoteiro 15 de Novembro - 128º RS, com as presenças de autoridades locais e Comissário Distrital, Sr. Rudolfo José Detsch. Junto a área do “Balalaika”, o Departamento possui atualmente a sua sede com 280 m² de área construída com cozinha, banheiro, local de reuniões e instruções, dormitórios para a equipe pernoitar em suas atividades.

Neste mesmo local a área física total do terreno é de 3.500 m², sendo utilizada para atividades ao ar livre e prática de suas instruções e construções, típica dos escoteiros.

Os Departamentos

Durante a trajetória da Sociedade Concordeia e o posterior Clube 15 de Novembro, afora os departamentos anteriormente relatados, teve outros que atualmente não existem mais. Podemos citar, por exemplo, o departamento de arqueirismo, canto, carnaval,

filatelia, handball, jovem, punhobol, recreação, xadres entre outros que houveram que foram criados e extintos conforme a necessidade.

Atualmente os departamentos existentes são os departamentos de futebol, social, bolão, tiro, tênis, piscinas, patrimônio e escoteiros.

Os Eventos

Durante a trajetória histórica da Sociedade Concordia, do Esporte Clube 15 de Novembro e do posterior Clube 15 de Novembro que surgiu a partir da fusão dos dois primeiros em 1975 foram promovidos eventos variados conforme a sua época. Podemos citar, por exemplo, os bailes promovidos pelo Esporte Clube 15 de Novembro pela ocasião do seu aniversário onde eram escolhidas as madrinhas do time de futebol, os bailes dos solteiros, a Noite Cubana, A Comenda do Espinho, o Sarau das Madames, a Festa do Coelho, o Carnaval, a Boate Calabouço, os torneios de bolão e tiro. Estes são apenas alguns exemplos de eventos entre outros que ocorreram ou ainda ocorrem no Clube 15 de Novembro.

A Administração

A Sociedade Concordia, o Esporte Clube 15 de Novembro e o posterior Clube 15 de Novembro desde o seu início foram administrados por uma diretoria eleita em assembleia geral de seus sócios ou escolhido pelo conselho deliberativo. Quanto à duração do mandato de cada diretoria varia muito no início era de um ano, posteriormente passou para dois anos, atualmente é de três anos. A diretoria era ou é auxiliada pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Deliberativo tanto na Sociedade Concordia, no Esporte Clube 15 de Novembro e no posterior Clube 15 de Novembro.

Inicialmente os presidentes da então Sociedade Concordia, com sua diretoria, eram eleitos anualmente em torno do mês de março até 1938 quando foi decidido eleger o novo presidente no final do ano por

causa das questões contábeis e fiscais da Sociedade. Por volta do final da década de 1960 e início da de 1970 o mandato de cada diretoria passou a ser de dois anos em vez de um. Outra característica era também que até 1953 quando surgiu o Conselho Deliberativo da Sociedade Concordia o presidente da Sociedade era eleito em assembleia geral dos sócios. A partir da criação do Conselho Deliberativo o presidente passou a ser eleito pelo Conselho. Posteriormente a eleição do presidente este apresentava a nominata de sua diretoria. Foi o 1º presidente da Sociedade Concordia escolhido em 3 de outubro de 1917 Germano Jürgens. Atualmente o presidente do Clube 15 de Novembro é o senhor Uirassu Blos.

Referências

BLOS, Raul. Campo Bom: 1925-1970. Porto Alegre: Concordia Artes Graficas, 1977

Clube 15 de Novembro. Bolão: disponível em: < <http://clube15denovembro.com.br/departamentos/bolao/> > Acesso em 08 de Agosto de 2017.

Clube 15 de Novembro. Escoteiro: disponível em: < <http://clube15denovembro.com.br/departamentos/escoteiros/> > Acesso em 08 de Agosto de 2017.

Clube 15 de Novembro. Futebol: disponível em: < <http://clube15denovembro.com.br/departamentos/futebol/> > Acesso em 08 de Agosto de 2017.

Clube 15 de Novembro. HISTÓRIA: disponível em: < <http://clube15denovembro.com.br/institucional/historia/> > Acesso em 08 de Agosto de 2017.

Clube 15 de Novembro. Piscinas: disponível em: < <http://clube15denovembro.com.br/departamentos/piscinas/> > Acesso em 08 de Agosto de 2017.

Clube 15 de Novembro. SOCIAL: disponível em: < <http://clube15denovembro.com.br/departamentos/social/> > Acesso em 08 de Agosto de 2017.

Clube 15 de Novembro. Tênis: disponível em: < <http://clube15denovembro.com.br/departamentos/tenis/> > Acesso em 08 de Agosto de 2017.

Clube 15 de Novembro. Tiro: disponível em: < <http://clube15denovembro.com.br/departamentos/tiro/> > Acesso em 08 de Agosto de 2017.

Clube 15 de Novembro: disponível em: < <http://clube15denovembro.com.br/> > Acesso em 08 de Agosto de 2017.

Clube 15 de Novembro: disponível em: < <http://www.clube15.com.br/> > Acesso em 06 de Abril de 2018

Clube 15 de Novembro: disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Clube_15_de_Novembro > Acesso em 06 de Abril de 2018

DIAS, Danton Sergio. Gui Informativo Municipal de Campo Bom: ano 1960. Campo Bom, 1960. 94p.

História do Futebol. Clube 15 de Novembro: disponível em: < <http://cacellain.com.br/blog/?p=70549> > Acesso em 06 de Abril de 2018

História do Futebol. Esporte Clube Independente: disponível em: < <http://cacellain.com.br/blog/?p=70567> > Acesso em 06 de Abril de 2018

Inventário do Patrimônio Cultural de Campo Bom. Campo Bom: IPHAN, 2016.

LANG, Guido. Histórias do Cotidiano Campo-Bonense. Campo Bom: Papuestra, 1998.

Livro Atas da diretoria da Sociedade Concordia contendo as atas do numero 1 datada de 22 de janeiro de 1918 a ata de numero 258 datada de 7 de maio de 1940.

Livro atas Nº 1 do Esporte Clube 15 de Novembro contendo as atas do numero 1 datada de 12 de abril de 1943 a ata 149 datada de 6 de junho de 1960”.

Livro atas Nº 2 do Esporte Clube 15 de Novembro contendo as atas do numero do numero 150 datada de 4 de Julho de 1960 a ata de numero 336 do dia 6 de julho de 1970.

Livro atas Nº 3 do Esporte Clube 15 de Novembro contendo as atas do numero do numero 346 datada de 14 de Dezembro de 1973 a ata de numero 350 do dia 13 de janeiro de 1975.

Livro de Atas do Conselho Deliberativo do Clube 15 de Novembro numero um contendo as atas do numero um datada de 28 de maio de 1975 a ata de numero 96 datada de 17 de maio de 2016

Livros Atas do Conselho Deliberativo da Sociedade Concordia contendo as atas do numero um datada de 16 de dezembro de 1953 a ata de numero 57 datada de 31 de agosto de 1974

STOCKER Jr. Jorge Luis. Inventário do Patrimônio Cultural de Campo Bom. Campo Bom: IPHAN, 1996.

Times Do RS: 15 de Novembro: disponível em: < <https://timesdors.blogspot.com/2015/01/15-de-novembro-de-campo-bomrs.html> > Acesso em 06 de Abril de 2018.

**Emaranhados sociais:
redes familiares e políticas de lideranças
taquarenses nas primeiras décadas do século XX**

*Rodrigo Luis dos Santos*¹

Introdução

Em termos gerais, este texto pode ser entendido como um ensaio, uma pesquisa inicial, visando compreender como determinados agentes políticos, que exerceram mandato como intendentes e prefeitos do município sul-rio-grandense de Taquara, constituíram *redes sociais* entre si e com outros elementos de renome em nível regional e estadual. Nosso recorte temporal se enquadra entre as décadas de 1920 e 1930, marcada pelas gestões de Arnaldo da Costa Bard, João Manoel Corrêa, João Diniz Rangel, Adelino Eduardo Barth e Theobaldo Fleck. No período entre 1930 e 1931, outros prefeitos interinos ocuparam a chefia do Executivo local, como José Loureiro da Silva e o tenente-coronel Volenciano Coelho, mas, neste trabalho, não iremos nos deter em suas trajetórias.

As informações que embasam este trabalho foram obtidas através da imprensa, especialmente o jornal *A Federação*, assim

¹Graduado em mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Doutorando em História (bolsista PROSUC/CAPES) pela mesma instituição. Presidente (gestão 2017-2019) da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto Brasileiras. Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo. Campo Bom/RS. Brasil. Email: rluis.historia@gmail.com.

como pesquisas de origem genealógica, visando mapear e reconstituir laços familiares que pudessem unir, de alguma forma, os sujeitos escolhidos entre si e com a localidade na qual atuavam politicamente. Entrementes, os laços familiares não são os únicos a unir, de certo modo, estas lideranças. São apenas um dos múltiplos vínculos que constituem as redes sociais, principal norteador conceitual e teórico deste texto. Exposto isso, julgamos conveniente trazer algumas considerações e discussões teórico-metodológicas sobre o assunto, antes de partirmos para uma análise mais pormenorizada das redes sociais estabelecidas pelos cinco agentes políticos eleitos para nossa pesquisa.

Algumas considerações sobre *redes sociais*

Conforme o historiador Renato Pinto Venâncio, o conceito de *redes sociais* é um elemento que abrange de forma mais ampla – e complexa – a interação entre diferentes sujeitos no meio social. Deste modo,

[...] trata-se de uma noção que se contrapõe à de “grupo social”: em um grupo organizado, os indivíduos componentes formam um todo social mais abrangente, tendo objetivos comuns, papéis interdependentes e uma subcultura peculiar. Na formação de rede, por outro lado, somente alguns, e não todos os indivíduos componentes, têm relações uns com os outros (VENÂNCIO, 2009, p. 240).

Neste sentido, Zacaria Moutokias (2000) explica que, dentro das redes sociais, alguns indivíduos possuem uma atuação que lhes confere uma ação de conexão, servindo como mediadores. Esses mediadores possuem vinculações dentro da rede, mas não ficam restritas ao âmbito familiar. Outros elementos podem ser agregadores, contribuirão para a formação e efetivação destas redes e seus objetivos. O historiador espanhol José Maria Imízcoz indica que o conceito de redes é adequado e contributivo quando utilizado

nas tentativas de se analisar e compreender “los grupos de poder, facciones políticas, oligarquias locales [...], grupos mercantiles e financiamos” (IMIZCOZ, 2009). Vemos que as concepções de Zacaria Moutokias e José Maria Imízcoz se complementam, indicando que analisar os indivíduos e os grupos sociais dos quais participam ou aos quais se vinculam por essa óptica permite ver um panorama social mais amplo e complexificado. Além de concordarmos e nos apropriarmos desta concepção, também acordamos com a percepção de Michel Bertrand ao apontar que

[...] se puede definir entonces a la red social como um complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, entro de um conjunto de rcalaciones establecidas entre sus miembros, que los afecta a todos, directa o indirectamente y mui desigualmente (BERTRAND, 2000).

Aqui chamaremos estes vínculos que unem estes agentes históricos de *modalidades constitutivas*: por meio de relações partidárias, relações confessionais religiosas, relações econômicas e relações familiares. Por sua vez, essas redes sociais não possuem um cunho restritivo, voltado apenas para seu interior. Elas possuíam dinamicidade, podendo estabelecer contatos e conexões com outros grupos, de acordo com os objetivos norteadores, tanto seus como dos outros. Isso geralmente se dava por conta de um objetivo comum, sobretudo quando este se relacionava com conquistas políticas e econômicas.

Os indivíduos pertencentes a estes grupos, ao estabelecerem objetivos, tanto individuais como comuns, necessitam articular formas para obterem êxito nestas empresas. Para tanto, se faz necessário o uso de estratégias, cujo conceito que aqui utilizamos tem como parâmetro a proposta de Jean Paul Zúñiga, que define o termo como

um conjunto de práticas e comportamentos que permitem alcançar ou chegar a uma posição de privilégio como resultado de

um esforço realizado. São habilidades postas em prática seja de forma individual, seja através de um grupo familiar para alcançar ou manter um status social, político e também econômico (ZÚÑIGA Apud VIVÓ, 2009, p. 265-266).

Por sua vez, seja por meio de estratégias ou do fortalecimento de relações dentro das redes sociais, um componente importante destas relações é o capital simbólico (ou social) que os indivíduos possuem. Estas redes podem ser geradas em decorrência das relações estabelecidas ou ser, ao mesmo tempo, um fator de estabelecimento relacional, de articulação estratégica e de obtenção de objetivos diversos. Conforme conceitua Pierre Bourdieu, “o capital simbólico não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição” (BOURDIEU, 1989, p. 145). Ou seja, os indivíduos ou grupos dispõem de mecanismos cujo prestígio, carisma e influência de um ou mais membros favorecem certas posições ou espaços dentro do jogo social.

Instrumentalmente, essa pesquisa – e seus desdobramentos vindouros – parte da premissa de uso da Micro-história como referencial metodológico. Conforme Giovanni Levi (2009), o surgimento da Micro-história se deu por conta da necessidade de fugir das generalizações e dos esquemas analíticos. Buscava compreender a origem de comportamentos, escolhas, conflitos, aproximações e outros aspectos da sociedade e de sua história. A escolha por essa metodologia se deu, em parte, por conta desse objetivo, de vasculhar e analisar os meandros do processo político de Taquara e região, expandindo-a e complexificando sua dinâmica.

Outro fator está em uma disposição de mostrar que a análise de determinados recortes espaciais e temporais mais determinados podem permitir análises de processos mais amplos. Estabelecer formulações, problematizações e hipóteses sobre o desenvolvimento de determinados mecanismos sociais de locais específicos, em uma escala mais reduzida, permite vislumbrar com mais profundidade

essas formulações cotidianas da sociedade. Com isso, se podem perceber especificidades dentro das estruturas sociais mais amplas. A percepção de articulações locais não deve possuir uma carga reducionista ou de isolamento, que se fecha em si mesma, adotando um viés *localista*. Mas deve vislumbrar e ampliar a capacidade de compreensão, de confluência entre diferentes locais, períodos e perspectivas sociais. Assim, os locais escolhidos configuram laboratórios visando estabelecer conexões com processos maiores. Nesse sentido, conforme Sílvia Corrêa:

[...] contudo, o local é histórico e continua sendo mesmo em época de globalização. As abordagens e as diferentes perspectivas historiográficas permitem reconstruir o passado local de forma nova, e isso não tem nada de paradoxal. Micro-história, Eco-história e História das Paisagens foram algumas das possibilidades interpretativas sugeridas para a construção de conhecimento histórico de uma comunidade local (CORREA, 2002, p. 28).

Outra razão para essa escolha metodológica é a indicação de que, na tentativa de rastrear e analisar a formação de redes sociais, estratégias e práticas políticas, a Micro-história configura o procedimento mais apropriado. Segundo Oswaldo Truzzi (2008), dentro do campo teórico-metodológico, o instrumental que mais se enquadra para a análise da formação das redes é a Micro-história. Mais do que descrever fatos e períodos históricos, se faz sempre necessário compreender a sua construção. Na medida em que ocorre um aperfeiçoamento e o incremento de novos referenciais teóricos e metodológicos, é possível estabelecer novas relações com temas já conceituados como definidos, já profundamente explorados.

Outrossim, pretendemos ao longo das páginas seguintes descortinar um pouco a trajetória de Arnaldo da Costa Bard, João Manoel Corrêa, João Diniz Rangel, Adelino Eduardo Barth e Theobaldo Fleck, lançando luzes para diferentes laços de interação, que, não poucas vezes, sobrepunha-se a outras particularidades. Particularidades estas que, em uma visão retilínea dos fatos,

apontariam apenas para a oposição e impossibilidade de vínculos entre alguns agentes, especialmente no âmbito partidário.

O espectro político taquarense: as décadas de 1930 e 1940

Em 23 de dezembro de 1920, o jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio-grandense, partido mandatário no estado, publica o decreto 2.699, emitido pelo presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros, na qual nomeava como intendente provisório de Taquara o engenheiro Arnaldo da Costa Bard.² Naquele momento, findava-se o longo período do coronel Diniz Martins Rangel frente ao Executivo local, tendo em vista que assumira seu primeiro mandato intencional em 1900, sendo reeleito em mais quatro períodos. Todavia, Diniz Rangel continuara exercendo a chefia republicana regional – fato que se observou até seu falecimento, em 1928. Em julho de 1921, Arnaldo Bard foi eleito intendente, cumprindo seu mandato até 1924. O coronel Rangel, por seu turno, fora eleito conselheiro municipal.

Nascido em Lajeado, em 15 de outubro de 1882, Arnaldo era filho do casal José Luís Bard e Branca da Costa. Branca era irmã de Eugênia da Costa, esposa do coronel João Batista de Mello (intendente de Lajeado entre 1909 e 1924); também era irmã de Antonieta da Costa, casada com Francisco Oscar Karnal (intendente de Lajeado entre 1902 e 1908). Antonieta e Francisco, por sua vez, eram pais de Oscar da Costa Karnal (prefeito de Lajeado entre 1932 e 1934) e deputado estadual. Partindo desse panorama, os vínculos familiares foram, possivelmente, importantes para que Bard galgasse posições dentro da estrutura burocrática – e política – estatal, ocupando cargos que passavam por nomeação direta do presidente do estado.

²Jornal *A Federação*, 23/12/1920, Ano XXXVII, n. 295, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/45302>. Acesso em: 23 mar. 2019.

Arnaldo da Costa Bard casou-se com Ernestina Idalina Voges, filha de Carlos Henrique Voges, importante e poderoso comerciante que atuou em Taquari. Engenheiro, ocupou cargos técnicos e políticos, como o de coletor estadual. Em 1911, Arnaldo é transferido da Coletoria de Alfredo Chaves (atual Veranópolis) para a de Taquara. Deste modo, não era totalmente *estranho no ninho* quando de sua nomeação para o governo municipal taquarense. Dentro da política *borgista* de manutenção do poder, era comum a intervenção nos governos locais, nomeando agentes políticos sem vínculos maiores com aquelas cidades, como uma forma de enfraquecimento de grupos locais, em vários momentos vistos como perigosos ao predomínio do poder centralizador de Borges de Medeiros. No caso de Taquara, é plausível aventar que a nomeação de Bard tenha sido fruto de um acordo entre Borges e o coronel Diniz Rangel, visando a manutenção do poder local nas mãos deste e de seu grupo, em troca de fidelidade aos ditames do chefe estadual.

Após deixar o governo de Taquara, Arnaldo retoma suas atividades como engenheiro e, em 1928, é lançado como candidato situacionista ao posto de intendente em sua terra natal, Lajeado. Entretanto, o clima político instalado no município não lhe foi favorável e ele acabou perdendo as eleições para um candidato dissidente. Trabalhou, posteriormente, como superintendente de obras da Prefeitura de São Leopoldo, onde também foi fundador e primeiro diretor no jornal *Correio de São Leopoldo*, em 1932, periódico governista. Faleceu em 29 de outubro de 1933, tendo sido velado no salão nobre da Prefeitura de São Leopoldo.

As eleições intencionais de 1924 levaram ao poder João Manoel Corrêa, membro de destacada família vinculada com o ramo de construções, responsável por grandes obras como ferrovias – dentre elas a que ligava Novo Hamburgo ao município de Taquara e, posteriormente, deste até Canela, distrito taquarense emancipado em 1944 –, pontes e estradas em várias regiões do Rio Grande do Sul.

João Manoel era filho de João Corrêa Ferreira da Silva e Luiza Burmeister. Enquanto João Manoel governava o município de Taquara, seu pai, no mesmo período, governara São Leopoldo. Esses vínculos familiares possibilitaram, entre outros aspectos, o processo de transferência total do controle da Usina Hidrelétrica da Toca para o governo leopoldense. Esta obra, edificada no rio Santa Maria, na cidade de São Francisco de Paula, começou a ser planejada por volta de 1922, quando Arnaldo da Costa Bard e Mansueto Bernardi (ex-secretário particular de Borges de Medeiros) governavam, respectivamente, Taquara e São Leopoldo. No acordo estabelecido entre os Corrêa, o São Leopoldo assumia a execução e o controle pleno da usina, comprometendo-se a fornecer energia elétrica para Taquara. As obras da usina iniciaram na gestão de João Corrêa, que não chegou a vê-las concluídas, pois faleceu em 16 de março de 1928, ainda durante o mandato. Entrando em operações em 1929, a inauguração oficial ocorreu em 25 de julho de 1930, já no governo de Theodomiro Porto da Fonseca, contando com a presença de Getúlio Vargas, então governante do Rio Grande do Sul.

João Manoel Corrêa contraiu núpcias com Olinda Rosália Fleck, irmã do líder federalista/libertador e comerciante taquarense Theobaldo Fleck. Um dos irmãos de João Manoel, Aparício Corrêa da Silva, contraiu núpcias com uma das filhas de Fleck, chamada Alda. Luizinha Corrêa da Silva, outra filha de João, casou-se com José Vasconcellos Pinto, que foi deputado estadual e intendente de Cruz Alta. Ainda no prisma das redes familiares, o tio paterno de João Manoel, Agnello Corrêa, teve duas filhas, Glasfira e Ondina, que foram, respectivamente, esposas de Protásio e Benjamim Vargas, irmãos de Getúlio Vargas. Ao fundar o Banco do Rio Grande do Sul, em 1928, Agnello foi convidado por Vargas para ocupar o cargo de diretor da novo empreendimento bancário estadual.

Ao abordarmos a temática das redes sociais, não é raro nos depararmos com situações que poderiam ser consideradas adversas ou, até mesmo, impeditivas de formação de vínculos. Se pensarmos na realidade politico-partidária gaúcha das primeiras décadas do

século XX, o antagonismo entre republicanos – também chamados de pica-paus e, posteriormente, chimangos – e federalistas/libertadores – que receberam a alcunha de maragatos – , se configura um desses fatores de impedimento. Entretanto, como pudemos ver no caso de João Manoel Corrêa e seu irmão Aparício, esse elemento partidário não impossibilitou enlances matrimoniais com a irmã e a filha do principal líder oposicionista de Taquara e região, o coronel Theobaldo Fleck.

Do mesmo modo, os interesses econômicos também, em diversas ocasiões, eram sobrepostos aos distanciamentos políticos. Exemplo claro está na constituição da Sociedade Anônima “Companhia Estrada de Ferro Taquara ao Canela”³, responsável pela construção e exploração do serviço ferroviário entre Taquara e a região de Canela (futuro distrito taquarense, cujo loteamento foi um empreendimento de João Corrêa e seus filhos). Dentre os sócios da companhia, estavam João Corrêa Ferreira da Silva, João Manoel Corrêa, Aparício Corrêa da Silva, Carlos Corrêa da Silva, Danton Corrêa da Silva, João Diniz Rangel, Theobaldo Fleck, Manoel José de Medeiros Bedeco, Júlio Máximo Viegas, Agnello Corrêa da Silva e Albino Ebling. Neste quadro também existem laços familiares expressivos. João Manoel, Aparício, Carlos e Danton eram filhos de João Corrêa. Agnello, como vimos, era irmão de Corrêa. Theobaldo Fleck era cunhado e sogro de filhos de João Corrêa. Júlio Máximo Viegas, por seu turno, era genro de Corrêa, pois era casado com Josefina Corrêa da Silva. Além disso, Albino Ebling (republicano) era cunhado, em primeiras núpcias, de Theobaldo Fleck, pois fora casado com sua irmã Theolinda. Uma das sobrinhas de Albino, Etelvina, era esposa de Leopoldo Fleck, irmão de Theobaldo. E, além disso, Manoel José de Medeiros Bedeco também era cunhado de Fleck, pois era marido de Lucinda, irmã do coronel

³Jornal *A Federação*, 07/11/1916, Ano XXXIII, n. 258, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/35332>. Acesso em: 02 mai. 2019.

federalista/libertador. Ainda faltou citar o vínculo parental de João Martins Rangel, mas este veremos na sequência.

O *quebra-cabeça* exposto nos possibilita compreender que as redes sociais são imbricações de variantes, de múltiplos laços relacionais, que gravitam em torno de objetivos – ou que geram objetivos em comum. São elementos estratégicos, acionados quando se fazem úteis. E, de modo semelhante, os parâmetros de estranhamento e oposição, como o exemplo das participações partidárias, também são dispositivos negociáveis conforme as situações.

Filho do coronel Diniz Rangel, o advogado e comerciante João Martins Rangel governou Taquara por um breve período, entre 1928 e 1929. Foi casado com Julieta Meinhart, filha de Gustavo Meinhart e Josefina Corrêa, irmã de Agnello e João Corrêa. Como vimos anteriormente, também integrante de uma rede social operosa em torno de objetivos econômicos e políticos, fortalecida por construções familiares. Sua eleição foi marcada por intensas acusações de fraude e ações violentas entre a situação republicana e a oposição libertadora. Durante a campanha eleitoral, o coronel Diniz falece, em setembro de 1928. A candidatura libertadora girava em torno do nome de José Júlio Müller, integrou no início do século XX as fileiras do Partido Republicano Rio-grandense, ocupando inclusive cargos públicos, como delegado de Polícia de Taquara.

Após acusações e ações judiciais que chegaram ao Tribunal de Justiça do Estado, foi concedida a licença para que João Rangel assumisse o cargo de intendente de Taquara. Contudo, seu governo durou menos de um ano, passando o cargo ao vice-intendente.

Após a saída de João Martins Rangel, a municipalidade taquarense foi assumida pelo médico Adelino Eduardo Barth, que havia sido eleito vice-intendente. Nascido em Taquari, Adelino era filho de João Pedro Henrique Eduardo Barth e Adelina Voges – esta, por sua vez, também filha do comerciante Carlos Henrique Voges e neta do pastor Carl Leopold Voges, que atendeu a região de Três Forquilhas durante aproximadamente 60 anos. Deste modo, o já

mencionado engenheiro Arnaldo da Costa Bard, casado com Ernestina Voges – irmã de Adelina – era tio de Barth. Formado em medicina no ano de 1917, foi designado em seguida para atuar no município de Taquara, onde acabou fixando residência. Contraiu núpcias com Ernestina de Azambuja Moré.

Yedda Barth, filha de Adelino e Ernestina, se casou com Francisco José Kroeff. Francisco era filho de João Hugo Kroeff e Maria Emília Becker. João Hugo era tio de Antônio Roberto e Jacob Kroeff Neto. O primeiro, empresário e liderança política em São Francisco de Paula. O segundo, foi deputado estadual e primeiro prefeito de Novo Hamburgo. Antônio Roberto Kroeff era casado com Ottilia Becker (irmã de Maria Emília Becker, esposa de João Hugo Kroeff). Uma das filhas de Antônio e Ottilia, Ilsa, contraiu núpcias com Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, intendente de São Francisco de Paula entre 1920 e 1927, diretor do Porto de Rio Grande entre 1933 e 1937 e prefeito de Novo Hamburgo entre 1937 e 1942. Após breve período à testa do Executivo taquarense, sendo sucedido por prefeitos interinos, conforme já mencionado anteriormente, Adelino Barth continuou o exercício da medicina.

Em 1931, substituindo Volenciano Colho como prefeito de Taquara, o interventor federal Flores da Cunha nomeia o coronel Theobaldo Fleck para a função. Antigo chefe do Partido Libertador em Taquara, a partir de 1933 se filia ao Partido Republicano Liberal (PRL), fundado por Flores da Cunha, sendo um dos integrantes da Comissão Executiva Estadual da agremiação política. Mantem-se como chefe do governo municipal de Taquara até 1937, quando é destituído do cargo com a implantação do regime do Estado Novo.

Durante o período em que Theobaldo integrou a Executiva Central do partido, Odon Cavalcanti, que ocupara a diretoria do Porto de Rio Grande entre 1933 e 1937, exerceu a função de chefe local em Taquara, mesmo residindo da cidade portuária ao sul do estado. Embora ainda não tenhamos conseguido averiguar com maior precisão, tudo indica que Odon Cavalcanti, assim como outras lideranças do PRL, como o prefeito de São Leopoldo Theodomiro

Porto da Fonseca, tenha rompido com Flores e seu partido ao longo de 1937. Isso ajuda a explicar o fato de, pouco mais de um mês após deflagrado o golpe do Estado Novo, tenha sido nomeado prefeito de Novo Hamburgo, substituindo Angelo Provenzano, que mantivera-se fiel ao governador que rompera com Vargas.

Theobaldo Fleck foi casado com Avelina Kroeff. Avelina era prima de João Hugo, Antônio Roberto e Jacob Kroeff Neto. Durante o período de governo de Fleck na municipalidade taquarense, João Hugo Kroeff fez parte do Conselho Consultivo municipal, entre 1932 e 1935, aproximadamente, integrando ainda a Comissão Local do PRL em Taquara até 1937 (onde percebemos não mais constar o nome de Odon Cavalcanti como um dos dirigentes). Neste interim, o leque das redes familiares envolvendo este agente político se expandia para outras regiões, como o Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo e Novo Hamburgo) e os Campos de Cima da Serra (São Francisco de Paula).

Considerações finais

Nas breves linhas conclusivas deste trabalho, reforçamos o caráter ainda inicial desta pesquisa. Os dados aqui expostos são demonstrativos do esforço para mapear as formas de vinculação existente entre os agentes sociais delimitados, sejam elas familiares, políticas, econômicas – ou a junção destas.

Dentro do panorama das relações sociais intra e extragrupos, os aspectos partidários, por exemplo, embora importantes, também estão imbricados com outras modalidades constitutivas, no caso, vínculos econômicos e familiares. A análise de fontes genealógicas evidenciou como as relações familiares são notadamente intensas entre agentes históricos de Taquara. E esses vínculos familiares estabelecem dispositivos também utilizados para o alcance de objetivos econômicos, como a formação de empresas e partidários, com o fortalecimento de determinado grupo de líderes dentro dos partidos ali existentes. Não obstante, nosso trabalho também

permite compreender que, diante de determinados objetivos, um desses aspectos relacionais é evidenciado em detrimento aos demais. Isso fica evidenciado na constituição da Sociedade Anônima “Companhia Estrada de Ferro Taquara ao Canela”, onde os interesses financeiros se destacam – e relacionam-se diametralmente com os vínculos familiares e o capital político conquistado.

Com isso, concluímos que as diferentes formas de constituição das redes sociais não eram estáticas, mas que possuíam uma mobilidade que poderia ser ativada quando havia a necessidade de alcançar algum objetivo comum entre os diferentes grupos envolvidos. A partir da compreensão da dinâmica relacional entre grupos por meio da redução da escala de observação, a apreciação das diferentes formas de constituição de vínculos, as estratégias adotadas, inserindo-as em um panorama contextual dinâmico e que abarca diferentes níveis de realidade social, é possível obter novas interpretações sobre estes campos da História e seus múltiplos objetos de análise. Esta dissertação não buscou o esgotamento do tema ou das possibilidades de análise. Pelo contrário, buscou evidenciar a necessidade de ampliação historiográfica sobre as relações sociais estabelecidas por diferentes grupos em nível local, para, a partir disso, compreender de forma mais robusta as implicações destes em nível regional, estadual e nacional.

Referências

- BERTRAND, Michel. Los modos relacionales de las elites hispano americanas coloniales: enfoques y posturas. *Anuario IEHS*: Instituto de Estudios histórico sociales. Argentina: Tandil, n.º 15. 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CORRÊA, Silvio Marcus de Souza. História local e seu devir historiográfico. *Revista Metis: história & cultura*. Caxias do Sul. v. 2, n. 2, p. 11-32, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1084/734>. Acesso em: 05 mar. 2019.

GERTZ, René E. *O Aviador e o Carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002a. (Coleção História: 50).

IMÍZCOZ, José Maria. Las redes sociales de las élites. Conceptos, fuentes y aplicaciones. In: SORIA, E.; BRAVO, J. J.; DELGADO, J. M. (ed.). *Las élites em la época moderna: la monarquía española*. Tomo I: Nuevas perspectivas. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2009.

LEVI, Giovanni. Prefácio. In: OLIVEIRA, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla M. C. de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca básica).

MOUTOUKIAS, Zacarías. Familia patriarcal o redes sociales: balance de una imagen de la estratificación social. *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales*, Argentina: Tandil, n.º 15. 2000.

RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica; um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 239-261.

ZÚÑIGA, Jean-Paul. Clan, parentela, família, individuo: métodos y níveis de análisis. *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales*. Argentina: Tandil, n.º 15. 2000.

Parobé: de história à cultura contemporânea

*Shirlei Alexandra Fetter*¹

*Denise Regina Quaresma da Silva*²

Considerações Iniciais

De início, esse estudo aborda a temática de uma história que nasceu da vontade de alguns fazendeiros que lotearam suas áreas e começaram a formar um pequeno povoado as margens do Rio dos Sinos. Enquanto objetivos de estudos futuros me propõem a descrever os aspectos históricos e culturais do município de Parobé/RS.

Sentindo-me motivada em dar continuidade a essa perspectiva de trabalho, é que venho me dispor a realização de estudos sobre os aspectos históricos de Paraobé. Pois, acredito que através da aquisição e aprofundamento estarei contribuindo de forma direta para reafirmar o direito no intuito de reconhecer a diversidade e propor intervenções práticas sob perspectiva interdisciplinar.

A formação do município iniciou como grande fazenda, em seguida formou-se em pequenas propriedades colonizadas pelos imigrantes alemães. A colonização alemã trouxe em seu bojo a vocação artesanal para a confecção de calçados, tornando-se no

¹ UNILASALLE, Canoas - Brasil.

² UNILASALLE, Canoas - Brasil.

decorrer dos anos, a principal fonte de renda do então distrito industrial.

Enquanto resultados do estudo considera-se que a identidade cultural de Parobé está contemplada com a diversidade, isto é, a **pluralidade, variedade e diferenciação**, conceitos esses, considerados opostos a homogeneidade. Atualmente, devido ao processo de colonização e a expansão industrial, o que agregou as diferentes culturas, desta forma o município possui uma mescla cultural, ou seja, um "pedacinho" das tradições e costumes de culturas diferentes.

As conclusões desse estudo - em específico no município de Parobé - identifica-se as múltiplas culturas como uma "herança comum da humanidade", é o que considero o primeiro instrumento que promove e protege a diversidade cultural e o diálogo intercultural entre a população.

Aspectos metodológicos

Este estudo conta com uma pesquisa que tem por finalidade enfatizar o tema proposto e para que a mesma possa ser efetivada e conseguir cumprir com seus objetivos, é imprescindível contar com uma série de elementos, também chamados de recursos, tanto materiais como humanos. Estes recursos são os seguintes: fotografia, visita ao acervo público, visita a comunidade, entrevista e observação.

O acervo cultural de uma comunidade, por exemplo, corresponde à totalidade de manifestações culturais e artísticas que partilha as respectivas tradições, costumes e hábitos. Por isso, a importância em resgatar os aspectos culturais de um povo. É nesse contexto que devemos entender a afirmação de Vieira (1997) cuja metodologia, visa revelar as características e as transformações de uma sociedade, e, o mais importante, a conotação ao que esse conhecimento tem a nível social. Agregou-se, durante a investigação, a busca por informações com o registro fotográfico.

Esse, o principal recurso para entender e maximizar o proveito do mesmo. A fotografia é um aliado instrumento investigativo das pesquisas de campo. Para Rios, Costa e Mendes (2016) é fundamental quando utilizada como fonte para estudo, como objeto de pesquisa ou de conhecimento, de modo a contextualizá-la histórica e culturalmente.

Posteriormente, a metodologia consiste em uma meditação em relação aos dados colecionados e interpretados e descritos, os quais apresentaram como finalidade a construção do conhecimento. Inicialmente, a metodologia descrita como parte integrante da ação e recursos. Para tanto sua aplicação consiste como referido na sequência. A pesquisa de campo realizada durante esse estudo se concretiza pela observação dos fatos e como eles ocorreram. A coleta de dados referentes à pesquisa, à análise e interpretação desses dados foi descritiva.

Parobé é o recorte espacial, o qual fez parte desta pesquisa. Situada na Região Metropolitana de Porto Alegre, a história e a expansão desse município estão intimamente ligados às questões econômicas desde a fabricação de faria à fabricação calçadista, por isso vivenciou momentos de valorização e crescimento. Assim, estabeleço uma maneira científica para se pesquisar e buscar compreender as características e peculiaridades desse município.

Aspectos históricos e culturais

O município de Parobé está situado na Região Metropolitana de Porto Alegre - RS, com distanciamento de 70 quilômetros, aproximadamente da capital do estado do Rio Grande do Sul. Pelo que afirma Peixoto (1990) por volta de 1846, o atual município era chamado de Grande Fazenda, formado por pequenas propriedades colonizadas por famílias alemãs que chegaram à localidade de Santa Cristina do Pinhal. Em decorrência do aumento da população foram construídos casas e pontos comerciais e em seguida a primeira capela. Aproximadamente ao ano de 1857 construíram a Igreja Matriz.

Imagem da Igreja coletada pela autora no ano de 2017.



Créditos: Professora Msa. Shirlei Alexandra Fetter

A igreja é hoje a mais antiga edificação religiosa da região e escolhida uma das Sete maravilhas do Vale Paranhana, por essa razão é um dos pontos turísticos regionais. Endereço: Praça da Matriz, 15 - Santa Cristina do Pinhal, Parobé-Rs.

A população concentrava-se as margens do Rio dos Sinos, o sustento era baseado na agricultura e pecuária. Esse ponto de localização tornou-se um ponto fluvial com significado à região. Em consequência de essa região ser reconhecida pelo seu crescimento populacional, Santa Cristina do Pinhal foi transformada em município, o qual se estendia as terras que hoje pertencem a Parobé, Taquara e Nova Hartz (PEIXOTO, 1990).

Neste período a economia estava baseada na produção de farinha de mandioca, atividade realizada nas atafonas em grande quantidade. Destaca-se, por estudos realizados por Fetter, Schneider e Silva (2018) que durante a investigação sobre os aspectos históricos foi possível perceber que existe – em funcionamento no município de Parobé conforme imagem:

Imagem da atafona na localidade de Areia Branca coletada pela autora em 2017.



Créditos: Professora Msa. Shirlei Alexandra Fetter

Uma atafona é constituída em estrutura de madeira, com prensa e moedor, utilizados para produzir farinha de mandioca, ela é movida por motor de tobata (pequeno trator utilizado por agricultores). Produtos como aguardente, tijolos, telhas e madeiras extraídas da mata também eram comercializadas e o município apresentou crescimento significativo, uma vez que devido a grande comercialização dos produtos o município passou a contar com uma pequena estação da antiga VFRGS Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Responsável pela construção de uma estrada de ferro que passava no município, o então secretário de Obras do Estado, engenheiro João José Pereira Parobé. O município levou seu nome de Parobé em homenagem ao engenheiro (PEIXOTO, 1990).

A imagem na sequência identifica a estação de trem.

Imagem coletada no acervo municipal.



Créditos: Professora Msa. Shirlei Alexandra Fetter

Atualmente, a antiga estação férrea reconstituída, abriga o Museu Municipal de Parobé, conforme imagem abaixo, o mesmo encontra-se aberto ao público para visitação e pesquisa. Ao ser visitado encontrei um vasto acervo que conta com inúmeras evidencias ao processo de imigração e desenvolvimento econômico e social que caracteriza a história do município.

Ressalto que a pesquisa inicial conta com o processo que envolve a produção através das observações e consequentemente as narrativas visuais,

Compreendendo que cada imagem busca contar uma história a partir de seu contexto de produção – presentes nesses espaços museológicos que por sua vez, difundem representações sobre a história da imigração alemã na região, a partir de recortes e seleções, presentes em seus acervos. (GEVEHR, 2015, p. 1).

Imagem coletada no local visitado



Créditos: Professora Msa. Shirlei Alexandra Fetter

No período de 1906 foi criado o Registro Civil, que afirmava Parobé ser Distrito de Taquara. Foi nesse período que surgiu as Igrejas Evangélica e Católica existentes na área central, consequentemente criados os clubes esportivos assim como a Sociedade Recreativa e Cultural de Parobé.

Durante as décadas de 40 e 50, surgem as primeiras fábricas de calçados no local (PEIXOTO, 1990). Já nos anos 70, o início das exportações provoca a reestruturação das pequenas fábricas, transformando-as em médias e grandes empresas modernas. Parobé já constituía em um bairro de Taquara, ou seja, o crescimento industrial trouxe o seu crescimento. Foi neste período que aconteceu a migração de uma grande quantidade de pessoas que vieram de outros municípios em busca de trabalho (PEIXOTO, 1990).

A consequência imediata foi o rápido crescimento da população e da arrecadação de impostos, culminado na emancipação político-administrativa de Taquara (1982). Devido à acentuação de inúmeros problemas, consequência da expansão, criou-se uma comissão de emancipação tornando Parobé um município com o consentimento de 91% da população existente

naquela época. O município de Parobé, situado entre os vales dos rios Paranhana e dos Sinos é integrante da Região Metropolitana.

Parobé conheceu, assim, seu segundo momento de crescimento populacional acelerado, transformando o povoado em vila. Em 1981 formaram a Comissão de Emancipação de Parobé. No dia 16 de Dezembro de 1981, o Governador Amaral de Souza, assinou a Lei nº 7574, autorizando a consulta plebiscitária. No dia 1º de Maio de 1982, o então Governador do Estado José Augusto Amaral de Souza, assinou a Lei nº 7646 autorizando a criação do Município de Parobé.

Durante os três primeiros anos de emancipação (1982-1985), o município de Parobé apresentou aumento de cerca de 60% na sua população marcada pela migração de trabalhadores oriundos de áreas rurais, que buscaram empregos na indústria calçadista dos Vales dos Sinos e Paranhama. Por isso, Parobé foi um dos maiores produtores de tênis do país, chegou a produzir diariamente cerca de cinquenta mil pares de calçados de marcas de renome internacional.

A expansão do setor calçadista e as oportunidades de trabalho favoreceram as possibilidades de uma nova vida, o que motivou famílias a deixarem as atividades rurais e suas cidades natais para migrarem³ à Parobé em busca de melhores condições de vida. Com o aumento da população impulsionada pelas oportunidades de emprego, Parobé conta com uma diversidade cultural, considerada à existência de uma grande variedade de culturas a diversidade Cultural para Schmidt, (2004, p. 59), o conceito reflete sobre as experiências de sua própria história, das “marcas” da sua identidade cultural que precisam ser cuidadas com a mesma sensibilidade.

As transformações introduzidas pela industrialização do setor coureiro-calçadistas, conforme mencionado no item anterior,

³ Movimento realizado de um determinado local para outro, ou seja, é um fenômeno reflexo, uma manifestação de processos e transformações sociais e econômicas mais profundas, que lhe são subjacentes. De acordo com Araujo et al (2007), os deslocamentos populacionais realizam-se pela ponderação entre fatores de expulsão e atração. Em busca de ganhos adicionais de bem estar no conjunto fatorial propicia a inserção de uma série de variáveis, mas é praticamente consensual que emprego e renda são as preponderantes.

alteraram o conjunto de normas sociais, manifestações culturais e religiosas que caracterizavam a cultura e a sociabilidade, que caracterizava o modo de vida colonial existente na região Schneider (1994). Em face da industrialização e da ampliação do mercado de trabalho assiste-se a uma monetarização da economia local cuja alavanca principal foi à contratação dos jovens operários pelas fábricas de calçados. Com isso, lentamente um novo conjunto de valores passou a se estabelecer e a substituir os padrões de sociabilidade até então vigentes.

Diante de significativas mudanças, os padrões sociais e culturais da sociedade colonial pré-industrial da região permanecem arraigados. Vários aspectos de sua sociabilidade, como o parentesco, a etnia, o ascetismo religioso e as festas lúdicas como o Kerb, foram preservados e revitalizados, permanecendo ativos até os dias atuais, muito embora sob outras características e feições.

Em sequência as interpretações sobre o conceito cultural estão abertas à tradução justamente porque os significados culturais são híbridos. Os mesmos opõem-se as forças de totalização e isolamento completo, dentro dos discursos de autenticidade, raça, classe, gênero ou essências. Preciso ter consciência que as culturas não são identidades fechadas - que ficam estagnadas através dos tempos - são lugares de sentido e de controle, que se alteram e ampliam-se por conta de novas interações.

Parobé é um município que pertence ao estado do Rio Grande do Sul, o tamanho total de seu território é 108,758 km², a população estimada segundo dados do IBGE (2018) é de 57.660 habitantes, quem nasce em Parobé (gentílico) chama-se: parobeense. As coordenadas geográficas de Parobé, de acordo com a imagem na sequência: são: latitude: -29.6243 e longitude: -50.8312, atualmente a cidade é administrada por Irton Bertoldo Feller (IBGE, 2019).



Fonte: <https://www.achetudoeregiao.com.br/rs/parobe/localizacao.htm>

Conceituando cultura, as contribuições voluntárias afirmadas pelos responsáveis pela pasta da cultura em Parobé, entendem como conceito de cultura todo conhecimento adquirido através da arte, crença, lei moral, costumes, aptidões e tudo aquilo que faz o ser humano interagir culturalmente no meio em que vive.

As questões multiculturais que se apresentam na sociedade e adquirem extensão que abrangem conjuntura marcada por rivalidades, incertezas e conflitos, tanto no âmbito internacional, como nacional e local. Conseqüentemente essas indecisões permeiam pela política, economia, arte, religião, tecnologia e educação. Se de um lado as tensões e os conflitos se multiplicam, de outro, as desigualdades sociais, as relações desarmônicas são realidades que não podem ser fragmentados das inquietudes multiculturais.

É importante ressaltar as considerações de Canclini (2013), que não é possível hibridizar qualquer contexto, estrutura ou objeto cultural. A percepção de cultura contemporânea apresentada por representantes da secretaria municipal de cultura de Parobé entendem que a cultura contemporânea que se caracteriza com a “mistura” dos migrantes que se estabeleceram aqui. Temos várias

etnias e Parobé recebe a todos, na qual transmitem seus usos, costumes, tradições dos mais longínquos lugares do RS.

As certezas vão facultando lugar à desconstrução, pluralização, ressignificação, reinventando identidades, subjetividades, saberes, valores, convicções, horizontes de sentido. Somos convidados a assumir o múltiplo, o plural, o diferente, o híbrido. Não se trata de amplitude a dimensão cultural desvinculando-as, das questões de caráter problemático da desigualdade, nem tão pouco considerá-la um mero produto desta realidade. Trazendo à baila os conceitos de multiculturalismo, interculturalismo e hibridismo cultural, nos aproximamos de Canclini (2013) ao entender que o processo de hibridização como uma multicultura capaz de proporcionar o respeito, a valorização e a tolerância entre as diversas culturais que se entrecruzam.

Em resumo, os processos de desterritorialização são responsáveis pela expansão dos gêneros culturais que possibilitam a entrada e a saída da modernidade e que refletem o contexto de hibridismo cultural, ou seja, à quebra de divisões e no enaltecimento de narrativas híbridas. Isso nos parece significativo, sobre tudo, as culturas contemporâneas se encontram mescladas, dialogam entre si. Este fator é influenciado pela intensificação do processo de globalização que proporcionou o encurtamento das distâncias e a sua propagação. Mas o fato é que essa homogeneização é possibilitada, principalmente porque entendemos que o hibridismo não possui, necessariamente, uma perspectiva ou um desdobramento de superação e libertação, ou seja, um desdobramento com garantia de final feliz, entretanto, que ele significa a existência de espaços onde as diversidades culturais podem tomar posições mais favoráveis nas reformas curriculares.

Considerações finais

Destaco o entendimento das diferenças como uma maneira de se ter um novo olhar que procure estreitar os laços de cooperação,

uma vez que muitos conflitos e preconceitos vêm da falta de informação sobre o outro e isso podemos denominar conhecer a famosa diversidade cultural.

Enquanto entendimento dos aspectos culturais na contemporaneidade e dos processos políticos/sociais que se constituem, a compreensão sobre o conceito de hibridismo abre perspectivas de análise sobre a complexidade desses processos. O sentido amplo do conhecimento sobre os elementos de argumentos e resistências que possam direcionar senão à mudança social, pelo menos a reflexão crítica das relações, que engendram a injustiça, a desigualdade a dominação racial, cultural, econômica e política na nossa sociedade. Essa leitura crítica é fundamental para novas perspectivas de análise, de conhecimentos e de ideias que podem situar-se, assim como novos sentidos e significados apontados através da educação.

Referências

ARAUJO, H. E. *et al.* *Potencialização da migração de retorno entre São Paulo e Nordeste brasileiro*: Evidências, perfil, dos envolvidos e busca de respostas ao fato em questão. Taller nacional sobre "Migracion interna y desarrollo em Brasil: Diagnóstico, perspectivas y políticas". Brasília, 2007.

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2013.

FETTER, S. A.; SCHNEIDER, M. R. A.; SILVA, R. T. *DO PROCESSO DA PESQUISA À CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL*. FACCAT, 2018, v.1, p. 292. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/E-BOOK%20FACCAT_2018.pdf

GEVEHR, D. L. *Narrativas visuais da imigração alemã: os museus de imigração como espaços de (re)produção de memória e de identidade étnica*, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434372705_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2015.pdf.

IBGE, *Instituto Brasileiro de Geografia e estatística*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em: 27/04/19.

PEIXOTO, A. V. *Parobé seu povo, sua história*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1990.

RIOS, S. O; COSTA, J. M. A; MENDES, V. L. P. S. *A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa*. Londrina, v.12, n.20, p.98-120, Jan./Jul. 2016.

SCHMIDT, S. J. G. *Unternehmenskultur*. Die Grundlage für den wirtschaftlichen Erfolg von Unternehmen. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft, 2004.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

VIEIRA, José de Sousa. *Representações da Função Social do Professor no Cotidiano da Escola Normal - a Contribuição da Sociologia de Educação*. In: BRZEZINKI, I. *Formação de Professores: um desafio*. Goiânia, Editora UCG, 1997.

O cenário migratório de Brasil e Chile na primeira metade do século XIX – estudo comparado

*Wellington Augusto Blume*¹

O Conselheiro Visconde de Abrantes votou a favor da proposta não só pelas razões ponderadas pelo Ministro da Guerra, como por que vê nessa medida um meio pronto, e eficaz de se estabelecerem colônias nas fronteiras do Sul; sendo de opinião que o Governo deve quanto antes tratar, ainda com sacrifícios pecuniários de povoar aquelas fronteiras, seguindo no que for aplicável ao Brasil, o exemplo do Governo Britânico no Canadá².

Asociándonos al pensamiento iniciado por la Sociedad Nacional de Agricultura para formar una gran compañía anónima que bajo el título de Sociedad Nacional de Colonización emprenderá el importante trabajo de contratar e traer inmigrantes de Europa i de los Estados Unidos de América para colonizar los terrenos baldíos de la provincia de Arauco i departamentos de Lebu e Imperial que aquella Sociedad ha solicitado del supremo gobierno bajo las condiciones determinadas por la lei que reglamenta la transmisión de la propiedad en territorio indígena, sometemos a la consideración de Ud. las bases acordadas para el establecimiento de esta empresa, invitándole a tomar parte de ella³.

¹ Mestrando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Graduado em História pela mesma instituição. E-mail para contato: welingtonblume@hotmail.com.

² Este trecho foi retirado das Atas do Conselho de Estado Pleno do Império, que contempla o período que se inicia em 1842 e se encerra em 1850. A documentação foi organizada pelo historiador José Honório Rodrigues e pode ser consultada através do link a seguir: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp. Acesso em 26/04/2019.

³ Catálogo del Fondo Ministerio de Relaciones Exteriores, 1810-1900.

Visconde de Abrantes e Vicente Pérez Rosales ocupavam posições de destaque na segunda metade do século XIX. O brasileiro possuía uma cadeira no Conselho de Estado do Império. O chileno, depois de ser nomeado agente de colonização de Valdivia e Llanquihue⁴, participou da fundação da *Sociedad Nacional de Colonizacion*. No Brasil, discutia-se sobre a necessidade de recrutar soldados para compor as linhas de frente do Exército, em decorrência de um eminente conflito contra as tropas argentinas⁵. Como se percebe na primeira epígrafe, Abrantes posicionou-se favoravelmente às medidas expostas, mantendo sua perspectiva com relação à vinda de estrangeiros para o Império. No Chile, fundava-se a *Sociedad Nacional de Colonizacion*, com o intuito de atrair imigrantes europeus e norte-americanos para povoar os terrenos baldios da província de Arauco. Rosales fazia parte da comissão e ao que indica a documentação, foi o responsável por fazer a mediação com o governo para a criação da sociedade.

Essas discussões foram realizadas com certa proximidade em relação à publicação das memórias de Abrantes e Rosales. Em 1846,

⁴ Valdivia e Llanquihue são cidades que receberam contingentes de imigrantes alemães no século XIX. Ficam localizadas ao sul do território chileno, distantes 850 km e 1000 km, aproximadamente, da capital Santiago. Sobre seu contexto histórico que tangencia as migrações, a pesquisadora Carmen Norambuena apresentou dados importantes acerca das políticas migratórias chilenas do período entre 1830 e 1930. Destaca que em 1845 foi aprovada uma lei que garantia a cidadania aos imigrantes que decidissem se estabelecer no Chile. Em 1850, ano da nomeação de Rosales, iniciou-se um movimento para atrair colonos europeus para o país. Segundo Norambuena, a atuação de Rosales teve impactos positivos: ainda no mesmo ano, 212 imigrantes – entre mulheres, homens e crianças – estabeleceram-se em Valdivia (NORAMBUENA, 1990, p.34).

⁵ Na sessão do Conselho de Estado do Império, realizada no dia 1^a de Agosto de 1850, os conselheiros de Estado manifestaram-se a favor ou contra as seguintes medidas: “1^o O Governo é autorizado: 1^o a contratar até dez mil praças estrangeiras para defesa, e guarnição da Fronteira da Província do Rio Grande do Sul, onde ficarão estacionadas, não podendo, quaisquer que sejam as circunstâncias, ser empregadas em outra Província do Império. 2^o A distribuir terras no fim do engajamento, ou durante o licenciamento, às praças, que se quiserem estabelecer como colonos, auxiliando-os no primeiro ano com a prestação de soma igual ao valor da etapa; e fazer as despesas precisas para execução desta Lei”. Depois de ouvir cada um dos conselheiros, decidiu-se em estabelecer novo diálogo com o governo de Rosas para evitar o conflito. A decisão, todavia, contrariou o voto favorável de Abrantes pela vinda de estrangeiros para a Província de São Pedro. Link de acesso: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp (A discussão completa sobre esse ponto se encontra entre as páginas 120 e 125). Acesso em 26/04/2019.

Abrantes publicou *Memória sobre os meios de promover a colonização*, e em 1854, Rosales publicou *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion*. A votação da qual Abrantes participou, que é citada na epígrafe que abre este texto, foi realizada em 1850. Portanto, quatro anos após a publicação das memórias. Quanto ao caso de Rosales, a deliberação sobre a criação da *Sociedad Nacional de Colonizacion*, ocorreu em 1874, vinte anos após a publicação das memórias. Essas informações dizem muito sobre o mapeamento documental que foi realizado até o momento. Desde 1822, a trajetória de Abrantes se vincula com a vida política do Império. Atuou em diversas frentes e ocupou vários cargos de destaque, tendo parte de sua atuação bem documentada através das memórias que escreveu, das Atas do Conselho de Estado Pleno do Império e do relatório sobre sua atuação diplomática na Europa. Por outro lado, Rosales se insere na vida política chilena de forma mais tardia se comparado com Abrantes. Seus indícios aparecem nas memórias que publicou, na documentação da *Sociedad Nacional de Colonizacion* e há alguns traços em outros documentos como diários de viagem e cartas. O que essas colocações contribuem para a discussão que pretendo realizar neste texto? Ambos os autores estavam intrinsecamente associados aos seus estados e por isso, compreendo que as memórias que publicaram estão relacionadas com as discussões mais gerais que eram realizadas em torno da organização política, econômica e social de Brasil e Chile. Imigração e colonização, portanto, compunham um lugar central na narrativa de Abrantes e Rosales e eram defendidas pelos autores como forma de desenvolvimento econômico e social.

Como se percebe na historiografia, através dos trabalhos de Lená Medeiros de Menezes (2014) e Carmen Norambuena (1990), o contexto em que Abrantes e Rosales estavam inseridos era de efervescência das ideias imigrantistas⁶. Além disso, Débora Bendocchi Alves, João Klug e Marcos Antônio Witt (2017), salientam que

⁶ O termo “imigrantista”, ou ideias “imigrantistas” é utilizado por Giralda Seyferth (2002) para descrever uma série de concepções de políticos letrados que escreveram sobre imigração e colonização no Brasil do Oitocentos. Em suma, denomina a ideia de superioridade do imigrante europeu branco

nesse período, ou seja, na metade do século XIX, vários outros pensadores escreveram sobre e/imigração e colonização para/na América. Políticos, intelectuais e letrados dos mais variados níveis e grupos publicaram obras nas quais a temática da imigração é o foco central da narrativa. O grande número de livros impressos por volta de 1850 talvez seja explicado por alguns fatores, como o início de movimentos migratórios de maior vulto em direção à América; a veiculação de material publicitário, na Europa, com o objetivo de conquistar adeptos para a emigração; as revoluções liberais de 1848, as quais produziram indivíduos que viram na emigração uma possibilidade de fuga e/ou refúgio; a consolidação de governos sul-americanos materializados sob os modelos de repúblicas e império, os quais, após as guerras de independência, estavam prontos para investir em crescimento econômico-social; a discussão e pressão para o fim do tráfico em países como o Brasil; a ascensão do café, a partir da província do Rio de Janeiro, se expandindo para a província de São Paulo, e a urgência de mão de obra para as lavouras e o beneficiamento do produto; entre outros motivos (ALVES; KLUG; WITT, 2017, p.13)

Além desse aspecto destacado pelos autores, as

repúblicas e império recém-fundados foram percebidos como espaços potenciais para a criação e o desenvolvimento de uma nova sociedade via imigração. Na lógica dos que escreveram sobre a mobilidade humana no Oitocentos, indígenas e escravos africanos estavam excluídos desse projeto, pois suas características étnico-raciais estavam aquém do imigrante desejado, personificado na figura do homem branco europeu (ALVES, KLUG, WITT, 2017, p.14).

Abrantes e Rosales publicaram obras que intensificaram o debate em torno das migrações no Brasil e no Chile. Influenciados pelas ideias racionais de colonização dos Estados Unidos e da

em comparação com a população livre e escravizada do Brasil. No seu bojo, significa a defesa da imigração estrangeira para ocupação das terras devolutas brasileiras, que implicaria no desenvolvimento econômico e social das regiões colonizadas. Ver mais em: SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. In: Revista USP, n. 53, p. 117-149, 2002.

Inglaterra, à época modelos de civilização e modernidade (HOBSBAWN, 2016), os autores defenderam a vinda de imigrantes europeus para *modernizar* as nações recém-independentes (STUVEN; PAMPLONA, 2010). Estes imigrantes, portadores de uma *civilidade, resignação e aptidão ao trabalho*, seriam parte essencial para o desenvolvimento econômico e social de Brasil e Chile. Essas aproximações mencionadas acima, são um dos pontos observados nesse trabalho: Brasil e Chile, neste cenário das migrações, possuíam muitas similitudes naquilo que toca seus projetos migratórios. As ideias defendidas acerca do processo migratório, dos imigrantes desejáveis⁷ e dos objetivos almejados com este empreendimento se assemelham. Pensando nesses pontos e para aprofundar a discussão e mostrar um dos recursos metodológicos desse texto, aproximo-me de Marc Bloch (1998) para pensar em alguns aspectos da comparação. Em um estudo clássico e bastante utilizado pelos historiadores, Bloch explica:

antes do mais, no nosso domínio, o que é comparar? Incontestavelmente, é o seguinte: escolher, em um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever as curvas da sua evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras. São, portanto, necessárias duas condições para que haja, historicamente falando, comparação: uma certa semelhança entre dois factos observados – o que é evidente – e uma certa dissemelhança entre os meios onde tiveram lugar (BLOCH, 1998, p.120-121).

Para esse estudo em específico, Brasil e Chile receberam contingentes de imigrantes europeus no século XIX e as elites

⁷ Aproprio-me aqui, de uma expressão muito utilizada pela pesquisadora Lená Medeiros de Menezes, que tem alguns estudos que direcionados para refletir sobre a construção de narrativas em torno do que seriam imigrantes desejáveis e imigrantes indesejáveis. Ver mais em: MENEZES, Lená Medeiros de. Entre o ideal e o real : Os discursos sobre a imigração no Brasil e o enfrentamento da desordem (1870-1930). In: Intelectuais na América Latina: pensamento, contextos e instituições. Dos processos de independência à globalização. Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso, Rogelio de la Mora (Org.). Rio de Janeiro: UERJ/LABIME, 2014v

políticas e letradas construíram um determinado padrão discursivo⁸ em torno dessas migrações. Principalmente a partir da década de 1870, a ideia de que o trabalhador europeu era indispensável para desenvolvimento econômico e social das nações estava sedimentada e era quase unanimidade entre as elites (MENEZES, 2014). Essa é uma primeira similitude em um processo que marcou o século XIX na América Latina, principalmente em países como Brasil, Argentina e Chile, como demonstram os estudos demográficos de Helbert Klein (1999).

Avançando na discussão, Jürgen Kocka, estudioso dos textos de Bloch, salienta que: “deve-se acrescentar que a comparação não somente ajuda a sustentar noções de particularidade, mas é também indispensável para desafiar e modificar tais ações” (KOCKA, 2014, p.281). A historiografia que toca a questão das ideias sobre imigração e colonização, como, por exemplo, os estudos de Célia Martinho de Azevedo (1987), Giralda Seyferth (2002), Angela Bernadete Lima (2014) e Menezes (2014), evidenciam a tônica dos discursos imigrantistas no Brasil do século XIX. Analisando apenas a historiografia brasileira, como os estudos indicados, pode-se criar uma certa noção de particularidade na forma como a elite imperial pensava na discussão que abarca imigração e colonização, uma vez que o Brasil foi um dos países que tentou, sob diversas formas diferentes, atrair colonos estrangeiros para colonizar as terras devolutas brasileiras. Todavia, quando contrapomos estes estudos com aqueles realizados por Norambuena (1990), Baldomero Estrada (1999), Carlos Sunhuesa Cerda (2006) e Jorge Pinto Rodríguez (2008), alguns aspectos que podem parecer particulares ao caso brasileiro, tem ressonâncias no Chile. Isso ganha ainda mais clareza quando se analisa as memórias de Abrantes e Rosales. Observando de perto suas obras, percebe-se uma certa conexão entre algumas ideias: a defesa do incentivo à vinda de imigrantes europeus, a

⁸ Aqui, utilizo o conceito de discurso de Miguel Ángel Cabrera, para o qual “el discurso es un esquema epistemológico que hace posible que los individuos no sólo vean algunas cosas y no otras, sino, además, que vean esas cosas de una determinada manera” (CABRERA, 2004, p.80).

seleção dos melhores colonos, trabalhadores e empresários e a ocupação territorial com fins econômicos, políticos e sociais vista como peça importante para o desenvolvimento das nações.

Outro elemento importante para minha análise toca a atuação política de Abrantes e Rosales. A obra clássica de Angel Rama, *La ciudad letrada* (1998), demonstra a articulação que as elites letradas possuíam: tanto no campo da política, atuando como influenciadores, como no âmbito das ideias. Eram elas que formaram parte do sistema de poder; idealizavam as cidades, os espaços urbanos e rurais; a indústria e o desenvolvimento econômico, político e social antes mesmo do seu processo ter início. Ou, como concebe Rama, “todos esos que manejaban la pluma, estaban estrechamente asociados a las funciones del poder y componían lo que Georg Friederici ha visto como un país modelo de funcionariado y de burocracia” (RAMA, 1998, p. 32). É a partir do estudo de Rama que penso na atuação de Abrantes e Rosales.

O Visconde de Abrantes nasceu em Santo Amaro da Purificação, em 23 de outubro de 1796 e veio a falecer no Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1865. Oriundo de uma família com longa tradição na participação política local, graduou-se no curso de Direito na Universidade de Coimbra no ano de 1821. Ao longo da sua trajetória política, esteve à frente de diversos cargos públicos, dentro os quais se destacam o Ministério da Fazenda e o cargo de diplomata, exercido entre os anos de 1844 e 1846. Durante todo o período em que esteve inserido na vida política do Império, utilizou-se da escrita e da oralidade para defender suas ideias. Publicou diversos estudos, dentre os quais *Memoria sobre os meios de promover a colonização* (1846). Por outro lado, Vicente Pérez Rosales nasceu em Santiago, no Chile, em 5 de abril de 1807 e veio a falecer na mesma cidade, em 6 de setembro de 1886. A maior parte da sua formação foi feita na Europa, no colégio parisiense Manuel Silveira. Seus estudiosos destacam sua grande circularidade em países europeus, Estados Unidos e da América Latina (PINEDO, 2010). Em 1850 foi nomeado agente de colonização de Valdivia e Llanquihue. Desse ano em diante, publicou

diversas obras voltadas para a temática da imigração e se tornou, em 1857, cônsul do Chile em Hamburgo com o objetivo de atrair trabalhadores europeus. Escreveu diversos trabalhos, dentre os quais *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854).

Ambos atuaram como políticos letrados em seus países. Foram protagonistas nos bastidores da vida política de Brasil e Chile e forneceram subsídios para as discussões em torno da imigração e colonização. Escreveram obras que foram lidas e debatidas entre seus pares. Parafrazeando Rama, sua habilidade de *manejar la pluma* possibilitou maior circulação para Abrantes e Rosales, que ocuparam cargos de destaque em seus respectivos países. Apesar das divergências na política entre Brasil e Chile, percebo com os casos de Abrantes e Rosales que as formas de inserção na política se assemelham. Como enfatiza Kocka, com a comparação,

descobre-se que o caso com o qual se é mais familiar, é somente uma possibilidade entre outras. Frequentemente os historiadores estão relativamente concentrados nas histórias de seus países ou regiões. Por causa disso a comparação pode ter um efeito de “desprovincialização”, uma liberação, um efeito de abrir os olhos, com consequências para a atmosfera e o estilo da profissão. Essa é uma contribuição da comparação que não deveria ser subestimada, mesmo hoje⁹ (KOCKA, 2014, p.281).

Nos estudos organizados por Patricia Galeana, as migrações se tornam o tema central das comparações. As migrações internas, transnacionais e internacionais fazem parte da História das Américas e marcaram de forma significativa a constituição das nações. Por isso recupero a afirmação da autora: a História da América também é a história de suas migrações (GALEANA, 2014). Brasil e Chile

⁹ Maria Ligia Prado (2005) também chamou a atenção dos historiadores para esse mesmo ponto. Criou-se uma espécie de bolha que separa o Brasil da América Latina; uma fronteira invisível entre nós e os outros nessa história que é compartilhada por todo o continente. Por isso, durante muito tempo, acreditou-se na impossibilidade de observar fenômenos locais, ocorridos no Brasil, ao lado de outros nos demais países da América Latina. Por mais que exista a proximidade geográfica e dos próprios processos históricos, os trabalhos que enfatizam a comparação na América Latina e, sobretudo, que observam algum fenômeno do Brasil com os demais países, ainda são minoritários.

compuseram esse quadro no século XIX e a partir da tabela abaixo, viso refletir sobre algumas particularidades de cada país.

BRASIL	CHILE
Monarquia	República
Migrações incentivadas desde 1818	Migrações incentivadas desde 1824
Censo populacional de 1872 com 9.930.478 habitantes ¹⁰	Censo populacional de 1845 com 1.439.120 habitantes ¹¹
Imagem negativa na Europa ¹²	Imagem negativa na Europa ¹³

Tabela 1: do autor.

Na Tabela 1, fiz um breve apanhado de alguns pontos importantes que levo em consideração para comparar Brasil e Chile¹⁴. Apesar de ambos terem recebido imigrantes europeus e os

¹⁰ Censo disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/01/censo-de-1872-e-disponibilizado-ao-publico>.

¹¹ Informações disponíveis em: CARRASCO, Carmen Norambuena. Política y legislación inmigratoria en Chile, 1830 – 1930. Universidad de Santiago de Chile: Santiago, 1990 (p.36).

¹² A opinião pública salientava que o clima nos trópicos era muito desfavorável, os imigrantes encontrariam muitas dificuldades para adquirir terras e dificilmente conseguiriam alcançar seus objetivos como imigrantes, pois seria muito penoso encontrar empregos no Brasil. Um artigo da Gazeta de Absburgo, publicado em 12 de outubro de 1845, reforça nossa argumentação: “as Leis que regulão a aquisição de terras no Brazil serão suficientes, porem são mal executadas, e algumas nem observadas são. Os livros dos Cartórios achão-se em tal confusão, que requer extremo cuidado da parte do Comprador. Finalmente cumpre considerar que a legislação em vigor no Brazil obsta á segurança da propriedade do emigrado, e sobre tudo que he ali quase impossivel fazer compra de terras que seja valida, ou disposicoens testamentarias que seão seguras: e do que fica exposto pode-se concluir o seguinte. 1º. Que as Provincias de S.Paulo, S. Catharina, e Rio Grande do Sul, tanto á respeito das circunstancias geographicas como do clima, são recomendaveis para colonias agricolas de Alemaens; mas que: – 2º. O presente estado da legislação e administração, e das relaçoens sociaes no Brazil deve infalivelmente exercer uma influencia tão desastroza, que essas colônias não preencherão os seos fins” (ABRANTES, 1846, p.59).

¹³ O historiador chileno Rafael Sagredo Baeza demonstra que há uma longa construção de representações negativas sobre o Chile que remontam ao período colonial. Desde o século XVI, viajantes e conquistadores escreveram narrativas sobre o território chileno, que, em sua maioria, trouxeram uma carga pejorativa ao território. Para Baeza, apenas no século XIX que a elite chilena, durante e após o processo de independência, constrói uma narrativa que enaltece o território, combatendo as representações negativas que foram construídas sobre o Chile durante os três séculos antecedentes. Ver mais em: BAEZA, Rafael Sagredo. Chile: de fines terrae imperial a “copia feliz del edén” autoritario. In: Nomear la nación. Los nombres de los países de América Latina. CHIARAMONTE, Jose Carlos; MARISCHAL, Jose Carlos; GRANADOS, Aimer Granados (Orgs.). Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2008.

¹⁴ Consideramos que essa escolha não esgota as possibilidades de comparação. Trata-se de uma entre outras possibilidades de se visualiza pontos importantes. Além disso, em decorrência do limite de páginas para a escrita desse texto, não aprofundi a discussão acerca de conceitos importantes como de Estado, República e Império.

projetos de colonização possuem pontos em comum, há algumas particularidades importantes que devem ser mencionadas. Desde 1818, antes da independência do Brasil, a coroa portuguesa havia implementado um projeto de colonização com suíços em Nova Friburgo e Leopoldina¹⁵ e, posteriormente, em 1824, com alemães em São Leopoldo. Ou seja, desde o início do XIX, havia no Brasil um pensamento de trazer imigrantes europeus que foi colocado em prática via projetos de colonização. Por outro lado, no Chile, apesar da implementação de leis que incentivassem a vinda de imigrantes europeus em 1824 e 1846 (CARRASCO, 1990), não houve a concretização de um projeto de colonização mais amplo. Estrada (1999) avalia que na primeira metade do século XIX o Chile recebeu um contingente pouco expressivo via imigração espontânea.

Assim, há uma primeira diferença que se relaciona com o desenvolvimento dos movimentos migratórios para Brasil e Chile: no primeiro país, houve a implementação de políticas migratórias seguidas de financiamentos governamentais para a criação de núcleos de colonização, enquanto que no segundo, apesar de existir uma legislação que possibilitava a vinda de imigrantes estrangeiros, não houve maior investimento por parte do governo para incentivar a chegada de colonos (que vieram, por seu turno, de forma espontânea, porém, em número reduzido).

Outro aspecto importante recai sobre o contingente populacional. O Brasil foi o nome mais expressivo do tráfico transatlântico de escravos, tendo recebido entre 1808 e 1850, 1.400.000 africanos que foram escravizados¹⁶, sendo que no período, representavam cerca de dois terços da população (BLACKBURN, 2002, p.408). Para Luiz Felipe de Alencastro,

¹⁵ Ver mais em: SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting-pot* nacional. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

¹⁶ Ver mais em: MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Novos Estudos. São Paulo, Março de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>

o tráfico transatlântico de escravos africanos tomou no Brasil uma dimensão inédita no Novo Mundo. Do século XVI até 1850, no período colonial e no imperial, o país foi o maior importador de escravos africanos das Américas. Foi ainda a única nação independente que praticou maciçamente o tráfico negreiro, transformando o território nacional no maior agregado político escravista americano. Consubstancial à organização do Império do Brasil, a intensificação da importação de escravos africanos após 1822 explica a longevidade do escravismo até sua abolição, em 1888 (ALENCASTRO, 2018, p.57).

Em contrapartida, a escravidão possui características próprias no Chile. Robin Blackburn salienta: “em 1812 no Chile dizia-se que havia entre 10.000 e 12.000 escravos, enquanto os negros livres, entre 25.000 e 32.000, representavam pouco mais de 3% da população” (BLACKBURN, 2002, p.357). Em um contexto mais amplo,

a escravidão, é verdade, era marginal no México e na América Central e presença ainda secundária na maior parte da América do Sul espanhola em 1810, mas em várias regiões havia quase tantas pessoas livres de ascendência africana quanto escravos; fora da montanhosa região andina, negros e mestiços livres e escravizados muitas vezes tinham importância estratégica na formação social. A escravidão de plantation em grande escala agora florescia em Cuba, onde o cultivo de açúcar e café ajudara a empregar cerca de 200.000 escravos na segunda década do século XIX; a ilha menor de Porto Rico tinha 17.500 escravos, dos quais cerca de metade trabalhava em plantations. A América espanhola continental tinha cerca de 225.000 escravos, mas a escravidão era uma forma secundária e difusa de propriedade de trabalho (BLACKBURN, 2002, p. 356).

A diferença é expressiva entre Brasil e Chile, ainda mais quando levamos em consideração que em 1872 a população brasileira girava em torno de 9.930.478, enquanto a população chilena em 1845 se aproximava de 1.439.120. Esses números estão refletidos no pensamento intelectual de ambos os países: na narrativa de Abrantes, a substituição do trabalho de negros escravizados por colonos europeus brancos está no centro da

narrativa, constituindo-se como um dos eixos centrais da obra – tendo em vista que a Lei Áurea foi sancionada em 1888. Em contrapartida, para Rosales, essa não vem a ser uma questão de discussão, estando o foco da sua narrativa centrado na contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento da sociedade chilena, uma vez que o decreto que abolia a escravidão no país foi assinado em 1823 (BLACKBURN, 2002, p.383). Além disso, para Blackburn,

nem a escravidão, nem a estrutura imperial eram muito fortes no Chile. O fato de que só havia 10.000 escravos no Chile encorajara os autonomistas chilenos a adotar medidas antiescravistas, embora moderadas, ainda bem cedo. Uma junta encabeçada por funcionários crioulos pusera-se em 1810 a organizar o autogoverno. Sem nem mesmo declarar formalmente a independência, convocara em 1811 um Congresso dedicado a elaborar uma nova Constituição. Depois de uma luta divisionista, os deputados mais conservadores foram excluídos. Manuel de Salas, secretário do Congresso, apresentou então uma lei que proibia o comércio de escravos, libertava os filhos de mães escravas e os escravos trazidos para o Chile por mais de seis meses; a escravidão foi proclamada contrária ao espírito do cristianismo e da humanidade (BLACKBURN, 2002, p. 377).

Além desse aspecto, o autor aponta que “faltava peso econômico à escravidão e a posse de escravos era fonte secundária de riqueza para a maioria dos proprietários (BLACKBURN, 2002, p.382). Aspecto esse que difere do Brasil. Utilizando um exemplo de Ricardo Salles, no Brasil a escravidão era o propulsor da economia colonial e continuou tendo importância econômica central durante o período imperial. Como exemplo, Salles cita o caso do Vale do Paraíba. Na cidade,

a abolição da escravidão, em 1888, foi um golpe de morte para seus municípios mais antigos e pioneiros, como Bananal, Resende, Barra Mansa, São João do Príncipe, Pirai, Valença, Vassouras e Paraíba do Sul, que haviam sido os grandes produtores de café na época do Império. Nessas localidades, em que a cultura extensiva do café esgotara o solo desde fins da década de 1860, os plantéis de

escravos, em sua maioria comprometidos como garantia de crescentes e impagáveis empréstimos junto a casas bancárias, eram o principal ativo de grandes fazendeiros. Poucos tinham conseguido converter parte da riqueza oriunda do café em outras formas não dependentes diretamente da propriedade escravista, sobretudo financeiras (SALLES, 2018, p.123-124).

Nesse sentido, enquanto a dinâmica da escravidão está no horizonte de Abrantes e é refletida em seu pensamento imigrantista, Rosales não toca na questão, uma vez que Brasil e Chile passaram por processos completamente distintos no que tange à escravidão. Tal aspecto também dialoga com a historiografia: no Brasil, um dos motivos para a vinda de imigrantes europeus dialoga com a perspectiva de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, que também contém em seu bojo um componente racial (SEYFERTH, 2002). Enquanto isso, a dinâmica migratória chilena não está perpassada por essa premissa.

Esses dois apontamentos nos ajudam a pensar outra problemática evidenciada pelas comparações entre o Brasil e outros países da América Latina. Comparar, como já argumentou Oswaldo Truzzi, distancia os pesquisadores dos riscos do provincianismo. Significa pensar para além do que é sabido, no sentido de problematizar questões que à primeira vista se explicam por si mesmas. Para nosso caso, Brasil e Chile receberam contingentes de trabalhadores europeus em um período muito próximo e em escalas divergentes. Cada país passou por um processo de formação completamente distinto do outro, o que acarretou, conseqüentemente, em sistemas políticos distintos. De um lado, uma monarquia, de outro, uma república. Com dimensões geográficas muito distintas e necessidades políticas e econômicas bastante específicas, Abrantes e Rosales produziram obras a partir de horizontes teóricos, políticos, econômicos e sociais específicos, mas, que em certa medida, assemelham-se.

Como nota de conclusão, saliento que os estudos comparativos auxiliam os pesquisadores a perceber com maior

profundidade as complexidades que caracterizam as diferentes sociedades no tempo e no espaço. Regina Weber e Glen Goodman enfatizam que “no seu conjunto, essas intervenções metodológicas todas nascem da importância (e do desafio) permanente de escrever e pensar usando modelos relacionais, de desnaturalizar e contextualizar as categorias de análise histórica” (WEBER; GOODMAN, 2018, p.35). Brasil e Chile no século XIX, figuram entre os países que desenvolveram amplos projetos de imigração e colonização. Por mais que isso possa parecer um lugar comum na historiografia, uma vez que existe uma extensa bibliografia que analisa os movimentos migratórios para a América Latina, há inúmeras particularidades no desenvolvimento desses processos. Isso é perceptível através das aproximações que fizemos ao longo deste artigo. Abrantes e Rosales, que contribuíram para o desenvolvimento de projetos migratórios no Brasil e no Chile, escreveram e pensaram suas narrativas em conjunturas muito diferentes, mas com mentalidades e práticas políticas que muito se assemelham. Suas narrativas dialogam diretamente com os contextos nacionais de Brasil e Chile, mas em muitos momentos trazem elementos comuns na forma como a elite brasileira e a elite chilena pensavam esse processo de imigração e colonização.

Referências

- ABRANTES, Visconde de. *Memoria sobre os meios de promover a colonisação*. Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: (Orgs.) SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ALVES, Débora Bendocchi; KLUG, João; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). *Friederich von Weech: a agricultura, o comércio e o sistema de colonização no Brasil*. 2 ed. rev. ampl. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2017.

- ARENDETT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. *Estudo comparado: educação e imigração nas Colônias alemãs de São Leopoldo (Brasil) e Valdivia (Chile)*. MÉTIS: história & cultura – v. 17, n. 34, p. 271-294, jan./jun. 2018.
- AZEVEDO, Célia Martinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAEZA, Rafael Sagredo. Chile: de fines terrae imperial a “copia feliz del edén” autoritário. In: *Nomear la nación. Los nombres de los países de América Latina*. CHIARAMONTE, Jose Carlos; MARISCHAL, Jose Carlos; GRANADOS, Aimer Granados (Orgs.). Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2008.
- BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776 – 1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BLANCPAIN, Jean-Pierre. *Los alemanes en Chile (1816-1945)*. 4.ed. Santiago: HACHETTE, 1987.
- BLOCH, Marc. *História e Historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch*. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998.
- BLUME, Welington Augusto. *As inúmeras faces de um escrito: análise da obra "Memória sobre os meios de promover a colonização", do Visconde de Abrantes*. [Trabalho de Conclusão de Curso]. UNISINOS, 2017.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. Dúvidas e opções dos homens de cultura da sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- CABRERA, Miguel Ángel. *Historia, lenguaje y teoría de la sociedad*. Madrid: Frónesis-Cátedra, 2004.
- CARRASCO, Carmen Norambuena. *Política y legislación inmigratoria en Chile, 1830 – 1930*. Universidad de Santiago de Chile: Santiago, 1990
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CERDA, Carlos Sunhuesa. *Chilenos en Alemania e alemanes en Chile: viaje y nación en el siglo XIX*. LOM Ediciones: Santiago, 2006.

CUNHA, Jorge L. *Os Colonos Alemães e a fomicultura: Santa Cruz do Sul. Rio Grande do Sul 1848-1881*. Dissertação de Mestrado. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27080/D%20%20CUNHA%20%20JORGE%20LUIZ%20DA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

ESTRADA, Baldomero. Imigração européia no Chile (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: USP, 1999, p.461-503.

GALEANA, Patricia. Las migraciones en las Américas: un estudio comparado. In: GALEANA, Patricia (orgs.). *Historia comparada de las migraciones en las américas*. Universidad Nacional Autónoma de México. México, 2014.

GARCÍA, Juan Antonio. *La Rioja y los riojanos en Chile, 1818-1970*. Santiago: Soc. Impresora La Unión, 1995.

HOBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções. 1789-1848*. 36ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Luiza Horn Iotti (org.). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

[JARAMILLO, Loreto Vanessa Hermosilla. *La inmigración alemana a Valdivia: educación y cultura en la primeira fase de su instalación \(1850-1870\)*. \[Trabalho de Conclusão de Curso\]. Universidad Austral de Chile. Valdivia, Chile, 2011.](#)

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (Orgs.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

KOCKA, Jürgen. *Para além da comparação*. Revista Esboços, Florianópolis, v. 21, n. 31, ago. 2014, p. 279-286.

LATORRE, Guillermo; PINEDO, Javier. *Diccionario de El Entrometido*. Vicente Pérez Rosales. 1ª ed. Chile: Santiago, LOM Ediciones, 2010.

LECLERC, Gérard. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

- LIMA, Angela Bernadete. “*Nós declaramos guerra ao latifúndio!*”: propostas, ações e ideais de imigração/colonização da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Dissertação de Mestrado. UFSC, Florianópolis, 2014.
- MAIA, Carlos Alvarez. *História, ciência e linguagem: o dilema relativismo-realismo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX*. Novos Estudos. São Paulo, Março de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>
- MENEZES, Lená Medeiros de. A imigração europeia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX. In CANCINO, Hugo; MORA, Rogelio de la (coords.) – *Ideas, intelectuales y paradigmas en América Latina (1850-2000)*. Vleracruz/México: Universidad Veracruzana Lomas del Estadio, 2007.
- _____. Entre o ideal e o real : Os discursos sobre a imigração no Brasil e o enfrentamento da desordem (1870-1930). In: *Intelectuais na América Latina: pensamento, contextos e instituições. Dos processos de independência à globalização*. Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso, Rogelio de la Mora (Org.). Rio de Janeiro: UERJ/LABIME, 2014.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *Repensando a História Comparada na América Latina*. Revista de História, São Paulo, n. 153, p. 11-33, 2005.
- RAMA, Angel. *La ciudad letrada*. Arca: Montevideo, 1998.
- RODRÍGUEZ, Jorge Pinto. *Proyectos de la elite chilena del siglo XIX*. Chile: ALPHA N° 26, Julio 2008.
- RODRÍGUEZ, Marcela Martínez. *De progreso y población*. Breve análisis comparativo sobre la colonización en México y Chile en el siglo XIX. Estudios Avanzados, N° 23, julio 2015. IDEA – USACH, Santiago de Chile, pp, 64-79.
- ROSALES, Vicente Pérez. *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion*. Chile: Santiago, 1854.

SALLES, Ricardo. Café e escravidão. In: (Orgs.) SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

[SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. In: Revista brasileira de Ciências Sociais - vol. 26 n° 77, São Paulo, outubro de 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/o7.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/o7.pdf)

STUVEN, Ana Maria; PAMPLONA, Marco. Trajetórias e construções: estado-nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX. In: (Orgs.) STUVEN, Ana Maria; PAMPLONA, Marco. *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do Século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

TOSO, Sergio Grez. Población y sociedade. In: FERMANDOIS, Joaquín (Org.). *Chile: La construcción nacional*. Taurus, Espanha: 2013.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Notas acerca do uso do método comparativo no campo dos estudos migratórios. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (Org.). *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EDUFSCAR, 2005. p. 131-157.

TRUZZI, Oswaldo. *Redes em processos migratórios*. Revista Tempo Social, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.

WEBER, Regina; GOODMAN, Glen. Comparada, conectada, mundial/global ou transnacional: a história da imigração entre tantos rótulos. In: ELMIR, Claudio Pereira; WITT, Marcos Antônio Witt; TRUZZI, Oswaldo; ELMIR, Cláudio Pereira (Orgs.). *Imigração nas Américas: estudos de história comparada*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

WITT, Marcos Antônio. Estudos comparados na imigração: Brasil e Chile como possibilidade investigativa. In: (Orgs.) NEUMANN, Rosane Marcia; TEDESCO, João Carlos. *Colonos, colônias e colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil*. UPF Editora: Passo Fundo, 2019.

Relações Interétnicas

“Quem se dirige dentro de casa é dono da casa”: Xangrê, a organização indígena e a expulsão de agricultores da área indígena de Nonoai (1975-1978)

*Alana da Silva Follador*¹

*Alex Antônio Vanin*²

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar a construção da liderança indígena de Nelson Jacinto Xangrê, Kaingang da área indígena de Nonoai, ao tempo das primeiras movimentações indígenas que impulsionariam um movimento social integrado no Sul do país e, posteriormente, em nível nacional. Nesse sentido, analisaremos algumas das estratégias e das ações decorrentes da expulsão de agricultores do interior da reserva de Nonoai enfocando no papel da liderança do cacique Kaingang Nelson Jacinto Xangrê nesse processo.

As principais fontes para a composição deste estudo centraram-se em pesquisas em diversos jornais do país do período compreendido entre meados da década de 1970 até o início da década de 1980, armazenados principalmente nas bases digitais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, nos arquivos da Hemeroteca Indígena do Armazém da Memória e no Arquivo

¹ Acadêmica do Curso de História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. E-mail: alanafollador99@gmail.com.

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Passo Fundo (UPF). Bolsista Prospec/Capes. E-mail: alexvanin@hotmail.com.

Histórico Regional (AHR) de Passo Fundo, buscando-se abranger os antecedentes e os desdobramentos do conflito de Nonoai, ao mesmo tempo em que se procurou destacar o papel de liderança de Xangrê nestes eventos e na conformação de um movimento indígena no Sul do Brasil. A metodologia abarcou a análise qualitativa das fontes, cruzando e cotejando informações provenientes das diversas fontes.

A realização da presente pesquisa é justificada pela centralidade dos eventos descerrados em maio de 1978, na terra indígena de Nonoai/RS, em torno do movimento indígena nacional do período. Aqueles eventos, alcunhados *a posteriori* na denominação “Revolta de Nonoai”, foram expressivos para a consolidação de uma organização indígena no Sul do Brasil, instigando o entrelaçamento de indígenas de diversas etnias em prol da luta por suas terras e seus direitos. Na atualidade, conflitos entre indígenas, agricultores, latifundiários e outros sujeitos sociais ainda se processam e produzem tensões na sociedade, evocando a necessidade de interpretação histórica da trajetória de choques e disputas entre tais sujeitos, aprofundando e reconhecendo seus desdobramentos e articulações.

A construção de uma liderança: Xangrê e o movimento indígena no Sul do Brasil

Até o despontar da revolta indígena em Nonoai em 1978, a situação na área indígena de Nonoai enfrentava grande tensão, e se acirrava em um movimento progressivo, acompanhando o movimento de intrusão e de avanço não-indígena sobre àquelas terras que se acirrava desde a década de 1940. A intrusão era fenômeno constante por décadas anteriores, em alguns períodos sob o incentivo das autoridades estaduais e anuência dos órgãos indigenistas. Na década de 1970, fortaleceu-se e congregou, cada vez mais, um número maior de colonos que não possuíam possibilidades de acesso à terra e que viam na reserva florestal da área indígena um local pertencente ao estado disponível para a

ocupação. O estado, por sua vez, incapaz de gerir o problema do esgotamento fundiário sem alterar a estrutura agrária da grande propriedade, foi conivente com a situação e apresentou poucas alternativas para combater os conflitos que já se anunciavam entre indígenas e colonos (TEDESCO; CARINI, 2007).

Muitos indígenas passaram a aderir à mobilização de algumas de suas lideranças que despontaram naquele período por entre as áreas indígenas na região Sul do Brasil, tornando-se, esse engajamento, atitude contingencial e proativa para frear a intrusão em suas áreas, fenômeno que não era exclusividade da área indígena de Nonoai. Reuniões, assembleias, e encontros entre as lideranças indígenas de várias etnias – no Sul, marcadamente os Kaingang e os Guarani – compuseram parte desse cenário pré-revolta, esboçando as bases da conformação de laços de luta em prol do indigenismo em nível nacional, partindo da iniciativa indígena. Estabelecia-se também, em paralelo, as primeiras ações do CIMI em relação à mediação de discussões e debates nesse cenário, inserindo-se enquanto entidade de suporte material e de divulgação da organização indígena que se estruturava, ganhando o apoio de bispos da região que se identificavam com a causa, como Dom Agostinho José Sartori, de Palmas/PR, Dom José Gomes, de Chapecó/SC, e Dom Bruno Maldaner, de Frederico Westphalen/RS.³

Promessas de resolução da situação de conflitos em Nonoai e outras áreas foram asseguradas pela presidência da Funai⁴, no entanto, em nada houve avanços, reiterando-se promessas de auxílios em 1976 e 1977. Nesse contexto, a questão da intrusão se acirrava, com grandes contingentes de colonos sem-terra em movimento deliberado de ocupação do território pertencente às áreas indígenas do norte do Rio Grande do Sul. Como é possível visualizar na Tabela 01 (ver a seguir), às vésperas do conflito a área

³ DIÁRIO DE NATAL. *Proclamação de bispos defende índios do sul*. Natal, n. 9962, 20 dez. 1975, p. 03. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁴ LUTA INDÍGENA. Xanxerê/SC, n. 01, mar., 1976, p. 19. Armazém da Memória - Hemeroteca Indígena.

de Nonoai congregava o maior contingente territorial demarcado pela União no estado e, paradoxalmente, o maior número de intrusos quantitativamente em relação às demais áreas, havendo uma maior população intrusada, não-indígena, do que a própria população Kaingang e Guarani a quem se destinava a posse legítima da terra.

O alto índice de ocupação da área, pode-se conjecturar, como ressaltamos anteriormente, das políticas públicas implantadas pelo estado em período anterior exclusivamente para a área – como a criação da 4ª Seção de Colonização do Planalto –, pela política indigenista que permitia o arrendamento e facilitava a entrada de colonos nas áreas e também pela continuidade de movimentos de ocupação e reocupação da terra promovida pelos colonos que estavam à margem do acesso à terra.

Tabela 01. Dados acerca da intrusão nas áreas indígenas do Rio Grande do Sul - 1976

Área indígena	Área demarcada oficialmente	Área intrusada	Número aproximado de famílias/pessoas intrusadas na área
Nonoai	14.610 ha	9.534 ha	1.100 famílias - 7.000 pessoas
Guarita	23.180 ha	4.700 ha	271 famílias - 1.571 pessoas
Cacique Doble	4.500 ha	1.300 ha	132 famílias - 773 pessoas
Ligeiro	4.650 ha	1.600 ha	120 famílias - 723 pessoas
Inhacorá	1.000 ha	150 ha	-*
Carreteiro	600 ha	13 ha	-
Votouro	2.450 ha	-	-

*Sem informações disponíveis.

Fonte: COOJORNAL. Porto Alegre, maio de 1978, p. 05, apud LUTA INDÍGENA. Xanxerê/SC, n. 06, ago., 1978, p. 93. Armazém da Memória – Hemeroteca Indígena.

No contexto nacional, a questão inflamava-se em função de declarações do ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, sobre a necessidade da “aceleração do processo de integração dos índios à sociedade nacional, abolição da língua primitiva nas aldeias e proibição do trabalho de missões religiosas junto às tribos”.⁵ Em defesa dos indígenas, muitos antropólogos se posicionaram contra a iniciativa governamental, que contrariava inclusive o Estatuto de

⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 08 jan., 1977. Acervo do Estadão.

Índio, por ferir a premissa básica de preservação de sua cultura e costumes, ao propor a “aceleração” do processo, muito embora a integração indígena se constituísse, de fato, como o principal elemento da política indigenista desse período.

Entre os indígenas de Nonoai, a situação da intrusão gerava descontentamento geral, embora houvesse lideranças cooptadas pela Funai para o apaziguamento dos ânimos, tanto dos indígenas, quanto dos posseiros. Contudo, a realidade escapava ao controle das autoridades e, frente ao imobilismo e à falta de resoluções, a organização indígena foi sendo aos poucos fortalecida. Ainda em dezembro de 1975, um grupo de indígenas de várias áreas indígenas do Sul do Brasil endereçava carta ao presidente da Funai, reivindicando “Nossas terras e respeito para o nosso povo”, na qual diziam-se representantes dos cerca de 6.000 indígenas da região Sul, entre Xokleng, Kaingang e Guarani, exigindo a resolução de questões de demarcação e invasão.⁶ Dentre eles, Nelson Jacinto Xangrê, de Nonoai, já se mostrava em articulação e tessitura de relações para além de seu grupo, ativismo que se manteria nos anos subsequentes.

A simpatia do CIMI pela causa indígena do Sul do Brasil forneceu considerável apoio às lutas indígenas que se fortaleceriam em meados da década de 1970. Em 1976, o 7º Encontro do CIMI – Regional Sul, em Curitiba/PR, reuniu missionários e representantes indígenas da região, buscando promover o diálogo e o alinhamento de ações em favor da melhoria das condições de vida da população indígena. Para o CIMI, fazia-se necessária a defesa dos direitos e interesses indígenas.

No encontro, reconhecia-se as falhas da Funai em assegurar aos indígenas a integridade de seus direitos. Para o CIMI, “a legislação antiquada, que considera o índio como um menor, sem responsabilidade e sem direito de se defender, abrindo as portas para todo o tipo de exploração, inclusive da parte daqueles que

⁶ LUTA INDÍGENA. Xanxerê/SC, n. 01, mar. 1976, p. 09. Armazém da Memória – Hemeroteca Indígena.

deviam protegê-lo”⁷. Igualmente, a questão fundiária era reconhecida como uma das principais causas da reconhecida miséria e marginalização indígena, presente em Nonoai e em outras áreas indígenas, resultado da ocupação da terra por intrusos. O apoio do CIMI foi fundamental no fortalecimento de um movimento indígena inter-étnico, incentivando a concepção da autodeterminação política e a autogestão comunitária (CASTRO, 2011, p. 102).

Nesse sentido, a organização proposta pelo CIMI, que dependia em muito do estabelecimento de acordos com lideranças indígenas simpáticas à ação do conselho, buscou propor a formação de agentes da Pastoral para atuação juntos às áreas indígenas, bem como estabelecer uma coordenação de representantes nos estados, aliando padres e lideranças indígenas. Para as atividades do CIMI a serem desenvolvidas no Rio Grande do Sul, o padre Hélio Luiz Welker foi designado para a coordenação, bem como Xangrê, para coordenar as ações no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina⁸.

A aproximação de Xangrê ao CIMI e às ações desenvolvidas, demonstra a construção de relações exteriores à comunidade indígena como um todo, estendendo suas opiniões e posicionamentos para além de seus pares afim de conseguir apoios por parte do setor da Igreja Católica favorável à questão indígena. Ao mesmo tempo, o CIMI também angariava importantes aliados, priorizando e auxiliando na promoção das novas lideranças indígenas que se constituíam, em geral, secundarizadas nos termos de representação da Funai.

A participação recorrente e o engajamento de Xangrê na luta por alterações na situação de invasão e exploração foi elemento decisivo em sua trajetória, construindo, aos poucos, a condição para a representatividade de líder e elevação de si enquanto liderança não apenas em Nonoai, mas em todo o Sul do Brasil.

⁷ DIÁRIO DO PARANÁ. *Igreja assume posição pelos índios*. Curitiba, n. 6245, 09 abr., 1976, p. 12. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁸ Idem.

Os deslocamentos de Xangrê e as relações que estabelecia eram reconhecidas por ele como forma de prática e de conhecimento da situação em um amplo escopo:

Eu morava em Planalto, mas tive que sair para aprender um pouco. Eu pensei que tinha que ajudar meus companheiros. Eu tenho esperanças de que a Funai dê um jeito em nossa situação. Mas, acho que precisa haver mais união entre os índios. Há alguns que não entendem nosso trabalho. Acho que precisa de fazer uma reunião em toda a área, para que eles entendam melhor. Acho que conversando com eles, todos entendem, a nossa luta. Eu estou trabalhando pela nossa terra, em Nonoai. Quero falar com todos os meus companheiros, dizer que estou lutando por eles. O nosso cacique não foi escolhido por nós. Foi o chefe do posto que escolheu. Ele não se interessa por nós. Acho muita falta de cacique que não entende o nosso problema. Mas, já tenho a minha garganta toda dolorida de tanto falar, mas ninguém me escuta.⁹

O estabelecimento de diálogo é exaltado por Xangrê como o principal meio de se organizar em prol das reivindicações. Recorrente em suas afirmações, o cacique destaca o componente da “união entre os índios” como fruto da conscientização e reconhecimento da própria situação e da ação de agentes externos, principalmente da Funai.

A fala de Xangrê, transcrita anteriormente, é precedente ao seu período enquanto cacique de Nonoai, mas já demonstra a sua condição enquanto crítico da instituição e proponente da difusão de um movimento agregador por entre os Kaingang. A questão da necessidade de alteração da liderança legítima, isto é, a liderança cacical, era concebida também por Xangrê como um direito indígena, de escolha de seus representantes próprios, em contraposição às nomeações impostas pela Funai que, partindo de autoridades cacicais colaboracionistas, impedira, até então, uma organização indígena que se opusesse ao ordenamento institucional.

⁹ DIÁRIO DO PARANÁ. *Índios querem impor mais respeito*. Curitiba, n. 6247, 11 abr. 1976, p. 12. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A participação de Xangrê em encontros entre as diferentes etnias indígenas do momento favoreceu diálogo entre aquelas e o fortalecia enquanto líder indígena ainda antes de sua eleição, algo que certamente contava a seu favor no peso de suas relações e engajamento com a causa dos direitos indígenas. A 8ª Assembleia de Chefes e Representantes Indígenas, realizada entre 16 e 18 de abril de 1977 em Ijuí/RS, reuniu 26 chefes indígenas, das etnias Bororo, Paresi, Xavante, Apiaká, Terena e Kaiabi, do Mato Grosso, e Guarani e Kaingang do Sul, estes últimos em número de 12, sendo metade proveniente da área indígena de Nonoai¹⁰. Dentre os Kaingang de Nonoai, estavam Iakam, Peni, Kandete e Xangrê, que se destacou em discurso:

O índio tem capacidade do resolver os problemas deles dentro da área. Nós tamos aqui pra ajudar todos aqueles índios que ficou em casa. Temos que fazer a coisa pra ajudar todos eles. Sem se preocupar temos que fazer um plano para todos. Tamos sofrendo um igual o outro...

O índio tem direito de agir e está sentindo que a verdade vale mais. Nós tivemos há anos nossa terra, o índio é quem pode se envolver, se unir o resolver nossos problemas...

A gente obedece até uma altura. Já passou o tempo de dizer que o índio não sabe se expressar, que somos criancinhas. Nós tamos em casa, e vem gente de fora dizer o que a gente tem que fazer. Eu nunca tenho medo do Chefe do Posto. Se ele não quer ajudar o índio, aí que o índio tem que se envolver e falar o que tá acontecendo. Eles (Chefe de Posto) tão ganhando 10 mil cruzeiros. Agora eu tou contente, tenho mais esperança no Povo Índio que na FUNAI no chefe do posto. É preciso envolver o índio e deixar a madeira pro índio. Eu até agora não vi um índio orientado pelo chefe do Posto. Os Índios tão se orientando por si mesmos! Agora, nós indios Kaingang temos que sair nos Postos pra interessar os Índios e os caciques que ainda não tão entendendo. Criar união pra ter força prá trabalhar... Não é certo a gente viver governado pelos outros [...].¹¹

¹⁰ LUTA INDÍGENA. Xanxerê/SC, n. 06, ago., 1978, p. 67. Armazém da Memória – Hemeroteca Indígena.

¹¹ Idem, p. 68.

O discurso de Xangrê naquele momento denota muito da demanda e do cenário de envolvimento e de construção de apoios mútuos entre os indígenas, reduzindo as diferenças étnicas e regionais e potencializando as paridades nas reivindicações por respeito, justiça e propriedade, questões que compunham a realidade das áreas indígenas. Estruturava-se, não apenas no Sul, mas em todo o Brasil, uma articulação entre os indígenas brasileiros. O tom discursivo de Xangrê impunha limite à governamentabilidade imposta pelas autoridades que, considerava todos os indígenas, independentemente de sexo ou idade, como seres em estado de infantilidade, em condição orfanológica, ou, nas palavras de Xangrê, na condição de “criancinhas”, sendo necessário que o governo tomasse sempre a iniciativa e impusesse o que era considerado melhor às comunidades indígenas, em geral, sem que fossem consultadas as lideranças indígenas. O fim da tutela consolidar-se-ia na década posterior, apenas a partir da promulgação da Constituição de 1988 e muito em razão da organização indígena que se consolidaria nesse ínterim.

Outros encontros se seguiram ainda no ano de 1977, como a 10^a Assembleia de Chefes e Representantes realizada em Luciara/MT, junto aos indígenas Tapirapé, na qual Xangrê também se fez presente e selou acordos de reciprocidade com outros líderes, sobretudo no que tangia o deslocamento de homens para a luta pela defesa das terras indígenas, fosse no Mato Grosso, fosse no Rio Grande do Sul (BICALHO, 2010). A organização indígena dá sinais de coesão em torno da possibilidade de ação: “Então eu acho de que a gente tem que fazer as coisas e não ficar só pensando, só falando. Eu acho que o problema é sério e que a gente tem que planejar o que a gente vai fazer, porque [se] ninguém faz, o branco é que não vai fazer; nós mesmos é que devemos fazer”.¹² Progressivamente, a

¹² LUTA INDÍGENA. Xanxerê/SC, n. 06, ago., 1978, p. 69. Armazém da Memória - Hemeroteca Indígena.

questão da necessidade da ação e de estabelecimento de acordos para a composição de ações coordenadas se materializa.

Xangrê reafirmava a necessidade da união entre os indígenas, em prol da resolução de seus próprios problemas, reiterando que era preciso organização, o auxílio mútuo e a retomada dos indígenas sobre seus grupos, do poder de decisão dentro das comunidades, em detrimento ao controle exercido pelos chefes instituídos pela Funai:

É o índio que tá sentindo a espoliação de muitos civilizados, que vive possuindo a terra do índio. Agora é muito bom o que o Paresi falou, que é o índio que tem que ajudar um ao outro pra resolver os problemas. É isso que a gente vem sentindo de lá do Rio Grande do Sul, onde que tá a minha aldeia. Mas é um problema positivo que eu tou vendo que vocês querem, e é o índio que tem que se virar pra providenciar os seus problemas. É o índio que tem que ajudar um ao outro, é o índio que tem que procurar jeito, a maneira de conseguir os problemas que é bom pro índio... O índio tem direito em qualquer lugar, ainda mais na propriedade nossa. [...] onde que não existe o chefe do posto, mesmo que a gente se chama, é o índio mesmo que é cacique. Eu acho que quanto mais o índio tá se dirigindo é melhor, porque quem se dirige dentro de casa é o dono da casa, não é outro que vem dirigir o dono da casa [...] ¹³.

Nessa cena de efervescência e tensão entre indígenas e posseiros, grupos indígenas dentro da comunidade passavam a se organizar de maneira efetiva, montando conselhos de decisão que visavam ações práticas, esses, capitaneados por Xangrê. Em 1977, Xangrê foi eleito como cacique de Nonoai, em pleito realizado em 15 de outubro daquele ano, marcando a organização da comunidade em torno das reivindicações que ele, enquanto figura de destaque nos últimos anos e voz ativa e em diálogo com outras lideranças, incorporava em nome de seus representados. Xangrê, à época com

¹³ BOLETIM DO CIMI. Brasília, n. 43, dez. 1977, p. 10-11, apud LUTA INDÍGENA. Xanxerê/SC, n. 06, ago., 1978, p. 77. Armazém da Memória – Hemeroteca Indígena.

32 anos de idade, mobilizou seus pares e conquistou a condição, junto a outros mais, de porta-voz das reivindicações indígenas.

A administração do SPI e da Funai, desde 1940, escolhiam os cacicados e os legitimavam por meio do poder institucional, investindo-lhes de autoridade. Segundo Xangrê, a eleição de caciques fazia parte das lembranças de seu pai, pois todo o período da vida de Xangrê, o cacique “foi o Chefe do Posto que escolheu”.¹⁴ Para o movimento indígena naquele momento, a tomada de iniciativa pela troca de cacique certamente simbolizou a tentativa de união que propunha o novo cacique, em contraposição ao cacique Alcindo Peni Nascimento, liderança da facção derrotada na eleição e que estava menos inclinado a se opor ao ordenamento da Funai (LAROQUE, 2007, p. 53).

De acordo com Xangrê, a retomada do cacicado se apresentava como uma renovação do protagonismo do indígena na luta que deveria ser incorporada pelos próprios indígenas, afora do regramento instituído pelos órgãos indigenistas, perpassando à necessidade da conscientização, essa agora potencializada por sua legitimidade reconhecida não pelas autoridades, mas pela população indígena de Nonoai. Sobre sua eleição, Xangrê afirmava que

Nós temos que conscientizar nós mesmos os nossos irmãos índios. Também eu, também falo um pouco que o povo de Nonoai acharam que o primeiro cacique não tinha mais condições de tocar assim o serviço e deu tempo de eles nomear outro, de acordo com o desejo deles, não é serviço do Chefe do Posto. Muito índio ainda acha que não é hora que seja um novo, muito moço. Mas outros acharam que não adianta ter mais idade se não sabe os problemas dos índios, não sabe se envolver. Então foi assim que eles acharam que eu podia ser o cacique....¹⁵

¹⁴ Relatório do Encontro Micro-Regional da Pastoral Indigenista. Chapecó, 20 a 22 de novembro de 1977, apud LUTA INDÍGENA. Xanxerê/SC, n. 06, ago. 1978, p. 79. Armazém da Memória - Hemeroteca Indígena.

¹⁵ Idem, p. 79.

Outro ponto interessante ressaltado por Xangrê em sua declaração reside no fato de ele reconhecer-se enquanto jovem, “moço”, revelando a distinção de sua condição: o cacicado geralmente era ocupado não por jovens, mas por homens mais velhos e descendentes de determinados “troncos” ancestrais, que os legitimavam enquanto escolha do grupo. No caso de Xangrê, sua legitimidade, como ele próprio destacava, advinha de seu envolvimento na busca pela resolução dos problemas comunitários, enfrentando também a legitimidade do cacicado que o antecederia.

Apesar de não ser eleito pela unanimidade, visto ter concorrentes e destituir o então cacique Peni, Xangrê mostrou-se hábil em controlar oposições, unir reivindicações e evitar cisões dentro do grupo, talvez um dos grandes condicionantes para a eclosão do movimento em maio de 1978. Peni, que ocupava o cargo sob a chancela da Funai há mais de 14 anos, havia perdido apoio de boa parte dos Kaingang sobretudo no ano anterior à eleição de Xangrê, em 1976, quando liderou o embargo da colheita de soja da Granja Ressureição, a partir da qual a Funai auferia lucros com a produção, rendimentos que não eram redirecionados à comunidade indígena. Contudo, o embargo durou pouco em função das pressões sobre o então cacique, que fez um acordo com a Funai e o Serviço Nacional de Informações (SNI), acordo que não foi cumprido. A situação havia aumentado o descontentamento indígena em relação ao cacique Peni.¹⁶

Peni, contudo, não era contra a luta indígena e tampouco era opositor ao movimento indígena organizado por Xangrê, tanto que passou a compor o grupo de conselheiros do novo cacique (MARÉCHAL; NASCIMENTO, 2018). Mormente alguma discordância com Xangrê, Alcindo Peni era também liderança indígena envolvida ativamente nas reuniões do grupo. Para além do destaque atribuído a Xangrê, Nonoai contava com outros Kaingang,

¹⁶ LUTA INDÍGENA. Xanxerê/SC, n. 06, ago. 1978, p. 65. Armazém da Memória - Hemeroteca Indígena.

como os já citados Peni, Iakam, Kandete e Kagrê, que eram partidários entre si da noção da necessidade de constituir um movimento pela preservação do patrimônio indígena, pelo fim da exploração e pela expulsão dos colonos intrusos.

“A gente não aguentava mais”: a organização e a ação indígena

O precedente aberto pelo movimento de expulsão de colonos intrusados iniciado pelo cacique Kaingang Angelo Kretã em Rio das Cobras, em 1977, anunciava a possibilidade de outras áreas indígenas serem influenciadas e tomarem para si as ações de expulsão. A relação entre os caciques Kretã e Xangrê demonstrava a possibilidade de articulações entre os indígenas Kaingang para além dos limites estaduais, bem como para além de limites étnicos, tendo em vista a inclusão de indígenas Guarani da região Sul.

A partir de fevereiro de 1978, após os acontecimentos em Rio das Cobras, onde Xangrê e Kagrê haviam tomado parte dos conflitos, começaram-se as tratativas para realizar movimento de expulsão semelhante em Nonoai. De acordo com Xangrê, em entrevista ao jornal *Folha da Manhã*, “Em fevereiro nos reunimos pela primeira vez com a intenção de expulsar definitivamente os intrusos. Cada vez nos apertavam mais. Estavam nos espremendo dentro de nossas terras. A gente não aguentava mais”.¹⁷ O relato de Xangrê exaltava a saturação da situação da intrusão em seu ápice. Estima-se que, às vésperas do conflito, a população de intrusos residentes nas terras da área indígena passasse de dez mil pessoas, em franco avanço sobre mais extensões de terra, as quais eram vendidas entre os colonos sem que houvesse qualquer documentação legal; os indígenas, entre Kaingang e Guarani, somavam cerca de três mil pessoas, reduzidas à menor porção de terra disponível (CASTRO, 2011, p. 122).

¹⁷ FOLHA DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 23 maio, 1978, apud LUTA INDÍGENA. Xanxerê/SC, n. 06, ago., 1978, p. 102. Armazém da Memória – Hemeroteca Indígena.

De acordo com Castro (2011, p. 118), a estratégia indígena encabeçada por Xangrê para evitar uma forte repressão do Exército, consistiu em dar o aviso acerca dos fatos que ocorreriam na reserva, ainda no mês de abril de 1978, um mês antes da revolta. Sob as ordens e representando Xangrê, Amândio Vergueiro Kagrê, deslocou-se até o Quartel do Exército de Santo Ângelo/RS, afim de comunicar ao general José Eduardo Lopes Teixeira, no sentido de garantir a não-oposição militar à expulsão dos intrusos de Nonoai. Com a anuência do oficial – sob a condição de ser avisado pelo menos 24 horas antes do início da revolta –, a semana inicial do mês de maio foi escolhida para desfechar a ação de expulsão dos milhares de intrusos da área.

O apoio para a realização das operações talvez fosse ao encontro da intenção de impor certo controle à situação, em razão dos temores em relação a uma repetição do que ocorrera em Rio das Cobras. Com a garantia da não-intervenção pelos militares, Xangrê acionou seus aliados indígenas Kaingang e Guarani de outras áreas do Sul, convocando-os para a luta em Nonoai. Sob a orientação de Xangrê, a organização indígena em Nonoai tomou nova forma, visando o aumento de ações de cunho prático em favor da expulsão de intrusos da área. Cerca de vinte dias antes do começo das ações, em Xanxerê, apoios já haviam sido ajustados e acordos de cooperação entre indígenas Kaingang e Guarani da região Sul (CASTRO, 2011, p. 122). O cacique Ângelo Kretã atendeu à convocação para a retirada dos intrusos, destacando-se com indígenas de Mangueirinha e Palmas/PR para o Rio Grande do Sul.

Os primeiros dias de maio foram escolhidos para dar início ao movimento coordenado de expulsão. Como ressaltou Xangrê no excerto da entrevista, uma das primeiras ações empreendidas foi a da queima das escolas não-indígenas instaladas na área, na madrugada do dia 04 de maio de 1978. Desde o início das intrusões, sete escolas haviam sido instaladas para os filhos e filhas dos posseiros com a anuência da Funai, sendo três delas supridas pela

Prefeitura Municipal de Planalto, município limítrofe à área indígena.¹⁸

Queimar as escolas assumia a simbologia da negação à situação de subjugação, da contrariedade total à legitimidade que os governos estaduais e municipais haviam legado aos ocupantes ilegítimos daquelas terras. A ação, por si só, constituía-se em um aviso prévio, confirmando os boatos que anteviam que os indígenas estavam organizados em prol de um movimento de expulsão. Simonian sugere que o incêndio às escolas era parte de uma decisão planejada pelos indígenas, pois aquelas constituíam-se em “um mecanismo retentor dos posseiros na Reserva” (1981, p. 177).

Em Nonoai, no dia seguinte à queima das escolas, os indígenas armaram-se com o que dispunham, como arcos e flechas, lanças, bordunas, facas, facões e algumas armas de fogo que haviam conseguido com posseiros, tendo em vista a proibição – válida apenas para os indígenas, não para os posseiros – de andarem armados dentro da área. Em grupos numerosos, aos poucos, em contato com os posseiros, era dado o ultimato da saída: 24 horas era o período para a desocupação da terra sem conflito. No dia seguinte, os grupos retornavam ao contato com os colonos, deflagrando a operação da expulsão dos que haviam permanecido, sem respeitar o prazo.

As primeiras casas invadidas foram as da aldeia de Bananeiras e arredores, junto a estrada entre Nonoai e Planalto. Por meio das “visitas” às casas dos posseiros remanescentes os indígenas pressionavam pela saída sob ameaça e coerção, valendo-se da intimidação como principal arma de ataque, impedindo que os colonos levassem animais ou que colhessem o que haviam plantado até então (CASTRO, 2011, p. 94).

A partir do dia 08 de maio a situação tomou novos rumos. Houve a intervenção da Brigada Militar destacada de Passo

¹⁸ LUTA INDÍGENA. Xanxerê/SC, n. 06, ago., 1978, p. 94. Armazém da Memória - Hemeroteca Indígena.

Fundo/RS para a controlar a ação indígena, entretanto, sem reprimir ou conseguir proibir sua agência. Frente à impossibilidade de contensão indígena, a Brigada e a Funai foram orientadas pelas autoridades a prover o auxílio aos indígenas na retirada dos colonos da área. Inicialmente, os posseiros passaram a se abrigar em salões paroquiais da região, em matos ou em moradias improvisadas ao longo de estradas.

No dia 12 de maio, ao cabo de uma semana de conflito, em tratativas entre Xangrê, o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, o general José Teixeira Lopes, de Santo Ângelo e o comandante da Brigada Militar de Passo Fundo, Aldo Danesi, decidia-se por um acordo de cessação de conflito entre indígenas e colonos. Ficava acertado que os colonos seriam removidos da área, firmando-se o compromisso do Governo Federal em garantir-lhes assistência médica, alimentar e, assim que possível, a resolução para o problema fundiário¹⁹. As resoluções em prol do reassentamento, como a abertura de terras para ocupação no norte do Mato Grosso, seriam efetivadas apenas no ano seguinte, ainda assim sem contemplar a grande massa de colonos expulsos.

Durante o conflito, casos de violência foram registrados por parte de ambos os sujeitos sociais, tanto colonos quanto indígenas. Logo nos primeiros dias de ação, em uma das visitas para pressionar a expulsão de posseiros, o indígena Avelino Pedroso foi agredido e esfaqueado por um colono, tendo de ser levado às pressas para Passo Fundo por seus companheiros²⁰. Na ação foram feridos ainda os não-indígenas Ildo Volp e Atílio Vieira²¹.

Mormente o movimento houvesse chegado ao fim e a expulsão apenas se desse por meio da intermediação da Funai e do Exército, a tensão manteve-se entre indígenas e colonos, ocorrendo

¹⁹ LUTA INDÍGENA. Xanxerê/SC, n. 06, ago., 1978, p. 99. Armazém da Memória - Hemeroteca Indígena.

²⁰ JORNAL DO BRASIL. *Conflito entre kaikangues e posseiros agrava-se e um índio é ferido*. Rio de Janeiro, n. 32, 10 maio 1978, p. 12. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²¹ BRASIL. SNI. *Reserva Indígena de Nonoai/RS*. Brasília, 15 jun. 1978. Arquivo Nacional. Fundo SNI.

episódios de conflito posteriores, tendo em vista a continuidade de muitas famílias de posseiros na área. No restante do ano de 1978, ainda ocorreria agressões ao indígena Manoel Martin, ferido a facadas por um posseiro de Taquaraçuzinho enquanto colhia milho.²²

As ações de expulsão diligenciadas pelos indígenas também mantiveram-se, como no caso da “visita” ao posseiro Adão José da Silva, conhecido como Adão Vacariano, que recusou-se a sair das terras que invadira em Lageado Guarani, disparando sobre os indígenas e sendo morto na sequência²³. Vacariano, de acordo com Castro (2011, p. 122), era líder de outras trinta famílias de intrusos resistentes, e sua atitude os encorajava a permanecerem nas terras indígenas e enfrentar seus legítimos ocupantes tradicionais. Após a morte de Vacariano, houve, entre os intrusos, desmobilização e perda de perspectiva frente aos acontecimentos e possibilidades de alcançar a legitimidade da propriedade da terra naquela área, afastando muitos dos que continuavam intrusados.

De acordo com o jornal *Zero Hora*²⁴, a estratégia adotada por Xangrê ao longo de seu cacicado impediu que houvesse pressões sobre ele próprio afim de demovê-lo a desarticular o movimento. Apesar de líder, o cacique não era responsável por todas as ações, muito embora fosse seu articulador. A aspiração do movimento de expulsão e a necessidade da retomada indígena sobre suas terras havia se apossado da comunidade como única maneira de chegar a uma resolução material para a situação enfrentada em Nonoi. Dessa forma, sob a liderança de Xangrê, a ideia da expulsão como saída viável estava acima das ordens do cacique.

²² JORNAL DO BRASIL. *Índio vai buscar milho e é ferido*. Rio de Janeiro, n. 120, 06 ago. 1978, p. 36. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²³ JORNAL DO BRASIL. *Posseiro é morto em ataque*. Rio de Janeiro, n. 215, 09 nov. 1978, p. 08. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁴ ZERO HORA. Porto Alegre, 13 de maio 1978, apud LUTA INDÍGENA. Xanxerê/SC, n. 06, ago. 1978, p. 97. Armazém da Memória - Hemeroteca Indígena.

“Eu não deixava a Funai torcer meu braço”: o pós-conflito, os desdobramentos e as articulações

A organização indígena em torno dos eventos de maio de 1978 foi, sem dúvida um marco no movimento indígena nacional. As ações, de imediato, provocaram reações em outras áreas indígenas dos estados do Sul, em especial nas áreas de Cacique Doble e Ligeiro, ainda em 1978, também no Rio Grande do Sul, logo após os eventos em Nonoai (CASTRO, 2011, p. 136). O movimento indígena regional saía fortalecido em termos de organização e de coesão para além das fronteiras das áreas indígenas demarcadas.

Contudo, em termos de lideranças indígenas, o protagonismo experimentado por algumas resultaria em finais trágicos. Lideranças indígenas sulinas como Ângelo Kretã e Ângelo Pankakaré, viriam a falecer logo na sequência dos primeiros movimentos, em crimes mais tarde reconhecidos como premeditados. Xangrê, nesse contexto, enfrentou uma série de pressões que o forçaram a deixar o cacicado, que seria assumido, a partir de 1979, por um de seus capitães de polícia da área indígena, o Kaingang José Orestes do Nascimento, conhecido como José Lopes, que, ao tempo dessa pesquisa, ainda se mantém na condição de cacique de Nonoai.

Após o conflito, Xangrê manteve-se partícipe do movimento indígena, seguindo a linha dos debates e estabelecimento de diálogos enquanto representante de Nonoai. Ainda em 1978, no comando de Nonoai, a oposição de Xangrê ao projeto de “emancipação indígena” teve repercussão nacional, sendo seu posicionamento seguido por outras lideranças. Havia a previsão de colocar-se um projeto de lei nesse sentido, que previa dois tipos de emancipação: a gradual e a individual. No primeiro caso, a comunidade indígena receberia da União a posse e o domínio de suas terras mas só poderia negocia-las após um período de carência de dez anos; no segundo caso, a doação

dependeria da situação do beneficiado, que poderia ou não desenvolver atividades agrícolas.²⁵

Para Xangrê, qualquer tentativa, naquele momento, de querer “emancipar” os indígenas redundaria em exploração comercial das terras indígenas:

Acho que o que inspira esse projeto é o comércio, a exploração da vida do índio. Estou enxergando o que vai acontecer, se o governo dividir as terras entre os índios vem um fazendeiro pare comprar as terras e o índio, que não conhece dinheiro, vende por qualquer troquinho. [...]. Se o presidente acha que a gente não está reclamando, a gente vai a Brasília e enche o palácio dele de índio.²⁶

Contudo, seu protagonismo legou a si não apenas a popularidade e o reconhecimento de seus pares, mas também a visão de que ele, enquanto peça chave do movimento indígena no estado e na região Sul, era perigoso, principalmente aos olhos das autoridades. Pouco a pouco, Xangrê passava a propor a necessidade de uma “aliança pela terra”, a partir da qual indígenas e posseiros não deveriam mais compor dois lados de uma luta pela terra, mas sim estarem lado a lado na luta contra o verdadeiro inimigo: o latifúndio, a grande concentração de terra. Em entrevista, Xangrê afirmava que “O certo é tomar as terras de latifundiários que não fazem nada com a terra”.²⁷

Entrevistado pelo jornal *Porantim*, em 1980, Xangrê afirmava que se encontrava fora da área indígena de Nonoai em razão de ameaças advindas da própria Funai, essas que o haviam pressionado à saída do cacicado, pois, segundo o líder indígena, “eu não deixava a Funai torcer meu braço”²⁸, em alusão às tentativas do órgão de se

²⁵ JORNAL DO BRASIL. *Geisel vai analisar emancipação indígena*. Rio de Janeiro, n. 32, 10 maio 1978, p. 12. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. *Índios falam; contra o governo*. São Paulo, 09 nov. 1978, p. 24. Acervo do Estadão.

²⁷ PORANTIM. *Dois anos após Nonoai*. Manaus/AM, jun-jul. 1980, p. 09. Acervo Instituto Socioambiental.

²⁸ Idem.

impor sobre o ordenamento indígena. Em comparação aos períodos de luta a frente do movimento indígena na década de 1970 e primeira metade da década de 1980, Xangrê afastou-se do cenário das disputas e coordenação indígena após o período da redemocratização do país. Em entrevista ao jornal *Zero Hora*²⁹, em 1998, o ex-cacique distante de Nonoai afirmava que as perseguições sobre ele nunca haviam cessado, o que o obrigava a viver no isolamento³⁰:

[...] nesse período a Constituição dos brancos reconheceu o nosso direito às terras que o Estado tinha nos tomado. As pessoas ficaram com medo que eu fosse liderar uma nova guerra contra os colonos. [...].

Estou sendo perseguido por todos os lados. Os brancos temem a repetição de 1978, quando os tiramos à força de nossas terras. Os funcionários da Funai têm medo de perder o controle da situação, como naquela época. E alguns líderes indígenas, porque sabem que não estão representando os interesses dos índios nessa briga.

Considerações finais

O protagonismo Kaingang de Xangrê foi marcante na região Sul do Brasil durante as décadas de 1970 e 1980. Sua projeção enquanto líder e agregador de seus pares foi fator preponderante para a organização do movimento de expulsão dos colonos intrusos na área indígena de Nonoai, bem como nas demais do restante da região norte do estado. Xangrê, em que pese tenha se retirado do cenário da luta indígena, revelou a potencialidade da organização do movimento e se mantém como um dos protagonistas indígenas de maior relevância do século XX na região Sul do Brasil, protagonismo esse que ainda pode embasar trabalhos mais aprofundados e de maior fôlego em torno de seus desdobramentos e contribuições à luta indígena.

²⁹ ZERO HORA. *O líder escondido*. Porto Alegre, 17 set. 1998. Acervo Instituto Socioambiental.

³⁰ Idem.

A organização indígena daquele período, ainda que em um caráter inicial, mas nem por isso menos articulada, incentivou movimentos posteriores de contestação da situação indígena dentro de suas próprias terras, gerando um cenário de luta por direitos e respeito pela integralidade de suas terras. O período posterior à revolta foi marcado por reivindicações fundiárias por parte dos indígenas, resultando em conflitos com outros setores da sociedade. A revolta liderada por Xangrê incentivou novas lutas, novas demandas e novas formas de organização indígena.

Fontes

BRASIL. SNI. *Reserva Indígena de Nonoai/RS*. Brasília, 15 jun. 1978. Arquivo Nacional. Fundo SNI.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, 1975 (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 1976 (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 1978 (Acervo Estadão).

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 1978 (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

LUTA INDÍGENA. Xanxerê, 1978 (Armazém da Memória – Hemeroteca Indígena).

O NACIONAL, Passo Fundo, 1978 (Acervo Arquivo Histórico Regional).

PORANTIM, Manaus, 1980 (Armazém da Memória – Hemeroteca Indígena).

ZERO HORA. Porto Alegre 1998 (Acervo Instituto Socioambiental).

Referências

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. As Assembléias indígenas - o advento do Movimento Indígena no Brasil. *OP SIS*, Catalão, v. 10, n. 1, jan-jun 2010, p. 91-114. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9553>>. Acesso em: 11 maio 2019.

CASTRO, Paulo Afonso de Souza. *Angelo Cretã e a retomada das terras indígenas no Sul do Brasil*. 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. De coadjuvantes a protagonistas: seguindo o rastro de algumas lideranças Kaingang no sul do Brasil. *História Unisinos*, São Leopoldo, Unisinos, vol. 9, n. 1, jan-abr., 2005, p. 49-59. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6408>>. Acesso em: 11 maio 2019.

MARÉCHAL, Clémentine; NASCIMENTO, Iracema Gá Teh. Alcindo Peni Nascimento e sua ação política nas T.I Nonoai/RS e Manguerinha/PR. *Anais da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.evento.abant.org.br/rba/31RBA/files/1541170616_ARQUIVO_Marechal-Nascimento-trabalhocompleto.pdf>. Acesso em: 11 maio 2019.

SIMONIAN, Ligia Teresinha Lopes. *Terra de posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas*. 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. *Conflitos agrários no norte gaúcho: Master, indígenas e camponeses*. Porto Alegre: EST Edições, v.1, 2007.

Luta indígena pela terra no norte do Rio Grande do Sul – caso de Iraí / Rio do Mel (década de 1980)

Alana da Silva Follador ¹

Introdução

O presente trabalho analisa o relatório antropológico de identificação da área indígena de Iraí. Partindo de uma retomada histórica da migração indígena para região norte do Rio Grande do Sul entre o século XVI ao século XVIII e das políticas indigenistas do século, XIX e XX, busca-se compreender os principais elementos que se destacam ao longo do relatório como legitimadores da demanda por território dos Kaingang de Iraí Rio do Mel².

A área indígena dos Kaingang de Iraí, localiza-se à margem esquerda do Rio do Mel, próximo ao Balneário Oswaldo Cruz de águas termais, a 200 metros do município de Iraí. Em 1984, quando a demanda foi realizada os indígenas possuíam 1ha de terra, onde habitavam 98 pessoas. A reivindicação dos indígenas kaingang trata-se de um território de 275ha a 362,4 hectares de terra localizado no território que compõe o Parque Florestal de Iraí.

Destaca-se que no Rio Grande do Sul do século XVI ao século XIX a ocupação territorial era quase que exclusivamente de indígenas e que devido à necessidade do fortalecimento das

Acadêmica do Curso de História da Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, Brasil.

² Iraí nome indígena significa rio do mel ou água do mel.

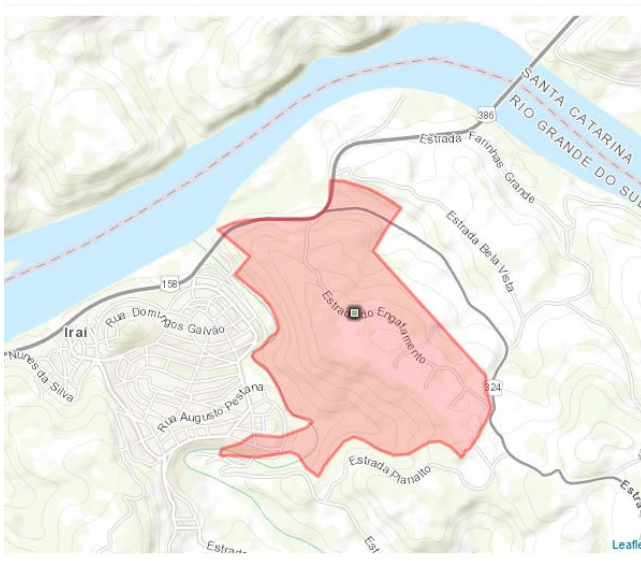
fronteiras, e também necessidades sociais e econômicas do país a ocupação territorial da região sul se fez necessária. A partir do século XIX, o processo de colonização da região Sul leva a criação de políticas de contenção aos ataques de indígenas que sofriam com a expropriação de terras, os chamados Aldeamentos Indígenas. Foram criados no norte do Rio Grande do Sul três aldeamentos, Guarita, Campo do Meio e Nonoai.

Essas medidas de contenção e agrupamento se estenderam ao século XX com os chamados Toldos Indígenas, que tinham como principal objetivo conter o maior número de índios no menor território possível para que assim a expansão agrária e desenvolvimento econômico do estado fossem possíveis. Os toldos indígenas foram criados próximos aos antigos aldeamentos do século XIX, ao todo foram criados 11 toldos indígenas.

Ao longo de todo esse processo de aldeamentos, indígenas liderados pelo cacique Nonoai procuraram refúgio na localidade de Iraí, território já conhecido por eles como de águas medicinais, a busca por essa localidade se intensifica principalmente quando aumenta a intrusão por não-índios em terras demarcadas. Iraí permaneceu sem a presença não-indígena até meados da década de 1930, contudo quando o processo de expansão e ocupação chega na localidade, muitos indígenas foram obrigados a sair, mas continuavam circulando pela região.

Para o desenvolvimento dessa análise foi usado como fontes o relatório antropológico de identificação da área indígena dos Kaingang de Iraí e a leitura de documentos a respeito das políticas indígenas e do processo de colonização, além de diversos autores referência sobre a temática indígena, fundiária e migratória.

Importante ressaltar que a demanda dos Kaingang de Iraí se destaca das demais reivindicações territoriais como a demanda do Rio da Várzea, por ter sido realizada anterior a constituição de 1988, que reconhece os povos indígenas do Brasil e garante o direito a terra definidas como de ocupação tradicional. Assim salientando a relevância dos movimentos indígenas que antecedem a constituinte.



Mapa em destaque área da demarcação da terra indígena de Iraí Rio do Mel, declarada em 1992.

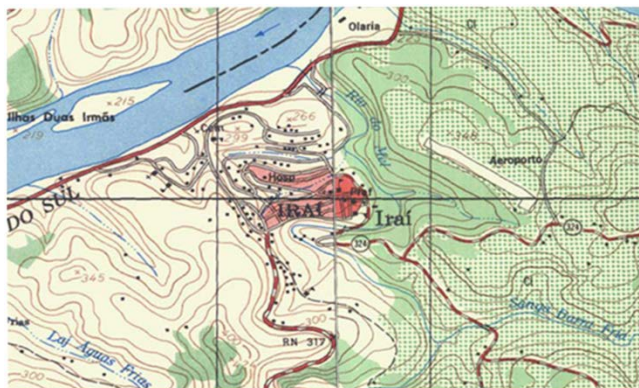
Fonte: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3713>

A área indígena Kaingang Iraí Rio do Mel

A área indígena dos Kaingang de Iraí, localiza-se à margem esquerda do Rio do Mel, na proximidade do Balneário Oswaldo Cruz de águas termais, a 200 metros do município de Iraí. No relatório analisado destaca que a reivindicação se deve a necessidade de sobrevivência do grupo, para que assim seja possível a criação de uma área para plantio e subsistência do mesmo, além da relação histórica cultural com o local.

O grupo era composto por 25 famílias indígenas, tendo no total 98 indígenas em uma área de um hectare. Deste total, 64 são nascidos no próprio toldo de Iraí descendentes, filhos e netos das primeiras famílias que se fixaram na região nas décadas de 1930, 40 e 50. Sete das famílias presentes migraram do aldeamento da Guarita e os demais do aldeamento de Nonoai, por volta de 1940 quando o estado expulsou indígenas para a criação da Reserva Florestal de Nonoai. Iraí durante o período colonial pertencia ao

aldeamento de Nonoai, assim demarcado pelo governo provincial em 1856. Posteriormente em 1910, com o grande processo de colonização, os aldeamentos do século XIX são reduzidos e “reservase” 75 hectares de terra por família indígena.



Fonte: BRASIL. Ministério do Exército. Diretoria de Serviço Geográfico. *Carta topográfica de Iraí/RS e Palmitos/RS*, 1979, fl. SG.22-Y-C-II-1 e SG.22-Y-C-II-2. Adaptação da autora

Contudo Iraí era nesse período um local de difícil acesso não havia conhecimento sobre a localidade, assim aos indígenas ali presente não foi “reservado” pedaço de terras. Esse isolamento manteve-se até a década de 1930. E A presença de colonos na região se fez mais presente a partir de 1932. O relatório destaca que a área de ocupação indígena é imemorial, devido ao pertencimento a Nonoai, destaca-se ainda que durante o SPI, ocorreu diversas tentativas de remoção da comunidade kaingang do local, porém os kaingang sempre resistiram, devido ao profundo significado religioso e o seu contexto socio-cultural.

Importante destacar que as terras reivindicadas pertenciam a Reserva Florestal do Município de Iraí, onde se tem presente um Balneário Municipal de água mineral. A exploração turística desta área é a principal fonte de renda do município, que também utiliza a presença indígena e o seu artesanato como atração turista. Também se ressalta que uma pequena parcela do território

indígenas presentes em florestas de araucária do Brasil Meridional. (TEDESCO; VANIN, 2017 p. 39).

Desde a chegada dos primeiros exploradores na América no período de XVI até o século XVIII, os kaingang teriam vivido praticamente isolados. Permanecendo em áreas elevadas próximas a rios, córregos e matas de araucária, tendo como a caça, coleta e a agricultura incipiente como meio de subsistência.

O século XIX traz consigo duas interferências na organização do território em sua maioria ocupado por kaingang na região sul, em especial no norte do estado do Rio Grande do Sul, o início da colonização alemã e italiana. Assim gerando a migração forçada de kaingang para áreas ainda não ocupadas pelo processo de colonização.

O processo e aldeamentos do século XIX no norte do Rio Grande do Sul

A partir do início da colonização em 1824 a presença kaingang se faz cada vez mais visível e se torna um empecilho para a instalação de imigrantes. Durante o período da revolta farroupilha (1835-1844), a colonização é suspensa e só é retomada em 1844, quando a meta oficial da província volta ser a imigração. Porém devido instabilidade política, orçamento deficitário e a ineficiência na demarcação, os próprios colonos começam a adentrar localidades causando o aumento de conflitos.

Para garantir a integridade dos núcleos coloniais, são criadas as políticas de aldeamentos. Os aldeamentos se trataram de políticas de contenção das populações nativas em certas áreas, com o apoio dos padres jesuítas que tinham como missão catequizá-los e auxiliar no processo de “civilização” desses povos através da agricultura. Dava-se a menor quantidade de terra possível para o maior número de indígenas. Assim possibilitando a liberação de terras “devolutas”. Essa ação colonizadora que tinha como objetivo tirar os “coroados” do mato, resultou nos aldeamentos de Nonoai, Guarita e Campo do Meio.

Em 1845 com o objetivo de constituir um novo caminho que levava as missões jesuíticas, o presidente da província de São Paulo solicitou a criação de uma nova rota. Francisco Ferreira da Rocha Loures, encontrou uma passagem que ia da província do Paraná passando pelo passo do rio Goio-in, chegando à Província de São Pedro. No local onde se constitui a nova rota havia grande presença de indígenas kaingang que desde o século XVIII refugiaram-se no norte do Rio Grande do Sul.

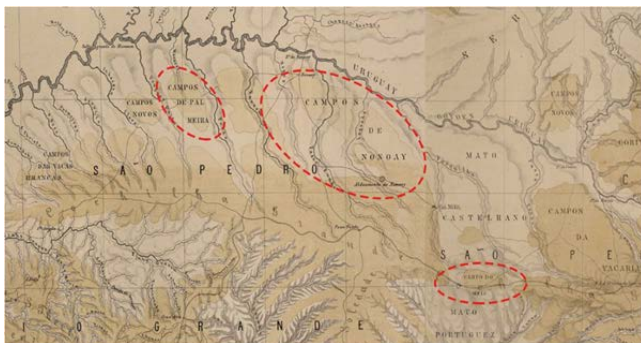
Contou-se com o auxílio de padres jesuítas para a criação de um aldeamento na localidade, assim realizado uma mediação entre líderes kaingang, permitindo a passagem da estrada e contando com o auxílio dos mesmos para a construção.

O Aldeamento de Nonoai, foi o primeiro a ser criado na nova política de contenção de indígenas, com o apoio do padre jesuíta Antônio Almeida Leite Penteado, o Padre Penteado, fazendo a mediação entre governo e indígenas, conquistou o apoio de mais de 400 kaingang da região norte do estado para a construção de um aldeamento, permitindo assim a passagem de tropeiros e a imigração pela região.

O aldeamento de Guarita surgiu em 1848 no extremo norte da província do Rio Grande do Sul, próximo ao aldeamento de Nonoai. Tendo o cacique Fongue sua principal liderança, Guarita se diferenciava dos demais aldeamentos, pois havia uma relação amistosa entre índios e não-índios, sendo a extração de erva-mate a principal função realizada pelos indígenas ali aldeados. Em virtude do processo de centralização em um único aldeamento, no aldeamento de Nonoai, toda a população de Guarita em 1854 havia sido transferida.

Entre 1848 e 1852 houve uma tentativa de criação de um aldeamento em Campo do Meio. Foi um aldeamento de curta duração, na localidade de um toldo indígena já existente. Havia diversas dificuldades em fixar um aldeamento em Campo Meio, a desconfiança por parte dos indígenas sobre os motivos que levavam o governo os proteger, a impossibilidade em manter a mobilidade

territorial limitando somente um espaço ao indígena e os conflitos entre lideranças cacicais foram determinantes para o seu fim.



Detalhe do “Mapa da Província de Santa Catarina do Império do Brasil”, por Woldemar Schultz, 1863. Nas áreas em destaque as localidades que possuíam aldeamentos na região, inclusive a localização de uma das aldeias do aldeamento de Nonoai e Campo do Meio. Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <https://goo.gl/rCVfuY>. Acessado em 03/12/2018 .

Importante destacar a relevância dos caciques para a criação dos aldeamentos. Durante o período da criação dos aldeamentos da região norte destaca-se a presença de grandes lideranças como Nonoai, Fongue, Doble e Braga. Lideranças que à medida que a mobilidade territorial se vê comprometida, veem a necessidade de aldear, contanto é importante lembrar que mesmo com a lideranças indicando a necessidade de se fixar, muitos kaingang continuaram circulando dentro da região norte.

O processo de aldeamento no século XX

Após a proclamação da República durante as duas primeiras décadas, novamente os indígenas da região norte do Rio Grande do Sul, se vem em um quadro de instabilidade de seus assentamentos. Intensifica-se o processo de colonização na região norte com as empresas colonizadoras. Estas empresas em parceria com o estado, exigem que houvesse uma forma mais efetiva de controle dos indígenas da localidade, assim evitando conflitos com colonos da região permitindo o desenvolvimento rural e econômico do estado.

Num primeiro momento foram criados reservas florestais próximos aos aldeamentos, numa tentativa de impedir a ação de madeireiras e de agentes do SPI que se aproveitavam dessas localidades, porém essas áreas acabaram também sendo ocupadas por sem-terra. Posteriormente essas áreas de instrução e apossamento foram legítimas pelo governo aos seus "invasores", principalmente durante o governo de Leonel Brizola, com o então chamando processo de reforma agrária.

Brizola afirmava ter muita terra para pouco índio. Em 1968, mesmo que todas áreas indígenas do Rio Grande do Sul estivessem sob a direção da FUNAI, não foi possível resistir ao intenso processo e intrusão em áreas indígenas e reservas florestais. Necessário enfatizar, que tanto no século XIX, quanto no século XX, indígenas kaingang, demonstravam sua insatisfação com as medidas adotadas pelo governo, além de solicitar junto aos seus representantes que se seguisse as demarcações territoriais.

Apresenta-se relatos por parte dos padres jesuítas no século XIX exigindo medidas da província para evita-se as intrusões. Essa defesa por parte dos jesuítas aos kaingang foi um fator de relevância para a sua não mais participação na tentativa de "civilizar" os índios.

Foi necessário que em 1978 que os próprios índios de Nonoai tomassem iniciativa para expulsar os não-índios de suas terras para que fosse possível desintrusar o seu território. Neste ano foi feita a expulsão de colonos por parte dos indígenas da região ateando-se fogo na escola construída para os não-índios na área de ocupação tradicional. Esse ato emblemático teve o apoio de movimentos simpatizantes às causas indígenas, intelectuais da época e da Igreja Católica.

O aldeamento de Nonoai e as "águas do Rio do Mel"

A Lei de Terras de 1850 determinava a criação de aldeamentos para os indígenas com a quantidade de terras que possibilitasse a continuidade do seu modo de vida com fartura de caça, coleta e

pesca. Como destacado anteriormente a lei número 601 de 18 do novembro de 1850 com o apoio dos padres jesuítas cria-se aldeamentos para que a maior parte do território já estivesse “livre” para a colonização assim agrupando os indígenas em determinados aldeamentos.

O aldeamento de Nonoai, como evidenciado anteriormente, foi demarcado por determinação do governo provincial ainda em 1856, pelo engenheiro Francisco Rave. A área demarcada era de cerca de 10 léguas em quatro tendo como limites no norte o Rio Uruguai; ao leste o rio Passo Fundo; a oeste o Rio da Várzea e ao sul o Campos de Sarandi. Em 1879 começa a ocorrer a primeira redução do território indígena de Nonoai com a criação da Freguesia de Nonoai.

Consegue se observar através dos relatos feitos por o diretor Tibúrcio Alves de Siqueira fortes em correspondência dirigida a província ao presidente da província Felisberto Pereira da Silva em 1879 que a área indígena de Nonoai estava prejudicando os índios ali presentes.

“Tendo eu já comunicado vossa excelência a respeito da mediação do roxo de da Freguesia de Nonoai, que é bastante prejudicial aos Campos dos índios, e já se estando efetuado essa medição prejudicando bastante os campos ali destinado aos índios, e não tendo ela seguido as fórmulas exigidas pela lei, que sendo e o diretor não fui intimado como deveria ser: fazendo esta medição grande agitação nos índios, fazendo com que possa haver algum conflito entre índios e o povo, com quanto acham-se se os índios com disposição de retirar-se para as matas porque dizem eles que nem aqueles Campos que pelo governo lhe foram dados tinham garantia. E o quanto tenha a levar ao conhecimento da vossa excelência para os fins convenientes”

Em virtude desta diminuição do território indígena muitos índios dirigiam-se para oeste retornando a seus antigos aldeamentos entre eles o grupo do cacique Nonoai, filho do velho pai Nonoai.

Próximo ao atual aldeamento de Iraí localizava-se duas aldeias deste período de migração, uma na margem catarinense acima de Barra do Lageado das Farinhas próximo a área de Ilha Redonda outra na Barra do Rio da Várzea. Importante destacar que os próprios índios de Nonoai apresentaram aos não-índios a localidade de Iraí.

Os primeiros relatos da localidade são de 1893, durante o período da Revolução Federalista, alguns documentos de uma excursão pela localidade destaca a presença de 200 pessoas que haviam migrado para Santa Catarina e entre eles estando presente o cacique Nonoai que doente construiu moradia as margens da barra de Iraí, arroio do mel procurando tratamento nas águas termais das fontes que atualmente servem aos engarrafamentos de águas de Iraí.

O laudo ainda destaca que o restante daquele território indígena inclusive as águas termais ficariam por ainda mais 20 anos como habitat dos índios de Nonoai e Guarita, esses também descendentes dos primeiros kaingang do início do século XVIII que expulsaram os guaranis da região.

Somente a partir de 1917 que a localidade de Iraí começa a ser explorada. O doutor Antônio Vila Nova foi enviado para localidade sobre a direção de Frederico Westphalen para assim possibilitar e desbravar as matas em torno da fonte termal e começar a construção de uma rodovia que ligasse a água do mel a Palmeira das Missões com a estação férrea de Santa Bárbara.

Em 1819 é construído o primeiro hotel próximo as fontes, em 1829 chega a rodovia estadual até o povoado, em março de 1930 e criado a coletoria estadual, mas foi somente em 1933 pelo decreto nº 5368 que Iraí constitui município. Porém ressalta-se que somente a partir de 1932 se deu a entrada significativas de colonos na região quando se deu então a construção de uma paróquia em 1935.

Importante ressaltar que os índios nunca abandonaram totalmente aquelas terras continuando utilizar o território para caça, coleta e pesca até enquanto o avanço da colonização permitia. A

partir da década de 1930 instalou-se definitivamente no local um aldeamento para cumprimento da tradição religiosa kaingang.

Entre as fontes apresentadas no laudo destaca-se a memória oral dos primeiros habitantes “civilizados” da localidade de Iraí. Destaca-se através da oralidade de não-índios a existência de indígenas na localidade do antigo hotel balneário, e todos que ali moravam diziam sempre existir indígenas, porém eles não “incomodavam”, pois ficavam do outro lado do rio do mel.

A oralidade também está presente dentro do aldeamento, que transmite lendas e outros pontos da cultura indígena, ressalta que a escolha da localidade de Iraí deve-se à necessidade de assegurar as águas e a ligação desse território com os seus antepassados, presente em lendas sobre a localidade.

Salienta e confirma a presença kaingang na região as propagandas utilizadas pela própria governo municipal de Iraí para divulgar o Rio do Mel, além de cartões postais que constam artesanatos indígenas.

Aspectos sócio-culturais dos kaingang de Iraí Rio do Mel elementos legitimadores da demanda.

A comunidade kaingang de Iraí ao logo das décadas de 1950 a 1980 sobreviveu sem o auxílio da FUNAI. Quando o grupo era pequeno e composto por adultos ele era tolerado pelos órgãos municipais e pelos habitantes de Iraí que viam de forma positiva a atração turística que a presença do mesmo gerava. Contudo ao longo dos anos a população do aldeamento foi crescendo sendo e cerca de metade da população tinha menos de 14 anos até 1984. Devido ao crescimento do grupo, diversas vezes o município forçou a migração desses indígenas para outras áreas.

A maior parte dos moradores de Iraí sobrevivia da venda de artesanato, pois não havia terra para plantio. Ao longo das últimas décadas do século XX, os mais jovens se retiram do aldeamento procurando outros aldeamentos onde a subsistência seja melhor.

Apesar da atração gerada pelos indígenas, o município fornece pouca ajuda aos kaingang, algumas vezes a prefeitura forneceu alimentos e agasalhos; ocorrendo bastante discriminação dos indígenas. Em 1983 e 1984 a defesa civil auxiliou os indígenas de Iraí repassando agasalhos, alimentos, medicamentos e material para construção de novas casas após duas enchentes.

A prefeitura de Iraí proibiu a ampliação de alguns metros para o plantio por parte dos kaingang e ao longo dos últimos anos da década de 1970 muitos dos não-indios que habitam a terra sob regime de comodato foram removidos, para assim permitir uma maior preservação da localidade e a exploração do mesmo somente para o turismo.

Como destacado anteriormente cerca de 98 pessoas moram no aldeamento de Iraí sendo 25 famílias. As habitações utilizadas são precárias, assim como as questões de saúde, higiene e saneamento.

A única assistência constante ao grupo indígena de Iraí vinha sendo oferecida pelas irmãs de Notre Dame da escola Nossa Senhora do Bom Conselho, a cerca de 15 anos as irmãs procuram recursos para ajudar os indígenas na luta contra a discriminação que são tratados pelo órgão municipal. As irmãs tentaram criar horta comunitária, mas devido o terreno constantemente sofrer com enxurradas o plantio de alimentos não foi possível.

O laudo ressalta ainda que muitas vezes os homens precisam trabalhar em lavouras e fazendas da localidade, buscar trabalhos temporários em hotéis e pensões para completar ou fazer de renda.

Os kaingang de Iraí apresentaram dificuldades para manter algumas tradições milenares devido ao pouco espaço, contudo elementos característicos como a língua kaingang, além das questões da alimentação e conhecimentos sobre ervas, cantos, histórias, mitos e lendas continuam sendo preservados. Destaca-se a preservação da mata na localidade feita pelos próprios indígenas, sendo que as áreas desmatadas na região é devido a presença de não-índios.

Não foram encontrados no local do aldeamento sítios arqueológicos e nem cemitérios indígenas, contudo a relatos da

presença destes artefatos no local, que muitas vezes eram encontrados por turistas e levados embora. Na cidade de Iraí, destaca-se a presença de um colecionador que tem consigo objetos de origem Guarani encontrados na localidade, evidenciando a presença indígena e a ligação histórica da localidade com a comunidade kaingang em conflitos do passado.

Enfim de forma geral a demanda busca se justificar com elementos históricos do passado, a ligação da população do aldeamento com Nonoai e Guarita, em decorrência do processo de povoamento e aldeamento do século XIX e XX. Outro elemento destacado é a falta de auxílio por parte da FUNAI ao longo dos anos, e a necessidade de subsistência por parte do grupo, pois a quantidade de terras que possuem não possibilitava o cultivo de alimento. Ao ser atendida a demanda fatores culturais e religiosos dos kaingang de Iraí seriam preservadas além de elementos como a própria natureza da localidade que seria preservada, um dos compromissos que os povos indígenas assumem, devido ao seu conhecimento e respeito a natureza.

Conclusão

Vimos que de forma geral procurou-se analisar os principais pontos evidenciados no discurso do relatório antropológico para o reconhecimento e legitimação do território imemorial dos Kaingang de Iraí Rio do Mel no norte do estado do Rio Grande Sul. Demonstrase a importância da compreensão dos processos históricos de migração indígena dos século XVI ao XVIII, além do processo de colonização a expropriação de terras, em particular por parte do estado através de empresas colonizadoras na região de Iraí ao longo da década de 1930 durante o século XX, para a atual demanda.

Através dessa análise foi possível evidenciar como se dá a formação da argumentação indígena, construída em cima dos processos de migração forçada principalmente devido a atuação de empresas colonizadoras nas proximidades de Nonoai e Iraí no século

XX, esbulhos e expropriação também ocorridos no século XIX no todo em Nonoai. Destacando a relação histórica com os indígenas de Nonoai e Guarita, desde o processo de migração e a relação sociocultural e de subsistência com a terra.

Identifica-se o cacique Nonoai como elemento central para migração para a localidade e a luta e resistência em Iraí se deve principalmente aos elementos culturais e religiosos envoltos das Águas do Rio do Mel. Além da necessidade de subsistência por parte do grupo e no auxílio no processo de preservação de elementos naturais e culturais que os indígenas na localidade permitiriam expandir.

Enfim procurou-se trabalhar os principais fatores presentes na demanda do aldeamento de Iraí que se destaca assim como a do Rio da Várzea por ser uma reivindicação anterior a constituição contra as medidas inconstitucionais tomadas pelo Estado e Município de Iraí em particular entre as décadas de 1930 a 1950, com a demarcação de reservas florestais e o processo de colonização por empresas colonizadoras. Analisando o contexto histórico, a argumentação dos kaingang Iraí, além de diversos fatores que são evidenciados no desenvolver do relatório como elementos para a reivindicação.

A relação de indígenas com a terra é tanto cultural, quanto social e econômica, e medidas tomadas pelo Estado tornam os indígenas kaingang vítimas de um longo processo histórico. Cabe à sociedade nacional reconhecer e garantir os direitos e também as condições de permanência e sobrevivência digna desses grupos, levando em consideração todo o processo de conquista e submissão que os indígenas kaingang foram submetidos.

Referencias

EBLING, P.E.R; MANCION, J.J; FERRAREZE, A.J. *Relatório antropológico de identificação da área indígena dos kaingang de Iraí*. Porto Alegre, 1984.

TEDESCO, João Carlos (Org). *Conflitos agrários no norte do estado do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores dimensões históricas*. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

BOTH, Marcio Antônio. *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889 – 1925)*. : Palmarica, 2011.

TEDESCO, João Carlos. *Mediações em conflitos na demarcação de áreas indígenas em região de colonização no Norte do RS: dilemas e configurações*.: Passo Fundo: 2016.

A construção do outro: imigração alemã e indígenas Xokleng na colônia Hamônia/Ibirama - um passado presente

*Carlos Eduardo Bartel*¹

*Adriano Mafra*²

Introdução

O presente trabalho analisa a aproximação e os conflitos entre povos indígenas Xokleng e grupos de colonos, formados por imigrantes alemães e seus descendentes, que a partir do final do século XIX se estabeleceram na Colônia Hamônia, situada no Alto Vale do Itajaí. Os imigrantes passariam a ocupar gradativamente os territórios pelos quais transitavam os indígenas.³ Inicialmente, são abordados os conflitos interétnicos transcorridos entre colonos e indígenas a partir da formação da colônia Hansa-Hamônia, apesar dos registros apontarem que já havia um histórico de mais de meio século de conflitos entre ambos. Os embates interétnicos continuariam em dois níveis: através da violência física, levada ao extremo com a contratação de grupos de batedores do mato,

¹Doutor em História (UFRGS), Docente do Curso de Pós-Graduação em Educação do Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Ibirama/SC, Brasil. E-mail: carlos.bartel@ifc.edu.br

² Doutor em Estudos da Tradução (UFSC) em cotutela com a University of Antwerp (Bélgica). Pesquisador do Núcleo de Estudo de Processos Criativos (NUPROC/DLLE/UFSC) e Docente do Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Ibirama/SC, Brasil. E-mail: adriano.mafra@ifc.edu.br

³A pesquisa, realizada no Instituto Federal Catarinense (IFC), conta com o apoio financeiro do *Campus Ibirama/SC* e com o trabalho da bolsista Lauren De Cesaro Nunes, estudante do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.

conhecidos como bugreiros, que atuavam com o objetivo exterminar os índios, e também discursiva. Se a violência física diminuiu com a pacificação, ocorrida em 1914,⁴ as visões e estigmas que os colonos tinham dos indígenas persistiram, contudo, não se trata de apresentar aqui o discurso pelo discurso, mas sim demonstrar que “a representação não gera apenas pensamentos, mas também atos de força” (WITTMANN, 2007, p. 26). Mostra-se, assim, como essas percepções em relação aos indígenas se mantêm em uma continuidade histórica que, através do desconhecimento e do preconceito, liga os atuais habitantes da região aos primeiros colonos que se instalaram na região.

O início da colônia Hamônia e a questão indígena

Em 1897, a Sociedade Colonizadora Hanseática fundou, no Alto Vale do Itajaí (SC), uma de suas últimas colônias, a Colônia Hansa-Hamônia.⁵ À época, o referido território era pertencente ao município de Blumenau. Nesse momento, acirraram-se os conflitos e agressões recíprocas, e as ações de combate aos indígenas foram intensificadas, já que a área em questão era ocupada por povos autóctones. Conforme relatos de José Deeke, (Diretor da Colônia entre 1909 e 1929), em 1897, o Governo provincial decidiu tomar medidas mais enérgicas, pois nessa época se repetia a ameaça dos bugres, prenunciando o iminente ataque à colônia. Para isso, foram organizadas “companhias de Batedores do Mato, tanto em Blumenau como também em outras zonas coloniais” (DEEKE, 1995, p. 220).⁶

⁴ Nesse ano, pela primeira vez, ocorreu um contato amistoso e pacífico entre índios Xokleng e representantes do Serviço de Proteção aos Índios, encontro denominado popularmente “pacificação”.

⁵ Faziam parte da colônia recém instalada os territórios dos atuais municípios de Dona Emma, Ibirama, José Boiteux, Presidente Getúlio e Witmarsum.

⁶ Utilizamos nesse estudo referências diversas, entre as quais o livro **“O Município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento” (1995), escrito em língua alemã pelo memorialista étnico José Deeke. Publicada em 1917, a obra enfatiza aspectos diversos da colonização no Vale do Itajaí, sendo seu terceiro capítulo dedicado à “Questão Indígena”. Revela a visão de mundo dos**

A região onde foi criada Hamônia era ocupada por povos indígenas – Kaingang e Xokleng - que utilizavam recursos naturais do território e que se deslocavam para outras regiões em busca de alimentos a depender da estação do ano. Posteriormente, além dos indígenas, o território passou a ser também explorado por colonos, que se estabeleceram na região através de pequenas propriedades rurais, promovendo a derrubada das florestas para a criação de gado, prática da agricultura e comércio de madeira. Assim, com a criação da Colônia, as áreas de alimentação, coleta e caça desses povos indígenas foram sendo gradualmente limitadas e, a partir de então, acentuaram-se os conflitos entre indígenas e colonos, majoritariamente os de origem alemã, italiana e suíça.⁷

Conforme referido, quando Hamônia foi criada, já havia um histórico de agressões entre colonos alemães e indígenas, conflitos esses que ocorriam antes mesmo da fundação de Blumenau, em 1850. Durante esse tempo, os colonos já haviam encontrado diferentes meios para se defender e também para atacar os indígenas, vistos como uma ameaça, como selvagens e como um obstáculo ao desenvolvimento das colônias. Uma das formas encontradas para combater os indígenas foi a contratação de “batedores do mato”, conhecidos como bugreiros, tendo sido Martinho Marcelino de Jesus, vulgo Martinho Bugreiro, seu maior expoente devido a sua fama de exterminar índios. Os bugreiros eram grupos armados formados por particulares que haviam adquirido algum conhecimento do modo de vida xokleng, que

colonizadores no início do século XX, compartilhada também pelo autor do livro. Assim, para evitar anacronismos e não exigir mais do que a obra pode oferecer, por se tratar de um testemunho, é necessário circunscrever muitos dos acontecimentos narrados ao seu contexto histórico.

⁷De acordo com Peres (2014), na região do Vale do Itajaí, enquadrada no território histórico do Xokleng, as disputas entre indígenas e colonos se intensificava, sobretudo, entre os meses de setembro e março. Este fenômeno pode ser explicado pela característica nômades dos Xokleng e dos Kaingang, que tinham o pinhão em sua dieta e buscavam coletar esse recurso em áreas do planalto entre os meses de abril e maio, época de amadurecimento das sementes. Essa transferência, aponta Peres, é que faz diminuir os enfrentamentos entre Xokleng e imigrantes nas regiões coloniais próximas ao litoral.

oficialmente serviam para defender os colonos de ataques indígenas, porém passaram rapidamente a exterminar essas populações. Entre os anos de 1904 e 1912, a ação dos bugreiros adquiriu o “caráter de genocídio, ou seja, passou a realizar-se de maneira sistemática, planejada e financiada com recursos públicos” (SERPA, 2015, p. 65).

Segundo José Deeke (1995, p. 224), “os assaltos multiplicavam-se e os bandidos peles-vermelhas, depois da consumação de um ataque, ainda tinham a petulância de permanecer longo tempo nas imediações, ameaçando os colonos a distância”. Dessa forma, “os bugreiros conseguiram, em outras regiões próximas, além dos limites de Blumenau, surpreender os selvagens em seu acampamento, matando adultos que não conseguiram escapar, apoderaram-se das crianças e trouxeram-nas para fora da floresta”. Ainda sobre a ação dos bugreiros, em 1972, o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, que estudou exaustivamente os povos Xokleng, entrevistou o bugreiro Ireno Pinheiro, que através de suas memórias, indicou como os índios eram normalmente abordados:

[...] pela boca da arma. O assalto dava ao amanhecer. Primeiro, disparava-se uns tiros. Depois passava-se o resto no fio do facão. O corpo é que nem bananeira, corta macio. Cortavam-se as orelhas. Cada par tinha preço. Às vezes para mostrar a gente trazia algumas mulheres e crianças. Tinha que matar todos. Se não, algum sobrevivente fazia vingança. Quando foram acabando, o governo deixou de pagar a gente. A tropa já não tinha como manter as despesas. As companhias de colonização e os colonos pagavam menos. As tropas foram terminando. Ficaram só uns poucos homens, que iam em dois ou três pro mato, caçando e matando esses índios extraviados. Getúlio Vargas já era governo, quando fiz uma batida. Usei Winchester. Os índios tavam acampados num grotão. Gastei 24 tiros (*apud* SANTOS, 1997, p. 27-28).

As crianças indígenas eram levadas para orfanatos e, algumas eram adotadas por colonos, em um processo popularmente denominado “adoção civilizatória”. As crianças adotadas, muitas

arrancadas violentamente de seu grupo social, desenvolveram enormes traumas, conforme apontam *Wittmann (2007)* e *Serpa (2015)*, entre outros que analisaram casos de crianças Xokleng adotadas.

A situação vivida por indígenas no Alto Vale catarinense se inscreve em um contexto maior de violência e preconceito. No Brasil, de modo geral, os índios foram divididos em duas categorias pelos colonizadores portugueses: eram “mansos” ou “selvagens”, sendo permitida a “guerra justa” contra os índios considerados selvagens. Os Xokleng, ou botocudos, como eram chamados pelos europeus, eram “os inimigos por excelência, aqueles para os quais se construíram as imagens mais terríficas que predominaram até o século XX e justificaram uma política indigenista extremamente agressiva” (ALMEIDA, 2010, p. 66).

Soma-se a essas visões sobre os indígenas a imagem do índio idealizado do passado, isto é, o índio símbolo do Brasil, existente apenas na literatura do período Romântico.⁸ Nas colônias alemãs, essa percepção da figura do índio integrou-se a tantas outras, pois os imigrantes europeus, brancos e cristãos que vieram para o Brasil eram vistos como símbolo da ordem, do trabalho, do progresso e da civilização. Os indígenas, por sua vez, representavam exatamente o contrário, sendo rotulados como símbolos do atraso, da desordem e barbárie. Dessa forma, os imigrantes descreveram os índios a partir de seus referenciais, gerando dicotomias: civilizado/selvagem, moderno/atrasado, ordem/desordem, entre outras classificações. Ou seja, “o outro é reconhecido apenas em oposição a quem constrói o argumento” (WITTMANN, 2007, p. 26).

Nesse sentido, desde o início da ocupação da região de Blumenau, ou seja, antes da criação da colônia Hamônia, os povos

⁸ Nos oitocentos, o anseio por manifestar na literatura a originalidade da jovem nação brasileira e suas diferenças em relação ao cânone herdado de sua pátria-mãe fez com que os autores românticos apostassem na figura do índio - o habitante mais primitivo e mais autêntico do país - como figura central. Assim, a estética indigenista assume a inspiração de fundar em um passado mítico e distante a nobreza do Brasil do Segundo Império (BOSI, 1994).

indígenas, chamados genericamente de “bugres”, termo que os desumanizava, foram retratados, por colonos, Sociedade Colonizadora, governos estadual e federal através dos adjetivos “bugres”, “índios” e “selvagens”. Por vezes, eram descritos em documentos da época como “bandidos”, “assassinos” e “incivilizados”, entre tantos outros rótulos pejorativos. Essa imagem negativa criou um arcabouço ideológico para justificar o extermínio dos indígenas considerados não assimiláveis. Algumas dessas denominações ainda são correntes, sendo os indígenas chamados também de botocudos, Awikoma e Xókren. Vale registrar que muitas dessas denominações foram utilizadas “por pesquisadores e alguns colonizadores e não são aceitos pelos Laklãnõ/Xokleng por não se reconhecerem” através delas, que além de abrir espaço para confundi-los com outras etnias, foram adotadas “de maneira agressiva/pejorativa” (FERMINO, 2013, p. 2).⁹

Essa percepção dos indígenas, de acordo com as teorias raciais do século XIX, serviu para desumanizá-los e para criar um ser humano de segunda categoria, um desajustado, indesejado por aqueles que seguiam valores civilizatórios importados da Europa. Os bugres eram assim retratados como sujeitos, desordeiros, como aqueles que estavam fora do lugar, impedindo o progresso e a modernização. Dessa forma, o conflito, para além das agressões físicas, ocorreu também no campo ideológico, sendo criadas versões para justificar a ação perpetrada pelos colonizadores aos Xokleng no Vale do Itajaí. Essas versões, intensamente compartilhadas socialmente, eram difundidas através da publicação de obras escritas por descendentes alemães e igualmente em matérias veiculadas em diferentes periódicos da imprensa catarinense *no início do século XX. Sobre isso, a pesquisadora Rosilene Maria Alves, em sua dissertação de Mestrado, mostrou a desproporcionalidade das publicações de notícias relatando casos de violência entre índios*

⁹ Por este motivo, utilizamos neste estudo o termo “Xokleng”, consagrado entre os pesquisadores e aceito por esses povos indígenas, que também se auto identificam através de outras denominações.

e colonos. Enquanto os ataques de bugreiros contra os indígenas eram omitidos, amenizados ou simplificados, os ataques indígenas contra os colonos, por sua vez, “não poupavam descrições aterradoras, imprimindo a imagem do selvagem” (ALVES, 2000, p. 57). O discurso acerca dos indígenas servia para justificar as ações já perpetradas contra os Xokleng e as ações que viriam a se realizar.

Por quase duas décadas, esse foi o panorama da colônia Hamônia, em que agressões mútuas entre colonos e indígenas, mortes, medo e violência faziam parte do seu dia-a-dia. Não por acaso a pacificação dos indígenas em 1914 foi considerada por contemporâneos como um dos maiores feitos do processo colonizador. Durante os anos seguintes, notícias que descreviam em detalhes o episódio do contato amistoso com os indígenas foram publicadas em periódicos de diferentes localidades do Vale do Itajaí e também na capital Florianópolis. A pacificação dos indígenas, registrada na memória coletiva dos habitantes do Alto Vale, igualmente, deu notoriedade ao agente do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e protagonista do contato, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. Por seu feito, Hoerhann foi homenageado ainda em vida, tendo o Museu Histórico Municipal de Ibirama, criado em 1968 através da Lei n.º 551, recebido o seu nome. Falecido em 1976, em seu túmulo, um monumento com a lápide em forma de ponta de flecha, consta a inscrição “Kathangara”, que era como os índios o chamavam. O sepulcro está localizado no Cemitério Municipal, sendo considerado também um ponto turístico da pequena cidade catarinense.

A diminuição das agressões físicas e ambiguidades da “pacificação”

A situação dos conflitos se agravou a partir de 1908, quando o genocídio impetrado aos povos indígenas do Brasil foi denunciado no XVI Congresso Internacional de Americanistas, em Viena, fato que contribuiu para a criação, em 1910, do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e Localização de Trabalhadores Nacionais, por meio do decreto

n.º 8.072. Os conflitos continuaram até 1914, quando os Xokleng foram “pacificados” e recebidos no Posto de atração, depois denominado Reserva Indígena Duque de Caxias. A reserva foi criada em terras da Colônia Hamônia, cedidas pela Sociedade Colonizadora para tal propósito, e reuniu também grupos indígenas Kaingang e Guarani. O objetivo estava centrado em tornar esses grupos sedentários, ensiná-los a cultivar, dar-lhes noções de propriedade e civilizá-los através do trabalho. Ou seja, “transformar gradualmente o índio em civilizado para inseri-lo no trabalho e na sociedade nacional era entendido como uma ação necessária, porém difícil, que demandava um rigor metodológico, em que o contato era sistematizado em fases progressivas” (BERGAMASCHI, 2009, p. 404).

De acordo com a versão dos colonizadores, as populações indígenas haviam sido pacificadas, porém, o mesmo não aconteceu na Colônia Hamônia. Na década de 1930, o poder político regional era disputado pelas oligarquias Konder e Ramos, e estes, ao assumirem o governo do estado catarinense, dividiram o território de Blumenau, visando enfraquecer o reduto de seus opositores e cooptar novos aliados. Nesse contexto, em 1934 a Colônia Hamônia foi desmembrada de Blumenau e teve seu nome alterado para Dalbérgia. O desmembramento e o novo nome da colônia desagradaram os dirigentes da Sociedade Colonizadora Hanseática, que repudiaram os dois atos. Bruno Meckien, então diretor da Sociedade, “criticou asperamente o fato de ter-se dado ao novo município o nome de Dalbérgia, que seria o ‘nome da filha mais velha do cacique dos bugres Eduardo de Lima e Silva Hoerhann” (COSTA; SECCHI, 2011, p. 68).

Em maio de 1935, o município novamente passou a se chamar Hamônia, alterando novamente seu nome para Ibirama em 1943 devido à Campanha de Nacionalização, desta vez sem nenhuma contestação dos dirigentes municipais. Ibirama, uma palavra de origem indígena tupi-guarani, que significa terra da fartura, foi escolhida para atender a normativa nacionalista e, acabou servindo para realçar a imagem de seus habitantes como uma população de

caráter pacífico e conciliador, apagando, amenizando e silenciando assim um passado de conflitos entre colonos e indígenas. Teria sido essa uma estratégia de apagamento dessa memória de conflitos e extermínio? Os termos “conflitos”, “extermínio” e “genocídio”, sem dúvidas, são um fardo pesado para a história de uma população que se auto-intitula “ordeira” e “trabalhadora”, que se orgulha de suas origens e de seu passado. Um nome indígena, mais do que cumprir uma norma legal imposta pelo governo varguista, cria uma imagem amistosa que corrobora ao termo “pacificação”, usado de modo recorrente na região. O nome Ibirama se encaixa em um contexto idealizado onde impera o respeito a diversidade. Não por acaso, em 1968, o governador do estado Ivo Silveira inaugurou em Ibirama o monumento “do pioneiro e do índio”, com imagens dos imigrantes e dos indígenas. O monumento, localizado na Praça José Deeke, aproxima de modo idealizado os dois grupos.

Cabe ainda referir que Eduardo Hoerhann, casado com Francisca do Anjos, uma descendente indígena, inúmeras vezes entrou em atrito com os dirigentes da Sociedade Colonizadora por defender os interesses dos Xokleng. Segundo Santos (1997, p. 59), “foi ele quem assegurou junto ao governo do Estado, em 1926, as terras que hoje integram a área indígena” de José Boiteux. No final de sua vida, “o pacificador” se lamentava, dizendo que “o papel do SPI era o de engordar o sapo para a cobra comer, isto é, submeter o indígena para servir a sociedade dominante”.

Diferentes estudos mostram que as ações de Eduardo Hoerhann foram ambíguas, se por um lado ajudou a defender os índios aldeados, por outro, deu os primeiros passos no sentido de promover a aculturação desses índios, pois mesmo que essas ações tivessem suas justificativas, elas contribuíram no sentido de modificar a cultura dos indígenas. Eduardo Hoerhann obrigava os índios a saírem das matas para evitar a ação dos bugreiros, a usar roupas para viver em sociedade, a praticar agricultura para se autossustentarem, a pararem com a cremação dos mortos e com a perfuração dos lábios para uso do botoque, por questões sanitárias

e de saúde. Nos anos 1950, o SPI, representado por Eduardo Hoerhann, fazia a mediação entre a Reserva Indígena Duque de Caxias e os interesses econômicos regionais:

Havia uma grande pressão por parte dos madeireiros locais e colonos sobre as florestas e terras destinadas aos índios. Eduardo Hoerhann mantinha uma postura ambígua. Ao mesmo tempo em que ajudou o processo de colonização, mantendo os Xokleng à força dentro da TII, utilizando cercas e forças armadas – com vários episódios de violência e truculência de sua parte diante dos Xokleng –, a sua formação romântica perpassava pelo preservacionismo ambiental e proteção dos índios dos males da civilização, gerando desagrado entre colonos, políticos e madeireiros interessados na Terra Indígena (WIJK, 2010, p. 34).

Igualmente, a partir da década de 1950, ocorreu a conversão de muitos Xokleng à religião pentecostal Assembleia de Deus (questão que repercute até os dias atuais). Nos anos 1920, a Igreja Católica iniciou um processo de cooptação dos índios aldeados, porém tal ação não teve o apoio do SPI. Desde então, aumentaram casos de violência e alcoolismo envolvendo os índios aldeados que entravam em contato com o mundo do homem branco. Dessa forma, a presença da Igreja Assembleia de Deus foi bem vista pelo SPI, como uma forma de conter os excessos praticados pelos índios. Em março de 1953, o missionário Davi Ramos se mudou com sua esposa para a Reserva Indígena, onde permaneceu por dois anos, e nesse período foi erguido o primeiro templo da Igreja no centro da aldeia. Ao partir no final de 1955, Ramos designou um indígena para ficar no seu lugar frente aos trabalhos da Assembleia de Deus. Nesse contexto, os indígenas vinculados ao pentecostalismo se envolveram com a política do SPI para a aldeia, o que culminou, em agosto de 1954, no assassinado de Lilí Priprá, líder evangélico da aldeia e filho do cacique Jangó, e no afastamento de Eduardo Hoerhann do SPI.

Lilí tornou-se influente entre seus pares com a presença cada vez maior do fenômeno pentecostal entre os Xokleng. Ele era tido

como o que melhor lia e interpretava a bíblia, além de se tornar consagrado pregador em pouquíssimo tempo. Em agosto de 1954, Lilí foi escolhido representante dos Xokleng para ir ao Rio de Janeiro ter uma audiência com o Presidente do SPI, com o fito de denunciar os maus tratos que vinham sofrendo por parte de Hoerhann, assim como delatar o desvio de verbas federais destinadas ao Posto e ao grupo. Dentro de poucos dias, Lilí retornou a TII [Terra Indígena de Ibirama] com uma carta do presidente do SPI ordenando a exoneração de Hoerhann. Em 24 de agosto de 1954, o corpo de Lilí foi encontrado às margens do rio hercílio, transpassado por vários tiros de revólver. Poucos meses após seu assassinato Hoerhann foi preso (WIJK, 2010, p. 35).

Anos depois, Hoerhann, já afastado do SPI, foi inocentado pelo crime e se aposentou, “seus últimos anos de vida foram tristes. Vivia marginalizado pelos índios, pelos funcionários do SPI/FUNAI e pelos regionais. Apesar das suas posições ambíguas [...]”, não há dúvidas “de sua dedicação à causa indígena e aos Xokleng” (SANTOS, 1997, p. 59).

Em 1965, o Posto Indígena Duque de Caxias foi oficialmente demarcado e em 1975 recebeu seu nome atual, Terra Indígena Ibirama (TII), sendo o uso do termo “reserva” considerado inapropriado pelos indígenas. Na década de 1970, as populações aldeadas passaram por novas vicissitudes, como a construção da Barragem Norte, que deixou profundas sequelas na TII, e seus efeitos são sentidos até os dias de hoje.

A percepção dos indígenas no Alto Vale, um passado presente

Em 1856, pouco tempo após a criação de Blumenau, João José Coutinho, Presidente da Província de Santa Catarina, abordou a questão indígena, afirmando estar “convicto que somente procedimentos drásticos conseguiriam remediar esse mal”, pois “os bárbaros”, que não poupavam mulheres nem crianças, “só se ocupavam em roubar e assaltar os colonos em emboscadas”. Por isso nunca poderiam “ser tratados com bondade e condescendência”,

isso apenas os encorajaria em seu “barbarismo - com grande prejuízo para a civilização”. Para o Presidente da Província, mais fácil seria “arrancar os selvagens à força das florestas e colocá-los em lugar de onde não possam escapar”. Desta maneira, os agricultores se veriam livres “desses assassinos e pelo menos dos filhos desses bárbaros faríamos cidadão úteis” (apud DEEKE, 1995, p. 219).

Ainda que houvessem percepções dissonantes, - que defendiam os indígenas alegando que “os civilizados” não poderiam tratar os selvagens de forma “incivilizada”, estes, grosso modo, propunham a adoção civilizatória, a conversão dos índios ao cristianismo e o ensino dos valores da civilidade, como bem mostrou Luisa Wittmann na obra “O vapor e o botoque” (2007), - a perspectiva defendida pelo Presidente da Província em meados do século XIX era hegemônica no Vale do Itajaí no início do século XX.

A herança dessa visão compartilhada pelos colonizadores no século XIX e início do XX ainda é sentida socialmente nos dias de hoje. Basta conversar com os cidadãos para perceber o desconhecimento sobre essa história. De maneira geral, não se sabe exatamente quem são os índios do Alto Vale, sabe-se que são índios e que estão lá na “reserva” de José Boiteux.

Talvez não seja exagero dizer que as palavras “descaso” e “indiferença” ajudam a compreender a trajetória da Terra Indígena Ibirama. Exemplo disso é o episódio da construção da Barragem Norte no atual município de José Boiteux, onde está localizada a Terra indígena. Trata-se de uma das três barragens que controlam o forte fluxo de água que entra no Rio Itajaí-Açu e que tem a função de minimizar a quantidade de água que chega às cidades do Vale do Itajaí em épocas de grande quantidade de chuva na região. A obra, que teve início em 1972, foi concluída vinte anos depois. Com a barragem, os indígenas passaram a sofrer com enchentes, impactos ambientais, socioculturais e psicológicos. Estima-se que 650 famílias

da Terra Indígena Laklãnõ/Xokleng, em torno de quase 3 mil pessoas, foram afetadas.¹⁰

Em 1978, os indígenas sentiram pela primeira vez os danos causados pela barragem, tiveram suas casas inundadas, perderam suas roças e animais. Em consequência disso, reivindicações foram feitas junto a FUNAI e ao DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), órgão responsável pela obra (SANTOS, 1997). A luta por reparação devido aos danos causados pela barragem e a reivindicação por indenização dos prejuízos persiste até hoje em dia. Contudo, esses problemas parecem não ser considerados por parte das autoridades e da população local que vive nas regiões próximas à barragem. Nesse contexto, dependendo da circunstância, o descaso logo se transforma em indiferença, sendo por vezes o silêncio rompido, revelando o desconhecimento e visões preconceituosas em relação aos povos indígenas de modo geral e aos índios da Terra Indígena de Ibirama, em específico.

Selecionamos uma amostragem representativa dessas manifestações em relação aos indígenas para exemplificar os apontamentos de nosso estudo. Assim, através de uma rápida consulta sobre a questão indígena nas redes sociais, é possível encontrar em profusão comentários e opiniões semelhantes aos que apresentaremos a seguir, por tal motivo, não estenderemos demasiadamente os exemplos. Com isso, temos como propósito evidenciar a continuidade histórica, mostrando como o discurso do presente se liga com o do passado a partir do desconhecimento e do preconceito, ou seja, como o discurso hegemônico dos colonizadores persiste em relação aos índios.

Em 30 de maio de 2017, o *Jornal de Blumenau* publicou em sua página do *Facebook* a notícia com a seguinte manchete: “Exército e PF podem intervir para liberar a barragem de José

¹⁰ Manifesto em defesa da luta do povo Laklãnõ/Xokleng contra os impactos da Barragem Norte. *Conselho Indigenista Missionário*, jun. 2017. Disponível: <https://cimi.org.br/2017/06/39642/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

Boiteux”.¹¹ A barragem havia sido ocupada por indígenas que desejavam o cumprimento de acordos para solucionar os problemas causados pela obra. Os comentários feitos sobre a notícia contribuem para reforçar a persistência de um passado histórico que irrompe nas mínimas situações. Em meio a tantas postagens são encontrados muitos comentários, a grande maioria, com o seguinte teor: “Tava na hora do governo tomar as redias com esta cambada de vagabundos trocaram toda madeira por cachaça e sempre querem mais”; “tem que dar uns tapas nesses índios vadios e tirar eles dela”; “sempre falo, índio só dá prejuízo ao país. O racinha de lixo”; “Lugar de índio e no mato em ócas...Não em barragem”; “O exército tem q ir la e botar esses vagabundos pra correr!!”; “Esses Vagabundos já deveriam ter sido expulsos de lá a muito tempo”; “Que índios? Faz tempo que não existe mais índios ai!!! Desde quando índio tem carro financiado e anda com iPhone?”; entre outros semelhantes.¹² Este último comentário, em especial, vai ao encontro do que argumenta Fermino (2013, p. 4), ao mostrar que “para os Laklãnõ/Xokleng os descendentes de imigrantes (pessoas que vivem no centro do município de José Boiteux ou em cidades limítrofes) têm dificuldade de aceitar que os indígenas estejam usando roupas e usem a tecnologia a seu favor.

A população indígena é assim percebida como não integrada socialmente e os índios são vistos genericamente como dissimulados que se valem de uma identidade não mais existente para obtenção de benefícios. Nos 155 comentários, palavras como preguiçosos e vagabundos, entre outros adjetivos pejorativos, aparecem de modo recorrente. Da mesma forma, a precariedade da barragem causada pela falta de manutenção e descaso de inúmeros governos é apresentada como um problema causado pelos índios, que na visão de muitos, depredam o maquinário da barragem. Em um desses

¹¹ **Exército e PF podem intervir para liberar a barragem de José Boiteux**, Jornal de Blumenau, maio 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/seujornaldeblumenau/posts/806077239548276>. Acesso em: 18 fev. 2019.

¹² As inconsistências gramaticais e ortográficas foram mantidas nos comentários.

comentários, por exemplo, é dito que os índios “já devem ter quebrado os registros, são vândalo”. Outro leitor daquele jornal comentou que “se acontecer algum desgraça por causa desses índios vagabundos todos devem ser responsabilizados por crime”. Alguns poucos comentários defenderam os índios, mas como no passado, podemos afirmar que a visão hegemônica contrária aos indígenas prevaleceu.

Considerações finais

O presente trabalho, ao analisar o contato interétnico entre colonos e indígenas Xokleng, mostrou, a partir de bibliografia diversa e relatos de imigrantes e dos próprios indígenas, como os desdobramentos de um passado de tensão e conflitos são sentidos até os dias atuais, incidindo na percepção que a população local tem dos povos indígenas.

Procuramos, assim, fugir dos lugares comuns, isto é, de apresentar os indígenas a partir da visão oficial na região ou como vítimas passivas da violência. Aos indígenas coube buscar alternativas e estratégias no sentido de preservar sua identidade étnica. Igualmente, esses povos se mobilizam politicamente para controlar a Terra indígena Ibirama, para reivindicar o cumprimento de acordos ou para criar um discurso que mostra outra versão que não a do colonizador. O estudo propôs, assim, trazer o índio para a condição de sujeito histórico por um lado, pois no Alto Vale catarinense, denominado Vale Europeu, a figura do indígena, na maioria das vezes, é invisibilizada. Desde o início da colonização, quando adquire certa visibilidade, isso ocorre de forma pejorativa ou idealizada.

Ao olhar além das praças e da toponímia local onde hoje se encontram os municípios que formaram a Colônia Hamônia, o presente estudo evidenciou a persistência de uma visão negativa dos indígenas, construída historicamente no Brasil, e no caso específico, em uma zona de colonização alemã. Ao mostrar a visão que muitos dos atuais habitantes têm dos indígenas, evidenciados por meio de

comentários agressivos e/ ou ofensivos na matéria do *Jornal de Blumenau*, o estudo demonstrou que a percepção que se tinha dos indígenas na passagem do século XIX para o século XX se liga aos atuais habitantes da região através do desconhecimento, do silêncio, da violência e do preconceito, estabelecendo assim um processo de continuidade histórica em relação à percepção que se tem dos indígenas.

Dessa forma, a herança da visão compartilhada pelos colonizadores no século XIX e início do XX, sobre os povos autóctones ainda se mantém nos dias de hoje. Basta conversar com os cidadãos da região ou pesquisar rapidamente nas redes sociais para perceber o desconhecimento sobre a história dos indígenas. Os atuais habitantes do Alto Vale não sabem exatamente quem são os índios da Terra Indígena, sabem que são índios, os bugres ou botocudos, e que eles estão lá na Reserva, ocupando a terra que “ganharam”. Portanto, é necessário e urgente promover e divulgar estudos sobre os indígenas da região, proporcionando o conhecimento, a compreensão e informações sobre aqueles indivíduos. Assim, concorre-se para a superação do desconhecimento aqui apresentado, da intolerância e do preconceito em relação aos povos indígenas, questões que por si só justificam importância da presente abordagem.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALVES, Rosilene Maria. “Se mostram de novo os bugres”. *Abordagens da imprensa catarinense sobre o indígena (1900-1914)*. 2000. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Florianópolis/SC.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Educação escolar indígena no século XX: da escola para índios à escola específica e diferenciada. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANO, Maria (Orgs.). *Histórias e memórias da Educação no Brasil, vol. III: Século XX*. 3ª Ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 2009, p. 401-415.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 35ª Edição rev. e aum. São Paulo: Cultrix, 1994.

Manifesto em defesa da luta do povo Laklãnô/Xokleng contra os impactos da Barragem Norte. *Conselho Indigenista Missionário*, jun. 2017. Disponível: <https://cimi.org.br/2017/06/39642/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

DEEKE, José. *O Município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*. Blumenau: Nova Letra, 1995.

Exército e PF podem intervir para liberar a barragem de José Boiteux. *Jornal de Blumenau*, maio 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/seujornaldeblumenau/posts/806077239548276>. Acesso em: 18 fev. 2019.

FERMINO, Antonio Luis. *Histórias, conflitos e contatos entre os Laklãnô/Xokleng e não indígenas*. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal/RN, julho de 2013. p. 1-16. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 22/02/2019.

PERES, Jackson Alexsandro. *Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Editora da UFSC; Itajaí: Editora da UNIVALI, 1997.

SERPA, Ivan Carlos. *Os índios Xokleng em Santa Catarina: uma abordagem a partir da relação pesquisa, ensino e extensão no Instituto Federal Catarinense*. Blumenau: IFC, 2015.

WIJK, Flavio Braune. “Somos Índios Crentes”: dialéticas do contato, alteridade e mediação cultural entre os Xokleng (Jê) de Santa Catarina”. *Tellus, Campo Grande/MS, ano 10, n.19, jul./dez. 2010. p. 11-51.*

WITTMANN, LuisaTombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

**Em busca de reconhecimento:
reflexões sobre os elementos presentes na formação
da identidade e coletividade da comunidade
remanescente quilombola Paredão**

*Daiane Arend Flores de Oliveira*¹

Por muito tempo, a historiografia suprimiu a presença negra e indígena na consolidação brasileira, sendo que atualmente percebe-se a importância de evidenciar os diversos sujeitos históricos que interagiram na formação das sociedades, apresentando a diversidade e pluralidade existente. Neste contexto, temos a comunidade remanescente quilombola Paredão, comunidade formada e consolidada no município gaúcho de Taquara, pertencente ao Vale do Paranhana, região de colonização europeia², cujas ocupações iniciais eram de indígenas da etnia *Kaingang* (Engelmann, 2005), que destaca essencialmente a participação portuguesa e alemã em seu desenvolvimento.

Levando em consideração a importância de lembranças e ressignificações históricas, bem como as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que apontam a possibilidade de diversas problematizações atemporais sobre a abordagem africana, afrobrasileira e indígena, de modo que a relação dessas com fatos locais permite contextualizar e problematizar a complexidade na própria histórica regional,

¹ Mestre em Processos e Manifestações Culturais, Universidade Feevale. daianearend@feevale.br

²Em virtude do processo de expansão e garantia de posse lusa no território sulino, no século XVIII iniciou a inserção gradativa de portugueses, africanos e imigrantes alemães e italianos.

reconhecendo e valorizando a pluralidade étnica do Vale do Paranhana, atreladas ao grande interesse pessoal, a comunidade remanescente quilombola da localidade Paredão Baixo em Taquara, tornou-se o propósito da pesquisa, que buscou expandir discussões sobre a presença negra na região, reportando-as ao tempo presente.

A dissertação realizada no programa de pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale, vinculou-se à linha de pesquisa “Memória e Identidade”, relacionando áreas como História e Antropologia como metodologia interdisciplinar para construir as reflexões pertinentes. Sendo assim, de modo interdisciplinar, buscou-se perceber quais elementos socioculturais possibilitam e incentivam os vínculos de identitários, comunitários e de autorreconhecimento dos remanescentes quilombolas na Comunidade Paredão. A metodologia empregada neste “estudo de caso” (segundo Lakatos e Marconi, 2001) envolveu diversos procedimentos, sendo que primeiramente ocorreu a pesquisa documental, a fim de embasar a contextualização histórico-geográfica da região onde a comunidade estabeleceu-se e ainda respaldar estudos de documentos legais relacionados ao processo de titulação e reconhecimento de comunidades remanescentes quilombolas; as demais etapas envolveram entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade remanescente quilombola, bem como acompanhamento das reuniões da Associação de Moradores e da festa anual do padroeiro São Benedito, sendo que empregou-se o uso da ferramenta etnográfica Diário de Campo, elaborado a partir das saídas a campo para coleta de materiais e também com registros obtidos nas visitas à comunidade. Entendeu-se que a relação intrínseca de todos esses elementos seria fundamental para realizar a análise e a interpretação de dados.

A escolha dos interlocutores, além dos critérios de faixa etária avançada e de algumas indicações iniciais do senhor José Luis Hilário da Silva, presidente da Associação de Moradores (realizada nos primeiros momentos de inserção na comunidade), justificou-se na busca de envolver indivíduos com diferentes atuações e vivências em relação à Comunidade Paredão, como casos nos quais os

entrevistados deixaram de morar na comunidade em algum momento (como, por exemplo, para fins de trabalho e auxílio nas despesas domésticas daqueles que ficaram) e sujeitos que sempre residiram no Paredão; ao total, foram entrevistados quinze homens e mulheres, cuja faixa etária varia entre 31 e 95 anos.

Cabe mencionar que os interlocutores, protagonistas da pesquisa, foram identificados devidamente, respeitando e valorizando adequadamente as entrevistas como fontes orais, de forma que também se obteve autorização formal, registrada em termos de cessão de direitos³ por parte dos interlocutores para a gravação, transcrição e utilização científica das conversas. A realização de entrevistas, possíveis pela definição do método e pelo conceito de “história oral” (conforme Verena Alberti, 2008), é um instrumento riquíssimo para a coleta de dados e valorização dos sujeitos, pois possibilita perceber permanências e rupturas, tendo como fonte os relatos dos interlocutores, que trazem suas memórias, vivências e subjetividades. Considerando o fato de que muitos moradores da Comunidade Paredão não foram alfabetizados, a tradição oral é um dos meios de difusão dos saberes e das informações relativas ao cotidiano do grupo. Jan Vansina (2010, p. 140) afirma que “a oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade”, indicando que os códigos significativos àquela comunidade perpassam a linguagem escrita e, tratando-se de pesquisa científica, essa fonte deve ser analisada em seu contexto, sendo tratada conforme suas características, sem depreciar ou supervalorizar sua totalidade e/ou determinado aspecto.

Conhecer a comunidade remanescente quilombola Paredão, inserida em uma zona de colonização europeia, permite reconhecer a diversidade étnica presente no Vale do Paranhana. Entretanto para identificar esta diversidade, é necessário conhecer os elementos e características que formam a região. Assim, ao longo do texto, o leitor perceberá a junção entre a revisão bibliográfica com o trabalho

³ Cada um dos entrevistados na pesquisa assinou o Termo de Cessão de Direitos de Entrevista Oral. Todos os quinze termos assinados estão em posse da pesquisadora, disponíveis para eventuais consultas.

de campo e com a coleta de dados através das fontes orais e documentais, elementos reunidos para a construção das análises e reflexões sobre o objeto de estudo.

Constituição histórica-geográfica de Taquara/RS

Ao realizar a constituição histórico-geográfica do município de Taquara, no qual a comunidade remanescente quilombola Paredão se encontra, é possível perceber a presença negra e suas construções nesta zona de colonização europeia. A cidade de Taquara, com suas divisões políticas atuais, localiza-se na encosta inferior da serra gaúcha, região Metropolitana, com cerca de 72 quilômetros de distância da capital Porto Alegre. Taquara abrange em sua zona rural alguns distritos, entre eles o distrito de Fazenda Fialho (próximo à divisa com o município de Gravataí) sendo que nesse distrito, especificamente na localidade do Paredão Baixo, a comunidade remanescente quilombola abordada se localiza.

Sobre a localidade do Paredão especificamente, Erni Engelmann (2005) indica a existência do espaço já no século XIX como linha colonial abrangendo a cidade de Taquara em seu extremo sul e norte do município de Gravataí. Nessa localidade, corre um arroio de mesmo nome, afluente do arroio Ferreiros. Conforme a historiadora Dóris Rejane Fernandes Magalhães (2003), no século XIX, a Fazenda Fialho era uma localidade pertencente ao distrito de Santa Cristina do Pinhal - que de sede passou a distrito de Taquara, como será explanado posteriormente - localizada no caminho de ligação entre a Aldeia dos Anjos (Gravataí) e Santo Antônio da Patrulha. O distrito de Santa Cristina do Pinhal, por sua vez, era considerado um importante núcleo populacional em pleno desenvolvimento e expansão que, dentre suas várias funcionalidades econômicas, sociais e políticas estabelecidas em suas amplas extensões territoriais, possibilitava um caminho entre a Serra e o Litoral. Mencionando esses espaços, entende-se que, hoje, o lugar entendido enquanto pertencente à comunidade

remanescente quilombola Paredão Baixo correspondia, antigamente, aos arredores dos núcleos populacionais denominados Aldeia dos Anjos e Santa Cristina do Pinhal.

Quanto à cidade de Taquara propriamente dita, constituiu-se enquanto município somente em 1886, não tendo sua origem em Santa Cristina do Pinhal, mas em um espaço de destaque no empreendimento colonial particular de Tristão Monteiro, próximo ao distrito de Santa Cristina do Pinhal, na margem oposta do Rio dos Sinos. Esse empreendimento trata-se da Colônia do Mundo Novo, fundado no espaço correspondente à Fazenda Mundo Novo na sesmaria de Antônio Borges de Almeida Leães, após Monteiro realizar a compra dessa parcela de terras.

A Comunidade Paredão: Formação e processo de reconhecimento

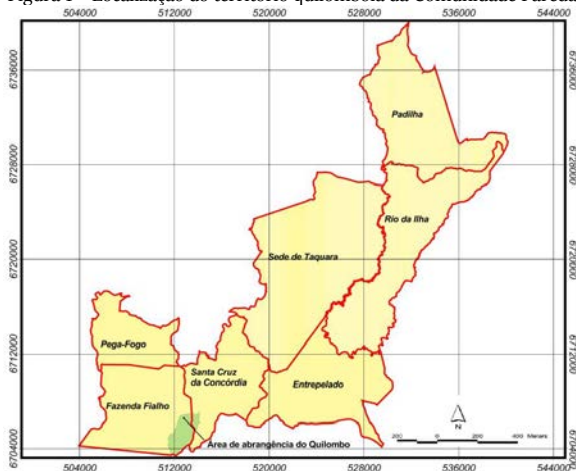
Ao longo de todo o período escravocrata no Brasil, diversas comunidades quilombolas se formaram, sendo que após a Lei Áurea (1888) trazendo a abolição da escravatura, muitos africanos e afro-brasileiros continuaram enfrentando adversidades e relações pautadas em concepções do sistema escravista. Neste contexto, agrupamentos continuaram a ocorrer, justificados por variadas razões, tais como falta de condições mínimas de subsistência, ausência de bens e terras, relações de proximidade ou interesse entre os sujeitos e busca de estratégias para lidar com as situações da vida livre. Assim, as comunidades quilombolas conceituadas como contemporâneas⁴ surgem, e dentre elas, temos a Comunidade Paredão, cujas origens encontram-se em um passado relacionado a escravidão no território que atualmente pertence ao município de Taquara. A nomenclatura “Paredão” está relacionada ao passado,

⁴ Segundo Adelmir Fiabani (2008), com a implementação da Constituição Federal de 1988 que respalda o reconhecimento e titulação de comunidades quilombolas, passa a vigorar o conceito “remanescente quilombola”, destinado a comunidades negras rurais atuais designadas como “quilombos contemporâneos”, cujas origens e modos de estabelecimento podem ser os mais diversos, tais como episódios de resistência relacionados à fuga de escravizados ou formação após a Lei Áurea, ambos através de compras de terras, recebimento de terras por doações, inventários e outros.

devido ao fato de que muitas famílias se estabeleceram em um local muito íngreme e de difícil acesso, cercado por paredões de pedra, que hoje pertence territorialmente ao município de Gravataí, cuja divisa atual é próxima à localização da comunidade.

O território considerado quilombola é dividido em dois núcleos, sendo um deles referenciado como “Paredão Chato” ou “Pé Chato” e o outro ao Paredão Baixo. Segundo informações coletadas junto à sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, em Taquara, o núcleo populacional “Pé Chato” conta com cinco famílias residentes, enquanto o núcleo “Paredão Baixo” possui 52 famílias; destas famílias, os documentos atualmente disponíveis no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e EMATER indicam que a comunidade possui 161 beneficiários cadastrados juntos a esse último órgão. Estima-se que a área atual⁵ da comunidade corresponde a 591 hectares.

Figura 1 – Localização do território quilombola da Comunidade Paredão



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA, 2009. Adaptado

⁵Informações extraídas na superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em Porto Alegre, indicam que, após a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, a extensão territorial pode ampliar-se, em função de desapropriações que deverão ocorrer.

As atividades de plantio desenvolvidas atualmente na comunidade são realizadas em pequenos terrenos, nos quais são cultivados itens agrícolas, hortaliças, plantas medicinais (alecrim, maçanilha, guiné, arruda, hortelã) e frutíferas. Os produtos da agricultura local garantem a subsistência das famílias, dos animais e também são comercializados na zona urbana, sendo uma fonte de renda. Segundo Rubert (2005), a plantação de cana-de-açúcar, além de alimentar o gado, representa uma prática tradicional, pois, de acordo com a antropóloga, os antepassados das famílias que atualmente compõem a comunidade plantavam o alimento para as fábricas de rapadura e alambiques da região.

Há, também, pequenas criações de gado, galinha, porco e cabrito. Além desses animais, verifica-se a presença de animais de estimação como gatos e cachorros. Se a ocupação de terras (entendida por alguns moradores como invasão de seus semelhantes) causa conflitos, isso não ocorre em relação à pastagem dos animais: os animais são considerados propriedades individuais, mas podem buscar alimento nos arredores de seu criador.

Outros aspectos relacionados às atividades econômicas desenvolvidas na comunidade referem-se a atividades pecuárias de corte e fornecimento de leite para consumo de subsistência, trabalhos como prestadores de serviço no corte de cana-de-açúcar e nas atividades de lavra, roçados e corte do mato, trabalhos nas duas pedreiras localizadas nas proximidades, transporte e prestação de serviços na obtenção de lenha, apicultura (explorada por terceiros), atividades domésticas (faxinas) e cultivo de ervas medicinais. Verifica-se que, além da prática de agricultura, os moradores da comunidade atuam em atividades no próprio local: alguns trabalham zelando por chácaras em propriedades vizinhas, alguns atuam nas pedreiras localizadas próximas à comunidade e outras pessoas direcionam-se à zona urbana de Taquara e municípios vizinhos para trabalhar. Documentos disponíveis na sede da EMATER, em Taquara, informam a existência dos seguintes produtos: mandioca, ovos de aves coloniais, cana-de-açúcar, mel,

couve, chás, goiaba, banana, laranja, limão, tangerina/ bergamota, batata doce, chuchu e milho verde.

Para o reconhecimento e titulação da Comunidade Paredão⁶, foi indispensável comprovar sua constituição enquanto uma comunidade remanescente quilombola; no entanto, as referências bibliográficas sobre sua origem são restritas e foram elaboradas a partir da junção de diversas fontes, tais como relatos orais, levantamento antropológico, fotografias e cartas cartográficas.

A análise de diversas fontes evidencia que algumas dessas complementam-se sobre as informações da origem da comunidade, enquanto outras são um tanto quanto contraditórias. Magalhães (2003) afirma que, no início do século XIX, muitos negros vieram de Pelotas e se fixaram no Vale do Paranhana, residindo em casas construídas com barro e capim. Quanto à cidade de Taquara propriamente dita, os locais de instalação foram os arredores do Bairro Centro, na antiga Vila África (atual Rua Miguel Bauer no Bairro Recreio) e no Distrito de Fazenda Fialho (no Quilombo Paredão). A antropóloga Rosane Rubert (2005) apresenta o território como um refúgio, ou seja, um local de proteção; para a autora, o local está relacionado à ancestralidade voltada à resistência da escravidão, atendendo a um dos requisitos para o reconhecimento da comunidade como remanescente quilombola.

Segundo relato dos moradores locais concedidos a Rubert, os escravizados que formaram a comunidade pertenciam à fazenda da família Fialho (que dá origem ao nome do distrito no qual a comunidade se encontra) cuja antiga divisa era o município de Gravataí. Conforme foram libertos, os escravizados buscavam um

⁶ É importante lembrar que a Constituição Federal de 1988 apresenta a legislação inicial para o reconhecimento de comunidades como remanescente quilombola, determinando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária como responsável pelos processos de titulações; é importante mencionar que a Comunidade do Paredão se encontra em pleno processo de titulação. O autorreconhecimento quilombola é aspecto essencial para a titulação de terras, sendo que a emissão da declaração de autorreconhecimento, emitida pela Fundação Cultural Palmares, é o documento inicial para dar entrada ao processo de titulação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Esse documento pode ser obtido através de uma solicitação, após a abertura do processo de reconhecimento e titulação. A Comunidade Paredão obteve tal documento no ano de 2007.

local que lhes parecesse um refúgio seguro, pois temiam ser recapturados. É importante mencionar que os moradores do Paredão Baixo são denominados de “Fialhos” por boa parcela da população taquarense e por alguns remanescentes quilombolas da própria comunidade, como o senhor Antônio que afirma que “a gente é os Fialho, porque mora no Fialho... só depois começaram essa história de quilombo, ser quilombo [...]” (SILVA, Antônio. 2017). Sob essa perspectiva, percebe-se que a localidade onde a Comunidade Paredão se localiza é uma das formas de referência e autorreconhecimento dos próprios remanescentes.

Em entrevista concedida por uma das moradoras da Comunidade Paredão para a realização desta pesquisa, foi mencionado que a falecida Dona Anita⁷ “era doutro lado e veio morar pra cá quando casou com o marido dela e ela sabia que tinha gente que fazia buraco e morava nas árvores pra fugir dos cachorros. Ela morava na casa dela, daí.” (SILVA, Almerinda. 2017). Percebe-se que a localidade era considerada um refúgio por ser considerada segura àqueles que necessitavam de abrigo para não serem encontrados. Já os recursos naturais eram utilizados como formas de proteção, atrelados à difícil localização e acesso ao território. Dessa maneira, entende-se que a densidade da mata e a dificuldade de acesso ao local foram os fatores que contribuíram para que o espaço fosse escolhido, inicialmente, como refúgio, de modo que esse lugar recebeu, com o passar do tempo, mais pessoas que buscavam um espaço onde pudessem viver seguros e livres.

Entende-se que a ocupação do território da Comunidade Paredão ocorreu através de diferentes formas, de modo que negros se direcionaram a esse espaço, por eles considerado seguro, em

⁷Anita Domingos Rosa da Silva, conhecida como “Vó Anita”, foi uma das primeiras moradoras da comunidade quilombola Paredão. Essa senhora foi retratada no episódio “O milagre de Doroteia”, exibido em 2009 na série “Histórias Extraordinárias”, produzida pela RBS TV, de modo que sua participação no episódio ocorreu em função de atividades de benzedura que costumava realizar, buscando a cura através da fé e elementos da natureza. Anita, considerada a líder da comunidade, faleceu em dezembro de 2014. Os documentos presentes no Centro de Referência de Assistência Social em Taquara possibilitam constituir a ancestralidade de Anita, conhecendo até o nome de sua bisavó.

diversos momentos. Corrobora essas informações outro depoimento de morador, que, mesmo não sabendo maiores informações sobre as origens da comunidade, destaca:

Eu sei [quem] aonde que sabia bem mesmo era uma tia nossa, a Dona Anita. Que sabia contar todas as histórias do quilombo, como é que era, como é que não era... Ela foi uma das primeiras aqui. Ela falava que era muito mato e que tinha gente aqui que ela nem sabia que tinha realmente. Parece que um dia ela disse pro tio que tinha fumaça ali diante e era gente morando e ninguém tinha visto. (SILVA, José Luis. 2017).

Nota-se que as representações sobre a escravização se fazem presentes nas rememorações de fala da falecida Vó Anita, indicando que, mesmo não tendo vivenciado os primeiros momentos coletivos, no qual a comunidade teve sua origem, a memória coletiva consolidou-se e caracterizou o espaço como quilombo, sendo esse entendimento transmitido oralmente com o passar das gerações e entendido como pertencente a todos aqueles que vivem na Comunidade Paredão Baixo. Nessa perspectiva, tem-se um aspecto de memória coletiva caracterizada por Michael Pollak (1992) como “memória assumida”, uma vez que essa lembrança fora transmitida à entrevistada por relato de outrem. Essa memória exerce seu caráter enquanto função social para justificar a ocupação do espaço e, mesmo que a entrevistada não tenha vivenciado o momento sobre o qual foi questionada, seu relato é essencial para a preservação da memória. Essa memória coletiva está presente de uma forma muito explícita na fala de uma moradora que, ao responder o que é “ser quilombola”, disserta sobre a escravidão, sem ter sido, de fato, uma pessoa escravizada:

Ser quilombola eu acho que é, mais ou menos, assim como... ((gaguejo)) tipo um escravo, eu acho. Deve ser os... só é uma... é um lugar onde só tem preto, e os pretinho são tudo quilombola. São do quilombo, um quilombo, né? Eu acho assim. É assim que

eu entendo por... ((rindo)) me sinto uma escrava, uma quilombola ((risos)). (SILVA, Almerinda. 2017).

Entretanto, as representações sobre escravização surgem nas memórias coletivas atribuídas especialmente à Vó Anita, já que os membros da comunidade narram em silêncio as razões pelas quais seus antepassados se estabeleceram na comunidade: “Não, não. Na verdade não. Porque, assim ó, o povo mais velho eram muito fechados. Nunca foram assim, de muita abertura. Ela dizia que a vida era difícil e que a gente tinha que ser unidos.” (ROSA, Dinara. 2017); “[...] eles não falavam sobre a vida deles, eram muito reservados e a gente tinha que tratar eles com respeito, chamando de senhor e senhora porque eram mais velhos [...]” (SILVA, Julio Cezar. 2017). O silenciamento dos antepassados e a falta de informações sobre a escravidão pode estar associada ao esquecimento, que, por sua vez, pode ser considerado um elemento para a compreensão da memória (POLLAK, 1989), uma vez que lembranças são esquecidas em relação a outras justamente pela seleção orgânica dos eventos que devem compor a memória. Determinados fatos também podem ser objetos do desejo de esquecimento por serem episódios considerados infelizes, ou seja, parte da memória subterrânea.

Mesmo enfrentando dificuldades, ex-escravizados conseguiram se estabelecer em um local que lhes pareceu refúgio seguro, sendo que esse lugar passou a abrigar outros sujeitos que se fixaram ao longo do tempo, instituindo e consolidando a Comunidade Paredão. Conforme os documentos disponíveis no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), as famílias atuais são originárias de laços estabelecidos entre os troncos Rosa, Hilário, Silva e Eufrásio que, ao longo do tempo, se multiplicaram e agregaram mais pessoas, sendo que hoje vivem no espaço cerca de 60 famílias.

Características específicas da Comunidade Paredão

Segundo relatos dos entrevistados, há algumas décadas praticamente todos os moradores professavam a fé Católica, de modo que as missas eram realizadas até mesmo em alguma das residências, embora muitos membros se dirigissem às igrejas desta denominação nas redondezas; em função das longas distâncias dos templos mais próximos e respectivas dificuldades nos deslocamentos, Hortêncio Hilário da Silva teria doado uma parcela de terras que lhe cabia para a construção de uma igreja Católica (SILVA, José Luis Hilário da; SILVA, Júlio César da. 2017), com o objetivo de garantir a união e proximidade dos moradores entre si através da fé e da religiosidade.

Na comunidade há uma igreja Evangélica, sobre a qual os registros do Diário de Campo indicam que a instalação ocorreu na residência de uma das remanescentes quilombolas, servindo inicialmente como espaço de estudo bíblico, onde crianças aprendiam a tocar instrumentos musicais; após a aposentadoria da proprietária da casa (que mora em Porto Alegre, mas vai à Comunidade regularmente), instituiu-se a igreja evangélica de denominação A Mensagem da Cruz, cuja ideologia prega a observação do sábado como dia de descanso e estudo dos Dez Mandamentos Cristãos. Também muito importante à Comunidade, situado ao lado da igreja Católica, encontra-se o poço artesiano usado para captar a água que abastece parte das residências e a sede da Associação de Moradores, também designado como “Centro Multiuso”, construído em 2014. O Centro Multiuso trata-se de um espaço atualmente utilizado para diversos fins, sendo sede das reuniões mensais da Associação de Moradores, espaço para a Festa do Padroeiro São Benedito momentos de confraternização e recepção de doativos.

Uma das práticas desenvolvidas pelos moradores é a realização da festa anual em homenagem a São Benedito, realizada desde o ano de 2013. Essa celebração inicia com missa pela manhã,

seguida de almoço e festa com animação de banda, da qual participam os moradores da localidade, grupos de Taquara e grupos vindos de outras cidades, como Porto Alegre, Gravataí e Cachoeirinha. A festa surge nas falas de vários entrevistados, que podem ser entendidos em uma perspectiva mais ampla, ou seja, em determinada conjuntura cultural e social, como afirma Alberti (2008, p. 163) ao declarar: “o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social”; nota-se que essas experiências coletivas, presentes na vida coletiva e investigadas no tempo presente, podem ser abordadas por meio de entrevistas. A realização dessa festa caracteriza-se como um elemento cultural e social dessa comunidade, pois a homenagem a um santo escolhido representa a fé dos indivíduos, de modo que o engajamento para a realização da atividade e as socializações com os grupos que vêm prestigiar o evento demonstram a sociabilidade da comunidade também com agentes externos. Assim, sobre este aspecto religiosos, segundo Reis (2000), percebe-se que a identidade e a solidariedade coletiva foram potencializadas, através de símbolos rituais que reafirmam os valores do universo espiritual e étnicos do grupo, tal qual em outros contextos, costumavam fazer os escravizados, que viam justamente nos dias festivos, grandes possibilidades de engrandecer sua coletividades e conquistar a liberdade, mediante o relaxamento do controle senhorial e do espírito livre encorajado pelos valores étnicos e religiosos.

Por meio das entrevistas realizadas, percebeu-se que na primeira metade do século XIX teve início um amplo processo de mobilidade e transição de moradores da comunidade, especialmente das mulheres. Este processo consistiu na saída de sujeitos em direção à Região Metropolitana gaúcha, onde nos municípios de Alvorada, Gravataí e Porto Alegre procuraram melhores condições de vida e oportunidades de emprego. Segundo entrevistados, as razões para a saída da comunidade foram o considerável aumento

populacional do grupo e a busca de alternativas diante das dificuldades encontradas na vida em coletividade:

Tudo era mais difícil. Então o que aconteceu: o pessoal da geração da mãe... as gurias nasceram e o que que elas faziam? Iam trabalhar de empregadas domésticas em Porto Alegre. Algumas até engravidavam. De/ (Porque até por ter ido de fora), assim, por ser mais chuchrinhas, mais bobinhas... né? Chegavam lá em Porto Alegre, o que elas faziam? Engravidavam. E a maioria delas, assim, tias da mãe, por exemplo, irmãs da vó, mais novas, são todas mães solteiras. Né? Então, chegava lá em Porto Alegre e acontecia isso daí. Então, o que aconteceu? Então esse pessoal todo, e já foi ficando por Porto Alegre mesmo. Por que tinha/ a ideia de que aqui, né, era lugar ruim de viver. Era lugar difícil de viver... até porque não tinha luz elétrica, não tinha televisão. E elas, quando vinham morar lá, nas casas de Porto Alegre, o que elas viam? Luz elétrica, televisão, todo aquele... conforto... (ROSA, A. 2017)

Conforme Fabiano Dotto (2011), a vida na cidade em seu âmbito urbano pôde ser entendida como uma alternativa em busca de melhores condições de vida, tanto no aspecto profissional quanto no campo do lazer, pois naquele contexto, o meio rural era percebido com limitações de recursos. Novas formas de vivências e busca de empregos fora da comunidade eram estratégias percebidas pelas mulheres como um modo de ascensão pessoal e também auxílio aos familiares que permaneciam no Paredão; fatores relacionados ao desenvolvimento e progresso tecnológico influenciaram a permanência na Região Metropolitana, uma vez que a vida na comunidade apresentava restrições diversas. As atividades de trabalho instituídas a partir dessas inserções de jovens na Região Metropolitana voltaram-se a afazeres relacionados à prestação de serviços, como zelador, faxineira, cozinheira, doméstica, copeiro e motorista, muitos deles sendo trabalhos informais. Muitas famílias da Comunidade Paredão enviaram seus filhos jovens para buscarem emprego e assim, auxiliarem na manutenção daqueles que

permaneceram na zona rural; este processo se intensificou significativamente pelas décadas seguintes.

É importante destacar que ao longo das décadas, a Comunidade Paredão e toda a região passaram por transformações em diversos aspectos; valores, concepções e identidades foram ressignificadas, em especial a dos sujeitos que outrora saíram da comunidade para viver na Região Metropolitana. Neste sentido, Maria Regina Celestino de Almeida (2012, p. 166) afirma que “as identidades são, hoje, entendidas como construções fluidas, múltiplas e cambiáveis, que se constroem por meio de complexos processos de apropriação e ressignificações culturais nas experiências entre grupos e indivíduos que interagem”, de modo que Stuart Hall (2002) indica a funcionalidade de vínculos – como a tradição – aos quais os indivíduos recorrem para dar sentido ao mundo, mas sem total enraizamento a esses, devido à dialógica das relações; assim, o entendimento de pertencimento a um grupo social está presente na identidade dos sujeitos, enquanto elementos dos meios de interação fomentam as transformações de ideias e concepções de mundo.

Se outrora a Região Metropolitana representada um destino mais promissor para a vida, agora o retorno à Comunidade Paredão é objeto de desejo de muitos remanescentes quilombolas. Este retorno pode ser justificado por vários aspectos, sendo eles o sentimento de pertencimento, através da ação social comunitária (Weber, 1987); entendimento de segurança e aconchego encontrados na Comunidade Paredão, perante a vida na sociedade cujos diversos elementos foram suprimidos pelo progresso moderno (Bauman, 2003); ainda, pela possibilidade de garantir residência mediante o reconhecimento e titulação das terras, visto que o processo de reconhecimento e titulação encontra-se em pleno andamento.

A partir das observações registradas no Diário de Campo e nas análises ocorridas depois das entrevistas, percebeu-se que estes remanescentes que saíram da comunidade possuem concepções de posse privada e coletiva distinta daqueles moradores que sempre viveram no Paredão, sendo este, um dos aspectos que geram os

conflitos internos, especialmente sobre a questão da terra⁸, entendida como um elemento essencial aos entrevistados. Cabe mencionar que estes conflitos ocorridos pela divergência de concepções entre moradores reflete que, mesmo que a expectativa daqueles que saíram e retornaram à Comunidade Paredão releve um “paraíso perdido ou paraíso ainda esperado” (BAUMAN, 2003, p. 09), a vida em comunidade exige a abdicação da liberdade individual em nome da coletividade.

Ainda sobre o aspecto do retorno, nota-se que aqueles que se afastaram da comunidade reconhecem suas raízes e relacionam-nas a etnicidade negra e ancestralidade comum, mas agregaram novos entendimentos e posturas de vida, devido as suas vivências em outros meios. Entende-se que esse fenômeno é um dos aspectos culturais da Comunidade Paredão, e para ser reconhecido como tal, é necessário “compreender sua normalidade sem reduzir sua particularidade” (GEERTZ, 1989, p. 24). Todavia, alguns moradores da Comunidade Paredão não aceitam essas novas concepções e posturas de seus pares, de forma que sobre a posse dos mesmos sobre as terras, negam-lhes essa possibilidade pelo fato de terem deixado o local em algum momento de suas vidas: muitos moradores que sempre viveram na comunidade apresentam grande resistência a este movimento de mobilidade.

Considerações finais

A Comunidade Paredão está em pleno andamento quanto ao seu processo de titulação e reconhecimento, no qual busca sua legitimação plena perante a comunidade regional, reconhecida essencialmente pela colonização europeia.

Através de lembranças e elementos subjetivos presentes nas entrevistas, identificaram-se, na Comunidade Paredão, os

⁸ Nesse sentido, entende-se por “terra” a parcela física no conjunto territorial, sendo ele o espaço de moradia, plantio e criação de animais.

parâmetros para a definição de comunidade remanescente quilombola: a comunidade abordada na pesquisa é uma comunidade negra rural, sendo habitada, no momento, por descendentes diretos e indiretos de escravizados, sendo que esses mantêm laços de parentesco (consanguíneos) estabelecidos a partir de quatro troncos familiares principais, sendo eles Rosa, Hilário, Silva e Eufrásio. Essas famílias vivem em terras cujas formas de posse ainda necessitam maior investigação, mas, mesmo sem a localização de escrituras ou inventários que determinam os espaços, há o desenvolvimento de um grupo social com histórias e características próprias, capazes de legitimá-lo enquanto remanescente quilombola.

Os remanescentes quilombolas necessitaram adaptar suas vivências e relações a fim de desenvolver estratégias que possibilitassem a subsistência de famílias e indivíduos, sendo que um dos recursos utilizados a partir da primeira metade do século XIX foi o envio de jovens para trabalho na Região Metropolitana. Levando em consideração um período escravocrata que acabara de ser interrompido, muitas destas relações de trabalho foram sublimadas por atividades outrora desenvolvidas por escravizados, sendo que as mesmas se constituíram de maneira informal na maioria das vezes. Com o passar dos anos e décadas, o movimento se intensificou e as realidades se transformaram, de forma que retornar a Comunidade Paredão passou a ser um desejo, até que pudesse ser efetivado, pois apesar das novas bagagens, os entrevistados destacaram a consciência de identidade fundamentada nas relações familiares, concepções de raça e identificação com o território. Esta mobilidade caracterizada pelos movimentos de saída e retorno de alguns remanescentes quilombolas tornou-se um marco da Comunidade Paredão, sendo que o fenômeno possui várias justificativas.

A valorização da “terra” como importante elemento a todos os remanescentes quilombolas do Paredão evidenciam as diversas concepções de propriedade, posse, individualidade e coletividade; Quanto à questão territorial, os entrevistados evidenciaram que esse é um elemento comum na formação da identidade local. Os

interlocutores apresentam em suas falas a importância da terra quilombola, considerando-a elemento essencial em suas existências. Leite (2010) afirma que a terra não é o elemento primordial de uma comunidade, mas é nela que as diversas relações passam a existir, de modo que a territorialidade apontada por Lopez (2011) indica a flexibilidade e a dinamicidade das diversas redes de relações existentes entre os moradores da comunidade.

Dessa maneira, através do reconhecimento de laços consanguíneos, sentimentos de pertença ao grupo, identificação da etnicidade e elementos de um passado comum, evidencia-se que os moradores da Comunidade Paredão se reconhecem também pelo uso e ocupação de terras da localidade, sendo possível perceber que, culturalmente, os indivíduos que saíram da comunidade por algum tempo para trabalhar entendem “seus espaços” como propriedade privada, enquanto aqueles que sempre permaneceram na comunidade entendem o território enquanto espaço coletivo – este aspecto contraditório quanto às concepções de posse é o principal gerador de conflitos internos.

Referências

- ALBERTI, Verena. Fontes orais: História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion;
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 151-168.
- ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 2, p. 7-38, out. 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131997000200001>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRASIL. *Artigo 68 da Constituição Federal de 1988*. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp>. Acesso em: 25 maio 2018.

_____. *Lei n. 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 15 maio 2018.

_____. *Lei n. 11.645*, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em 30 de out. 2018.

DOTTO, Fabiano. *Fatores que influenciam a permanência dos jovens na Agricultura familiar, no Estado de Mato Grosso Do Sul*. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2011.

ENGELMANN, Erni Guilherme. *A saga dos alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo*. Igrejinha: Comunicação Impressa, 2005. v. 2.

FARIAS, Deolinda Luiza da Silva. *Deolinda Luiza da Silva Farias*: entrevista [maio 2017]. Entrevistadora: Daiane Arend Flores de Oliveira. Taquara, 2017. 1 arquivo .mp3 (35min 10s).

FIABANI, Adelmir. *Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]*. 2008. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

INCRA. *Estrutura Fundiária: quilombolas*. [2015]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em: 07 maio 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.) et al. *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010. p. 17-40. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/liro_territorios_quilombolas_conflitos.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

LOPEZ, Dilmar Luiz. Territorialidade como processo de organização social, política e cultural. In: MELO, Ana Lucia Aguiar. "*Palmas*" para o quilombo: processos de territorialidade e etnicidade negra. Santa Maria: UFSM, 2011.

MAGALHÃES, Dóris R. F. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na Fronteira no Vale do Sinos*. 2003. 574 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA. *Área do Quilombo de Paredão Baixo*. Taquara, 2009. 1 mapa. Disponível em: <http://www.taquara.rs.gov.br/?template=abre_Anexos&arquivo=4711&nomeArquivo=Mapa_Quilombo-Nov2009&categoria.>. Acesso em: 25 maio 2018.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

- REIS, João José. Nos achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Editora Senac, São Paulo: 2000, p. 243-263.
- ROSA, Dinara Teresinha da Silva. *Dinara Teresinha da Silva Rosa: entrevista* [maio 2017]. Entrevistadora: Daiane Arend Flores de Oliveira. Taquara, 2017. 1 arquivo .mp3 (30min 10s).
- RUBERT, Rosane A. *As comunidades negras rurais no RS: um levantamento socioantropológico preliminar*. Porto Alegre: RS RURAL, IICA, 2005.
- SILVA, Antônio Hilário da. *Antônio Hilário da Silva: entrevista* [out. 2017]. Entrevistadora: Daiane Arend Flores de Oliveira. Taquara, 2017. 1 arquivo .mp3 (37min 07s).
- SILVA, José Luis Hilário da. *José Luis Hilário da Silva: entrevista* [abr. 2017]. Entrevistadora: Daiane Arend Flores de Oliveira. Taquara, 2017. 1 arquivo .mp3 (22min 45s).
- SILVA, Júlio César da. *Júlio César da Silva: entrevista* [nov. 2017]. Entrevistadora: Daiane Arend Flores de Oliveira. Taquara, 2017. 1 arquivo .mp3 (40min 45s).
- SILVA, Maria Arlinda da. *Maria Arlinda da Silva: entrevista* [maio 2017]. Entrevistadora: Daiane Arend Flores de Oliveira. Taquara, 2017. 1 arquivo .mp3 (39min 47s).
- VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.) *História Geral da África, I: metodologia e pré-história da África*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 7, p. 139-166.
- WEBER, Max. *Conceitos Básicos de Sociologia*. São Paulo: Moraes, 1987.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

**Migrações diaspóricas.
O passado escravizado e o presente discriminado.
Negro (auto)biográfico:
cotistas na UFSM, o real, o simbólico e o imaginário**

*Daniela da Silva dos Santos*¹

*Jorge Luiz da Cunha*²

Introdução

A mulher Negra tem muitas formas de estar no mundo (todos têm). Mas um contexto desfavorável, um cenário de discriminações, as estatísticas que demonstram pobreza, baixa escolaridade, subempregos, violações de direitos humanos, traduzem histórias de dor. Quem não vê? Parcelas da sociedade estão dizendo para você que este é o cenário. (EVARISTO, 2017, p. 13).

Ao escrever sobre negras e negros que acessaram pelo sistema de cotas a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nos deparamos com o desafio de falar sobre ingresso, permanência e conclusão, considerando o acesso ao contexto universitário um movimento diaspórico e de construção de um conjunto de alternativas de novas consciências de si e identidades socioculturais.

¹ Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: danielasilva.2003@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-Mail: jlcunha11@yahoo.com.br.

Utilizando as narrativas autobiográficas de negras e negros para narrar suas trajetórias dentro do sistema de educação superior, através da aplicação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que oportunizou um aumento significativo de seu ingresso nas universidades de todo o país. Essas narrativas nos trouxeram fontes fundamentais para a interpretação de como o ensino superior na UFSM está se inter-relacionando com o processo de ingresso, permanência e conclusão.

Para Passeggi (2017) as memórias de si, quando associadas aos contextos existenciais através das narrativas de si, abarcam experiência de ressignificações e mudanças de si:

Quem já escreveu um memorial sabe que a experiência dessa escrita institucional de si não se faz sem uma gama de emoções, ela exige que se procure no mais profundo do ser, razões para se interrogar, para tingir com novas cores as páginas da vida, as que foram se desfazendo no caminho e as que se delineiam no horizonte. Esse exercício não se faz sem medos, sem angústias, sem emoções. O encontro consigo mesmo, sua verdade provisória, é o que mais inquieta. A consciência de tal provisoriedade afugenta o desejo de criar uma imagem de si cristalizada pela narrativa, o processo de escrita cria momentos de silêncio, zonas mortas, longas horas de solidão. (PASSEGGI, 2017, p. 111).

As negras e negros tentaram ressignificar trajetórias, angústias, tristezas, raivas, mágoas, ódios, amarguras, alienações, apatias, resistindo a cada novo desafio. Pois, narrar para viver é uma estratégia vital para a construção e preservação da autonomia. Estudantes que, em uma luta constante de negociação e conflito, como dizem Eduardo Silva e José João Reis (1989), se tornaram agentes históricos capazes de traduzir os seus interesses em reivindicações, exercendo pressão para a transformação do regime social e político que os oprime. Pois, o peso da caneta é mais leve que o da enxada, mas, requer mais responsabilidade e comprometimento. Desde muito cedo aprenderam que o conhecimento no Brasil era privilégio de poucos. Desafiaram o

aparentemente impossível, experimentaram o peso da caneta e suas possibilidades. Assim, narraram suas histórias e se apropriaram de novas formas de lutas, resistências, enfrentamentos, vivências, transcendências, ressignificações, amores, alegrias e coragens.

A posição política e crítica é condição para se elevar do sensível ao inteligível, produzindo bases intelectuais que sobrepujam as bases materiais – que historicamente produziram as desigualdades entre os seres humanos.

Autonomia, assim entendida, leva a necessidade da ação, como ação política em detrimento de uma disposição humana meramente especulativa que, invariavelmente, conduz a destinação da condição humana a espaços ideais e transcendentais. Esta disposição política e crítica é condição para elevar-se do sensível ao inteligível, não apenas conhecendo as condições objetivas da existência de si (de seu corpo e de todas as relações possíveis com a materialidade dos contextos de sua existência), mas significando tudo através do conhecimento desta existência humana. (CUNHA, 2016, p. 88).

Ao falar de autonomia também estamos interligando e ampliando a concepção para o ser histórico e político. Mostrando como são ocupados os espaços na educação e na sociedade, elaborando no caminho percorrido os fundamentos que alicerçam a consciência de si, sem hierarquização entre as atividades e identidades assumidas por cada um em diferentes contextos de relações com outros.

Estamos nos referindo ao processo de ingresso ao ensino superior que por muitos anos ficou à disposição apenas para as elites de nossa sociedade, como estratégia de reificação de um modelo identitário eurocêntrico não associado com a realidade étnica e cultural dos brasileiros.

Ainda temos uma enorme falta de representatividade de profissionais negras e negros em todos os ambientes de nossa sociedade. Aqui se fala de profissionais e intelectuais que já passaram pelo ensino superior e que usufruíram de um ensino

superior de qualidade. E as cotas vieram com proposta de equidade de acesso para todos e de superação da hegemonia de uma pequena parcela da população.

É caminhando que se constrói o caminho

Mas eu nunca esquecera a minha mãe. Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e todas as mulheres de minha família. E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas as nossas ancestrais, que desde África vinham arando a terra da vida com suas próprias mãos, palavras e sangue. Não, eu não esqueço essas Senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias. (EVARISTO, 2017, p. 18).

Com as trajetórias de vida, narrativas de si, construímos e embasamos a pesquisa qualitativa que fundamenta metodologicamente o projeto no qual se ancora este texto. Nas entrevistas foram realizadas perguntas abertas direcionadas as negras e negros cotistas da UFSM que se dispuseram a participar, sempre associadas com as técnicas de escuta. Neste sentido, vale destacar:

Na entrevista narrativa, a linguagem se inscreve como mecanismo de representação da realidade experienciada, além de se constituir como um elemento de mediação entre realidade e a interpretação das realidades narradas. Esse princípio da compreensão de si e das experiências vividas que atravessa a técnica da entrevista nos revela o encorajamento da palavra e o empoderamento do sujeito no processo de narrar/textualizar a vida. (SOUZA, MEIRELES, 2017, p. 137).

A pesquisa qualitativa, de cunho descritivo, se apresentando como um estudo de caso, para produzir uma aproximação intrínseca com as negras e negros cotistas, se ocupa com uma realidade que não pode ser doutrinária ou ideologicamente qualificada. Pois, “trabalha com um universo de significados, crenças, valores em um espaço mais profundo das relações de fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalizações de variáveis” (SPINDOLA, SANTOS, 2003, p. 120).

Neste sentido, o caminhar metodologicamente se torna um desafio, pois, nos deparamos com as possibilidades de ouvir e registrar histórias ímpares de sujeitos inigualáveis. A construção de uma metodologia, neste contexto, torna-se propositiva, pois, estamos lidando com trajetórias, representadas através de palavras: - “A narrativa não entrega os ‘fatos’, mas as ‘palavras’: a vida recontada não é a vida. Essa constatação tão simples e, ao mesmo tempo, tão difícil de se compreender, tão forte é a ilusão do realismo da linguagem, merece ser constantemente lembrada.” (DELORY-MOMBERGER, 2006, p. 361)

As negras e negros envolvidos nesta pesquisa foram estudantes que acessaram a UFSM pelo sistema de cotas, desde 2009. Escolhemos o ano de 2009 por acharmos fundamental tentar encontrar, além dos graduandos, alunas e alunos que ainda estavam dentro do ambiente universitário, em cursos de pós-graduação. A busca por entender o que é ser uma negra ou um negro cotista dentro da UFSM e quais os desafios frente ao ingresso, a permanência e a conclusão, foram nosso ponto focal.

Na busca de criar um modelo de pesquisa onde negras e negros indicassem outras e outros para novas narrativas de si, foi utilizado o método chamado *snowball* - bola de neve³.

Em um processo sequencial, após o encontro do primeiro entrevistado e suas indicações, tivemos a possibilidade de vislumbrar o encadeamento e as proporções, além da potência que esta técnica traria para o trabalho. Destacamos que em uma pesquisa qualitativa com a utilização da técnica *snowball*, para chegarmos nas narrativas de vida destes estudantes negras e negros

³ “A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador.” (VINUTO, 2014, p. 203).

dentro da UFSM, incidiu no trabalho a possibilidade de autoconstrução dos envolvidos através do sentimento e da ação de agregadores.

Refletindo dentro da UFSM

Na construção contínua de significar e ressignificar desafios através do ‘real, simbólico e imaginário’ de Lacan (1995) cada sujeito cria seus contornos. As narrativas e histórias de vida se tornaram fundamentais para a compreensão de como cada sujeito trata dos registros essenciais de sua realidade própria e contextual através do simbolismo, da imaginação e da real realidade. Pois, ao buscar apreender discursos e falas, nos damos conta do quanto as entrelinhas estão entrelaçadas aos sujeitos e as suas histórias. É neste contexto, que as narrativas autobiográficas nos ajudaram a construir um entendimento sobre o sistema de cotas da UFSM, a compreensão da permanência e dos desafios que estes estudantes enfrentaram no ambiente universitário e sua forma de significar cada desafio enfrentado.

O que dá forma ao vivido é a experiência do humano. A narrativa não é, portanto, somente o sistema simbólico. A narrativa é o lugar onde o indivíduo humano toma forma, onde ele elabora e experimenta a história de sua vida (DELORY-MOBERGER, 2006).

Há uma busca constante por ampliar o foco olhando para atos, atitudes, discursos, formas de pensar, que muitas vezes são objetivados e tomados como realidade, se tornando verdades absolutas na sociedade. Discursos como o da meritocracia são transformados em bandeiras que promovem e justificam disputas e atitudes impensadas e desarticuladas, sem questionamentos mais efetivos no meio acadêmico e legitimando, assim, a hegemonia de uma elite que busca a perpetuar seu ilegítimo poder adquirido ao longo dos séculos.

Pesquisar cotas dentro destes contextos se torna um desafio. Muitos discursos de não cotistas são, na maioria das vezes,

desencontrados. Em algumas situações impera a estratégia de salvar privilégios próprios, diante daqueles que, no discurso racista e discriminatório são indicados como incapazes e não merecedores do acesso ao espaço universitário. Na verdade, uma estratégia política de perpetuação de não reconhecimento da diversidade humana e de injustas desigualdades. Estamos falando da fabricação ideológica de muitos séculos, atrelada ao religioso, político, judicial, econômico e social. Fabricaram um negro que foi impedido em seu ir e vir no mundo. Foi discriminado e julgado, não por sua capacidade racional e intelectual, mas pela cor de sua pele. Deslegitimando suas culturas, suas características reais, simbólicas e imaginárias, suas formas de ver e viver o mundo:

A cor e a pele e as características fenotípicas acabam operando como referências que associam de forma inseparável raça e condição social, e que leva o afrodescendente a introjeção de um julgamento de inferioridade, não somente quanto ao aspecto racial, mas também em relações socioeconômicas, implicando o favorecimento de uma concentração racial de renda, de prestígio social e de poder por parte do grupo dominante. No entanto, como há uma negação do preconceito racial por parte deste mesmo grupo, essa atitude tende a manter o conceito de serem as misérias inerentes ao destino humano Negro. (FERREIRA, 2009, p. 42).

Importante deixar claro que estamos nos referindo a uma questão que, na maioria das vezes está atrelada, ao fenótipo destes sujeitos; e, nunca a sua capacidade de estar no mundo e ser propositivo nele. Também é necessário frisar que este assunto necessita de aprofundamento teórico, para demonstrar o de imaginário foi e continua embutido na questão cor. No Brasil, um país onde os povos se misturaram e criaram um caleidoscópio de cores e matizes étnicas, ainda encontramos fenótipos, prejudicados por uma discriminação e criminalização ímpar. A proposição é criar a possibilidade de debate, diálogo mais aprofundado, na tentativa de produzir desnaturalizações e discussões importantes para aqueles que ainda se encontram na periferia do sistema.

Ricardo Ferreira (2009), relata que há um processo de desvalorização dos elementos das cosmovisões de matrizes africanas. Vivemos em uma sociedade na qual os valores determinados por uma cultura branca europeia são vistos como superiores, ocasionando, aos afrodescendentes o desenvolvimento de uma autoimagem negativa, acompanhada de baixa autoestima. Perpetuando um processo de exclusão e uma existência precária sustentada por mecanismos sociais.

Em uma instituição como a UFSM, estes mecanismos são utilizados frequentemente. Muitos discursos de permanência são atrelados a questão de mérito: - quem merece estar dentro de uma instituição federal são pessoas que tiveram ao longo de sua carreira estudantil a oportunidade de estudar em colégios de excelência de suas cidades e que, portanto, teriam uma capacidade intelectual melhor para ingressar e se adaptar em um processo formativo concorrido e disputado, como o universitário.

Estamos nos referindo a Centros Universitários da UFSM que exigem muito dos alunos para que suas avaliações por instituições como Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), entre outras, não caiam e seus prestígios e recursos se mantenham para os projetos de pesquisas e pesquisadores. Falamos de disputas internas atreladas ao poder e manutenção de algumas regalias. Este contexto torna inviável tocar em pautas importantes para a sociedade acadêmica que busca melhorar a permanência de alguns alunos na instituição. Pois, para muitos centros, os alunas/os negras e negros não deveriam ter acesso via cotas. O discurso de democracia racial impera nestes ambientes.

Assim, reiteramos que não é uma questão de mérito ou de meritocracia e sim um caleidoscópio de disposições políticas, econômicas e sociais, que na maioria das vezes priorizam algumas esferas sociais e sua manutenção em joguetes políticos de articulação para permanência de alguns. Fato que transita em

discursos dos mais capacitados para assumirem ambientes para poucos privilegiados intelectualmente, que através de seus esforços próprios alcançam o espaço universitário. Uma falácia política e uma ação conservadora e desumana!

O mito da democracia racial encobre o preconceito e torna muito mais difícil o combate efetivo da injustiça para com sujeitos e grupos étnicos diversos do branco-europeu. Assim, a discriminação opera de maneira inconsciente e nem sempre identificável como tal (FERREIRA, 2009).

Ricardo Ferreira ainda nos alerta para o preconceito se revelando no dia a dia, nas situações mais simples, apesar da crença consolidada de se viver no país da democracia racial. As pessoas desenvolvem um mundo simbólico, em que as características fenotípicas acabam operando como referências para o preconceito. “Estamos falando de um preconceito velado e muitas vezes encoberto com frases educadas e eufemismos, que alimentam o mito do brasileiro de estarmos vivendo em um paraíso de coexistência e aceitação das singularidades, visão que conserva o sistema, pois, não o enfrentamos de frente devido sua não existência” (FERREIRA, 2009, p. 18).

Ao entrevistar os alunos negros percebemos que nem mesmo na universidade a ‘pauta cotas’ é senso comum. Muitos alunos e professores ainda reproduzem discursos conservadores e obsoletos:

O Centro de Ciências Rurais - CCR e o Centro de Tecnologia - CT são os centros que a gente vê na universidade que são mais conservadores e os mais difíceis de incidir sobre essas pautas; e, isso vai te dar um nível de estresse porque, por exemplo: - enquanto dentro do Centro de Ciências Sociais e Humanas - CSSH não é fácil, mas, lá dentro, se tu for falar com um professor, com alunos, ... muito provavelmente vão te ouvir, se for falar sobre racismo institucional. Agora dentro do CCR dentro do CT vão rir, vão debochar, vão dizer que não existe. E sequer vão te ouvir! Eu digo isso com propriedade porque foi o que tentei fazer dentro do

CCR, ... e isso nos dá um nível de estresse muito, muito irritado...
(DZIKO, 2017)⁴.

Encontramos dores e sofrimentos psíquicos dentro de uma instituição universitária importante. Encontramos brechas que o sistema deixa para que eventos racistas se perpetuem. O que indica que a maioria das instituições pensou no ingresso, mas, não tratou ainda sobre a permanência e a conclusão dos que querem ficar.

Para criar alternativas transformadoras de conceitos e vivências naturalizadas, se faz necessário criar uma conceituação e uma descrição do que é ser negra e negro dentro de uma instituição universitária federal. Sendo preciso criar reconhecimentos desses que adentraram e estão em processo de formação de consciência de seus limites e possibilidades através de suas narrativas. Porque, “falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso da civilização. Um humano que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito.” (FANON, 2008, p,33).

Decodificando o que está implícito no social essas negras e negros devem se responsabilizar por suas escolhas. Mesmo que sua incompletude denuncie a falta que não poderá ser suprida, nem pela linguagem, nem pelo desejo, nem pelo sintoma. Tendo que, na suportabilidade do dia a dia produzir novas significações, para dar conta das angústias, tristezas e dores que o amedrontam a cada novo amanhecer.

Na tentativa de pensar como negros e negras foram paulatinamente ressignificando sua cultura, ao longo dos séculos, atrelados ao medo de transparecer dentro das senzalas suas mais profundas crenças, leva-nos a reconstrução de histórias como uma das possibilidades mais fortes no advento da fala, pois, só narrando nos tornamos humanos, só narrando construímos novas

⁴ As narrativas citadas permaneceram literalmente como os entrevistados as expressaram. Algumas repetições são ênfases ou retificações dos narradores, identificados com o uso de nomes africanos.

simbolizações, só narrando criamos um imaginário, só narrando damos conta de um real extremamente doloroso, só narrando nos tornamos sujeitos da linguagem.

Ao narrar e ressignificar esvanecemos os simbólicos forjados e amontoados nos imaginários sociais e criamos a possibilidade de nos desdizermos e reelaborarmos novamente a simbolização falaciosa. Descobrimos as senhas, os códigos, os registros e criamos um livro onde inscrevemos os atos, as questões de cada dia (CLAVURIER, 2013). Um desafio de reconstruir através da narrativa a possibilidade de lidar com adversidades que muitas vezes parecem irreais, subentendidas ou escondidas para que não apareçam. Dificuldades e adversidades que alguns negros e negras terão que entender, para combater-las:

Ser cotista na UFSM é um desafio. É um campo minado. Mas, também é encontrar com outras pessoas negras e se ajudar se auto afirmar. Ser cotista na universidade é difícil! Mas, também em certos momentos é confortante. É reconfortante tu ver outros negros lá batalhando e vencendo essas barreiras que tem dentro da universidade (ADETOKUMBO, 2017).

Os símbolos da discriminação se tornam uma arma simbólica de matança coletiva de ideais, sonhos, esperanças, construções de si atrelados via preconceito e discriminação.

A discriminação é tão sutil, mas tão real que muitos só sentem, não entendem. É uma senha. Joël Dor (1989) irá convergir e retificar a ideia de Lacan e Saussure sobre o signo linguístico. Com efeito, não une uma coisa e um nome, mas um conceito de uma imagem acústica (a marca física deste som) à representação que nos é dada pelos nossos sentidos. Aqui o plano é o registro da linguagem como detentora de uma função que funciona, - como lembra Lacan (2005) -, como senha; que é aquilo graças ao qual não se reconhecem os participantes do grupo, mas o próprio grupo se constitui como tal. A significação de tal palavra é designar aquele

que a pronúncia como tendo esta ou aquela propriedade que responde à questão precisa da senha:

Eu fiz ter. Não tem espaço pra nós, mas o meu espaço de fala eu tenho. Eu falo. E resisti muito... resisti bastante! Mas, eu tenho espaço de fala aqui dentro. Eu posso sim. Em qualquer lugar aqui dentro da universidade me fazer ser ouvida! Isso eu tenho certeza absoluta. Se eu vou conseguir alguma coisa não sei. Mas, eu vou conseguir ser ouvida, eu não vou sair de lugar nenhum dentro da universidade sem a resposta que eu quero. Isso eu sei. Tanto dentro da sala de aula quanto nos outros âmbitos aqui. Os ambientes da universidade, mas eu sei que não é todo mundo, não. As coisas que eu construí foram por conta da minha militância aqui dentro da universidade. (ADEBANKE, 2017).

Alguns grupos podendo estabelecer senhas, privilegiaram aqueles que as decodificaram e souberam utilizá-las. Estas serão decodificadas por aqueles que possuem artefatos sublimatórios das impossibilidades do humano e terão que vestir os trajes da alienação e da neurose social. Como objeto cheguei ao mundo pretendendo descobrir o sentido das coisas, minha alma cheia de desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos. (FANON, 2008).

Lembramos através de Dor (1989) o efeito surpresa, onde a iminência de um perigo psíquico cujo fluxo de excitações poderia não ser contido pela economia do sujeito. Este fluxo de excitações que tem sua origem em uma inscrição anterior de uma situação de angústia deve poder encontrar um limiar de “alarme” suficiente para alertar o sujeito. O efeito surpresa opera como signo percursor de um afeto traumático, passado reavivado pela falha do presente. O sintoma encontrará seu ponto de inserção em torno deste sinal de angústia, que perpassa o enfrentar o olhar branco:

No mundo branco o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de

incertezas. Ficaram resíduos de sensações e percepções de ordem sobretudo tátil, espacial, cinestésica e visual, mas pelo outro branco, que os teceu para mim, através de mil detalhes, anedotas, relatos” (FANON, 2008, p. 104).

Há uma exemplo claro associado a esta citação de Fanon (2008) na narrativa que segue:

É a isso que eu atribuo o consciente ao não-consciente. Se o cara já tem consciência ele também pode sair. Pode ter a evasão por conta disso, mas, eu acho que quando ele tem a consciência ele sai, mas, ele vai pontuar. Entende?? Foram xis momentos... foram xis atividades e atitudes... que eu sofri e que me fizeram pensar que talvez outro espaço seja melhor pra mim... agora quando o negro não tem essa consciência ele vai dizer que é porque as cadeiras são muito difíceis, a grade está muito retrograda, estas questões assim... ele não consegue entender que o trabalho dele muitas das vezes foi excluído ou teve uma nota menor, ou superestimaram a apresentação dele por ele ser negro, e na verdade ele não tinha que corresponder aquilo... então ele apresentou como ele achava melhor, isso foi uma nota bem abaixo da média por exemplo, isso vai corroborar para a saída de um negro ou uma negra e pode não ser consciente. (DZIKO, 2017).

Muitos discutem que em nossa democracia não existe racismo, pois, todas as raças formaram uma, a brasileira. No entanto, nos questionamos como o negro reconhece que está sendo discriminado, frisado, avaliado, julgado pelo simples olhar ou por palavras? Ele frisa sua luta desde o início: “Ser negro é nascer lutando. É nascer lutando. Tu já nasce com duas espadas de São Jorge na mão”. (ADETOKUMBO,2017). Luta que perpassa o entendimento do lugar que todos as negras e negros ocupam dentro do sistema. Buscando fazer entendimentos de como ocorrem a cada novo dia novos desafios. Mais precisamente dentro do ambiente universitário, que intensificam as disposições de disputas por lugares que já teriam ‘donos’.

A história da alienação da condição humana através da exploração do trabalho alheio, e da comercialização e industrialização, ao longo dos séculos solidificou o capitalismo, detentor e promotor de meios escusos de dominação e submissão de etnias e culturas. Em muitos casos, os sujeitos estão inseridos na linguagem ainda como signo, não possuindo as senhas sociais e se possuírem algumas, elas não são suficientes para um entendimento mais amplo da conjectura.

A palavra ‘fala’ significa mais do que um sentido linguístico. É também uma ação, um ato. É também, as vezes, um objeto, ou seja, alguma coisa que carrega um feixe simbólico. Mas, a partir do ato da ‘fala’, algo que não existia passa a existir. Esta fala mediadora permite entre dois sujeitos, transcender a relação agressiva fundamental como miragem do semelhante. O sujeito humano é especialmente exposto, ao surgimento da vertigem, e, para afastá-la, ele experimenta a necessidade de fazer algo transcendente (LACAN, 2005, p. 31):

Eu agradeço a todas as pessoas! À Maria Rita com certeza. Porque é uma coisa pequena te chamar para o grupo de estudo, mas, pra quem trabalha é negro e tem que estudar uma coisa que muito teórica. E tu perde muito tempo com leitura e principalmente a gente acha que sabe estudar né... quando a gente chega lá que a gente vê o que é estudar...tu te depara com um texto de cinquenta página... tu tem que ler isso daqui... tu nunca parou... né. Eu agrego a permanência e a entrada aos negros que me ajudaram, amigos que nunca deixaram de dizer: - não negão vai lá... não vai lá... não para, vai estudar que é a tua cara. (ADETOKUMBO, 2017).

Falar é buscar um sujeito negro que demanda ressignificar o sintoma da escravidão, os vestígios deixados na autoestima, as angústias, os medos. Para não cair no engodo de que um ‘branqueamento’ poderia lhe auxiliar na produção de menor angústia e sofrimento, em uma fuga de si mesmo. Através da negação de sua própria identidade afrodescendente, que por séculos foi carregada de estereótipos pejorativos. Fanon (2008) relata que o

negro não pode e não deve, enquanto humano, satisfazer-se com um isolamento onde só existe uma única porta de saída que daria no mundo branco. Onde a preocupação permanente em atrair a atenção do branco, o desejo de ser poderoso como o branco, essa vontade de adquirir as propriedades de revestimento, a parte do ser e do ter para constituir um ego, vinculado ao: - ser branco é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente.

Nossa sociedade, segundo Ferreira (2009), onde são fomentados estereótipos relativos a grupos raciais, alguns associados à qualidades negativas, como ‘feio’, ‘incapaz’, ‘ignorante’, ‘desonesto’, e o outro, a termos como ‘belo’, ‘inteligente’ e ‘trabalhador’, não seria estranho que o afrodescendente fosse levado a se referenciar no segundo grupo. Identificando-se com o grupo a que se atribuem qualidades positivas, na tentativa de se afirmar positivamente e promover sentimentos de valor em relação a si próprio. No entanto, para isso teria que distorcer seus aspectos pessoais, esvanecendo suas origens africanas e se articulando à condições europeias, negatizando sua constituição e sua autoestima:

Eu atribuo essa negritude consciente um pouco, por exemplo, a tu usar o ‘black’, usar um turbante e tu te colocar nos espaços dizendo que tu é um negro. Pra mim, eu acho que não existe, eu não costumo ter um conceito pronto assim! Porque eu acho que eu tenho muito a conhecer, em relação a isso. Mas, pra mim o negro na universidade, em algum momento, vai ter essa consciência. Seja porque ele procurou, seja porque ele conheceu pessoas que foram falando, seja num coletivo, ou seja por aquela maneira doída dos colegas. A estrutura toda vai fazer ele saber que ele é negro, porque todo o dia reiteram pra ele que ele é negro. Eu acho que em algum momento essa consciência vai chegar. (DZIKO, 2017).

Se um indivíduo se encontra a tal ponto submerso pelo desejo de ser branco, é porque vive em uma sociedade que torna passível seu complexo de inferioridade. Em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, e da afirmação da superioridade de uma raça. É na medida exata em que a sociedade lhe

causa dificuldades que ele é colocado em uma situação neurótica. A tentativa de trazer à consciência, esta busca alucinatória por embranquecimento se torna necessária para alcançar mudanças nas estruturas sociais. O negro não pode mais ficar no limiar entre o branquear ou desaparecer e, sim, tomar consciência de uma nova possibilidade de existir, esclarecendo as causas e tornando-se capaz de escolher a ação (ou a passividade), a respeito da verdadeira origem do conflito, isto é, as estruturas sociais. (FANON, 2008, p. 95).

No meu caso eu fui criando estratégias que vão me mantendo e elas vão se renovando. Eu procuro pelo menos oxigenar elas. Por exemplo o fato de no semestre passado eu ter conseguido pensar suficientemente e esquecer um pouco a sala de aula que é o que estava me destruindo a saúde mental e pensar em uma estratégia que seria mudar de curso. Tanto porque eu vou conseguir dentro do serviço social e das ciências sociais incidir mais com essa pauta, que é uma pauta que eu vou levar e que vai dizer muito sobre mim e também sobre a minha profissão, é uma maneira, é uma estratégia de eu estar aqui da maneira que eu quero. Mas, eu sei que também vai ser sofrido! Mas, é uma maneira. (DZIKO, 2017).

Essa referência é como um caleidoscópio de mudanças que ocorrem e imediatizam nossa sociedade com estofos escravistas. Mas, com mutações modernas, que configuram um desaparecimento dos sujeitos. Estes, que já possuíam graus de distanciamento, se deparam com as ruínas sociais na tentativa de ressignificar sua identidade.

Onde as estruturas sociais, que eram pautadas na rigidez das ideologias dominantes, vão se esvanecendo e ruindo, dando lugar ao progresso da democracia, o desenvolvimento do individualismo, a diminuição do papel do estado, a supremacia da mercadoria em relação a qualquer outra consideração, o reinado do dinheiro, a transformação da cultura, a massificação dos modos de vida combinados com a individualização e a exibição das aparências, o achatamento da história na imediatez da informação, além das tecnologias com ares de deuses, ampliação da duração de vida, a demanda pela saúde perpetua,

desinstitucionalização da família, múltiplas interrogações sobre a sexualidade, etc. (DUFOR, 2005, p. 13).

A gente cotista precisa de um apoio maior aqui dentro da universidade. A gente está em um estado capitalista e a gente precisa de dinheiro. E basicamente a gente precisa de dinheiro, de livros, a gente precisa de incentivo, mas, a gente precisa de dinheiro. Porque senão a gente não estuda. (ADEBANKE, 2017).

Tudo parece ter virado mercadoria, pois, mesmo que o ingresso tenha sido disponibilizado, a permanência e a conclusão muitas vezes são deixadas de lado. Tudo dentro da universidade envolve ter recursos para permanecer: livros, passagens de ônibus, alimentação, computadores, instrumentos, ferramentas, cópias ‘xerox’, hospedagem, etc. A questão é: - quando a educação virou mercadoria de poucos?

É neste contexto, que o sujeito negro, já mencionado, terá que se ressignificar a cada amanhecer, nas mais diversas situações. Se os olhares e os discursos sociais estão impregnados por estereótipos, que muitas vezes nem mesmo quem pronuncia reconhece a verdadeira dimensão de seus discursos, cabe a cada sujeito um cuidado de si. Pois a sociedade ainda repete discriminações e suas atitudes nos dias atuais ainda demonstram a inquietude dos pré-conceitos.

Porque, o preto, diante da atitude subjetiva do branco, percebe a irrealidade de muitas proposições que tinha absorvido como suas. Em uma realidade extremamente resistente. Para o preto, há um mito a ser enfrentado. Um mito solidamente enraizado. O preto ignora, enquanto sua existência se desenvolve no meio dos seus; mas ao primeiro olhar branco, ele sente o peso da melanina (FANON, 2008, p. 133).

Pensar estudantes negros dentro da universidade é pensar o peso da melanina. É enfrentar olhares, gestos, atitudes para minimamente pensar permanência em um espaço tão complexo como este:

Não se falou em permanência. A gente fala de cotas, cotas, cotas de novo, mas, permanência não. Em permanência a gente tá ainda muito fraco. Já tinha o 'Afirme' agora o 'Núcleo' ... a instituição não chega nos estudantes. Pode ver pelas rodas de conversa. Não chega! Não chama! Entende? Porque ninguém percebe uma roda de conversa como algo intercultural como um diálogo! Sabe? (ADEBANKE, 2017).

As negras e negros estão demandando diálogo, uma possibilidade de construção de algo que estamos construindo nesse momento. As cotas se tornam processo em pleno desenvolvimento e ainda há muito a se compreender e construir. As impregnações sociais como relata Dufour (2005), neuróticas ou esquizoides, com suas fixações e sua tendência à repetição e à cisão não oferecem melhor garantia de flexibilidade, em uma sociedade de mercadorias. No mercado capitalista, o melhor produto é o sujeito esquizoide, que irá dessimbolar, para repetir aberto a todas as conexões. Estamos falando de um sujeito precário, acrítico e psicotizante, produzido pelo social.

Não nos caberia pensar um sujeito acrítico ou psicotizante, pois se os negros já passaram pela diáspora africana, a liberdade poderá estar a um passo, entretanto precisamos juntar alguns elementos, como o acesso à função simbólica e neste sentido o advento do sujeito. Busca-se as narrativas para simbolizar e ressignificar séculos de atrocidades e não mais deixar no limbo do esquecimento e poupar uma sociedade de encarar de frente os acontecimentos até aqui. Para isso teríamos que fazer laço através da autoridade, mas, não referente a alguém e sim

A autoridade é o que está implicado pelo acesso à função simbólica, o que faz nos tornarmos sujeito falante no momento mesmo em que nos tornamos objetos, até mesmo servos da linguagem. Estranho destino do homem, esse animal falante, o de encontrar-se assim quando ele se perde – o que não pode deixar de levar às mais intensas interrogações [...] Pois, depois de ter falado, é preciso se calar e escrever, porque “escrever traz em si todo o horizonte e todo o fundamento”. (DUFOUR, 2005, p. 135).

As relações entre o sujeito e a história devem ser pensadas, pois o indivíduo só se realizará como sujeito por uma repetição abreviada desta história, enquanto o sujeito advindo só poderá ocorrer se existir inscrição como agente do processo histórico e civilizatório em curso. E na busca por autonomia nos deparamos com responsabilização por nossos atos.

A narrativa e a escrita trazem possibilidades de transferir para o real as dores, as angústias, as tristezas, as raivas, os medos. Para, além disso, a possibilidade de ressignificação através da metáfora paterna, o humano ascenderá à linguagem no “deslize da palavra” e a cadeia falada organizar-se-á como sequência discreta de signos, isto é, de significantes associados a significados. Conduzindo a recalques secundários que se efetuam através de processos metafóricos encadeados com outros significantes criando consciência (DOR, 1989). Assim, a mudança pode ocorrer a partir da exposição a eventos que tenham informações relevantes e favoráveis acerca dos aspectos culturais e históricos das experiências negras e das raízes africanas. Na utilização e assimilação destas informações e a utilização como referências pessoais o sujeito poderá passar por um processo de desarticulação de seu mundo simbólico e angustiante (FERREIRA, 2009). No entanto, esta mesma angústia lhe proporcionará o lapso de onde emergirá a surpresa e um novo sentido para o real. Uma poderosa possibilidade de ressignificar-se a cada novo desafio enfrentado, guiando muitos para caminhos mais amorosos de encarar a vida e seus desafios.

Desafios conclusivos

Ficamos plenos de esperança, mas não cegos diante de todas as nossas dificuldades. Sabíamos que tínhamos várias questões a enfrentar. A maior era nossa dificuldade interior de acreditar novamente no valor da vida... Mas sempre inventamos nossa sobrevivência. Entre nós, ainda estava a experiente Omolara, a que havia nascido no tempo certo. Parteira que repetia com sucesso a

história de seu próprio nascimento, Omolara havia se recusado a se deixar morrer. (EVARISTO, 2017, p. 114).

Ao escutar as narrativas das histórias de vida de negros e negras cotistas da UFSM nos deparamos com a recusa de não ‘se deixar morrer’ como Omolara. Negras e negros que sabem de seus compromissos com os seus e que se recusam a ‘se deixar morrer’.

Um lugar onde a todo momento a palavra resistência é usada. Todos relataram que para permanecer na UFSM, resistência é necessária. Em algumas subunidades há a tentativa de expelir negras e negros para fora do sistema universitário. Há ambientes severos que muitas vezes repetem o que nossa sociedade fora dos muros da universidade, a todo o momento, reitera: - esse lugar não é seu!

Djamila Ribeiro (2017) mostra a importância de pautarmos como sujeitos as questões que são essenciais para o rompimento da narrativa dominante e não sermos tão somente capítulos em compêndios que ainda pensam a questão racial como recorte. Não aos recortes! Pois, estamos vivenciando dentro da universidade no século 21 momentos de extrema tenção relacionados com pensamentos e práticas conservadoras retrógradas.

Universidades que acreditam no mito da democracia racial, enraizada como postura institucional e não como uma opinião de alguns indivíduos, demonstram e reproduzem a função explícita da fundação da universidade: - instituição que tem como uma de suas principais finalidades ‘a formação das classes dirigentes’ sinônimo de ser branco, masculino e hetero (SILVA, 2016). A universidade não é patrimônio de poucos. Mas, sim uma instituição pública, comunitária ou privada, sempre paga com recursos de todos os trabalhadores. E, portanto, um direito para todos os sujeitos independente de sua cor e de sua história.

Se nossa sociedade possui um ideal branco e a maioria da população é negra, ou com matizes que lembram que estamos em uma sociedade em que preponderam pessoas negras, por si só este

ideal já está fadado a acabar. Ou terão que forjar milhares de histórias que mascarem essa preponderância.

Se a maioria dos jovens negras e negros estão nas periferias em busca de trabalho para ajudar seus pais economicamente sem grandes perspectivas de um futuro diferente. Nossa sociedade falhou em algum ponto. Se ainda não temos um número efetivo de jovens negras e negros nas universidades, que políticas públicas devem ser implementadas para que aqueles que querem estudar possam acessá-las?

As cotas, como os entrevistados relatam, são um meio e não um final em si. Há muito mais a fazer e pensar sobre a desigualdade de oportunidades oferecidas aos cotistas negras e negros que querem formação no meio universitário. Temos muito a pensar sobre permanência e conclusão, por entendermos que não é suficiente proporcionar ingresso sem permanência. Ingressar não é sinônimo de permanecer e concluir o curso, por existirem dispositivos internos que não querem a permanência. Enquanto não conseguirmos convergências com esses embates temos que pensar nas negras e nos negros que já estão dentro do ambiente universitário desbravando o ambiente e lidando com o adverso.

Adversidades do dia a dia, dificuldades para lidar com o sistema e suas negociatas, precisam ser significadas para ser suportadas e, também, levam à resistência para poder permanecer e concluir o processo de formação. Um contexto que não deve ser entendido apenas como possibilidade de atendimento e realização de projetos pessoais, mas como alternativa política de exercício da alteridade necessária a solução de nossos problemas coletivos e retomada de nossa saúde social.

Neste sentido, longe de chegar a qualquer conclusão, nossa proposição é ampliá-lo para poder buscar um entendimento ainda maior sobre alunos cotistas na UFSM e seus desafios após o ingresso, pois, como diz Freud, estamos olhando para a ponta do iceberg.

Fala pra negrada não se prender a nada! Entrem na universidade e se formem, por mais difícil que for! Mata no peito e segue em frente.

Não se deixe levar. A gente já foi muito explorado neste país pra gente ter compromisso só com política de esquerda, política de direita. A gente tem que se enxergar como uma parcela da sociedade que independente de esquerda e direita a gente sempre foi vilipendiado, de certa forma. Entender, que mesmo nos espaços em que muitas vezes tá lá escrito na porta: - Negro seja bem-vindo!! A gente tem que se cuidar! Então, manter o pé no chão. Como a mãe fala: - manter o pé no chão e o peito ereto. E toca, toca estudar e se focar! Pro negro na universidade ainda tem que passar por algumas coisas, porque ainda não tá totalmente democratizada. (ADETOKUMBO, 2017).

Referências

- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012.
- CLAVURIER, Vincent. *Real, simbólico, imaginário: da referência ao nó*. Estudos de Psicanálise. Belo Horizonte-MG, n. 39, p. 125-136, Jul. 2013. p. 125-136. Tradução Elisa dos Mares Guia-Menendez.
- CUNHA, Jorge Luiz da. Aprendizagem histórica: narrativas autobiográficas como dispositivos de formação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 93-105, abr./jun. 2016.
- DELORY-MOMBERGER, Christine. Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, USP, v. 32, n. 2, p. 359-371, maio/agosto. 2006.
- DOR, Joël. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. Tradução Carlos Eduardo Reis.
- DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005. Tradução Sandra Regina Felgueiras.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos D'Água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

- FANON, Frantz. *Pele negra, mascaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008. Tradução Renato da Silveira.
- FERREIRA, Franklin Ricardo. *Afrodescendente. Identidade em Construção*. São Paulo: Pallas, 2009.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro II, a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1995.
- LACAN, Jacques. 1901-1981. *Nome-do-pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.
- PASSEGGI, Maria da Conceição. Narrativas institucionais de si: a arte de enlaçar reflexão, razão e emoções. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene; SOUZA, Elizeu. Clementino de (Orgs.). *Pesquisa Narrativa: Interfaces entre histórias de vida, arte e educação*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2017. p. 99-123.
- RIBEIRO, Djamila. *O Que é Lugar de Fala?* Belo Horizonte. Letramento Justificado, 2017.
- SILVA, Eduardo; REIS, José João. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Companhia das Letas, 1989.
- SILVA, Wilson Honório da. *O mito da democracia racial: um embate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Sundermann, 2016.
- SOUZA, Elizeu Clementino de; MEIRELES, Mariana Marins de. *Fotobiografia e entrevista narrativa: modos de narrar a vida e a cultura escolar*. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene; SOUZA, Elizeu. Clementino de (Orgs.). *Pesquisa Narrativa: Interfaces entre histórias de vida, arte e educação*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2017. p. 125-141.
- SPINDOLA, Telma; SANTOS, Rosângela da Silva. *Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?)*. Revista da Escola de Enfermagem da USP. São Paulo: 2003, v. 37, n. 2, p. 119-126. Acesso: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342003000200014>
- VINUTO, Juliana. *A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto*. Revista Temáticas, Unicamp. Campinas: ago/dez 2014, v. 22, n. 44. p. 201-218.

**Sentindo o racismo:
vivências de discriminação racial nos
Vales do Paranhana e do Sinos e suas proximidades**

*Elaine Smaniotto*¹

Considerações iniciais

É inegável que a discriminação racial explícita ou escamoteada continua presente na cotidianidade. Diante dessa realidade, é necessária permanente discussão para o fortalecimento de uma sociedade plural e diversa, e assim, conseqüentemente, o enfrentamento e a superação do racismo.

A pesquisadora Lia Vainer Schucman (2015, p. 2) parte do pressuposto de que “raça” “não é um dado biológico, mas uma construção social baseada no fenótipo, que engendra e mantém profundas desigualdades materiais e simbólicas na sociedade, e provoca um grande impacto no cotidiano de milhares de pessoas”. Neste sentido, a “raça” existe enquanto um qualificativo de diferença social ou de identidade cultural. “A sociedade brasileira acredita que tal raça existe quando os próprios indivíduos considerados negros se julgam como tais, assumindo a crença na raça como uma forma de se identificar como grupos social e cultural” (SILVA & SILVA, 2006, p. 349).

¹ Mestre em História. Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), e Instituto Estadual de Educação Olívia Lahm Hirt. Igrejinha/RS. Brasil.

É importante ressaltar que “raça” é um conceito que vem sendo questionado por pesquisadores de diferentes áreas. Realmente, não é possível delimitar grupos marcados por diferenças biológicas a ponto de configurar raças. Entretanto, tal concepção continua fazendo parte das relações interpessoais, como destaca o antropólogo Kabengele Munanga:

Alguns biólogos antirracistas chegaram até sugerir que o conceito de raça fosse banido dos dicionários e dos textos científicos. No entanto, o conceito persiste tanto no uso popular como em trabalhos e estudos produzidos na área das ciências sociais. Estes, embora concordem com as conclusões da atual Biologia Humana sobre a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do próprio conceito, eles justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão (MUNANGA, 2003, p. 6).

Enquanto o conceito de raça reforça as identificações baseadas na cor e na fenotíпия, os conceitos de etnia/etnicidade referendam as mobilizações políticas centradas na ideia de uma “pertença étnica” (NUNES, 2009). Neste sentido precisamos ter presente que “o fato de um indivíduo pertencer a um desses grupos é mais uma questão de sentimento, de identidade, do que determinação física ou mesmo cultural” (SILVA & SILVA, 2006, p. 126). Tanto o conceito atual de raça ou de etnia, busca dar conta da diversidade cultural e das implicações políticas destas diferenças.

Neste artigo, a proposta é apresentar e refletir sobre práticas discriminatórias sentidas no espaço escolar, nos locais de trabalho e no cotidiano em geral por mulheres afrodescendentes residentes nos Vales do Paranhana e dos Sinos e suas proximidades, na tentativa de ampliar pesquisas e debates sobre relações étnico raciais.

Alguns conceitos presentes no debate

Na tentativa de ampliar o debate sobre relações étnico raciais é importante ter presente alguns conceitos fundamentais. Para isso nos valem dos estudos realizados por pesquisadores que atuam em diversas áreas do conhecimento. A pedagoga Nilma Lino Gomes (2005) conceitua preconceito racial como

um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos (GOMES, 2005, p. 54).

Neste sentido o preconceito é uma opinião formada sobre pessoas antes de conhecê-las. É um julgamento apressado e superficial muito perigoso, pois ao invés de melhorar a vida em sociedade, acaba trazendo situações complicadas e até mesmo violentas.

A discriminação racial se materializa por meio do racismo e do preconceito enquanto atitudes de segregação, de desvalorização e desrespeito à diferença do outro. Para Nilma Lino Gomes (2005, p. 55) “a discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito”. Neste sentido compõe-se como um conjunto de ações ou práticas que visam produzir a violação de direitos individuais.

A hipótese da existência de diferenças raciais entre os grupos humanos começa a se esboçar a partir do século XVI com a sistematização de ideias e valores construídos por europeus, quando estes entram em contato com a diversidade humana nos diferentes continentes, e se consolida no século XIX com ideias ditas científicas que se fundamentavam no pressuposto de que os seres humanos são constituídos por “raças superiores e inferiores”, “raças puras e impuras”.

Dentro do contexto da discriminação, o racismo é uma ideologia que considera haver distinções entre a espécie humana, deste modo segundo o historiador Joel Rufino dos Santos (1984, p.11), “o racismo é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outro.” Antônio Olímpio de Sant`Ana (2005, p. 49) ressalta que “o racismo é uma prática diária e difundida. Ele é onipresente e forte”, e no Brasil este se afirma através de sua própria negação. Neste sentido, Nilma Lino Gomes corrobora com esta colocação quando enfatiza que

A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país (GOMES, 2005 p. 46).

Diante desse contexto, é possível afirmar que o racismo existe não pela consciência de quem o pratica, mas sim pelos efeitos de quem sofre e o sente. E ainda, a consequência é que o racismo no Brasil, embora perceptível, se localiza sempre no outro, nunca nas práticas cotidianas de seus agentes, o que torna ainda mais difícil sua superação. Para o antropólogo Kabengele Munanga

O racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence (MUNANGA, 2003, p. 8).

No Brasil o racismo configura crime e está previsto pela Constituição Federal, nos termos do Artigo 5º, inciso XLII. “A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à

pena de reclusão, nos termos da lei”, diz o texto. No entanto, ao longo dos últimos anos, manifestações de racismo foram sentidas, questionando assim a cômoda ideia da “democracia racial”² brasileira.

Nos Vales do Paranhana e dos Sinos e suas proximidades estas práticas preconceituosas foram sentidas por afrodescendentes no decorrer de sua vida, seja enquanto criança, jovem, adulto ou idoso, como veremos na sequência deste trabalho.

A discriminação racial nos Vales do Paranhana e do Sinos e proximidades

A sociedade brasileira do século XIX era composta basicamente por negros, mestiços, índios e brancos. No entanto, a elite era formada predominantemente por brancos que tinham na cultura europeia o modelo de civilização a ser adotado. Grande parte dessa elite acreditava na superioridade da “raça branca” e defendia que para o Brasil alcançar o progresso seria necessário “embranquecer” sua população.

Devido às pressões que o governo brasileiro estava enfrentando, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, para acabar de vez com o tráfico e a escravidão negra, foi iniciado um grande processo de incentivo imigratório, promovido pela política dos governos imperial e republicano, respectivamente.

Maiores grupos de imigrantes europeus que entraram no Brasil entre 1819 e 1940			
Nacionalidade	1818 - 1883	Nacionalidade	1884 - 1940
Portugueses	223 626	Italianos	1 412 263
Italianos	96 018	Portugueses	1 204 394
Alemães	62 327	Espanhóis	581 718
Espanhóis	15 337	Alemães	170 645

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil: Companhia das Letras, 1998, p. 233.

² No Brasil o mito de democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate sobre as políticas de “ação afirmativa” e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça atrasou também o debate sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro.

O processo de imigração fortaleceu a política do branqueamento e a substituição em larga escala da força de trabalho negra pela branca europeia e, a partir de então, descendentes de europeus, americanos e africanos, com culturas e hábitos diferentes, passaram a conviver obedecendo à regras controladas por autoridades como o Estado, indústrias e donos de terras. Dentro deste contexto os imigrantes desfrutaram de vários privilégios, uma vez que tratou-se de uma política incentivada e patrocinada pelo governo.

A entrada de imigrantes brancos estava em sintonia com uma política de “embranquecimento” do país. Mas, para ascenderem econômica e socialmente, os imigrantes foram, de fato, muito trabalhadores. Isso ficou marcado em sua autoimagem. Claro que há exceções, mas, regra geral, o imigrante considera que conseguiu subir na vida devido ao seu mérito. A ideia do mérito é muito forte para ele. Porém, ele não consegue perceber que, ao lado do mérito, sua ascensão também foi favorecida pelo privilégio da branquitude. Porque o negro também está trabalhando há séculos no Brasil e não conseguiu ascender da mesma forma. Então, no caso dos imigrantes, a branquitude fica camuflada na autoimagem (SCHUCMAN, 2015, p.2).

O antropólogo Ruben George Oliven, ao estudar os negros no Estado do Rio Grande do Sul, aponta a invisibilidade deste nos estudos dedicados às contribuições econômico-culturais do Estado, ainda que várias atividades econômicas tenham sido feitas por eles enquanto escravos (OLIVEN, 1996, p. 21). Para o autor, trata-se de uma invisibilidade social e simbólica³ que foi influenciada pelas ideologias raciais que foram amplamente utilizadas em um momento de transição no país (fim da escravidão, migrações/imigrações, novo momento político-econômico). No Rio Grande do Sul a presença negra foi invisibilizada em prol de uma imagem de Estado branco.

³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

No caso específico da historiografia sul-rio-grandense, percebemos que tal assunto - a presença de escravos entre imigrantes alemães - sempre apresentou lacunas, gerando um véu de invisibilidade que encobre as populações afrodescendentes residentes nas áreas de imigração europeia, com reflexos até a atualidade (MOREIRA & MUGGE, 2014, p. 16).

Segundo as pesquisas realizadas pelos historiadores Paulo R. S. Moreira e Miquéias H. Mugge (2014), vários imigrantes europeus que passaram a residir nos Vales do Paranhana e dos Sinos “conheceram intimamente a escravidão negra [...] possuíram cativos, os alugaram, os açoitaram, os venderam, os alforriaram” (2014, p. 20).

Homens e mulheres negros escravizados e posteriormente livres viveram neste espaço geográfico que (tentou) esquecer-los, mesmo com sinais bastante visíveis de sua presença, seja na área econômica (agricultura, pecuária, indústria) ou cultural (Clubes negros e desfiles de carnaval).

O processo de exclusão e invisibilidade das populações negras tem sido historicamente confrontado e colocado em xeque, seja pelo modo de vida dessas populações, através de suas associações e manifestações culturais, de suas formas de sociabilidade e de afirmação étnica, seja pela luta política protagonizada pelo movimento negro, ou, ainda, pela disputa que ocorre no plano das ideias e dos conceitos, presente no espaço acadêmico e nos movimentos sociais (MAGALHÃES, et all. 2013, p. 271).

Neste sentido, a pesquisadora Ilka Boaventura Lente (1996) afirma que “a invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento [...] A invisibilidade pode ocorrer no âmbito individual, coletivo, nas ações institucionais e nos textos científicos” (LEITE, 1996, p. 41). Tendo presente esta realidade, objetiva-se neste artigo ampliar pesquisas e debates sobre temas e grupos excluídos e deixados na invisibilidade por séculos.

Os caminhos da pesquisa

A pesquisa foi realizada durante os anos de 2016/ 2017 e contou com a participação de quinze acadêmicos⁴ e duas professoras⁵ do Curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). O objetivo principal deste trabalho foi conhecer e registrar aspectos da história e da memória de afro-brasileiros nos Vales do Paranhana e dos Sinos e suas proximidades⁶. Para isso foi necessário consultar e envolver a comunidade, através da comunicação verbal e identificação de pessoas-testemunhos, documentos e fotografias sobre vivências de afrodescendentes nesta região, além de estimular o desenvolvimento de pesquisas com temas e grupos deixados na invisibilidade por centenas de anos.

Por meio da metodologia ativa⁷ como fio condutor na história oral, foram realizadas 38 entrevistas⁸, como forma de apropriação da principal fonte história desta pesquisa: a memória de afrodescendentes. Ao participar das entrevistas estes relataram, segundo suas percepções, como vivenciaram situações de discriminação racial na escola, no trabalho, no lazer e no cotidiano em geral, assim como que significados elas passaram a ter em suas vidas. Sendo assim, o nosso estudo se pautou por entender um fenômeno social na sua dinâmica de ocorrência a partir da perspectiva de seus envolvidos, mulheres residentes nos Vales do Paranhana e dos Sinos e suas proximidades.

⁴ Ademir L. Abdu, Ariani M. Sironi, Caio L. Jablonski, Éliton J. Freitag, Fabíola T. Graffunder, Gabriel O. W. de Bortoli, Greice C. Santellano Jessica É. S. Pires, João C. da Cunha Muniz, Juliana M. Nunes, Lidiane L. Schoenardie, Lorena M. B. Rodrigues, Maria S. Bench, Michele Cristina C. de Souza, Valdir A. da Silva Flores.

⁵ Dalva N. Reinheimer e Elaine Smaniotto.

⁶ Encosta Inferior do Nordeste, região de abrangência das Faculdades Integradas de Taquara/RS.

⁷ A metodologia ativa ocorre quando o estudante se torna protagonista da construção da aprendizagem, ou seja, desenvolvimento da autonomia e tomada de decisões individuais e coletivas em diferentes contextos.

⁸ Total de vinte e nove mulheres entrevistadas e nove homens entrevistados.

As entrevistas semiestruturadas⁹ possuem uma duração média de 15 minutos à 1 hora e 30 minutos. Durante a realização das entrevistas, utilizou-se como material de apoio, um gravador digital ou aparelho de celular disposto próximo do (a) participante, conforme seu consentimento prévio após a explicação de que tal recurso auxiliaria no momento da transcrição das entrevistas, facilitando, desse modo, o processo de análise dos dados. Antes de iniciar propriamente as entrevistas, foi apresentado o termo de consentimento¹⁰ para a leitura e assinatura.

Um dos procedimentos mais significativos na metodologia de história oral é estabelecer um ambiente para a realização das entrevistas no qual a pessoa sinta-se a vontade para contar suas histórias, e assim, de forma gradativa estabelecer uma relação de reciprocidade e de confiança entre pesquisador e pesquisado (MEIHY, 1996). Deste modo, ao serem feitos os primeiros contatos com os participantes houve a preocupação de deixar a estes à liberdade de indicar o local de sua preferência para a realização das entrevistas, bem como data e horário em que estas se realizariam. As entrevistas ocorreram, na grande maioria, nas residências dos participantes.

Como base teórica utilizou-se a relação entre a História Oral e conhecimentos da corrente da História Cultural. De acordo com José Carlos S. B. Meihy e Fabíola Holanda (2017), trabalhar com história oral exige um conjunto de procedimentos, tais como: elaboração de um projeto, identificação de pessoas-testemunhas, preparação da entrevista¹¹, realização da entrevista, tratamento da

⁹ Elaborou-se dois roteiros de questões: Um para as pessoas que nasceram e vivem no mesmo município e outro para as pessoas que nasceram em municípios fora da abrangência desta pesquisa. As questões contemplaram a origem, a chegada e a identidade de afro-brasileiros.

¹⁰ Termo de cessão gratuita de direitos sobre depoimento oral e fotografia.

¹¹ Reservar um tempo longo (mais de 1h, no mínimo); Treinar sua sensibilidade, estar atento(a); Organizar um caderno de campo; Fazer perguntas simples e diretas (ver roteiro); Saber ouvir – o entrevistador deve saber respeitar a lógica e o ritmo de cada entrevistado. Recursos como: fotografias, recortes de jornal, documentos poderão auxiliar; Preencher ficha de dados antes de iniciar a gravação; Providenciar a carta de cessão/ direitos e recolher a assinatura da pessoa entrevistada.

entrevista¹², transcrição¹³ e criação de acervo documental e de pesquisa. No acervo, o documento oral, escrito e imagens passam a ser preservados e disponibilizados para estudos e análises, uma vez que o Curso de Licenciatura em História da FACCAT objetiva formar professor pesquisador, portanto, dentro desse propósito, faz-se necessário desenvolver atividades que estimulem o desenvolvimento de diferentes habilidades e que promovam a autonomia do(a) futuro(a) professor(a).

Ao desenvolver um trabalho cuja principal fonte histórica baseia-se na memória, é necessário definir o que se entende por memória. Segundo Le Goff (2003, p. 419), “a memória como propriedade de conservar certas informações, [...] o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Rousso (2002) também converge nessa direção quando afirma que a memória “é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (ROUSSO, 2002, p. 94).

A memória como representação do passado, é construída a partir de vivências e experiências deste, reportando para o presente de forma viva e natural. E ainda, “a memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente” (SANTOS, 2003, p. 25).

Convém observar que a memória tem se apropriado como objeto de estudo e tem contribuído de forma significativa no amplo diálogo como as diversas áreas do conhecimento, tornando-se tanto

¹² Produzir instrumento de auxílio (sumário, índice temático...); Duplicação da gravação (cópia de segurança).

¹³ Transcrever tudo. Colocar entre parênteses todas as coisas que aconteceram (chorou) (parou de falar) (expressou indignação) (sorriu) (cachorro latiu)... Transcrição (em cada 1 hora de gravação, destinar 5 horas para a transcrição); Requer paciência, dedicação e sensibilidade na passagem oral para a escrita; Usar notas de rodapé para possíveis esclarecimentos.

como objeto de análise quanto método. Diante dos argumentos aqui apresentados acerca da metodologia que esta pesquisa se propôs a desenvolver, passaremos a apresentar os resultados e as discussões acerca de dados coletados especificamente sobre a discriminação racial.

Apresentação e discussão dos resultados da pesquisa

Nas palavras de Luciane S. S. Grazziotin e Dóris B. Almeida (2012, p. 44), “trabalhar com memórias, transformá-las em documentos, tanto produzindo entrevistas como utilizando acervos, são dois modos de promover exercícios de investigação”. Sabendo disso, acreditamos que a história oral é uma porta de acesso à história passada e presente das populações afro-brasileiras. Como foi ressaltado anteriormente, na região de abrangência desta pesquisa existem poucos registros escritos e visuais sobre a temática em discussão. Então, as memórias das pessoas entrevistadas¹⁴ propiciam o contato com realidades não abordadas pelos documentos escritos até o momento, os quais foram, em sua maioria, produzidos por grupos de imigrantes e descendentes europeus, detentores de um poder simbólico nesta região.

Uma das questões da entrevista semiestruturada era: Já sofreu algum tipo de preconceito em relação a sua etnia/raça? Selecionamos algumas respostas deste questionamento que serão apresentadas a seguir. E para ampliar o debate, estas experiências vivenciadas e sentidas estão divididas em três partes: espaço escolar, locais de trabalho e cotidiano em geral.

¹⁴ Estas memórias/ entrevistas fazem parte do Acervo de História Regional do Curso de História – FACCAT. –ADOPE - ACERVO DOCUMENTAL E DE PESQUISA. Fundo: “Nós estamos aqui: registros de memórias de afro-brasileiros nos Vales do Paranhana e do Sinos e suas proximidades (RS).

Discriminação racial no espaço escolar

A gente era criança e pra brincar de roda tinha colegas que não queriam dar a mão pra nós, parece que o preto ia pegar neles, e não davam a mão pra nós, a professora tinha que obrigar às vezes eles dar a mão pra nós. Então o que a gente fazia, a gente ficava sentado nos cantinhos (ADOPE, Pasta A, nº 5, p. 4).

Eu sempre quis ser princesa, eu acho que é o sonho de toda criança. [...] teve o teatro, da Branca de Neve, e eu pedi pra irmã, [...] e ela botou a mão no meu ombro e me disse que eu jamais poderia ser a Branca de Neve, mas que eu poderia ser o tronco da árvore (ADOPE, Pasta A, nº 6, p. 4).

Eu fui uma criança que sofri *bullying* na escola [...]. Havia muita hostilidade por parte dos colegas comigo em função do meu cabelo. Eu tinha um cabelo volumoso na época, muito volumoso e para mim era aquela realidade da minha família das minhas primas, mas chegando ao colégio eu era alvo de piada então foi muito complicado. Eu lidava com agressões físicas e verbais, mas aquilo nunca me foi colocada de uma forma clara, nem mesmo pelos coleguinhas que me hostilizavam. Quando tinha reunião com as coordenadoras pedagógicas eu perguntava por que daquela agressividade elas diziam que eu não tinha humildade. Até que um dia uma disse “como ela é uma negrinha, ela não tem humildade”. Então naquele momento eu ainda criança, eu deveria ter uns 8 anos eu comecei a perceber que a cor da minha pele influenciava na maneira de como aquelas pessoas ali se comportavam comigo (ADOPE, Pasta N nº 5, p. 2).

A professora substituta falou “vocês não sobem”. A minha colega perguntou, mas por que professora nós temos que ir para lá. Ela disse não me chamam de professora porque negro não fala com pessoa branca. E aí a diretora [...] veio ver o que estava acontecendo e ela disse para a diretora: “Mas tu não me disse que tinha negro, que minha turma ia ter negros”. Ela disse pode ir para casa. Tu não vai substituir ninguém. Deixa que eu vou dar aula para eles. [...] as minhas colegas choraram eu não, não chorei (ADOPE. Pasta A, nº 7, p. 4).

A escola é um espaço de relações, um lugar destinado ao estudo, ao encontro, a troca, a conversa, a brincadeira e ainda, “a escola não é só um espaço físico. É, acima de tudo, um modo de ser, de ver” (GADOTTI, 2007, p.12). A escola também é um dos palcos sociais onde muitas vezes ocorrem práticas de produção e reprodução do racismo.

Diante das narrativas expostas anteriormente é possível perceber que as relações interétnicas ocorreram de forma conflituosa e discriminatória, uma vez que crianças tiveram a sensação de não pertencimento, seja pela cor da pele ou pelo tipo de cabelo. Elas vivenciaram atitudes de segregação, de desvalorização e desrespeito. Por outro lado, segundo a pedagoga Nilma Lino Gomes (2002, p. 50) “na escola não só aprendemos a reproduzir as representações negativas sobre o cabelo crespo e o corpo negro, podemos também aprender a superá-las,” como foi demonstrada na última fala.

Discriminação racial em locais de trabalho

Na Escola:

Uma menina olhou para mim e disse “não eu não vou fazer isso porque isso é coisa de negro e eu não gosto de negro” [...] e a gente não tinha muito argumento, nova na cidade, trabalhando [...] Era uma coisa assim, .. “será que não tem outra professora?” [...]. Aquilo que tu dizias não tinha valor (ADOPE, Pasta A, nº3, p.6).

Percebe-se que a professora negra carrega em suas memórias as marcas do preconceito, porém com o passar do tempo conseguiu (re) significar tais marcas e lidar de maneira mais tranquila diante de atitudes racistas. Como foi ressaltado anteriormente, a escola é um espaço que defende e que tem como princípio tratar a todos como iguais, independente de suas especificidades como a cor. Aqui, nesta fala, percebemos suas contradições.

Na empresa:

Meu currículo passou por diversos processos seletivos, meu currículo não tinha foto, então ali tinha só minhas habilidades e competências [...]. E a última fase era uma entrevista pessoalmente. E eu me lembro de ter entrado na empresa eu botei o pé na porta assim e o gestor me olhou perguntou quem eu era, eu disse que era (*a fulana*) e o “senhor está com meu currículo, eu fui chamada para uma avaliação aqui”. Ele não deu tempo que eu sentasse, e disse: “Mas houve algum engano tu não tens o perfil para a vaga”. Eu disse: “Mas o meu currículo passou por todas as etapas” e não argumentei mais porque ali eu percebi que o problema era realmente a minha cor de pele (ADOPE, Pasta N, nº 5, p.6).

De acordo com esta narrativa a entrevistada não conseguiu o emprego pelo fato de ser negra. Para afro-brasileiros muitos espaços tornam-se inacessíveis, uma vez que não possuem o “perfil” ou a “boa aparência”, na qual muitas vezes é solicitado de forma mascarada nos anúncios de emprego ao exigir fotos dos candidatos, como forma de não selecionar e/ou contratar indivíduos negros.

Em residências:

A gente trabalhava na casa das patroas que eram muito racistas com a gente, humilhavam, sabe aquela coisa assim, conforme a coisa, não deixava a gente meter a mão, nesse lado a gente passou muito trabalho (ADOPE, Pasta A, nº 5, p. 4).

A senhora que era minha patroa e o marido eram muito bons, as vezes eu vejo nas novelas e digo: “Nossa parece eu”!, Na frente dos outros a velha era boazinha, mas por trás me tratava que nem um bicho, de certo ela queria fazer de nós uns escravos mesmo...[...] Era muito malvada a velha. Não deixava sentar à mesa com os outros. Minha patroa dizia: “A (*fulana*) não é nossa empregada é nossa filha”. E a velha dizia: “Vocês tratam esses negros”....[...] Acho que era preconceito, eu ia lá pros canaviais chorar (ADOPE, Pasta H, nº 1, p. 4).

Muitas mulheres negras encontram-se na categoria de trabalhadoras domésticas, dando alusão que o período escravocrata

deixou como herança no imaginário social, que elas só servem para trabalhar como domésticas. Segundo Nova (2011), as atividades realizadas pelas mulheres negras como empregadas domésticas, cozinheiras e lavadeiras facilitam sua colocação no mercado de trabalho lhes proporcionando uma ocupação em um perverso processo de exclusão social.

Discriminação no cotidiano

Festas:

Eu senti porque a pessoa não quis me dar a mão, quer dizer, a pessoa quase “ganhou uma coisa” se tinha que dar a mão para mim na hora da *Polonese* chegou a parar. Paramos com a dança porque a pessoa se revoltou [...] aquilo me doeu porque era só eu de preta [...] eu não discuti, não falei nada (ADOPE, Pasta G, nº 2, p. 4).

Para mim foi um modo de preconceito porque dizem que negro é igual urubu que vão nos lugares só para a comida. Então desta vez eu senti que ele não gostava de negro mesmo (Pasta N, nº 4, p. 12).

Teve amigos meus sendo barrados. Isso aconteceu na minha própria cidade na hora de entrar, [...] eu poderia ir nas festas e nos lugares porque meu pai era chefe, era de confiança. Então o lance daquela intervenção, eu disse: “Alguma coisa está errada, por mais que eu era nova, eu percebi que alguma coisa estava errada. Por que eu poderia entrar e os outros negros não?” (ADOBE, Pasta A, nº 4, p. 10).

No meu tempo, negro não entrava na Sociedade Cruzeiro, só de longe a gente olhava, a gente queria muito olhar o carnaval que era muito bonito. O carnaval daqui dos brancos. Eram muito lindos os carnavais, vinha o pessoal de Taquara e a gente queria enxergar, mas olha que era um sacrifício para a gente poder espiar o carnaval (Pasta C, nº 2, p. 12).

O salão era separado né, então de um lado dançavam os negros e do outro lado dançavam os brancos (Pasta N, nº 1, p. 2).

Comunidades:

O meu pai era presidente dessa comunidade aqui, onde eu vivo hoje, ele era negro. Mas ele era um negro respeitado, deu vários exemplos de simplicidade e humildade. Mas nós como filhas éramos muito rejeitadas por essa comunidade aqui, ainda hoje tem alguns ainda que têm preconceito racial aqui. [...] Existe ainda, alguns ainda tem preconceito (ADOPE, Pasta N, nº 1, p.9).

O meu pai sofreu muito preconceito por ter uma terreira antigamente. Ele tocava e [...] tinha uma vizinha deles que era adventista, e como eu vim embora para Taquara eu precisava de uma topique pra levar as crianças na escola e fui contratar a topique. O cara da topique não aceitou porque a filha da mulher que ele levava era adventista. E eles disseram que não porque eles levavam adventistas e não queriam levar batuqueiros (ADOBE, Pasta L nº 1, p.6).

O preconceito e o racismo são atitudes/práticas/efetivações de discriminação. São modos de ver certas pessoas ou grupos raciais. Quando ocorre uma ação, uma manifestação, um comportamento de forma a prejudicar, é que se diz que houve discriminação. E de acordo com as narrativas apresentadas anteriormente é possível visualizar atitudes de preconceito e de racismo. Sendo assim, segundo Munanga (1998), a discriminação é produzida quando se recusa aos indivíduos, ou aos grupos humanos, a igualdade de tratamento a que têm direito de receber.

Considerações finais

Os Vales do Paranhana e do Sinos e suas proximidades foram e são locais de vivências racistas como as foram elencadas anteriormente. Ou seja, o racismo atravessa espaços: escolas, empresas, residências, salões de festas e comunidades. Por outro lado, a região de abrangência deste estudo também pode ser um espaço privilegiado para o acolhimento e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento do racismo.

Uma instituição de ensino que forma professores, principais agentes na escola, no processo de socialização/transmissão/mediação do saber acumulado pela humanidade, necessariamente deve conhecer o patrimônio cultural produzido por essa própria humanidade, que é plural e inclui muitas etnias. Também deve proporcionar uma educação multiétnica e multicultural que contemple a diversidade que compõem a sociedade brasileira/sul rio-grandense.

Ao ouvir as respostas da pergunta: “Já sofreu algum tipo de preconceito em relação a sua etnia/raça?” foi possível perceber que, de maneira geral, as entrevistadas vivenciaram situações de discriminação, algumas de forma direta, enquanto outras presenciaram situações ocorridas com seus pares.

Em consonância a isso outras apenas silenciaram, na tentativa de apagar lembranças/marcas que as remetem dor e sofrimento. A forma de lidar e sentir apresentou-se diferente para cada uma. Sendo que para algumas teve um impacto negativo em sua autoestima, estrutura emocional e psicológica, enquanto que para outras, apesar de reconhecerem a existência de situações discriminatórias e vivenciá-las em sua trajetória, demonstrando atitudes de empoderamento/enfrentamento/superação.

A existência do racismo na cotidianidade é, portanto, perpetuada e legitimada pela ideia de raça, então, é através desta categoria política que a luta antirracista deve ser articulada. Esta pesquisa contribui para retirar da invisibilidade situações preconceituosas, racistas e discriminatórias vivenciadas/sentidas por afrodescendentes na região dos Vales do Paranhana e do Sinos e suas proximidades e, uma vez tornando visível intensifica-se a luta para a sua extinção. Espera-se ter contribuído para que mais pessoas passem a fazer outros questionamentos e ações na luta contra a discriminação racial.

Referências:

- ADOPE - ACERVO DOCUMENTAL E DE PESQUISA. FUNDO: Nós estamos aqui: registros de memórias de afro-brasileiros nos Vales do Paranhana e dos Sinos e suas proximidades (RS). FACCAT/Laboratório do Curso de História.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1996.
- COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- COSTA, Sérgio. A construção sociológica da raça no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n.1, 2002. p. 35-61
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965.
- _____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- GADOTTI, Moacir. *A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: Ricardo Henriques. (Org.) *Educação antirracista: Caminhos abertos pela Lei Federal n.10.639/03*. Brasília: SECAD/MEC, 2015. p. 39 - 62.
- _____. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? In: *Revista Brasileira de Educação*. n. 21, Set/Out/Nov/ Dez, 2002. p. 40-51
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão [et. al.] 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis, SC: Letras contemporâneas, 1996.

MAGALHÃES, Magna Lima. *Entre a Preteza e a Brancura Brilha o Cruzeiro do Sul: Associativismo e Identidade Negra em Uma Localidade Teuto-Brasileira. São Leopoldo, Program de Pós-Graduação em História, tese.*

MAGALHÃES, Mana Lima. [et. all.] *Era um hino de fábrica apitando: a memória do trabalho negro na cidade de Novo Hamburgo (RS), Brasil. Etnográfica, junho de 2013, 17 (2) p. 269-29.*

MEIHY, José Carlos. *Manual da história oral.* São Paulo: Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar.* São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, Paulo R. Staudt. MUGGE, Miquéias H. *Histórias de Escravos e senhores em uma região de imigração europeia.* São Leopoldo: Oikos, 2014.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional Versus identidade negra.* Belo Horizonte: Autentica, 1998.

_____ Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Palestra proferida no 3º *Seminário Nacional Relações Raciais e Educação* -PENESB -RJ, 05/11/03.

_____ A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Estudos Avançados.* Vol.18 no.50. São Paulo. jan./abr. 2004.

_____ Prefácio. In: CARONE, I; BENTO, M.A.S. (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 2007.

NOVA, Adeildo Vila. *Mulheres Negras: Histórias de Resistência, de Coragem e de Superação e sua difícil trajetória de vida na Sociedade Brasileira.* 2011. Disponível: <<http://adeildovilanova.blogspot.com/2011/05/mulheres-negras-historias-de.pdf>>. Acesso em 16 abr. 2019.

NUNES, Margarete Fagundes, 2009. *O Negro no Mundo Alemão: Cidade, Memória e Ações Afirmativas no Tempo da Globalização.* Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, tese.

- OLIVEN, Ruben. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio de Sul. In LEITE, Ilka Boaventura (org.) *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Santa Catarina, Letras Contemporâneas, 1996.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.2. n.3. 1989.
- REINHEIMER, Dalva N. SMANIOTTO, Elaine. História oral e memória: Os caminhos de uma pesquisa em história. In: WEIZENMANN, Tiago. SANTOS, Rodrigo Luis. MÜHLEN Caroline von (Orgs.) *Migrações históricas e recentes*. Lajeado/RS : Ed. da Univates, 2017, p. 463 - 469. Disponível em: https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/209/pdf_209.pdf. Acesso em 20 abr. 2019
- ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 5ed, 2002, p. 93-101.
- SANT`ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele. (org.) *Superando o racismo na escola*. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- SANTOS, Joel Rufino. *O que é racismo*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1984.
- SANTOS, I.A. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In CAVALEIRO, E. (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: representando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.
- SANTOS, M. Sepúlveda dos. *Memória coletiva & Teoria social*. 1ª Edição. São Paulo: Annablume, 2003.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Racismo e "branquitude" na sociedade brasileira*. 2015. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/racismo-e-branquitude-na-sociedade-brasileira/20628/> Acesso em 22 jan 2019.
- SCHWARCZ, L.M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

A participação afro na ciranda musical teuto-rio-grandense de Taquara (1972 – 1996)

*Irius Basei Rodrigues*¹

*Elaine Smaniotto*²

A formação populacional sul-rio-grandense

Os primeiros habitantes do território compreendido atualmente como Rio Grande do Sul foram os povos indígenas. Entre os nativos, havia três grandes complexos indígenas: as comunidades jês, que habitavam o Planalto Meridional e a Serra, e viviam da caça, da coleta e da horticultura; os povos charruas e minuanos que habitavam os pampas e eram caçadores, pescadores, coletores e horticultores; e as comunidades guaranis, que habitavam o litoral, as margens das lagoas e os vales dos rios Uruguai, Jacuí e Ijuí, eram povos caçadores, coletores, pescadores e horticultores.

A ocupação portuguesa e espanhola trouxe conflitos, entre estes e os nativos, pelo controle territorial e a consequente destruição e tentativas de absorção das comunidades nativas pelos europeus. Dentro desse contexto, podemos citar a formação das reduções jesuíticas que possibilitaram a formação de um vínculo entre os habitantes nativos e os padres jesuítas, principalmente espanhóis. Para formar as reduções eram reunidas aldeias nativas, onde padres jesuítas realizavam um trabalho religioso e ideológico.

¹ Graduando no Curso de História. Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) – Taquara/RS. Brasil.

² Mestre em História. Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Taquara/RS. Brasil.

A economia e a cultura também foram desenvolvidas a partir dessa simbiose europeia e nativa das reduções. Segundo Mário Maestri (2010, p. 63), “A gênese e o sucesso das reduções devem-se à confluência das necessidades guaraníticas com os interesses geopolíticos da Coroa espanhola.”

A inserção do negro no Rio Grande do Sul ocorreu por meio da escravidão. O trabalho escravocrata no Estado se deu ainda antes da ocupação luso-brasileira do Sul; sendo um dos objetivos da fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, a venda de cativos na bacia do Prata. Os escravos afrodescendentes tiveram um importante papel na economia do Estado, devido ao desenvolvimento da produção de charque, a partir de 1780. Neste sentido, a historiadora Sandra J. Pesavento (2002) ressalta que “as relações escravistas de produção estabeleceram-se assim de forma decisiva no sul, constituindo-se o negro na mão-de-obra por excelência das charqueadas rio-grandenses” (PESAVENTO, 2002, p. 18). A miscigenação se deu em grande parte devido às mães cativas darem a luz a filhos de homens livres; sendo grande a desproporção entre homens e mulheres livres na época.

É importante ressaltar que o negro realizou trabalho não apenas nas charqueadas, mas também em regiões de colonização europeia, apesar da Lei nº 183, de 18 de outubro de 1850, artigo 1º que proibia “a introdução de escravos no território das colônias” (MOREIRA, MUGGE, 2014, p. 17).

Segundo o historiador Fábio Kühn (2004, p.89), “com o fim da situação colonial, o país abriu-se para a imigração, recebendo novos fluxos populacionais, oriundos de diversos países europeus”. A partir de 1824 a 1835, chegaram ao Rio Grande do Sul colonos de língua alemã, atraídos pela oferta gratuita de ferramentas, animais, auxílio monetário e hectares de terra. Tendo como principais assentamentos São Leopoldo, São Hamburgo, São Sebastião do Caí, Santa Cruz do Sul, Estrela, entre outros.

A partir de 1824, começaram a chegar os imigrantes alemães, estabelecendo-se como pequenos proprietários em terras que, originalmente doadas, passaram depois a ser compradas a longo prazo a partir de 1854. Por outro lado, as propriedades diminuíram de tamanho: de 77 há em 1824, passaram a 48 há em 1848. É possível dizer que, desde a sua chegada até mais ou menos 1840, os imigrantes puderam apenas sobreviver às custas de uma agricultura de subsistência, praticamente sem receber auxílio (PESAVENTO, 2002, p. 47).

E ainda, de acordo com Pesavento (2002), “a partir de 1870 a agricultura colonial alemã já atingia uma fase de poder exportar para o centro do país abastecendo o mercado externo gerado pelo café” (PESAVENTO, 2002, p. 47). Os historiadores Moreira e Mugge (2014), na obra *Histórias de Escravos e Senhores em uma região de imigração europeia*, afirmam que “a presença cativa se intensifica à medida que os *colonos* alemães e seus descendentes obtêm êxito em ultrapassar a produção para o consumo familiar, passando a exportar bens primários e manufaturados principalmente via Porto Alegre” (MOREIRA, MUGGE, 2014, p. 21).

É dessa forma que iniciam as relações interétnicas entre “imigrantes, descendentes, escravos, forros, livres e outros indivíduos em uma região cuja marca predominantemente ainda hoje é a presença histórica de imigrantes alemães e seus descendentes” (MOREIRA, MUGGE, 2014, p. 14).

Outro grupo de imigrante que chegou ao Rio Grande do Sul foram os italianos, meio século depois dos alemães, consolidando, portanto, o estabelecimento de contatos seguros entre Porto Alegre, o Planalto Médio e os Campos de Cima da Serra, tendo entre seus assentamentos iniciais, Caxias, Bento Gonçalves, Garibaldi, Silveira Martins, entre outros.

No final do século XIX e início do século XX, os poloneses, os judeus e também os japoneses se fizeram presentes no Sul do Brasil. Assim, é possível notar que o território compreendido como o Estado do Rio Grande do Sul, é território multiétnico e que comporta

mudanças ocorridas na sua estrutura social e étnica ao longo do tempo. Possuindo características culturais nativas (indígenas), europeias, africanas e asiáticas.

A música e a identidade enquanto objetos de pesquisa

A gênese musical urbana no Brasil, de fins do XVII e início do século XIX, foi composta por duas formas básicas: a modinha (derivada da moda portuguesa) e o lundu (trazida pelos escravos bantos e sendo uma das primeiras manifestações culturais afrodescendentes reconhecida), e a interpretação instrumental ficou em grande parte a cargo de negros e mestiços.

De acordo com o historiador Eric Hobsbawm (1984, p.14), “Às vezes, as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas; outras vezes, podiam ser inventadas com empréstimos fornecidos pelos depósitos bem supridos do ritual, simbolismo e princípios morais oficiais”. Neste sentido, é verificável que no Rio Grande do Sul, a valorização dos costumes mais ancestrais acaba por mesclar as tradições com diversos elementos que assim vão se agregando na vida cultural do sul do Brasil também por meio da música.

Na primeira metade do século XX, diferentes camadas urbanas, sociais e étnicas, começaram a desenvolver estratégias para sua inserção na esfera musical. No caso da própria cidade de Taquara, esta inserção se deu primeiramente, a convites feitos a afrodescendentes para tocarem instrumentos em salões de bailes e de festas. Neste sentido, Marcos Napolitano (2005) afirma que “a música no caso específico do Brasil, foi um ponto de fusão importante para os diversos valores culturais, estéticos e ideológicos que formam o grande mosaico chamado ‘cultura brasileira’” (NAPOLITANO, 2005, p.110).

Em relação à identidade, ela não é um aspecto natural, ela é produzida no contexto de relações culturais e sociais, e o mesmo pode ser dito em relação à ideia de diferença; ambas são criadas de

acordo com a linguagem, isso devido ao hábito de nomear as semelhanças e diferenças que encontramos nos demais em relação a nós. Nas palavras de Tomaz Tadeu da Silva:

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas relações de poder (SILVA, 2000, p. 97).

Nessa perspectiva, as relações de poder estão ligadas à ideia de identidade e de diferença, pois o poder tem a capacidade de definir a identidade, nomear as semelhanças e marcar as diferenças; isto se deve à capacidade humana de incluir e excluir. E tais relações de poder envolvem a representação³, pois quem tem o poder de representar tem o poder de definir a identidade, já que afinal, é por meio da representação que a identidade e a diferença adquirem sentido.

Dessa forma a música se envolve com a identidade devido ao fato de representar a cultura e tradição (sendo de uma pessoa, de um grupo, de uma cultura, de uma etnia), e tal representação, leva à formação de uma identidade; e a partir de tal identidade é possível definir as semelhanças e as diferenças. Sendo assim, festivais musicais, como a Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense, também auxiliam para a formação de uma identidade cultural; e como citado anteriormente, nas palavras de Tomaz Tadeu da Silva (2000), o fato de a identidade ser uma construção e permanecer inacabada,

³ A representação faz tornar visível algo que se encontra ausente, entretanto o que está representado não é objeto, pessoa ou evento em si, mas remete a uma presença, existindo diferenças entre o que é representado e a representação. (CHARTIER, 1991)

permite a inserção, e até mesmo, a construção de novas formas culturais dentro do evento.

Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense

A Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense⁴, ocorrida durante os anos 1972 até 1996, e totalizando 11 edições, tinha como objetivo principal ressaltar a musicalidade sul-rio-grandense em suas variadas manifestações, ritmos, gêneros e estilos. Ela buscava incentivar pesquisas musicais, com o intuito de preservar heranças e tradições, assim como afirmar a identidade sul-rio-grandense.

A Ciranda ao longo das suas edições procurava dar um sentido mais universal para a música sul rio-grandense, tornando-a mais receptiva aos seguimentos da população mediante criação de novas melodias e composições de tema livre com a finalidade de valorizar o músico, a criatividade artística e os intérpretes nas formas e manifestações as mais diversas, resultando em um painel de pluralidade e hibridismo⁵ cultural.

A partir de uma reunião entre dezesseis indivíduos (realizada em 18 de novembro de 1971 na sede social do CTG – Fogão Gaúcho, em Taquara) foram debatidos assuntos relativos à cultura e à arte poético-musical e chegou-se à conclusão de criar um festival que retratasse a cultura teuto⁶ e também a rio-grandense.

⁴ Além da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara, outros festivais semelhantes foram desencadeados pela Califórnia da Canção Nativa, que ocorreu na cidade de Uruguaiana/RS em 1971, como: a Tertúlia Musical Nativista, em Santa Maria; Vindima da Canção Nativa, em Flores da Cunha; Ronco do Bugio, em São Francisco de Paula, Coxilha Nativista, em Cruz Alta; Canção Nativa, em Osório, entre muitos outros.

⁵ Entende-se hibridismo como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas (...) hibridação como um termo de tradução entre mestiçagem, sincretismo, fusão e os outros vocábulos empregados para designar misturas particulares.” (CANCLINI, 2013, p.19/39).

⁶ Em 843, pelo Tratado de Verdun, o Império de Carlos Magno foi dividido entre seus três netos. Luís obteve a área oriental do Império Carolíngio, que reunia populações de língua e tradições germânicas. O conjunto de dialetos falados nessa região recebia o nome de thiuda, de onde deriva o moderno deutsche e os nossos vocábulos teuto, teutão, sinônimo de germânico, de alemão (BATISTA NETO, 1996, p. 10)

A Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense estava voltada para a cultura dos imigrantes alemães e seus descendentes, mas também envolvia as diversas etnias que marcaram presença na formação e povoamento do Rio Grande do Sul. E segundo Tau Golin (2004),

O Rio Grande do Sul, em si, não pode ser considerado como o lugar de uma etnia. Portanto, não há como hegemonizar o estado como tal, apesar da parcela tradicionalista existente nele, cujos membros também pertencem a diversos segmentos étnicos e mestiços. [...] É uma região mestiça e multiétnica (GOLIN, 2004, p. 46-47).

Sendo assim, a Ciranda não deveria ser somente um festival de “louvação ao germanismo”, mas também, ser um composto de conteúdos que sensibilizassem pessoas de todas as etnias. A participação e premiação no festival se dava por meio da composição e da interpretação (a criatividade também era um elemento avaliado); estes elementos eram avaliados por uma banca, que premiava o vencedor dentro da divisão ou linha em que estava inserido o concorrente: *Acordes de Pampa e Querência* e *Acordes Teuto-Rio-Grandense*, definidos na 3ª Ciranda; *Acordes Rio-Grandense*, *Acordes de Bailes e Festas*, *Acordes Teuto-Rio-Grandenses* e *Acordes de Projeção Cultural*, definidos na 5ª Ciranda.

O símbolo da Ciranda retratava elementos das culturas de maior representatividade no festival.



Logotipo da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense

A peneira ou ciranda, como também é chamada, aparece no logotipo como símbolo de seleção (separar o melhor). *Peneira*, enquanto de acordo com a utilidade da peça propriamente dita e *ciranda*, quando assume o sentido de bailado e cantiga popular. O tipo de ciranda que aparece no logotipo está relacionado às origens da imigração germânica no Estado do Rio Grande do Sul, as quais eram tramadas com lascas de taquara. A cuia representa o elemento da cultura-rio-grandense, do gaúcho. A bomba, elaborada com taquara (bambu) foi usada pelos índios da etnia guarani. A lira, símbolo universal da música, aparece especialmente nas melodias alemãs, trazidas pelos imigrantes. Justaposta à cuia com bomba de taquara, representa o processo de transculturação/ hibridação teuto-rio-grandense, cuja síntese pretende ser recolhida através de sua passagem pela peneira (ciranda). A pauta musical, na roda que circula a peneira, dá destaque à introdução do Hino de Taquara (ADOP - Fundo: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT).

A partir da 3ª Ciranda, eventos paralelos também começaram a ser promovidos nos dias em que acontecia o festival, como por exemplo: feiras de arte e de artesanato, desfiles, bailes, apresentações, danças, corais, e até mesmo, eventos religiosos. É importante destacar aqui um em específico “O Encontro Culturalista Sul Rio-Grandense” que se desenvolveu na 7ª, 8ª e 9ª edições da Ciranda. Os assuntos tratados nestes encontros foram: A preservação das características e particularidades das regiões sulistas (I Encontro - 1984); A participação feminina nos festivais musicais (II Encontro - 1986); e O negro no Rio Grande do Sul (III Encontro - 1988).

Portanto, a Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense, além de ser um evento musical e cultural, era também um evento intelectual e social com representações culturais teuto e rio-grandense multiétnico presentes no festival que se estendia para além dos palcos.

O afrodescendente na Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense

Analisar a participação afrodescendente em um festival com forte presença teuto torna necessário compreender as relações de

poder (BOURDIEU, 1989) entre as etnias presentes na Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense. Como a Ciranda é um evento cultural, a forma que se darão as relações de poder simbólico entre as etnias será, inicialmente, a tentativa de inserção da cultura afro em um ambiente de uma cultura que difere da sua, e, por conseguinte, a teuto tentará manter seu status de cultura dominante no evento. Em seguida haverá uma tentativa, por parte das etnias, de impor a definição do modo cultural que segue de acordo com seus interesses. Disso, poderá resultar tanto uma simbiose de culturas, quanto um afastamento das mesmas.

A participação de afrodescendentes na Ciranda, segundo as fontes consultadas, se materializou a partir da 3ª Ciranda (1978), com a participação de Gilberto Amaro do Nascimento (Giba-Giba) e Paulo Roberto Teixeira. O primeiro, foi instrumentista na música *Chiquinho da Vaca*, composta por Apparício Rillo e Airton Pimentel e interpretada por este último. Já Paulo Roberto, com a música *Meu Canto*, ganhou o troféu de terceiro lugar na linha *Teuto-Rio-Grandense*.

Na 4ª edição da Ciranda (1980) Paulo Roberto, que também participou da 5ª e da 6ª Ciranda, ressalta que:

Eu tenho pouquíssimas lembranças da Ciranda depois da terceira porque eu participei com pressa. Eu tocava muito fora [...]. Então eu fiquei muito até perturbado e um pouco triste por não poder me integrar totalmente. [...] Então eu estava sempre na estrada e não pude participar tão ativamente como na terceira. (Entrevista nº22 – 31 de outubro de 2011. ADOP - Fundo: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT)

Giba-Giba, na 4ª edição da Ciranda, compôs junto com Maria Betânia Ferreira, a música *Feitoria*; e a interpretação desta, foi feita pelo próprio Giba Giba e seu Grupo. Para a composição desta música, Giba Giba, falou da pesquisa que realizou:

É um festival teuto-rio-grandense, folclórico, de descendência... E dificilmente, muito difícil, quase que impossível dentro da história

do Brasil não estar inserido um negro seja em qualquer instância porque o fundamento da cultura brasileira, a raiz da cultura brasileira é negro, índio e português. Então quando se fala em cultura esta trilogia é importantíssima; ela está presente. E aí eu fui pesquisar, ver onde existia a convergência destas duas etnias, onde se encontravam para o progresso do Rio Grande. Daí que eu descobri que a chegada do negro no Rio Grande do Sul ocorreu na frota de João de Magalhães em 1725 que vinha de Laguna para combater os espanhóis, mas foi ao criar-se a real feitoria do Linhamo Cânhamo no Rincão de Conguçu em 1783 que o negro veio como escravo. Chegaram no Rio de Janeiro, da Fazenda Santa Cruz, umas vinte famílias de escravos assim mais ou menos. Mais tarde a feitoria foi transferida para a região do Rio dos Sinos onde veio dar origem a cidade de São Leopoldo. Lá funcionou a feitoria até 1824 quando desativada e serviu de abrigo para os primeiros imigrantes alemães que aqui chegaram. Ai que a gente encontrou esta fusão. Os imigrantes alemães não podiam ter escravos, nem usar de seu trabalho ao contrário dos açorianos e descendentes (Entrevista n° 67 – 02 de maio de 2012. ADOP - Fundo: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT).

Porém, como apresentado anteriormente, as pesquisas realizadas por Moreira e Mugge comprovam que apesar da proibição da utilização da mão de obra escrava negra no território das colônias, especificamente neste caso, Colônia no Vale do Rio dos Sinos, o trabalho escravo continuou.

E a letra da música traz consigo a pesquisa realizada por Giba Giba:

[...] Feitoria pra fiá/ Trabalhar até morrer, ô.../ Trabalhar, trabalhar olé.../ Trabalhar até morrer/ Da fazenda Santa Cruz,/ Pro rincão de Cangaçu,/ Pais e filhos e mães negras, as mãos negras para o sul [...] Quarenta anos passaram,/ Canguçu e Rio dos Sinos,/Chegaram outros de outras águas,/ Mulheres, homens meninos [...](ADOP - Fundo: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT).

Na 5ª edição da Ciranda (1982), Loma Berenice Gomes Pereira e Giba Giba participam. Loma interpretou a música “Lá

de trás daquele cerro”, autoria de Antônio Augusto Fagundes e Paulo Roberto Alves da Silva; sendo o melhor vocal individual. E Giba Giba, junto com Luiz Coronel e Pery Souza, compôs a música *Gauchônia*; e a interpretou com Toneco e A banda, recebendo o segundo lugar.

A 6ª edição da Ciranda (1983) conta novamente com a participação de Giba Giba, que em conjunto com Luiz Coronel e Toneco, compôs a música *Tantarola e Doçaria*; a interpretação foi de Giba Giba, a música recebeu o 2º lugar na classificação geral e melhor criatividade.

Na 8ª Ciranda (1986) foi apresentada a música *Congadas, Quicumbis e Moçambiques*, composta por Giba Giba e Luiz Coronel e interpretada por Giba Giba e Grupo, recebendo o prêmio de Melhor Criatividade. Letra da música:

Hoje tem coroação/ nós vamos festejar./ Rei Congo, Rainha Ginga/ nós vamos coroar [...] Quicumbis e Moçambiques/ venham receber/ Nossa Rainha / e Viva o Arerê [...] Diga que de dinga/ minha Sinhá e meu Sinhô/ Coroamos Rainha Ginga/ Nosso Rei Imperador (ADOP - Fundo: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT).

Giba Giba comenta sobre a música: “Então estas congadas, tudo isto faz parte da tradição brasileira porque tem as congadas aqui no Rio Grande do Sul, mas tem o reizado em Minas, em todo o Brasil tem” (Entrevista nº 67 – 02 de maio de 2012. ADOP - Fundo: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT).

Sobre a produção cultural e artística dos negros no Brasil, Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes enfatizam que

O Congado é mais uma forma de expressão da cultura e religiosidade negra. As Congadas representam a coroação dos reis do Congo, a luta entre reinos africanos ou batalhas entre mouros e cristãos. Elas acontecem desde que os primeiros africanos escravizados aqui chegaram e foram assumindo ao longo da história, diferentes características em cada lugar do Brasil [...]

Congado é categorizado como: Candomblé, Moçambique e o Congo (MUNANGA, GOMES, 2006, p. 147/148).

A 9ª edição da Ciranda (1988), conta com a participação de Loma Berenice e GibaGiba. A primeira, interpretou a música *Festa Setembrina* juntamente com Neto Fagundes, autoria de Talo Pereyra e Robson Barenho. Giba Giba, com Nelson Coelho de Castro, compôs a música *Negro Mina, Índia Belmira*, que foi interpretada pelos mesmos com o auxílio de Gelson Oliveira; a música não foi classificada.

Esta música de Giba Giba conta a história de seus avós, que se casaram no período da escravidão com a licença dos senhores da fazenda, como pode ser observado em sua letra:

Zinega Índia Belmira/ Que espreitava todo dia/ Entre o charque que curtia,/ Que salgava a alegria/ De olhar p'ra aquele corpo que dizia/ Coração.../ Negro Mina Salvador do Nascimento/ Trabalhador nessa terra,/ Refletia seu tormento,/ Cômico de sua beleza,/ De surpresa o sentimento/ Coração[...] (ADOP - Fundo: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT).

E sobre a música, comenta Giba Giba:

E por isso a letra diz assim: a composição baseada em nossas raízes culturais; heranças como tais, herança musical, série de antepassados, origem das famílias, estirpe, linhagem, procedência... Desta genealogia encontramos no Rio Grande do Sul, nas charqueadas em Pelotas, a verdadeira história de um amor, descendente direto de escravos africanos (Entrevista nº 67 - 02 de maio de 2012. ADOP - Fundo: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT).

Nesta edição da Ciranda, ocorreu o 3º Encontro Culturalista Sul-Rio-Grandense, no dia 16 de abril de 1988, na Escola Estadual Rodolfo von Ihering. A Coordenação foi feita pela professora Hilda Fogaça. Os palestrantes foram: Moacir Flores (doutor em História, Coordenador do grupo de estudos da PUCRS sobre o negro no RS); João Alberto de Mattos (militante do Movimento Negro Brasileiro);

Décio Freitas (advogado, historiador, autor de diversos livros sobre negros). Toda a comunidade foi convidada a participar deste Encontro.

Na interpretação de Paulo Roberto Teixeira em relação à participação do afro no evento Teuto-Rio-Grandense:

Era normal. Os músicos que vinham nunca soube de nada contrário ou alguma piada[...]. Eu acho que foi importante como eu te falei no início porque muitos negros que tocavam, amigos meus, tocaram na Ciranda, a Ciranda era uma festa, inclusive por esse quesito de integração de raças, de povos, de músicos. Era uma mistura (Entrevista nº2 2 – 31 de outubro de 2011. ADOP - Fundo: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT).

Loma Berenice também comenta que:

A presença do negro se deu com César Passarinho, comigo e com a Lúcia Helena. Na época não tínhamos muitos intérpretes negros [...] O César em especial cantava a problemática do negro na construção da cultura do RS através dos lanceiros, enfim, na gaita... Da presença do negro na cultura do RS. O Passarinho teve uma presença bem marcante e eu por minha vez apresentando a cultura do negro. Falando da escrava negra, da mãe negra (Entrevista nº 32 – 02 de dezembro de 2011. ADOP - Fundo: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT).

Loma Berenice enfatiza que ao participar de outros festivais levava, juntamente com outros artistas afrodescendentes, a musicalidade e elementos da cultura negra. Neste sentido, “não é o isolamento que cria a consciência de pertença, mas é a comunicação das diferenças das quais os indivíduos se apropriam para estabelecer fronteiras étnicas” (POUTIGNAT; STREITFF-FENART, 2011,p.40)

É possível perceber de que forma a Ciranda marcou a vida de seus participantes afrodescendentes através dos comentários feitos por Loma Berenice: “A Ciranda Teuto-Rio-Grandense foi um evento de nível nacional. Hoje eu posso tranquilamente dizer isso. De qualidade excelente. Dá saudade, dá muita saudade [...] pelo conteúdo, por tudo. Por ser ele. Estar assim a nível nacional”

(Entrevista nº 32 – 02 de dezembro de 2011. ADOP - Fundo: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT).

Paulo Roberto Teixeira fala sobre a Ciranda: “Ela projetou muita gente. Eu acho que isso foi um objetivo, talvez sem intenção, mas queira ou não ela projetou muita gente, ela enalteceu muito músico, muito cantor [...] Foi um objetivo e um alcance muito importante para Taquara” (Entrevista nº 22 – 31 de outubro de 2011. ADOP - Fundo: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT).

E Giba Giba comenta que a “relação que eu tinha com a Ciranda, era uma relação de muito amor, de respeito, de carinho, de crença (que é o mais importante) porque acreditava e acredito que a Ciranda veio para fazer o resgate da cultura real do Rio Grande, do que realmente a gente faz, do que, realmente está acontecendo” (Entrevista nº 67 – 02 de maio de 2012. ADOP - Fundo: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT).

É importante registrar aqui que a participação afro em um evento teuto-rio-grandense, vai além das pessoas aqui entrevistadas. Podemos citar a atuação de Cesar Passarinho, que com o Grupo Som Campeiro, interpretou a música *Que homens são esses*, na 9ª edição da Ciranda; sendo a música uma composição de Carlos Moacir Rodrigues e Francisco Castilho. Foi classificada em 1º lugar na divisão de Projeção Cultural e também recebeu os prêmios de Música mais Popular e Preferida da Imprensa. Portanto, levou 4 prêmios: Um automóvel zero Km, troféus Ciranda, Farrroupilha, Darcy Fagundes e Maurício Sirotsky Sobrinho.

Lúcia Helena participou da 9ª Ciranda e interpretou a música *Um Barco Encantado*, composta por Eduardo Jaeger e Raul Ellwanger. E também Kako Xavier que participou do Especial 30 Anos da Ciranda, e cantou as músicas *O Mar e o Menino*, *João Mulato* e *Carreteiro, Morena e Milonga Tantã*.

Composições musicais criadas por afrodescendentes e interpretações apresentadas nas várias edições da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense demonstram a dimensão da identidade e da história do negro no sul do Brasil.

Considerações finais

A breve reflexão produzida neste artigo demonstra a necessidade de debater e dar visibilidade sobre a existência do afrodescendente em uma região cuja marca também foi a influência da escravidão paralelamente com a imigração alemã e que, por muitas vezes, os afros não foram contemplados nos registros históricos deste espaço geográfico.

A presença do afrodescendente dentro de festivais da canção, como na Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense ocorreu de forma diversificada: por meio de composições de letras e músicas, interpretações musicais, instrumentistas, debates, feiras, bailes e participação enquanto ouvinte.

A Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense foi um evento plural e híbrido com variados estilos, ritmos, regionalismos. Passando por adequações para contemplar manifestações oriundas de várias etnias, inclusive as de origem africana, que fazem parte da simbiose de culturas que compõem a sociedade sul-rio-grandense.

Referências:

ACERVO DE HISTÓRIA REGIONAL do Curso de História – FACCAT – ADOP, Fundo: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT.

AZEVEDO, Marcos Aurélio. SMANIOTTO, Elaine, A cultura musical do negro no município de Taquara: Entre memórias e Histórias. (1888 – 1940). In: REINHEIMER, Dalva [et. al]. (org.) *Caminhando pela Cidade: Apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011, p. 166 – 177.

BATISTA NETO, Jônatas. *História da Baixa Idade Média* (1066 – 1453). São Paulo: Ática, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas*. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

CHARTIER, Roger. *O Mundo como Representação*. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010 Acesso em: 26 mar. 2019.

GOLIN, Tau. O etnotradicionalismo. In: *Identidades: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo*. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004.

HERRMANN, Helena Marta. SMANIOTTO, Elaine. A Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense. In: REINHEIMER, Dalva [et. al]. (org.) *Caminhando pela Cidade: Apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011, p. 2015 – 227.

HOBSBAWM Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWM, Eric & RANGER Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul da Pré História aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MOREIRA, Paulo R. Staudt. MUGGE, Miquéias H. *Histórias de Escravos e Senhores em uma região de imigração europeia*. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *História e Música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

POUTGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

REINHEIMER, Dalva N. SMANIOTTO, Elaine. Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense: Relações interétnicas através da música. In: RAMOS, Eloísa H. C. da Luz. ARENDT, Isabel C. WITT, Marcos A. (orgs). *Festas, comemorações e rememorações na emigração* [ebook]. São Leopoldo: Oikos, 2014. (p. 945 – 966)

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SMANIOTTO, Elaine. A figura feminina na Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara (1972 - 1996) In: *Anais Eletrônicos* do III Congresso Internacional de História Regional (2015) - ISSN 2318-6208. Disponível em: <http://historiaregional.upf.br/index.php/anais-eletronicos/2015>. Acesso em 10 abr. 2019.

A percepção dos professores de história sobre a lei 10.639/03: um estudo de caso campo-bonense

*Jander Fernandes Martins*¹

*Vitória Duarte Wingert*²

Brasil, um país racial e harmonioso?

Como fruto de uma pesquisa vinculada, em nível de mestrado esse texto versa sobre a Lei 10.639/2003³, sua implantação na cidade de Campo Bom, localizada no estado do Rio Grande do Sul.

Para isso, se recorreu a uma análise documental, entrevistas semiestruturadas e questionários (GIL, 2009; SZYMANSKI, 2004) junto a Secretaria Municipal de Educação (SMEC). O interesse por essa temática surgiu a partir de um levantamento prévio realizado, pelo autor, acerca das relações étnico-raciais na contemporaneidade brasileira, em especial, na cidade de Campo Bom-RS⁴.

¹ Doutorando em Processos e Manifestações Culturais- FEEVALE. Bolsista CAPES. E-mail: martinsjander@yahoo.com.br.

² Mestranda em Processos e Manifestações Culturais – FEEVALE. Bolsista CAPES. E-mail: vitoriawingert@hotmail.com.

³ Nesse primeiro momento, apenas se esclarece que esta Lei trata da “obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos componentes curriculares de História, Educação Artística e Literatura”.

⁴ Situada à 56 Km da capital Porto Alegre- RS. Historicamente, até meados de 1800 era habitado apenas por tribos indígenas das etnias Charrua e Minuano. A partir do século XIX até metade do século XX, esse local esteve ligado à chamada Colônia de São Leopoldo, constituindo a região denominada de Vale dos Sinos. A chegada dos primeiros imigrantes nesse local ocorreu entre 1824-1825. O primeiro registro de Campo Bom é encontrado no “mapa da Real Feitoria do Linho Cânhamo” de 1800 e se referia aos lotes e demarcações de terra (CAMPO BOM, 1988; 2008). Em 31 de janeiro de 1959 se

Assim, esse texto está organizado da seguinte maneira: a) uma introdução contextualizadora; b) em um segundo momento, se análise e discute os documentos elaborados pela SMEC do município; c) por fim, se abre momento para reflexão e discussão sobre a importância da temática étnico-racial em ambiente escolar, em especial, sobre a Lei 10.639/03 que, comemora quinze anos desde sua promulgação federal.

A pertinência desse trabalho se pauta também nas seguintes situações identificadas, através das mídias impressas e sociais:

Ano de 2015, dia 5 de outubro, em uma rede social, a Sra. Andresa Cabral, mãe de uma menina de seis anos de idade, desabafa situação vivida pela filha na escola com relação a meninas que falam que seu “cabelo é de pobre”. O local do ocorrido, Escola Parque cidade do Rio de Janeiro envolvidas na situação, “colegas de classe⁵”. De acordo com a mãe, escola e professora não se manifestaram.

Novembro de 2015, criança perde o interesse em ir à escola, a responsável pela criança investiga o que estaria se passando com a menina e descobre que a mesma, era chamada de “preta imunda e suja”. Investigado os autores dos xingamentos, colegas de classe, alunos da escola Álvaro Vieira da Rocha, cidade de Rio Branco-AC. A tia diz que ao solicitar providências da escola ouviu o seguinte relato: “ela [a vítima] e as colegas foram para a direção para contar o que tinha ocorrido, mas que o diretor disse que era uma besteira aquilo tudo e que para ser configurado bullying a situação teria que ter ocorrido repetidas vezes e não uma ou duas vezes só⁶”.

emancipa, por meio da Lei n.3.707 (LANG, 1996). Segundo consta em obra, de caráter histórico, organizado e publicado pelo próprio município de Campo Bom (1988, p. 21), “o nome de Campo Bom [...] foi provavelmente dada pelos tropeiros que levando o gado de Cima da Serra com Porto Alegre e o oeste do Estado, aí pousavam com suas tropas porque havia pasto e água abundantes”. Portanto, como se percebe, se trata de uma cidade colonizada por alemães.

⁵ Matéria disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/10/mae-diz-que-filha-sofreu-racismo-em-escola-do-rio-cabelo-de-pobre.html>. Acessado em 10/02/2018.

⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/11/menina-sofre-racismo-em-escola-do-ac-e-nao-quer-mais-ir-aula-diz-tia.html>. Acessado em 10/02/2018.

Ainda em 2016, no site da UOL Esporte se vê a seguinte matéria “RS é o estado com maior número de casos de racismo no esporte pelo 2º ano”⁷. Já no site do ClicRBS, outra matéria chamou atenção do público leitor: “Por que a intolerância cresce no Rio Grande? Nos últimos sete anos, uma ocorrência de preconceito foi registrada a cada 36 horas nas delegacias do Estado”⁸.

Ao ler estas reportagens acima, oriundas de diversas localidades e situações, envolvendo diferentes sujeitos (de crianças à docentes e desportistas), todas elas remetem a questões étnico-raciais negativas, pois se referem à racismo, injúria racial, discriminação racial e preconceito. Esses fatos denunciados, claramente, apontam para práticas de diferenciações, desiguais e inferiorizantes do negro no contexto brasileiro. (BARROS, 2009)

E o que torna mais contraditório ainda é o fato de ser senso comum alegar que, em nosso país, práticas racistas, discriminatórias e intolerantes são inexistentes ou muito tênues, afinal vivemos no “país do carnaval, do samba e do futebol”. Tais reportagens denunciam o contrário!

Se como em uma das reportagens citadas acima, o Rio Grande do Sul foi considerado, por dois anos seguidos, o Estado mais racista. Seria esta cidade um (bom) exemplo de tolerância e respeito étnico-racial de modo a não haver situações implícitas e/ou explícitas de racismo? Ou, ao contrário, não se toca nesse assunto por ser uma cidade de origem alemã de cultura protestante e católica, com menos de 5% de sua população considerada negra e parda? (CENSO, 2014) o que contribuiria para invisibilizar o racismo, preconceito e a discriminação racial?

Antes da análise documental propriamente dita, cabe destacar sobre o que se trata a Lei 10.639/03. Bem à verdade, essa lei tem sua gênese no Projeto de Lei (PL) nº 259-a de 1999, que foi apresentada

⁷ Disponível em: <https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2016/10/10/rs-e-o-estado-com-maior-numero-de-casos-de-racismo-no-esporte-pelo-2-ano.htm>. Acessado em: 10/02/2018.

⁸ Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/pagina/intolerancia-no-rs.html>. Acessado em: 10/02/2018.

pelos Deputados Ben-Hur Ferreira e Esther Grossi, tramitando pelos diversos setores políticos do governo até que, quatro anos mais tarde foi promulgada, modificando os Artigos 26-A e 79-B da LDB/96. Concomitantemente, outras modificações na Diretriz Maior Educacional foram levadas à cabo, a partir do Parecer do CNE/CP nº 3/2004 e da Resolução CNE/CP nº1/2004 que estabeleceram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Desde então, aumentou sensivelmente, o número de publicações, dissertações e teses sobre a Lei 10.639, embora os temas do racismo, discriminação e preconceito racial seja um tema discutido academicamente desde a metade do séc. XX. Este aumento de produções acadêmicas buscou desde o início perscrutar a própria 10.639 que alterava os Artigos 26-A e 79-B da LDB 9.394/96, a Resolução CNE/CP1/2004, a CNE/CP3/2004, as quais

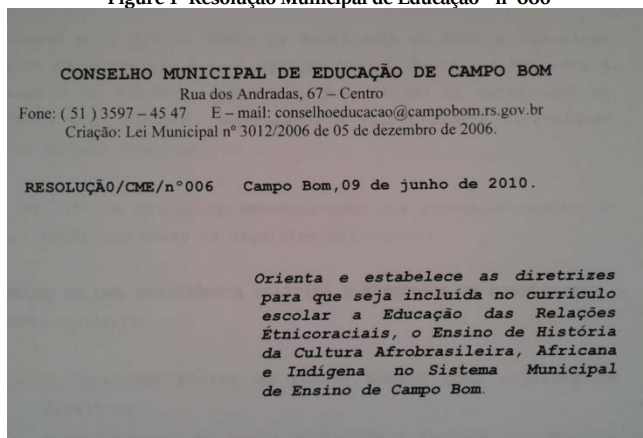
[...] compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma Educação das Relações Étnico-Raciais nas escolas, desencadeadas a partir dos anos 2000. (GOMES; JESUS, 2013, p. 21)

Além destes dispositivos legais que serviram de objeto de análises. Diversos ambientes públicos e privados, desde as instituições de ensino, empresas e ONGS serviram de *locus* de pesquisa. Analisadas por Universidades, Organizações de Pesquisa Governamentais, Fundações Privadas (como a FORD, por exemplo) que somadas, tinham como intuito diagnosticar como estava sendo implantadas no território nacional suas orientações normativas. Essas constatações, também, colaboraram para perscrutar os processos de implantação da Lei no referido município gaúcho.

O que diz o município sobre a lei 10.639/2003?

Desse modo, o Documento Legal que se obteve acesso foi a Resolução do CME n.º 006 promulgada em 09 de junho de 2010. Conforme pode se constatar na imagem abaixo:

Figure 1- Resolução Municipal de Educação - nº006



FONTE: Conselho Municipal de Educação- Campo Bom/RS – Secretaria Municipal de Educação.

Com a finalidade de orientar e determinar diretrizes pedagógicas de modo a incluir nos planos escolares a temática étnico-racial, essa Resolução está organizada e é composta da seguinte forma:

Está distribuída em seis (6) artigos. Cada qual buscando explicitar as concepções educacionais da SMEC (vigente na época de sua redação).

O artigo 1º está organizado com o seguinte texto:

O ensino da cultura afro-brasileira, africana e Indígena será oferecido nas escolas integrantes do Sistema Municipal de Ensino, com base nas Leis Federais nº 10.639 de 09/01/2003 e nº 11.645 de 10/03/2008.

Assim, buscando uma coesão de sistematização, essa Resolução campo-bonense, logicamente, traz em seu texto inicial o objetivo

central da mesma, qual seja: instituir em sua rede municipal de ensino o que é determinado e estabelecido pelas leis supracitadas.

Percebe-se que, esse Documento busca em seu teor único incluir ambas as Leis que se referem à temática étnico-racial. A 10.639/2003, objeto desse estudo, e também a Lei n. 11.645/08 a qual, como já dito anteriormente, inclui nessa discussão a cultura e história Indígena, permanecendo intactos os demais temas estabelecidos, anteriormente, pela Lei de 2003. Tal organização nos parece óbvia, pois como se percebe claramente, ela data do ano de 2010!

O artigo 2º, o CME assim o redigiu:

O Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena será ministrado, de forma transversal em todas as disciplinas do currículo, em especial, nas áreas de Educação Artística, Literatura e História (Ensino Fundamental /e em suas modalidades e no Ensino Médio na modalidade EJA) e nos eixos temáticos em Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita e Natureza e Sociedade (na Educação Infantil), respeitando as diferenças de cada nível e modalidade, salientando e valorizando a diversidade do povo brasileiro.

Apresentado os objetivos iniciais dessa Resolução, o artigo supracitado busca evidenciar de forma clara a *abrangência* do mesmo. Assim, se identifica que a mesma estabelece e determina que *toda a Educação Básica do município* incorpore em seu currículo escolar a “Cultura e História” dos povos negros e indígenas, desde a Educação Infantil (em seus Eixos do Conhecimento) até a modalidade EJA que o município oferta à comunidade.

Também se constata que, esse artigo, não se baseia apenas no que determina ambas as Leis de 2003 e 2008, mas também nos demais Documentos Oficiais elaborados com vistas a promover uma “Educação para as Relações Étnico-raciais”. Exemplo disso, é o fato de que ela não se restringe apenas aos três Componentes Curriculares indicados na LDB/96, investe de uma “natureza transversal” essa temática de modo a torna-la interdisciplinar e assim tentar assegurar sua efetivação didática e pedagógica nas escolas.

Corroborando com a assertiva acima, o Artigo 3º é claramente uma “adaptação” ao contexto municipal da Introdução do Documento Oficial redigido pelo Deputado Federal Tarso Genro, visto que, discorre sobre os “princípios” que devem nortear os trabalhos desenvolvidos nas escolas: *Formação de uma consciência política e Histórica da Diversidade; Fortalecimento de Identidade e de Direitos* e, por fim, um terceiro item, *Combate ao Racismo e à Discriminação*.

Ora, apresentado o objetivo das diretrizes, suas orientações, finalidades e a abrangência do Documento, estabelecer os “princípios norteadores” do mesmo não apresenta nenhuma “adaptação real e efetiva” ao contexto sociocultural, histórico e educacional do município, pois apenas apresenta uma reprodução do Documento Maior que determina e prevê a criação dessa Resolução Municipal. Era de se esperar que, o CME, munido dos Documentos Oficiais e de estudos, diálogos e reflexões, apresentassem, nesse sentido, “modificações e adequações” coerentes e em acordo com o contexto antropológico, cultural e educacional da cidade.

O Artigo 4º da Resolução/CME/ n. 006/2010 de Campo Bom, esclarece a quem cabe à responsabilidade de orientação Legal, para efetivar essa Legislação. Assim está redigido o texto:

Cabe à mantenedora orientar as escolas quanto a implantação e a implementação de projetos que contemplem ações que venham oportunizar o cumprimento da Resolução.

Após ditar os seus princípios, a Resolução incumbe a “mantenedora”, ou seja, investe a “SMEC do município” de orientar suas instituições escolares no processo de elaboração de projetos (supõe-se que pedagógicos, institucionais, outras formas quaisquer de projeto) objetivando o cumprimento da Lei, isto é, que seja implantada e implementada a Lei 10.639/003 e 11.645/08.

Tal artigo nos suscita indagações e reflexões bastante sugestivas. Até agora, é constatável a falta de clareza no que tange as formas de verificação e acompanhamento, por parte da

mantenedora, do cumprimento, implantação e implementação da Resolução e, por conseguinte, das Leis.

Desse modo, se percebe que neste artigo em especial, o mesmo se restringe apenas a determinar e delegar a *quem cabe estabelecer orientações e a quem se destina o cumprimento* da mesma. Entretanto, não fica claro se houve, há ou haverá formas de fiscalização visando identificar o cumprimento ou não da mesma.

Já o Artigo 5º da Resolução, se destina às instituições escolares e está redigido da seguinte maneira:

Os estabelecimentos de ensino, de posse das orientações gerais da Mantenedora devem contemplar em seus Projetos Políticos Pedagógicos, as estratégias para atingir os objetivos, viabilizando o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96 que estabelece: a formação básica comum, o respeito aos valores culturais, como princípios constitucionais da educação tanto quanto da dignidade da pessoa humana (Art. 1º - inciso III), garantindo-se a promoção do bem de todos, sem preconceitos (Art. 3º - inciso IV), a prevalência dos direitos humanos e repúdio ao racismo (Art. 4º - incisos II e VIII).

Mais extenso que os anteriores, esse artigo claramente estabelece que as Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Escolas Municipais de Educação Infantil do município incluam em seus PPP's formas de efetivação de inúmeros itens, menos a própria Resolução n. 006/10 e menos ainda as Leis 10.639/03 e 11.645/08. Como está exposto acima, cabe às escolas incluir em seus Documentos Oficiais a inclusão dos Artigos referentes à LDB/96, mas não só a esse Documento, é mencionado também artigos que se referem à Carta Magna de 1988 (CF/88).

Porém, aqui também não se explicita formas de avaliação, verificação e fiscalização do cumprimento da mesma. Embora, façam menção aos artigos da Carta Magna brasileira em seus incisos que abordam a questão étnico-racial. Da mesma forma, a Resolução campo-bonense não especifica sua concepção e a natureza de suas orientações.

Cabe ainda indagar, de que forma foi ou deveria ser incluída, nas escolas, essas Diretrizes? Seria no PPP (embora não seja claro essa inferência aqui feita)? O fato de não ficar claro essa questão, seria um indicativo de que *fica livre* para cada escola se organizar e sistematizar, conforme sua realidade e contexto sociocultural, as formas, mecanismos e estratégias de implantação de práticas voltadas para uma Educação para as Relações Étnico-raciais? Ou ainda, ficou, fica e/ou ficará a cargo da própria escola a responsabilidade e incumbência de produzir, organizar, inserir, aplicar e verificar o cumprimento da Lei e dos “possíveis” projetos, práticas pedagógicas, interações e ações dentro da escola que visem promover uma educação étnico-racial?

Tais indagações, nos são caras e pertinentes, pois tal situação constatada é um flagrante de que, depois de sete anos (pois, a resolução municipal é de 2010), desde a promulgação da primeira Lei voltada para a questão do negro na escola, ainda é incipiente as ações Legais que deveriam promover de forma mais engajada e efetiva o cumprimento das Leis de natureza mais abrangente (10.639).

Essa postura e concepção acaba por contribuir para a *não-efetivação das práticas pedagógicas étnico-raciais* de forma institucional na escola. Em nosso entendimento, da forma como até aqui esses cinco artigos estão redigidos, eles contribuem mais para que sejam realizadas ações individuais, por parte dos educadores e/ou escolas, do que para uma ação coletiva de natureza municipal.

Igualmente, se constata que essa Resolução contribui como um “elemento a mais” mais para justificar o não cumprimento da Lei, elaborando argumentos diversos. Acaba, no fim, colaborando para a reprodução de justificativas e alegações pautadas em *jargões* comuns no ambiente escolar, como por exemplo: há falta de clareza na Documentação, dificuldades devido aos contextos, há falta de materiais e formações específicas, etc.

Por fim, o Artigo 6º da Resolução/CME/mº 006 de 09 de junho de 2010, tem por função apenas fechar o mesmo, legitimando e dando vigor à mesma a partir da data de sua aprovação.

Lei 10.639/03: depois do analisado, o que falar?

O presente texto buscou explicitar sobre o processo de implantação da Lei 10.639 em um município gaúcho, Campo Bom, por meio de análise documental e de entrevista-questionário com membros da Secretaria Municipal de Educação.

Como ficou evidenciado, os Documentos municipais referentes à Lei e temática étnico-racial, foram produzidos só sete anos depois da promulgação da Lei Federal (2003). Aquela, denominada como CME n. 006/2010 e que, busca atender e dar conta de todo o universo complexo das relações étnico-raciais em ambiente escolar.

Ao analisar esse Documento, se percebeu contradições e incongruências entre “discurso-políticas públicas-práticas escolares”. Isso se deve ao fato de pairar no ar todo um ideário e imaginário social (cultural e educacional) materializado em um *slogan discursivo* pautado em *empreendedorismo, pioneirismo, excelência, qualidade educacional e progressista* apresentar uma resolução genérica, rasa e sem clareza de entendimento acerca de uma Lei tão importante como a 10.639/2003.

Como asseverado acima, essa situação contraditória, parece ser fruto e sintoma de um contexto mais amplo, profundo e complexo, vivido tanto em escala nacional, quanto mundial, qual seja: *de que em um modo de organização social, pautada economicamente, em princípios capitalistas, orientados por uma lógica do capital e uma ideologia/ideário de cunho doutrinário neoliberal*. Parece ser evidente identificar uma localidade que prima por um discurso de prosperidade material (e educacional!) mas que, demonstram lacunas graves, como no caso do reconhecimento das relações humanas (sociais), como no caso da temática étnico-racial. Nessa ótica, certamente Campo Bom não é exceção! Infelizmente.

Mais ainda, ao nos deparar com autores que colaboram para ampliar os horizontes acerca das relações étnico-raciais no Brasil e, em especial, na escola. Fica evidente a distância entre o que se é

produzido intelectualmente na Academia e o que de fato “chega às escolas” por meio de políticas públicas.

Exemplo disso, é que se verificou haver em Campo Bom, uma cidade com pouco mais de 64 mil habitantes, localizada no Vale dos Sinos, região metropolitana, uma história pomposa e com um requinte simbólico marcado fortemente por elementos constituidores que se pautam em um discurso de valorização da cultura empreendedora. Sua propensão nata ao desenvolvimento econômico, tecnológico, cultural e educacional é percebida no imaginário social da região, pois essa localidade é conhecida como “Pequeno Gigante do Vale”.

Há também uma forte valorização e auto-identificação com um “ideário de pioneirismo”, fruto de sua história de produção calçadista. Esse pensamento que permeia suas forças produtivas locais, também é perceptível na questão educacional do município, pois como se pode ver, os índices do IDEB campo-bonense também primam pelo *slogan* “à frente de seu tempo” e por princípios de “pioneirismo e excelência”.

Figura 2- INEP – Campo Bom

TABELA 02 - ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS TERRITÓRIOS DO VALE DO SINOS PARA A 8ªSÉRIE (9º ANO) DE 2007 A 2015					
Território	2007	2009	2011	2013	2015
Araricá	3.9	4.5	4.2	4.5	4.9
Campo Bom	4.2	4.7	5.2	5.2	6.0
Canoas	3.2	3.5	3.6	3.7	3.8
Dois Irmãos	4.3	4.2	4.5	4.7	4.6
Estância Velha	4.2	4.2	4.6	4.3	4.9
Esteio	3.7	3.8	3.9	4.3	4.4
Ivoti	4.3	5.1	5.1	5.0	5.6
Nova Hartz	3.8	4.2	4.3	4.2	4.5
Nova Santa Rita	3.8	3.5	3.6	3.5	4.2
Novo Hamburgo	3.7	3.7	3.9	3.8	4.0
Portão	3.4	3.6	3.7	3.7	4.0
São Leopoldo	3.4	3.8	3.7	3.7	3.8
Sapiranga	4.3	4.9	4.9	4.9	5.2
Sapucaia do Sul	3.8	4.0	4.0	3.9	4.4
RIO GRANDE DO SUL	3.7	3.9	3.9	4.0	4.2

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

FONTE: Índices de Desenvolvimento da Educação Básica nos Territórios do Vale dos Sinos para a 8ª série (9º ano) de 2007 a 2015.

Embora o CNE 006/2010 faça menção à uma “natureza transversal do tema Diversidade”, o qual deveria ser abordado desde a Educação Infantil. Curiosamente, no Currículo e Diretrizes elaboradas pelo município para esse nível de Ensino, em nenhum momento é citado como tema, projeto, plano de estudo, etc., constatação essa, que nos impele e reforça o caráter de incongruência no trato com a temática étnico-racial no município. Apesar de todo o discurso pioneirista e de excelência educacional, se percebeu que a caminhada para uma educação voltada para as relações étnico-raciais ainda está em seu início.

No plano das Políticas Públicas, uma Lei Educacional Municipal como a que foi objeto de análise em nosso estudo, se demonstraram incongruentes no plano real e concreto das escolas e antes disso, no plano da organização teórica e dos conteúdos programáticos curriculares. Desse modo, se percebeu que, mesmo depois da implantação da Lei em 2003, *ainda há lugares defasados e com dificuldades de aplicação e implementação*.

Tal constatação não é abstrata, ela se pauta no fato de ser a “História do Brasil” o resultado da “História Africana, Afro-brasileira e Indígena”. Assim, ao se estabelecer um currículo, um conteúdo programático escolar, uma disciplina de formação docente, esta deveriam ser elaboradas a partir desta ótica, ou seja, ao se propor sistematizar e promover momentos e materiais com vistas a atender as referidas Leis, a “História do Brasil” deveria ser concebida em um entendimento de “pluralidade da História e da Cultura”. Autores como Apple (2006) e Candau (2012a; 2012b) ao falarem de “currículo”, na perspectiva intercultural, partem do fato de que “um currículo sempre irá selecionar determinados conteúdos em detrimento de outros, visto ser um de seus objetivos formar um tipo específico de identidade”.

Ao que parece, o atual currículo escolar nacional, prima por um currículo branco, elitizante, homogeneizador como estratégia de formação de identidades brancas. Ainda que para isso, se construa

um discurso oficial que busque premiar e privilegiar as “diferenças culturais”. Nesse ano de 2018, começou a vigorar a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC⁹).

Portanto, com esse estudo, se percebeu que, mesmo depois de 15 anos da promulgação da Lei 10.639/03, há contextos municipais (com isso se quer dizer culturais, sociais, político e educacionais) nos quais, o que é determinado pela Legislação apresenta características e dimensões genéricas, rasas, frágeis e incongruentes.

Tais constatações nos impelem à refletir e buscar maiores diálogos e discussões acerca das estratégias que, legal e documentalmente, são utilizadas pelas Secretarias Municipais para implantar e, tão importante quanto, implementar resoluções e políticas públicas voltadas para uma Educação étnico-racial. Desse modo, as discussões permanecem em aberto e as resoluções um mistério!

Referencial

ANSELMO, E. R. M. *Os Parâmetros Curriculares Nacionais na Produção da Diferença Racial*. 2003. Dissertação de Mestrado – FAGED – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

. - *Das Práticas Políticas e Jurídicas na Formação de Professores para a Educação Étnico-Racial*. Tese de Doutorado em Educação- FAGED – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

APPLE, M. W. *Ideologia e Currículo*. Trad. Vinicius Figueira. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAKKE, R. R. B. *Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da Lei 10.639*. 2011. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Antropologia - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

⁹ Para mais informações acerca da nova BNCC, conferir em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acessado em: 15/04/2018.

BARROS, J. D'A. *A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRASIL. *Constituição (1988)*: Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997a. Vol. 10, 164p.

_____. *Ensino de História e Geografia*/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997b. Vol. 5.

_____. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm.

_____. *Lei nº 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm.

_____. *História da Educação do Negro e outras histórias*. (Org.): Jeruse Romão. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. *Orientações e ações para Educação das Relações Étnico-raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

_____. Ministério da Educação. *História: ensino fundamental*. Coord. OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v. 21)

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

- _____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana IN: BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- CAMPO BOM. Prefeitura Municipal. *Campo Bom: escola e comunidade contando sua história*. Campo Bom, 1988.
- _____. _____. *Campo Bom: um lugar para ser feliz*. José Edimar de Souza (org.) – Campo Bom, 2009.
- CAMPO BOM. Fundação Cultural. *A História do sapato: nos passos de Campo Bom*. Porto Alegre: Pacartes, 2011.
- CANDAU, V. M. O/A educadora/a como agente sociocultural IN: CANDAU, Vera Maria.(org.) *Didática crítica intercultural*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012a.
- _____. Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012b. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em: 20/11/2016.
- CHAVES, J. A. X. *A Implementação da Lei 10639/03 na Educação: a desconstrução do preconceito e da discriminação contra a população negra brasileira*. Mestrado em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS) - UNIJUÍ. Ijuí, 2010.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 11ª edição. Cortez Editora, 2010.
- COELHO, W. N. B.; COELHO, M. C. Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. *Educar em Revista, Curitiba, Brasil*, n. 47, p. 67-84, jan./mar. 2013.
- D'ADESKY, J. *Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. 1ª Ed. 2ª reimp. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- FERNANDES, J. R. O. Ensino de História e Diversidade Cultural: desafios e possibilidades. *Cadernos CEDES*, Campinas, vol. 25, n. 67, pp. 378-388, set/dez, 2005.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, N. L. Educação, relações étnico-raciais e a lei nº 10.639/03. IN: BRANDÃO, Ana Paula (org.) *Modos de Fazer: caderno de atividades, sabres e fazeres*. Rio de Janeiro, RJ. Fundação Roberto Marinho, 2010. (Coleção A cor da Cultura, col. 4)

_____. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Org. do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

_____. Educação, relações étnico-raciais e a lei nº 10.639/03. IN: BRANDÃO, Ana Paula (org.) *Modos de Fazer: caderno de atividades, sabres e fazeres*. Rio de Janeiro, RJ. Fundação Roberto Marinho, 2010. (Coleção A cor da Cultura, col. 4)

_____. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. IN: MOREIRA, A. F.; CANDAU, Vera Maria (org.) *Multiculturalismo: diferenças culturais e Práticas Pedagógicas*. 10ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a.

GOMES, N. L. G.; JESUS, R. E. de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, Editora UFPR. jan./mar. 2013.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. *Revista Novos Estudos – CEBRAP*. Nº 43, 1995, p. 26-44. Disponível em: <http://www.novosestudos.org.br/v1/contents/view/685>. Acessado em: 15/05/2016.

_____. *Classes, raças e democracia*. 2ª Ed. revista. São Paulo: Editora 34, 2012.

JACCOUD, L. Combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. IN: THEODORO, M. (org.)/ JACCOUD, L.; OSÓRIO, R.; Soares, S. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. – Brasília: Ipea, 2008.

SAVIANI, D. – *A nova lei da educação (LDB): trajetórias, limites e perspectivas*. Campinas; SP: Autores Associados, 2003.

SZYMANSKI, H. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: SZYMANSKI, H. (org.). *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Brasília: Plano Editora, 2002.

A intolerância religiosa como tentáculo do racismo e preconceito contra a cultura de matriz africana? Perscrutando o ensino da Lei 10.639/2003

*Jander Fernandes Martins*¹

*Vitória Duarte Wingert*²

Introdução

O artigo aqui socializado é produto de paulatinas reflexões e diálogos a partir de extratos coletados de uma pesquisa realizada, em nível de mestrado, tendo como temática a Lei 10.639/2003 e sua aplicação em uma Rede Municipal de Ensino. Durante o processo de construção dessa pesquisa, realizada com professores que ensinam o Componente Curricular de História entre 6º ano e 9º ano da Educação Básica, indagou-se sobre as práticas e perspectivas pedagógicas referentes a referida Lei.

No decorrer das “entrevistas semiestruturadas reflexivas” (SZYMANSKI, 2002) realizadas com esses docentes, acerca da implementação da Lei 10.639/03, alguns percalços, resistências e desafios foram mencionados. Dentre esses, o que aqui é socializado tem por objetivo abrir discussões e reflexões e demonstrar a importância dessa discussão para a real efetivação dessa Legislação nos ambientes escolares.

¹ Doutorando em Processos e Manifestações Culturais- FEEVALE. Bolsista CAPES. E-mail: martinsjander@yahoo.com.br.

² Mestranda em Processos e Manifestações Culturais - FEEVALE. Bolsista CAPES. E-mail: vitoriawingert@hotmail.com.

O *locus* da pesquisa, localizada na região metropolitana do Rio Grande do Sul, é uma região de colonização germânica constituída por uma população autodeclarada branca e que tem como aspectos culturais, o predomínio das crenças de origem protestante e católico. Logo, em tal contexto sociocultural indagar e pesquisar sobre a recepção e como concebem a Lei 10.639/03 e as temáticas correlatas, em especial, às manifestações culturais religiosas de matriz africana e afro-brasileira são imprescindíveis.

Desse modo o que aqui apresentamos é um pequeno fragmento das primeiras constatações realizadas na pesquisa. Como sugere o título, trata-se de apresentar, a partir da fala dos professores, outro *tentáculo do racismo e do preconceito contra a cultura africana* (e também a indígena). Utilizou-se este termo como uma analogia, uma forma alegórica, para frisar o fato do racismo na escola não se restringir, exclusivamente, à questão da cor da pele, tipo de cabelo, lábios e nariz, mas também à uma esfera por demais velada, pouco discutida e quando se discute é em sua maioria diálogos e discussões tangenciais, qual seja? a questão da receptividade escolar (professores, alunos e comunidade) para com o tema da religião de matriz africana. (BAKKE, 2011)

Os estudos que tratam deste tema, em sua maioria pesquisam e buscam evidenciar estratégias de promoção de teor afirmativo, valorizando e tentando esclarecer sobre o que vem a ser uma religião africana, quais seus ritos, a natureza de suas crenças, etc., porém sobre a questão da intolerância religiosa ainda são escassos e recentes os estudos e pesquisas. Paradoxalmente, o volume de situações que podem ser lidas, ouvidas e vistas sobre preconceitos, discriminação e práticas de intolerância para com as religiões de matriz africana e seus adeptos, frequentadores e simpatizantes são recorrentes e preocupantes.³

³ Citamos os trabalhos dos quais nos valem para a realização da pesquisa e desse artigo: Silva (2015), Mariano (2015), Oliveira (2007; 2008), Oro (2008; 2015), Quintana (2012; 2013a; 2013b), Santos (2005), Santos & Filho (2009), Souza (2008).

Desse modo, considera-se pertinente abrir espaço para discussão sobre essa temática que permeia as relações escolares em suas expressões didáticas, pedagógicas e relacionais.

A Escravidão como Gênese da Intolerância Religiosa Brasileira

Assim, não bastassem os três séculos nos quais a única função e serventia dos homens negros e indígenas era ter vigor físico e força braçal, do mesmo modo que as mulheres negras e indígenas tivessem aptas a cederem, sexualmente, aos caprichos e galanteios de seu senhor de engenho, da casa-grande em uma “relação harmoniosa”, se comparada à outras formas, ditas mais perversas de colonização e escravidão. Superou-se a escravidão, porém, permaneceu e perdurou o racismo, o preconceito e a discriminação racial e étnica. (BARROS, 2009; D’ADESKY, 2009; FREYRE, 2006)

Nos últimos anos se pode perceber, academicamente, uma ampliação de estudos e pesquisas em cima da questão da intolerância religiosa para com as religiões de matriz africana, afro-brasileira (e até indígenas) e contra seus adeptos, frequentadores e simpatizantes declarados (que na verdade se silenciam, se escondem, não assumem-se publicamente)

Jacques D’adesky (2009, p. 51 grifos nossos) subsidia o que foi exposto acima, nestes termos:

“[...] A **relação do negro** com a sociedade colonial será marcada, no plano religioso, pela **conversão obrigatória à religião do senhor** e por um **passado de perseguições** àqueles que **tentaram permanecer fieis às práticas de seus ancestrais**”.

Desde sua chegada compulsória, no novo continente, a história dos negros, é marcada pela “ruptura total” com o contexto de onde eram provenientes. Chegado a esta nova realidade, não só sua mão-de-obra e força produtiva foi lhe expropriado. A exploração e opressão também se deram na religiosidade. Aqui, apresentou-se um novo quadro simbólico religioso, muito diferente daquele em

que estavam inseridos e lhes constituíam no continente africano. (D'ADESKY, 2009, p.51)

A questão de religião africana, afro-brasileira, ainda é uma questão que merece mais foco e estudos, principalmente em contextos de origem germânica (majoritariamente, de ordem protestante e católica), pois, uma das justificativas, seria desmistificar e desconstruir o imaginário coletivo e religioso, teologicamente, instituído e cristalizado no qual estabelece as crenças e interpretações que associam candomblé, umbanda, espiritualismos à cultos demoníacos. Constatações estas que, transparecem e explicitam intolerância religiosa, mas que também conotam racismo e preconceito, não é por acaso que ainda se ouve, por vezes, frases de teor negativo como “preto batuqueiro”, “negro macumbeiro”. Fruto não apenas do racismo e preconceito racial como também de uma intolerância religiosa. (ANSELMO, 2015; CANDAU, 2009; D'ADESKY, 2009)

Porém, quando se ouve o relato de professores de História, que ao buscarem tratar essa temática em sala de aula, relatam vivências de natureza complexa e intolerante, como no seguinte relato ao ser indagado sobre os desafios e resistências de aplicar a Lei 10.639/2003:

[...] do africano tem essa coisa de quando fala em África, é a **África demonizada** né...os exus, os mitos africanos. **-ah professora, isso é coisa do demônio!** [...] Então, tem aluno que não aceita ler um mito de Exú, porque ele vem lá de casa que Exú é coisa de demônio Então, é muito forte [...] eles dançam funk, escutam funk que é uma raiz de música africana, mas eles, por exemplo, **acham horrível a batida de um batuque e dizem que é coisa do demônio** [...] (PROFESSOR 1, grifos do autor)

Ao transcrever as situações vividas em sala de aula por esse professor que tenta abordar a temática étnico-racial (ou a Lei 10.639/03 ou 11.645/08), percebe-se o quanto ela está carregada de sentimento de perplexidade, diante da intolerância religiosa por parte dos alunos. Intolerância essa, arraigada de desconhecimentos,

imaginários, preconceitos e estereótipos sobre a cultura e religião africana. (SILVA, 2015; MARIANO, 2015; ORO, 2015)

Lamentavelmente, constata-se da necessidade de se perscrutar mais este aspecto das relações étnico-raciais no ambiente escolar. Dentre os poucos estudos concluídos e publicados até este momento, a Tese de Doutorado de Eliane Anselmo (2015), em um de seus capítulos trata desta questão, com dados estatísticos. A autora apresenta dados referentes a esta questão, e os resultados demonstram que, na região do Vale do Rio dos Sinos⁴ (pesquisa concentrada nas cidades de São Leopoldo e de Novo Hamburgo) os frequentadores e adeptos de religiões africanas e afro-brasileiras (candomblé e umbanda) são, majoritariamente, frequentadas por pessoas que se declaram brancas. Comprovando ser um equívoco a noção de que “todo preto é macumbeiro e batuqueiro”, imaginário que ainda permeia o senso comum (ANSELMO, 2015, pp. 85-86).

Abaixo segue o quadro estatístico elaborado pela pesquisadora em sua Tese, tomando como contexto as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo:

Tabela 1 - Demonstrativo religião em Novo Hamburgo (2010)

Religião	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena
Católica Apostólica Romana	137.987	4.662	8.464	270	60
Evangélica	61.857	2.477	4.785	120	85
Evangélica Pentecostal	24.613	1070	2.589	08	45
Espírita	3.260	45	66	00	09
Umbanda e Candomblé	858	59	40	00	00
Umbanda	727	51	29	00	00
Candomblé	81	00	00	00	00
Outras Afrodescendentes	51	08	11	00	00
Sem Religião	6.546	285	715	10	00
Não Determinada e Múltiplo Pertencimento	833	50	00	00	00

(FONTE: ANSELMO, 2015, p. 85)

⁴ Relembrando que se refere a região pertence, atualmente, à Região Metropolitana de Porto Alegre, e é formada pelos municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom, Ivoti, Estância Velha, Sapiranga, Araricá, Dois Irmãos, Canoas, Nova Santa Rita, Esteio, e Sapucaia do Sul. Historicamente, esta região é relacionada à imigração alemã nesta região, fundando a “colônia de São Leopoldo (1824)”. Na questão de estudos sobre imigração e escravidão, este local já foi contexto e objeto de pesquisa de vários autores, dentre estes, destaca-se Lucio Kreutz, Miquéias Mugge, Martin Dreher, Paulo Moreira.

Conforme constatou a pesquisadora, o número de frequentadores nas “religiões ditas afros” tem mais brancos do que pretos e pardos. Esta mesma indicação ocorre na outra cidade, como se pode ver abaixo:

Tabela 2 - Demonstrativo religião em São Leopoldo (2010)

Religião	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena ⁵
Católica Apostólica Romana	122.699	6556	11.460	326	75
Evangélica	42.799	2.611	5.153	225	45
Evangélica Pentecostal	20.671	1.690	3.547	206	18
Espírita	5.071	162	268	000	00
Umbanda e Candomblé	1.768	371	335	00	00
Umbanda	1575	371	308	00	00
Candomblé	31	00	10	00	00
Outras Afrodescendentes	162	00	17	00	00
Sem Religião	8174	474	993	63	39
Não Determinada e Múltiplo Pertencimento	102	22	91	00	00

(FONTE: ANSELMO, 2015, p. 85)

Ao que parece, uma das respostas alternativas a estas indagações estejam no que, já citado acima, D’adesky (2009) aponta, a existência da “raça simbólica” e com ela, todo um aparato imaginário, como a “demonização das religiões de matrizes africanas” (como cita o professor 1).

No entanto, as perspectivas também não são tão inconsoláveis, pois, como o autor nos lembra “Apesar dos preconceitos negativos e sistemáticos a que estavam submetidas as religiões africanas, elas conseguiram sobreviver a partir da preservação de suas raízes e do aparecimento do sincretismo no novo território” (D’ADESKY, 2009, p. 53).

Ao analisar estes quadros, indagamo-nos de o porquê dados como os apresentados acima, não chegam ao conhecimento dos docentes na escola? Porque não fazem parte das discussões escolares na sala de aula? Pois as estratégias que os docentes tentam lançar à mão acabam por ser contextualizados da seguinte forma:

⁵ No que diz respeito aos indígenas, a autora ainda menciona que entre esse grupo étnico, “[...] há, também, evangélicos não denominados e testemunhas de Jeová [...]” (ANSELMO, 2015, p. 86).

[...] isso eu trabalhei com eles muito na **disciplina de ética e cidadania e de História também** [...] como a gente acaba, tornando normal uma coisa que na verdade é puro preconceito! E essa coisa do racismo [...] é muito forte porque são muito racistas, muito preconceituosos, muito homofóbicos [...] (PROFESSOR 1, grifos nossos)

Um relato surpreendente e revelador de um dos contextos escolares campo-bonenses, no qual é tratada as Leis 10.639/03 e 11.645/08 é tratada com muita resistência quando se tenta trabalhar o aspecto religioso africano e afro-brasileiro. Outra constatação reveladora, é o fato de ser também neste ambiente escolar com esta profissional docente de História, tratado temas referentes às Leis citadas acima, em *outra disciplina, a de Ética e Cidadania* e não na Disciplina de História.

Não muito distante desta fala, também tem-se a do professor 2, o qual também constata resistência por parte dos alunos no seu ambiente de trabalho. Além disso, para este profissional da educação a gênese sociocultural em que germinam e gestam tais mentalidades é a família:

a gente tenta quebrar[preconceito] mas é só a escola, porque daí na rua, **os pais falam bobagem a maioria das vezes preconceituosas e isso é difícil** [desconstruir]. Porque eles passam mais tempo na casa deles e isso a escola querendo quebrar é muito complicado. (PROFESSOR 2, grifos nossos)

Retomando a interlocução com o professor 1, ele ainda relata estratégias didáticas, a qual buscou utilizar em sala de aula com o objetivo de superar estas dificuldades e resistências dos alunos, para com a questão de religião:

[...] veio essa semana um pastor luterano, que a gente foi na igreja, e como algumas turmas não conseguiram ir [...] daí ele veio aqui. Daí **uma das perguntas que eu fiz pra ele foi referente a cultura africana, as questões das religiões africanas**, porque aqui na

escola eu sei que **tem alunos que são de matrizes africanas**. Só que esses alunos quase **nunca falam que são**, porque **os outros hostilizam eles**.[...] eu aproveitei e fiz a pergunta...incrível, foi a resposta do padre, ele falou assim: - **“ahh..tem algumas manifestações que são culturais, mas o resto mesmo são do diabo!** (PROFESSOR₁, grifos nossos)

Com este relato, fica evidente que, embora possa ser exceção à regra, neste contexto específico, a intolerância religiosa e o desconhecimento sobre o legado africano e afro-brasileiro (já que, religião africana não seria cultura!). Além do racismo e preconceito racial, descortina-se um terceiro elemento discriminador, assentado na intolerância religiosa contra as de matrizes africanas em suas mais amplas relações. (QUINTANA, 2012; 2013a; 2013b)

Destacamos que, diferentemente, desta situação singular ocorrida, há outras situações que, ao contrário destas, buscam valorizar e promover a tolerância e o estabelecimento de uma relação no mínimo respeitosa. Exemplo disso cita-se Ana Gualberto (2008, grifos nossos), ao pesquisar em escolas da Bahia sobre a questão da Lei 10.639/08:

A resposta para estas perguntas é óbvia, ela é negativa. Ainda hoje, professores têm enfrentando problemas para falar do papel da Igreja na constituição do mundo ocidental. Cruzadas, inquisição, escravização de negros e indígenas são assuntos delicados em sala de aula. A resistência não se dá apenas por católicos, na defesa da instituição eclesial católica, como pode parecer óbvio. Os adeptos das religiões neo-pentecostais manifestam-se de forma bem enfática na condenação da religião católica. **Agora vamos pensar em como é encarada qualquer afirmação positiva sobre uma religião apontada desde a constituição do Brasil como sinônimo do mal, de um povo inferior e primitivo**. É fácil pensar na recepção deste assunto na maioria das salas de aulas. Outra questão ainda mais complexa é **pensar que dentro destas salas de aulas, além dos alunos católicos, protestantes e neopentecostais, existem alunos que são de religião de matriz africana. Estas crianças se sentem inseridas nesta escola? É possível que ela assuma sua identidade religiosa, use seus**

adereços? É possível que uma criança muçulmana assumira sua religião sem ser chamada de terrorista e *Bin Laden*?

Seguindo a linha de reflexão da autora, poderíamos acrescentar a seguinte indagação (contudente) *como uma “crença” que só se manifestou, historicamente no Novo Mundo, por meio de seus adeptos devido ao processo escravizador, de cativo e de tráfico sofrido, pode ser abordada em sala de aula, sem enfrentamento de barreiras, preconceitos e resistências se esta sempre foi entendida e tratada como “manifestação religiosa” primitiva, inferiorizada, demoníaca?*

Embora não seja essa a questão cerne desse trabalho, fazê-la é no mínimo indispensável, se temos o objetivo de contribuir para romper com os preconceitos, estereótipos e intolerâncias. Responde-la não é de fato tarefa fácil e simples, pois envolve desconstruir meio milênio de estigmatização, demonização, inferiorização religiosa. No entanto, com vistas a romper e erradicar essas formas equivocadas de compreender e respeitar a “manifestação religiosa do Outro”, um primeiro passo já foi dado, que foi o movimento de denunciar tais práticas. Depois, com o advento da Lei 10.639/03, foi o movimento de ações afirmativas buscando valorizar e promover positivamente as manifestações religiosas de matriz africana. Qual seria o próximo passo?

Tais práticas de intolerância religiosa, não são de agora, ainda que historicamente, no Ocidente tenham ganhado relevo a discussão sobre Colonialismo e Escravidão, a “perseguição religiosa” também é secular, Dolores Lima (2008, negritos do autor) assevera:

A perseguição religiosa atingiu níveis nunca vistos antes na História durante o século XX. Contudo, anterior a isso, apesar de não ter característica claras de perseguição religiosa expressamente estabelecida, a escravidão estabelecia parâmetros de inferioridade aos negros pela sua cor de pele e por adotar práticas religiosas ditas pagãs conforme a **Bula Romano Pontifex, de 08 de janeiro de 1454, do Papa Nicolau V.**

De acordo, com a autora, aquilo que por vezes se depara nas redes sociais, nas mídias e em ambientes escolares, como preconceito e discriminação religiosa têm sua raiz e herança no transcorrer dos séculos. Não por acaso, muitos apresentam um comportamento e entendimento sobre relações inter-religiosas ditas harmoniosas, porém quando se trata das de matriz africana, se percebem (e até demonstram) um comportamento e entendimento equivocado e receoso, demonstrando uma *afrotheofobia*. (LIMA, 2008)

No mesmo sentido, Erisvaldo P. dos Santos (2005, p. 1-5) chamava a atenção para o fato de que uma das razões da intolerância religiosa ainda permear no imaginário, no senso comum e também nas relações escolares, em nossa sociedade brasileira (apesar de na época já existir a Lei 10.639/03), está no fato de haver uma “hegemonia das religiões de matriz judaico-cristã”, as quais acabam por praticar, além da “discriminação racial”, “a satanização de entidades espirituais”, acarretando em uma “invisibilidade das religiões de matriz africana”, que atingem na prática, até as “políticas educacionais”.

Nas palavras do autor:

O conhecimento dos fundamentos religiosos como códigos sócio-culturais e parte das referências identitárias dos afrodescendentes, possibilita a compreensão de que não há nem um absurdo nas religiões de matriz africana no Brasil. Em verdade, o que existe mesmo na sociedade brasileira, e de sobra, é eurocentrismo e etnocentrismo. É aí que se produz um entendimento de que a religião certa é aquela que os europeus nos trouxeram, cuja matriz é judaico-cristã. As outras religiões, não são propriamente religiões, mas seitas, expressões de religiosidade, credences, magias e superstições. Para esse tipo de entendimento, a única religião que tem uma mensagem boa para vida é o cristianismo, porque promete a vida eterna. (SANTOS, 2005, p. 14)

Além disso, para o autor, outro pressuposto que contribui para a perpetuação desses comportamentos está no “silenciamento

dos professores”, pois pela “indiferença de educadores, diante da experiência de adeptos juvenis, que vivem com medo de dizer o nome da religião a que pertencem”. (SANTOS, 2005, p. 1).

Como enfrentar então tal “legado negativo” e discuti-lo de forma que sua condução e resultado final em uma aula (seja de História, Sociologia, Filosofia, Ensino Religioso, Ética...) seja contrária a tudo isso que é denunciado pelos autores acima? Qual a saída, estratégica e pedagógica para o que vivencia o professor 1? Produzir e sistematizar estratégias múltiplas que valorizem a pluralidade e o multiculturalismo, como delegam os Documentos Oficiais (SECAD, 2008) auxiliam nesse processo, porém como se percebe não é o suficiente. Situação essa denunciada e problematizada por vários pesquisadores⁶.

Por fim, constata-se que este preconceito e intolerância com a religião de matriz africana podem ser tratadas como racismo, ou recuperando a analogia realizada no início dessa discussão, pode e deve ser entendida como um *tentáculo do racismo*, o qual impregnou-se nos ambientes escolares e com suas “ventosas” prendem-se, se enraízam afetiva e psicologicamente em cada indivíduo, promovendo essa postura com tom de inferiorização, desrespeito, segregação, de modo a “demonizar!” essa manifestações culturais africanas e afro-brasileiras (BARROS, 2009; PROFESSOR 1).

Constatando isso, é possível ver que se trata de um “racismo simbólico” e, possivelmente, por pertencer a esta esfera é que se torna difícil de identificar práticas preconceituosas e intolerantes na escola. Daí a necessidade de se realizar mais pesquisas sobre esse tema na escola, interagindo com os profissionais da educação, com os alunos e com a comunidade escolar.

O relato dos professores participantes dessa pesquisa, em nível de Mestrado, é revelador, pois passado 14 anos desde a

⁶ Dentre eles cita-se Eliane Anselmo (2015), Vera Candau (2013), Jacques D'adesky (2009), Dolores Lima (2008).

implantação da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) percebe-se haver ainda resistências, preconceitos, discriminação caracterizando um comportamento intolerante. Assim os desafios para sua efetivação real em sala de aula são extremos. Para isso, sistematizar pesquisas, momentos de partilhas, diálogos e acima de tudo, ouvir esses sujeitos protagonistas e produtores de cultura escolar é imprescindível para se romper e erradicar tanto esse “tentáculo”, a intolerância religiosa, quanto o próprio racismo que, infelizmente, ainda se impregna o ambiente escolar (BRASIL, 1997a; 2005; 2006).

Referências

- ANSELMO, E. R. M. *Das Práticas Políticas e Jurídicas na Formação de Professores para a Educação Étnico-Racial*. Tese de Doutorado em Educação. FAGED - Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- BAKKE, R. R. B. *Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da Lei 10.639*. Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Antropologia - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2011. (Tese de Doutorado)
- BARROS, J. D. *A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual/ Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC/SEF, 1997a. Vol. 10, 164p.*
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm.*

- BRASIL. Ministério da Educação. *História da Educação do Negro e outras histórias*. (Org.): Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações e ações para Educação das Relações Étnico-raciais*. Brasília: SECAD, 2006.
- CANAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. IN: MOREIRA, Antonio Flávio; CANAU Vera Maria. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 10^a ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- D'ADESKY, J. *Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. 1^a Ed. 2^a reimp. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51^a Ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- GUALBERTO, A. **Considerações sobre a Lei 10639 in: Intolerância Religiosa, ano 3, n. 13. Tempo e Presença Digital, 2008. Disponível em: http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=258&cod_boletim=14&tipo=Artigo. Acessado em: 02/01/2017.**
- LIMA, D. **A intolerância religiosa e a cosmovisão africana de mundo**. In: **Intolerância Religiosa, ano 3, n. 13. Tempo e Presença Digital, 2008. Disponível em: http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=257&cod_boletim=14&tipo=Artigo. Acessado em: 02/01/2017.**
- MADUREIRA, A. F. do A.; BRANCO, A. M. C. U. de A. As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. IN: BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de (org.) *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural*. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- MARIANO, R. Pentecostais em ação: a demonização dos cultos afro-brasileiros. IN: SILVA, V. G. da. (org.) *Intolerância Religiosa: impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro*. 1^a ed. 1^a reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

- QUINTANA, E. *No terreiro também se educa: relação candomblé-escola na perspectiva de candomblecistas*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- QUINTANA, E. A relação escola-terreiro na perspectiva de famílias candomblecistas. *Anais...* 36ª Reunião Nacional da ANPED – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013a, Goiânia-GO.
- QUINTANA, E. Intolerância religiosa na escola: O que professoras filhas de santo tem a dizer sobre esta forma de violência. *ITABAIANA: GEPIADDE*, Ano 07, Volume 14 | jul./dez. de 2013b.
- SANTOS, I. dos; FILHO, A. E. (Org.) **Intolerância Religiosa X Democracia**. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.
- SANTOS, E. P. do. **A educação e as religiões de matriz africana**: motivos da intolerância. Caxambu: ANPED, 2005.
- SILVA, V. G. da. Prefácio ou Notícias de uma Guerra Nada Particular: os ataques Neopentecostais às religiões Afro-brasileiras e aos Símbolos da Herança Africana no Brasil. IN: SILVA, V. G. da. (org.) *Intolerância Religiosa: impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro*. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- SZYMANSKI, H. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: SZYMANSKI, Heloisa (org.). *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Brasília: Plano Editora, 2002.
- OLIVEIRA, A. M. de. Multiculturalismo, Pluralismo e Tolerância e/ou Intolerância Religiosa: a perspectiva dos espíritas kardecistas em Pernambuco em relação aos adeptos das religiões afro-brasileiros. *Anais...* VI Congresso Português de Sociologia: Mundos sociais: saberes e práticas, Universidade Nova Lisboa, 2008.
- OLIVEIRA, A. M. de. Preconceito, Estigma e Intolerância Religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. *Estudos de Sociologia*. Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 13, n. 1, p. 239-264 (2007).

ORO, A. P. As Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande Do Sul. *Debates Do Ner*, Porto Alegre, Ano 9, N. 13 P. 9-23, JAN./JUN. 2008.

_____. Intolerância Religiosa Iurdiana e reações Afro no Rio Grande do Sul.
IN: SILVA, V. G. da. (org.) *Intolerância Religiosa: impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro*. 1ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

WEDDERBURN, C. M. *O Racismo através da História: da Antiguidade à Modernidade*. 2007. Disponível em: <http://www.ipeafro.org.br/10_afro_em_foco/index.htm>. Acesso em: 18/07/17.

A intrusão em toldos indígenas no norte do RS (1911-1912)

*Kalinka de Oliveira Schmitz*¹

Ocupando milenarmente a região norte do Rio Grande do Sul, os indígenas tinham grandes espaços de circulação, o que acabou sendo prejudicando conforme o desenvolvimento do complexo colonial que se iniciou no Estado a partir da criação da Colônia de São Leopoldo em 1824.

A sua relação com o uso da terra era distinto daquele entendido como ideal pelo governo, que via o modelo colonial como o modelo para a utilização da terra. Conforme ocorria a expansão dos núcleos coloniais, os indígenas passaram a ser marginalizados, a fim de liberar espaço para a demarcação de novos lotes coloniais, para atender a crescente demanda. Na defesa de seus territórios da expansão colonial, os indígenas praticavam ataques contra colonos que moravam nos limites das Colônias, e também contra tropas de comerciantes e fazendas.

Tais confrontos prejudicavam a economia além de gerar grande insegurança entre aqueles que viviam ou transitavam pelas regiões de circulação indígena. O governo, discutia maneiras de resolver esse problema, de maneiras diferentes do que era defendido por tropeiros e fazendeiros. Isso porque o próprio governo tinha um entendimento sobre os indígenas, que não necessariamente compactuava com a percepção dos dois grupos citados. Sobre o posicionamento e entendimento governamental sobre como agir

¹ Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

para com os indígenas, Telmo Marcon (1994) e Paulo Zarth (1997) divergem. O primeiro afirma que a Coroa não enxergava a presença indígena como ocupação efetiva do território em que transitavam; já Zarth, analisa que o governo compreendia os indígenas como elementos colonizadores na região fronteira com os países do Prata. A partir desse posicionamento, o governo considerava mais útil atuar junto aos grupos indígenas do que simplesmente eliminar esse grupo.

Nas considerações sobre quais medidas tomar quanto aos indígenas, a questão fronteira possuía grande importância, uma vez que haviam ainda disputas territoriais entre castelhanos e os portugueses na região. Enquanto havia uma parcela do governo que defendia a utilização dos indígenas para a ocupação da faixa de fronteira portuguesa, o que ocorria era a concessão de grandes extensões de terras principalmente para militares, os quais deveriam auxiliar na defesa do território.

Devemos ressaltar que na região norte do Rio Grande do Sul, havia os índios guarani e os kaingang, que eram o grupo mais populoso. Não considerados como verdadeiros ocupantes das áreas em que transitavam, visto que o governo considerava a referida área como vazia de ocupação, pela falta de indivíduos brancos instalados na região.

Enquanto os guaranis acabaram sendo aldeados com sucesso no projeto de redução empreendido pelos jesuítas, os kainganges ofereceram maiores resistências. Estes últimos eram vistos como selvagens violentos, principalmente pela resistência às tentativas de aldeamento, e também pelos ataques que perpetravam contra quem passasse por seu território (SCHMITZ, 2019).

Junto à preocupação com a defesa das terras brasileiras, posteriormente ocorreu a criação da Lei de Terras de 1850, onde terras que não possuíam proprietário legítimo passaram a ser consideradas terras públicas. As terras dos indígenas por conseguinte, entraram nessa categorização, e em consequência da expansão da colonização, viraram alvos para tal projeto (TEDESCO,

VANIN, 2018). Contudo, para que as terras até então ocupadas por indígenas passassem a integrar projetos de colonização, era necessário garantir que os indígenas não mais circulassem pelas mesmas. Para tal, iniciou-se um projeto para aldear as diversas parcialidades indígenas existentes na região norte do Rio Grande do Sul. Os aldeamentos poderiam tanto ser apenas um aldeamento, que seria uma área delimitada, onde se assentariam algumas parcialidades, quanto poderiam ser encaixadas na categoria de colônia militar.

Interessados nas áreas indígenas para o avanço do projeto de colonização para o completo povoamento do Estado, o governo, de acordo com Tedesco e Vanin (2018), possuía duas opções. A primeira seria a criação e uso de companhias de pedestres, que atuaria junto aos aldeamentos criados, tal como em Nonoai, onde deveriam procurar sempre manter a ordem e contribuir para a adaptação dos índios a essa nova realidade que os cercava. Já a segunda opção era a criação de colônias militares, que se tratava de um projeto que integraria aldeamento e Colônia juntamente com algum efetivo militar, numa tentativa ampla para civilizar os indígenas. No que diz respeito às colônias militares, podemos destacar que no Estado, foram criadas duas; a Colônia Militar de Caseros e a Colônia Militar do Alto Uruguai.

Inicialmente resistindo às tentativas de aldeamento de forma violenta, as parcialidades kaingangues se deram conta, na década de 1840, de que apenas a resistência violenta não garantiria a proteção de seu espaço. Com isso, passaram a se abrir para conversações com brancos, especialmente missionários, para que encontrassem um meio termo, para que obtivessem vantagens ao aceitarem se aldear, visto que perderiam territórios. Resultado disso foi a criação, nessa mesma década, dos primeiros aldeamentos, que foram os aldeamentos de Nonoai e o de Guarita. Convém destacar, que, além desses dois aldeamentos, haviam ainda projetos para a criação de toldos na região que compreendia Passo Fundo, Lagoa Vermelha,

Vacaria e a Encosta da Serra, onde havia a existência de parcialidades indígenas (TEDESCO, Vanin, 2018).

Dessa forma, ao perceberem que a resistência violenta não daria os resultados esperados, e ao se depararem com novos arranjos que o governo lhes havia apresentado, podem ter percebido que era hora de se adaptarem a um novo modo de vida, distinto daquele praticado ancestralmente pelo seu povo. Com as negociações, as parcialidades aldeadas passaram a receber do governo, sementes, roupas e ferramentas, numa tentativa governamental de cooptar o maior número de parcialidades possível (SCHMITZ, 2019). Cabe destacar, contudo, que essa tentativa de cooptação não atingiu o máximo de seus objetivos, uma vez que houve casos de parcialidades que alternavam momentos em aldeamentos e momentos nas florestas, voltando justamente em busca de novos mantimentos.

A alternância entre períodos aldeados e períodos em que viviam nas florestas pode ser entendido como uma tentativa de manter características tradicionais de seu povo, principalmente tendo em consideração que os principais traços kaingang – a mobilidade e o modo de subsistência – foram alterados com a política de aldeamentos. Ou seja, grupos antes acostumados a transitarem por vasto território e a conseguirem seu sustento principalmente da caça e da coleta, tiveram de se adaptar a um cenário de sedentarização e de prática da agricultura.

Mesmo assim, nem todas as parcialidades existentes aceitaram logo se aldear. Houve também casos de formação de parcialidades ao redor de aldeamentos existentes, numa demonstração da complexidade desse cenário. Além dessa resistência em se aldear e conseqüentemente alteração de seu modo de vida, havia ainda as rivalidades entre parcialidades, que não era levada em consideração pelo governo nas tentativas de aldear o maior número de parcialidades em um único toldo. Sobre isso, Schmitz destaca que “de igual maneira, enquanto havia parcialidades que cooperavam com o governo, havia aquelas que

enfrentavam o governo e que acabavam realizando os ataques contra moradores ou comerciantes” (2019, p. 64). Enquanto tentativa de cercear o espaço de circulação indígena, e, ao mesmo tempo, diminuir os ataques que estes praticavam contra comerciantes e moradores da região, os aldeamentos desencadearam mais ataques, que podem ser enxergados como retaliação à política governamental de aldeamentos.

Essas primeiras alterações nos costumes e hábitos indígenas, resultado do avanço da população branco sobre áreas antes apenas de circulação indígena e cabocla pode ser representada pela abertura de estradas. Para Marcon “a abertura de estradas foi o primeiro passo para a conquista dos territórios indígenas na região do Planalto Médio e do Alto Uruguai” (194, p. 96); assim, a abertura de estradas, propiciando maior volume de transito de pessoas e produtos fez parte do projeto que previa a integração econômica da região, do Estado com outras províncias, notadamente a de São Paulo.

Além dessa integração econômica, a abertura de estradas contribuíram para o desbravamento e reconhecimento de áreas que antes não eram acessadas pela população branca. Esse processo propiciou um contato cada vez maior entre os indígenas e outros grupos que foram se assentando na região; inicialmente com os fazendeiros, e posteriormente e mais marcadamente os colonos. Foi então com o estabelecimento das grandes propriedades inicialmente, que se iniciou o processo de privatização e alteração no uso e na propriedade da terra; concomitante a isso, intensificou-se o contato desses grupos diversos. Esse contato entre fazendeiros, caboclos, indígenas e depois os colonos desenha um complexo processo de alteridade, visto estarem em contato diferentes interesses e entendimentos sobre a posse e uso da terra.

O entendimento que os indígenas não se assentavam em uma área específica, mas sim, circulavam por uma ampla região, e que mesmo aldeados tais áreas não lhes pertenciam juridicamente – as terras de aldeamentos pertenciam ao Estado –, contribuía como

brechas para aqueles que tinham interesses em ocupar áreas dentro dos limites de algum toldo (SCHMITZ, 2019).

A intrusão surgiu para evitar o apossamento ilegal de terras, recorrente desde que o Brasil viveu um hiato de legislação agrária, entre o fim da lei sesmarial e a promulgação da Lei de Terras de 1850. Para Cristiano Christillino, “criou-se um mecanismo que poderia ser utilizado pelos grandes fazendeiros tanto contra os pequenos posseiros quanto contra eles próprios, quando se apropriassem de terras públicas” (2012, p. 15). Ou seja, esse dispositivo poderia ser utilizado para impedir ou retirar uma área apossada por outrem que poderia interessar para incorporação à propriedade já existente.

A intrusão pode ser entendida como a criminalização da posse; o assentamento de pessoas sem a autorização e pagamento pela respectiva área, tanto pública quanto particular. Em 1919, Ildefonso Pinto Soares, no relatório apresentado à Borges de Medeiros, afirma que

A intrusão teve, pois, como origem, o abandono em que estiverem por longo tempo as terras devolutas. Tornou-se hábito com o correr dos anos. E avolumou-se à medida do rápido crescimento da população colonial, que tendo constituído sempre viveiro de agricultores, ascende hoje a mais da terça parte da população do Estado².

O destaque dado para o fato da antiguidade e motivos pelos quais a intrusão se espalhou pelo Estado pode ser entendido como uma crítica velada ao período anterior. As novas legislações criadas durante a Primeira República possuíam artigos que permitiam que posseiros irregulares ou intrusos – que não fossem intrusos recentes – buscassem a regularização das terras ocupadas, saindo assim, dessa categoria.

² PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretario de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1919. p. 351.

A região de Passo Fundo, onde se localiza a comissão que trata também dos casos de intrusão em toldos, já estava, quando da instalação da CTC, ocupada em grande parte, o que dificultou a expansão da colonização ali (NEUMANN, 2017). Tal região era então composta por grande número de grandes propriedades já legitimadas e por legitimar, além da grande presença de intrusos, que deixava pouco espaço para a criação de núcleos coloniais, e mesmo assim, núcleos não tão extensos.

A presença de intrusos agravava o cenário complexo enfrentado ali, principalmente pelo fato de que a maior parte dos intrusos não possuíam meios financeiros para realizarem todo o processo de regularização que culminaria com a expedição do título definitivo da propriedade. Nesse sentido, Neumann destaca que “a região colonial de Passo Fundo apresenta uma formação multifacetada, tanto no que se refere às suas colônias, quanto aos sujeitos envolvidos” (2017, p. 114). Dentro desses sujeitos envolvidos se encontravam também os indígenas, grande afetado no processo colonizatório.

O avanço da intrusão sobre os toldos

Mesmo com o projeto de abrir espaço para a colonização através dos aldeamentos e consequente redução do espaço indígena, houve vários casos onde caboclos e colonos optaram pelo apossamento de áreas inclusas em aldeamentos, tal como iremos discutir. Isso demonstra em certa medida a falibilidade do projeto do governo, onde contribuiu para isso a pouca efetividade na demarcação de lotes coloniais.

Se levarmos em consideração a grande população que já habitava a região, e que por conta da colonização, havia um grande volume de pessoas migrando para tal área, a busca por um lote colonial era muito grande. Os trabalhos de demarcação de lotes realizados pelos órgãos públicos não acompanhavam esse aumento populacional, ocasionando um déficit na oferta de lotes demarcados

para assentar aqueles que chegavam à região, bem como regularizar a situação dos que já viviam ali desde muito tempo. Esse déficit contribuiu ainda, em alguns casos, à manutenção de intrusos nos aldeamentos, uma vez que, pela falta de lotes disponíveis para remanejá-lo, era mais fácil a sua regularização, dentro da área indígena.

Esse problema na regularização e demarcação contribuía para que antigos ocupantes não tivessem suas áreas respeitadas, bem como os migrantes que chegavam, acabavam por se assentar de forma irregular em alguma área. Isso resultaria em novos problemas a serem resolvidos pelo governo. Possesiros antigos e indígenas acabavam sendo marginalizados ou deslocados para outras áreas, enquanto que o número de apossamentos irregulares continuava a aumentar, demonstrando que a prática de aldeamentos indígenas não estava alcançando o resultado esperado, bem como a sua execução não seria uma total resolução do problema, tendo em consideração a presença de caboclos na região, e tal como a demarcação das áreas de aldeamentos não era satisfatória, ainda era necessário regularizar ou procurar um lote para aqueles posseiros existentes.

Sem opções de lotes demarcados, ou diante da possibilidade de serem expulsos de áreas ocupadas, partes de colonos e caboclos viram no assentamento em terras destinadas aos indígenas um forma de encontrar uma área para chamar de sua, também pela perspectiva de que a oferta de terras na região – visto a grande demanda – se tornaria cada vez mais cara e escassa.

O não respeito pelas terras demarcadas para os indígenas é resultado do grande processo de privatização e escassez de terras para a absorção da massa populacional que passava a se concentrar na região. A relativa pouca população presente nos aldeamentos, que resultava em pequena ocupação efetiva dessas terras acabava por ser mais um atrativo. O interesse de alguns indígenas em arrendar as terras agricultáveis de seus toldos para caboclos ou colonos pode ter contribuído para o avanço de não indígenas para

dentro do território desses grupos. Isto posto, podemos entender que o não interesse em eles próprios trabalharem a terra, e optarem pelo arrendamento pode ter sido o início de um processo que acabou prejudicando esse grupo posteriormente.

O governo possuía conhecimento desse processo de intrusão que passava a acometer terras destinadas aos indígenas. E optou por diferentes resoluções em cada caso. Diferentes ações para esse mesmo problema pode apontar como o discurso de igualdade de direitos à terra, defendido por Torres Gonçalves era relativo. Isso fica claro pelo fato de que os órgãos públicos deveriam demarcar e garantir a defesa do direito indígena sobre as áreas a eles destinadas, impedindo a intrusão, mas a realidade era diferente. Essa variedade de posicionamento quanto à intrusão em toldos chega à máxima quando, em 1912, o chefe da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, Serafim Terra, envia para a Diretoria de Terras e Colonização, em 05 de janeiro de tal ano, um ofício onde destaca que

Junto vos remeto a caderneta de campo, cálculo analítico a planta do toldo da Serrinha, no município de Palmeira, com os lotes vendidos para os intrusos que se achavam (ilegível) dentro da área medida; acompanhando também uma relação nominal dos mesmos intrusos com as respectivas áreas³.

Quando deveriam zelar pela integridade do aldeamento para os indígenas, o governo escolhe regularizar intrusos, ignorando que tais terras não poderiam ser alienadas. Não temos dados que permitam afirmar qual seria a etnia de tais intrusos regularizados; contudo, tal regularização criou novas propriedades que deveriam pagar imposto territorial, aumentando a arrecadação governamental com impostos sobre a terra.

Nem todos concordavam com tais medidas. Exemplo disso é a crítica feita por um coletor das rendas do Estado, em 1912, onde o mesmo se depara com o problema da intrusão nos toldos de Nonoai

³ AHR/UPF. A 2.4.2 Correspondência expedida 1911-1912. p. 55. 05 de janeiro de 1912.

e Serrinha, e solicita à CTC de Passo Fundo que retirasse os intrusos dos referidos toldos, apontando que não poderiam ocupar uma área pertencente ao Estado, e também, por se encontrarem ilegais, acabavam por não realizar o pagamento do imposto territorial⁴.

Diante do posicionamento desse funcionário, a chefia da comissão de Passo Fundo “classifica ainda como imoral a posição e insistência do dito funcionário, considerando o referido espaço como excessivo para os indígenas” (SCHMITZ, NUNES, 2018, p. 10). Desse modo, é possível observar que houve momentos onde outros interesses acabavam por se sobrepor à defesa do espaço e interesses dos indígenas, e onde o questionamento desse posicionamento era passível de reprimenda de seus superiores, como foi o caso do coletor que acusou tal irregularidade e requereu uma ação do governo para a resolução do que foi apontado.

A intrusão também ocorreu no toldo indígena do Faxinal, conforme relata Serafim Terra em ofício enviado à DTC em 19 de abril de 1911, destacando o envio da planta geral do referido toldo, bem como a planta dos terrenos medidos para “supostos posseiros do Faxinal dos Índios”⁵. O tamanho dos lotes medidos para os posseiros – treze no total – seria o mesmo dos concedidos pelo Estado nas colônias públicas; neste caso, observamos que todos aqueles que receberiam o lote dentro do Faxinal dos Índios possuíam sobrenomes nacionais. Maiores informações sobre tal fato não foi possível acessar, como as plantas que haviam sido enviadas para a DTC em Porto Alegre, por não constarem na documentação da CTC de Passo Fundo armazenada no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo, vinculado à Universidade de Passo Fundo.

Não apenas a terra para agricultura era visada por não-indígenas nos territórios destinados aos indígenas; por conta de sua importância na economia, os ervais encontrados em toldos também

⁴ AHR/UPF. A 2.4.2 Correspondência expedida 1911-1912. n° 28. 29 de fevereiro de 1912.

⁵ AHR/UPF. A.2.4.2. Livro Alfabético 1911. Ofício de Serafim Terra, chefe da comissão, para Carlos Torres Gonçalves, Diretor da DTC. Passo Fundo. N° 48. p.7.

eram visados. Esse interesse é discutido em ofício de 15 de janeiro de 1912 por Serafim Terra em ofício remetido ao diretor da DTC, Torres Gonçalves. Por ser tão importante no quadro econômico estadual, Terra destaca a importância de averiguar a fundo se o referido erval era realmente pertencente ao Estado, visto que sendo público, tal erval seria fonte de receita estadual pelo pagamento das taxas para a autorização das atividades extrativistas.

Sendo recorrentes tais casos de intrusão e avanço por sobre aldeamentos indígenas, o assunto foi discutido pelo presidente do Estado em 1911, Carlos Barbosa, em mensagem enviada à Assembleia dos Representantes, onde destaca que “aos intrusos, ocupantes das terras destinadas aos índios, tem o Governo doado no perímetro delas, ou em pontos diversos, outras áreas iguais, suficientes para que continuem nos trabalhos agropecuários, a que se dedicavam até aí”⁶. Em sua fala, aparece a opção de regularizar os intrusos encontrados em terras indígenas, bem como a opção de se assentarem em outras áreas para permanecerem na agricultura; contudo, observamos que o que mais é seguido pelo Estado é a regularização das propriedades dentro dos toldos. Esse posicionamento contrasta com o que é observado em outras documentações, onde, quando do envolvimento dos órgãos públicos em casos de intrusão em terras particulares, opta-se por acordos com os intrusos, para que estes se desloquem para algum lote localizado em colônias públicas, como forma de resolver e não mais prorrogar tal problema (SCHMITZ, 2019).

A opção por determinada forma de resolução da intrusão pode estar atrelada também à relativa autonomia que cada CTC possui para resolver os casos com que tinham de lidar corriqueiramente. Isso poderia ser influenciado por interesses particulares, pela situação do andamento dos trabalhos que estavam sendo realizados,

⁶ GONÇALVES, Carlos Barbosa. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, na 3ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 20 de setembro de 1911*. Porto Alegre, Oficina gráfica da Livraria Globo, 1911. p. 32.

visto que isso determinaria a disponibilidade de lotes demarcados para remanejar intrusos e solucionar tal problema.

Considerações finais

Os indígenas sofreram diversas alterações no tocante ao seu território, a partir do momento em que se iniciou um movimento de ocupação e colonização da região norte do Rio Grande do Sul. O mais impactante foi a restrição de sua circularidade a partir do início das práticas de aldeamento, que se iniciaram com a criação do toldo do Nonoai em 1848. Mesmo assim, nem todas as parciaisidades indígenas se submeteram, ao menos sem mostrar resistências; algumas alternavam momentos em aldeamentos e momentos nas florestas, mantendo a tradicional circularidade kaingang.

Com o intuito de reduzir o espaço ocupado pelos indígenas, e também na tentativa de “civiliza-los”, as políticas de aldeamentos foram mantidas, apesar de alteradas, também durante a Primeira República. Nesse período, contudo, houve a intensificação da colonização na região, bem como uma maior atenção governamental à mesma, representada pela criação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo (1907), as CTCs foram antecedidas por comissões verificadoras, mas as CTCs tiveram maior período de atividades.

Com a grande demanda por lotes coloniais, houve dificuldades por parte dos órgãos públicos – mesmo considerando a atuação privada que competia por colonos –, em medir e demarcar lotes suficientes para atender toda a população migrante. Além da demarcação de lotes para colonos, eram necessários trabalhos para a regularização dos posseiros e intrusos; entre as áreas intrusadas se encontravam os toldos indígenas, consideradas como não povoados e utilizados como deveria, e por isso, não haveria problema em se assentar ali.

Por conta do déficit na disponibilidade de lotes, várias foram as ocasiões onde se optou pela regularização do intruso – e

consequente diminuição do território do toldo -. Convém destacar que nesse período, nem todos os toldos já haviam sido demarcados, demonstrando como esse trabalho estava atrasado e como isso prejudicava a legitimidade dos indígenas sobre o território destinado a eles.

Dessa forma, as relações interétnicas que se iniciaram com as reações violentas dos indígenas contra os primeiros avanços dos não indígenas sobre seu território, e de forma mais incisiva nos casos de intrusão dos toldos durante a Primeira República, foram se tornando cada vez mais tensas, uma vez que o governo acabava muitas vezes por ratificar uma intrusão ao invés de demover os intrusos para outras áreas. Por conta disso é que se faz necessário compreender esses problemas de intrusão em toldos indígenas como uma das bases para os conflitos contemporâneos que opõem agricultores e indígenas, onde ambos os grupos reivindicam as mesmas áreas.

Referências

- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Sob a pena presidencial: a Lei de Terras de 1850 no Rio Grande do Sul e a negociação política. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 32, 2012, p.223-245.
- MARCON, Telmo (coord). *História e Cultura Kaingang*. Passo Fundo. Editora UPF. 1994.
- NEUMANN, Rosane Marcia. Terras e Colonização: a formação da região colonial de Passo Fundo. In: MACHADO, Ironita A. Policarpo; GERHARDT, Marcos (Org.). *História do mundo rural: o sul do Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2017. p. 112-138.
- NUNES, Rosani M. Martinelli. *Toldos indígenas sob a administração da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo: a legislação de terras e sua aplicação (1889-1930)*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2017.

SCHMITZ, Kalinka de Oliveira. *Caboclos, indígenas e colonos: a mediação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira no processo de formação da pequena propriedade no norte rio-grandense (1889-1928)*. 2019. p. 181. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

SCHMITZ, Kalinka de Oliveira; NUNES, Rosani M. M.. Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira: atuação nos toldos indígenas sob suas jurisdições. *Revista Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 20, p. 05-15. 2018.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex. *Entre a espada, a cruz e a enxada: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)*. Erechim: All Print, 2018.

ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

Café preto, caldo de galinha com pimenta e vinho do porto

*Ubiratã Ferreira Freitas*¹

Em meados do século XIX, é sabido que uma negra alforriada conhecida como Maria Rita “A Grande”, foi a primeira parteira que se tem notícias a trazer a luz, os filhos dos colonos germânicos que ocuparam as terras da antiga Sesmaria do Mundo Novo, e se tornando conhecida em todo o Vale dos Sinos e Sertão.²

Pensando na prática da parteira, ficamos nós questionando: Como se constitui o patrimônio de uma localidade? Em geral, pensa-se patrimônio como os bens materiais, casas, praças, ruas e lugares comuns de determinados períodos históricos onde as populações locais se encontravam e viviam em sociedade. Também os monumentos, que em sua maioria representam os grandes personagens que se empenharam em transformar, desenvolver, industrializar os grandes centros e as localidades distantes do progresso.

Mas como podemos pensar patrimônio partindo do entendimento e da representatividade de pessoas comuns, que viveram e constituíram, em um momento de apreensão da liberdade, um patamar de reconhecimento de sua importância através da prática de fazer partos em uma localidade “dita branca”,

¹ Doutorando do Pós-Graduação em História da UFSM. Trabalho apresentado no *Seminário Internacional Migrações, Espaços Educativos e Desenvolvimento Regional. XIV Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras*. FACCAT-RS, de 09 a 11 de maio de 2019.

² Atual município de São Francisco de Paula.

ainda mais sendo “negro”? Visto que, o período em que Maria Rita viveu, o escravismo vigorava com intensidade na região do município de Taquara?

Essas questões são determinantes na análise, quando pensamos em patrimônio, não observamos como ‘conhecimentos subjetivos ou empíricos’, mas como algo que trouxe um marco para a região e a localidade. No caso, o patrimônio da cidade de Taquara, se caracteriza através dos prédios e sua arquitetura construídos por portugueses e pelos germânicos, mas com mão de obra escrava. A chegada do trem, o desenvolvimento econômico, o processo de emancipação do município, as dificuldades desses colonos em frequentes combates com os nativos da região, conhecidos como bugres, também poderiam ser vistos como patrimônio local.

Assim analisar o caso da parteira negra alforriada Maria Rita, em uma localidade de colonização germânica é procurar valorizar a identidade negra dentro da sociedade branca, visando ampliar o conhecimento sobre o patrimônio através da construção social, do trabalho e do cotidiano.

Mas com o podemos provar que Maria Rita existiu? Nossa pesquisa em inventários e livros de batismos apontam para uma criança escrava de nome Maria Rita inventariada em 1876, sendo seu senhor Pascoa Garcia e não acreditamos que seja essa. Duas possibilidades se aventam: a primeira hipótese é que o nome de Maria Rita aparece em um livro de batismo de 1876, sendo a Maria Rita batizando sua filha Hortencia, ambas sem denominação sobre sua condição social. A segunda hipótese, aparece no livro de batismo de 1883 com a criança batizada de nome Maria José, e em 1884 com a criança de nome José Luiz tendo como mãe Maria Rita da Conceição.

Acreditamos que uma das duas “Marias Ritas” possam ser a parteira alforriada que esteve em Taquara no final do século XIX. Ou as duas é uma só, visto que possa ser a primeira ainda escrava, ou em tratamento de seu contrato pela liberdade, mas sem sua denominação no registro, ou ainda, e posteriormente a sua alforria

colocou o sobre nome de Conceição. Todos esses aferimentos são apenas ideias hipoteticamente verdadeira, já que não encontramos mais documentos que comprovem ser Maria Rita, a parteira.

Inventários 1856 - 1888				
Ano	Criança	Sexo	Senhor	Condição
1865	Maria Rita	F	Paschoa Garcia	Escrava - 9 anos
Livro de Batismo 1859 - 1888				
Ano	Criança	Sexo	Mãe	Profissão
29/12/1876	Hortencia	F	Maria Rita	
26/10/1879	Maria Rita	F	Alexandrina Raiz de Souza	
03/07/1883	Maria José	F	Maria Rita da Conceição	
10/01/1884	José Luiz	M	Maria Rita da Conceição	Serviços domestico

Fonte: Registros de Batismos de 1863 a 1888, Inventários *Post Mortem* de 1856 a 1888.

Dar ênfase para Maria Rita e suas relações sociais estabelecidas com as famílias dos colonos germânicos, devemos pensar com cuidado tais possibilidades para não anacronizar essas relações valorizando o elemento patrimonial como único dentro da concepção e construção social, isso quer dizer que, a importância das relações entre Maria Rita e as famílias dos colonos não pode só ser vista, a partir de uma ótica de valorização de patrimônio cultural e social, mas também de construção de identidade e valorização do negro alforriado dentro da sociedade taquarense.

Segundo Jean-Claude Duclos:

Que el patrimonio sea una construcción social quiere decir, em primer lugar, que no existe em la natureza, que no es algo dado, ni siquiera um fenómeno social universal, ya que no se produce em todas las sociedades humanas ni em todos los períodos; también significa, correlativamente, que es um arteficio, ideado por alguien (o en decurso de algún proceso colectivo), em algún lugar y momento, para unos determinados fines, e implica, finalmente, que es o puede ser historicamente cambiante, de acuerdo com nuevos criterios que determinem nuevos fines em nuevas circunstancias (DUCLOS, 1997, p. 20-21).³

³ DUCLOS, Jean-Claude. *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Editora Ariel S.A. 1997

Essas novas circunstâncias que refere Jean-Claude Duclos, é para pensar qual e, basicamente, como Maria Rita poderia vir a se tornar patrimônio do município de Taquara? Essa é a pergunta, já que teremos que verificar as relações de cotidiano dentro do escravismo e pós-abolição, partindo das relações de cotidiano para estabelecermos um parâmetro de como transitou a fama da parteira no meio social e qual era a receptividade das famílias alemãs com a negra alforriada, já que ‘o patrimônio é uma construção social’.

Pensado nessa construção da sociedade através da cultura e de sua memória, passamos a perceber que a memória é o ponto que liga as relações entre o que é necessário para a sociedade, ou o que pode vir a ser útil para ela. Ou seja, quando presenciamos algum fato, de imediato, esse fato, se instala em nossa memória, com isso, ele só terá representatividade na história, se ele for relacionado, lembrado ou servir de base para algumas manifestações em todos os sentidos. Com isso poderíamos utilizar o termo “lugares da memória” para definir o que seria patrimônio e sua representatividade social-cultural posteriormente a violação dos direitos humanos, no nosso caso, o escravismo (SOARES e QUINALHA, 2011).⁴

Quando se fala da memória devemos estar cientes que tudo que pensamos está relacionado a nossa realidade vivida. Isso quer dizer que no tempo presente produzimos e nos relacionamos com uma diversidade de coisas que permanecem registrados em “nossa memória”, o que aconteceu ontem, somente pode ser lembrado a partir de uma imagem estabelecida pela memória (ASSMANN, 2011).⁵

Pensar no passado histórico é estabelecer uma relação de imagens do tempo presente no passado, e esse com o tempo

⁴ SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA, Renan Honório. *Lugares da Memória*. In: CEREAU, Sandra, et al. *O Olhar Multidisciplinar Sobre a Efetividade da Proteção do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

⁵ ASSMANN, Aleida. *Espaços da Memória: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

presente atual, isso só é possível através da imaginação, e verificar o tempo passado é fruto de pesquisas em diversas fontes. Nesse caso, as fontes utilizadas nesse trabalho estão vinculadas e relacionadas com a literatura produzida no Rio Grande do Sul.

Na obra de Erico Veríssimo *O Continente* (2013),⁶ Ana terra é uma moça que vive com os pais e dois irmãos em um distante rancho no Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul, tendo como vilarejo mais próximo Rio Prado, por volta de 1777.

Ao longo do romance, muitas das passagens da obra de Erico Veríssimo nos remetem a História do Rio Grande do Sul, história essa que nos transporta ao mundo de imagens que condiz a algumas realidades que estudamos e as vezes não nos damos conta. No romance, Pedro Missioneiro, um índio da Missão Jesuítica de São Miguel, vive um romance afetuoso de amor com Ana Terra, ela ganha uma criança e quem faz o seu parto é sua mãe D. Henriqueta, utilizando como instrumento cirúrgico uma tesoura velha e enferrujada, que ela utiliza para cortar o cordão umbilical do neto, a criança leva o nome do pai, Pedro.

No decorrer do texto e com a morte de Pedro Missioneiro, Ana Terra torna-se uma mulher forte, que deixa seus medos e segue a vida em prol do filho Pedro. Depois que sua família foi saqueada, ela segue com alguns viajantes para o planalto do Continente de São Pedro, lá torna-se a parteira de um futuro lugarejo.

Nesse contexto, a *tesoura* enferrujada representa para Ana Terra a memória e lembrança de sua mãe, sua vida com a família e o nascimento de Pedro, que na obra de Érico Verissimo representa o nascimento do “gaúcho rio-grandense”, o homem valente e destemido, que nasceu de um relacionamento entre uma paulista e um missioneiro em terra sulina.

Maria Rita, nossa parteira, viveu em Taquara por volta do final do século XIX, esse personagem não fictício teve uma grande representatividade dentro da sociedade de Taquara, diferentemente

⁶ VERISSIMO, Erico. *O Continente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

de Ana Terra que é ficção. Sua representatividade se encontra em um pequeno relato na obra de Alberto Martins, *Lendas de Taquara* (1998), onde destaca Maria Rita como a primeira parteira da história de Taquara, com isso percebemos a importância de preservar os feitos de Maria Rita como patrimônio, e também a memória que deve ser preservada no município.

Segundo Alberto Martins:

Pois a primeira parteira que se tem notícias na história de Taquara é a de Maria Rita ‘A Grande’ (mãe de Ritinha) [*benzedeira*]. Era uma escrava alforriada, alta e gorda, famosa no Vale dos Sinos e também no Sertão (São Chico)! Habilíssima em ‘manobras obstétricas’ onde muito doutor ‘suava a camiseta’! Gostava de se gabar de nunca haver perdido uma criança ou uma mãe! Morava com seu marido, o Pai Adão, em um rancho no Morro do Leôncio! Faleceu, no início do século passado [*século XX*] com mais de cem anos de idade! Sua receita, para as suas pacientes, no puerpério imediato: café preto, caldo de galinha com pimenta e vinho do porto! [grifo nosso] (MARTINS, 1998, p. 191). ⁷

A riqueza dessa citação, nos remete a vários questionamentos e análises, já que ela demonstra uma série de acontecimentos que nos ajuda a tentar compreender a teia de relações que se estabeleceu entre sociedade e Maria Rita. Sua fama ultrapassa as ‘fronteiras’ processuais do preconceito, visto que era a única nesse período com habilidades para manusear as mulheres grávidas que teriam que parir seus filhos.

Sua representatividade fez de Maria Rita ‘A Grande’ ser respeitada e servir de referência para médicos e sociedade em geral. Seu marido, Pai Adão, que nos remete, pelo nome, a representação da comunidade religiosa africana em Taquara, amplia essa teia de relações e resistência em manter a identidade religiosa viva na virada do século XIX para o XX.

⁷ MARTINS, Alberto. *Lendas, Fatos e Pessoas da Taquara Velha do Mundo Novo*. Taquara: LB Brasil Comunicação Ltda, 1998.

O conceito de patrimônio está vinculado ao conhecimento do senso comum na nossa sociedade atual, na sua memória é como algo material, mas patrimônio é tudo que possuímos individualmente ou coletivamente. As memórias familiares, os registros em fotografias, cartas, livros, história oral, tudo são patrimônios que devem ser preservados. Para uma sociedade, o patrimônio é tudo que essa sociedade produz e se torna conhecido como “Patrimônio Cultural”. Esse determina como essa sociedade se desenvolveu, se manteve e como vai ser no futuro se não preservar a sua cultura, sua memória.

As representações de uma sociedade se localizam nos elementos que devemos levar em conta para entendermos o que podemos classificar como “cultura”, subsequente, esses elementos tornam-se necessários, mesmo sendo naturais ou abstratos. “Esos sistemas de representación no son mutuamente excluyentes y relativamente de una cultura a outra y dentro de una misma cultura em distintos momentos de su história (PRATS, 2005, p18)”.⁸ São construções culturais de experiências que se tornaram necessidades em períodos temporais históricos.

Quando as questões sobre patrimônio são perpetradas e valorizadas no contexto histórico, são talvez pelo fato da necessidade de certas sociedades reverem suas origens para pensar nas ações futuras. Também como retirar do silêncio da história, elementos que são silenciados pela sobreposição cultural dos processos colonizatórios. “O princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político (ORLANDI, 2008, p. 19)”.⁹

Nesse contexto, Maria Rita possui as relações políticas como elementos de necessidade da sociedade, já que ela transitava por longas distâncias, ultrapassando as fronteiras para praticar suas

⁸ PRATS, Llorenç. *Concepto y Gestión del Patrimonio Local*. Cuad. antropol. soc. n.21 Buenos Aires ene./jul. 2005.

⁹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra a Vista: discurso do confronto velho e novo mundo*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2008.

habilidades, assim não sendo reconhecida pela sua história, mas por suas relações políticas que mantinha com as famílias que necessitavam de seus serviços.

A formação do discurso de acordo com a realidade cultural, torna-se patrimônio de uma sociedade. No caso da cultura germânica em Taquara, o patrimônio cultural fica restringido ao colonizador europeu, não ao negro que também desbravou a região como mão de obra construtora da cultura local, esse não é reconhecido como patrimônio local, assim o silenciamento e a invisibilidade tornam-se visíveis aos olhos do pesquisador

Segundo Prats:

Estos discursos, la columna vertebral de las activaciones patrimoniales, desde el principio de la adopción del sistema de representación patrimonial como soporte de identidad e ideologías, tienen una gran importancia para el poder político, tanto a nivel nacional o regional como a nivel local (aunque sea menos aparente). Em general (com notórias excepciones), puede decirse que, com el tempo, se han más complejos, discretos y sofisticados, pero no por ello menos efectivo (PRATS, 2005, p. 20).¹⁰

Foucault¹¹ vai estabelecer que os discursos produzidos são em sua maioria, um processo coercitivo, produzidos a partir das instituições que os produzem, nesse caso, as representações sociais que estabelecem as classificações e restrições aos indivíduos, dependendo de sua condição já está pré-estabelecida pela classe dominante.

Também podemos perceber que o poder econômico se torna determinante para o conceito de patrimônio, visto que elege um juízo de valor para determinar o que vai ser patrimônio ou não. Assim os discursos formados se relacionam de maneira a justificar

¹⁰ PRATS, Llorenç. *Concepto y Gestión del Patrimonio Local*. Cuad. antropol. soc. n.21 Buenos Aires ene./jul. 2005.

¹¹ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

o ato do patrimônio, já as “ciências” deveriam estabelecer critérios de pensamentos discursivos, para podemos identificar a existência das “Fronteiras Ideológicas” que determinam e tornam-se excludentes.

A existência de uma fronteira ideológica atrapalha o desenvolvimento da consciência patrimonial, e com isso a acomodação do conhecimento é julgado como sem valor. O patrimônio passou da valorização da memória ao consumo, assim passando a ser utilizado – quando utilizado – para gerar renda, e não para valorizar o passado e a memória da construção histórica.

A princípio, a análise de como se constrói o discurso sobre o patrimônio deveria ser revista, não como um ‘cientificismo’, mas revendo como ele se manifesta dentro da representação patrimonial, seria verificar os conceitos sobre o patrimônio que estão imersos nas palavras e nos atos desse objeto. Ou seja, uma crítica patrimonial.

Tulio Scovazzi (2001), nos proporciona um outro conceito sobre o que é patrimônio, vejamos:

“[...] entende-se as práticas, as representações, as expressões, os conhecimentos, o saber fazer – como também os instrumentos, os objetos, os artefatos e os espaços culturais eles associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural intangível, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado nas comunidades e nos grupos em resposta ao meio em que vivem, á sua interação com a natureza e à sua história e lhes da um sentido de identidade e de comunidade, promovendo, de tal modo, o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana [...]” (SCOVAZZI, 2001, p. 124).¹²

O saber fazer e os instrumentos utilizados são reconhecidos como “patrimônio cultural intangível”. Nesse caso, Ana terra e suas memórias, seu objeto e seu saber fazer, estabelece uma relação

¹² SCOVAZZI, Tulio. *A Definição de Patrimônio Cultural Intangível*. In: CEREAU, Sandra, et al. *O Olhar Multidisciplinar Sobre a Efetividade da Proteção do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

direta com o conceito de patrimônio intangível, assim como o saber fazer de Maria Rita, que utilizando seu conhecimento de obstetrícia, ultrapassou as fronteiras sociais e estabeleceu um reconhecimento pessoal, assim as particularidades emergem e se relacionam entre Maria Rita e Ana Terra. Vejamos como se aproximam.

As particularidades entre Ana Terra e Maria Rita estão atreladas nas relações sociais que se estabelecerem no contexto no Rio Grande de São Pedro. Os pais de Ana Terra possuíam três escravos; Maria Rita era uma escrava alforriada em Taquara; Ana Terra era uma parteira em um lugarejo que virou uma Vila – Santa Fé; Maria Rita foi a primeira parteira em Taquara. As duas tinham algo em comum: a tesoura enferrujada para cortar o cordão umbilical. A única distinção é que Maria Rita teve importância na vida real, Ana Terra na ficção literária, mas p elo que liga as duas poderia ser valorizado como patrimônio é a tesoura.

Dentro dessas questões relacionadas com algumas peculiaridades, Maria Rita pode ser considerada Patrimônio Cultural de Taquara, visto que sua vida foi ativa e representativa no meio social, por isso o patrimônio intangível deveria ser legitimado para ampliar a valorização humana. “O patrimônio cultural intangível dá também, ‘um sentido de continuidade’ a uma comunidade específica, desde o momento em que é transmitido voluntariamente sem interrupção por aqueles que são seus depositários àqueles que o recebem” (SCOVAZZI, 2011, p. 139).¹³

As questões do patrimônio vinculam-se muito além do processo de acumulação simbólica, que no caso é a parte da cultura que se estabelecesse entre humanos em suas relações cotidianas, mas o patrimônio transcende essa relação acumulativa, e visa outro sentido de entender a representação e seus signos históricos, nesse caso a oralidade deveria manter essa memória ativa. “A transmissão [*de conhecimento*] pode ocorrer de muitos modos: no interior de uma família, de pai para filho; no trabalho, pelos mestres aos

¹³ Idem,

aprendizes; na escola, pelos professores aos alunos” [grifo nosso] (SCOVAZZI, 2011, p. 139).¹⁴

Nesse caso também os reflexos se estendem para toda sociedade como um a denominação que constrói um entender sobre o que é patrimônio, “A memória coletiva se constitui como núcleo a partir do qual se articulam relatos dissidentes, ainda que nem sempre excludentes, entre si” (SOARES e QUINALHA, 2011, p 517).¹⁵

Em grande escala o significado de patrimônio vai se perdendo, principalmente no que diz respeito em gestão patrimonial local, visto que a memória coletiva também vai sendo esquecida, submergindo, se transformando em uma memória superficial e sem referência para a identidade. O silenciamento social local, faz com que a memória coletiva sofra as repercussões que são estabelecidas pelo grupo dominante, mas o patrimônio local está disponível em todas as escalas sociais, cada elemento que possua uma representação e determinação de como a sociedade se comporta, está dentro do contexto de patrimônio local, com isso, Maria Rita está em conformidade a essa realidade e valorização. “En este sentido, poderíamos decir que el patrimonio local está compuesto por todos aquellos objetos, lugares y manifestaciones locales que, en cada caso, guardan una relación metonímica con la externalidade cultural (PRATS, 2005, p. 23,24).”¹⁶

Partindo dessa externalidade cultural, o ‘sentido de valor’ para uma sociedade está para o que ela valoriza como necessário para sua história. No caso da construção local, o que é valorizado são os feitos registrados na memória e esquecidos no passado. Isso significa que os registros preservados excluem ou deve conter somente o que teve real importância local.

¹⁴ Idem,

¹⁵ SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA, Renan Honório. *Lugares da Memória*. In: CEREAU, Sandra, et al. *O Olhar Multidisciplinar Sobre a Efetividade da Proteção do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

¹⁶ PRATS, Llorenç. *Concepto y Gestión del Patrimonio Local*. Cuad. antropol. soc. n.21 Buenos Aires ene./jul. 2005.

A construção social através da memória compartilhada, o conhecimento para os que estão mais próximos, tornando-se, posteriormente, coletiva e representando um tempo, um período, uma geração social – no caso, os conhecimentos obstétricos de Maria Rita –, visto que, imaginando que a população cativa e liberta afrodescendente utilizavam esses conhecimentos para parirem suas crianças, assim também se utilizando dos conhecimentos de D. Henriqueta e sua tesoura, Ana Terra também se utilizou desse conhecimento e colocou em prática .

As relações de cotidiano entre as duas personagens, ultrapassa as relações pessoais que tiveram em suas estradas, isso quer dizer que durante muito tempo essas mulheres tiveram sua responsabilidade de manusear, cuidar, ampliar e resguardar as pacientes que ficaram a seus cuidados. Quais eram as conversas posteriormente aos partos? Como se relacionavam quando cruzavam pela rua com essas parteiras? Será que elas, sendo mais preciso, Maria Rita era reconhecida como membro da sociedade por sua profissão? Maria Rita teve algum resguardo e valorização por seus serviços prestados já que não passava de uma negra nesse contexto exploratório? E quanto era cobrado por cada parto praticado por Maria Rita? Todas essas perguntas ainda devem ser respondidas em uma análise mais atenta quando encontrada as fontes.

Inês Virgínia P. Soares e Renan H. Quinalha, exemplificam bem esse contexto.

A memória coletiva abrange, também, aquela herança que, muitas vezes, é transmitida através de gerações e cultivada por quem a recebe, sendo que sua longevidade depende da magnitude e da profundidade das marcas deixadas por determinado evento histórico” (SOARES e QUINALHA, 2011, p. 517).¹⁷

¹⁷ SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA, Renan Honório. *Lugares da Memória*. In: CEREAU, Sandra, et al. *O Olhar Multidisciplinar Sobre a Efetividade da Proteção do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

Esse evento que trabalhamos tem a importância de preservar a memória da parteira que estivera em Taquara no final do século XIX e início do século XX, e percebemos que outro elemento se fez presente para legitimar essa memória coletiva, a linguagem utilizada para manutenção do conhecimento obstetrício que Maria Rita colocou em prática. A linguagem como patrimônio, suas canções e ritos que ultrapassam as fronteiras do tempo, a linguagem que representa uma sociedade a través dos seus gestos, seus contornos, seus discursos e sua memória.

A linguagem foi importante para preservar os conhecimentos de Maria Rita, sua filha Ritinha, manteve por longo tempo alguns costumes, como o de benzedeira, que também proporcionou sua inserção na sociedade e sua importância na construção de identidade afrodescendente.

Na obra de Erni Engelmann, *A Saga dos alemães* (2007),¹⁸ o autor reserva um capítulo para as parteiras que viveram e trabalharam na região da Fazenda do Mundo Novo no final do século XIX, Taquara. Referindo também Maria Rita, mas com as mesmas palavras utilizadas na citação exemplificada nesse trabalho. Com isso se percebe que o fato de parteira Maria Rita é conhecido, mas não explorado, é visto sem importância e relevância para a sociedade branca, mas no nosso ponto de vista de muita importância para a comunidade negra da região, já que atuou na sociedade local durante a metade do século XIX e início do XX.

Os discursos produzidos em Taquara para as parteiras, corrobora para a valorização das mulheres alemãs como sendo as únicas que desenvolveram as técnicas obstetrícias com êxito, não enfatizando o trabalho de Maria Rita. Assim a construção social vai silenciando o trabalho, as ações, as representações dessa negra alforriada que ajudou na construção social de Taquara.

Como vivemos em uma sociedade capitalista ao extremo, o patrimonialização fica à mercê das políticas públicas que vão

¹⁸ ENGELMANN, Erni. *A Saga dos Alemães*. Igrejinha: Editora Comunicação Impressa, 2007.

estabelecer a relação econômica do município com a representação da memória como patrimônio. Partindo desse entendimento, as relações políticas tendem a ser mais arraigadas, visto que o patrimônio gera uma receita, e essa gera um poder a quem possui interesse ao lucro, e não para preservar a memória coletiva local, nem as políticas públicas que vão contra os interesses, encontram apoio na elite investidora que visa o lucro com o patrimônio público.

Desse modo quando o patrimônio local perde sua funcionalidade, isso o eleva a um patamar de não mais pertencimento a localidade, claro que nessa concepção de representação, já que por vários processos como o aumento demográfico, migrações, fundações empresariais e outros fatores, o patrimônio deixa de pertencer ao local, passando para pertencer ao universal.

A saída para a valorização do patrimônio em todos os níveis, poderia ser a valorização do humano, seus atos e sua representação social. Assim a importância da parteira Maria Rita que ajudou a trazer a luz muitos dos empreendedores locais, deve ser preservada e referida com ênfase em seu conhecimento e não silenciada e encerrada em si mesma, já que foi muito prestativo seu trabalho dentro da comunidade.

Essa construção de identidade através da representação do trabalho de Maria Rita, vincula-se no contexto de como esses homens e mulheres negro (as) sobreviveram e resistiram dentro de uma sociedade preconceituosa e dominante, como buscaram a valorizaram e sua dignidade como produtores históricos de seu tempo.

A relação entre Ana Terra e Maria Rita, se estabelece dentro do contexto de sociedade dominante, Ana Terra já nasce como heroína da literatura fictícia, Maria Rita nasce como escrava, posteriormente consegue sua alforria no escravismo. As comparações entre os personagens se cruzam pelo fato das duas mulheres praticarem o mesmo trabalho em um momento histórico

de construção e exploração de mão de obra e de apropriação e ocupação das terras devolutas.

Referências

- ASSMANN, Aleida. *Espaços da Memória: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.
- CEREAU, Sandra, et al. *O Olhar Multidisciplinar Sobre a Efetividade da Proteção do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- DUCLOS, Jean-Claude. *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Editora Ariel S.A. 1997.
- ENGELMANN, Erni. *A Saga dos Alemães*. Igrejinha: Editora Comunicação Impressa, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- MARTINS, Alberto. *Lendas, Fatos e Pessoas da Taquara Velha do Mundo Novo*. Taquara: LB Brasil Comunicação Ltda, 1998.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra a Vista: discurso do confronto velho e novo mundo*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2008.
- PRATS, Llorenç. *Concepto y Gestión del Patrimonio Local*. Cuad. antropol. soc. n.21 Buenos Aires ene./jul. 2005.
- SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA, Renan Honório. *Lugares da Memória*. In: CEREAU, Sandra, et al. *O Olhar Multidisciplinar Sobre a Efetividade da Proteção do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- SCOVAZZI, Tulio. *A Definição de Patrimônio Cultural Intangível*. In: CEREAU, Sandra, et al. *O Olhar Multidisciplinar Sobre a Efetividade da Proteção do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- VERISSIMO, Erico. *O Continente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Identidades na fronteira: e/imigrantes sul-brasileiros no Paraguai

*Vanucia Gnoatto*¹

Introdução

Ao se estabelecer no Paraguai, os sul-brasileiros procuraram se organizar aos moldes do antigo lugar de residência, reproduzindo nesse espaço características próprias que os identificam culturalmente. Esse processo só foi possível graças às redes sociais que facilitaram a emigração e a inserção em um novo país, promovendo a preservação da cultura original, por meio da língua, das festas e de espaços de sociabilidade, como o Centro de Tradições Gaúchas. Por vezes, é possível perceber que parte desses sujeitos buscam assimilar a cultura e as línguas oficiais do Paraguai. No entanto, a grande maioria reforça elementos próprios que os caracterizavam, o que, por muitas vezes, gera conflitos e tensões entre os grupos sociais que fazem parte desse espaço.

A metodologia de estudo aplicada consiste no uso da história oral, trabalhando com a memória desses sujeitos, considerada elemento fundamental para entender como os imigrantes se inserem e se socializam no além fronteiras. A memória, consoante Pollak (1992, p. 204), faz parte do sentimento de identidade individual e coletiva, “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de

¹ Mestranda em história, na linha da História Social, pelo PPGH da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Brasil.

coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.

Emigração de brasileiros ao Paraguai

Para compreendermos a presença de brasileiros em solo paraguaio é fundamental entendermos o contexto histórico em que essa migração está inserida. Na segunda metade do século XX, os interesses geopolíticos e econômicos conduziram a uma aproximação entre o Paraguai e o Brasil, o que contribuiu à emigração de brasileiros para aquele país. Segundo Zamberlan e Corso (2010), o processo migratório iniciou no final da década de 1950 e acentuou-se no final da década de 1960. O presidente paraguaio, Alfredo Stroessner, ao assumir o governo em 1954, manteve estreitas relações com o Brasil, dando passe livre para brasileiros explorar as matas daquele país (EBERT, 2005). O seu projeto de governo desenvolvimentista formulou o Programa de “Crescimento para Fora”, com a finalidade de modernizar a economia local e estimular o povoamento das áreas de fronteira com o Brasil. Naquele contexto, o Brasil também passava por um rápido processo de modernização agrícola e, como consequência, de êxodo rural, em parte, amenizado por essa aproximação (ZAMBERLAM; CORSO, 2010).

A emigração de brasileiros ao Paraguai caracteriza-se por ser composta por grandes famílias de pequenos e médios proprietários, ou arrendatários que possuíam toda uma trajetória ligada ao trabalho com a terra, que envolvia todos os membros dessas famílias. A grande maioria desses sujeitos já havia realizado duas, ou mais, trajetórias migratórias em busca de terras e trabalho como arrendatários, movidos pelo processo de modernização agrícola do qual não conseguiam fazer parte. Os emigrantes distinguem-se por suas trajetórias. Há um grupo constituído de emigrantes que realizaram uma trajetória entre os estados do nordeste e sudeste brasileiro, vindo a se estabelecer no Paraná e, posteriormente, no

Paraguai. Já outro grupo é composto de emigrantes sul-brasileiros, sendo a grande maioria de ascendência europeia, especialmente alemã e italiana, que migrou em busca de terras entre os estados do sul. Uma terceira parte migrou direto dos três estados para o Paraguai.

As várias trajetórias realizadas por esses e/imigrantes fazem pensar sobre a condição desses sujeitos. Sayad (1998, p. 45) defende que existe uma dupla contradição na imigração: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade.” Entretanto, “insiste-se com razão na tendência atual que os imigrantes possuem de se ‘instalar’ de forma cada vez mais duradoura em sua condição de imigrantes. Assim, a condição provisória tornava-se definitiva.

Essas famílias, em sua terra natal ou em seus locais de destino que antecederam a emigração ao Paraguai, tomaram conhecimento da oferta de terras e, depois de verificar a veracidade das informações, decidiram por emigrar. A propaganda dava-se pelos meios de comunicação, corretores e vendedores, ou de conhecidos, parentes, amigos e vizinhos que já haviam migrado e que faziam parte de uma rede de contatos que estimulavam e dava credibilidade à iniciativa de emigrar. Como afirma Ramella (1995, p. 21 apud SAQUET; MONDARDO, 2008, p. 123), são essas redes sociais “que formam parte, e que constroem e que estruturam as oportunidades. [...] são esses elementos que abrem e fecham o acesso as oportunidades”. Nessas situações, nem todos tinham acesso a todas as informações, somente os que tinham contatos influentes conseguiam as melhores oportunidades.

Na migração de muitas famílias havia um envolvimento e articulação no processo migratório entre várias delas que, de forma coletiva, buscavam juntas enfrentar as dificuldades. Essa experiência foi vivenciada por Amélia Ebert Haupt, natural do RS que, em 1977, diante do risco de ter as suas terras inundadas pela

represa da usina de Itaipu migra com esposo e filhos para a colônia de Santa Rosa del Monday, no Paraguai. Novamente, realizam outra migração na mesma cidade com mais cinco famílias que trouxeram a mudança em um único caminhão. Como descreve Amélia, “os homens foram catorze dias antes fazer uma casa assim e daí todo mundo se ajeitou [...]; foi feita uma construção assim que serviu de escola e igreja pra culto e missa, e todas as crianças iam ali pra aula” (Amélia Ebert Haupt, Santa Terezinha do Iguaçu, 13 jan. 2019).

A grande maioria dessas famílias migrantes carregava consigo uma experiência de vida comunitária que permitia uma abertura para enfrentar as dificuldades presentes em suas novas propriedades e problemas de outra ordem, como acesso à saúde, à educação e às estradas. Por intermédio de comunidades ligadas a uma religião, formaram-se comissões e associações para enfrentar as dificuldades iniciais. Essas organizações possibilitaram o surgimento de novas cidades criadas em sua maioria pelos imigrantes.

Quanto às cidades e localidades criadas por eles, uma atitude bem comum era a denominação que se assemelhava, ou era a mesma, das antigas cidades e localidades de onde procediam os imigrantes. Como exemplo em nossa pesquisa de campo com imigrantes que partiram do Rio Grande do Sul, encontramos referências a algumas cidades, como Cerro Largo, que, em Santa Rita, denomina um bairro e a cidade de Santa Rosa, que, no Paraguai, denomina uma cidade – Santa Rosa del Monday, demarcando um rio próximo ao local. Já a fala de Silvina Rauber mostra a reprodução de nomes existentes nas cidades do Paraná, local em que a sua família residia antes de migrar para Naranjal, no Paraguai.

Depois que nós fomos pra lá, foi muita gente aqui da região do Paraná, mas nós fomos os primeiros porque o pai foi e ele era bem conhecido aqui e, dali pra frente, foi muita gente e fundou várias comunidades com os mesmos nomes que tinha no Paraná, Nova Esperança, Linha 12, agora São Armando, só mudavam um pouco

nome, mas eram daqui conhecidos. [...] Os conhecidos iam levando um e outro (Silvina Rauber, Santa Terezinha do Itaipu, 21 jan. 2019).

Esse nomear novos espaços como o nome dos antigos é percebido por Gregory ao estudar os colonos que saíam do sul do país e se instalaram no Paraná. Em ambos os espaços, os sujeitos constituíram, preservaram e cultivaram instituições, como igrejas, escolas comunitárias, associações e festas existentes no sul do país. Conforme esse autor, “para os colonos das novas localidades, a nova identidade está sentada sobre a identidade antiga, cujas raízes estão na cidade natal”. Para este essa “realidade alimentava o desejo de continuidade da pulsão migratória na medida em que o ‘novo’ se constituía no ‘velho’ renovado, possibilitando a reconstrução espacial”, o que diminuía o sentimento de perda, trazendo uma sensação positiva, resgatando e renovando o que foi deixado pra trás (GREGORY, 2008, p. 137).

Nesse sentido, para Beneduzi (2004, p. 264), a nostalgia experimentada sensivelmente pelo emigrante no contato com o seu mundo imagético, deixado para trás, conduziu a um “jogo de colagens”. Assim, “ele [o imigrante] mescla com o novo ambiente imagens evocativas de um passado e experiências que prefere não esquecer.” O caso da emigração de grandes famílias ao país fronteiriço só potencializou a evocação desse sentimento, levando a reproduzir nesse espaço instituições sociais e religiosas aos moldes das existentes nos locais de origem.

A língua portuguesa

Entre os elementos preservados pelos imigrantes brasileiros no Paraguai tem-se a língua portuguesa. Em muitas cidades do departamento de Alto Paraná, o português é o idioma mais falado pelos imigrantes que estão há quatro gerações naquele país e pelos seus descendentes já paraguaios, o que conduziu os paraguaios

natos que migraram para essas cidades a um caminho inverso, pois necessitam aprender a falar o português para conseguir trabalho e se socializar nessas cidades. A fala do intendente municipal de Santa Rita, paraguaio nato, explica como funciona essa dinâmica.

La cultura brasileña es digamos bien fuerte en el sentido de que nosotros los paraguayos nos ajustamos más al brasilero que el brasilero al paraguay, en el idioma por ejemplo: paraguaio a maioria fala português aquí, você vai encontrar muitos brasileiros que não falam de repente español, o paraguaio se acomoda más rápido por mucho factores, nos años 90 la televisión era todo português, nosotros no teníamos parabólica entonces yo veía claves todo en português. Yo me iba a Caacupé con mi primo y era diferente verdad, primera vez escuchaba en español [...] la tele era siempre en português, todo era o jornal, porque no havia y Paraguai no ténia. [...] Ahora hay una mentira también de que la gente de la capital habla de que acá se canta el hino nacional brasilero que se alça la bandera nacional del Brasil eso es mentira nunca! En las escuela siempre se enseñó el español, siempre se cantó el hino nacional, siempre se alço la bandera del Paraguay (Cesar Landy Torres, intendente distrital de Santa Rita, 27 jul. 2018).

O avanço da língua portuguesa e da cultura brasileira, por meio de uma rede cultural criada pelos imigrantes no departamento (estado) do Alto Paraná nos leva a pensar sobre o lugar ocupado pelos imigrantes e pelos paraguaios natos. Elias (2000) através das categorias de *Estabelecidos e Outsiders* ajuda a entender o jogo de poder existente. Nessa realidade, os brasileiros, por exercerem grande influência por intermédio de suas expressões culturais, passam, mesmo sendo imigrantes, a serem vistos como os estabelecidos, deixando para os paraguaios em seu próprio país o papel de *outsiders* – um elemento de fora.

O agente da Pastoral do Migrante e ex-vereador da cidade de Santa Rita, Jacó Weller, reconhece que, entre os imigrantes brasileiros, existe um erro em não adotar as línguas próprias do país

em que residem. Ele aponta a dificuldade dos paraguaios natos em manter a sua cultura.

A maior dificuldade é os paraguaios continuar a cultura deles na nossa região [...] Eu acho que é um erro dos nossos imigrantes, porque os nossos filhos, por exemplo, o guarani só o que eles aprendem no colégio porque não se fala, porque os paraguaios em nossa região e hoje já são bastante falam mais o português do que [...] máximo o espanhol, guarani muito pouco (Jacó Weller, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019).

Nessas cidades fronteiriças, é comum as rádios destinarem espaço para programação no idioma português. Além disso, a propagação de veículos de comunicação brasileiros permite que os laços com o país de origem se mantenham mais forte. A fala seguinte ilustra esse processo.

Em relação ao Brasil, a gente tem muito contato, muita informação e muito acesso à cultura brasileira. Por ser uma região de imigrantes, a cultura é muito influenciada pelo que se vê no Brasil. Por exemplo, só pra citar o pessoal, que, de origem brasileira, acompanha apenas os canais brasileiros na televisão. Os canais paraguaios não estão na parabólica. Tem que ter aquela antena VHF e os brasileiros muito dificilmente usam esse tipo de antena. Então, muitas vezes, a gente está muito mais informado sobre política, por exemplo, e informações do Brasil do que do Paraguai. Pra se informar sobre o que está acontecendo aqui, só por jornal ou rádio (Neison Scholl Bamberg, Santa Rita, 28 ago. 2016).

As formas de expressões culturais, por exemplo, as músicas que fazem sucesso no país vizinho, rapidamente passam para o outro lado da fronteira e fazem parte do cotidiano dos imigrantes e de paraguaios. Pela proximidade com a fronteira e pelas redes sociais na internet, os brasileiros e seus filhos mantêm uma intensa relação com o Brasil, tanto em nível afetivo quanto no aspecto cultural. A proximidade também facilita as visitas realizadas a familiares que são feitas com frequência. Nesse sentido, Hall (2003,

p. 35-36) defende a mobilidade das culturas ao afirmar que “as culturas sempre se recusam a ser encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos.”

Ao nos referirmos às culturas nacionais Hall afirma que estas formam uma das principais fontes de identidade cultural. Ainda segundo o autor “Essas identidades não estão impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte da nossa natureza essencial” (HALL, 2002, p.47). Essa afirmação ajuda a compreender o porquê da ligação dos imigrantes brasileiros com o Brasil ser ainda tão forte.

Espaços de sociabilidade

A expressiva presença de imigrantes brasileiros nesse espaço possibilitou uma rápida adaptação às novas terras e a reprodução de modelos próprios de organização social e cultural presentes no país de origem, com a predominância da cultura do Rio Grande do Sul e de características étnicas alemãs e italianas. Isso, nos primeiros anos, levou a embates, em especial, em algumas comunidades constituídas de diversos e diferentes grupos de imigrantes que possuíam culturas diferentes que entravam em atrito acerca do modo como agir e realizar atividades.

O emigrante que, ao mesmo tempo carrega o espírito aventureiro e empreendedor ao cruzar a fronteira, traz uma série de elementos que o identifica como pertencente a uma nacionalidade e etnia, ao cruzar a fronteira, tende a reforçar elementos próprios de sua identidade. Ele é percebido como mais brasileiro que o seu conterrâneo que não migrou. Esse é o sentimento de quem se encontra em uma fronteira, em que é possível estabelecer relações de reciprocidade com a alteridade – aproximação ou distanciamento.

Para Albuquerque (2005), nesse realidade a imigração brasileira apresenta-se como uma fronteira em movimento porque ultrapassa o limite internacional e constrói várias fronteiras no

território paraguaio, como por exemplo, “os limites entre o cidadão e o estrangeiro, as diferenças das línguas nacionais, confrontos entre mentalidades capitalistas e culturas camponesas e as fronteiras de um passado de conflitos entre os dois países” (p.16).

Segundo Martins (1996, p. 27) a fronteira se apresenta como “*o lugar da alteridade*” e onde “*conflito social*”, torna-se algo singular. Na primeira impressão, ela pode ser um local de encontro. No entanto, o conflito torna a fronteira em um só momento “um lugar de descoberta do outro e desencontro.” Para o autor, “o desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.” Nesse sentido, o desencontro de perspectivas é expressão da “contraditória diversidade da fronteira”; trata-se de uma variedade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos contemporâneos (p.30).

Conforme Barth (1998, p. 188), as fronteiras resistem, embora haja um fluxo de pessoas que as atravessem. Assim, as diferenças entre categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação, mas conduzem a processos sociais de exclusão e de inclusão pelos quais categorias discretas são mantidas. “As distinções étnicas não dependem de uma importância social e aceitação, mas são, ao contrário, frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes.” A cultura vai se afirmando no contato com a alteridade. É o contato étnico que mantém a etnicidade.

Nessas cidades fronteiriças, como exemplo na cidade de Santa Rita, todos os anos, ocorrem bailes de Kerb e jantas promovidas pela etnia alemã e italiana nos quais os trajes e as comidas típicas se fazem presentes, mostrando o quanto a ligação com a identidade étnica é forte para esses descendentes de imigrantes europeus, graças à preservação da memória dos antepassados. As festas maiores nas cidades em que predomina a população brasileira surgiram seguindo o modelo das praticadas nas antigas colônias desses imigrantes. Entre essas, percebe-se uma integração cultural

maior nas festas juninas, quando ocorre uma mescla de danças e culinárias dos dois países.

Na fala do casal Ivani Hirsch Bartz e Vilmar Bartz, visualizamos a descrição de como acontece à integração entre as culturas brasileiras e paraguaias. Porém, na mesma fala, percebemos que, por mais que se busque uma integração, ela parece pequena e tímida, pois nota-se entre os imigrantes certa resistência em acolher e assimilar a cultura paraguaia. Assim se constata que a presença de elementos característicos da cultura do Rio Grande do Sul é maior.

Quando tem as festas juninas se faz uma mistura de tradição, se faz uma mistura de comidas. O que mais se festeja e une o povo são as festas juninas. Ali tem essas danças da cultura paraguaia, folclórica, cultura espanhola. As festas grandes das comunidades [...] prevalecem à cultura brasileira do churrasco, maionese, cuca. Prevalece a cultura do sul, trazida pro Paraguai [...] As festas grandes é o ritmo e a cultura brasileira que prevalece. E mais gaúcha ainda, muito gaúcha, o tipo do churrasco, a maneira de preparar a festa é muito do Sul (Ivani Hirsch Bartz e Vilmar Bartz, San Alberto, 28 jul. 2018).

Ao descrever a relação entre brasileiros e paraguaios natos, o intendente municipal da cidade de Santa Rita identifica que, além da integração entre as culturas, existe, ainda, entre esses sujeitos, de ambos os lados, um preconceito:

La integración de culturas fue muy positivo aquí en Santa Rita y la región, yo me acuerdo en los años 90 habían un poco de dificultad, de repente un poco de racismo de parte de los paraguayos y con brasileros y también de la parte de los brasileros con los paraguayos, de ambas partes. Pero los hijos ya de ellos que nosotros empezamos traer en la escuela con la ayuda de los profesores la gente entendieron que se pude superar esto. Hoy en día no veo muy fuerte esto [...] Siempre hay una parte racista por decir así de ambos los lados, pero muy baja que no influye en lo crecimiento de las sociedad, en la integración, no está fuerte esto

instalado (Cesar Landy Torres, intendente distrital de Santa Rita, 27 jul. 2018).

Há casos de imigrantes que estão integrados às áreas econômica e política, mas não à cultura. Isso é bastante comum entre os imigrantes brasileiros de mais idade de ascendência europeia. Há, também, casos em que existe uma abertura que conduz a uma reciprocidade maior com o diferente, levando o imigrante a envolver-se em um sentimento de pertencimento e a assimilar elementos próprios da cultura paraguaia.

A pesar de que llegue al país ya casi con 15 años, hoy puedo decir que no soy más una extranjera sino más bien una ciudadana de este lugar donde crecí, casé y tuve mis 4 hijos [...] Además, en estos lugares solo había presencia de migrantes brasileiros lo que hacía más fácil la adaptación, con el decorrer del tiempo es que fue creciendo la población y llegando migrantes internos del Paraguay lo que obligó a acostumbrarse al español [...] y a las costumbres de los nativos del país. Estas personas, paraguayos nativos, llegaron a esta zona principalmente para dedicarse al comercio, farmacias, escuelas y seguridad. La adaptación se hizo muy fácil, ya que la convivencia era pacífica y respetuosa entre todos (Noeli Maria Patuch Rambo, Santa Rita, 7 set. 2016).

O processo de assimilação cultural acontece tanto para os paraguaios quanto para os imigrantes, variando a abertura existente entre ambos para a formação de identidades híbridas. No entanto, no caso da imigração de rio-grandenses, ainda que ocupassem vários espaços ecológicos e geográficos diferentes, eles conservaram a unidade cultural e étnica básica por longos tempos (BARTH, 1998, p. 133).

No me siento una inmigrante, estoy totalmente presente en esta realidad y es un gran enriquecimiento compartir con la diversidad étnica que, con el tiempo fueron llegando aquí en Santa Rita, Alto Paraná, Paraguay, donde vivo actualmente. Esta convivencia ayuda a abrir los horizontes! Podemos cultivar la cultura guacha aprendida de Brasil y a través de instituciones como el CTG Indio

José (centro de tradiciones gauchas) nuestros hijos nacidos en Paraguay también disfrutan aprenden y vivencian la cultura brasilera. Y hasta podemos decir, que en varias ocasiones nuestros hijos fueron a representar al CTG de Paraguay (Lema: en cualquier nación todo por la tradición) bailando las danzas guachas y han traído premios en los diferentes eventos (Rodeios) en que han participado, destacando así como en la distancia se continua difundiendo la patria brasilera y el amor a ella (Noeli Maria Patuch Rambo, Santa Rita, 7 set. 2016).

Essa conservação da unidade cultural é percebida, sobremaneira, mediante o culto ao tradicionalismo gaúcho entre imigrantes e filhos de imigrantes rio-grandenses nos diversos espaços por eles ocupados, como no caso especial do Paraguai. Torna-se importante pensar na questão da diferenciação da tradição e do costume. Segundo Hobsbawm e Ranger (1984), tradição é a invariabilidade, em que o passado forjado ou inventado impõe práticas fixas, como a repetição. Por outro viés, o costume não impede as inovações, porque o ser humano não é algo estático e imutável. Como exemplo de costume, temos a ação de um juiz e, como exemplo de tradição, os símbolos que envolvem o juiz.

[...] “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores ou normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente; uma continuidade com relação ao passado (HOBSBAWM; RANGER 1984, p. 10).

Um caso típico de invenção de tradições que marca as relações sociais estabelecidas é o CTG em Santa Rita Paraguai. Esse espaço vai além da dança e das festas tradicionalistas. Trata-se de um espaço de socialização entre os imigrantes e os paraguaios. Como relata um professor de dança gauchesca:

A maioria dos brasileiros que moram em Santa Rita participam ativamente do CTG. Além disso, muitos paraguaios também

participam e gostam das músicas e acham bonito. O CTG é o principal ponto de lazer da cidade, organizamos jantares dançantes, festas do dia da mulher e a Expo que é o maior evento que participamos e ajudamos a promover (BACK, 2014, p. 49).

O próprio nome do CTG já consiste em um indício dessa peculiaridade: Índio José. Por mais que tenha sido formado por imigrantes brasileiros, traz no nome o elemento indígena que caracteriza a maioria da população do Paraguai. Isso evidencia a relação que o imigrante estabelece entre elementos de sua identidade e elementos de novas terras.

Figura 1 – CTG Índio José



Fonte: Kaefer Fest (2016).

É importante discutir a incorporação da identidade gaúcha pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) como a verdadeira identidade do povo do Rio Grande do Sul. Como sabemos, o gaúcho é um sujeito da fronteira com características próprias que não representam nenhuma parte da diversidade identitária do RS. Golin (2011, p. 4) defende que “o paradigma rio-grandense é o Rio Grande multicultural e multiétnico. Sua fronteira de involucramento é a mestiçagem. O autêntico é a diversidade. E não exclusivamente o padrão gauchesco. O nexó é a alteridade, o reconhecimento do outro.”

Outro elemento que denota essa invenção de tradições e a mescla cultural refere-se às danças, pois todas as tradições se apropriam de várias características culturais eleitas pelos grupos que as constituem. Nesse espaço de fronteira, essa interação cultural constitui a identidade cultural híbrida. O CTG, nessa realidade, não

se apresenta como um espaço de um grupo fechado, mas como um ambiente de construção de relações sociais entre os diversos grupos culturais. A imagem da porteira do CTG representa essa integração entre o RS e o Paraguai e de forma muito interessante: designando os paraguaios de índios, criando uma relação de superioridade.

Sobre a identidade, Hall (2002) defende que “o sujeito previamente vivido, como tendo uma identidade unificada e estável está se tornando fragmentado, composto não por uma, mas por várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (p.12). Trata-se de algo que se constitui ao longo do tempo na vida dos envolvidos, por meio de processos inconscientes, e não como algo pronto que se recebe em no nascimento. Dessa forma, segundo o autor, ao invés de falarmos em identidade como algo concluído, devemos falar em identificação e sempre pensá-la como um processo em movimento (HALL, 2002).

Ainda segundo Hall (2000), “as identidades podem funcionar, ao longo de toda a história, como pontos de identificação e apego apenas *por causa* de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto” (p. 110). O autor segue afirmando que

[...] toda a identidade tem, à sua “margem”, um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado (HALL, 2000, p. 110).

No contexto atual, devido aos processos migratórios pós-modernos, prevalecem as identidades híbridas. Conforme Hall (2002, p. 89), os sujeitos precisam aprender a viver “no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais a traduzir e negociar entre elas as culturas híbridas constitui um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia.”

Em cidades nas quais a presença de imigrantes brasileiros é menor, ou o trabalho do imigrante exige um contato maior com os paraguaios natos, o processo de constituição de uma identidade híbrida é maior. É o caso de Maria Gessi Soledade dos Santos, natural de Francisco Beltrão, PR, que, quando criança, migrou com sua família para a cidade de Hernandaria, no Paraguai, constituída, em sua maioria, por paraguaios natos. Em sua fala, ela descreve a cena em que foi identificada como paraguaia:

Esses tempo eu fui ali na Ciudad del leste e uma paraguaia falou assim: o que você fez pra casar com brasileiro? Eu falei: eu pedi a Deus! Ela acha que eu era paraguaia por que falava em paraguaio. E ela falou: a porque yo queria tanto um brasileño y ustedes teve suerte (Maria Gessi Soledade dos Santos, Foz do Iguaçu, 19 jan. 2019).

Esse processo é vivenciado pelos imigrantes, sobretudo pelos descendentes de imigrantes que, na convivência na escola com os paraguaios natos, foram se abrindo e aprendendo com o diferente. O relato de Áureo Friguetto explica um pouco dessa dinâmica.

Eu comecei a estudar com os paraguaios, então eu tinha muita dificuldade com a língua. Costumava-se ensinar em espanhol, mas o que se falava na hora do recreio era só o guarani. Então eu ficava meio acanhado, eu ficava num canto meio quietinho, sem ter aquela integração com os colegas. Com o decorrer do tempo, fui aprendendo. Depois que eu aprendi o espanhol e o guarani, ficou tudo mais fácil. Já não havia a discriminação. Existia discriminação com os brasileiros que não tinham facilidade de aprender, esses eram discriminados na escola (FIORENTIN, 2010, p. 96).

Esse relato aponta que o fato de o imigrante ter aprendido a falar as línguas possibilitou sua aceitação no grupo. Nesse contexto, percebemos o quanto a identidade pode ser jogada, ou melhor, negociada nesses espaços fronteiriços. A categoria de negociado de Lesser (2001) possibilita entender como os imigrantes se colocaram nesse espaço fronteiriço. Por vezes, assumiam sua identidade

nacional brasileira; por outras, suas identidades etnias; e outras, uma identidade paraguaia, como forma de serem aceitos e respeitados pelos diversos grupos com quem se relacionavam nesse espaço.

Nesse sentido, temos nesse espaço fronteiriço, onde diferentes culturas dialogam e negociam entre si, aquilo que Bhabha (1998, p. 20) chama de “entre lugar”. Esse “entre lugar” oferece o espaço para a criação “de estratégias de subjetivação singular e coletiva que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação no ato de definir a própria ideia de sociedade.” O migrante, nesse entre lugar, além de adquirir duas identidades, torna-se também um ser dividido entre duas nações: a pátria mãe, que o gerou, e a pátria que lhe deu a possibilidade de trabalho e de constituição de uma família. Esse processo pode ser reconhecido no relato seguinte.

A gente tem saudade do Brasil. A gente vai lá, mas a gente já não vê de novo a vontade de voltar, porque aqui a gente se sente mais em casa ainda. Vontade enorme de morar no Brasil a gente tem, mas, quando a gente vai passear lá, a gente já sente saudade de novo de voltar pra casa. Quando a gente pisa em solo nacional paraguaio de novo, a gente se sente em casa. Porque a gente construiu toda a nossa vida aqui (Neiva Fridrichs, Santa Rita, 26 jul. 2018).

No lugar de origem, o migrante teve uma vivência a partir da qual adquiriu elementos culturais que o identificam e foram transportados consigo na emigração. No entanto, com o tempo, ele adquire elementos culturais próprios do local de destino. Essa realidade conduz a um processo de transformação desse sujeito que ainda nutre, em muitos casos, um sentimento forte com a pátria mãe, mas, ao estar em presença dessa, não é preenchido, pois já não se satisfaz mais, porque a sua terra mudou e ele também.

Considerações finais

Ao chegarmos ao final desta reflexão sobre as identidades dos imigrantes sul-brasileiros no Paraguai, podemos constatar a presença de fortes redes sociais entre esses que facilitou a emigração e a inserção deles no Paraguai. Ao mesmo tempo, essas redes criadas em diversos espaços de sociabilidade possibilitaram a manutenção de características próprias de sua identidade étnica, regional e nacional.

Concomitante, percebemos, nesse espaço fronteiriço com o avanço da cultura e da língua trazidas pelos imigrantes, uma situação atípica nos processos migratórios, em que o cidadão do próprio país busca aprender a língua do imigrante. Isso porque os brasileiros pouco, ou quase nada, falam espanhol e guarani.

A preservação de elementos tradicionalistas para representar a nacionalidade se manteve ainda mais forte nessas cidades, mostrando que as “tradições inventadas” costuraram uma ideia de pertencimento e identidade diante da alteridade. A manutenção de festas das etnias alemã e italiana em território paraguaio denota uma busca pela preservação de aspectos culturais dos antepassados que, ainda hoje, são muito fortes.

A constituição de uma identidade híbrida entre os imigrantes brasileiros e os filhos de imigrantes nos possibilitou perceber como eles se colocam numa posição de “entre lugar”. Por um lado, isso reforça elementos culturais, sociais e sua identidade. Por outro, abre-se ao novo e ao que ele tem a oferecer, demonstrando o quanto a identidade é um processo de construção constante que acontece na relação com a alteridade.

Referências

- ALBUQUERQUE, J. L. C. *Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai*. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

- BACK, Andressa. *Multiplicidade na fronteira: o fenômeno das identidades em Santa Rita Paraguai*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2014.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF FENART, Joceline. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- BENEDUZI, Luís Fernando. *MAL DI PAESE: As reelaborações de um Vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D'EU (1884 1925)*. 2004. 324 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FIORENTIN, M. I. *A experiência de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- GOLIN, Luiz Carlos Tau. Hegemonia gauchesca. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Patrimônio, memória e poder*. Reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS). Passo Fundo: Méritos, 2011. p. 155-188. v. 1.
- GREGORY, Valdir. *Eurobrasileiros e o espaço colonial*. Migrações no Oeste do Paraná (1940 1970). 2. ed. Cascavel: Edunoeste, 2008.
- HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e trad.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-133.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terense (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2001.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo social*; Ver. Sociol. USP, São Paulo, v. 8, n.1, p. 25-70, maio de 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141>. Acesso em 1 de maio de 2019.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em 1 de maio de 2019.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SAQUET, Marcos Aurélio; MODARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. *Revista NERA*, Presidente Prudente ano 11, n.º.13, jul-dez/2008. p.118-127. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1392>. Acesso em 1 de maio de 2019.

ZAMBERLAN, Jurandir; CORSO, Giovanni (Org.). *Emigrantes brasileiros no Paraguai: presença Scalabriniana*. Porto Alegre: Solidus, 2010.

Fontes

Amélia Ebert Haupt, aposentada, natural de Estrela Velha, RS, residente em Santa Terezinha do Iguaçu, entrevista concedida em 13/01/ 2019.

Cesar Landy Torres, intendente distrital de Santa Rita, entrevista concedida em 27/07/2018.

Ivani Hirsch Bart, natural de Tuparândi, RS, residente em San Alberto, PY, entrevista concedida em 28/07/2018.

Jacó Weller, ex-vereador de Santa Rita, PY, natural de Cerro Largo, RS, entrevista concedida em Foz do Iguaçu, 17/01/2019.

Maria Gessi Soledade dos Santos, Foz do Iguaçu, natural de Francisco Beltrão, PR, entrevista concedida em 19/01/2019.

Neison Scholl Bamberg, agricultor, residente em Santa Rita PY, filho de sul brasileiros. Entrevista recebida em 14/09/2016.

Neiva Fridrichs, comerciante, natural de Tunápolis, SC, residente em Santa Rita, entrevista concedida em 26/07/2018.

Noeli Maria Patuch Rambo, cozinheira e dona de buffe, natural de Humaitá RS, residente em Santa Rita. Entrevista recebida em 07/09/2016.

Vilmar Bartz, natural de Tenente Portela, RS, residente em San Alberto, entrevista concedida em 28/07/ 2018.

Silvina Rauber, professora, natural de Santa Catarina, residente em Santa Terezinha do Itaipu, entrevista concedida em 21/01/ 2019.